

GEL
GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

ESTUDOS LINGUÍSTICOS
v. 44 n. 1

DESCRIÇÃO E ANÁLISE LINGUÍSTICA

REVISTA ESTUDOS LINGUÍSTICOS
GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO GEL
Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
Rua Sérgio Buarque de Hollanda, 571
CEP 13083-859 – Cidade Universitária
Barão Geraldo – Campinas – SP
<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/>
estudoslinguisticos@gel.org.br

Comissão Editorial

Claudia Zavaglia
Gladis Massini-Cagliari
Juanito Ornelas de Avelar
Manoel Mourivaldo Santiago Almeida
Marco Antônio Domingues Sant'Anna
Maximina M. Freire
Olga Ferreira Coelho
Oto Araujo Vale
Vandersí S. Ana Castro
Vanice Maria Oliveira Sargentini

Editor responsável

Marcelo Módolo

Revisão e normatização

Adélia Maria Mariano da S. Ferreira
Camila Maria Camargo de Oliveira
Walter T. Sano

Revisão de língua estrangeira

Maria Isabel Rodríguez Pacheco (espanhol)
Maria de Fátima de Almeida Baia (inglês)
Eleonora Lamas Ribeiro Nicastro (francês)
Walter T. Sano (inglês)

Diagramação

Selma Consoli – MTb 28.839

Conselho Editorial

Aldir Santos de Paula (UFAL), Alessandra Del Re (UNESP), Alvaro Luiz Hattner (UNESP), Ana Ruth Moresco Miranda (UFPEL), Angel H. Corbera Mori (UNICAMP), Angélica Rodrigues (UFU), Anna Flora Brunelli (UNESP), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), Ataliba Teixeira de Castilho (UNICAMP), Carola Rapp (UFBA), Claudia Regina Castellanos Pfeiffer (UNICAMP), Claudio Aquati (UNESP), Cláudia Nívia Roncarati de Souza (UFF), Cleudemar Alves Fernandes (UFU), Cristiane Carneiro Capristano (UEM), Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP), Cristina dos Santos Carvalho (UNEB), Edvania Gomes da Silva (UESB), Edwiges Maria Morato (UNICAMP), Erica Reviglio Iliovitz (UFRPE), Erotilde Goreti Pezatti (UNESP), Fabiana Cristina Komesu (UNESP), Fernanda Mussalim (UFU), Francisco Alves Filho (UFPI), Gladis Maria de Barcellos Almeida (UFSCAR), Gladis Massini-Cagliari (UNESP), Ivã Carlos Lopes (USP), João Bôscio Cabral dos Santos (UFU), Júlio César Rosa de Araújo (UFC), Leda Verdiani Tfouni (USP), Lígia Negri (UFPR), Luciani Ester Tenani (UNESP), Luiz Carlos Cagliari (UNESP), Maria da Conceição Fonseca Silva (UESB), Maria Helena de Moura Neves (UNESP/UPM), Maria Margarida Martins Salomão (UFJF), Marisa Corrêa Silva (UEM), Marize Mattos Dall Aglio Hattner (UNESP), Mauricio Mendonça Cardozo (UFPR), Márcia Maria Cançado Lima (UFMG), Mário Eduardo Viaro (USP), Mirian Hisae Yaegashi Zappone (UEM), Mônica Magalhães Cavalcante (UFC), Neusa Salim Miranda (UFJF), Norma Discini (USP), Pedro Luis Navarro Barbosa (UEM), Raquel Salek Fiad (UNICAMP), Renata Ciampone Mancini (UFF), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberta Pires de Oliveira (UFSC), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Ronaldo Teixeira Martins (UNIVAS), Rosane de Andrade Berlinck (UNESP), Sanderléia Roberta Longhin Thomazi (UNESP), Sandra Denise Gasparini Bastos (UNESP), Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP), Seung Hwa Lee (UFMG), Sheila Elias de Oliveira (UNICENTRO), Sonia Maria Lazzarini Cyrino (UNICAMP), Vânia Cristina Casseb Galvão (UFG), Vânia Maria Lescano Guerra (UFMS)

Publicação quadrimestral

Estudos Linguísticos / Organizado pelo Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo v. 1 (1978). Campinas, SP: [s.n.], 1978

Publicada em meio eletrônico (CDROM) a partir de 2001.
Publicada em meio eletrônico (<http://www.gel.org.br/>) a partir de 2005.
Quadrimestral
ISSN 14130939

1. Linguística. 2. Linguística Aplicada 3. Literatura I. Grupo de Estudos
Linguísticos do Estado de São Paulo.

Reconhecimento

O presente volume da Revista *Estudos Linguísticos* contou com a colaboração dos pareceristas abaixo listados. Alguns são membros do Conselho Editorial e os demais atuaram como pareceristas *ad hoc*. A Comissão Editorial agradece o empenho de todos no sentido de tornar melhor nossa publicação.

Adail Ubirajara Sobral, Adriana Zavaglia, Adriane Teresinha Sartori, Alcides Cardoso dos Santos, Aldir Santos de Paula, Alessandra Del Re, Alvaro Luiz Hattner, Ana Maria Costa de Araujo Lima, Angel H. Corbera Mori, Anna Flora Brunelli, Antonio Carlos Silva de Carvalho, Aparecida Negri Isquerdo, Ariani Di Felippo, Ataliba Teixeira de Castilho, Augusto Buchweitz, Beatriz Protti Christino, Carla Alexandra Ferreira, Carlos Alexandre V. Gonçalves, Carlos Piovezani, Carmi Ferraz Santos, Carola Rapp, Cilaine Alves Cunha, Cláudia Maria Xatara, Claudia Regina Castellanos Pfeiffer, Claudia Zavaglia, Claudio Aquati, Cláudia Regina Brescancini, Cleudemar Alves Fernandes, Cloris Porto Torquato, Cristiane Carneiro Capristano, Cristina dos Santos Carvalho, Cristine Gorski Severo, Dilson Ferreira da Cruz Júnior, Dirceu Cleber Conde, Eduardo Penhavel, Edvaldo A. Bergamo, Edvania Gomes da Silva, Edwiges Maria Morato, Elaine Cristina Cintra, Elaine Cristina de Oliveira, Elias Alves de Andrade, Elizabeth Harkot-De-La-Taille, Elzimar Goettenauer de Marins Costa, Emerson de Pietri, Erica Lima, Erica Reviglio Iliovitz, Erotilde Goreti Pezatti, Ester Mirian Scarpa, Fabiana Cristina Komesu, Fabio Akcelrud Durão, Fábio César Montanheiro, Fernanda Correa Silveira Galli, Flaviane Romani Fernandes Svartman, Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale, Francisco Alves Filho, Frantome Bezerra Pacheco, Giovana Ferreira Gonçalves, Gisela Collischonn, Gisele Cássia de Sousa, Gladis Maria de Barcellos Almeida, Gladis Massini-Cagliari, Gláucia Vieira Cândido, Graziela Zanin Kronka, Isadora Valencise Gregolin, Ivã Carlos Lopes, João Bôsko Cabral dos Santos, José Borges Neto, José Sueli de Magalhães, Juliano Desiderato Antonio, Júlio César Rosa de Araújo, Larissa Cristina Berti, Lauro José Siqueira Baldini, Lilian Cristine Scherer, Lígia Negri, Lucia Rottava, Luciana Pereira da Silva, Luciana Salazar Salgado, Luciane Correa Ferreira, Luciani Ester Tenani, Luiz Carlos Cagliari, Luiz Carlos da Silva Schwindt, Luzia Aparecida Oliva dos Santos, Luzmara Curcino Ferreira, Marcello Modesto dos Santos, Marcelo Módolo, Maria Aparecida Lino Pauliukonis, Maria Célia Cortez Passetti, Maria Cristina de Moraes Taffarello, Maria da Conceição Fonseca-Silva, Maria Eduarda Giering, Maria Ester Vieira de Sousa, Maria José Bocorny Finatto, Maria José Cardoso Lemos, Maria Margarida Martins Salomão, Mariângela de Araújo, Marília Blundi Onofre, Mario Luiz Frungillo, Marisa Corrêa Silva, Marize Mattos Dall'Aglio Hattner, Mauricio Mendonça Cardozo, Mayumi Denise Senoi Ilari, Márcia Maria Cançado Lima, Monica Filomena Caron, Mônica Veloso Borges, Nelson Viana, Norma Discini, Pedro Luis Navarro Barbosa, Raquel Meister Ko Freitag, Raquel Salek Fiad, Renata Coelho Marchezan, Roberta Pires de Oliveira, Roberto Gomes Camacho, Roberto Leiser Baronas, Ronald Taveira da Cruz, Ronaldo Teixeira Martins, Rosana do Carmo Novaes Pinto, Rosana Mara Koerner, Rosane de Andrade Berlinck, Rosane Rocha Pessoa, Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi, Sandra Denise Gasparini Bastos, Sebastião Carlos Leite Gonçalves, Sebastião Elias Milani, Sheila Elias de Oliveira, Simone Azevedo Floripi, Sonia Maria Lazzarini Cyrino, Soraya Maria Romano Pacífico, Sônia Bastos Borba Costa, Taísa

Peres de Oliveira, Tony Berber Sardinha, Valéria Faria Cardoso, Vanice Maria Oliveira Sargentini, Vânia Cristina Casseb Galvão, Vânia Maria Lescano Guerra, Wilmar da Rocha D'Angelis, Wilton José Marques.

SUMÁRIO

Reconhecimento	3
Apresentação	9
<i>Marcelo Módolo</i>	
FONÉTICA	
Evidências de finalizações plagais no dialeto caipira na região do Médio Tietê.....	10
<i>Rosicleide Rodrigues Garcia</i>	
GRAMÁTICA FUNCIONAL	
A construção relativa no português brasileiro: aspectos prosódicos delimitativos	24
<i>Aliana Lopes Câmara</i>	
Questões de transparência e opacidade na realização do sujeito pronominal no Português Brasileiro e no Inglês Britânico: uma abordagem Discursivo-Funcional.....	38
<i>Andréia Dias de Souza</i>	
Processos de conclusão do texto argumentativo.....	53
<i>Cristina Lopomo Defendi</i>	
A expressão da evidencialidade no gênero jornalístico	65
<i>Fabiana Pirotta Camargo Lourenço</i>	
<i>Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale</i>	
A acessibilidade das construções relativas na aquisição da escrita .	78
<i>Gabriela Oliveira</i>	
A construção <i>diz que... mas</i> : uma abordagem sistêmico-funcional e cognitivista	94
<i>Paulo Roberto Gonçalves-Segundo</i>	
GRAMÁTICA GERATIVA	
Causativas ECM e controle reverso: uma proposta para o português brasileiro	110
<i>Manoel Bomfim Pereira</i>	
<i>Heloisa Moreira Lima-Salles</i>	

HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

GEL: identidade visual..... 126
Geraldo Cintra

Sistema e relação na Teoria do Valor de Ferdinand de Saussure ... 135
Micaela Pafume Coelho

LEXICOGRAFIA E LEXICOLOGIA

O ensino do léxico na Educação de Jovens e Adultos (EJA): análise do livro didático do 8º ano da coleção *Tempo de Aprender* 148
Juliane Pereira Marques de Freitas
Maria Cristina Parreira da Silva

O uso da língua inglesa em contexto comercial no Português Europeu 160
Natália Cristine Prado

O neologismo semântico na trova humorística: o entrelaçamento *sui generis* entre humor e poesia 173
Pedro da Silva de Melo

A sinonímia, a polissemia e a homonímia no vocabulário da *Fauna* e da *Flora* 186
Sabrina de Cássia Martins

LÍNGUAS INDÍGENAS E AFRICANAS

Uma proposta preliminar de sistema consonantal para a língua Kaxarari (Pano) 202
Raphael Augusto Oliveira Barbosa

Relação língua e sociedade em foco: observando o vocativo "moço(a)" no português brasileiro, moçambicano e angolano 217
Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre

LINGUÍSTICA HISTÓRICA

Verbos transitivos finitos e não finitos nos contextos de formação do acusativo preposicionado do português clássico: mudança na diacronia 234
Alba Verôna Brito Gibrail

Análise das formas verbais imperativas no português arcaico 245
Gisela Sequini Favaro

MORFOLOGIA

O que diz a morfologia sobre os glides? Para uma visão além da fonologia255

Evilázia Ferreira Martins

O papiamentu e o kabuverdianu: possíveis aproximações267

Shirley Freitas

Manuele Bandeira

Gabriel Antunes de Araujo

SEMÂNTICA

Decomposição lexical em primitivos semânticos e analiticidade: sobre a possibilidade de derivar "kill" de "cause to die"280

Alex de Britto Rodrigues

A base experiencial das metáforas do futebol brasileiro291

Deize Crespim Pereira

Tópico em posição pós-verbal no português brasileiro.....306

Fernanda Rosa da Silva

Uma investigação sobre os sintagmas nominais nus e a distinção contável-massivo no Português Brasileiro.....321

Kayron Beviláqua

Os metapredicados ACT e AFFECT na estrutura semântica dos verbos instrumentais do PB.....335

Letícia Lucinda Meirelles

O processo de simulação na construção do sentido em narrativas.....350

Paulo Henrique Duque

Aspectos do funcionamento de *estar* em espanhol e em português brasileiro367

Telma Aparecida Félix da Matta Ccori

SINTAXE

Propriedades tipológicas de Alçamento de SN argumental e suas implicações para o reconhecimento do fenômeno no Português Brasileiro.....376

Gustavo da Silva Andrade

Do estatuto pronominal de 'a gente' e cliticização390

Jania M. Ramos, Francisca Paula Maia

Sujeitos deslocados à esquerda em gêneros textuais orais e escritos no Português Brasileiro	401
<i>Mônica Tavares Orsini</i>	
<i>Isabela de Campos Mourão</i>	
SOCIOLINGUÍSTICA E DIALETOLOGIA	
A unidade lexical “ <i>bolita</i> ” no Mato Grosso do Sul: perspectiva geolinguística	414
<i>Beatriz Aparecida Alencar</i>	
Interpretando perfis resultantes de estudos quantitativos: polêmicas e respostas	427
<i>Elaine Chaves</i>	
Um retrato sociolinguístico da realização das preposições de complementos de verbos de movimento no português falado no interior paulista	441
<i>Marcos Luiz Wiedemer</i>	

Apresentação do vol. 44 (2015)

A presente edição da Revista Estudos Linguísticos consolida formulação proposta nos volumes precedentes, assegurando assim a continuidade do projeto de uma Revista ampla com grande qualidade de seus artigos. Para o presente volume, foram submetidos 156 artigos, dos quais 100 tiveram sua publicação aprovada pelos pareceristas. Todos os artigos são provenientes de comunicações apresentadas durante o 62º Seminário do GEL (2014), realizado no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Além disso, são publicados oito artigos originados de conferências e intervenções em mesas redondas daquela edição do Seminário do GEL, completando assim um total de 108 trabalhos. Os artigos estão distribuídos nos três números que compõem o presente volume, que correspondem aos três eixos temáticos definidos nos volumes precedentes, a saber, “Descrição e Análise Linguística”; “Linguística: Interfaces” e “Análise do Texto e do Discurso”. A Comissão Editorial gostaria de manifestar seu agradecimento aos autores e aos pareceristas, que contribuíram para que esta publicação fosse possível. Nesse sentido, uma página de reconhecimento aos nossos pareceristas tem sido publicada, nomeando todos os que doaram seu tempo e esforço para que a avaliação dos artigos do presente volume fosse a mais criteriosa possível. Os trabalhos publicados refletem a grande diversidade das pesquisas produzidas nos domínios da linguagem, não somente no Estado de São Paulo, como em todo o território brasileiro.

Marcelo Módolo
Presidente da Comissão Editorial

Evidências de finalizações plagais no dialeto caipira na região do Médio Tietê

(Evidences for plagal finalization in the *caipira* dialect of the Middle Tiete region)

Rosicleide Rodrigues Garcia¹

¹Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade São Paulo (USP)

rhozzi@usp.br

Abstract: In this study of the caipira dialect prosody, the medium and final tones were determined following the analysis of f_0 . To that end, we analyzed 160 sentences produced by 28 informants, all of whom were over 60 years old with low educational level, from Middle Tietê (Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Porto Feliz, Tietê, Capivari, Itu, Piracicaba) and another 10 records of a São Paulo newscast with neutral speech (BARBOSA, 2002, p. 36) to serve as statistical control. Using special apps (SFS and Audacity) and ExProsodia® to generate statistical values, we have demonstrated that the medium and final tones of the caipira dialect present significant difference ($P < 0.05$) to the control. There is also a tendency towards plagal finalization when the means of the medium and final tones are juxtaposed.

Keywords: Caipira dialect; Plagal finalization; Prosody.

Resumo: Para o estudo da prosódia do dialeto caipira, considerou-se o exame da fala a partir da análise de f_0 , particularizando, daí o tom médio (TM) e o tom final (TF). Para isso, foram analisadas 160 frases de 28 informantes, com idades acima de 60 anos e baixa escolaridade do Médio Tietê (Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Porto Feliz, Tietê, Capivari, Itu, Piracicaba) e outras 10 gravações do telejornal de São Paulo, tomados como fala neutra (BARBOSA, 2002, p. 36) para controle estatístico. Por meio de aplicativos especializados (SFS e Audacity), e com especial uso do ExProsodia® para geração de valores para o cálculo estatístico, demonstrou-se que o tom médio e o tom final do dialeto caipira possuem diferença significativa ($P < 0,05$) em relação ao controle. E, quando as médias do TM e TF são justapostas, há uma tendência de finalização plagal no dialeto caipira.

Palavras-chave: Dialeto caipira; finalização plagal; prosódia.

Introdução

Em 1920, Amaral definiu a prosódia como “o ritmo e musicalidade da linguagem”, e faz considerações acerca do dialeto caipira. Porém, o autor não fecha sua obra como definitiva, solicitando que “observadores imparciais, pacientes e metódicos se dedicassem a recolher elementos” de modo a não só caracterizar o dialeto caipira, mas o “dialeto brasileiro” – assim chamado por ele (AMARAL, 1955, p. 43).

Tendo em vista que este artigo tratará justamente de particularidades prosódicas apresentadas pelo dialeto caipira, compreende-se que a definição dada pelo autor está de acordo com o que inicialmente se observa dela. Isso se deve, pois, dois séculos antes, Steele (1779, p. b2) já tinha observado que a linguagem oral é estabelecida por meio de variações tonais:

[...] in pronunciation, the voice moved up and down by such small gradations as that, whether the degrees were by quarters of a diatonic tone, or by smaller divisions, they

seemed, in comparison with those of our chromatic-diatonic, to be by imperceptible slides.¹

E, assim, Steele (1779) continua sua obra reconhecendo os movimentos da melodia da fala, comparando-a com a produção musical.

Tal teoria é ratificada durante os séculos seguintes por diversos autores, demonstrando que a linguagem oral é situada por um conjunto de tons, demarcando, dessa maneira, a entoação da fala. Portanto, entende-se que, nesse processo, a oralidade torna-se um elemento físico, já que a emissão do som cria ondas sonoras capazes de serem captadas por equipamentos sonoros. Ou seja, é possível examinar as congruências da fala para, então, verificarmos o f_0 e decompô-lo para estudos individuais de frequência e intensidade em função de tempo por meio de dados gerados pelo programa *ExProsodia*, desenvolvido por Ferreira Netto (2008a), já que o autor trata o exame da entoação de forma automatizada, fazendo com que os critérios de análise sejam sempre idênticos e não haja suposições sobre aquilo que se ouve².

Logo, a prosódia, percebida e pensada há séculos por excelentes estudiosos, atualmente tem a possibilidade de ser identificada por meios tecnológicos, de forma que os dados gerados a partir das falas do dialeto caipira, pacientemente colhidos, possam ser os mais metódicos e imparciais possíveis, conforme a solicitação de Amaral. E esta análise destina-se a isto: revitalizar as pesquisas do autor, porquanto, com os estudos de entoação, demonstra-se que a finalização do dialeto caipira apresenta diferenças consideráveis em relação a um controle definido como fala neutra (BARBOSA, 2002),³ o que será visto a seguir.

Metodologia

A pesquisa deu-se nas cidades de Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Tietê, Itu, Porto Feliz, Piracicaba e Capivari. Das amostras coletadas nas cidades do Médio Tietê, foram selecionados 28 informantes (2 homens e 2 mulheres para cada cidade); e 20 gravações a partir de apresentadores de telejornais para servirem como controle. Em relação à região caipira, o que determinou a seleção foi a qualidade da gravação, a participação do entrevistado durante o desenvolvimento da conversação, e as informações dadas durante as entrevistas. Ademais, para computação dos dados, eram necessárias pessoas maiores de sessenta anos, com baixo grau de escolaridade e que não tivessem morado por longa data, ou preferencialmente nenhuma, em outras localidades. Sendo assim, desenvolveu-se a pesquisa em campo.

¹ Tradução livre: “na pronúncia, a voz move-se para cima e para baixo em pequenas gradações tais que, se os graus fossem um quarto de um tom diatônico, ou por divisões menores, eles pareciam lâminas imperceptíveis, em comparação com as de nossa cromática-diatônica”.

² Este artigo é parte dos resultados obtidos para a tese de doutoramento que está inserida no Projeto *ExProsodia*, sob orientação do autor citado, dando base à análise de elementos da prosódia caipira para o PHPP (Projeto História do Português Paulista), cujo objetivo é coletar, organizar e disponibilizar corpora de estudos diacrônicos e sincrônicos do Português Paulista.

³ A “fala neutra” é uma característica trabalhada pelos apresentadores de telejornais (BARBOSA, 2002, p. 36).

Não houve a seleção de um líder (LABOV, 2001) ou a intenção de se criar uma rede, pois a proposta desta análise foi justamente coletar informantes aleatoriamente, que não tivessem relação, de modo a comprovar um traço comum linguístico entre a população que não necessariamente tivesse a ver com graus de proximidade. Isso se deve porque, segundo Labov (2001), membros de uma mesma comunidade costumam ter elementos semelhantes na fala, tornando-se mais evidente de acordo com suas cogações: familiares, colegas de trabalho, entre outros. Dessa forma, conversou-se com os informantes em seus habitats, e, embora as perguntas fossem introduzidas pelo entrevistador, dava-se liberdade para que ele discorresse sobre o tema sem mais nenhum tipo de intromissão, não havendo uso de questionários.

Para a coleta do controle, preferiram-se as falas de jornalistas do telejornal paulistano de uma rede televisiva de referência, pois, segundo Ribeiro (2004, p. 123), a uniformidade dos falares desses profissionais nasceu da necessidade de “minimizar as distorções entre diferentes regiões do Brasil e criar um padrão de qualidade no telejornalismo de todas as emissoras da Rede Globo”. Ainda segundo o autor, a fala neutra é trabalhada conforme o que fora decidido no Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro de 1956, ocorrido em Salvador, onde se definiu um padrão nacional, “no qual ficou acertado que a pronúncia-padrão do português falado no Brasil seria a do Rio de Janeiro, com algumas restrições. Os ‘esses’ não poderiam ser muito sibilantes e os ‘erres’ não poderiam ser muito arranhados, guturais”. Por isso, estabeleceu-se como critério a comparação do dialeto caipira desenvolvido no Médio Tietê com o uniformizado pela rede televisiva, tendo em vista seu trabalho de padronização de pronúncias.

Após a gravação das entrevistas, foram selecionadas 5 frases de cada morador, totalizando, juntamente com as 20 do controle, 160 frases. As entrevistas foram coletadas em um gravador digital portátil de marca Zoom H4, e os arquivos sonoros foram editados e segmentados com o programa *Audacity 1.3.12 Beta (Unicode)*. A análise e a conversão da curva de frequência fundamental e da curva de intensidade para arquivos de texto foi realizada pelo *software Speech Filing System* (HUCKVALE, 2008), e os valores gerados por ele foram analisados pelo aplicativo *ExProsodia* (FERREIRA NETTO, 2010). Com os dados, utilizam-se cálculos estatísticos do teste ANOVA realizados pelo programa *Microsoft Excel 2010* e *Kyplot 2.0 Beta* para chegarmos às conclusões acerca da prosódia caipira.

Uso do modelo de série temporal para o estudo da entoação de tom médio (TM) e tom final (TF)

Dos estudos de entoação, Ferreira Netto e Baz (2011, p.1) entendem que as “microvariações tonais também decorrem do processo de manutenção da fala, na medida em que a articulação da voz necessita de um controle constante dos movimentos das pregas vocálicas [...]”. Assim, Ferreira Netto (2006) propõe que a manutenção do tom do falante é de seu conhecimento, gerando-se um tom médio (TM) – “estabelecido pela sustentação do alvo do movimento rítmico tonal durante a produção da fala” (FERREIRA NETTO; BAZ, 2011, p. 2) – usado como ponto de partida para a decomposição da série temporal de F_0 , que pode ser desarticulado em componentes estruturadores (finalização e sustentação) e semântico-funcionais (foco/ênfase, acento lexical).

Considerando a hipótese de F_0 , utiliza-se a série temporal. Nos estudos de estatística, a série temporal é usada como uma forma de previsão para dados processos, como

vendas, políticas econômicas, etc. Essa prática surgiu da oportunidade de mensuração do tempo, podendo-se “estabelecer algumas relações entre a passagem do tempo e a ocorrência de fenômenos biológicos” (GARBER, 1995, p. 92). Segundo o autor (*ib.*), “ao observarmos um fenômeno (variável) na natureza, podemos perceber que este é estimulado por uma infinidade de outros fenômenos (variáveis) correlacionados a ele, uns com uma interferência maior e outros com menor”.

Ou seja, o principal objeto de observação da série temporal é justamente o tempo. Para a análise de determinadas informações, as variáveis que estão presentes nele irão compor a projeção de dados por meio de uma fórmula matemática capaz de identificar um parâmetro dentro do fenômeno desenvolvido. Assim sendo, fica preestabelecido que (GARBER, 1995, p. 95):

Z_t – valor observado da ST no momento t

h – horizonte da projeção (número de passos a ser projetado)

$\hat{Z}(h)$ – projeção feita no ponto de projeção t para o horizonte h

\hat{Z}_t – projeção para o momento t feita no momento anterior, o mesmo que \hat{Z}_{t-1} (1)

ϵ_t – variável aleatória que representa o erro de projeção do momento, supondo ainda que tem média 0 e variância constante σ^2

Com a generalização do modelo como: $Z_t = f(Z_{t-1}, Z_{t-2}, Z_{t-3}, \dots; Z_1) + \epsilon_t$. Ou $Z_t = \hat{Z}_{t-1}(1) + \epsilon_t$.

Trazendo tal realidade para os estudos de prosódia, percebe-se que as fórmulas utilizadas para determinar os fenômenos distintos realizados dentro da projeção de uma venda, por exemplo, podem também ser usadas para quantificar as ocorrências orais, pelo fato de a série temporal conseguir prescrever um hábito, um costume. Dessa forma, Ferreira Netto (2008a) fez a correlação dessa teoria com as observações ora apresentadas pelos autores especialistas em entoação e determinou que:

[...] o valor Z obtido no momento t – notado como Z_t – é a soma dos componentes que concorreram para o seu estabelecimento. Os momentos encontram-se nos núcleos silábicos que ocorrem em intervalos cuja regularidade é predominante, mas não absoluta. (FERREIRA NETTO et al., 2011)

Sabendo-se que o autor decompõe o f_0 em quatro elementos (sustentação, finalização, foco/ênfase e acento lexical) desenvolvendo o tom médio ideal (TM), tem-se o seguinte gráfico para a projeção da fala:

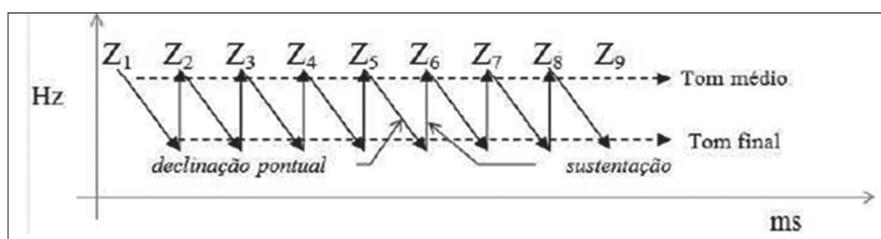


Figura 1. No gráfico, as setas diagonais escuras representam a declinação desencadeada em cada momento pelo desejo de supressão do esforço e as setas verticais escuras representam a sustentação desencadeada pela retomada da tensão inicial, ambas formando o ritmo tonal (FERREIRA NETTO et al., 2011).

Ainda de acordo com o autor, a finalização “associa-se ao fato de que se trata do tom-alvo da declinação pontual, estabelecida por um intervalo ideal decrescente de 7 semitons (st) do tom médio (TM) obtido até o momento Z_t ”. Para a geração de dados pelo *ExProsodia*, é considerado o seguinte (FERREIRA NETTO et al., 2011, p. 3):

Na medida em que a série temporal proposta se configura aditivamente como $Z_t = S_t + F_t + E_t (+A_t)$, pode-se fazer decomposição dos momentos Z_t a partir de TM_{t-1} e definindo-se F_t como $TM_{t-1}-7st$. Para a definição de E_t com Z_t maior do que TM_{t-1} extrai-se $TM_{t-1}+3st$ de Z_t-1 ; para a definição de E_t com Z_t menor do que TM_{t-1} extrai-se $F_t-1-4 st$ de Z_t-1 . Para a definição de S_t , ou extraem-se F_t e E_t de Z_t , ou extraem-se 7 st de TM_{t-1} .

Os valores obtidos para os cálculos da entoação estão em Hertz (Hz) e em milissegundos (ms), com intervalos de aproximadamente $\frac{1}{2}$ semitom. Conforme os autores (FERREIRA NETTO et al., 2011, p. 4), “na medida em que a rotina *ExProsodia* faz a decomposição de f_0 em suas componentes de TM, F e S, é possível fazer a síntese da entoação da frase a partir de qualquer uma delas, bem como a geração de um arquivo sonoro”.

Em relação aos tons, Ferreira Netto *et al.* (2011) observam que são percebidas no português brasileiro (PB) variações ascendentes iguais superiores a 3 semitons e descendentes iguais ou superiores a 4 semitons, como visto na Figura 2.

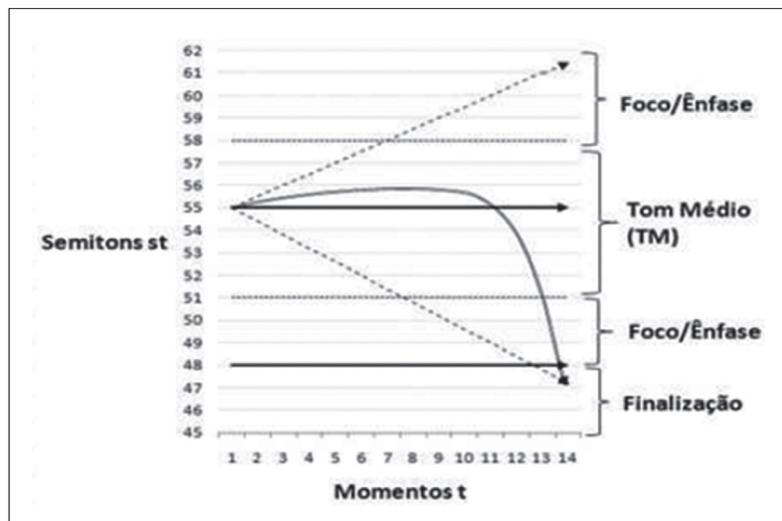


Figura 2. Os traços contínuos mais escuros mostram o TM e a Finalização. Os traços pontilhados mostram os limites acima, de 3 st, e abaixo, de 4 st, do TM. A escala horizontal mostra os valores em MIDI, referindo os graus da escala cromática diatônica ocidental. A linha curva no centro mostra a tendência à finalização da frase, e as linhas diagonais apontam para Foco/ênfase e para a finalização (FERREIRA NETTO et al., 2011).

Nos estudos da entoação do dialeto caipira, há uma similaridade quanto ao cálculo de valores de TM e TF produzidos a partir das análises dos dados do controle e dos entrevistados do Médio Tietê, correspondendo ao observado por Ferreira Netto e colegas (2011) quanto à entoação de seus usuários. Todavia, eles se caracterizam por apresentarem um traço plagal que não é visto no controle ou em estudos já realizados sobre a prosódia do PB.

O tom médio (TM) e o tom final (TF) do Médio Tietê

Para se obter o TM das frases coletadas, foi utilizado o método de detecção automática das sílabas, chamado de *c.p.s.* (candidato a pico silábico) pela média. Calculado pelo *ExProsodia*, a estimativa da média do TM faz-se pela coleta geral de dados gerados e enviados pelo programa *Speech Filing System*. Com os valores divididos em milissegundos, tem-se uma sequência a qual é possível analisar por meio das fórmulas estatística, para, assim, abstrair a média estabelecida pelo F_0 e intensidade.

Desse modo, a Tabela 1, a seguir, foi composta por oito colunas verticais constando as cidades Capivari (CAP), Itu (ITU), Piracicaba (PC), Pirapora do Bom Jesus (PP), Porto Feliz (PF), Santana de Parnaíba (SANT), Tietê (TIE) e Controle (CONTR). Os cálculos dos testes estatísticos foram executados pela fórmula fornecida pelo programa *Excell 2010*. Nas colunas horizontais, foram colocadas as frases, sendo cinco para cada informante. O H e o M referem-se ao sexo (homem e mulher), a numeração é dada aos entrevistados 1 e 2 de cada sexo, e FR é a abreviatura de “frase”.

Tabela 1. Comparação do Tom Médio (TM) em unidade cps medido em Hertz entre as cidades do Médio Tietê e o controle

TM cps	CAP	ITU	PC	PP	PF	SANT	TIE	CONTR
H1/FR1	118	173	181	113	179	178	158	142
H1/FR2	134	153	179	133	170	170	194	121
H1/FR3	133	172	178	116	169	163	171	157
H1/FR4	158	176	176	133	141	164	133	109
H1/FR5	145	173	180	128	202	171	159	170
H2/FR1	146	160	173	129	150	110	143	144
H2/FR2	137	169	175	132	169	113	177	132
H2/FR3	145	156	176	139	152	114	151	140
H2/FR4	141	170	179	132	156	118	200	132
H2/FR5	133	170	181	130	154	126	161	130
M1/FR1	179	132	157	219	187	187	185	224
M1/FR2	130	237	199	217	182	195	204	257
M1/FR3	156	235	206	235	194	236	202	258
M1/FR4	182	235	203	218	180	131	202	247
M1/FR5	156	229	204	184	182	203	180	231
M2/FR1	196	219	170	165	238	223	209	250
M2/FR2	168	204	159	158	246	211	255	273
M2/FR3	180	181	149	185	211	283	266	249
M2/FR4	197	163	177	188	226	227	241	248
M2/FR5	189	190	155	162	220	231	202	196
TOTAL	3123	3697	3557	3216	3708	3554	3793	3810
Média	156,15	184,85	177,85	160,8	185,4	177,7	189,65	190,5

O teste ANOVA indicou variação significativa entre os informantes ($P < 0,05$ e $F_0(2,92) > F_c(2,16)$); porém, percebe-se que essa diferença não é acentuada com a presença

do controle (CONTR), logo entende-se que o tom médio entre as cidades diferem-se por outras questões que não necessariamente a sua localidade.

Contrapondo-se homens e mulheres, o mesmo teste demonstrou variação significativa entre o público feminino ($P > 0,05$ e $F_0(6,28) > F_c(2,13)$), mas não entre o masculino ($P > 0,05$ e $F_0(11,92) > F_c(2,13)$).

Para compreendermos o que ocorreu, foi acrescido o teste de Dunnett: que consiste no conceito de que, quando há um controle, as comparações de interesse preliminar podem ser usadas para cada novo tratamento com ele. Sendo assim, de acordo com esse teste, as cidades de Capivari, Pirapora do Bom Jesus e Santana do Parnaíba não possuem variações significativas em relação ao controle, enquanto as demais, sim; o que indica que há coincidências entre o TM utilizado pelos homens em cidades do Médio Tietê e a fala neutra, não havendo, portanto, uma ordem quando se fala apenas de região.

Quanto às mulheres, por meio do mesmo teste também observamos que não há uma tendência de similaridade absolutamente igual entre elas e os homens da mesma região, já que apenas Santana de Parnaíba, Itu e Piracicaba mantêm a regularidade de não terem variação significativa em referência ao controle; ao contrário de Capivari, Pirapora do Bom Jesus e Tietê, pois, enquanto os homens trazem uma variação significativa, as mulheres, não, e vice e versa.

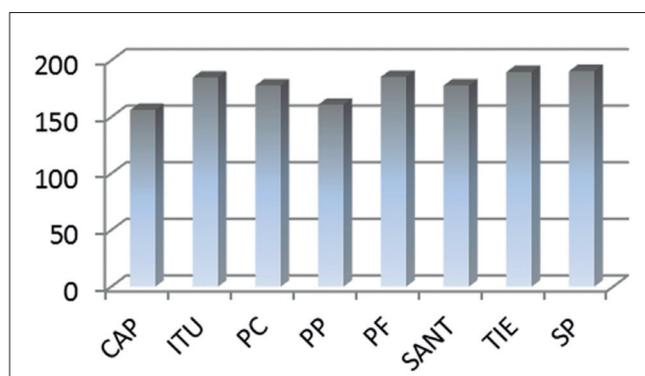
Dessa forma, após a distinção de valores, entende-se que a heterogeneidade dos cálculos desaparece quando temos a junção dos dados, isto é, o motivo da diferença tem a ver com o sexo de seus informantes porque os valores que não são similares entre homens e mulheres acabam interferindo na geração de resultados. Logo, tais assimetrias podem aparecer, levando-se em conta que as frequências fundamentais das vozes masculinas podem variar de 80 a 150 Hz, e as femininas, de 150 a 250 Hz (NEPOMUCENO, 1968; FOLMER-JOHNSON, 1968).

Porém, mesmo havendo essa diferença, ela não se acentua tanto quando os gêneros são contrapostos dentro de uma mesma região. Ao se calcularem as médias do Médio Tietê, por meio do teste F, percebemos que também não teremos diferenças significativas; o mesmo ocorrendo entre o controle.

Na verdade, gerando o teste F, quando se destaca somente as cidades do Médio Tietê, percebe-se que o valor-P é 0,01, enquanto o valor-P que mantêm a presença do controle é 0,02. Ou seja, há uma diferença mais significativa entre as cidades da região caipira, havendo diminuição dessa assimetria somente sob a presença do controle. Portanto, quando agrupamos as cidades do Médio Tietê, as diferenças se sobressaem no cálculo das médias, contudo essa contagem inibe a percepção de que há cidades na região caipira cujos TMs são mais altos ou baixos do que outras.

Nesse caso, conclui-se que a teoria espacial ou neolinguística de Matteo Bartoli (BASSETTO, 2001, p. 79-81) não se aplica, pois o isolamento das cidades ou suas colonizações semelhantes não garantiu uma variação dialetal tão distinta de modo a considerá-la uma caracterização. Vejamos o gráfico, onde o controle é chamado de SP:

Gráfico 1. Comparação do Tom Médio (TM) em unidade cps medido em Hertz (linha vertical) entre as cidades do Médio Tietê e o controle SP (linha horizontal)



Os totens demonstram que não há uma regularidade, estando Itu, Porto Feliz, Tietê e SP ≥ 180 cps, enquanto Piracicaba e Santana de Parnaíba ≤ 180 cps, e somente Capivari e Pirapora do Bom Jesus < 160 cps.

Em relação ao tom final, a comparação dos dados fora realizada da mesma forma do TM: usou-se o teste ANOVA de fator único; o Dunnett, para comparar as colunas, e o F, para verificar o grau de relevância das diferenças entre as cidades do Médio Tietê e do controle SP (fala neutra).

A Tabela 2 Segue o mesmo modelo anterior, com valores numéricos obtidos por meio dos cálculos estabelecidos pelo *ExProsodia*, e codificação abreviada referente às cidades e seus informantes.

Tabela 2. Comparação do Tom Final (TF) medido em Hertz entre as cidades do Médio Tietê e o controle SP

Tom Final	CAP	ITU	PC	PP	PF	SANT	TIE	CONTR
H1/FR1	172	171	128	105	117	196	150	124
H1/FR2	70	142	245	140	138	225	203	90
H1/FR3	74	183	238	102	133	154	245	143
H1/FR4	105	116	166	162	127	200	73	69
H1/FR5	91	244	156	100	122	140	130	182
H2/FR1	176	134	158	73	225	82	81	88
H2/FR2	134	132	107	108	160	82	138	87
H2/FR3	100	143	153	86	174	89	114	119
H2/FR4	105	188	144	108	165	92	136	152
H2/FR5	151	140	128	106	123	96	219	122
M1/FR1	196	93	204	150	291	135	166	148
M1/FR2	98	228	184	278	181	186	178	244
M1/FR3	209	320	191	233	172	186	127	252
M1/FR4	139	189	178	144	192	136	172	206
M1/FR5	145	195	180	126	133	188	141	172
M2/FR1	185	213	148	121	359	235	211	220
M2/FR2	119	183	133	142	160	158	366	276

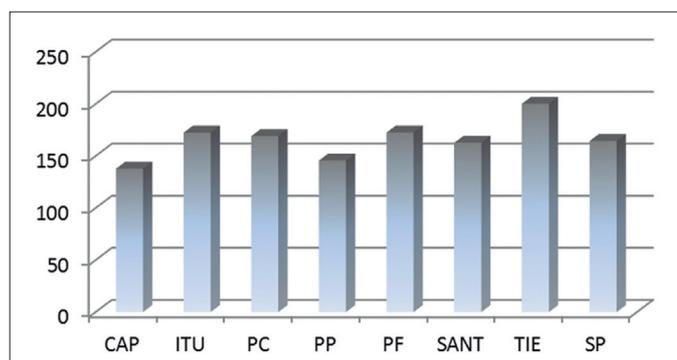
M2/FR3	164	135	186	271	148	234	343	176
M2/FR4	146	150	174	143	169	240	373	205
M2/FR5	176	149	180	214	161	199	191	212
TOTAL	2755	3448	3381	2912	3450	3253	3757	3287
média	137,75	172,4	169,05	145,6	172,5	162,65	187,85	164,35

Por meio do teste ANOVA fator único, compreende-se que novamente não houve uma diferença significativa entre o tom final das cidades ($P > 0,05$ e $F_0(1,51) < F_c(2,07)$). Da mesma forma, excetuando o controle, também não há mudança de resultado. Ou seja, entre as cidades do Médio Tietê, o teste revela que não haveria variações significativas, o que nos remete à compreensão de que há cidades do Médio Tietê que corroboram com os valores do controle.

O teste de Dunnett também não traz variações entre as cidades, mesmo quando os sexos são separados e analisados.

Sendo assim, tais quais os estudos de TM, percebe-se que há compensação de valores, mas as diferenças apresentadas não são suficientes para estabelecer uma grande variação entre os resultados, conforme visto no gráfico que segue:

Gráfico 2. Comparação do Tom Final (TF) medido em Hertz (linha vertical) entre as cidades do Médio Tietê e o controle SP (linha horizontal)



O tom médio e o tom final em conjunto

Embora não tenha havido diferenças significativas entre os resultados de TM e TF estudados separadamente, o tratamento dos valores demonstrou que existe disparidade entre o dialeto caipira e o controle quando esses resultados são justapostos.

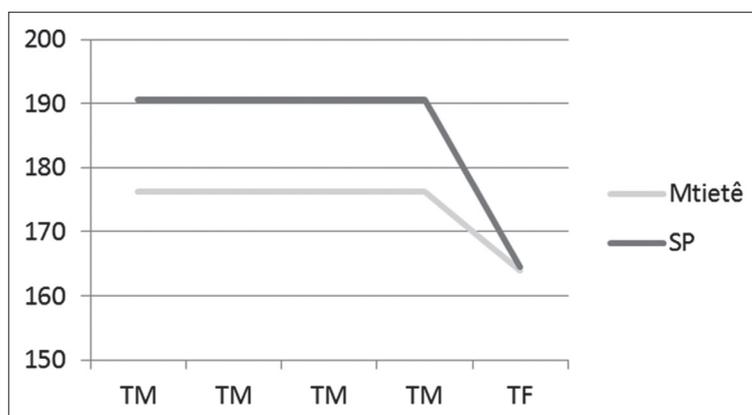
Isso se deve ao fato de as diferenças de TM e TF existirem mesmo não sendo significativas em relação ao controle, pois a finalização deste costuma ter maior queda em relação ao das cidades do Médio Tietê. Em média, a diferença percentual entre o TM e o TF do controle é de 14,6% para os homens e 13,2% para as mulheres; enquanto para os falantes do dialeto caipira é de 9,4% para os homens e 5,4% para as mulheres. Quando as comparações são mistas, os valores são de 13,7% para os falantes do controle, e 6,9% para o Médio Tietê.

Ou seja, o tom final desenvolvido pelos informantes do dialeto neutro tem a mesma finalização independentemente do gênero sexual. Já os falantes do dialeto caipira são mais distintos, entretanto ambos os sexos serão coincidentes quanto à finalização. Vejamos:

Tabela 3. Comparação entre os informantes do Médio Tietê e o controle (SP) com valores medidos em Hertz

	TM	TM	TM	TM	TF
MTietê	176,3	176,3	176,3	176,3	164
SP	190,5	190,5	190,5	190,5	164,4

Gráfico 3. Comparação entre as finalizações dos falantes do Médio Tietê e o controle (SP). O eixo vertical refere-se às médias medidas em Hertz, e a horizontal refere-se ao Tom Médio e o Tom Final decorrente das falas

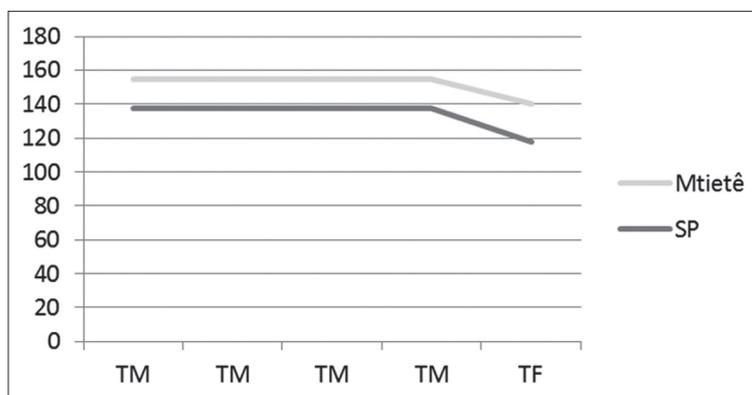


Nesse conjunto de informações, o cálculo das médias do controle (SP) e do Médio Tietê são iguais, por isso possuem o mesmo ponto de finalização, embora os TM's sejam diferentes. Devido a essa coincidência, o teste χ^2 gerado demonstra que não há diferença significativa entre os resultados contíguos de TM e TF, sendo o valor de 0,3 ($P > 0,05$). Porém, quando tratamos os valores separando entre os sexos, há variação, conforme vemos a seguir:

Tabela 4. Comparação entre os informantes masculinos do Médio Tietê e o controle (SP) com valores medidos em Hertz

	TM	TM	TM	TM	TF
MTietê	154,9	154,9	154,9	154,9	140,2
SP	137,7	137,7	137,7	137,7	117,6

Gráfico 4. Comparação entre as finalizações dos falantes masculinos do Médio Tietê e o controle (SP). O eixo vertical refere-se às médias medidas em Hertz, e a horizontal refere-se ao Tom Médio e o Tom Final decorrente das falas

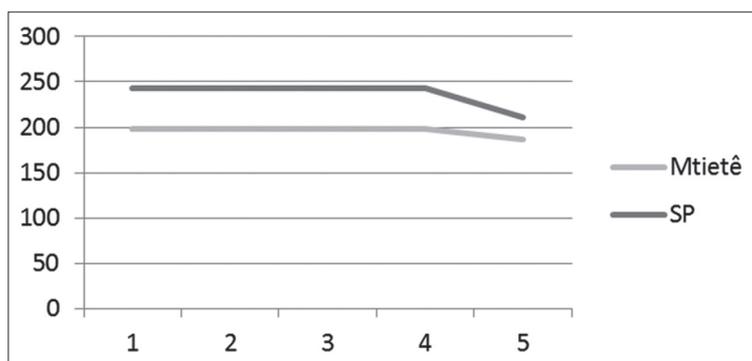


Enquanto a Tabela 4 discrimina os valores em TF e TM, o Gráfico 3 mostra que a finalização dos dados de Médio Tietê não é tão acentuada quanto SP, havendo tendência a uma finalização mais grave. O teste χ^2 reitera a diferenciação ao gerar o valor 0,01 ($P < 0,05$). O mesmo ocorre com o público feminino, como visto na Tabela 5 e no Gráfico 4.

Tabela 5. Comparação entre os informantes femininos do Médio Tietê e o controle (SP) com valores medidos em Hertz

	TM	TM	TM	TM	TF
Mtietê	197,8	197,8	197,8	197,8	187
SP	243,3	243,3	243,3	243,3	211,1

Gráfico 5. Comparação entre as finalizações dos falantes femininos do Médio Tietê e o controle (SP). O eixo vertical refere-se às médias medidas em Hertz, e a horizontal refere-se ao Tom Médio e o Tom Final decorrente das falas



O Gráfico 5 mostra que as mulheres do Médio Tietê têm o tom final mais grave do que as do controle (SP), gerando uma diferença bem significativa pelo teste χ^2 (0,0007; $P < 0,5$), o que denota a elas uma característica de finalização plagal mais acentuada.

Considerações finais

No início deste artigo, lembrou-se da solicitação de Amadeu Amaral (1920) para que continuássemos as pesquisas acerca do dialeto de modo imparcial, paciente e metódico. Seguindo seu conselho e dando início aos estudos de prosódia da região do Médio Tietê, a objetividade proposta por Amaral deu-se com a utilização de programas tecnológicos que fazem com que não tenhamos dúvidas para realizar as afirmações ora analisadas. Por isso, fez-se uso dos dados gerados pelo programa *ExProsodia*, pois, além de trazer com exatidão as informações sobre entoação de que precisamos, sua criação tem como base teórica os princípios prosódicos determinados por Cohen e T'Hart (1967), Maeda (1976), Pierrehumbert e Beckman (1980), Cagliari (2007), entre outros, sendo sistematizados e organizados por Ferreira Netto (2008) em um algoritmo de análise confiável.

Desse modo, por meio da geração de dados, chegamos às conclusões de que, primeiramente, o dialeto caipira também apresenta a proposição do citado autor e de Consoni (2008) quanto aos valores de TM e TF, já que esses autores notaram que o comum no PB é haver alteração no TM, enquanto a finalização tendia a ter valores fixos. Porém, considerando que o controle é uma representação padronizada do PB, percebemos que a finalização do falar caipira não ocorre de maneira tão acentuada quanto as estimativas desse controle, apresentando uma característica notável.

Conforme visto, tanto o TM quanto o TF não trazem diferenças significativas ao do controle, sendo que, colocados em média, algumas cidades do Médio Tietê praticamente empatam com os dados realizados a partir da fala neutra. Todavia, quando o TM e o TF são colocados lado a lado, vemos que, no ato da fala, a produção de ambos os tons se torna quase equivalente. Isto é, embora haja diferença entre os valores, os números demonstram que os resultados de TF das cidades do interior não se distanciam tanto assim do TM, sendo justamente nessa observação que se verifica o traço plagal na oralidade do dialeto caipira. Dessa forma, sobressai-se uma característica da prosódia comum aos falantes da região do Médio Tietê.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: Anhembi, 1955. 195 p.
- BARBOSA, Adriana. O. *Brasilienses e a ideia do não-sotaque no processo de formação de identidade linguística*. 2002. 83 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa. Área de concentração: Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- BASSETTO, Bruno F. *Elementos de Filologia Românica*. São Paulo: Edusp, 2001. 384 p.
- CAGLIARI, Luiz C. *Elementos de Fonética do Português Brasileiro*. São Paulo: Paulistana, 2007. 184 p.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 8. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998. 284 p.
- CARMO JR, José R. *Melodia e prosódia: um modelo para interface música-fala com base no estudo comparado do aparelho fonador e dos instrumentos musicais reais e virtuais*. 2007.

192 f. Tese (Doutorado em Linguística. Área de concentração: Semiótica e Linguística em geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CATEN, Carla S.; RIBEIRO, José Luís D. *Controle estatístico de processo: cartas de controle para variáveis, cartas de controle para atributos, função de perda quadrática, análise de sistemas de medição*. Rio Grande do Sul: FEENG, 2012. 172 p.

COHEN, Antonie; T'HART, Johan. On the anatomy of intonation. *Língua*, v. 19, n. 2, p. 177-192, 1967.

FALÉ, Isabel; FARIA, Isabel H. Percepção Categorial de contrastes entoacionais em Português Europeu. *Actas do XXI Congresso da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto, p. 341-348, 2006.

FERREIRA NETTO, Waldemar. *Variação de frequência e constituição da prosódia da língua portuguesa*. 2006. Tese (Livre-Docência em Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Decomposição da entoação frasal em componentes estruturadoras e em componentes semântico-funcionais. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE FONÉTICA E FONOLOGIA, 2008, Niterói. *Caderno de Resumos*. Niterói: UFF, 2008a. v. 1. p. 26-27.

_____. *Tradição oral e produção de narrativas*. 1. ed. São Paulo: Paulistana, 2008b. 103 p.

_____. ExProsodia. *Revista da Propriedade Industrial – RPI*, n. 2038, p. 167, item 120, 26 out. 2010. Disponível em <http://revistas.inpi.gov.br/pdf/PATENTES2038.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

FERREIRA NETTO, Waldemar; BAZ, Dami G. M. Variação tonal na finalização de frases de PB. *Academia.edu*. 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/2272642/Variacao_tonal_na_finalizacao_de_frases_de_PB>. Acesso em: 7 jan. 2014.

FERREIRA NETTO, Waldemar; CONSONI, Fernanda. Estratégias prosódicas da leitura em voz alta e da fala espontânea. *Alfa: Revista de Linguística*, São José do Rio Preto, (online), v. 52, p. 521-534, 2008.

FERREIRA NETTO, Waldemar et al. Decomposição da entoação frasal em componentes estruturais e semântico-funcionais: um teste com análise da variação de gênero. In: OSUCHIL – *The Ohio State University congress on hispanic and lusophone linguistics*, n. 12, Ohio, 2009a. Disponível em <<http://ojs.gc.cuny.edu/index.php/lljournal/article/view/652/895>>. Acesso em 8 jan. 2014.

_____. Finalizações de frase em leituras e frases espontâneas em PB. In: SEMINÁRIO DO GEL, 57, 2009, Ribeirão Preto: Unaerp. *Anais eletrônicos*. Jul. 2009b. Disponível em: <https://www.academia.edu/2272648/Finalizacoes_de_frase_em_leituras_e_fala_espontanea_no_PB>. Acesso em: 8 jan. 2014.

_____. A influência da cadeia segmental na percepção de variações tonais. *LL Journal*, Nova York, v. 6, n. 1, 2011. Disponível em <<http://ojs.gc.cuny.edu/index.php/lljournal/rt/printerFriendly/652/895>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

FOLMER-JOHNSON, Tore N. O. *Oscilações, ondas, acústica*. São Paulo: Nobel, 1968. 97 p.

GARBER, Rogério. Análise de séries temporais. In: PERES NETO, P. R.; VALENTIN, J. L.; FERNANDEZ, F. A. S. *Oecologia Brasiliensis: tópicos em tratamento de dados biológicos*. Rio de Janeiro: UERJ, 1995. v. 2, p. 91-118.

GARCIA, Rosicleide R. Os metaplasmos de Amaral: demonstração de variações caipira ou brasileira? In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA HISTÓRICA, 2., 2012, SÃO PAULO. *Anais...* SÃO PAULO: USP, 2012..

- HOLANDA, Sérgio B. *Monções*. v. 8. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. 718 p.
- HUCKVALE, Mark A. *Speech Filing System v.4.7/Windows SFSSWin Version 1.7*, em 17 fev. 2008. Disponível para download em: <<http://www.phon.ucl.ac.uk/resource/sfs>>. Acesso em: 20 jul. 2013.
- LABOV, William. *Principles of linguistic change: social factors*. In the series, *Language in Society* 29. V.2. Malden, MA: Blackwell Publishers, Inc. 2001. 572 p.
- LIMA, Marisa R. R. *Harmonia: uma abordagem prática*. Parte 1. São Paulo: Embraform, 2010. 196 p.
- MAEDA, Shinji. *A characterization of American English intonation*. 1976. 334 f. Tese (Doutorado em Engenharia elétrica e ciência da computação) – Massachusetts Institute of Technology, Boston.
- MEDEIROS, Beatriz R. Em busca do som perdido: o que há entre a linguística e a música. In: ILARI, B. S. (Org.). *Em busca da mente musical: ensaios sobre os processos cognitivos em música – da percepção à produção*. Curitiba: UFPR, 2006. p. 189-227.
- MORAES, João A. Intonational Phonology of Brazilian Portuguese, ms. In: *Workshop on Intonational Phonology: understudied or fieldwork languages*, ICPHS 2007. Satellite Meeting, Saarbrücken, 5 ago. 2007.
- NEPOMUCENO, Lauro. X. *Acústica técnica*. São Paulo: Etegil, 1968. 144 p.
- PIERREHUMBERT, Janet B.; BECKMAN, Mary E. *Japanese tone structure*. Cambridge: The MIT Press, 1980. 280 p.
- PIERREHUMBERT, Janet. *The phonology and phonetics of English intonation*. 1980. 401 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Massachusetts Institute of Technology, Boston.
- RÉVAH, Israel S. L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XIVe siècle à nos jours. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Salvador, 1956.
- RIBEIRO, Ana P. G. *Jornal Nacional: a notícia faz história/Memória Globo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 408 p.
- RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1901. 394 p.
- STEELE, Jonh. *Prosodia Rationais: or a essay towards establishing the melody and measure of speech*. London: J. Nichols, 1779. 268 p.

A construção relativa no português brasileiro: aspectos prosódicos delimitativos

(The relative clause in Brazilian Portuguese: some prosodic aspects)

Aliana Lopes Câmara

Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

aliana.precioso@gmail.com

Abstract: This paper presents an acoustic and audio analysis of relative clauses in Brazilian Portuguese, to delimit prosodic features that distinguish the restrictive relative clause from the appositive relative clause. The theoretical framework is the Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) and the auto segmental-metrical theory (LADD, 1998). Initially, we listened to all occurrences found in the Spoken Portuguese corpus in order to verify prosodic elements which influence the process of relative clause codification. To view the results of the analysis of hearsay, we selected four tokens of each type, which are analyzed by the PRAAT computer program. The analysis shows that the non-restrictive relative clause in Brazilian Portuguese is an Intonational Phrase and the restrictive relative is a Phonological Phrase.

Keywords: relative clause; intonation; pitch range; Brazilian Portuguese.

Resumo: Neste artigo, apresenta-se uma descrição das construções relativas no português brasileiro, para delimitação dos aspectos prosódicos que distinguem a oração relativa restritiva da oração relativa apositiva. O arcabouço teórico é a Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) e a teoria autosegmental e métrica (LADD, 1998). Inicialmente, realizou-se uma análise de oitiva de todas as ocorrências do *corpus* “Português Falado” para verificar quais elementos prosódicos influenciam no processo de codificação da oração relativa. Para visualização desses resultados, algumas ocorrências foram analisadas por meio do programa computacional PRAAT. A análise comprova que a relativa apositiva no português brasileiro constitui uma Frase Entoacional e a relativa restritiva, uma Frase Fonológica.

Palavras-chave: oração relativa; entoação; tessitura; português brasileiro.

Palavras iniciais

Há uma tradição de estudos sobre a oração relativa a partir de uma perspectiva gerativista que focaliza essencialmente os aspectos formais dessas construções (TARALLO, 1983; KATO, 1996; CORRÊA, 1998). Desde o trabalho de Tarallo (1983), muitos pesquisadores brasileiros têm estudado as estratégias de relativização do português: padrão, copiadora e cortadora. Tal perspectiva aponta os critérios presença/ausência de preposição e presença/ausência de pronome cópia no interior da relativa como fundamentais na delimitação das estratégias de relativização. Já há algum tempo também, tem havido uma maior preocupação com os aspectos pragmáticos das orações relativas, desde perspectivas funcionais (FOX, 1987; GIVÓN, 2001). Fox (1987) e Givón (2001) propõem diferentes “funções/condições discursivas/pragmáticas” para as orações relativas. Para Fox (1987), que parte de uma perspectiva funcional-formal, as funções discursivas da oração relativa derivam da função sintática do nome relativizado. Givón (2001), por seu turno, estabelece uma relação entre o núcleo nominal (em termos de sua definitude e referencialidade) e o *status* dado/novo da informação veiculada pela oração relativa. A maioria dos estudos,

portanto, tem focalizado a oração relativa a partir de critérios pragmáticos, semânticos e sintáticos, relegando a um segundo plano os aspectos prosódicos.

A intuição sobre uma possível diferença prosódica entre relativa restritiva e relativa apositiva já está presente há tempos na gramática tradicional, ao defenderem que a relativa apositiva se liga ao antecedente por pausa (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 618; BECHARA, 1999, p. 467). Defende-se, nos manuais de gramática, que essa diferença na pronúncia deve ser indicada, na escrita, por vírgula, separando a oração relativa do antecedente. É comum apresentar-se uma correlação por *default*: se tem vírgula, é apositiva; se não tem, é restritiva. Muito pouco tem sido dito sobre por que, na escrita, as apositivas são marcadas por vírgula, o que justifica este trabalho.

Parte-se aqui essencialmente dos pressupostos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), em que o Componente Gramatical está hierarquicamente organizado nos seguintes níveis: Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico. Nessa perspectiva, a pragmática governa a semântica, que governa a morfossintaxe, que governa a fonologia. Esse modelo possibilita uma visão integrada entre os aspectos prosódicos e os outros componentes gramaticais, o que pode lançar luz a algumas questões suscitadas por trabalhos anteriores que focalizaram a oração relativa exclusivamente a partir de aspectos pragmáticos e semânticos.

A elaboração das sentenças, na Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), é submetida às operações de formulação e codificação. A formulação diz respeito às regras que determinam as representações pragmáticas e semânticas da língua e compreende os Níveis Interpessoal e Representacional, respectivamente; enquanto a operação de codificação refere-se às regras que convertem essas representações pragmáticas e semânticas em representações morfossintáticas e fonológicas, compreendendo os níveis Morfossintático e Fonológico, respectivamente.

Segundo a GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), a relativa apositiva é formulada pragmaticamente como um Ato Discursivo, que tem função retórica Aposição, pois fornece informação de fundo sobre o núcleo nominal (daí a escolha aqui pela nomenclatura *relativa apositiva*). Já a relativa restritiva é formulada semanticamente como modificador do núcleo nominal. A seguir, exemplifica-se cada uma delas:

(01) é uma cidade **que também tem muito coisas antigas** (Bra80:ArteUrbana:l.92)

(02) aí nisso ia passando a Rosires, **que é nossa diretora** (Bra93:FestaEstudante:l.17-18)

Em (01), a relativa restritiva constitui um Estado-de-Coisas que funciona como um modificador do núcleo *uma cidade*, que constitui um Lugar, especificando-o para que o Ouvinte consiga formular uma imagem mental adequada do referente que está sendo construído, isto é, dentro de um conjunto de cidades possíveis, o Falante está se referindo apenas àquelas que têm coisas antigas (excluindo-se, portanto, as cidades com coisas novas e modernas) (DIK, 1997). Já em (02), há uma relativa apositiva, que constitui um Ato Discursivo Subsidiário em relação de dependência com o Ato Nuclear (*Aí nisso ia passando a Rosires*). O *status* de Ato da relativa apositiva comprova-se, entre outros fatores, por diferenças na sua codificação fonológica, como apontado por Hengeveld e Mackenzie (2008). Os autores defendem que a relativa apositiva é pronunciada com contorno ento-

cional independente da oração principal. Camacho (2012, 2013), também tendo como base o arcabouço teórico da GDF, descreve a oração relativa na lusofonia, defendendo que a oração relativa apositiva é demarcada prosodicamente por mudança de tessitura e por pausa, o que faz com que seja pronunciada com contorno entoacional próprio.

O objetivo deste trabalho é aprofundar a descrição fonológica de Camacho (2012, 2013), focalizando especificamente o português brasileiro e usando ferramentas computacionais para a interpretação e a descrição dos aspectos prosódicos. Para tanto, mobiliza-se, para compreensão dos “domínios” prosódicos no Nível Fonológico, o arcabouço teórico da GDF. Como tem sido apontada a importância do contorno entoacional na identificação e na delimitação desses domínios prosódicos, também se toma como base teórica a proposta da Fonologia Entoacional (LADD, 1998). Este artigo encontra-se dividido da seguinte forma: a esta introdução segue a primeira seção, em que se expõe o quadro teórico; na segunda seção, descrevem-se o *corpus* e a metodologia adotados, e finalmente, na terceira seção, apresenta-se a análise dos resultados.

Enquadramento teórico

Domínios prosódicos na GDF

Tendo em vista especialmente que a GDF prioriza os aspectos pragmáticos na determinação do funcionamento dos outros três níveis da gramática, é necessário explicar por que a teoria funcionalista da GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008) opta por se basear nos domínios prosódicos do modelo gerativista da Fonologia Prosódica de Nespor e Vogel (1986), em que a fonologia é reflexo essencialmente (mas não exclusivamente) da estrutura sintática da língua.

O primeiro ponto de aproximação entre as duas teorias é que a GDF se preocupa em fornecer uma *formalização rigorosa* dos aspectos comunicacionais e, para isso, parte justamente dos domínios prosódicos propostos por Nespor e Vogel (1986) para o Nível Fonológico. No modelo gerativo, os constituintes prosódicos são definidos principalmente a partir de constituintes da morfologia e da sintaxe (sem haver necessariamente uma relação unívoca entre eles), mas também por certas informações contidas no componente semântico.

O segundo ponto em comum é a *organização hierárquica* dos constituintes fonológicos em ambas as teorias, daí Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 428) terem adotado parte das unidades da hierarquia prosódica proposta por Nespor e Vogel (1986): Enunciado (U), Frase Entoacional (IP), Frase Fonológica (PP), Palavra Fonológica (PW), Pé (F) e Sílabas (S), tal como representado a seguir:

$$(03) \quad (\pi U_1 : [(\pi IP_1 : [(\pi PP_1 : [(\pi PW_1 : [(\pi F_1 : [(\pi S)^N] (F_1))] (PW_1))] (PP_1))] (IP_1))] (U_1))$$

Nessa representação, o Enunciado consiste de uma ou mais Frase Entoacional, que, por sua vez, é composta de uma ou mais Frase Fonológica, que é constituída de uma ou mais Palavra Fonológica, e assim sucessivamente.

A GDF propõe uma correlação por *default* entre as camadas do Nível Fonológico e as dos outros níveis. Enquanto o Enunciado relaciona-se com o Movimento no Nível Interpessoal, a Frase Entoacional relaciona-se ou com Atos Discursivos dentro de um

Movimento ou com Estados-de-Coisas dentro de um Episódio. As camadas relevantes para o presente trabalho são o Enunciado, a Frase Entoacional e a Frase Fonológica, discutidas a seguir.

Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 430) afirmam que o Enunciado corresponde à maior extensão do discurso e é de difícil operacionalização. É delimitado por pausa “mais substancial” do que a pausa usada para delimitação de Frases Entoacionais. Também pode ser demarcado por distinções de *pitch* (altura) que englobam um conjunto único de Frases Entoacionais. Os autores apontam a possibilidade de o Enunciado corresponder a um paratom (palavra derivada de parágrafo):

Paratons são definidos para o inglês por Thompson¹ (1994, p. 65-66) como “unidades estruturais do discurso falado relacionadas ao tópico que são caracterizadas fonologicamente por variação de altura relativamente alta na primeira sílaba proeminente e por variação de altura extra baixa na sílaba tônica final, comumente seguida por uma pausa significativa”.² (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 430)

Essas variações de altura (*pitches*) relativamente proeminentes parecem ser comprováveis translinguisticamente, entretanto não são facilmente identificáveis, por isso aderimos à opinião de Venditti (2005, p. 191,³ apud HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 430) de que sua identificação depende também da combinação de fatores acústicos e estilísticos, que marcam que dada Frase Entoacional é a última. Tais fatores podem ser o abaixamento da frequência fundamental, o alongamento segmental, *creaky voice*, pausas longas, contornos estilizados, etc.

A Frase Entoacional, por sua vez, contém um núcleo, ou seja, um movimento de variação de altura, localizado em uma ou mais sílabas, e é separada de outras Frases Entoacionais por pausas menos longas que as usadas nos Enunciados. Além da pausa, pode haver também (ou apenas) um movimento de variação de altura de término ou outras indicações rítmicas e duracionais (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 432). Nas frases com ilocução declarativa, há um movimento de caída (f), enquanto nas ilocuições interrogativas há um movimento global de subida (r).

A Frase Fonológica, numa relação entre níveis, corresponde ao Subato no Conteúdo Comunicado. Cada Frase Fonológica se caracteriza por conter uma sílaba acentuada mais fortemente que as outras. Uma das Frases Fonológicas (normalmente a última) dentro da Frase Entoacional representa um movimento de altura na sílaba mais acentuada, denominada sílaba nuclear, em que incide o movimento global de subida ou de descida dentro da Frase Entoacional.

Há uma diferença na codificação fonológica dos dois tipos de oração relativa, que é descrita em termos da possibilidade de a oração relativa constituir uma Frase Entoacional ou não. Segundo a GDF, somente a relativa apositiva é demarcada prosodica-

¹ THOMPSON, S. Aspects of cohesion in monologue. *Applied Linguistics*, v. 15, p. 58–75, 1994.

² No original: “Paratones are defined for English by Thompson (1994, p. 65-66) as ‘topic-related structural units of spoken discourse which are characterized phonologically by relatively high pitch on the first prominent syllable and by extra low pitch on the final tonic syllable, commmoly followed by a significant pause’.”

³ VENDITTI, J. J. The J_ToBI model of Japanese intonation. In: JUN, Sun-Ah (Ed.) *Prosodic typology: the phonology of intonation and phrasing*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 172–200.

mente como uma Frase Entoacional. Pretende-se verificar aqui, por meio da análise tonal das sentenças, se a relativa apositiva do português brasileiro é codificada, diferentemente da relativa restritiva, com contorno entoacional próprio, permitindo identificá-la com uma Frase Entoacional. Para a análise da estrutura entoacional, lança-se mão do modelo autossegmental-métrico da Fonologia Entoacional (LADD, 1998), cujos princípios teóricos fundamentais para a análise são descritos na próxima seção.

Fonologia entoacional

Como não se formula uma proposta detalhada de análise da entoação na GDF, este estudo adota alguns pressupostos da teoria autossegmental e métrica (doravante AM), conforme proposto por Ladd (1998). O autor postula que a estrutura tonal do enunciado é linear e pode ser descrita em termos de eventos tonais e transições. Estas últimas constituem contornos de altura que não são fonologicamente especificados e apenas servem para marcar a transição de um evento a outro. Já os eventos tonais principais relacionam-se, especialmente, a *pitch accents* (“tons de altura”) e *edge tones* (“tons de fronteira”). O tom de altura é uma variação de altura em algum ponto da *baseline* (“linha de base”), que pode envolver um tom local máximo ou mínimo que se associa às sílabas proeminentes acentuadas no enunciado. Apesar dessa associação, deve-se distinguir entre tom de altura e acento. O acento é uma propriedade lexical abstrata da própria sílaba, independente da organização fonológica do enunciado e pode se relacionar à força maior de articulação (aumento de intensidade, duração e tendência espectral mais superficial). O padrão entoacional do enunciado, por sua vez, é dado em termos de uma linha de acentos de altura e de tons de fronteira, que são descritos em termos de tons de nível primário Alto (H) e Baixo (L), que se referem ao nível de altura na realização fonética.

Como consequência, define-se a AM como uma teoria das relações de proeminência em um enunciado, que entende a frequência fundamental (F_0) como “a manifestação de uma estrutura não hierárquica em que elementos de um tom são associados com elementos de um texto”⁴ (LADD, 1998, p. 54-55), refletindo as relações de proeminência presentes no texto. Portanto, a noção de *alinhamento* (associação do tom à sílaba) é fundamental para compreender-se como se dá a relação entre eventos no contorno da frequência fundamental (F_0) e os eventos na linha segmental. É importante acentuar que determinada sílaba pode ser metricamente mais forte ou proeminente sem necessariamente ter um acento de altura, já que não há uma relação unívoca entre acento de altura e proeminência. O acento de altura é um elemento do contorno entoacional, e não a representação acústica do acento.

Ladd (1998, p. 79), seguindo os pressupostos de Pierrehumbert, afirma que todos os acentos de altura consistem de um único tom H ou L ou de combinações de tons H e L. Um acento de altura bitonal é unido por um sinal de +. O acento de altura tem um tom principal que é marcado com um asterisco H* ou L* e pode ter um tom iniciante e/ou seguinte. Dada essa notação, Pierrehumbert postulou, para o inglês, a existência de sete tipos de acentos de altura, a saber, H*, L*, L+H*, L*+H, H+L*, H*+L e H*+H (esta última configuração entoacional foi retirada em análises posteriores).

⁴ No original: “the manifestation of an overarching structure in which elements of a tune are associated with elements of a text in ways that reflect the prominence relations in the text.”

Os tons de fronteira (alongamento ascendente ou descendente da última vogal acentuada) são indicados por Pierrehumbert (apud LADD, 1998, p. 80) como H% ou L% e constituem tons únicos associados com o final de uma Frase Entoacional. O tom H% indica uma elevação final, enquanto L% indica a ausência de elevação final.

Uma característica fonética importante, para este trabalho, é a variação da tessitura (*pitch range*), que é analisada a partir da perspectiva do enfoque normalizante, definido da seguinte forma pelo autor:

Um modelo normalizante retifica a noção de ‘gama de variação da altura’ em termos de alguns pontos de referência específicos do falante, tais como valores da F_0 mais baixos e mais altos. Tal modelo tenta abstrair as diferenças entre os falantes, os efeitos paralinguísticos e assim por diante, e expressa as caracterizações invariantes de tons em termos da gama de variação idealizada do falante que resulta desse processo de produzir fontes de variação.⁵ (LADD, 1998, p. 256)

Dessa forma, os tons H e L são definidos não a partir da altura de tons precedentes, mas a partir dessa variação idealizada de determinado falante, ou seja, um tom H é realizado no topo da gama de variação do falante e um tom L no pico. A abstração prescrita pelo enfoque normalizante é fundamental para a descrição da variação da altura, já que esta está sujeita a diversas variações de sentido derivadas de fatores extrínsecos que devem ser apropriadamente minimizados para não se comprometer a análise.

Corpus e metodologia

As construções relativas foram extraídas a partir do *corpus* “Português Falado”, que é representativo de todas as variedades que têm o português como língua oficial. Esse *corpus* foi produzido pelo Projeto “Português Falado, Variedades Geográficas e Sociais”, coordenado pelo CLUL (Centro de Linguística da Universidade de Lisboa) e realizado em parceria com as Universidades de Toulouse-le-Miraile de Provence-Aix-Marseille. Para este estudo, foi selecionada apenas a amostra representativa do português brasileiro.

Primeiramente, realizou-se a escuta de todas as ocorrências de orações relativas restritivas e apositivas do *corpus*, procurando verificar se havia diferenças prosódicas entre elas, considerando-se a proposta de Tenani (1996, p. 112) para construções parentéticas, com as quais a relativa apositiva se identifica. Para a autora, o parêntese apresenta como configuração prosódica padrão: velocidade rápida e tessitura baixa.

Pretendia-se, inicialmente, submeter todos os dados ao programa computacional PRAAT⁶ para verificar os resultados de oitiva estatisticamente, entretanto a qualidade do áudio não permitiu que essa análise fosse realizada. Sendo assim, foram selecionadas e editadas quatro ocorrências prototípicas de cada tipo de relativa, para eliminação de ruídos que comprometiam a análise por meio do dispositivo computacional.

⁵ No original: “A normalising model reifies the notion of ‘pitch range’ in terms of some speaker-specific reference points, such as upper and lower F_0 values. Such a model attempts to abstract away from differences between speakers, paralinguistic effects, and so on, and express the invariant characterisations of tones in terms of the idealised speaker range that results from this process of factoring out sources of variation.”

⁶ Programa disponível para *download* em: <<http://www.fon.hum.uva.nl/praat/>>. Acesso em: 2 mar. 2014.

A seguir, a metodologia consistiu em: 1º) utilizando o programa Nero Wave, recortar, no arquivo sonoro, apenas o trecho correspondente à oração relativa e à oração principal ou núcleo nominal a que se relaciona; 2º) por meio do programa computacional PRAAT, desenvolvido por Paul Boersma e David Weenik, do Instituto de Ciências Fonéticas da Universidade de Amsterdã, realizar a descrição da frequência fundamental (F_0) dos arquivos de som, interpretando os eventos tonais de cada sentença, relacionando-os à linha segmental; e 3º) realizar a interpretação e análise dos dados, para visualização dos resultados encontrados com a análise de oitiva.

Na análise acústica para determinação dos padrões prosódicos da oração relativa, foram considerados os padrões entoacionais de cada enunciado. O objetivo foi verificar (i) se há tons de fronteira entre a oração principal e cada tipo de oração relativa, o que permite comprovar se a oração relativa forma ou não uma Frase Entoacional independente, ou seja, se ela possui um contorno entoacional independente da oração principal; (ii) se há eventos tonais que sinalizam uma mudança na variação de altura da oração relativa, indicando uma mudança de tessitura na codificação fonológica da oração relativa.

Resultados

A exposição dos resultados divide-se em duas partes. Na primeira, apresenta-se a análise dos elementos prosódicos (tessitura, velocidade e pausa), realizada a partir da escuta de todas as ocorrências. Na sequência, expõem-se os gráficos gerados computacionalmente para a análise da entoação dos enunciados, tentando tornar visíveis os resultados da análise de oitiva.

Análise de oitiva

Verifica-se, a partir da escuta das ocorrências, que a relativa restritiva nem é delimitada da oração principal por pausas nem é marcada por variação de tessitura e de velocidade, como exemplificado por (04).

(04) então, se, se você cozinha deve ter um prato *que é o predilecto dos seus filhos*. qual é?
(Bra80:Macarronada:1.18)

Por outro lado, a relativa apositiva tem características prosódicas que permitem identificá-la com um trecho parentético. Desse modo, é possível afirmar que os elementos prosódicos responsáveis pela delimitação do trecho parentético também são relevantes na delimitação da relativa apositiva no *corpus*.

Cagliari (1992, p. 140) afirma que os trechos parentéticos são marcados por meio de tessitura mais baixa. Esse elemento prosódico tem a função coesiva de unir trechos discursivos, sinalizando ao ouvinte o que faz parte do assunto principal do texto por meio de tessitura normal e o que constitui comentários secundários pelo uso de tessitura baixa. Nas palavras do autor, a tessitura “serve para lembrar ao ouvinte como conectar coisas ditas antes com coisas ditas depois”. Os resultados mostram que a relativa apositiva é um

trecho parentético prototipicamente marcado por meio de tessitura mais baixa com relação à fala normal de cada indivíduo, como em (05).⁷

- (05) todo mundo sabe que o terno é, são três, é paletó, colete e calça |^T *que hoje está voltando*^T|. (Bra80:Bichinho:l.91)

Os critérios pausa e velocidade também são importantes na delimitação da relativa, entretanto não devem ser tomados prototipicamente, porque nem sempre estão presentes. Diferentemente da tradição, portanto, a pausa não deve ser tomada como marca prototípica na delimitação da relativa apositiva, porque há certas ocorrências em que não há pausas delimitando a relativa, em especial, em seu início. O enunciado em (06), por exemplo, não apresenta pausa nem mudança na velocidade de pronúncia da relativa apositiva.

- (06) você sabe que nós começamos numa, numa, fase de produção escravista, passamos para uma fase de produção, eh, feudal ^T *onde existia o servo e o escravo*^T e não se parou por aí. (Bra87:Economia Sociedade:l.87-8)

Outro motivo para não se tomar a pausa como uma marca prosódica prototípica é que a relativa restritiva também pode vir acompanhada de pausas no início ou no fim. Isso se deve ao fato de a pausa ser usada para segmentar a fala, permitindo ao falante respirar em certos momentos (CAGLIARI, 1992, p. 142); por isso, quando ocorre com uma relativa restritiva, não têm a função de delimitá-la como um trecho parentético, mas apenas dar tempo ao falante para elaboração de seu discurso.

Comprova-se, pela escuta das ocorrências, que as relativas restritiva e apositiva são codificadas diferentemente no nível Fonológico, uma vez que a relativa apositiva é delimitada como um trecho parentético por meio de uma ou mais das seguintes marcas prosódicas: pausa, tessitura e velocidade. Considerando a tessitura como a marca prosódica utilizada prototipicamente na delimitação da relativa, propõe-se, a seguir, analisar algumas ocorrências de cada tipo de relativa, verificando se, de fato, esse resultado se constata também quando se submetem os dados a uma análise da variação dos tons no enunciado, a partir das configurações geradas pelo programa computacional PRAAT.

Análise computacional

Nesta seção, apresentam-se os gráficos gerados computacionalmente com a representação da variação de tons e a interpretação da relação entre os tons e as sílabas de cada enunciado. Inicialmente descrevem-se os resultados e a análise referentes à relativa restritiva, para, a seguir, compará-los com aqueles referentes à relativa apositiva.

O enunciado “tem um jogo *que você desconta 70%* já é um roubo” tem um padrão melódico, em que a oração principal e a relativa restritiva são pronunciadas num mesmo contorno entoacional. Nele, a frequência fundamental, que inicia em 160,6 Hz em *tem*,

⁷ Adaptamos os símbolos usados por Tenani (1995) na transcrição prosódica de nossos exemplos. As barras assinalam pausa longa (|), breve (↑), ultra-longa (||) e ultra-breve (↑↑). A velocidade normal não é marcada e a velocidade rápida é marcada pelo traço (—). A tessitura normal não é marcada, a baixa é sinalizada por (^T) e a alta por (^{T+}).

cai para 129,4 Hz na sílaba tônica de *jogo* e volta a subir, aumentando para 207,4 Hz na sílaba pós-tônica e alcançando seu pico de 231,3 Hz na sílaba tônica de *você*. Na sequência, não há variação entoacional ao longo do enunciado até subir novamente para 227,1 Hz em *é*, ao dar continuidade à oração principal que havia sido interrompida. Vai decrescendo progressivamente até 75 Hz na sílaba tônica de *roubo*, configurando um contorno descendente, marcado por tom de fronteira L%, que sinaliza o final da Frase Entoacional.

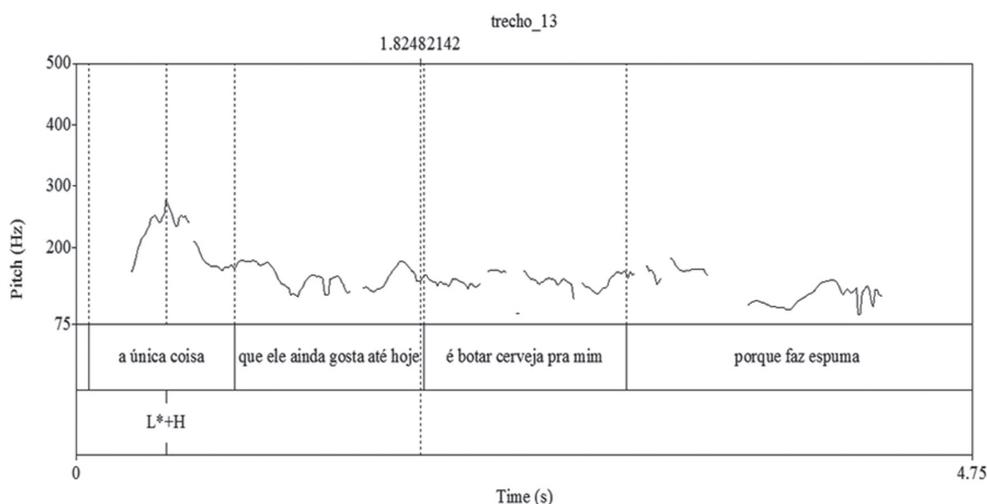


Figura 1. “Tem um jogo *que você desconta 70%* já é um roubo”

Observe-se que, apesar de haver uma variação entoacional nos limites da oração relativa, não se configuram limites de fronteira delimitativos de Frase Entoacional, pois há apenas uma variação da frequência fundamental padrão do falante de 160,6Hz para 152,2 Hz na oração relativa, que não é significativa para demarcar mudança de tessitura. Além disso, também não há uma variação significativa em Hertz nos dois picos que se configuram que possa ser interpretada como demarcadora de fronteira de Frase Entoacional. De fato, essa variação é interpretada como definindo a Frase Fonológica. Na fronteira da Frase Entoacional, há uma variação mais significativa, como será descrito a seguir.

O enunciado “A única coisa *que ele ainda gosta até hoje* é botar cerveja pra mim” também exemplifica uma restritiva intercalada. Percebe-se claramente que a oração principal e a relativa restritiva são pronunciadas num mesmo contorno entoacional. Inicia-se com um tom L* na sílaba tônica de *única* de 75 Hz, que sobe para 252,2 Hz na sílaba pós-tônica, caindo a seguir para 176 Hz no pronome relativo. O contorno entoacional mantém-se estável até o final do Enunciado, que termina com a oração coordenada explicativa.

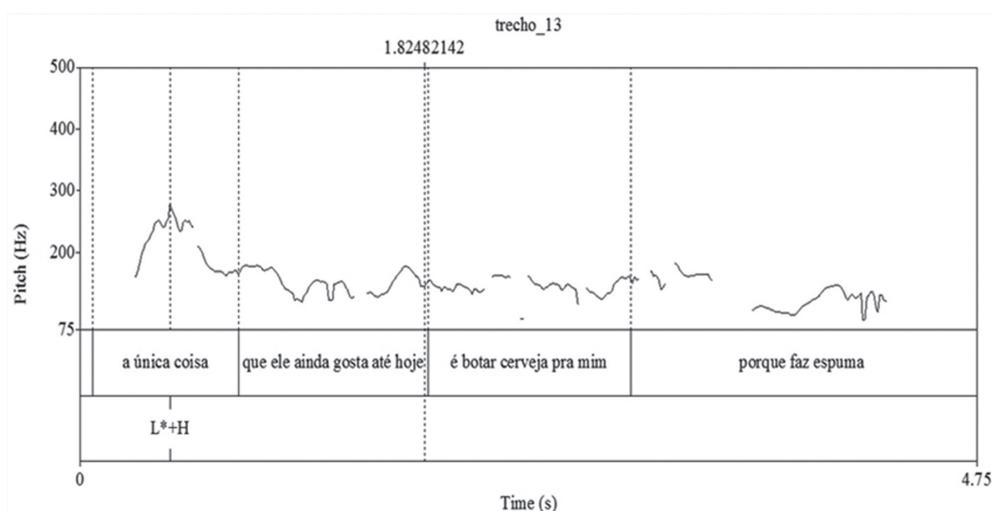


Figura 2. “A única coisa *que ele ainda gosta até hoje* é botar cerveja pra mim porque faz espuma”

O enunciado “Uma coisa maravilhosa *que aqui na cidade não se vê*” representa uma restritiva não intercalada. A F_0 mantém-se estabilizada em aproximadamente 204 Hz, sofrendo uma pequena variação tonal para 237,7 Hz na primeira sílaba tônica de *coisa*, que decresce na sílaba pós-tônica para 207,7 Hz. Há um pico na primeira sílaba da palavra *maravilhosa* de 269 Hz, com posterior queda na pré-tônica para 203,9 Hz e nova subida na sílaba tônica para 235,8 Hz. Essa variação do contorno entoacional marca o foco na palavra *maravilhosa*. Na oração relativa, não há variação de F_0 , que se mantém estável e só vai variar entoacionalmente na oração “que é fogão à lenha”. O fato de a oração principal e a oração relativa serem pronunciadas num mesmo contorno entoacional e não haver marca de limite de fronteira comprova que ambas constituem uma única Frase Entoacional.

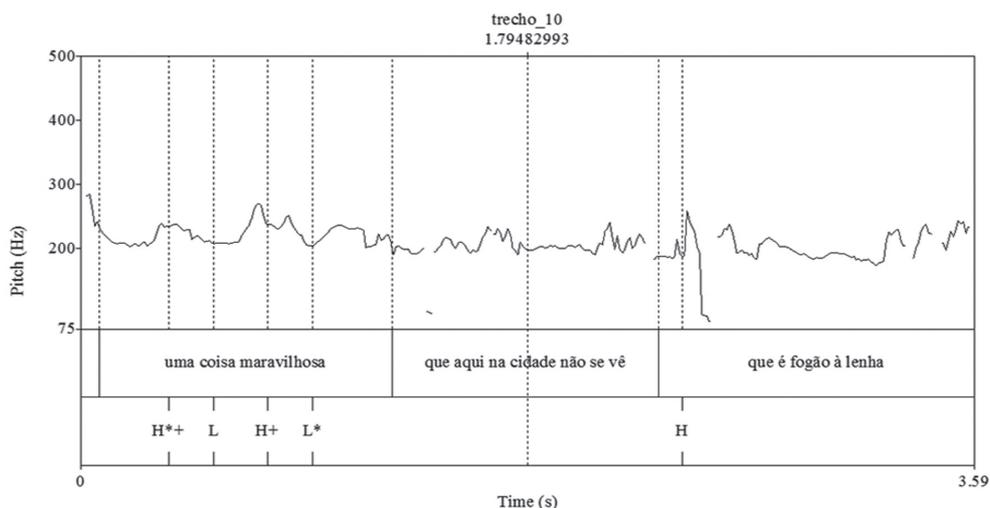


Figura 3. “Uma coisa maravilhosa *que aqui na cidade não se vê*”

O enunciado “sou de uma geração *que não é tão antiga*” também exemplifica uma relativa restritiva que aparece no final do enunciado. Em seu padrão entoacional, a F_0 sobe progressivamente desde 75 Hz na palavra *sou* até 218,9 Hz na sílaba tônica da palavra *geração*. O padrão entoacional atinge seu pico no pronome relativo com 271,1 Hz

e decresce progressivamente até 125,8 Hz na sílaba tônica de *antiga*. Isso significa que a oração principal e a oração relativa têm um único contorno entoacional, configurando uma única Frase Entoacional. O enunciado termina com o ato interativo *não é?*, seguido pelo tom de fronteira L%, sinalizando o fim da Frase Entoacional.

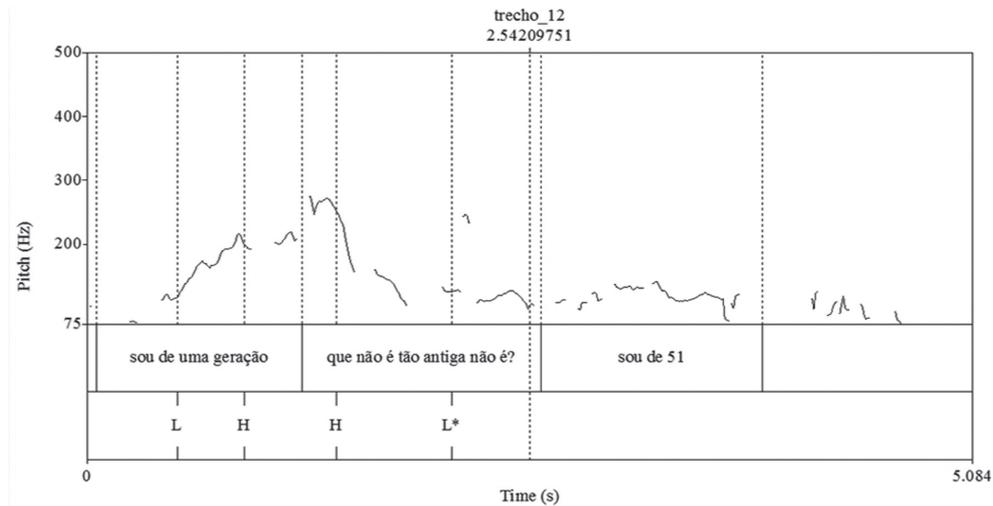


Figura 4. “sou de uma geração *que não é tão antiga*”

A partir de agora, inicia-se a discussão sobre as relativas apositivas.

No enunciado “a Rosires, *que é nossa diretora*”, há uma elevação de F_0 de 260,3 Hz na sílaba pré-tônica para 409,4 Hz na sílaba tônica de *Rosires*, formando o padrão LH*, delimitativo de Frase Entoacional no português brasileiro (TENANI, 2002, p. 79). A variação do padrão entoacional do falante (226 Hz) para 212 Hz na sílaba tônica de *nossa* marca uma variação de tessitura que delimita a Frase Entoacional. No final da oração relativa, há um pico de 417,9 Hz na sílaba tônica de *diretora*, que decresce na sílaba átona em 277,5 Hz, formando um padrão entoacional LH*, que delimita a Frase Entoacional. Além disso, há um tom L% marcando a fronteira da Frase Entoacional.

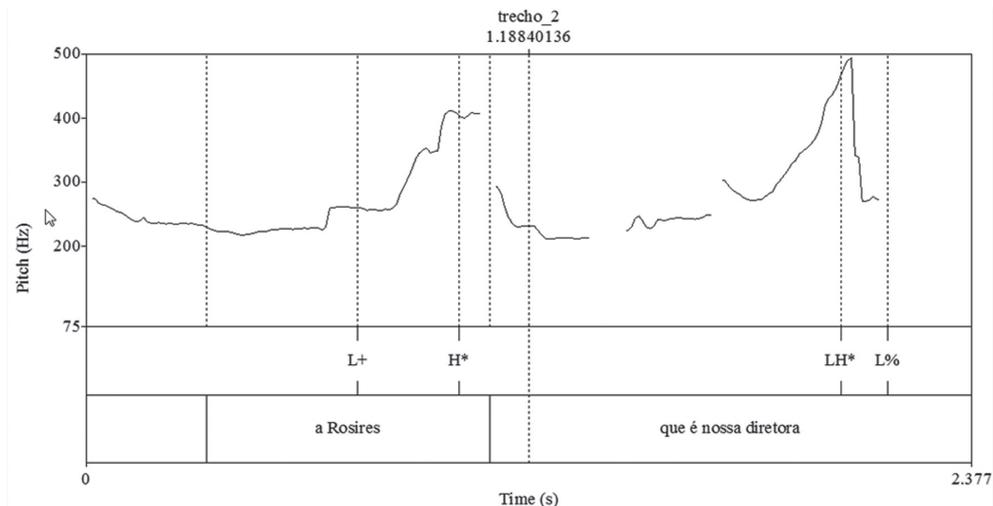


Figura 5. “a Rosires, *que é nossa diretora*”

Ao se comparar o gráfico acima com os gráficos anteriores, percebe-se nitidamente que a variação em termos de Hertz entre a oração principal e a relativa apositiva é bem maior do que a que se verifica entre a oração principal e a relativa restritiva. Como consequência, a variação tonal na Figura 5 é interpretada como indicativa de Frase Entoacional, enquanto a variação que ocorre entre a oração principal e a relativa restritiva é interpretada como delimitativa de Frase Fonológica.

No enunciado “tipo com a Fabiana, *que mora comigo, que é minha colega de república lá em Bauru*, // eu troco muito mais roupa com ela, *que é minha amiga*, do que com a minha própria irmã”, há três orações relativas apositivas em itálico. Na oração principal, há uma subida de 245 Hz na sílaba pré-tônica para 285,9 Hz na sílaba tônica de *Fabiana*, caindo para 233,4 Hz na sílaba pós-tônica. Na primeira oração relativa, há um pico na palavra *comigo*, que varia de 209,8 Hz na sílaba pré-tônica para 307,3 Hz na sílaba tônica de *comigo* e decai na sílaba pós-tônica para 188,7 Hz, marcando tom de fronteira que sinaliza o final da Frase Entoacional. Apesar de não haver tom de fronteira delimitando a oração principal e a oração relativa, defende-se que há uma mudança de tessitura, demarcada pela variação melódica da F_0 padrão de 243 Hz para 212,9 Hz, que continua estável na segunda oração relativa apositiva, em que também há um pico entoacional em *Bauru*, que varia de 182,2 Hz na sílaba pré-tônica para 315,7 Hz na sílaba tônica, delimitando a segunda relativa apositiva como uma Frase Entoacional.

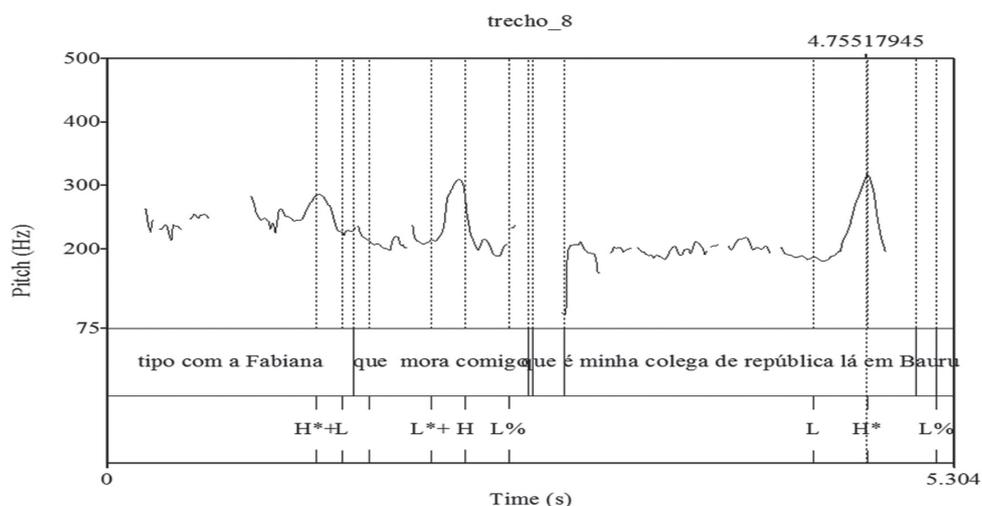


Figura 6. “A Fabiana, *que mora comigo, que é minha colega de república lá em Bauru*”

Na segunda parte do enunciado (“eu troco muito mais roupa com ela *que é minha amiga* do que com a minha própria irmã”), percebe-se claramente que é a mudança de tessitura que demarca a oração relativa como uma Frase Entoacional, já que não há tom de fronteira delimitando-a. Na oração principal, há uma subida de 297,3 Hz na sílaba pós-tônica de *muito* para 446,4 Hz em *mais*. Também há uma variação do contorno entoacional, que vai de 281,8 Hz em *com* até 356,2 Hz na sílaba tônica de *ela*, e então decai na sílaba pós-tônica. Na oração relativa, há uma queda de F_0 até atingir um vale em 219,9 Hz na sílaba pré-tônica de *amiga*, delimitando uma tessitura mais baixa que o trecho anterior e posterior. Também há um pico de 423,4 Hz na sílaba tônica de *amiga* que cai para 257,7 Hz na sílaba pós-tônica, configurando um contorno entoacional descendente, que delimita a Frase Entoacional. No final da sentença, há um ato interativo, delimitado por tom de fronteira, o que marca o fim do Enunciado Fonológico.

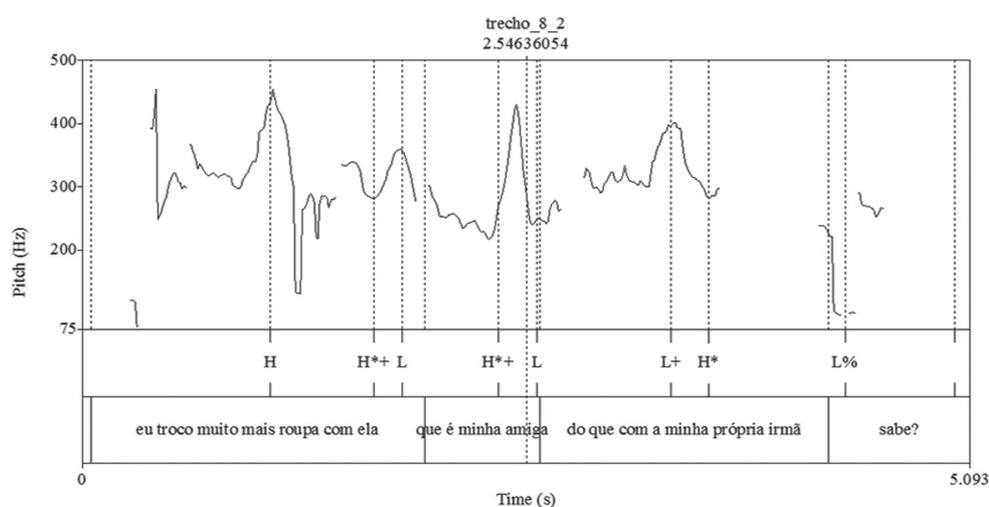


Figura 7. “eu troco muito mais roupa com ela *que é minha amiga* do que com a minha própria irmã”

Percebe-se pela análise do contorno entoacional que as orações relativas apositivas constituem de fato uma Frase Entoacional, já que são pronunciadas com tessitura mais baixa que a F_0 padrão do falante. Além disso, ocorre uma subida brusca da altura na última sílaba tônica da oração relativa apositiva, formando o padrão entoacional LH*, que é seguido por tom de fronteira L%.

Palavras finais

Este trabalho apresenta uma descrição dos aspectos fonológicos da oração relativa, até então muito pouco explorados nas diversas pesquisas sobre o tema no português brasileiro. A análise de oitiva comprova que três elementos são fundamentais na delimitação prosódica da relativa apositiva (pausa, velocidade e tessitura), porém o único fator que está presente em todas as ocorrências é a variação de tessitura. Devido a essa constatação, os dados foram analisados a partir da ferramenta computacional PRAAT, com o objetivo de visualizar graficamente os resultados da análise de oitiva. Como consequência, a análise aponta para algumas marcas na variação tonal das relativas apositivas que também são importantes na descrição desse fenômeno linguístico: a formação, no final da oração principal e da relativa apositiva, de um padrão prosódico LH*, que delimita a Frase Entoacional no português.

Enfim, este estudo corrobora a interpretação dada às relativas apositivas por Hengeveld e Mackenzie (2008). Ou seja, a variação de tons na relativa apositiva, atestada estatisticamente, comprova que se trata de uma Frase Entoacional.

REFERÊNCIAS

- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CAGLIARI, L. C. Prosódica: algumas funções dos supra-segmentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 23, p. 137-151, jul./dez., 1992.

CAMACHO, R. G. Construções relativas sob a perspectiva discursivo-funcional. In: SOUZA, E. R. (Org.). *Funcionalismo Linguístico*. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 171-200. (Novas tendências teóricas, v. 1).

_____. Construções relativas nas variedades do português: uma interpretação discursivo-funcional. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 179-214, 2013.

CORRÊA, W. R. *Oração relativa: o que se fala e o que se aprende no português brasileiro*. 1998. 165f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1998.

CRISTOFARO, S. *Subordination*. Oxford: University Press, 2003.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar*. Part 1: The structure of the clause. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997.

FOX, B. A. The Noun Phrase Accessibility Hierarchy Reinterpreted: Subject Primacy or the Absolute Hypothesis? *Language*, v. 63, n. 4, p. 856-870, 1987.

GIVÓN, T. *Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. v. 2.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional discourse grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LADD, D. R. *Intonational Phonology*. Cambridge University Press: New York, 1998.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic Phonology*. Dordrecht-Holland: Foris Publications, 1986.

KATO, M. A. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Homenagem a Fernando Tarallo. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

TARALLO, F. L. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. 1983. 273f. PhD Dissertation, University of Pennsylvania, Philadelphia, 1983.

TENANI, L. E. *Marcas prosódicas das inserções parentéticas*. 1996. 189 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

_____. Domínios prosódicos no Português do Brasil: implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos. 317f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

Questões de transparência e opacidade na realização do sujeito pronominal no Português Brasileiro e no Inglês Britânico: uma abordagem Discursivo-Funcional

(Transparency and opacity matters on the pronominal materialization of the subject in Brazilian Portuguese and in British English: a Functional-Discourse approach)

Andréia Dias de Souza¹

¹Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
andreia-dias-souza@hotmail.com

Abstract: This work aims at comparing Brazilian Portuguese in its spoken variety and British English on the materialization of the pronominal subject. This analysis is based on the Functional Discourse Grammar approach, FDG (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), and aims at observing the subject materialization in both languages concerning their transparency and opacity aspects.

Keywords: transparency; opacity; pronouns; subject.

Resumo: O objetivo deste trabalho é realizar uma análise comparativa entre o Português Brasileiro, em sua variedade vernácula, e o Inglês Britânico, no que se refere à realização do sujeito na forma pronominal. Essa análise insere-se no âmbito da Gramática Discursivo-Funcional, doravante GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), e busca observar a realização do sujeito nos dois idiomas em questão no que tange aos aspectos de transparência e opacidade.

Palavras-chave: transparência; opacidade; pronomes; sujeito.

Considerações iniciais

Durante o processo de aquisição de uma segunda língua pode surgir uma série de dificuldades decorrentes da interferência da língua materna. No caso do processo de aprendizagem do Inglês como segunda língua por falantes de Português Brasileiro, duas situações nos chamam a atenção: a realização ou não do sujeito pronominal e a afixação verbal que marca a terceira pessoa do singular. Acreditamos que a dificuldade apresentada pelos aprendizes nessas duas situações não é decorrente apenas da interferência da língua materna, mas se dá, também, como consequência de aspectos não transparentes, ou opacos, na L2.

Por esse motivo, o presente trabalho terá como objetivo realizar um estudo comparativo entre o Português Brasileiro (doravante PB) e o Inglês Britânico (doravante IB) no que se refere à realização do sujeito pronominal quanto aos aspectos de transparência e opacidade. Este trabalho justifica-se pela contribuição que buscará dar aos estudos de aquisição do Inglês como segunda língua por falantes do PB.

Com base nos pressupostos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), o objetivo geral da pesquisa é elaborar uma análise da realização do sujeito pronominal em PB e Inglês, descrevendo de que forma ocorre, ou não, tal realização e implementar esses dados no modelo de Hengeveld e Mackenzie (2008), a fim de atestar o grau de transparência e opacidade em cada situação. Em seguida, propõe-se comparar os resultados baseando-nos nas noções de transparência

e opacidade, a fim de verificar o grau de transparência em cada uma das línguas em questão e comprovar se formas mais opacas são de mais complexa aquisição.

A amostragem que compõe o *corpus* desta pesquisa, no que se refere ao PB, será coletada no banco de dados do Iboruna que faz parte do projeto Alip. No que se refere ao IB, selecionaremos ocorrências encontradas no British National Corpus (BNC), que contém mais de um milhão de ocorrências no Inglês falado.

Este trabalho organiza-se da seguinte maneira: explicita algumas considerações a respeito do tema transparência; aponta breves considerações a respeito do modelo teórico da GDF; expõe os aspectos da realização do sujeito nas duas línguas por nós consideradas relevantes a este trabalho; evidencia as análises e o mapeamento das unidades no modelo teórico da GDF; e, por fim, apresenta as considerações finais.

Transparência

O termo transparência tem sido bastante estudado na linguística em seus mais diversos ramos, e como tal tem apresentado muitas definições. Apontaremos, nesta seção, breves considerações a respeito do tema e de que forma ele será abordado em nossas análises.

Ao trabalhar com aquisição da linguagem, Slobin (1977) afirma que o falante de qualquer língua busca clareza, eficiência, efetividade e uma razoável rapidez ao se expressar, ao passo que o ouvinte deseja captar uma mensagem clara e informativa e deseja fazê-lo rápida e eficientemente. Para que essa troca ocorra, o autor acredita que há quatro princípios, ou exigências, que tornem um sistema comunicativo capaz de atender aos objetivos do falante e do ouvinte, acima detalhados: ser claro; ser humanamente processável ao longo do tempo; ser rápido e fácil; ser expressivo. A primeira exigência diz que as estruturas superficiais da língua não devem diferir excessivamente da estrutura semântica que as permeia, que a língua tem a tendência de manter um mapeamento de um-para-um entre a estrutura semântica interna e a forma na superfície, com o intuito de torná-las facilmente captáveis pelo ouvinte. Para o autor, ao apresentar essa característica de “ser clara”, a língua busca a transparência semântica.

A relação de transparência se estabelece à medida que uma noção semântica se manifeste em uma forma apenas, que pode ser um morfema, uma palavra ou uma unidade linguística (LEUFKENS, 2013), ou seja, a relação de um-para-um (um significado para uma forma) é uma relação transparente (HENGEVELD, 2011a) ao passo que qualquer relação que não estabeleça tal equivalência (a relação de uma unidade semântica para duas formas, relação de um-para-dois, ou de nenhuma unidade semântica para uma forma, relação de zero-para-um) será considerada não-transparente ou opaca.

A noção de transparência refere-se à relação entre o significado e a palavra, baseia-se na relação de referência entre palavra e coisa, “vai na direção da concepção de que língua existe para falarmos do mundo, de que ela é como os membros da comunidade comunicam entre si, verbal ou gestualmente” (COUTO; MELLO, 2009, p. 72).

Na esfera funcionalista, entende-se que a língua é primordialmente um instrumento de interação social entre os seres humanos, ao pensar de um modo exato, poderíamos supor que, para atender a tal propósito de maneira ideal, ela deveria apresentar uma re-

lação perfeita, de um-para-um entre o significado e a forma, ou seja, ser um instrumento transparente. No entanto, sabemos que a língua não é uma ciência exata que se condicione ao logicamente ideal e, por essa razão, encontramos várias estruturas nas línguas do mundo que violam tal princípio: então chamadas não transparentes ou opacas. Uma língua é totalmente transparente à medida que tal violação não ocorra. Tal língua provavelmente não existe – toda língua viola a transparência de alguma forma em sua gramática. Contudo, as línguas podem exibir diferentes graus de (não) transparência (LEUFKENS, 2013). A maioria das línguas encontra-se abaixo do que seria considerado um grau de transparência total e muitas exibem um alto grau de opacidade (HENGEVELD, 2011a).

Após as considerações apresentadas, a fim de atender aos propósitos do presente trabalho, definiremos transparência como a equivalência ideal entre o significado e a forma, uma relação igualitária entre a noção semântica e a forma pela qual ela se manifesta. Hengeveld (2011a) considera que transparência é a relação de um-para-um entre significado e forma. Na opinião do autor, a definição desse termo está diretamente ligada à implementação dos dados analisados em um modelo teórico que permita que a visualização de tal relação se faça possível e considera que a Gramática Discursivo-Funcional é um modelo que cumpre esse papel. A fim de demonstrar as relações entre forma e função, o autor exibe as relações estabelecidas entre os quatro Níveis da GDF, Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico, a respeito dos quais explanaremos na próxima seção.

Pelos motivos acima apresentados, a fim de demonstrarmos claramente as relações de transparência e opacidade, implementaremos os dados analisados no modelo da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), assunto que abordaremos na próxima seção.

A Gramática Discursivo-Funcional

Acreditamos que o aparato teórico fornecido pelo modelo acima mencionado nos permite uma clara representação da relação entre a forma e o significado das unidades em análise, propiciando, portanto, a atestação de realizações de transparência, ou não, nos fenômenos analisados.

Esse modelo toma como objeto de análise o ato discursivo e sua codificação morfossintática e fonológica, focando em fenômenos gramaticais explícitos que são afetados pelo impacto do discurso.

Trata-se, portanto, de um modelo gramatical. O que o distingue de outros modelos é que se refere a um componente inserido em uma teoria geral de interação verbal e foi idealizado com o objetivo de ser igualmente válido para análise de qualquer língua (HENGEVELD; MACKENZIE 2008). Os autores responsáveis pelo referido modelo estabelecem a existência de quatro componentes que interagem entre si: o Componente Conceitual, o Componente Contextual, o Componente Gramatical e o Componente de Saída.

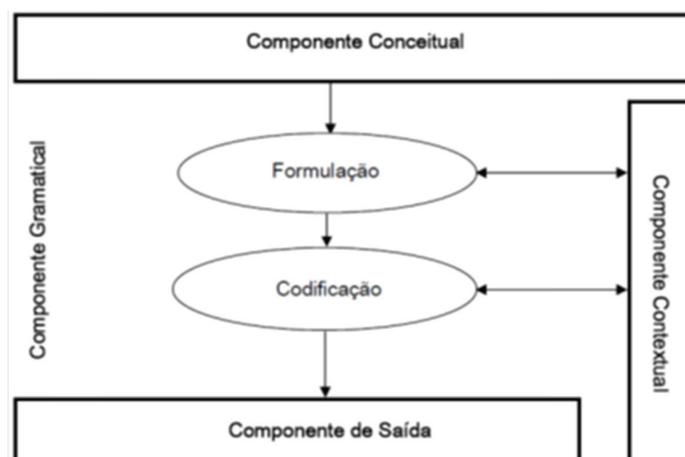


Figura 1. Modelo da GDF como parte de um modelo maior de interação verbal. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 6)

O Componente Gramatical é a própria GDF, é a parte central da teoria, que se encontra intimamente ligada aos demais componentes. Pode-se dizer que ela é vista como um Componente Gramatical que se opera junto a um componente conceitual em um modelo tripartite de geração linguística, o Componente Conceitual serve como gatilho para o gramatical operar.

Hengeveld e Mackenzie (2008) acreditam que a efetividade do Componente Gramatical está ligada à semelhança entre sua organização e ao modo como se dá a produção linguística do indivíduo, o que Dik (1997) chama de adequação psicológica. Sabemos que essa produção inicia-se com a intenção comunicativa e segue em direção descendente até a articulação. Tomando por base essa diretriz, uma implementação dinâmica da gramática é proposta e se inicia com a informação que provém do Componente Conceitual e se encerra com uma representação fonológica a ser transmitida ao Componente de Saída.

O Componente Gramatical iniciará o processo específico de formulação, no qual o material fornecido pelo componente conceitual será convertido primeiramente em uma representação pragmática de Movimentos, Atos e Subatos no Nível Interpessoal; em seguida, se converterá em uma representação semântica de Conteúdos Proposicionais, Episódios, Estado-de-coisas, Propriedades e Indivíduos no Nível Representacional. A partir daí, dá-se a fase de codificação morfosintática, na qual o material dos dois primeiros níveis será convertido em uma representação morfosintática, a qual, por sua vez, fornecerá recursos para o processo de codificação fonológica que produzirá representações fonológicas do enunciado (BUTLER, 2003).

Na arquitetura da GDF, observa-se a existência de quatro níveis hierarquicamente organizados: o Nível Interpessoal, o Nível Representacional, o Nível Morfosintático e o Nível Fonológico. Esses níveis referem-se, respectivamente, aos níveis pragmático, semântico, morfosintático e fonológico da produção linguística. A interação entre as dimensões sintática, semântica, pragmática e fonológica é o que define o arcabouço teórico da GDF.

Com o objetivo de evidenciar as relações de transparência e opacidade, implementaremos os dados da presente pesquisa no referido modelo, com o intuito de mapear

as unidades analisadas em cada nível anteriormente mencionado. O termo ‘mapeamento’, portanto, refere-se ao processo de codificação de unidades pragmáticas e semânticas ao convertê-las em unidades morfossintáticas e fonológicas. Ao observarmos, portanto, a organização morfossintática de determinada expressão, fica claro que ela pode refletir características de um ou dos dois níveis anteriores, evidenciando, assim, que o mapeamento de algumas unidades ocorre com base em informações fornecidas apenas pelo Nível Interpessoal ou apenas pelo Representacional, e em outros casos requer informações fornecidas pelos dois níveis. As relações de transparência serão constatadas entre os níveis quando identificarmos um mapeamento de um-para-um de determinada unidade entre cada nível.

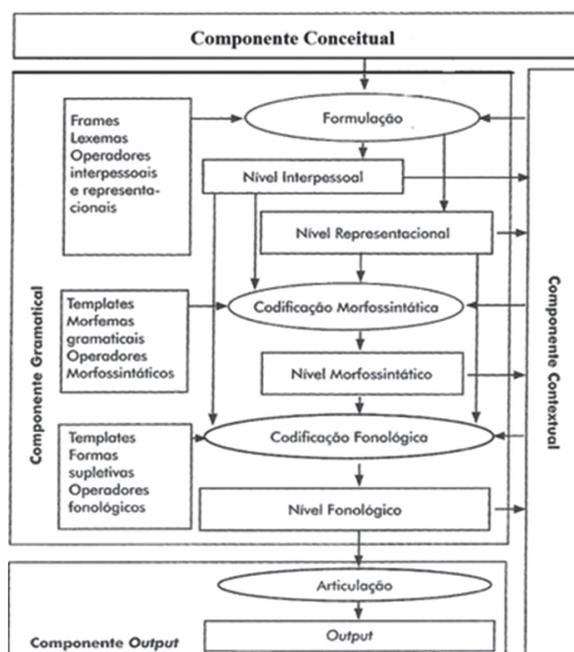


Figura 2. Arquitetura geral da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 13)

Conforme pudemos observar no modelo acima esquematizado, há dentro do componente gramatical quatro níveis de representação: o Nível Interpessoal, no qual a mensagem recebe a informação pragmática; o Nível Representacional, que por sua vez é responsável pelo aspecto semântico da mensagem; o Nível Morfossintático, que é o responsável pelo caráter estrutural da mensagem; e o Nível Fonológico, sendo o responsável por converter as informações recebidas em representações fonológicas.

As análises a respeito da realização/não realização do sujeito pronominal serão realizadas com base no mapeamento dos três primeiros níveis da GDF: o Interpessoal, o Representacional e o Morfossintático. A realização desse fenômeno no Nível Fonológico estará condicionada à sua realização ou não no Nível Morfossintático, não apresentando, portanto, considerações relevantes ao presente trabalho. Não haverá, assim, descrição desse nível nesta seção.

No Nível Interpessoal encontramos a seguinte estrutura:

$$(M_1 : [(A_1 : [(F_1)(P_1)_S(P_2)_A (C_1 : [(T_1)_{[\Phi]} \dots (T_{1+N})_{[\Phi]}] (R_1)_{[\Phi]} \dots (R_{1+N})_{[\Phi]}] (C_1)_{[\Phi]}]) (A_1) \dots (A_{1+N})_{[\Phi]}] (M_1))$$

$(\pi M_1: [$		Movimento ²
$(\pi A_1: [$		Ato discursivo
$(\pi F_1: ILL (F_1): \Sigma (F_1))$		Ilocução
$(\pi P_1: \dots (P_1): \Sigma (P_1))_S$		Falante
$(\pi P_2: \dots (P_2): \Sigma (P_2))_A$		Ouvinte
$(\pi C_1: [$		Conteúdo comunicado
$(\pi T_1: [...] (T_1): \Sigma (T_1))_\Phi$		Subato de atribuição
$(\pi R_1: [...] (R_1): \Sigma (R_1))_\Phi$		Subato de referência
$] (C_1): \Sigma (C_1))_\Phi$		Conteúdo comunicado
$] (A_1): \Sigma (A_1))_\Phi$		Ato discursivo
$] (M_1): \Sigma (M_1))$		Movimento

Figura 3. Relações hierárquicas do Nível Interpessoal (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 49)

Nesse primeiro Nível, os pronomes pessoais se realizam como subatos de referência [R] e podem ser classificados de duas formas: aqueles que se referem aos participantes do ato discursivo (primeira e segunda pessoa) ou aqueles que se referem anaforicamente, cataforicamente, logoforicamente ou deiticamente a não participantes do ato discursivo (terceira pessoa e logofórico) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 118).

O sistema pronominal das línguas, em geral, permite uma série de combinações com relação ao falante e ao ouvinte. As combinações envolvem a inclusão ou não desses indivíduos e podem ser representadas como: [+S] quando envolver o falante e [-S] quando não o envolver; [+A] quando envolver o ouvinte e [-A] quando não o envolver. Encontramos na GDF, portanto, as seguintes combinações no Nível Interpessoal:

Primeira pessoa do singular (+id R1: [+S, -A] (R1))

Primeira pessoa do plural exclusiva (+id R1: [+S, -A] (R1))

Primeira pessoa do plural inclusiva (+id R1: [+S, +A] (R1))

Segunda pessoa do singular (+id R1: [-S, +A] (R1))

Segunda pessoa do plural (+id R1: [-S, +A] (R1))

O Nível Representacional tratará dos aspectos semânticos da produção linguística. O Nível Interpessoal é o responsável pela evocação, enquanto o Representacional cuida da designação. O termo *semântica* está, nessa abordagem, restrito “aos meios pelos quais uma língua se relaciona com os mundos possíveis que ela descreve” (FONTES, 2012, p. 43-44).

No Nível Representacional, encontra-se a seguinte estrutura hierárquica:

$$(p_1: [(ep_1: [(e_1: [f_1: [(f_2)^n (x_1)_\Phi \dots (x_{1+n})_\Phi] (f_1)) \dots (f_{1+n}) (e_i)_\Phi] \dots (e_{1+n})_{(\Phi)}] (ep_1)) \dots (ep_{1+n})_{(\Phi)}] (p_1))$$

Tal estrutura apresenta a representação abaixo:

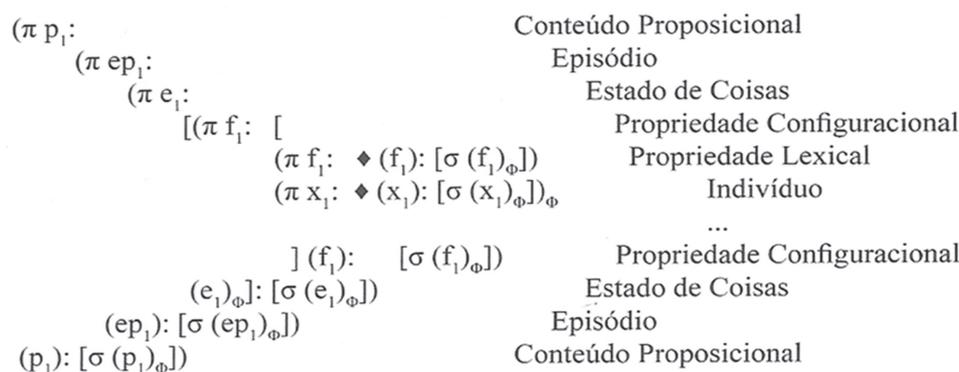


Figura 4. Relações hierárquicas do Nível Representacional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 140)

É nesse nível que ocorrerá a marcação de número, conforme o esquema abaixo, adaptado de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 118):

- Primeira pessoa do singular (1x1)
- Primeira pessoa do plural exclusiva (mx1)
- Primeira pessoa do plural inclusiva (mx1)
- Segunda pessoa do singular (1x1)
- Segunda pessoa do plural (mx1)

O Nível Morfossintático e Fonológico é responsável pelas unidades formais. As camadas contidas no Nível Morfossintático são assim representadas:

$(Le_1: [(Xw_1) (Xp_1) (Cl_1: [(Xw_2) (Xp_2: [(Xw_3) (Xp_3) (Cl_3)] (Xp_2))_\phi (Cl_2)_{(\phi)}] (Cl_1))]) (Le_1))$

Encontramos a seguinte representação para o Nível Morfossintático:

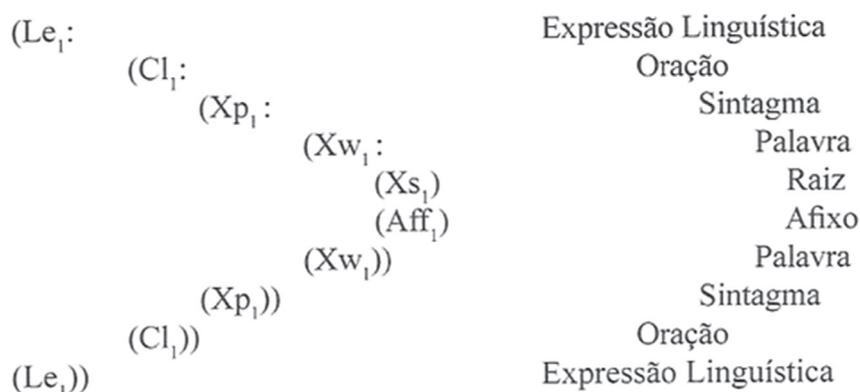


Figura 5. Relações hierárquicas do Nível Morfossintático (adaptado de HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 420)

Acreditamos que o modelo descendente e organizado em níveis nos permitirá demonstrar as representações do sujeito pronominal em cada um dos respectivos níveis, evidenciando as representações deste em cada nível, ou seja, de que forma se realiza, ou

não, na esfera pragmática, semântica e morfossintática. Por meio dessa implementação, poderemos estabelecer claramente as relações de um-para-um, um-para-dois ou um-para-zero, atestando ou não as relações transparentes a que este trabalho se dedica.

Sujeito

Quanto aos objetivos deste trabalho, nos interessa analisar as situações em que o sujeito é expresso pronominalmente e as situações em que é omitido. Partilhamos das concepções de Neves (2007) de que a realização ou não de um sujeito expresso está diretamente ligada a questões discursivo-textuais, ou seja, mesmo se tratando de um fenômeno de aspecto sintático, é na esfera pragmática que a necessidade da realização do sujeito vai se delinear, bem como de que forma ele será realizado, ou se será omitido.

Para atender aos objetivos deste trabalho, consideraremos que seja relevante mencionar a respeito do PB que:

- a. O sistema pronominal (DUARTE, 1993; SILVA 2003) apresenta uma alteração significativa no que se refere à segunda pessoa do singular e do plural: a utilização da forma *vocês* para a segunda pessoa do plural em lugar da forma *vós* e a substituição quase total da forma *tu* pelo pronome *você*, com exceção de algumas regiões do país, como o Sul por exemplo, nas quais o *tu* continua a ser utilizado.
- b. Com a substituição apresentada em “a” houve uma redução das desinências verbais marcando pessoa, uma vez que a forma *você* e *vocês* apresentam a mesma forma verbal da terceira pessoa do singular e do plural respectivamente.
- c. O sujeito pronominal tem apresentado duas situações bastante recorrentes: se realiza no pronome e no afixo verbal – “Nós assistimos” – e apenas no pronome – “nós assiste”.

Quanto ao IB, se faz necessário destacar que:

- a. Normalmente, considera-se que no Inglês exista o preenchimento da lacuna do sujeito por um SN ou por um pronome.
- b. Tal necessidade parece ser justificada em razão da ausência de desinências verbais que identifiquem a pessoa, com exceção da desinência –s utilizada nas variedades do tempo presente (simplex, perfeito, perfeito progressivo/contínuo) para designar terceira pessoa, trata-se de uma língua que não apresenta marcação verbal que diferencie a primeira da segunda pessoa. Sem a realização do sujeito expresso, haveria, portanto, maiores possibilidades de ocorrerem ambigüidades.
- c. Apresenta elementos expletivos que frequentemente se realizam como sujeito.

Em trabalhos que abordam a questão da aquisição do sujeito pronominal por falantes de PB (GONÇALVES, 1977; DURÃO; CANATO, 2005), a influência da Língua Materna foi apontada como fator determinante na produção de enunciados com a ausência do elemento expletivo “it” e com a não realização de sujeitos pronominais na Língua Alvo, no caso o Inglês. No entanto, Gonçalves (1977) reconhece que nem todos os erros são fruto dessa influência. Acreditamos que, fenômenos opacos na Língua Alvo são igualmente determinantes nas produções acima mencionadas.

Análise

Observemos a seguinte realização:

(01) Ela mandô(u) (Projeto Alip – Banco de dados Iboruna)

IL: (A_I: [F_I: DECL (F_I)] (P_I)_S (PJ)_A (C_I: [(T_I) (+id R_I: [-S, -A] (R_I))_{Top}] (C_I))] (A_I))

Os pronomes são introduzidos no Nível Interpessoal como subatos de Referência, correspondendo às escolhas realizadas pelo Falante para evocar as figuras do mundo externo às quais deseja se referir (SEARLE, 1969¹ apud HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 87); no nível Representacional, analisa-se o que o Falante quis dizer ao evocar tais entidades. Os pronomes “ela” e “ele” utilizados no trecho em análise são pronomes anafóricos que retomam entidades mencionadas anteriormente.

No Nível Representacional, portanto, o pronome anafórico “ela” apresentará a mesma representação que seu referente: x₂ que exercerá a função semântica de Ator. Para a ocorrência 1, teríamos: (R₂, x₂). A ocorrência em análise seria assim representada:

RL: (past ep_i (sim e_i: [(pf f_i: [(f_i:mand_v - (f_i)) (1x₂)_A] (f_i)) (e_i)_U]) (ep_i))

Chegamos ao Nível Morfossintático, no qual os subatos referenciais acima analisados se realizam com a função sintática de sujeito, sendo representados pela variável Nw, que se refere à palavra dentro da frase nominal, Np, que por sua vez se insere na camada da oração Cl. Teríamos na ocorrência 1 a seguinte estrutura morfossintática no que diz respeito ao pronome:

ML: (Le_i: (Cl_i: [Np_i: (Nw_i: **ela** (Nw_i)) (Np_i))_{Subj} (Vp_i: (Vw_i: [(Vs_i: mand (Vs_i)) (Aff_i: **ind-pastpf3sg** (Aff_i))] (Vw_i)) (Vp_i)) (Cl_i)) (Le_i))

Podemos observar que há uma unidade no que se refere ao sujeito no Nível Interpessoal, o Subato de Referência, que equivale a um indivíduo no Nível Representacional e que é codificado em duas unidades no Nível Morfossintático: na Palavra Nominal e no Afixo Verbal, atestando uma relação não transparente nessa realização.

Observemos mais um exemplo:

(02) Nós assiste (Projeto Alip – Banco de dados Iboruna)

Encontramos uma sentença na qual o afixo verbal não se realiza. Nesse caso, a realização do sujeito se dá apenas pela presença pronominal, uma vez que a forma verbal não traz a marca de pessoa ou de número, apresentando a mesma forma para segunda e primeira pessoa do plural, respectivamente. Notemos suas respectivas representações nos dois primeiros níveis da GDF:

IL: (A_I: [F_I: DECL (F_I)] (P_I)_S (PJ)_A (C_I: [(T_I) (+id R_I: [+S, -A] (R_I))_{Top}] (C_I))] (A_I))

RL: (past ep_i (sim e_i: [(pf f_i: [(f_i:assist_v - (f_i)) (mx₁)_A] (f_i)) (e_i)_U]) (ep_i))

¹ SEARLE, John. *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

O equivalente a esta sentença com a afixação verbal “nós assistimos” apresentaria nos dois primeiros níveis a mesma representação na GDF. A diferença marcante ocorre na representação dessas sentenças no Nível Morfossintático logo abaixo apontadas:

ML: (Le_i: (Cl_i: [Np_i: (**Nw_i: nós (Nw_i)) (Np_i)]_{Subj} (Vp_i: (Vw_i: [(Vs_i: assist (Vs_i)) (Aff_i: indprespf3sg (Aff_i))] (Vw_i)) (Vp_i)) (Cl_i)) (Le_i))**

ML: (Le_i: (Cl_i: [Np_i: (**Nw_i: nós (Nw_i)) (Np_i)]_{Subj} (Vp_i: (Vw_i: [(Vs_i: **assist (Vs_i)) (Aff_i: indprespf1pl (Aff_i))] (Vw_i)) (Vp_i)) (Cl_i)) (Le_i))****

A primeira representação se refere à ocorrência sem afixação, a segunda se refere àquela na qual o sujeito também se realiza no sufixo verbal. Nos casos em que existe a afixação, as marcas de pessoa e de número apresentadas na esfera pragmática e semântica serão codificadas tanto na realização do pronome como sujeito da oração como na afixação verbal, a qual trará a marca de pessoa, determinada no Nível Interacional, e a marca de número que, por sua vez, foi determinada no Nível Representacional. Existirá, portanto, uma relação não bijetiva entre o Nível Morfossintático e os dois primeiros níveis, uma vez que há uma unidade no Nível Interpessoal, o Subato de Referência, que se refere a um indivíduo, Ator ou Paciente, no nível Representacional, mas o mesmo subato é marcado em duas unidades no Nível Morfossintático: no sujeito e no afixo verbal; o mesmo ocorre com a marcação de número no Nível Representacional, ela é igualmente marcada nas mesmas unidades que a pessoa, logo há uma relação de um-para-dois.

Quanto aos casos em que o sujeito se realiza pronominalmente sem a afixação verbal, as unidades apresentadas nos primeiros níveis são marcadas apenas no sujeito, uma vez que no Nível Morfossintático o verbo não tem em sua representação a afixação para a segunda e terceira pessoa do plural e em alguns casos também para a primeira pessoa do plural, dessa forma, as unidades existentes nos dois primeiros níveis acabam por se codificar em uma unidade apenas no Nível Morfossintático, no sujeito, existindo, portanto, uma relação de um-para-um entre os dois primeiros níveis e o terceiro, ou seja, uma relação bijetiva. A realização do sujeito sem a afixação verbal é uma realização mais transparente que a realização com marcação de pessoa e número no pronome e no afixo verbal.

No que tange à ausência do sujeito pronominal, teremos a seguinte representação:

(03) Ø Comi. (Projeto Alip – Banco de dados Iboruna)

IL: (A_i: [F_i: DECL (F_i)] (P_i)_S (PJ)_A (C_i: [(T_i) (+id R_i: [+S, -A] (R_i))_{Top}] (C_i))] (A_i))

RL: (past ep_i (sim e_i: [(pf f_i: [(f_j:com_v- (f_j)) (1x_i)_A] (f_i)) (e_i)_U]) (ep_i))

ML: (Le_i: (Cl_i: (Vp_i: (Vw_i: [(Vs_i: com (Vs_i)) (Aff_i: **indpastpf1sg (Aff_i))] (Vw_i)) (Vp_i)) (Cl_i)) (Le_i))**

Essa situação apresenta uma relação bijetiva, ou seja, um elemento no Nível Interpessoal, o Subato de Referência, representa-se em um elemento no Nível Representacional, o indivíduo que, por sua vez, encontra representação em um elemento apenas no Nível Morfossintático: o afixo verbal. Encontramos, portanto, uma relação de um-para-um do Nível Representacional para o Nível Morfossintático, o que demonstra

que a omissão do sujeito pronominal quando existir afixação verbal marcando a pessoa apresenta uma relação transparente.

Na realização do sujeito pronominal em IB, com exceção da terceira pessoa do singular no tempo presente, teremos uma relação bijetiva, conforme podemos visualizar na representação do exemplo abaixo:

(04) I bought (...) (British National Corpus)

IL: (A_i: [F_i: DECL (F_i)] (P_i)_s (PJ)_A (C_i: [(T_i) (+id R_i: [+S, -A] (R_i))_{Top}] (C_i))] (A_i))

RL: (past ep_i (sim e_i: [(pf f_i: [(f_j:buy_v- (f_j)) (1x_i)_A] (f_i)) (e_i)_U]) (ep_i))

ML: (Le_i: (Cl_i: [Np_i: (Nw_i: I (Nw_i)) (Np_i)_{Subj} (Vp_i: (Vw_i: [(Vs_i: buy (Vs_i)) (Aff_i: indpastpf (Aff_i))] (Vw_i)) (Vp_i)) (Cl_i)) (Le_i))

Há um Subato Referencial que se realiza como Indivíduo na esfera semântica e que é codificado morfossintaticamente como uma Palavra Nominal *I* que exerce a função sintática de sujeito. A realização do sujeito pronominal expresso nos casos das pessoas acima mencionadas representa realizações transparentes.

No caso da terceira pessoa do singular no tempo presente simples, temos os casos anafóricos e os casos expletivos. Vislumbremos primeiro os casos anafóricos:

(05) He sees another dog (British National Corpus)

Encontraremos nesse caso uma relação diferente no que se refere à transparência. Nos dois primeiros níveis teremos novamente um Subato de Referência correspondendo o sujeito *he* que terá a seguinte representação: (+id R_i: [-S, -A] (R_i)) No Nível Representacional também teremos um indivíduo que executa a função semântica de Ator, assim representado: (1x_i)_A. Até aqui, portanto, uma relação de um-para-um, logo bijetiva e transparente. No Nível Morfossintático, no entanto, essa unidade se desdobrará em duas se realizando pela palavra *he* e pelo afixo *-s*, ambos marcando a terceira pessoa do singular, conforme a representação abaixo:

ML: (Le_i: (Cl_i: [Np_i: (Nw_i: he (Nw_i)) (Np_i)_{Subj} (Vp_i: (Vw_i: [(Vs_i: see (Vs_i)) (Aff_i: indprespf3sg (Aff_i))] (...)) (Vw_i)) (Vp_i)) (Cl_i)) (Le_i))

O mesmo ocorrerá com o pronome *it* quando for anafórico, como no exemplo apresentado na seção anterior. O que nos leva à constatação de que a realização do sujeito na terceira pessoa do singular no tempo presente em IB, por meio do pronome e do afixo verbal, configura uma relação de um-para-dois no Nível Morfossintático, o que nos dá uma relação opaca para essa realização.

Finalmente teremos o pronome expletivo:

(06) It is still February (British National Corpus)

O pronome *it*, nesse caso, não retoma nenhum outro item do discurso, não configurando anáfora. Na realidade, trata-se apenas da função gramatical de sujeito que

se faz relevante à organização morfossintática da língua inglesa, mesmo não expressando qualquer significado. Trata-se de um elemento expletivo, ou um *dummy*. Isso significa que não possui representação semântica ou interpessoal, pois não há qualquer argumento que possa ocupar a lacuna antes do verbo que precisa ser necessariamente preenchida, sendo considerado uma categoria unicamente morfossintática:

ML: (Le_i: (Cl_i: [Np_i: (**Nw_i: it (Nw_i)) (Np_i)_{Subj} (Vp_i: (Vw_i: [(Vs_i: be (Vs_i)) (**Aff_i: indprespf3sg (Aff_i))] (... (Vw_i)) (Vp_i)) (Cl_i)) (Le_i))****

A ocorrência de elementos expletivos é um dos fenômenos elencados por Hengeveld (2008) como fatores que contribuem para um maior grau de opacidade nas línguas, uma vez que apresentam uma realização de zero-para-um, já que não possuem unidades representativas no Nível Interpessoal e Representacional, configurando, portanto, uma relação opaca na realização do sujeito pronominal.

Considerações parciais

Pudemos observar até aqui algumas diferenças significativas na realização do sujeito pronominal no PB e no IB:

- a. Em PB padrão o sujeito realiza-se no pronome e no afixo verbal ou apenas no afixo verbal. No primeiro caso ocorre uma relação opaca, no segundo uma relação transparente.
- b. Em PB, em sua variedade vernácula, o sujeito pode realizar-se mais livremente sem o afixo verbal, apresentando a mesma forma verbal para a segunda e terceira pessoa do singular e para todas as pessoas do plural, o que configura uma relação transparente.
- c. Em IB, o sujeito pronominal realiza-se, na maioria dos casos, apenas no pronome, sem qualquer afixação verbal que marque pessoa, o que se assemelha muito à tendência do PB vernáculo de apresentar a mesma forma para a maioria das pessoas do discurso, o que também configura uma relação transparente.
- d. Em IB, apenas para a terceira pessoa do singular no tempo presente haverá marcação da pessoa também no afixo verbal. Para esses casos, a realização pronominal será opaca, apresentando representação um-para-dois.
- e. O sujeito pronominal **it** se comporta de duas maneiras: como referente anafórico e como elemento expletivo. Como referente anafórico, apresenta a mesma representação apresentada em “d”, como elemento expletivo, não apresenta representação pragmática ou semântica, configurando uma relação também opaca, mas de zero-para-um.

Durante o processo de aquisição do IB como segunda língua por falantes de PB, sabemos que é comum que estes não realizem a terceira pessoa do singular no afixo verbal, fazendo-o apenas por meio do pronome pessoal:

(07) He drink a lot of water

Essa situação é bastante comum nos primeiros estágios da aprendizagem e ainda que menos frequente é também comum ocorrer em estágios mais avançados. Apesar de reconhecermos que se trata de uma flexão mais complexa que o que ocorre, ou não ocorre, com as demais pessoas do discurso, não é possível deixar de observar o fato de que a afixação verbal de terceira pessoa é um fenômeno opaco. Outro fator relevante é que se trata de um fenômeno de um-para-dois inserido em um contexto no qual as demais realizações

são um-para-um, pois conforme apresentado anteriormente, a relação das demais pessoas do discurso na realização pronominal no tempo presente são transparentes, enquanto que no tempo passado até mesmo a terceira pessoa apresenta uma relação transparente na realização do sujeito.

Outra situação bastante comum é que os aprendizes omitam o sujeito em situações em que isso não ocorre na língua alvo:

(08) *Is still February

Conforme mencionado anteriormente, o IB é uma língua que apresenta a posição de sujeito preenchida, mesmo que por um elemento que não apresente qualquer significação. Essa realização marca um grau de opacidade que os falantes de PB não estão acostumados a produzir. No PB, sentenças equivalentes ocorreriam sem a realização do sujeito, o que demonstra que, além de lidarem com uma representativa diferença da língua alvo para a língua materna, os aprendizes ainda precisam lidar com a realização morfossintática de uma unidade que não traz qualquer motivação pragmática ou semântica, e frequentemente indagam: “o que significa o it nesta frase?” ou “por que preciso usar o it?”. É inegável que esse traço opaco do IB traz complicações para a aprendizagem dessa língua por falantes de PB, e não apenas por ser diferente da língua materna, mas principalmente por não apresentar na esfera semântica qualquer unidade que leve o aprendiz a atribuir um significado ou uma justificativa pragmática para utilizá-lo.

Acreditamos que as considerações apresentadas até o momento confirmam a necessidade de um estudo mais detalhado a respeito da transparência e opacidade envolvendo a língua alvo e a língua materna. Muitas das dificuldades apresentadas por aprendizes de L2 seriam mais facilmente compreendidas se as relações de transparência fossem consideradas pelo professor de L2, especialmente no que se refere à presença de elementos expletivos tanto na língua alvo quanto na língua materna.

REFERÊNCIAS

BUTLER, C. S. *Structure and function: a guide to three major structural-functional theories*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003. p. 1-31.

CAMACHO, R. G. *Classes de Palavras na perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional: o papel da nominalização no continuum categorial*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. Transparência e opacidade na seleção de estratégias de relativização no Português. *Linguística*, v. 27, p. 47-76, 2012.

CHOMSKY, N. *Essays on Form and Interpretation*. New York: North Holland, 1977.

COUTO, H. H.; MELLO, M. A. C. R. Os compostos no crioulo português da Guiné-Bissau. *PAPIA*, v. 19, p. 69-79, 2009.

DERWING, B. L.; BAKER, W. Assessing Morphological Development. In: FLETCHER, P.; GARMAN, M. (Ed.). *Language acquisition*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 326-328.

DIK, S. C. *The Theory of Functional Grammar*. Part 1: The Structure of the Clause. 2nd ed. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no Português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. *Português Brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 107-128.

_____. *A perda do princípio “Evite pronome” no Português Brasileiro*. 1996. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

DURÃO, A. B. B.; CANATO, A. P. M. B. A influência do português como língua materna no processo de aprendizagem de inglês como língua estrangeira: a questão do sujeito gramatical. *Revista Investigações*, v. 18, n. 2, jul. 2005. Disponível em: <http://www.revistainvestigacoes.com.br/Volumes/Vol.18.N.2_2005_ARTIGOSWEB/AdjaBarbiereDura0-AnaPaulaCanato_A_INFLUENCIA-DO-PORTUGUES_Vol18-N2_Art09.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

FONTES, M. G. *As Interrogativas de Conteúdo na história do português brasileiro: uma abordagem discursivo-funcional*. 2012. 185f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2012.

GONÇALVES, J. C. Alguns aspectos do processo de aquisição do sistema pronominal do inglês como segunda língua por um falante de português. 1977. 331f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1977.

HENGEVELD, Kees. Introduction: Transparency in Functional Discourse Grammar. *Linguistics in Amsterdam*, v. 4 n. 2, p. 1-22, 2011a.

_____. Epilogue: degrees of transparency. *Linguistics in Amsterdam*, v. 4, n. 2, p. 110-114, 2011b.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

KUSTERS, W. *Linguistic complexity: the influence of social change on verbal inflection*. Utrecht: LOT, 2003.

LANGACKER, R. W. Syntactic reanalysis. In: LI, C. N. (Ed.). *Mechanisms of syntactic change*. Austin: University of Texas Press, 1977. p. 57-139.

LEUFKENS, S. The transparency of creoles. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, v 28, n. 2, p. 323-362, 2013.

MCWHORTER, J. The world’s simplest grammars are creole grammars. *Linguistic Typology*, n. 5, p. 125-166, 2001.

MIESTAMO, M. *Implicational Hierarchies and Grammatical Complexity*. Helsinki: Collegium for Advanced Studies, 2005.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2007.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1960.

SEUREN, P.; WEKKER, H. Semantic transparency as a factor in creole genesis. In: MUYSKEN, P. (Ed.). *Substrata versus universals in creole genesis*. Amsterdam: John Benjamins, 1986. p. 57-70.

SILVA, V. L. P. Variação no uso de pronomes de segunda pessoa do singular. *Revista de Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 122-138, 2003.

SLOBIN. Language change in childhood and history. In: MACNAMARA, J. (Ed.). *Language learning and language thought*. New York: Academic Press, 1977. p. 185-214.

VALE, O. A. Expressões cristalizadas: transparência e opacidade. *Signótica*, v. 11, n. 1, p.163-172, jan./dez. 1999.

VELOSO, J. A língua na escrita e a escrita da língua. Algumas considerações gerais sobre transparência e opacidade fonêmicas na escrita do português e outras questões. *Da Investigação às Práticas. Estudos de Natureza Educacional*, v. 6, n. 1, p. 49-69, 2005.

Processos de conclusão do texto argumentativo

(Process of conclusion of the argumentative essay)

Cristina Lopomo Defendi¹

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), *campus* São Paulo
crislopomo@hotmail.com

Abstract: This study investigates the linguistic construction used to mark the conclusion of an argumentative essay and analyzes, from the Grammaticalization and Cognition perspectives, the most frequent construction: therefore. To that end, we used a corpus comprising 500 essays from Fuvest (University Foundation for Admissions Tests – USP), produced in the years 2007 to 2011, as well as controlled material. Theoretically this research is based on studies on Cognition (TOMASELLO, 2003), Grammaticalization (BYBEE, 2010; TRAUGOTT, 2010) and Text (KOCH, 2002; HALLIDAY; HASAN, 1976). We have managed to validate the idea that the use of certain constructions in unexpected contexts provides a new meaning that turns to isolated contexts of use after a phase of ambiguous interpretive possibilities. One can also say that, cognitively speaking, the use of a strategy of textual conclusion reveals intentionality and joint attention from the writer to the reader.

Keywords: Grammaticalization; Conclusive marker; Cognition.

Resumo: Neste artigo, investigam-se as construções linguísticas usadas para marcar a conclusão de textos de base dissertativo-argumentativa no português brasileiro. Dá-se ênfase à construção mais frequente: portanto. A amostra é composta por 500 redações de vestibular da Fuvest (Fundação Universitária para o Vestibular – USP), produzidas nos anos de 2007 a 2011. A análise segue princípios da Cognição (TOMASELLO, 2003), da Gramaticalização (BYBEE, 2010; TRAUGOTT, 2010) e das teorias do Texto (KOCH, 2002; HALLIDAY; HASAN, 1976). Como resultados, validamos a ideia de que o uso de determinadas construções em contextos não esperados propicia um novo significado que, após uma fase de possíveis ambiguidades de interpretações, passa a contextos isolados de uso. Também é possível afirmar que, cognitivamente, o uso de uma estratégia de conclusão textual revela intencionalidade e atenção conjunta do escrevente com seu leitor.

Palavras-chave: Gramaticalização; Marcador conclusivo; Cognição.

A conclusão textual e a fundamentação teórica

A macroestrutura textual, ou seja, o texto como unidade básica de estudo, tornou-se objeto sistemático de investigação, no domínio linguístico, há pelo menos duas décadas. Variadas foram as abordagens, desde aquelas que consideraram seu processamento e construção até aquelas que se preocuparam com sua recepção e reconstrução. Halliday (1973), Halliday e Hasan (1976) e Bakhtin (1997) tornaram-se referências nessa área. No Brasil, Fávero e Koch (1998), Koch (2002), Fiorin (2006) e Marcuschi (2009) divulgaram tais autores. Assim, encontramos trabalhos que destacam o domínio imanente do texto: sua articulação, a progressão temática, os recursos de sinalização (dêixis); e/ou aqueles que investigam sua dimensão interativa: as práticas comunicativas e a reverberação de lugares discursivos e contextos. Soma-se a isso a preocupação com esse macro elemento linguístico e seu tratamento no contexto de ensino de língua.

Neste artigo, apresentamos uma pesquisa¹ relacionada tanto ao domínio imanente do texto quanto à dimensão interativa: a parte final de textos dissertativo-argumentativos,² tendo como objetivos descrever as construções linguísticas usadas para marcar a conclusão desse tipo de texto e analisar, pela perspectiva da Gramaticalização e da Cognição, a construção³ mais frequente.

Tomamos como *corpus* de análise 500 (quinhentas) redações de vestibular da Fuvest (Fundação Universitária para o Vestibular – USP), avaliadas como as melhores (MRs) pela banca corretora. Consideramos esse texto como um processo de interação social e de avaliação, como forma de expressar um saber acumulado em anos de ensino formal e também uma fonte de inúmeras pesquisas.

Como referencial teórico, baseamo-nos principalmente em Tomasello (2003), Bybee (2010), Diewald (2006), Traugott (2010) e Traugott e Dasher (2005).

O aspecto correlacionado à intencionalidade e à atenção conjunta tem em Tomasello (2003) uma perspectiva cognitiva capaz de auxiliar a análise do fenômeno em questão. De acordo com as ideias desse pesquisador, podemos considerar que o vestibulando, com a intencionalidade de produzir seu melhor texto e em um momento de atenção conjunta a seu avaliador, pode fazer uso de marcas que remetam a partes textuais específicas e esperadas. Essa atitude, de orientação cultural e cognitiva, acaba por rotinizar algum tipo de processamento que, com o tempo, passa a ser incorporado. Nesse sentido, tem-se o que Tomasello (2003) denomina “metáfora da catraca”. O autor defende que, com as transmissões geracionais, algo sempre é preservado e, ao mesmo tempo, aprimorado até que surja outra modificação ou melhoria, sempre cumulativas. Tal princípio pode ser correlacionado ao processamento textual, uma vez que o escrevente demonstra a aprendizagem por imitação de uma marca conclusiva (o professor indica o uso, outros alunos usam, o vestibulando usa). Nesse caso, uma ou mais formas começam a ser utilizadas em determinados contextos, o que garante a manutenção desse emprego.

Outra noção, a de categorização, explorada por Bybee (2010), alia-se ao nosso objeto, uma vez que há necessidade de recrutar formas variadas para funcionar de maneira específica no texto. Em simultâneo, pode ocorrer a seleção de grupos informativos, condicionados pelo uso, que darão origem ao que a autora chama de *chunks*, ou seja, construções armazenadas na memória, que ocorrem com frequência na língua e são formadas por mais de uma palavra (em sincronia e às vezes em diacronia), com ocorrência no discurso ensaiado, quer oral, quer escrito. Já a noção de construção adotada neste artigo segue as definições e caracterizações defendidas por Diewald (2006), pois consideramos que,

¹ Esta pesquisa faz parte da minha tese de doutorado intitulada “*Portanto, conclui-se que*”: processos de conclusão em textos argumentativos, defendida em 2013.

² Emprego o rótulo “texto dissertativo-argumentativo” ciente de dois fatos: (i) é uma nomenclatura didática; (ii) não condiz com a terminologia adotada pelos recentes estudos sobre gêneros discursivos. Porém, é referendada pelo Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que assim o define: “O texto dissertativo-argumentativo é organizado na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. É fundamentado com argumentos, para influenciar a opinião do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Daí a sua dupla natureza: é argumentativo porque defende uma tese, uma opinião, e é dissertativo porque se utiliza de explicações para justificá-la.” (cf. ENEM, 2013, p. 13).

³ Assim como Diewald (2006), assumo que todo item é uma construção.

nessa perspectiva, podemos lidar com um item sincrônico e nele reconhecer processos de intensa mudança diacrônica, o que licencia rotular uma palavra de *construção*.

Desse modo, à definição clássica de gramaticalização como sendo a mudança de um item lexical para item gramatical, ou de um item gramatical para um mais gramatical ainda, acrescenta-se a ideia de gramaticalização de construção, que implica, como na conceituação tradicional, aumento de frequência, alterações fonéticas e semânticas, culminada pela perda da noção de cada parte da construção. A despeito das mudanças ocorridas, traços (semânticos) relevantes permanecem na construção em uso e o contexto passa a ser parte da mudança e da compreensão de uso.

Ainda como fundamentação teórica, recorreremos aos conceitos de objetividade e (inter)subjetividade, tal como concebem Traugott e Dasher (2005). Esses conceitos são relevantes para a compreensão da articulação do texto em face das sinalizações que o escrevente deixa na dissertação como pistas para a leitura e compreensão de seu leitor. Aliado à orientação (via discurso escolar) de que esse é o texto objetivo por excelência, em que há até dicas para manter a objetividade (uso de 3ª pessoa para total impessoalidade, uso da voz passiva, entre outros), percebemos que a conclusão é o lugar em que se manifestam a intersubjetividade e também a subjetividade. Esses autores delimitam o estatuto da subjetividade e da intersubjetividade considerando a condição da comunicação linguística em termos do grau de consciência de si e do outro, além da mobilização de marcas estrategicamente sinalizadoras do próprio processo de interação.

Em relação às redações, é possível estabelecer paralelos entre as macrofunções propostas por Halliday e Hasan (1976) e os textos produzidos por vestibulandos. Da função ideacional, aparece o saber enciclopédico, o repertório de leituras e o conhecimento de grandes pensadores, manifestações comuns nas melhores redações. Da função interpessoal, vem o papel social desse texto na vida do aluno (possibilidade de ingresso em uma das melhores universidades públicas) e o caráter expressivo. Textualmente, isso se manifesta por meio das marcas linguísticas (no caso em estudo, pelo uso de marcadores conclusivos) e pelos recursos de linguagem empregados. Nesse caso, a redação é vista como o local em que se revela a inter-relação autor-leitor, com seu caráter social e histórico.

Também em Koch (2002), essas ideias têm ressonância, já que os sistemas de conhecimento, que concorrem para o processamento textual, encontram relação com o já explicitado anteriormente: o linguístico (com as escolhas lexicais e a organização gramatical, típicas em uma redação), o enciclopédico (conjunto de conhecimentos para desenvolver a proposta de redação) e o conhecimento interacional (nesse caso, modelo de bom texto dissertativo, do texto que é esperado em situação escolar e avaliativa; das formas de organizá-lo e de concluí-lo).

As questões de pesquisa e o encadeamento metodológico

Considerando que a frequência de uso é importante para a gramaticalização (BYBEE, 2003), haveria alguma construção linguística preferencial para marcar a conclusão de um texto argumentativo? Essa foi a questão que primeiro nos moveu numa pesquisa maior (DEFENDI, 2013), na qual levantamos a seguinte hipótese: padrões de formalização textual, manifestados, em sua maioria, via ensino prescritivo (ou via modelo de

aprendizagem por imitação, segundo Tomasello (2003)), forçaria a criação de uma marca de uso mais frequente na finalização de um texto argumentativo. Nesse fenômeno, seria possível identificar a atuação, conjunta, de processos cognitivos e de gramaticalização.

Para testar essa hipótese, trabalhamos com 500 redações de vestibular da Fuvest (anos 2007 a 2011, 100 redações de cada ano), avaliadas como as melhores (MRs) pela banca corretora. Após a leitura, houve a separação das redações em que havia algum tipo de operador argumentativo para marcar a porção final do texto, a porção destinada à conclusão textual.⁴ Esses indiciadores de conclusão textual foram classificados em quatro valores básicos previamente identificados em um estudo-piloto: fecho de raciocínio lógico, retomada, finalização e sinalização (DEFENDI, 2013).

Nomeamos como “fecho de raciocínio lógico” a estratégia na qual o escrevente finaliza o texto ao mesmo tempo em que finaliza um raciocínio apresentado, ou seja, ele oferece elementos no decorrer do texto que sinalizam para uma conclusão lógica e esperada. Há um maior uso desse tipo de estratégia nas MRs, 42,3%, conforme dados que apresentamos na sequência deste artigo.

A estratégia de “retomada” é aquela em que o escrevente “aponta para referências anteriores”, isto é, há um movimento de retroação no texto que funciona para reforçar uma ideia ou encadeá-la a uma conclusão. Tem um efeito anafórico e, ao mesmo tempo, dedutivo, já que se parte do anterior para se chegar a uma conclusão: tal que X [tudo que foi dito] é = Y [a conclusão do autor]. Essa estratégia foi utilizada em 23,5% dos textos e pode ser apresentada mais comumente com um anafórico ou de forma mais lexicalizada.

O rótulo “finalização” é empregado como identificador da estratégia que sinaliza formalmente o término do texto, o seu fim, ou o seu resumo (marcados por *no fim*, *por fim*, *enfim*, *em suma*, *em resumo*). Há um anúncio de que a porção que se segue é a última que será apresentada e nela pode aparecer o argumento que finalizará o raciocínio argumentativo empreendido. Em 12,9% das MRs, identifica-se o emprego dessa estratégia.

Foi chamado de “sinalização” o emprego de uma construção conclusiva que aparece esvaziada de seu conteúdo semântico. Parece que sua presença serve para preencher um espaço que se imagina como necessário para concluir um texto dissertativo-argumentativo, o que ocorre com 8,1% dos melhores textos.

Com todo o levantamento realizado, podem-se estabelecer quais construções foram mais recorrentemente usadas para marcar a conclusão textual: *portanto*, *assim* e *dessa maneira*, *dessa forma* e correlatos. Como o *portanto* apresentou o dobro de ocorrências do que o segundo mais frequente, foi realizada uma pesquisa sobre o percurso histórico dessa construção, buscando responder se e como a frequência de uso poderia afetá-la. Também se levou em consideração que os marcadores de conclusão mais frequentemente empregados poderiam ter desenvolvido funções mais abstratas se comparados aos marcadores menos usuais.

⁴ Consideramos “final do texto” o(s) último(s) parágrafo(s) do texto dissertativo-argumentativo, em que se produz uma coerência estrutural, pela “amarração” de ideias, da tese à conclusão.

Análise das construções com valor conclusivo

Nesta seção, procederemos à análise de excertos de redações que fazem uso de construções conclusivas em seu parágrafo final. Dessa forma, apresentamos o trecho e analisamos o tipo de conclusão empregada.

Portanto, a força e os rumos que a América Latina vem mostrando ao mundo, sob a forma do seu fortalecimento a nível regional e global e engajada luta pela melhoria dos índices sociais, são o exemplo moderno da primazia de valores de compromisso plural e consciente com a coletividade. A supremacia de valores altruístas e focados no desenvolvimento socioeconômico sustentável são a prova contemporânea de superação e evolução destas nações.⁵ (M2011003)

Usando a construção *portanto*, o vestibulando finaliza o raciocínio construído pela ideia de que os países latino-americanos estão se comprometendo com a democracia e realizando ações que superam o passado e miram o altruísmo de longo prazo. O *portanto*, em início de parágrafo final, marca a conclusão textual de forma “indutiva”; criaram-se condições ao longo do texto para se chegar à seguinte conclusão: a América Latina é o exemplo de “valores de compromisso plural e consciente com a coletividade”, de “valores altruístas”.

- (1) **Dessa forma**, o ser humano, embora caracterize-se pelas inúmeras conquistas, sempre se deparará com fronteiras a serem transpostas, já que trata-se de um fenômeno cíclico que, uma vez iniciado, nunca terá um fim. A cada nova barreira, tanto geográfica quanto científica ou intelectual, determinará novas barreiras, contribuindo para a evolução humana ao longo dos tempos. (M2009051)

Em (2), a construção *dessa forma* permite retomar a argumentação expressa ao longo do texto e sinaliza o encadeamento da conclusão “o ser humano ... sempre se deparará com fronteiras”, o que acaba contribuindo para a evolução humana, na visão do vestibulando, uma vez que esses obstáculos devem ser suplantados.

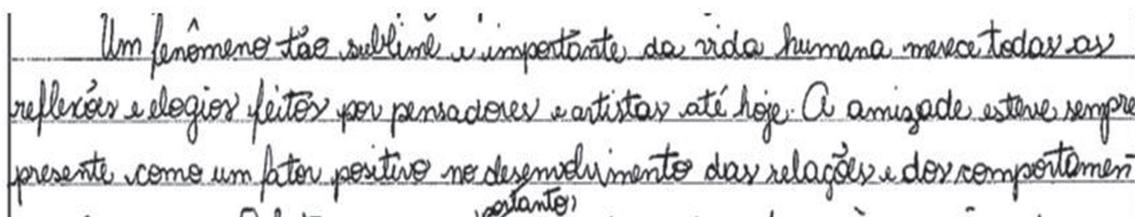
- (2) Chega-se ao ponto em que, **de acordo com o que foi dito**, as diferenças entre os povos não depende exclusivamente de limites administrativos e o fim destes não acaba necessariamente com as disparidades culturais e sociais. Muitas fronteiras nacionais podem deixar de existir, porém isso não é a variável mais importante. (M2009032)

Já em (3), o vestibulando emprega a construção *de acordo com o que foi dito*, justamente para reforçar o elo entre o já expresso e a conclusão a ser anunciada de que, mesmo sem fronteiras físicas, haverá disparidades sociais e culturais. Essa oração – *de acordo com o que foi dito* – poderia ser parafraseada por *dessa forma* e também compartilha valor dedutivo e anafórico. Ou seja, tanto em (2) quanto em (3), há a opção do vestibulando em concluir o texto com uma marca de retomada textual, podendo ser uma construção mais gramaticalizada ou um enunciado maior, lexicalizado. É importante ressaltar que esses marcadores não são apenas anafóricos, são também de ratificação, de consonância, de ressonância, tudo o que se espera de um discurso coerente. Do ponto de vista da sintaxe, eles evitam que informações já ditas sejam repetidas. Do ponto de vista cognitivo, eles dão o comando para que o leitor recupere de sua memória o que já é compartilhado socialmente (ou que ele pressupõe como tal), ainda que episodicamente, porque foi recentemente elaborado pelo escrevente.

⁵ Os excertos foram transcritos literalmente.

- (3) **Enfim**, há o lado bom, há o lado ruim... mas há sempre a possibilidade de opção, pois somos nós os seres dotados de razão e emoção nessa relação. A responsabilidade sobre o que vai em cada uma de nossas malas é nossa – e só nossa! Devemos nos esforçar para acomodar dentro delas o que realmente nos importa, o que foi criteriosamente selecionado por nossas mentes e almas. Que estejamos livres de valorizar um lixo que reluz... e pesa! (M2008022)

Em (4), o vestibulando inicia o texto com “Não basta acumular malas, valises e sacolas se nada há de útil para carregar. Não basta arrebanhar informações superficiais se nada há de conteúdo para aproveitar”, apresentando em seguida a tese de que o físico suporta mais peso do que a força do intelecto ao separar as notícias veiculadas pelo mundo digital. Após discorrer sobre esse mundo e sua importância, sintetiza, no último parágrafo, a ideia de que tudo permite, ao menos, duas abordagens possíveis (“*Enfim*, há o lado bom, há o lado ruim”), mas reforça que cabe ao homem escolher o peso que carregará na mala. Com essa estratégia de marcar o final do texto com a construção *enfim*, também “amarra” a porção final do texto ao seu início, garantindo a coerência textual. Essa estratégia de estrutura circular (início e final que se reforçam) é comum a uma parte das redações analisadas. Além de ser um termo bastante icônico: indica, em sua semântica, a finalização de um estado de coisas ou de uma proposição.



- (4) Um fenômeno tão sublime e importante da vida humana merece todas as reflexões e elogios feitos por pensadores e artistas até hoje. A amizade esteve sempre presente como um fator positivo no desenvolvimento das relações e dos comportamentos humanos. O futuro reserva, **portanto**, uma vida duradoura à amizade. (M2007084)

Em (5), evidencia-se que o vestibulando poderia prescindir do conectivo para a elaboração de seu parágrafo final. Mesmo assim, ele escolhe utilizá-lo, sobrepondo e encaixando a construção *portanto* sob pena de “rasurar” um texto que é avaliativo e, mais do que isso, com potencial de determinante para sua entrada na universidade. Se ele não o julgasse tão necessário para a finalização de seu texto, poderia ter optado por não realizar essa ação.

- (5) A abundância de informações no “mundo digital” contemporâneo permite conhecer todo o tipo de dados e notícias, tornando os meios de comunicação quase “oniscientes”, como o “Big Brother” de Orwell. Nem todo o conteúdo, no entanto, contribui para a cultura e a informatividade. Enquanto boas iniciativas disponibilizam ao público dados históricos e estudos sobre a cultura mundial, outras divulgam dados imprecisos e parciais. Torna-se cada vez mais necessária, **portanto**, a capacidade de distinguir o que informa a população do que a desinforma. (M2008038)

O mesmo sucede em (6), em que a construção *portanto* é mobilizada pelo escrevente, em porção final de texto, evidenciando seu caráter de marca conclusiva. No parágrafo final, o vestibulando evidencia novamente o tema proposto (a postura que se deve assumir perante o mundo digital) e reforça, como conclusão, a necessidade de distinguir informação de desinformação. Isto é, a mesma estratégia apresentada em (4) é utilizada aqui: uma informação final e conclusiva, reforçada pelo uso do marcador *portanto*. Ainda

em (6), a conclusão textual não estaria comprometida se o vestibulando tivesse optado por não usar o marcador. A opção pelo uso do *portanto* pode revelar esse caráter de “sinalizador” de conclusão textual.

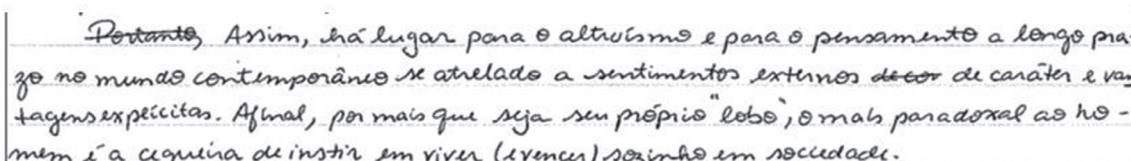
Confirmando a expectativa de elaboração de um texto dissertativo-argumentativo, os dados da Tabela 1 abaixo permitem verificar que os vestibulandos fizeram emprego mais frequente (42,3%) de conclusões textuais que fecham o raciocínio lógico, que levam o leitor a concluir indutiva ou dedutivamente a linha de raciocínio empreendida no texto. A segunda mais frequente estratégia foi a de retomada textual (23,5%), que permite dar coerência temática ao texto. As estratégias de marcar o final do texto (12,9%) e a de sinalizar a conclusão com o uso de um marcador conclusivo (8,1%) foram as menos frequentemente selecionadas como estratégias para finalização de texto pelas MRs.

Tabela 1. Estratégias de conclusão textual com marca – MRs (porcentagem)

Ano	RAC. LÓGICO	RETOMADA	FINALIZAÇÃO	SINALIZAÇÃO
2007	48,3%	10,3%	1,7%	1,7%
2008	22,7%	13,6%	16,7%	6%
2009	13,4%	17,9%	4,4%	13,4%
2010	32,1%	21,4%	8,9%	0%
2011	36,7%	20,4%	14,3%	6,1%
TOTAL	42,3%	23,5%	12,9%	8,1%

É importante frisar que, enquanto no raciocínio lógico há a condução da atenção do outro para o resultado esperado, na retomada, há a sinalização para que o outro lance mão de informações de sua memória mais recente (episódica). As duas estratégias são cognitivamente fortes e são marcadas intersubjetivamente com operadores.

É importante destacarmos que a porção final do texto, em que ocorre a conclusão textual, parece marcada pela necessidade de intersubjetividade e subjetividade, ou seja, marcação discursivo-pragmática dependente de cognição (memória e compartilhamento, por exemplo, no primeiro caso) e inferência e lógica (no segundo). De acordo com Traugott (2010), subjetivação é o desenvolvimento de significados que expressam a atitude do falante ou o ponto de vista, enquanto intersubjetificação é o desenvolvimento de atenção do orador à autoimagem do destinatário. No caso do texto escrito, dissertativo e, mais especificamente, no caso da conclusão textual desse tipo de texto, percebe-se que a subjetivação pode estar ligada à noção de autoria, em que o autor marca presença com suas reflexões particulares a respeito do tema proposto e a intersubjetivação é a sinalização das ações feitas pelo autor para demonstrar a finalização do texto para o destinatário.



Portanto, Assim, há lugar para o altruísmo e para o pensamento a longo prazo no mundo contemporâneo se atrelado a sentimentos externos de caráter e vantagens explícitas. Afinal, por mais que seja seu próprio "lobo", o mais paradoxal ao homem é a cegueira de insistir em viver (evencos) sozinho em sociedade.

- (6) **Portanto, Assim**, há lugar para o altruísmo e para o pensamento a longo prazo no mundo contemporâneo se atrelado a sentimentos externos de caráter e vantagens explícitas. Afinal,

por mais que seja seu próprio “lobo”, o mais paradoxal ao homem é a cegueira de instir em viver (e vencer) sozinho em sociedade. (M2011055)

Em (7), o vestibulando prefere substituir o conectivo *portanto*, grafado em primeiro momento, pelo conectivo *assim*. Parece que, novamente, sob pena da rasura, é feita uma escolha provavelmente em nome de uma maior expressividade ou de evitar o lugar-comum, o corriqueiro. Dada a alta frequência de *portanto*, pode-se conjecturar que o item *assim* soasse uma opção mais interessante ao vestibulando. Ou seja, supõe-se que a escolha tenha sido evitar a construção *portanto*, que talvez não demonstre o requinte almejado pelo escrevente. Porém, são suposições que não podem ser comprovadas. Em todo o caso, o item *assim* funciona para demonstrar que o texto está sendo concluído – tem caráter intersubjetivo, e o uso de *afinal* demonstra o conhecimento do vestibulando para além da proposta da redação, uma percepção pessoal, marcando subjetivamente o índice de autoria.

As construções mais frequentes e o *portanto* – marcador típico de conclusão textual

Cumpra agora analisarmos a construção mais frequentemente usada na conclusão textual. Vejamos as ocorrências:

Tabela 2. Construções usadas na conclusão textual das MRs – Fuvest

Elemento de conclusão textual	Ocorrências	Rac. lógico	Retomada	Finalização	Sinalização
Portanto	69	50			19
Assim	31	20	10		1
Dessa maneira, dessa forma e correlatos ⁶	26		26		
Verbo CONCLUIR, nome CONCLUSÃO	21	18		1	2
Enfim, em última análise, por fim	10			10	
Em resumo, em suma	12			12	
Logo	6	6			
Por isso	4		4		
Então	5	5			
Diante disso e correlatos ⁷	3		3		
Pois	3	3			
Assim sendo	3		3		
A partir disso e correlatos ⁸	3		3		

⁶ Dessa forma, desta forma, dessa maneira, desta maneira, desse modo, de tal forma.

⁷ Diante disso, diante de tal quadro, diante de tudo isso.

⁸ A partir do que foi apresentado, a partir disso, a partir do exposto.

Dos marcadores conclusivos selecionados pelos candidatos em seus textos (Tabela 2), a construção *portanto* foi a mais empregada, com 69 ocorrências (sozinho ou em combinação com outras construções) e, por isso, será analisada mais detidamente nesta seção.

A construção *portanto* comporta-se principalmente como marcador de fecho de raciocínio lógico, mas também aparece nos casos em que, mais do que conduzir a um final de raciocínio, funciona como um sinal imprescindível de marca de final de interação. Em seguida, a construção *assim* também é bastante empregada (com 31 ocorrências) como marca de conclusão textual, tendo seu uso oscilado entre fecho de raciocínio lógico e retomada, o que demonstra sua trajetória histórica diversa e o que provavelmente já se sinalize na construção original *ad s̄ic*.⁹ Outros marcadores de retomada textual (tais como *dessa forma*, *dessa maneira*, *desse modo*) vêm a seguir com 26 ocorrências e as estratégias de conclusão com o uso lexical *concluir/conclusão* aparecem em 21 redações. A estratégia de finalização, quer seja com uma construção com o item lexical *fim*, quer seja com um caráter resumitivo, aparece em 22 ocorrências.

Como a construção *portanto* foi a mais frequentemente empregada para a conclusão textual,¹⁰ foi considerada como o marcador típico de conclusão. Etimologicamente, *portanto* tem a seguinte formação: *por* (preposição) e *tanto* (advérbio ou adjetivo – noção de quantidade), que traz como traços semânticos a noção de quantidade. Essa ideia, pressupostamente pretérita da expressão *por tanta quantidade*, pode ser, metaforicamente, usada com valor anafórico, ou seja, uma retroação à porção do texto já expressa. Assim, em um texto, principalmente argumentativo, *portanto* passa a ser usado como marcador de conclusão textual, o que lhe garante sinalizar a intenção de que o leitor tanto recue no texto para resgatar alguma informação (movimento anafórico) quanto sinalize o final de um raciocínio lógico que foi apresentado no texto.

Nos dicionários de Língua Portuguesa,¹¹ *portanto* é categorizado como conjunção, à exceção de Séguier (1910), que o categoriza como advérbio. Quanto ao valor semântico, contudo, nota-se a convergência de um dos sentidos: em todos os dicionários pesquisados, esse item é associado ao valor de “por conseguinte / por consequência”. Houaiss e Villar (2001), por sua vez, são os únicos que particularizam, afirmando que *portanto* é uma conjunção conclusiva que introduz uma oração coordenada. O traço etimológico de quantidade, mais básico, denuncia a foricidade como traço mais básico dessa expressão, por razões semântico-sintáticas (pondo em correlação dois lugares, ou duas direções de apoio referencial: o de retomada e o de encaminhamento seguinte), por razões textuais (combinando as relações de redundância com as relações lógicas), ou seja, o que já foi dito com o que se vai dizer; e por relações discursivo-pragmáticas (inferir sobre o que

⁹ Assim (HOUAISS; VILLAR, 2001): “lat. ad (prep.) ‘direção, movimento, aproximação etc.’ + s̄ic (adv.) ‘assim, deste modo’, através da f. arcaica *assi*; f.1192 *adsi* adv., 1273 *assj* como, sXIII *asi*, sXIII *asse*, sXIII *ssi*, sXV *assim* adv. e conj.” Pela etimologia, pode-se perceber em *assim* traços de retomada de fecho de raciocínio lógico: movimento em direção ao modo apresentado; do modo dito antes; pelo dito chega-se à conclusão que. Essas ideias subjacentes ao item levam à retroação no texto e ao avanço na ideia consequencial e conclusiva.

¹⁰ A frequência não se restringe às melhores redações. Em Defendi (2013), foram analisadas também 500 redações consideradas as piores pela banca, bem como uma amostra de controle formada por 188 redações escolares. Nas piores redações, houve 38,6% de ocorrência do *portanto* sendo usado no parágrafo conclusivo e nas redações escolares houve uma frequência de 18,7%.

¹¹ Bluteau ([1720] 2002), Freire (1957), Aulete (1958), Ferreira (1999) e Houaiss e Villar (2001).

é informação compartilhada e sobre sua intenção no final do texto), isto é, um exercício subjetivo combinado a um exercício intersubjetivo no texto dissertativo.

Não sendo possível rastrear usos em redações escolares antigas, houve a opção pelo material disponibilizado no *corpus* do português organizado por Davies e Ferreira (2006)¹² e percebeu-se que as funções de intensificador, de anafórico e de conclusivo foram mais recorrentes. No século XX, atentando somente para a grafia *portanto*, aparecem as noções de consequencial, anafórico-conclusivo e conclusivo. A ambiguidade apresentada pela noção do anafórico permite, uma vez mais, atestar a hipótese de conversão no valor conclusivo via metáfora. Metaforicamente, as ideias “por tanta quantidade”, “por tanto que foi dito”, ligadas à retroação textual passam a expressar também noções consequencial e conclusiva.

Dessa forma, a construção *portanto* passa por uma transferência metafórica de conjunção para marcador, bem como uma mudança metonímica de advérbio para marcador textual, sendo que isso ocorre no texto dissertativo. Justamente por esse comportamento com padrões funcionais distintos, a construção *portanto* encontra-se em graus variados de gramaticalização, dependendo do uso que for analisado, mas todos eles têm um comportamento mais gramatical.

É possível afirmar que haja uma provável motivação para a criação da função conclusiva em um texto dissertativo. Semelhante a uma conversa pessoal, na interação escrita, é preciso sinalizar as ações de forma polida e colaborativa. A construção aqui analisada revela este percurso: de um processo interno (marcar expressivamente o final de um texto dissertativo) e de um externo (interação com o leitor), foi usada uma “forma velha” (advérbio) e uma “informação conhecida” (anafórico) e, no comportamento social aluno-professor, na redação escolar, foram concebidas novas funções, a de marcador de conclusão textual.

Considerações finais

Temos defendido, a partir dos resultados encontrados em Defendi (2013), que algumas formas variadas (advérbios, verbos) foram recategorizadas como marcadores de conclusão. Dada a frequência de uso, é possível exemplificar esses casos com *portanto*, *assim*, *dessa forma*, *conclui-se que*. Destes, *portanto* e *dessa forma* seriam os que mais se encaixam na descrição de *chunk*, embora *assim* e *conclui-se que* sejam também bem formulaicos. Ocorre que não são mais vistos como item a item, mas como um bloco composicional. A soma das partes não garante o sentido-função alcançado com a mudança, daí a perda de analisabilidade. Houve, ainda, um apagamento e/ou reanálise de noções. *Por+tanto* tem a ideia de quantidade apagada e passa a assumir uma ideia conclusiva. *Assim* (*ad+sic*) tem a noção de retomada reanalisada para conclusão. Além disso, o que pode ajudar a explicar a configuração de uma expressão formulaica (*chunk*) de um marcador de final de texto/raciocínio é, dentre outros fatores, a posição dessa construção na geografia textual: localiza-se no final do texto como um índice icônico do tipo: este é o fim da minha exposição. É, também, o reflexo de um processo cognitivo de compreensão da linearidade temporal das coisas ou, na perspectiva de Lakoff e Johnson (2002), uma metáfora conceptual (TEXTO É PERCURSO: a partir de um caminho percorrido, inicia-

¹² Esse *corpus* foi utilizado para referendação diacrônica que visou ao estabelecimento das possíveis rotas derivacionais para se chegar à construção *portanto* na função de marcador conclusivo textual.

do pela apresentação do assunto e do seu ponto de vista (tese), seguem-se argumentos que reforçam a tese e chega-se a uma conclusão como resultado do percurso / final desse caminho).

O que dizer da amostra investigada? Não há dúvida de que a escolha de redações dissertativas para a finalidade de seleção vestibular permite aprofundar o entendimento tanto da dimensão comunicativa (e toda manipulação feita pelo vestibulando para convencer a banca de seu potencial como bom redator) quanto da dimensão cognitiva (em que o vestibulando manifesta-se com o interlocutor, de acordo com sua percepção do que é o exame de vestibular). Articular essas duas dimensões mostra-se relevante para um bom desempenho em termos de nota atribuída pela banca examinadora.

Considerou-se, também, que a intersubjetividade se manifesta nas conclusões textuais, por meio das marcas para demonstrar ao outro, leitor, que o texto está sendo finalizado e é preciso atenção para esse momento. Já a subjetividade é a demonstração de domínio de conteúdo, de posicionamento do autor e de reais contribuições para a reflexão sobre o tema. Ou seja, é a manifestação da maturidade intelectual e do índice de autoria. Não é uma subjetividade marcada pelo uso da 1ª pessoa ou pela carga subjetiva, mas um posicionamento crítico e reais contribuições a serem dadas a respeito do tema apresentado, no caso, pela proposta do vestibular.

Por fim, a porção textual dedicada à conclusão é propícia para marcar a interação escritor-leitor (vestibulando-banca corretora) e para isso é comum o uso tanto de marcas para compartilhar a atenção para o final do texto, fecho do raciocínio, quanto para expressar a atitude e o conhecimento do *eu* que se expressa no texto e, com isso, a noção de autoria que é tão valorizada pelos professores de redação e pela banca corretora. É lógico que essa noção não se manifesta somente na porção final do texto, e sim no texto integralmente, mas é inegável que há uma retomada de posicionamento na conclusão textual com a consumação da coerência textual.

REFERÊNCIAS

- AULETE, C. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1958.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 2. ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BLUTEAU, R. *Vocabulário português e latino*. Lisboa: Pascoal da Silva; Germany: Georg Olms Verlag, 2002 [1720].
- BYBEE, J. *Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency*. 2003. Disponível em <<http://www.unm.edu/~jbybee/mechofchng.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- _____. *Language, usage and cognition*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação -INEP. A redação no Enem 2013 – Guia do participante. Brasília-DF, 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_de_redacao_enem_2013.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2015.
- DAVIES, M.; FERREIRA, M. *Corpus do Português: 45 million words, 1300s-1900s*. 2006. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>. Acesso em: 7 ago. 2012.
- DEFENDI, C. L. “*Portanto, conclui-se que*”: processos de conclusão em textos argumentativos. 2013. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e

- Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-06052013-104720/>>. Acesso em: 01 jul. 2014.
- DIEWALD, G. Context types in grammaticalization as construction. *Constructions* SV1-9/2006. Disponível em: <<http://elanguage.net/journals/constructions/article/view/24>> Acesso em: 14 abr. 2011.
- FÁVERO, L. L.; KOCH, I. V. *Linguística textual: uma introdução*. São Paulo: Cortez, 1998.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FIORIN, J. L. Os gêneros do discurso. In: _____. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006, p. 60-76.
- FREIRE, L. *Grande e novíssimo dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. v. IV.
- HALLIDAY, M. A. K. As bases funcionais da linguagem. In: DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos metodológicos da Linguística*. São Paulo: Global, 1973. p. 125-161. v. 1.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KOCH, I. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.
- MARCUSCHI, L. A. *Linguística de texto: o que é e como se faz?* Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
- SÉGUIER, J. *Novo dicionário enciclopédico luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: [1910?].
- TOMASELLO, M. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- TRAUGOTT, E. C. Revisiting subjectification and intersubjectification. In: DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L.; CUYCKENS, H. (Ed). *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010. p. 29-70. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~traugott/resources/TraugottDavidseIntersbfn.pdf>> Acesso em: 9 jul. 2012.
- TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

A expressão da evidencialidade no gênero jornalístico

(The expression of evidentiality in journalistic genre)

Fabiana Pirotta Camargo Lourenço¹, Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale¹

¹ Programa de Pós-Graduação em Linguística – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

fabiyy_@hotmail.com, flaviavale@ufscar.br

Abstract: Evidentiality is a semantic-pragmatic category which refers to the expression of the source of information of the utterance. It is considered that the evidentiality is related to epistemic modality, as evidential markers specify the information validity, indicating the speaker's sources. Evidentials operate in the realm of knowledge and express the commitment of the speaker regarding the statement. The types of evidential qualification are: direct and indirect evidentiality (inferred or reportative). This study, therefore, describes, based on functionalist assumptions, the expedients of evidentiality marking in Brazilian Portuguese, specifically in journalistic genres, as editorials, news and opinion articles which were collected in Folha de S. Paulo.

Keywords: evidentiality; genre; functionalism; subjectivity.

Resumo: A evidencialidade é uma categoria de caráter semântico-pragmático, que se refere à expressão da fonte da informação do enunciado. Considera-se que os evidenciais se relacionam à modalidade epistêmica uma vez que qualificam a validade da informação, indicando as fontes de que o falante dispõe. Pode-se dizer então que operam no campo do conhecimento e manifestam o comprometimento do falante com relação ao enunciado. Os tipos de qualificação evidencial são: evidencialidade direta e indireta (inferida ou reportativa). O objetivo deste trabalho, portanto, é o de descrever, fundamentando-se em pressupostos funcionalistas, os expedientes de marcação da evidencialidade no português do Brasil, especialmente em gêneros jornalísticos como editorial, notícia e artigo de opinião, coletados de edições do jornal Folha de S. Paulo.

Palavras-chave: evidencialidade; gênero; funcionalismo; subjetividade.

Introdução

Uma afirmação corrente acerca dos textos jornalísticos é que esses textos primam pela imparcialidade e pela objetividade. A questão que se coloca é se todos os gêneros ligados a esse domínio são mesmo peças que veiculam informação objetiva. O que caracteriza um gênero textual é o fato de serem produzidos para interlocutores definidos e para situações nas quais estão inseridos. O jornalista, assumindo tal papel, constrói o texto/discurso guiando-se por certos princípios de textualização que lhe ajudarão a criar o sentido pretendido e o sentido que quer que seja compreendido pelos ouvintes/leitores. A língua então, nesse viés, seria uma forma de ação social, assim, a produção de um artigo de opinião, por exemplo, pode ser considerada como uma ação guiada por certas estratégias convencionalizadas, utilizadas por todo jornalista, para atingir seus objetivos. Poder-se-ia dizer então, do ponto de vista de como o sujeito se coloca no texto, das marcas de subjetividade, atreladas à modalização e evidencialidade, que perpassam o texto.

O presente trabalho tem como objetivo o de descrever os expedientes de expressão da evidencialidade, ou seja, da fonte do conhecimento no gênero jornalístico, em editoriais, notícias e artigos de opinião, buscando relacionar a evidencialidade com diferentes graus de comprometimento que podem se manifestar nesses diferentes gêneros. Desse

modo, espera-se descrever os diferentes efeitos de sentido gerados pelos diferentes tipos de evidenciais analisados, de modo a aprimorar a caracterização desses gêneros em relação ao seu grau de subjetividade. Pretende-se, ainda, mostrar as diferenças e semelhanças entre os diferentes tipos de gêneros, na medida em que se considera, com Nagamura (2011, p. 16), que, “de acordo com o discurso a partir do qual enuncia, o enunciador irá veicular sua atitude em relação ao que é dito, por vezes comprometendo-se, ou afastando-se, de acordo com a estratégia discursiva que esteja empregando”.

O *corpus* do trabalho compõe-se de 300 textos jornalísticos publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, sendo que 100 deles são notícias, 100 editoriais e 100 artigos de opinião – gêneros distintos encontrados dentro do domínio denominado jornalístico.

Muitas são as possibilidades teóricas para o estudo dos gêneros discursivos. Como afirma Marcuschi (2008, p. 151), o estudo dos gêneros é hoje “uma fértil área interdisciplinar, com atenção especial para a linguagem em funcionamento, e para as atividades culturais e sociais”.

No que diz respeito especificamente aos gêneros do jornal, segundo Bonini (2006) não há divisões claras e nítidas entre eles, mas sim uma gradação, que pode ser observada segundo os pontos de vista estrutural e semântico-pragmático. Para o autor, além de alguns gêneros caracterizarem melhor o discurso jornalístico, alguns deles podem se ligar a outros, formando blocos temáticos, que também podem ser compostos de outros gêneros.

Assim, acredita-se que para que se proceda à análise de certos gêneros jornalísticos torna-se relevante compreender os processos de produção textual e de compreensão textual, pois sabendo como funcionam esses processos pode-se compreender como o jornalista, por exemplo, constrói o texto/discurso guiando-se por certos princípios de textualização, que lhe ajudarão a criar o sentido pretendido e o sentido que se quer que seja compreendido pelos ouvintes/leitores.

A análise que ora se propõe complementa o estudo que se desenvolveu anteriormente, em que se tratou dos expedientes de modalização empregados nos textos jornalísticos mencionados. Neste estudo, considerou-se que, embora existam diferenças significativas entre os gêneros do jornal, no que diz respeito à expressão da modalização, ou seja, da manifestação subjetiva do falante/escritor, há uma aproximação entre os gêneros analisados, uma vez que notícias, editoriais e artigos fazem uso dos mesmos expedientes de modalização. A análise qualitativa da modalização em seu uso no discurso jornalístico mostrou como o processo de subjetivização concorre para a construção de um novo modo de apresentação do sujeito nos discursos contemporâneos. Nesse sentido, acredita-se que a identificação das fontes da informação nesses textos também é de extrema importância no que diz respeito às estratégias de argumentação e construção tipológica dos mesmos.

A análise da expressão da evidencialidade nos gêneros do jornal é baseada em uma visão funcionalista da língua, segundo a qual a língua é observada de acordo com seus usos em determinados contextos e engloba um conjunto de atividades, caracterizando-se como uma forma de ação que envolve uma interação contínua entre os interlocutores, e sociedade.

Estabeleceu-se, assim, uma relação entre quem fala e o que é falado, considerando-se o sujeito consciente e intencional. Nessa concepção tem-se a relevância da intenção do falante no momento em que ele diz algo por meio de certo enunciado, inserido em

certo gênero de discurso. O falante/sujeito sabe o que quer dizer e sabe a melhor maneira de dizer para que se produzam os efeitos desejados por ele.

Este trabalho organiza-se do seguinte modo: primeiramente, apresenta-se uma breve discussão teórica acerca da noção de gênero textual, de uma maneira geral, e dos gêneros do jornal, mais especificamente. Passa-se, então, à caracterização do processo de expressão da evidencialidade, de acordo com Willet (1988), Dik (1989), Dall’Aglio-Hattner (2001), Hengeveld e Mackenzie (2008), dentre outros. Em seguida, trata-se dos procedimentos metodológicos que nortearam o trabalho, apresentam-se os resultados decorrentes da análise dos *corpora* constituídos para esta pesquisa e, por fim, as conclusões a que se chegou.

A questão dos gêneros textuais

Segundo Marcuschi (2008, p. 72), “todo uso e funcionamento significativo da linguagem se dá em textos e discursos produzidos e recebidos em situações enunciativas ligadas a domínios discursivos da vida cotidiana e realizados em gêneros que circulam na sociedade”. Apesar de abordar as noções de gênero segundo a perspectiva da linguística textual, o autor estabelece algumas características que podem relacioná-lo ou até mesmo ligá-lo à perspectiva funcionalista, na medida em que relaciona os gêneros ao uso e contexto e o considera uma forma de interação estabelecida e criada no meio social. Como se sabe, um dos pressupostos básicos do funcionalismo é a de que a língua é um instrumento de comunicação destinado à interação dentro do meio social. Dessa forma fica fácil ver dentro do conceito de gênero essa função, que lhe é característica.

Na visão funcionalista, considera-se que a linguagem tem funções que são externas ao sistema e que essas funções influenciam a organização interna do sistema linguístico. Assim, relaciona-se contexto social e forma linguística, considerando a realização da linguagem em vários registros e gêneros textuais. Desse modo, uma boa produção e compreensão textual permitem uma melhor atuação social e intervenção na prática social, e disso decorre que se observa o papel de forma de ação social da língua.

Parte-se, então, da noção de que a língua é um sistema de práticas com o qual os escritores/leitores (falantes/ouvintes) agem e expressam suas intenções com ações adequadas aos objetivos de cada circunstância. Chega-se assim à noção de gênero textual.

Uma noção importante para este trabalho, e invocada por Marcuschi (2008), é a de suporte dos gêneros textuais, ou seja, o que porta o gênero. Cada gênero textual exigirá um suporte em que se fixará, para que circule na sociedade: é no jornal que a notícia, o artigo de opinião e o editorial se fixarão para sua circulação na sociedade.

Coutinho (2004, p. 35-37) afirma que “gêneros são modelos correspondentes a formas sociais reconhecíveis nas situações de comunicação em que ocorrem”. Dessa forma, uma notícia, um editorial e um artigo de opinião são gêneros textuais pertencentes ao domínio jornalístico, uma vez que são facilmente reconhecíveis nessa situação comunicativa. Tais gêneros são reconhecidos como pertencentes ao domínio jornalístico, uma vez que apresentam uma estruturação típica desse domínio, dentro do qual a especificidade dos textos é enorme, havendo, frequentemente, um estilo ou linguagem denominada ‘jornalística’, que se mostra presente em cada gênero desse domínio. Existem, inclusive,

manuais formulados especialmente para instruir os jornalistas sobre a técnica que devem adotar para escrever determinado gênero – esses manuais são elaborados pelas próprias instituições dos grandes jornais, e apresentam propósitos variados, fornecendo, por exemplo, dicas de escrita e normas de padronização para o jornal.

Assim, cada texto se ancorará no contexto situacional com a decisão por um gênero que produzirá determinado discurso e, para interpretar esse gênero textual escolhido, necessita-se além da consideração das relações co-textuais, a consideração das relações co(n)textuais. Essas relações são levadas em conta na composição da textura do texto, sua esquematização. Assim, as notícias, artigos de opinião e editoriais, por exemplo, são gêneros que circulam em um ambiente recorrente típico do domínio jornalístico. Todos que produzem tais gêneros, então, o farão de maneira semelhante, pois todos esses gêneros de jornal apresentam determinada estrutura, e sua produção será uma ação guiada por certas estratégias convencionalizadas, utilizadas por todo jornalista especialista em tais gêneros, para atingir seus objetivos.

Os gêneros citados acima (editoriais, notícias e artigos de opinião) apresentam uma configuração específica, assim como todos os outros gêneros: as notícias se configuram como o gênero mais básico de qualquer jornal e apresentam função essencialmente informativa, devendo relatar os fatos de forma clara e concisa, sem interpretação dos autores. Além disso, sua estrutura temática obedece a uma ordem segundo a qual os tópicos de nível superior geralmente ficam em primeiro lugar, de modo que as informações mais importantes aparecem sempre em primeiro plano. Já os artigos de opinião tendem a utilizar os argumentos numa ordem que vai do menos para o mais forte – trata-se de uma técnica de persuasão do leitor, uma vez que os autores desse tipo de texto expõem seu posicionamento sobre determinado tema, tentando convencer o leitor a adotar sua opinião. Os artigos de opinião, assim como os editoriais, configuram-se como gêneros opinativos, e ocupam, geralmente, seções pré-determinadas dos jornais, destinadas à veiculação de opinião.

Os gêneros também apresentam uma organização segundo ‘tipos textuais’, que são as categorias conhecidas como narração, argumentação, exposição, descrição e junção, que são propriedades linguísticas intrínsecas ao texto. As notícias, por exemplo, são textos que seguem, geralmente, uma estrutura narrativa, que pode ser acrescentada de exposições e descrições. Artigos de opinião e editoriais, por sua vez, apresentam uma estrutura argumentativa.

No que diz respeito especificamente ao gênero jornalístico, Bonini (2006) elenca uma série de 42 gêneros, categorizados em centrais e periféricos, de acordo com a maior ou menor proximidade dos propósitos principais do jornal, e, os centrais, em presos e livres, segundo o papel que desempenham na estruturação do suporte jornal. O autor classifica o editorial como um gênero central e preso, enquanto o artigo de opinião e a notícia são gêneros centrais, mas livres.

Entretanto, Bonini (2006) faz uma ressalva: as fronteiras entre os gêneros são frouxas, do ponto de vista de como a enunciação se dá. E poder-se-ia dizer, do ponto de vista de como o sujeito se coloca no texto, das marcas de subjetividade, atreladas às marcas de evidencialidade que perpassam o texto. Pode-se ter também, como outra forma de imprimir um caráter subjetivo aos enunciados, principalmente nos gêneros que se

pretende analisar, as marcas de dialogismo, que são usadas pelo falante/escritor como forma de tornar implícito ou não suas intenções, fazendo uso de discursos de outrem, para legitimar seu ponto de vista. Sobre isso é importante ressaltar que, em notícias, que são textos que visam a fazer saber (gêneros informativos), pode haver certa busca por objetividade, e o dialogismo é frequentemente mostrado por meios linguísticos e tipográficos. Já em artigos de opinião, que são textos que visam a fazer valer certa convicção (gêneros opinativos), há uma enunciação mais subjetiva, e o dialogismo é raramente mostrado, mas os outros discursos funcionam como argumentos que sustentam os pontos de vista do jornalista.

Para que se proceda à análise de certos gêneros jornalísticos torna-se relevante, portanto, compreender os processos de produção textual e de compreensão textual, pois sabendo como funcionam esses processos pode-se compreender como o jornalista, por exemplo, constrói o texto/discurso guiando-se por certos princípios de textualização que lhe ajudarão a criar o sentido pretendido e o sentido que se quer que seja compreendido pelos ouvintes/leitores.

Breves apontamentos teóricos sobre a evidencialidade

Foi com a publicação em 1986, de *Evidentiality: the Linguistic Coding of Epistemology* (CHAFE; NICHOLS, 1986), que essa categoria passou a receber maior importância como objeto de estudo, tornando-se recorrente na área da Linguística. A partir daí, várias perspectivas sobre o assunto surgiram, no mundo todo.

A evidencialidade é a categoria por meio da qual se marca a fonte da informação do enunciado. Na língua portuguesa, a evidencialidade pode ser expressa por itens lexicais, principalmente por meio de verbos. Considera-se que os evidenciais se relacionam à modalidade epistêmica uma vez que qualificam a validade da informação, por meio da indicação das fontes de que o falante dispõe. Nesse sentido, pode-se dizer que operam no campo do conhecimento e também manifestam o comprometimento do falante com relação ao enunciado, como se vê nas ocorrências seguintes:

- (01) Consequência mais grave, segundo especialistas ouvidos pela Folha, é que operações desse tipo podem destruir um trabalho paciente de contato entre assistentes sociais e dependentes, com vistas a um futuro tratamento. (Editorial, FSP, 06/01/2012)
- (02) De acordo com o TMZ, a família pediu que o corpo de Houston fosse liberado até amanhã porque não foi detectado indícios de trauma ou de um ato criminoso. (Notícia, FSP, 13/02/2012)

Nas ocorrências acima, pode-se ver que os autores fazem uso de marcadores de evidencialidade (*segundo* e *de acordo com*). O autor do editorial, em (1), traz a voz dos “especialistas ouvidos pela Folha”, ancorando sua argumentação nessa terceira voz. Já o autor da notícia em (2), uma vez que tem o objetivo de fazer os leitores saberem de um fato ocorrido, traz a informação veiculada por outra fonte para proporcionar mais detalhes à notícia, e assim, deixá-la confiável. Veja que ambos os autores trazem uma fonte externa, de modo a conferir mais confiabilidade e validade a seus textos.

De acordo com Willet (1988), há dois tipos de qualificação evidencial: a direta, na qual o falante apresenta-se como fonte da informação (por meio de uma percepção sensorial), e a indireta, na qual a informação é adquirida por meio de uma inferência

(evidencialidade inferida) ou por meios verbais (evidencialidade relatada). A partir do estudo de Willet, outras classificações para o fenômeno foram surgindo, tais como o de Botne (1997), que propõe considerar-se a evidência atestada, relatada ou inferida, como modos de obtenção da informação; sendo que o falante ou outra pessoa seria a fonte da informação.

Os dois autores citados até agora tratam apenas da evidencialidade gramatical, no entanto, como lembra Vendrame (2010), é possível afirmar que toda língua tem modos de marcar a fonte da informação, mas nem todas essas línguas a marcam por meios gramaticais. De acordo com Aikhenvald (2004, p. 10), o fato de uma língua “ter meios lexicais para opcionalmente especificar a fonte do conhecimento é provavelmente universal”. Em línguas indígenas, por exemplo, há uma necessidade de se marcar a evidencialidade direta (percepção sensorial) por meios gramaticais, enquanto que na língua portuguesa isso não ocorre.

Segundo Dik (1989) e Hengeveld e Mackenzie (2008), a evidencialidade é um subtipo de modalidade. Para Dall’Aglio-Hattner (2007, p. 108), um dos argumentos que podem justificar a superioridade da modalidade epistêmica está relacionado à subjetividade e inspira-se em Lyons (1977), que determina que qualquer enunciado no qual o falante qualifica explicitamente seu comprometimento com a verdade da proposição enunciada é um enunciado epistemicamente modalizado. Assim, ao indicar as fontes de que dispõe, o falante estaria qualificando a validade da informação que veicula, assegurando sua confiabilidade e estabelecendo seu grau de comprometimento em relação à proposição, de modo que os evidenciais também passem a ser entendidos como manifestações da modalidade epistêmica, assim como os indicadores de certeza ou possibilidade, que qualificam o valor de verdade da proposição. Ambos os tipos de qualificações, portanto, seriam expressões da opinião e atitude do falante perante a proposição, o que lhes daria o mesmo rótulo de qualificações subjetivas.

Segundo Dall’Aglio-Hattner (2001), no entanto, a evidencialidade é uma categoria hierarquicamente superior à modalidade. Para a autora, isso ocorre porque sem a evidência é impossível se fazer qualquer tipo de avaliação de probabilidade de um fato. Além disso, Dall’Aglio-Hattner (2001, p. 60) considera, também, que

[...] evidencialidade e modalidade epistêmica são claramente diferentes: enquanto os julgamentos epistêmicos são baseados no grau de certeza que o falante tem sobre o conteúdo enunciado, os evidenciais indicam as fontes a partir das quais o falante obteve a informação enunciada.

Existem assim duas tendências a respeito da relação entre essas duas categorias: a primeira tende a considerar a evidencialidade como uma subcategoria da modalidade epistêmica. Assim, os evidenciais seriam um tipo de modalizador epistêmico. Outros adeptos dessa visão, além de Dik (1989) e Hengeveld e Mackenzie (2008), são Givón (1982), Willet (1988), dentre outros. A segunda tendência, defendida, como visto, por Dall’Aglio-Hattner (2001), Van Valin e La Polla (1997), Nuyts (1993, 1994, 2001), dentre outros, considera a evidencialidade como superior à modalidade, ou seja, necessária e determinadora da avaliação epistêmica.

Como se pode perceber, a relação entre modalidade e evidencialidade é muito estreita. Tanto é assim que, em alguns casos, é possível dizer que ocorre uma superposição

na classificação. É o caso de verbos de atitude proposicional, que podem ser interpretados como expedientes de modalização e de evidencialidade, como no exemplo abaixo, em que o verbo *achar*, além de indicar evidencialidade (inferência ou crença do falante), também deixa transparecer algo em relação à avaliação do falante sobre o valor de verdade da proposição.

- (03) Depois de algum tempo observando a olho nu a política na capital da República, acho que será pequeno o dano de imagem para a presidente Dilma Rousseff por causa do imbróglio envolvendo o curioso e encrencado ministro do Trabalho, Carlos Lupi. (FSP, 03/12/2011)

O presente trabalho adere à segunda tendência, considerando que os evidenciais são responsáveis pelas qualificações modais epistêmicas que surgem no enunciado, ou seja, determinam tais qualificações. Isso poderá ser observado nas ocorrências do *corpus*, onde a presença do evidencial poderá trazer mais confiabilidade ao texto (veicula-se a atitude do falante a respeito da proposição, seu grau de certeza a respeito da informação) de modo que o jornalista de notícia, por exemplo, poderá se valer de uma informação do terceiro, para trazer mais veracidade ao seu texto, sem, no entanto, se comprometer totalmente com esta.

Dall’Aglío-Hattner (2001) ainda faz uma distinção entre evidencialidade direta, ou seja, atestada pelo falante (percepção sensorial), e evidencialidade indireta, que pode ser relatada (definida, quando a fonte é identificável; indefinida, quando a fonte não é identificável; ou de saber comum, quando a fonte da informação é um saber tido como compartilhado), ou inferida.

Neste trabalho, a classificação das ocorrências norteou-se pela tipologia acima: fez-se uma distinção entre evidencialidade reportativa (de fonte diferente do falante), evidencialidade inferencial e evidencialidade direta (percepção sensorial). São analisadas, ainda, ocorrências de evidenciais reportativos, classificando-os de acordo com a fonte da informação (definida, indefinida ou de saber comum).

Aspectos metodológicos

Este trabalho se fundamentou teórica e metodologicamente em pressupostos funcionalistas, o que significa dizer que se fez uma descrição da língua em uso efetivo e real, e se buscou por uma análise integrada dos fenômenos linguísticos, em que os níveis sintático e semântico se concretizam no nível pragmático, no sentido de que as pressões interpessoais governam as regras representacionais e morfossintáticas.

O *corpus* foi coletado em edições do jornal *Folha de S.Paulo* do ano de 2011/2012. Foram localizados todos os elementos responsáveis pela manifestação da evidencialidade. Em seguida, foram analisadas as ocorrências com esses elementos, de acordo com Dall’Aglío-Hattner (2001), estabelecendo a diferenciação entre os tipos de evidencialidade (reportativa, inferencial, percepção sensorial), buscando explicar a forma como a marcação (ou não) da evidencialidade caracteriza os gêneros do jornal sob análise.

A análise foi quantitativa e qualitativa, e objetivou-se caracterizar os gêneros jornalísticos analisados, a partir do uso dos expedientes de evidencialidade, estabelecendo uma análise mais integrada da subjetividade que se manifesta por meio da língua em situações concretas de uso.

A análise da expressão da evidencialidade: resultados

Nos textos analisados foram encontradas quase todas as formas de expressão da evidencialidade, conforme se pode ver na tabela seguinte, em que se vêm os tipos de evidenciais de acordo com o modo de obtenção da informação:

Tabela 1. Tipos de evidencialidade e gêneros textuais

Gênero ArGênero	Evid. Reportativa Evid. Reportativa	Evid. Inferida Evid. Inferida	Percep. Sensorial Percep. Sensorial	Total Total
Artigos de opinião Artigos de opinião	172 – 54,90%	139 – 44,50%	2 – 0,60%	313 – 100%
Editoriais Editoriais	93 – 45,15%	113 – 54,85%	0	206 – 100%
Notícias NoticiNotícias	446 – 87,80%	61 – 12%	1 – 0,20%	508 – 100%
Total Total	711 – 69,23%	313 – 30,47%	3 – 0,29%	1027 – 100%

Nos artigos de opinião, um fato sintomático é o de que seus autores gozam de certa autonomia dentro da instituição jornal, ou seja, são mais livres quanto à possibilidade de expor suas opiniões dentro de seus textos. Assim, para fazer valer sua convicção sobre determinado assunto, o autor de um artigo de opinião construirá seu texto com recursos que possibilitem a realização de seus objetivos. A utilização de marcadores evidenciais, portanto, é um desses recursos, que é utilizado de modo a gerar diferentes graus de comprometimento do enunciador com o seu texto.

No *corpus*, apesar da pequena diferença entre os evidenciais reportativos e inferenciais, em artigos de opinião, há mais evidenciais reportativos. Nesse sentido, pode-se dizer que, ao apoiar-se mais em informações relatadas, o autor desse tipo de gênero, por ter relativa autonomia dentro do jornal em relação ao seu discurso (compromete-se mais com o discurso), tenta ‘relativizar’ esse comprometimento, apresentando o discurso do outro como âncora de seus próprios argumentos. Assim, na medida em que traz argumentos, e faz inferências (assumindo as ideias apresentadas como suas), trazendo sua voz e opinião para dentro do jornal, o enunciador evita uma possível oposição ou crítica dos que não concordam com seu texto, e conquista o apoio dos leitores, pois se respalda na voz de uma terceira pessoa.

Como os evidenciais reportativos foram os mais utilizados no *corpus*, tornou-se importante analisá-los de acordo com o tipo de fonte da informação. É o que mostra a tabela a seguir:

Tabela 2. Distribuição dos evidenciais reportativos de acordo com a fonte da informação

Gênero	Fonte definida	Fonte indefinida	Saber comum	Total
Artigos de Opinião	153 – 88,90%	18 – 10,50%	1 – 0,60%	172 – 100%
Artigos de opinião	153 – 88,90%	18 – 10,50%	1 – 0,60%	172 – 100%
Editoriais	62 – 66,70%	31 – 33,30%	0	93 – 100%
Editoriais	62 – 66,70%	31 – 33,30%	0	93 – 100%
Notícias	386 – 86,55%	60 – 13,45%	0	446 – 100%
Notícias	386 – 86,55%	60 – 13,45%	0	446 – 100%
Total	601 – 84,53%	109 – 15,34%	1 – 0,14%	711 – 100%
Total	601 – 84,53%	109 – 15,34%	1 – 0,14%	711 – 100%

Para o enunciador dos artigos de opinião, ganhar credibilidade é um de seus maiores objetivos, o que justifica a maioria dos evidenciais reportativos, e a maioria esmagadora de fonte identificável. Assim, como verifica Nagamura (2011, p. 78),

[...] os relatos de fonte identificável asseguram ao interlocutor a possibilidade de avaliar a qualidade da informação apresentada e, por isso, dão mais credibilidade ao enunciador. Os relatos de fonte não identificável, por outro lado, são mais facilmente contestados, prejudicando a credibilidade dos argumentos apresentados pelo enunciador.

A seguir, estão listados alguns exemplos retirados de artigos de opinião do jornal *Folha de S.Paulo* do ano de 2012:

- (04) O editor da revista, Gideon Rose, por exemplo, diz que a ordem do pós-guerra reconciliara democracia e capitalismo, mas acrescenta que a tarefa agora é “devolver o sistema à forma”. (Fonte definida – Evidencialidade reportativa, FSP, 12/01/2012)
- (05) Concordo com Ed Husain, especialista do Council on Foreign Relations, quando diz que não há legitimidade sem levar em conta a Irmandade Muçulmana – o grupo-mãe de todos os partidos islamitas vitoriosos até agora, onde houve eleições. (Fonte definida – Evidencialidade reportativa, FSP, 15/12/2011)
- (06) A parte mais divertida é que, embora nenhum dos médicos e enfermeiros tenha notado que os pesquisadores não estavam doentes, 35 de um total de 118 pacientes perceberam. “Você não é louco. É jornalista ou professor”, disse um interno”. (Fonte indefinida – Evidencialidade reportativa, FSP, 17/12/2011)
- (07) Se aconteceu assim com um projeto menos ambicioso, imagine a confusão que dará a tentativa de colocar todos os países da região em uma ação conjunta, que, fatalmente, teria a liderança dos EUA... (Evidencialidade inferencial, FSP, 03/01/2012)
- (08) Em tese, se há menos gente pedindo seguro-desemprego é porque há mais gente conseguindo emprego, o que, por sua vez, significaria que os Estados Unidos estão saindo do poço, certo? (Evidencialidade inferencial, FSP, 16/12/2011)

As ocorrências acima dão uma ideia da dinâmica que ocorre com os artigos de opinião. Os evidenciais reportativos estão em maioria: nos primeiros exemplos, (4) e (5), o autor identifica sua fonte. Isso ocorre com frequência, pois se trata de uma estratégia que vai de acordo com o objetivo do autor: para ganhar credibilidade, ao mesmo tempo

em que relativiza seu comprometimento com o discurso, é necessário, além de trazer a voz do outro, identificá-la. Só assim seu texto gozará de confiabilidade, e ele conquistará o apoio de seus leitores, uma vez que estes poderão verificar a validade da informação. No exemplo (6), a não identificação da fonte da informação (através do uso do artigo indefinido “um”, abre margem para uma contestação dos argumentos, que poderá ser feita pelo leitor; por isso, essa estratégia é pouco utilizada pelos autores, assim como a apresentação de saberes compartilhados (fonte – saber comum), que ocorre uma única vez:

- (09) Sabendo-se o tratamento que os Estados Unidos, com governos democratas ou republicanos, dão a Cuba, fica fácil imaginar o problemão que será equiparar a Venezuela de Chávez à ilha caribenha. (Saber comum, FSP, 03/012012)

Os autores do artigo de opinião, como dito, gozam de autonomia para trazer sua voz ao texto, expondo seus argumentos de maneira livre. Dessa maneira, seus textos também estão recheados de inferências, ou seja, o autor faz previsões, baseando-se em fatos observáveis, portanto, como se vê nos exemplos (07) e (08), há um emprego de verbos no futuro do presente e futuro do pretérito, caracterizando-os como marcadores da evidencialidade inferencial.

Em relação à forma de expressão, notou-se que a evidencialidade reportativa é expressa preferencialmente por meio de verbos, como por exemplo: diz que, acrescenta que, afirma que, disse, completou; e locuções prepositivas ou sintagmas nominais preposicionados, como por exemplo: de acordo com, segundo, etc.; enquanto que a evidencialidade inferencial é expressa preferencialmente por verbos no futuro do presente e futuro do pretérito (característica observada nos três gêneros). A evidencialidade direta, por meio da percepção sensorial, será discutida mais adiante, devido ao pouco número de ocorrências, nos três gêneros analisados.

Passando para a análise dos editoriais, tem-se quase o mesmo resultado, ao inverso: há uma pequena diferença entre evidenciais reportativos e evidenciais inferenciais, sendo que estes últimos estão em maioria.

Os editoriais se caracterizam por transmitir a opinião da instituição jornal (*Folha de S.Paulo*). Essa característica pode ser responsável pelos resultados observados. O jornal já goza de certa credibilidade no meio social, portanto, apesar de algumas vezes fazê-lo, não pode se comprometer ao máximo de modo a preservar sua imagem. O enunciador desse tipo de texto ainda se permite fazer inferências (assemelhando-se aos artigos de opinião), assumindo as ideias e argumentos expostos como seus (do jornal), no entanto, continua se respaldando na voz de uma terceira pessoa, trazendo muitos evidenciais relatados, ainda que nem todas as suas fontes sejam identificáveis (66,70% definidas e 33,30% indefinidas). Não se faz necessário identificar todas as fontes, devido, justamente, à credibilidade já cristalizada do jornal.

Abaixo estão alguns exemplos retirados do *corpus*, dos editoriais:

- (10) Sem reformas institucionais, produtivas e educacionais, o Brasil precisará contar com a sorte de ser bafejado por bons ventos internacionais. (Evidencialidade inferencial, FSP, 09/01/2012)
- (11) Mas o embate, pode-se prever, nada representará em termos de melhores critérios ou alívio para as vítimas das chuvas – é apenas mais uma intriga fisiológica. (Evidencialidade inferencial, FSP, 07/01/2012)

- (12) Como o governo é o garantidor dos títulos, poderá arcar com o prejuízo, caso os compradores recorram à Justiça para cobrir suas perdas. (Evidencialidade inferencial, FSP, 22/12/2011)
- (13) De acordo, por exemplo, com estimativas do economista Marcos Fernandes da Silva, da Fundação Getulio Vargas, as finanças públicas teriam sido subtraídas ilegalmente em R\$ 40 bilhões, no período de 2002 a 2008. (Fonte definida – Evidencialidade reportativa, FSP, 03/01/2012)
- (14) Haveria mais sentido, diz o planejador urbano Thiago Guimarães, se complexos comerciais fossem construídos fora do centro, redirecionando o trânsito e a atividade econômica para áreas menos congestionadas. (Fonte definida – Evidencialidade reportativa, FSP, 25/12/2011)
- (15) Consequência mais grave, segundo especialistas ouvidos pela Folha, é que operações desse tipo podem destruir um trabalho paciente de contato entre assistentes sociais e dependentes, com vistas a um futuro tratamento. (Fonte indefinida – Evidencialidade reportativa, FSP, 06/01/2012)

As ocorrências (10), (11) e (12) mostram como o enunciador dos editoriais (investido do poder e credibilidade já cristalizada da instituição jornal) se permite fazer julgamentos e previsões sobre fatos que irão ocorrer, ou estão ocorrendo, se comprometendo fortemente com seu discurso, de modo que não se faz necessário para esse enunciador trazer uma terceira voz que sustente o que é dito; quando o faz, não tem uma preocupação em identificar todas as fontes externas (como faz o enunciador dos artigos de opinião), pois acredita que seus leitores não duvidam da autenticidade do jornal.

Quanto à forma de expressão dos evidenciais, verifica-se praticamente o mesmo que foi observado nos artigos de opinião: maioria verbos e locuções prepositivas para a evidencialidade reportativa; e verbos no futuro do pretérito e futuro do presente para a evidencialidade inferencial (como é possível ver nos exemplos já apresentados).

Finalmente, analisando-se as ocorrências das notícias, gênero que apresentou o maior número de marcadores evidenciais, dentre os três gêneros analisados, constatou-se a maioria esmagadora de evidenciais reportativos. É sabido que textos desse gênero devem prezar pela objetividade e imparcialidade, visando apenas ao fazer-saber, ou seja, sua função é apenas transmitir o evento ou acontecimento, por isso os evidenciais reportativos aparecem mais, sendo em sua maioria de fonte identificável (86,55%), uma vez que, é necessário ancorar-se em uma terceira pessoa para que não se fuja do objetivo geral do gênero, transmitindo a veracidade do conteúdo do texto e, consequentemente, não deixando espaços para dúvidas do leitor.

Abaixo estão alguns exemplos retirados do *corpus*, que deixam clara a estratégia do jornalista: transmitir os fatos e nada mais.

- (16) O primeiro-ministro britânico, David Cameron, defendeu que um referendo sobre a independência da Escócia seja realizado em 2013, contrariando a vontade do SNP (Partido Nacional Escocês), que deseja mais tempo para fazer a campanha separatista. (Fonte definida – Evidencialidade reportativa, FSP, 09/01/2012)
- (17) A zona do euro como um todo pode evitar uma recessão neste ano e há razões para ser mais otimista sobre as perspectivas para a região, disse a diretora-gerente do FMI (Fundo Monetário Internacional), Christine Lagarde, segundo o jornal sul-africano “Business Day. (Fonte definida – Evidencialidade reportativa, FSP, 09/01/2012)
- (18) Aviões de combate do Paquistão bombardearam esconderijos em áreas tribais próximas da fronteira com o Afeganistão nesta quarta-feira, afirmaram autoridades, no ápice de dois dias de violentos confrontos nas últimas semanas, iniciados por ataques do Taleban paquistanês. (Fonte indefinida – Evidencialidade reportativa, FSP, 01/02/2012)

- (19) Começou por volta das 11h desta segunda-feira o julgamento de Lindemberg Alves Fernandes, 25, acusado pela morte da estudante Eloá Pimentel, em 2008. O júri acontece em Santo André (Grande SP) e deve durar três dias, segundo previsão do Tribunal de Justiça. (Fonte definida – Evidencialidade reportativa, FSP, 13/02/2012)
- (20) Sem a dicotomia, seria impossível conceber um filme da suposta homossexualidade de Hoover sem cair no ridículo ou no inverossímil. (Evidencialidade inferencial, FSP, 05/12/2011)

A forma de expressão dos evidenciais encontrados nas notícias, mais uma vez, é semelhante à encontrada nos artigos de opinião e editoriais, sendo que locuções prepositivas e sintagmas nominais preposicionados estão em grande número.

Por fim, o último dado importante a ser analisado é a escassez de marcação da evidencialidade direta (percepção sensorial). Essa é uma característica natural da língua portuguesa, uma vez que nessa língua não é necessário marcar a informação como obtida por meios sensoriais. Dall’Aglio-Hattner (2001) constata, ainda, que, em língua portuguesa, quando não se explicita a fonte da evidência, pode-se simplesmente inferir que o falante teve acesso direto a ela por meio de uma percepção sensorial (visual ou auditiva).

Alguns dos poucos exemplos encontrados no texto estão abaixo:

- (21) Eu vi esse filme antes, em meia dúzia de cidades do mundo, de Praga a Washington, de Québec a Seattle. Foi nos anos 90, e assustaram tanto o establishment que o movimento foi batizado de “globalifóbico”, para tentar carimbá-lo como dinossauros que reagem ao inevitável. (Artigo de opinião, FSP, 13/10/2011)
- (22) A Folha viu um dos conviventes, como são chamados, exibir um celular que havia acabado de roubar de um “boyzinho”. A mercadoria é quase sempre trocada por droga, diz o educador. (Notícia, FSP, 09/01/2012)

Conclusões

A partir da análise e quantificação dos evidenciais presentes dos três gêneros em questão, foi possível caracterizá-los quanto ao seu grau de comprometimento com o discurso e subjetividade. Notou-se, então, como em pesquisa realizada anteriormente sobre os modalizadores, que artigos de opinião e editoriais são gêneros próximos, enquanto que notícias diferem devido à sua característica inerentemente objetiva de fazer-saber. Os evidenciais utilizados, portanto, são responsáveis por diferentes efeitos de sentido que estão de acordo com os enunciadores desses gêneros, de modo que não poderíamos lidar com outra teoria, a não ser com a funcionalista, uma vez que se trata de textos reais, produzidos em situações comunicativas recorrentes no dia a dia.

Vendo a língua como instrumento de interação, observa-se que as escolhas e estratégias discursivas adotadas pelos enunciadores não são aleatórias, ou seja, estão sempre relacionadas com um objetivo comunicativo qualquer e uma previsão das reações dos possíveis leitores.

O trabalho, portanto, propiciou uma análise mais precisa e um melhor entendimento dos expedientes linguísticos que estão à disposição dos escritores/autores/jornalistas, ou seja, havendo uma caracterização precisa desses gêneros, contribuiu-se para a formação dos que lidam com o texto jornalístico em seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

- AIKHENVALD, A.I.Y. *Evidentiality*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- BONINI, A. Os gêneros do jornal. In: KARWOSKI, A.M., GAYDECZKA, B.; BRITO, K.S. *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BOTNE, R. Evidentiality and epistemic modality in Lega. *Studies in Language*, Amsterdam, v. 21, n. 3, p. 509-532, 1997.
- CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Ed.). *Evidentiality: the linguistic coding of epistemology*. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1986.
- COUTINHO, A. Schematisation (discursive) et disposition (textuelle). In: ADAM, J. M.; GRIZE, J. B.; BOUACHA, M. A. (Org.). *Texte et discours: catégories pour l'analyse*. Dijon: Editions Universitaires de Dijon, 2004. p. 29-42.
- DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. *Evidencialidade e modalidade: forma e função*. São Paulo: Fapesp, 2001. (Relatório de pesquisa).
- _____. Pesquisas em sintaxe: a abordagem funcionalista da evidencialidade. In: MASSINI-CAGLIARI, Gladis; BERLINK, Rosane; GUEDES, Marymarcia; OLIVEIRA, Taísa Peres de (Org.). *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia e sintaxe*. Araraquara: Cultura Acadêmica Editora, 2007. v. 12, p. 103-145.
- DIK, S. *The theory of functional grammar*. Pt 1. The structure of the clause. Dordrecht: Foris Publications, 1989.
- GIVÓN, T. Evidentiality and epistemic space. *Studies in Language*, Amsterdam, v. 6, p. 23-49, 1982.
- HENGEVELD, K; MACKENZIE, L. *Functional Discourse Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. v. 1.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- NAGAMURA, G. H. *Análise da evidencialidade no discurso da auto-ajuda da saúde*. (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2011.
- NUYTS, J. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. *Linguistics*, Hawthorne, v. 31, p. 933-969, 1993.
- _____. Epistemic modal qualifications: on their linguistic and conceptual structure. *Antwerp Papers in Linguistics*, Wilrijk, v. 8, 1994.
- _____. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 33, n. 3, p. 383-400, 2001.
- VAN VALIN, R. D. JR.; LA POLLA, R. J. *Syntax: structure, meaning and function*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- VENDRAME, V. *Os verbos de percepção ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2010.
- WILLET, T. A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. *Studies in Language*, Dordrecht, v. 12, n. 1, p. 51-97, 1988.

A acessibilidade das construções relativas na aquisição da escrita

(Accessibility of relative constructions in acquisition of writing)

Gabriela Oliveira¹

¹Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

gabrielaolvr@gmail.com

Abstract: This paper aims to establish the accessibility constraints of relative constructions in the process of writing acquisition of Brazilian Portuguese, based on *Keenan and Comrie's* (1977) “*Accessibility Hierarchy*”. In order to carry out this research, we have used data collected from texts written by 14 students from the first grade of two elementary public schools in the city of São José do Rio Preto, São Paulo state.

Keywords: accessibility; relative clause; acquisition of writing.

Resumo: Este trabalho tem como objetivo estabelecer as restrições de acessibilidade das construções relativas no processo de aquisição da escrita do português brasileiro, baseadas na Hierarquia de Acessibilidade de Keenan e Comrie (1977). Para o desenvolvimento desta pesquisa, são utilizados dados coletados de textos de 14 alunos da primeira série do ensino fundamental de duas escolas públicas de São José do Rio Preto-SP.

Palavras-chave: acessibilidade; oração relativa; aquisição da escrita.

Palavras iniciais

Juntamente com a ordem de palavras e a marcação de caso, a oração relativa (doravante OR) ocupa um lugar de destaque nos estudos tipológicos e funcionais. Um trabalho pioneiro de investigação das OR é a Hierarquia de Acessibilidade (HA) de Keenan e Comrie (1977), que ainda hoje fornece base sólida até mesmo para estudos descritivos não tipológicos. O que é notável na HA é que ela fornece subsídios relevantes para enfoques de processamento cognitivo de produção e de recepção, mediante o qual o falante é capaz de recuperar o referente e a função sintática do item relativizado.

Keenan e Comrie (1977) postulam que o papel sintático do participante compartilhado pela oração matriz e pela OR permite identificar diferentes tipos de construções relativas. Com base numa amostra de aproximadamente 50 línguas, esses autores observam que a variação existente obedece a padrões regulares de distribuição e, assim, propõem a HA das construções relativas, contida em (01):

(01) Sujeito > Objeto Direto > Objeto Indireto > Oblíquo > Genitivo > Objeto de Comparação
(KEENAN; COMRIE, 1977)

Essa HA foi proposta para descrever as possibilidades de relativização numa perspectiva tipologicamente orientada. A leitura dessa e de qualquer hierarquia, por princípio, é unilateral: ou seja, quanto mais à esquerda, tanto mais acessível a categoria. Assim, a função mais alta, de sujeito, é primária, e por isso passível, por princípio, de ser relativizada em qualquer língua. Como todas as hierarquias, se uma língua relativiza posições mais baixas, como a de objeto indireto, por exemplo, ela relativiza, portanto, as posições mais altas de sujeito e de objeto direto.

Perroni (2001) comprova a aplicabilidade da hierarquia de Keenan e Comrie (1977) no processo de aquisição da língua falada. A autora mostra que a maioria das OR construída por crianças entre dois e cinco anos retoma referentes na função de sujeito e objeto direto, justamente os dois graus mais acessíveis na HA. Já no processo de aquisição da escrita por crianças, a acessibilidade das OR às funções sintáticas ainda não foi tomada como parâmetro de análise no português brasileiro (PB). É justamente em função dessa relevância que este trabalho¹ se debruça sobre a relação entre aquisição das estratégias de relativização na escrita e a HA, tomada como uma escala de facilidade de processamento cognitivo.

Ao nos voltarmos para o estudo da aquisição da língua escrita com base em evidências do estudo da aquisição da língua falada, entendemos que esses dois conceitos, fala e escrita, muito longe de serem dicotômicos, são dois modos de enunciação da linguagem constitutivamente ligados, seguindo o postulado de heterogeneidade constitutiva da escrita de Corrêa (2004).

Ao elegermos dados produzidos na escola – ou seja, em ambiente formal de aquisição da escrita – para nossa pesquisa, outro fator se torna relevante para a análise: as estratégias de relativização empregadas pelos alunos em seus textos. O PB dispõe de três estratégias principais, aplicáveis a todos os graus da hierarquia: *pronome relativo*, *lacuna e retenção de pronome*, e uma estratégia aplicada apenas às relativas com preposições lexicais, a estratégia do *enclhecimento de preposições*. Apenas a estratégia de lacuna nas funções de sujeito e objeto direto e a estratégia de pronome relativo nas demais funções são tomadas como padrão para a norma culta do português. Levando em consideração que as funções mais baixas da hierarquia são menos acessíveis à relativização e que as estratégias não padrão de relativização são mais frequentemente utilizadas para a relativização dessas posições na língua falada, é relevante para este trabalho responder se as estratégias não padrão de *lacuna* e de *retenção pronominal* persistem nas primeiras fases de aquisição de escrita como estratégias preferidas das posições mais baixas, considerando que essas construções já tenham sido adquiridas oralmente. De acordo com o postulado de antinaturalidade da relativa-padrão em posições preposicionadas de Kenedy (2007), consideramos como hipótese que essa estratégia é adquirida pela criança apenas em situação de letramento escolar, quando se amplia seu contato com a norma culta.

Este artigo está assim dividido: na primeira parte, discutimos a relevância da HA de Keenan e Comrie (1977) para o processo de aquisição de relativas na escrita. Na segunda, discorremos sobre as estratégias de relativização encontradas no PB. Na terceira parte, explicitamos os procedimentos metodológicos e o *corpus* utilizado nesta pesquisa. Na quarta, passamos à análise dos dados propriamente dita. Por fim, na última parte, fazemos as considerações finais, com as conclusões a que chegamos.

Restrições à acessibilidade das construções relativas no processo de aquisição da escrita: o papel da HA de Keenan e Comrie (1977)

A fim de discutir o papel da HA de Keenan e Comrie (1977) no processo de aquisição das relativas na escrita, iniciamos esta seção com a definição de OR com que lida-

¹ Vinculado à pesquisa de doutorado (em andamento) da autora e financiado pela Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (proc. 2013/00065-5).

mos nesta pesquisa. Sendo assim, é possível considerar esse fenômeno a partir de duas perspectivas diferentes.

A primeira perspectiva de análise das OR relevante nesta pesquisa é a semântico-formal, a partir da qual Keenan e Comrie (1977) identificam as restritivas. Segundo esses autores, qualquer objeto sintático é uma OR restritiva se restringir, num primeiro momento, um conjunto de objetos por meio da especificação de um conjunto maior (o domínio da relativização ou constituinte pivô) e se também restringir, num segundo momento, esse conjunto. Consideremos (02):

- (02) a. ele, de madrugada, ele saía, recebia aquele chamado, vinham buscar ele em casa, e eu ficava numa, **numa casa** [que eu fui morar, enorme, sozinha] (Bra80:Nada Ciumenta).
- b. **aqueles (homens)** [que trabalhavam efectivamente a terra] não melhoraram a sua... forma de estar na vida, a sua qualidade de vida (PT97: Trabalho Posse Terra)
- c. **a própria metrópole** [que nos colonizou] tinha um índice de analfabetismo ainda substancialmente alto no século vinte em relação a outros países europeus. (Ang97:O Ensino em Angola) (CAMACHO, 2012)

De acordo com Keenan e Comrie (1977), a oração restritiva de (2b) apresenta (i) como domínio de relativização um dado conjunto identificado como *homens*, dado no contexto discursivo; (ii) como constituinte nuclear o SN *aqueles homens*; e (iii) como oração restritiva *que trabalhavam efectivamente a terra*.

Para que a sentença possa ser decodificada, o item relativizado deve pertencer ao domínio de relativização e a sentença restritiva deve ser verdadeira em relação a esse domínio (KEENAN; COMRIE, 1977). O núcleo tem a função semântica de estabelecer um conjunto de entidades, que pode ser chamado de domínio da relativização, enquanto a função da oração restritiva é identificar um subconjunto desse domínio mediante a imposição de uma condição semântica sobre o nome nuclear; a identificação de um subconjunto serve tanto à função identificadora quanto à função construtora postulada por Dik (1997).

Já o núcleo nominal da sentença contida em (2c), um sintagma nominal definido, consiste num conjunto unitário que, como tal, não admite restrição de acordo com a equação *metrópole = Portugal* (CAMACHO, inédito). Portanto, a função da relativa não restritiva ou apositiva é apenas fornecer especificação adicional ao núcleo nominal.

A segunda perspectiva diz respeito à funcionalidade da construção relativa para o escrevente em fase de aquisição. A relativa serve, de modo geral, à função de construir ou de identificar um referente, dentro de uma gama de possibilidades. Em construções como (2a), a função da relativa restritiva é construir um referente (DIK, 1997), não identificá-lo como aparece em (2b). Já em (2c), a função da relativa não restritiva é fornecer uma informação adicional a um referente já bem identificado na situação de interação.

A partir das duas perspectivas, podemos definir, então, que uma oração relativa é construída por meio de uma subordinação, e, portanto, constitui-se como uma oração subordinada, que se encontra no nível do Sintagma Nominal, atuando ora como uma restrição ao referente a que se liga, ora como uma identificação desse referente. Podemos ter, ainda, construções relativas que não desempenham o papel restritivo ou identificador: elas apenas adicionam informação, atuando como um verdadeiro aposto. Podemos sinte-

tizar essa definição de OR a partir do postulado funcional de Cristofaro (2003): entendemos as orações relativas como aquelas que envolvem um Sintagma Nominal (o referente) e uma Oração (a relativa), que mantém uma relação assimétrica no que tange a autonomia cognitiva. Mantendo o foco na noção de assimetria, as OR restritivas identificam o SN nuclear a que se ligam dentro de uma gama de possibilidades, ou seja, restringem ou identificam sua referência. As orações relativas não restritivas, por outro lado, não especificam o sintagma nuclear, mas apenas fornecem informações adicionais sobre ele.

Definida a noção de OR, passamos à análise da relevância da HA para a aquisição das relativas, retomando os princípios norteadores de tal hierarquia, anteriormente explicitada em (01). Podemos perceber que a posição de sujeito, a mais alta da hierarquia, é por definição a mais suscetível à relativização, enquanto a de objeto de comparação, situada no extremo inferior, é a menos acessível. Se uma língua é capaz de relativizar a posição mais baixa da escala – objeto de comparação – ela é capaz de relativizar todos os anteriores, uma vez que, sob condições normais, é impossível transpor qualquer ponto da HA.

Desse modo, é plausível supor que a HA seja uma ferramenta útil de análise da aquisição, já que ambas lidam com as noções de acessibilidade cognitiva e facilidade de processamento, no sentido de um crescente de dificuldade. No entanto, é necessário fazer algumas ressalvas em relação à aplicabilidade da HA de Keenan e Comrie (1977), seja para as línguas em geral, seja para o processo de aquisição.

Os próprios autores da HA admitem que o grau de acessibilidade a algumas funções sintáticas, como a de objeto indireto, é discutível de um ponto de vista translinguístico. Eles também apontam para mecanismos de superação das dificuldades impostas pela HA, como, por exemplo, promoção de um item que desempenhe a função de objeto direto à função de sujeito para que possa ser relativizado, via passivização. De fato, Dik (1997) e Givón (1990) fazem ressalvas à HA de Keenan e Comrie (1977) no tocante às restrições à acessibilidade. Dik (1997) e Givón (1990) concordam com o princípio de que influenciam a relativização também traços semânticos e pragmáticos, não previstos na hierarquia postulada por Keenan e Comrie (1977), que se limita somente a critérios morfossintáticos.

Em trabalho anterior (OLIVEIRA, 2011), confirmamos a validade das críticas de Dik (1997) e Givón (1990). Mostramos que as funções sintáticas não são suficientes para representar a acessibilidade das relativas nas línguas indígenas brasileiras. Por um lado, para muitas línguas da amostra tipológica analisada, não há uma construção típica formal de relativização. Por outro, para algumas línguas, não são relevantes as funções sintáticas elencadas por Keenan e Comrie (1977), seja por não serem do tipo Nominativo-Acusativas (o que torna as funções de sujeito e objeto direto, por exemplo, irrelevantes), seja por não disporem da relativização de objeto indireto e disporem de relativização de graus mais abaixo dessa função.

Portanto, ainda que o pioneirismo da HA de Keenan e Comrie (1977) e seus fundamentos sejam premissas necessárias para qualquer trabalho que se debruce sobre relativas, é importante sempre não tomar tal hierarquia como único e definitivo modelo de análise; ao contrário, é necessário avançar na direção das especificidades semântico-pragmáticas que envolvem a relativização.

Ao analisar as relativas no processo de aquisição de linguagem falada, Perroni (2001) encontra evidências para postular um conjunto que rotula como “relativas que são

fáceis” no processo de aquisição da língua materna. Os resultados da pesquisa de Perroni (2001) revelam que quase 100% dos casos encontrados no processo de aquisição dizem respeito a relativas de sujeito e de objeto direto. Esses dados confirmam o pressuposto da HA de que há uma correlação positiva entre a acessibilidade das posições mais altas nas relativas das línguas do mundo e o processo de aquisição.

Ao nos voltarmos para a análise das OR na aquisição da escrita, é fato que lidaremos com aspectos de processamento diferentes dos da aquisição de língua falada. Os motivos são de ordem diversa: em primeiro lugar, a aquisição de escrita acontece num momento em que o sujeito já passou pelo processo aquisição da linguagem falada, na maioria das vezes, quase que completamente; em segundo lugar, diferentemente da fala, a aquisição da escrita ocorre quase sempre em um contexto escolar, institucional, diretamente dirigido ao desenvolvimento de habilidades cognitivas raramente apreensíveis num contexto informal.

Isso não quer dizer, no entanto, que os sujeitos só passam pelo processo de aquisição da escrita a partir do momento em que entram para a escola. É bem verdade que um grau significativo de acesso ao letramento já ocorre diante da intensa convivência com materiais escritos em geral – e, para muitos adultos, essa convivência ainda é o único meio de acesso. No entanto, o valor simbólico e convencional da escrita, na sociedade brasileira, ainda requer um contexto institucional, seja por lei,² seja por costume.

Entendemos, assim, a partir das especificidades do trabalho de análise da aquisição das OR na escrita inicial de crianças, que a HA de Keenan e Cormie (1997), bem como seus princípios básicos, são de grande importância para a determinação das restrições à acessibilidade e para a identificação dos dados de relativas. No entanto, é preciso avançar na interpretação em relação aos pressupostos da HA: é necessário, também, lidar com questões de ordem semântica e pragmática, que atuam, certamente, na formulação dessa construção.

As estratégias de relativização do PB

Sabendo que as línguas diferem no modo como representam o papel do núcleo nominal na OR, Keenan (1985), Comrie (1989) e Givón (1990) propõem estratégias de formação de OR, basicamente fundadas na recuperação de caso. O trabalho pioneiro de Tarallo (1983) aponta três estratégias principais para o português: a *cortadora*, a *copiadora* e a *padrão*. Na terminologia Keenan (1985), Comrie (1989) e Givón (1990), tais estratégias correspondem, respectivamente, às estratégias de *lacuna*, de *retenção pronominal* e de *pronome relativo*. Podemos identificar, ainda, uma quarta estratégia de relativização do PB, restrita às relativas com preposição lexical: a estratégia do *enclhecimento de preposições*.

A estratégia de pronome relativo é chamada de *padrão* por Tarallo (1983), por ser aquela que se encaixa nos moldes prescritivos da Gramática Normativa. Ela envolve o uso de pronomes especiais, que são formalmente relacionados a expressões demonstrati-

² No Brasil, desde 2009, com a promulgação da Emenda Constitucional n. 59, a escolarização é obrigatória e deve ser oferecida a todos, gratuitamente, que tiverem entre 4 e 17 anos, assegurado o direito à escolarização daqueles que não tiveram acesso a ela na idade própria. A legislação brasileira não prevê a educação domiciliar.

vas e/ou pronomes indefinidos/interrogativos, usados para representar o papel do núcleo nominal na construção relativa.

Não podemos dizer que o item *que* seja, em português, um verdadeiro pronome relativo, já que não fornece nenhuma informação sobre o caso do elemento relativizado, atuando apenas como um transpositor oracional. Assim, em português, teríamos estratégia do pronome relativo apenas nas relativizações de posições preposicionadas. Segundo Camacho (inédito), essa estratégia aparece com mais frequência no registro escrito formal da língua portuguesa, como no caso de (03) a seguir, retirado de um *site* da revista *Guia do Estudante*.

(03) Já escrevi **fanfics de livros de que gosto**, e queria ser escritor de ficção. (internet³)

Em (03), temos um verdadeiro pronome relativo, uma vez que poderia, por um lado, ser substituído por uma expressão como *dos quais*, que explicita o caso relativizado, e, por outro, porque tem sua função sintática de oblíquo codificada pela preposição *de*. Esse tipo de relativa é também chamado na literatura de “pied-piping”.⁴ Segundo Givón (1990), há uma forte tendência para os conectivos não aparecerem na posição relativizada, mas, sim, na fronteira entre a oração principal e a relativa, embora haja exceções para essa generalização. No caso do português, tanto os pronomes relativos quanto os complementadores aparecem na fronteira entre as duas orações e ocupam a primeira posição da OR, desde que não venham acompanhados de preposição.

Camacho (inédito) observa que as construções de lacuna, quando aplicadas ao sujeito e ao objeto direto sem pronome-lembrante, e as de pronome relativo, aplicadas às posições mais baixas da HA, são comumente identificadas como alternantes padrão.

A estratégia de lacuna se caracteriza por não fornecer, na relativa, informação sobre a natureza da posição do elemento relativizado. No português, segundo Camacho (inédito), o elemento que introduz a relativa é uma conjunção, ou seja, um marcador de relativização (DIK, 1997), e não um pronome relativo típico. Essa estratégia aparece, no português, na relativização padrão das funções de sujeito e de objeto direto, como pode ser observado em (04a-b):

(04) a. A VOZ É O SOM QUE SAI DA NOSSA DOCA. (KSA, 1^a, 12^s)

b. o professor falou o so(ç)ão **que a guemte fala** entra pelo ouvido e entra pelo selibro (BPM, 1^a, 13)

³ Retirado de <<http://guiadoestudante.abril.com.br/orientacao-vocacional/consulte-orientador/minha-mente-verdadeira-bagunca-criativa-carreira-devo-seguir-702446.shtml>>, acesso em: 28 mar. 2014.

⁴ O termo “pied-piping” se refere a uma leitura metafórica à obra *O flautista de Hamelin*, do escritor britânico Robert Browning, proposta por Ross (1967), para representar a construção padrão que relativiza Sintagmas Preposicionados (SP), por ele denominada *prepositional pied-piping*. Nessa interpretação, um sintagma determinante (DP) é representado pelo flautista, e a preposição (P), é representada pelo rato, já que, na interpretação gerativa, tanto P segue DP no Movimento sintático em relativas, quanto P, a palavra-Q em interrogativas.

⁵ Optamos por utilizar, aqui, dados produzidos pelos alunos em fase de aquisição. Para tentar reproduzir ao máximo a escrita das crianças, optamos por usar **caixa alta** quando o texto original for escrito em letra de forma maiúscula; **caixa baixa**, se o texto é escrito em letra de forma minúscula; e **itálico**, no caso de o texto ser escrito em letra cursiva. O recurso de **negrito** é um destaque nosso da oração relativa. A identificação dos dados é feita a partir das iniciais do aluno que produziu o dado de OR seguido da série em que foi produzida e do número da proposta textual.

Nos dois exemplos, o núcleo relativizado é *som*. Não há, nas relativas de (04a-b), nenhuma informação quanto à natureza da função sintática exercida por esse constituinte, e ambas as ocorrências aparecem codificadas com *que*, o que o identifica como conjunção ou marcador de relativização (DIK, 1997).

Outra possibilidade de realização da estratégia de lacuna pode ser vista em (05):

(05) *Eu estudaria com o esporte que eu mais gosto. Que é ginastica olimpicas.* (KSA, 4ª, 8)

Nesse caso, não há informação, na relativa, da posição do item relativizado. Não há a preposição regida pelo verbo na OR, nem o pronome-lembrante, como na estratégia de retenção pronominal. Assim, não há elemento anafórico, na relativa, que estabeleça relação correferencial na matriz com o antecedente. Essa variante da estratégia da lacuna é chamada, por Tarallo (1983), de *cortadora*.

Camacho (inédito) destaca um uso inovador da relativa de lacuna. Observe (06):

(06) a. Oblíquo – Lugar

Amanhã vc ira ir a um lugar que era seu sonho de ir ver nesse lugar Sandy e Junior.

(KSA, 3ª, 2)

b. Oblíquo – Tempo

e as outras pessoas correm a hora que ela joga a bola para cima (...) (AGS, 2ª, 13)

A função sintática de oblíquo, frequentemente relativizada pela estratégia da lacuna no PB, inclui complementos verbais preposicionados e circunstanciais em geral, como lugar, tempo, razão, instrumento, entre outros. Camacho (inédito) sustenta que essa relativa, cujos núcleos devem ser interpretados como propriedades lexicais (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), atua como o argumento desses nomes, não como verdadeiros modificadores. Prova disso é que a tais nomes podem ser atribuídos argumentos de natureza distinta, como *hora de lazer* ou *lugar de descanso*.

A estratégia de *retenção pronominal*, chamada de *copiadora* por Tarallo (1983), se caracteriza pela presença de um pronome-lembrante na OR, que é correferente ao núcleo nominal da oração matriz. Em outras palavras, emprega-se, na OR, um pronome – pessoal, no caso do português – que recupera anaforicamente o item relativizado da oração principal, estabelecendo, portanto, a relação de correferência com o antecedente, função não exercida pelo item conector *que*, também aqui atuando como complementizador ou marcador de relativização. Veja o caso de (07):

(07) Oblíquo

Era uma vez um homem que estava loquinho da cabeça por aquela mulher que estava apaixonado por ela e pensou em levar ea para papear de carro em algum dia em um restaurante (...) (THF, 4ª, 10)

Nesse exemplo, a relativa aparece codificada por *que*, marcador de relativização, e vem acompanhada, ao final, pela preposição *por* e pelo pronome pessoal *ela*, que recuperam o caso do antecedente relativizado. Como podemos observar, a tarefa de recuperação de caso é realizada pela inserção do pronome-lembrante, não pelo próprio relativizador *que*. Podemos afirmar, então, em consonância com Camacho (inédito), que o emprego do pronome relativo ficaria restrito à estratégia *padrão*, nos casos em que há relativização de itens preposicionados, ou seja, em graus mais baixos da HA.

Há ainda um quarto tipo de relativa no português, restrita às construções com preposições lexicais: a estratégia do encalhamento de preposições. Segundo Camacho (inédito), entende-se encalhamento de preposições por um fenômeno sintático em que a preposição regente ocorre em outra posição que não seja adjacente ao núcleo regido. Essa estratégia tem baixa frequência no português, diferentemente do inglês, em que é muito comum e que permite sua ocorrência com quaisquer tipos de preposições. Observe (08):

(08) Essa é a mesa **que todo mundo bota o chapéu em cima** (dela).

(PERINI, 2010⁶ apud CAMACHO, inédito)

Em (08), a preposição lexical *em cima* aparece no fim da sentença e não na posição canônica das preposições em construções relativas, próximas ao conector. É comum que apareça um pronome-lembrante correferencial ao núcleo, mas não obrigatório.

Camacho (inédito), ao analisar as relativas em variedades lusófonas, chega à conclusão de que a estratégia de lacuna, mesmo para as funções mais baixas da HA, é a mais recorrente. Esse resultado vai de encontro com o postulado por Tarallo (1983), que, por se dedicar a um estudo sociolinguístico, se concentra mais nas estratégias copiadora e cortadora, consideradas, respectivamente, estigmatizada e neutra, já que a estratégia padrão ou de prestígio, especialmente a usada em posições preposicionadas, tem uma incidência muito baixa na língua falada.

Ao considerar essa baixa frequência de construções padrão ou *pied-piping* nas posições preposicionadas da língua falada, Kenedy (2007), a partir de uma perspectiva gerativista, postula um princípio de antinaturalidade da Gramática Universal que se aplica, mais especificamente, tanto à variedade brasileira quanto à variedade europeia. Para esse autor, há quatro estratégias de relativização possíveis: as resumptivas (de retenção pronominal), as cortadoras (de lacuna), as *pied-piping* (de pronome relativo) e as *prepositional-stranding* (de encalhamento de preposição). Como vimos na discussão anterior, o português dispõe das três primeiras estratégias, e a última não é produtiva, embora possível.

De acordo com Kenedy (2007), encontramos na descrição do mesmo fenômeno em uma mesma língua – no caso, a construção relativa – diferentes estratégias derivacionais que se alternam, e uma delas, a *pied-piping* , é computacionalmente mais custosa e é essa característica que motiva seu caráter antinatural: na versão minimalista da gramática gerativa, o Sistema Computacional da Linguagem Humana (C_{HL}) prefere, sempre que possível, empregar construções menos complexas, que envolvem menor quantidade de operações. Kenedy (2007) afirma que, por ter processamento mais complexo, a variante *pied-piping* não faz parte da competência linguística natural e só é adquirida por meio de processos formais de aquisição de escrita/letramento.

Esse aspecto da aquisição já havia sido levantado por Dik (1997) e, aqui no Brasil, por Kato (1981), com base, todavia, na relação entre número de posições relativizadas na HA e facilidade do processamento de informação. O âmbito funcional, em que se estabelece o objetivo deste trabalho, põe-no mais em consonância com esse trabalho mais especulativo de Kato (1981), que, por associar as estratégias de relativização com princípios

⁶ PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. v. 1.

cognitivos de processamento de informações (KATO, 1981), defende motivações mais funcionais que formais para as OR.

De acordo com essas posições teóricas, seria um processo muito mais natural também na aquisição dos primeiros estágios da escrita, que as crianças utilizassem as variantes não padrão, cortadora e copiadora. A estratégia padrão, especialmente a regida por preposição, seria a novidade e, portanto, a única a ser de fato adquirida no processo escolar, por não fazer parte do inventário de construções conhecidas pelos escreventes.

As evidências psicolinguísticas para a aquisição da linguagem, trazidas por Kato (1981), Perroni (2001) e Kenedy (2007), reforçam a hipótese de que há uma relação significativa entre a escolha das estratégias de relativização usadas por crianças em fase de aquisição de escrita e a função sintática suscetível de relativização da HA de Keenan e Comrie (1977). Espera-se, portanto, que, na aquisição de escrita, a criança já disponha, ao menos num primeiro momento, das estratégias não padrão, cortadora e copiadora, pelo menos para as OR situadas nos graus mais baixos da HA de Keenan e Comrie (1977), como objeto indireto, oblíquo e genitivo.

Material de análise e procedimentos metodológicos

Adotamos neste trabalho um enfoque essencialmente empírico, mediante o qual os dados coletados são submetidos ao tratamento teórico mais apropriado, o funcional e o sociointeracional. Esse tratamento explicitamente indutivo dos dados é, além de uma imposição teórica, uma imposição metodológica, já que procuramos, nesta pesquisa, descobrir os processos que regem a aquisição de OR na escrita, em termos de acessibilidade. Assim, é necessário partir dos dados para se chegar a generalizações confiáveis como resultado.

Este estudo utiliza como *corpus* de análise textos escritos, coletados em duas escolas municipais de São José do Rio Preto (E.M.E.F. Wilson Romano Calil e E.M.E.F. Dr. João Jorge Sabino), entre 2001 e 2004, por Capristano (2004), pertencente ao Grupo de Pesquisa *Estudos sobre a Linguagem* (GPEL/CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). O banco de dados conta com 55 propostas de produção textual diferentes, que geraram aproximadamente 2.500 enunciados escritos de 130 crianças em fases diferentes de aquisição de escrita (CAPRISTANO, 2007).

O desenvolvimento deste trabalho requereu a seleção das ocorrências de OR dos alunos que participaram da coleta durante os quatro anos do projeto e compuseram, no mínimo, 49 textos (ou seja, 90% do total das propostas) ao longo desse período. Esses fatores são os mais decisivos na escolha dos textos por permitirem um estudo longitudinal mais efetivo. Esses alunos participaram dos quatro anos da coleta e produziram textos com a maior parte das propostas; por isso, os textos resultantes dão acesso a todo o histórico de desenvolvimento da escrita possível de ser descrito pelo banco de dados. Entre os 130 alunos participantes do projeto, 14 se encaixaram nos parâmetros estabelecidos e seus textos serão alvo desta pesquisa. Selecionamos, neste trabalho, apenas as ocorrências de relativa da primeira série, cuja análise nos proporciona um panorama da fase inicial da aquisição da escrita dessas crianças. A Tabela 1 a seguir traz a quantidade de textos utilizados nesta pesquisa.

Tabela 1. Quantidade de textos selecionados para a análise deste trabalho

Escola	Aluno	Textos
		Escritos/Produzidos
João Jorge Sabino	AGS	12/14
	CAMB	12/14
	IAD	14/14
	JVRS	13/14
	MCB	13/14
	NACS	14/14
	PHP	14/14
	WPG	12/14
Wilson Romano Calil	BPM	13/14
	ESP	14/14
	GOM	12/14
	KSA	12/14
	THF	14/14
	VAS	13/14
	Total:	182/196
Média:	13 textos por aluno	

Tendências à acessibilidade das construções relativas no contexto da aquisição da escrita

A partir do levantamento realizado nos 182 textos previamente selecionados, foram encontrados 49 dados de relativas.

No tocante à frequência de ocorrência de relativa por texto, podemos perceber que, na primeira série do ensino fundamental, os alunos produzem pouquíssimas OR: a frequência de OR é de apenas **0,27** por texto, como ilustra a Tabela 2 a seguir.

Tabela 2. Frequência de relativas nos textos do *corpus*

Escola	Textos	Frequência	Média
JJS	104	24	0,23
WRC	78	25	0,32
Total	182	49	0,27

A leitura da tabela nos permite perceber tendências quantitativas interessantes. Primeiramente, há diferenças de frequência entre as escolas. Os alunos da escola Wilson Romano Calil produzem, na média, mais relativas do que os alunos da escola João Jorge Sabino. Nos dados da primeira escola, encontramos uma média de 0,23 dados por texto, enquanto nos dados da segunda, 0,32. A explicação para esse fenômeno encontra-se, possivelmente, em fatores extralinguísticos, uma vez que as propostas textuais foram as mesmas em ambas as escolas.

É possível perceber, também, que mesmo com a diferença entre as escolas, a média de relativas por textos ainda é baixa: enquanto na escola Wilson Romano Calil, há por volta de um dado de relativa a cada três textos, na escola João Jorge Sabino, o número de textos sobe para aproximadamente cinco. Percebemos, com esses dados, que a utilização de relativas é baixa, o que poderia apontar para um percurso ainda incipiente do processo de aquisição.

Se considerarmos os dados a partir do percurso individual de produção de relativas, podemos chegar a resultados instigantes. Consideremos a Tabela 3 a seguir.

Tabela 3. Ocorrências de relativa por aluno

Escola	Aluno	Dados
João Jorge Sabino	AGS	5
	CAMB	0
	IAD	3
	JVRS	4
	MCB	0
	NACS	3
	PHP	4
	WPG	0
Wilson Romano Calil	BPM	3
	ESP	10
	GOM	4
	KSA	5
	THF	1
	VAS	2
TOTAL		49

Podemos perceber, nos dados da tabela, que três alunos (CAMB, MCB e WPG) sequer produzem dados de relativas no primeiro ano de escolarização, considerando os textos analisados. Por outro lado, o aluno ESP da escola Wilson Romano Calil produz o total de dez dados, sendo o aluno com maior produção individual e com grande destaque em relação aos outros alunos. Os alunos com o segundo maior número de dados são AGS e KSA, com o total de cinco dados produzidos, que corresponde à metade dos dados produzidos por ESP.

A frequência da ocorrência de OR é relevante, também, em relação à posição da HA de Keenan e Comrie (1977) relativizada. A única ocorrência de relativa do aluno THF foi justamente de sujeito, o grau mais básico da hierarquia. Por outro lado, os alunos AGS, JVRS, ESP, KSA e VAS manifestaram ao menos um caso de relativização oblíquo, a posição mais baixa relativizada no *corpus* analisado, já na primeira série.

Ao nos voltarmos para a análise das funções sintáticas relativizadas, podemos reafirmar a validade da HA de Keenan e Comrie (1977). Consideremos a Tabela 4:

Tabela 4. Ocorrência de OR *versus* grau da HA de Keenan e Comrie (1977)

Escola	Sujeito	Objeto Direto	Objeto Indireto	Oblíquo	Genitivo	Objeto de Comparação
JJS	12	9	0	3	0	0
WRC	14	7	0	4	0	0
Total	26	16	0	7	0	0
Porcentagem	53%	33%	-	14%	-	-

Os dados confirmam a primazia do sujeito na HA de Keenan e Comrie (1977). De fato, incide sobre essa função sintática mais da metade das ocorrências de relativização nos textos de crianças em fase de aquisição. A incidência de relativas apenas nas duas primeiras posições, sujeito e objeto direto, abrange 86% dos casos de relativização. Notamos, ainda, que o ponto de corte na hierarquia se dá na função sintática de oblíquo, que conta com um total de sete dados de relativização. Não há ocorrências de relativas nas funções de objeto indireto, genitivo e objeto de comparação.

A frequência de 86% de relativização e sujeito e objeto direto, bastante significativa, vai ao encontro dos dados de Perroni (2001), com, no entanto, uma diferença: a presença de oblíquos na aquisição da escrita é bem maior do que na aquisição da fala. De fato, 14% das relativizações incidem sobre essa posição.

É interessante notar que, apesar da presença significativa de oblíquos nos dados de aquisição da escrita, não há a presença de relativização de objeto indireto. A princípio, os dados parecem estar em desacordo com a HA de Keenan e Comrie (1977), uma vez que, sob condições normais, nenhuma lacuna deve existir.

Como destacamos anteriormente, os próprios autores da HA assumem a fragilidade da posição de objeto indireto, afirmando que ela talvez seja a mais sutil de toda a hierarquia. Entendemos objeto indireto, neste trabalho, seguindo a orientação funcional de Dik (1997), em que essa função não dispõe de um estatuto independente, sendo reinterpretada prioritariamente pela indicação da função semântica de Recipiente ou então pela combinação de Recipiente com objeto. Nesse sentido, a teoria da Gramática Funcional explica que a função tradicionalmente chamada de objeto indireto ora se comporta como um oblíquo, ora como um objeto direto.

Levando em consideração que os dados de relativização de oblíquo, no *corpus* analisado, desempenhavam as funções semânticas de Tempo e Lugar, exclusivamente, podemos explicar a ocorrência de relativização de oblíquo e a ausência de relativização de objeto indireto de duas maneiras distintas.

Por um lado, as funções semânticas de Tempo e Lugar (que se formalizam como oblíquos), justamente as duas acessíveis no *corpus* analisado, dispõem do mesmo estatuto cognitivo que a função semântica Recipiente (que se formaliza como objeto indireto). Isso pode ser explicado pela aproximação entre a relação espacial de alativo e suas conseqüentes expansões metafóricas para tempo e posse, que se confirma no uso de preposições. No português, assim como no inglês, as preposições típicas de alativo são as mesmas de Lugar, Tempo e Recipiente: *a* e *para*, na primeira língua, e *to*, na segunda, como podemos ver nos exemplos a seguir.

- (09) a. Maria foi **a** Paris.
b. De outubro **a** dezembro não fiz nada a não ser viajar.
c. Pedro deu o livro **a** seu filho. (OLIVEIRA, 2011, p. 184)

Podemos perceber nos exemplos (09a-c) que a relação de *deslocamento* está presente em todas as sentenças: em (09a) há o deslocamento no espaço; em (09b), o deslocamento no tempo; e em (09c), o deslocamento de posse. Assim, notamos que as relações espaciais muitas vezes são usadas metaforicamente para a expressão de outras relações, o que as aproxima cognitivamente numa variação de concretude. De fato, a teoria da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) postula apenas uma função semântica, mais abrangente, nesse caso: Locativo.

Assim, se considerarmos apenas as funções sintáticas relevantes para Keenan e Comrie (1977), não conseguimos explicar as especificidades dos dados do *corpus* de aquisição da escrita. Ao ampliarmos o escopo de análise, no entanto, podemos perceber que ambas as funções semânticas mais altas geralmente relacionadas às funções sintáticas de objeto direto e oblíquo, que são Lugar e Tempo, são relativizadas no *corpus*.

Outra possibilidade de explicar a ocorrência da relativização de oblíquo e a ausência de relativização de objeto indireto no *corpus* é por meio da análise da estratégia formal de relativização utilizada pelos alunos.

A relativização de oblíquo (ou seja, de Tempo e Lugar) no *corpus* foi realizada mediante a estratégia da lacuna. Dessa forma, não há a preposição típica que marca o caso relativizado, como podemos perceber no exemplo (10) a seguir.

- (10) a. *Onde é que o mosquito e encontrado em lugares que tenha pneus e caixa dgua tampe as coisas como possos e tambores* (ESP, 1ª, 08)
b. *os dias das bruxas é odiaquedanedododu mundo sai naruaftasiadas...* (JVRS, 1ª, 12)

Notamos, nesses exemplos, que, formalmente, não há diferença entre a estratégia de formação de objeto direto e a de oblíquo. Como vimos anteriormente, Camacho (inédito) sequer considera os casos de (10) como relativas: para o autor, esses dados se aproximam das completivas, em que a oração subordinada é um argumento do nome genérico de tempo e de lugar. Se concordarmos com o autor, o ponto de corte na hierarquia passa a ser objeto direto e, desse modo, não há transposição do grau de objeto indireto.

Neste trabalho, consideramos, entretanto, que os dados contidos em (10) são, de fato, casos de relativas por dois motivos. O primeiro é que a ocorrência de lacuna em relativização de posições preposicionadas não é exclusiva do português brasileiro. De fato, encontramos, translinguisticamente, casos em que só é possível o uso de lacuna para a relativização de qualquer função sintática. Em segundo lugar, apesar da falta de diferença formal entre relativização de objeto direto e oblíquo, há essa diferenciação no português, marcada em sentenças simples. Assim, consideramos que a ausência da preposição em (10) aproxima a relativização das duas funções sintáticas, objeto direto e oblíquo, e faz com que a última, mais baixa, seja mais facilmente relativizada.

Ao analisarmos as estratégias utilizadas pelos alunos na primeira série, percebemos que a lacuna é a única utilizada para a relativização de todos os graus da hierarquia: sujeito (11), objeto direto (12) e oblíquo (13).

- (11) RIMOEVOPARIRCASAQUE E SUSIGATO SILETO TAU NUCAENA MUTUXATO A CAZA EBARULHO (VAS, 1^a, 05)
- *Primo, vou para minha casa que é sossegada, silêncio, tchau, nunca mais, muito chato a casa, tem barulho.
- (12) A COIS QUE A PESSOAFALOU VAI PARA O NOSSO OUVIDO E A COISA VAI TENBAN VAI PARA (AGS, 1^a, 05)
- (13) anta **hora que ela tem filhotinho** a costuma ficar três amno. (AGS, 1^a, 07)

Camacho (inédito), ao se deparar com um alto número de relativas de lacuna, afirma que há motivações funcionais para o uso preferencial dessa estratégia em detrimento das outras. Segundo o autor, as relativas de lacuna ou cortadoras representariam uma extrapolação dessa estratégia para as posições mais baixas da HA, por serem usadas para sujeito e objeto, as duas posições mais acessíveis à relativização. Assim, como afirmamos anteriormente, o uso de lacuna nas funções mais baixas (no caso do *corpus* deste trabalho, a função de oblíquo) representa uma aproximação formal entre construções que relativizam diferentes funções sintáticas. O autor afirma que essa extensão também pode ser explicada pela baixa incidência das copiadoras (ou seja, as relativas de retenção pronominal, com pronome-lembrado). Ainda que as relativas de retenção pronominal sejam potencialmente mais eficazes do que as de pronome relativo, em termos de compreensão cognitiva, o estigma social que ela veicula bloqueia seu uso em favor da estratégia de lacuna.

Assim sendo, na análise deste *corpus*, confirmamos a hipótese de que as funções mais baixas da hierarquia são relativizadas por meio de estratégias não padrão. Não houve ocorrência de relativização de posições preposicionadas por meio da estratégia de pronome relativo, indo ao encontro da hipótese de Kenedy (2007) de que essa estratégia não é naturalmente adquirida.

Palavras finais

Os dados analisados neste trabalho apontam tendências para a aquisição das construções relativas na escrita.

Em primeiro lugar, a frequência de relativas nos textos da primeira série do ensino fundamental é baixa. De fato, alguns alunos sequer chegaram a produzir dados nos textos coletados nessa etapa de escolarização.

Em segundo lugar, quanto à HA de Keenan e Comrie (1977), reafirmamos sua validade no *corpus* analisado e também apontamos alguns questionamentos. Os dados dos alunos seguem, em geral, o postulado de que as funções mais altas, sujeito e objeto direto, são as mais acessíveis e, portanto, mais frequentemente relativizadas. Há uma frequente relativização de oblíquos que desempenham funções semânticas de Tempo e Lugar, diferentemente dos dados de fala de Perroni (2001).

A função de objeto indireto, entretanto, não é relativizada, o que apontaria para uma possível lacuna na hierarquia. Sobre esse fato, reafirmamos a necessidade de se levar em consideração critérios não apenas sintáticos como os de Keenan e Comrie (1977) na descrição do fenômeno em análise. Com efeito, o exame das funções semânticas relativizadas como oblíquos permite deduzir que elas se identificam, formalmente, com a re-

lativização típica de objeto direto, por um lado, e que elas se aproximam cognitivamente da função semântica tipicamente codificada por objeto indireto, por outro.

Em terceiro lugar, por fim, com relação às estratégias de relativização, confirmamos a hipótese de que a escolha da estratégia está ligada ao grau da hierarquia de Keenan e Comrie (1977). De fato, a única estratégia utilizada para a relativização da função mais baixa na HA foi a de lacuna, a mesma estratégia das funções mais altas, sujeito e objeto direto. Ao contrário do que esperávamos, não houve casos de relativização por meio da estratégia de retenção pronominal.

REFERÊNCIAS

CAMACHO, R. G. *Construções relativas: uma análise discursivo-funcional*. Relatório final. Bolsa de Estágio Sênior no Exterior (processo Capes – BEX 5787/2010-6), 2012.

_____. *Orações relativas no contexto da lusofonia*. Inédito.

CAPRISTANO, C. C. *Banco de dados sobre aquisição da escrita do grupo de pesquisa “Estudos sobre a linguagem”*. São José do Rio Preto, 2004.

_____. *Mudanças na trajetória da criança em direção à palavra escrita*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

COMRIE, B. *Language universals and linguistic typology*. Oxford: Blackwell, 1989.

CORRÊA, M. L. G. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CRISTOFARO, S. *Subordination*. Oxford: University Press, 2003.

DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar*. 2nd revised edition. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam; Philadelphia: J. Benjamins, 1990.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar*. A typologically-based theory of language structure. Oxford: University Press, 2008.

KATO, M. Orações relativas: variação universal e variação individual no português. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 5, p. 1-16, 1981.

KEENAN, E. Relative clauses. In: SHOPEN T. (Ed.) *Language typology and syntactic description*, v. 2: Complex constructions. Cambridge: University Press, 1985. p. 141-70.

KEENAN, E.; COMRIE, B. Noun Phrase Accessibility and Universal Grammar. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 8, n. 1, p. 63-99, 1977.

KENEDY, E. *A antinaturalidade de pied-piping em orações relativas*. 2007. 237f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, G. M. *Acessibilidade das construções relativas nas línguas indígenas brasileiras: um estudo tipológico-funcional*. 2011. 209 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos)

– Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2011.

PERRONI, M. C. As relativas que são fáceis na aquisição do português brasileiro. *Delta*, v. 17, n. 1, p. 59-79, 2001.

TARALLO, F. L. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. PhD Dissertation – University of Pennsylvania, Philadelphia, 1983.

A construção *diz que... mas*: uma abordagem sistêmico-funcional e cognitivista

(The *diz que... mas* construction: a systemic-functional and cognitive approach)

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo¹

¹Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)

paulosegundo@usp.br

Abstract: The aim of this paper is to analyze the lexicogrammatical, the discursive-semantic, the argumentative and the conceptual configuration of the *diz que... mas* construction, based upon the theoretical convergence of Systemic Functional and Cognitive Linguistics, with special regard to the assumptions of Appraisal Theory and Mental Space and Conceptual Integration framework. It is argued that the construction activates, in the primary clause, a resource of dialogic expansion: distancing, responsible for the emergence of a SPEECH space, in which a generic Sayer practices an activity of self-attribution of a property, whereas, in the secondary one, the construction draws upon a resource of dialogic contraction: counter, signaling the incompatibility, based upon an authorial *frame* developed in the BASE, between the behavior of a social actor and his/her belonging to the group linked to the established property.

Keywords: Appraisal; Mental Spaces; Systemic Functional Linguistics; Cognitive Linguistics; construction.

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a configuração léxico-gramatical, semântico-discursiva, argumentativa e conceptual da construção *diz que... mas*, a partir da convergência teórica entre a Linguística Sistêmico-Funcional e a Linguística Cognitiva, com ênfase na Teoria da Avaliatividade e na Teoria dos Espaços Mentais. Conclui-se que a construção ativa, na oração primária, um recurso de expansão dialógica: distanciamento, responsável pela emergência de um espaço mental de FALA, no qual um Dizente genérico realiza uma atividade de autoatribuição de propriedade, ao passo que, na secundária, aciona-se um recurso de contração dialógica: contra-expectativa, que sinaliza a incompatibilidade entre o comportamento de um ator social e sua vinculação ao grupo identitário ligado à propriedade construída na primária, a partir de um *frame* de caracteres hegemônicos instalado na BASE.

Palavras-chave: Avaliatividade; Espaços Mentais; Linguística Sistêmico-Funcional; Linguística Cognitiva; construção.

Introdução

A construção *diz que... mas* tem alcançado uma projeção relevante nas redes sociais, servindo de mote para a criação de diversos grupos, especialmente no *Facebook*, que versam sobre os mais distintos tópicos, como *ser crente*, *ser hétero*, *ser believer*¹, dentre outros. Subjacente ao estabelecimento de humor, tem-se, entretanto, um recurso linguístico de parametrização de um protótipo identitário que revela a visão de um subgrupo hegemônico sobre o comportamento ideal dos (potenciais ou reais) membros de tal comunidade discursiva.

O objetivo deste artigo consiste, portanto, em descrever e analisar a construção como um pareamento entre forma e significado (GOLDBERG, 2009; EVANS; GREEN, 2006), atentando para os aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos e retórico-

¹ Denominação dada a fãs do cantor Justin Bieber.

-discursivos que embasam sua configuração, a partir de uma abordagem complementar de cunho cognitivista, com especial atenção à Teoria dos Espaços Mentais e da Integração Conceptual (FAUCONNIER, 1994 [1985]; 1997; FAUCONNIER; TURNER, 2002), e sistêmico-funcional, com destaque ao domínio da Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005).

Para tal, tomam-se como *corpus* complexos oracionais extraídos de diversos grupos do *Facebook*, explicitados posteriormente. A análise será qualitativa, uma vez que se visa a um exame detalhado dos efeitos de sentido e do funcionamento da construção, em detrimento dos aspectos variacionais envolvidos.

O artigo encontra-se dividido em quatro seções, além da introdução, das considerações finais e das referências bibliográficas. Na primeira, expõem-se aspectos de convergência e divergência entre a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e a Linguística Cognitiva (LC) e justifica-se a abordagem complementar para a descrição do fenômeno selecionado; na segunda, explora-se a categoria do Engajamento (NININ; BARBARA, 2013; GONÇALVES SEGUNDO, 2014a; 2014b), ligada à Teoria da Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005); na terceira, realiza-se uma síntese dos aspectos fundamentais que caracterizam a Teoria dos Espaços Mentais (FAUCONNIER; TURNER, 2002; GRADY, 2007; OAKLEY; HOUGAARD, 2008); na quarta, analisa-se a construção *diz que... mas* em seus aspectos relevantes em termos sintáticos, semântico-discursivos e retórico-argumentativos, além de sua projeção em termos de espaços mentais e de seu papel em termos de vigilância e confiança epistêmica (SPERBER et al., 2010; MAZZARELLA, 2013).

Aproximações e distanciamentos entre a LSF e a LC

Muitos autores, como Lemmens (1998) e Davidse (2000), têm se valido de um diálogo entre a LSF (HALLIDAY, 2004) e a LC, especialmente em termos da Semântica Cognitiva (TALMY, 2000) e da Gramática Cognitiva (LANGACKER, 2008), para a descrição de fenômenos linguísticos caros ao Funcionalismo, como a transitividade, a ergatividade e a ancoragem (*grounding*). Trata-se de uma convergência possível, na medida em que tanto cognitivistas quanto systemicistas assumem o significado como aspecto central da linguagem e o tomam como elemento-chave para a descrição do sistema – visto como uma rede – e do uso – concebido como contextualizado em termos ecossociais.

Além disso, ambas as propostas concebem um *continuum* entre léxico e gramática (fluidez categorial), destacam o papel das construções e das alternativas construcionais como aspectos fundamentais da linguagem (perspectiva) e assumem a dimensão interacional (interpessoal) e simbólica (ideacional) como constitutivas da língua².

O enfoque da LSF, entretanto, não é orientado para o cognitivo (HALLIDAY, 1978; BUTLER, 2008), mas para o refinamento da análise da língua em sua instanciação em textos, concebidos como eventos sociosemióticos contextualizados cultural e situacionalmente. A língua é vista como um potencial de significado, organizada em uma rede de opções paradigmáticas de caráter majoritariamente discreto que viabiliza recursos para a construção de textos. Estes, por sua vez, atualizam padrões probabilísticos aprendidos

² Para maiores detalhes, é interessante contrastar Halliday (2009), Matthiessen (2012) e o capítulo inicial de Langacker (2008).

durante a integração social dos indivíduos em variadas práticas, o que inclui a ratificação e a contestação de distintas representações sociais, a inculcação de estilos e o domínio de gêneros discursivos.

Já a LC (GEERAERTS, 2010) concebe a linguagem de modo não modular, propondo que ela esteja integrada às capacidades pré-conceptuais e conceituais humanas, tais como atenção, memória, percepção, perspectivação, categorização, dentre outras. Nesse sentido, a configuração da linguagem e seu uso emergem da experiência corpórea humana em relação ao ambiente ecossocial que envolve os indivíduos. Além disso, pelo imperativo de estar integrada a modelos psicológicos plausíveis de explicação para o fenômeno semiótico, a língua é vista como uma rede não discreta de construções – que abarca tanto instâncias quanto esquemas – em interface contínua e constitutiva com o conhecimento enciclopédico, de teor multimodal (EVANS; GREEN, 2006).

Assim, o que justifica o olhar complementar – a despeito de algumas divergências, ligadas, por exemplo, à configuração das *redes* em cada um dos modelos – é o fato de a LSF disponibilizar ferramentas úteis para a análise da linguagem orientada textual e socialmente, ao passo que a LC permite explicar a emergência de dadas construções a partir da experiência e das capacidades mentais humanas, além dos distintos modos de processamento e de conceptualização que possibilitam examinar as razões pelas quais os recursos linguísticos podem receber interpretações similares ou diferenciadas.

Isso posto, passa-se a tratar do sistema de Engajamento, ligada à Avaliatividade.

A noção de Engajamento na Teoria da Avaliatividade

A AVALIATIVIDADE³ (MARTIN; WHITE, 2005) consiste em um sistema semântico-discursivo ligado à metafunção interpessoal⁴ que diz respeito às opções paradigmáticas e às estruturas sintagmáticas que organizam a construção da perspectiva nos textos. Segundo seus proponentes, a abordagem busca examinar

[...] the subjective presence of writers/speakers in texts as they adopt stances towards both the material they present and those with whom they communicate. [...] It is concerned with the construction by texts of communities of shared feelings and values, and with the linguistic mechanisms for the sharing of emotions, tastes and normative assessments. It is concerned with how writers/speakers construe for themselves particular authorial identities or personae, with how they align or desalign themselves with actual or potential respondents, and with how they construct for their texts an intended or ideal audience.

³ Convenciona-se grafar nomes de sistemas, em LSF, em versalete (*small caps*).

⁴ Halliday (2004) propõe que a linguagem se organiza a partir de três grandes funções que orientam a configuração do sistema, em decorrência das necessidades humanas de 1. categorizar a realidade que lhes é externa e interna (*função ideacional*), 2. estabelecer relações sociais e papéis discursivos (*função interpessoal*) e 3. criar tessitura (*função textual*). Essa proposta ficou conhecida como hipótese metafuncional. Cada função atravessa os distintos níveis linguísticos e contextuais – contexto cultural, situacional, semântica-discursiva, léxico-gramática, fonologia e fonética/grafologia –, e cabe ao linguista descrever os sistemas e os subsistemas ligados a elas em todos os níveis, buscando, inclusive, determinar suas correlações e as possibilidades de padronização. Para maiores detalhes, ver Halliday (2009), Lemke (2005), Thibault (2004) e Silva e Espindola (2013).

O sistema é subdividido em três grandes domínios: a ATITUDE, o ENGAJAMENTO e a GRADAÇÃO. Para este trabalho, explorar-se-á o domínio do ENGAJAMENTO, relevante para a análise da construção em foco.

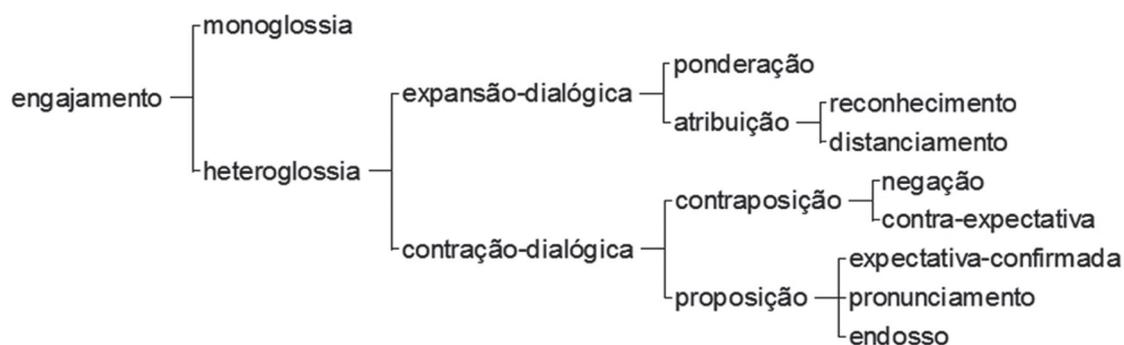
De acordo com Ninin e Barbara (2013, p. 129), o estudo desse subsistema

[...] se ocupa dos modos como a voz autoral posiciona-se em relação a outras vozes presentes no texto, procurando caracterizar diferentes perspectivas intersubjetivas disponíveis, ou seja, permitindo caracterizar o modo de adesão ou não do falante/escritor em relação às proposições no texto.

As duas opções iniciais consistem na *monoglossia* e na *heteroglossia*. Construções *monoglóssicas* simulam a anulação do dialogismo constitutivo da linguagem (VOLÓCHINOV, 2004 [1929]), visando ao bloqueio das condições de emergência de concepções alternativas de realidade. Segundo Ninin e Barbara (2013, p. 132), trata-se de “proposições, declaradas de modo absoluto, [que] são tratadas como certas, indiscutíveis, ou como não-problemáticas, baseadas em conhecimento consensual, em fatos, eventos conhecidos e aceitos pela comunidade discursiva”. Já a *heteroglossia* ocorre quando a voz autoral abre espaço para alternativas dialógicas, tanto no que se refere à incorporação explícita de vozes externas, por discurso relatado, quanto no que concerne à relação entre o já dito e as concepções subjacentes discordantes e concordantes, ativadas por marcas linguísticas.

Nas construções em que as alternativas dialógicas são respeitadas, aceitas, ponderadas e, portanto, não validadas ou invalidadas maximamente, tem-se *expansão dialógica*. Nas instâncias em que há anulação total ou parcial de outras vozes, ocorre *contração dialógica*. O esquema abaixo mostra o sistema de engajamento, com suas principais opções:

Esquema 1. Opções paradigmáticas do subsistema de ENGAJAMENTO⁵



Para este trabalho, serão destacadas as opções de *heteroglossia: expansão dialógica: atribuição* e *heteroglossia: contração dialógica: contra-expectativa*⁶.

⁵ O subsistema de engajamento exposto baseia-se em Martin e White (2005) e segue a tradução sugerida por Ninin e Barbara (2013). Os hifens inseridos entre os termos do sistema são resultantes da arquitetura do *software* UAM Corpus Tool, por meio do qual se desenhou o sistema (O'DONNELL, 2008).

⁶ Para informações mais detalhadas sobre o subsistema de Engajamento, consultar Ninin e Barbara (2013) e Gonçalves Segundo (2014a, 2014b).

A *atribuição* diz respeito à inserção autoral – não maximamente assumida – de outras vozes no texto. As opções de *reconhecimento* marcam um posicionamento neutro do produtor em relação ao conteúdo proposicional do evento de fala, conforme se nota em (1), ao passo que os recursos de *distanciamento* sinalizam que a voz autoral não compartilha da mesma concepção de realidade, como se observa em (2)⁷:

(1) Ele disse que é popular

(2) Ele alega que é popular.

A *contra-expectativa*, por sua vez, abrange as construções que fazem emergir uma alternativa dialógica – correspondente a uma expectativa de um dado grupo social –, não aplicável ao evento instanciado, conforme se depreende em (3):

(3) Ele é popular, mas curte o próprio status.

É possível inferir que o operador argumentativo (KOCH, 2002) ou conjunção concessiva paratática (HALLIDAY, 2004) *mas* ativa a alternativa dialógica de que *quem é popular não deveria curtir o próprio status*, concepção esta que se configura naquilo que é esperado do comportamento de um indivíduo popular em uma certa comunidade discursiva. Na *contra-expectativa*, o que se rejeita não é a expectativa em si, mas sua aplicação à instância textualizada, ou seja, ao Portador *Ele*.

Na construção *diz que... mas*, tem-se justamente essas duas relações: uma *atribuição*, seguida de uma *contraposição* por *contra-expectativa*. Curiosamente, o verbo *dizer*, que atua, prototipicamente, como recurso de *reconhecimento*, parece atualizar, nesse par, um valor de *distanciamento*. Mais adiante, na seção “A construção *diz que p, mas q*: da léxico-gramática ao discurso”, tratar-se-á dessa questão pormenorizadamente.

A Teoria dos Espaços Mentais: um breve percurso

A Teoria dos Espaços Mentais e da Integração Conceptual (MSCI) – mais conhecida como Teoria da Mesclagem Conceptual – passou por uma série de desenvolvimentos desde suas formulações iniciais (FAUCONNIER, 1994 [1985]) que a elevou de um patamar de teoria semântica do processamento discursivo-textual (FAUCONNIER, 1997) a uma proposta teórica cognitivista relacionada à (re)construção dinâmica de significado nos diversos domínios de práticas sociodiscursivas (FAUCONNIER; TURNER, 2002; OAKLEY; HOUGAARD, 2008).

Devido a sua integração ao cognitivismo – que concebe os recursos linguísticos como instruções parciais que orientam a reconstrução do significado⁸ pelo leitor/ouvinte,

⁷ Os exemplos propostos nesta seção consistem em manipulações com fins expositivos do post *Diz que é popular, mas curte o próprio status*, extraído de <https://www.facebook.com/dizporquediz>, consultado em 06 mar. 2014. A página não se encontra mais disponível, segundo consulta realizada em 08 set. 2014.

⁸ Deve-se destacar que, na Semântica Cognitiva (TALMY, 2000; LANGACKER, 2008; EVANS; GREEN, 2006), não há linha rígida de separação entre Semântica e Pragmática. Em outros termos, a noção de *significado*, visto como inerentemente perspectivado, enciclopédico, flexível, dinâmico e aberto, necessariamente envolve o linguístico, o conceptual e o contextual, visão que demove a ideia de separação entre os níveis linguísticos supramencionados.

ativando simulações mentais multimodais que envolvem o conhecimento enciclopédico dos falantes –, a MSCi busca explicar os processos de conceptualização envolvidos na criação de significado, mas especialmente na compreensão e na interpretação *online* do sentido.

Assim, espaços mentais (EM) são concebidos como conjuntos coerentes de informação ativados localmente (GRADY, 2007). Em outros termos, consistem em “pacotes” conceptuais gerados de forma dinâmica na interação ou no pensamento introspectivo, possibilitando a produção e a compreensão discursiva por meio de interconexões emergentes de sua contínua (re)estruturação. Neurologicamente, eles podem estar associados a conjuntos de agrupamentos neuronais acionados para o uso linguístico situado, ao passo que suas interconexões podem estar ligadas a padrões de coativação entre esses mesmos agrupamentos (FAUCONNIER; TURNER, 2002).

Oakley e Coulson (2008) argumentam que os espaços mentais não são propriamente linguísticos e que são produtos da atividade discursiva emergente da interação em desenvolvimento. Nessa perspectiva, os autores defendem que

[...] mental spaces [are] representations of scenes and situations in a given discourse scenario as perceived, imagined, remembered or otherwise understood by the speaker [...] [they] represent distinct physical, social, and/or introspective scenes and situations where attention is focused on a few salient elements therein. Along these lines, we assume that a mental space is governed by a semantic domain or domain matrices and that the particular characteristics of a mental space are determined by semantic frames for structuring the micro-features of a scene, such as role assignment, action and event sequence. [...] A final assumption is that all mental spaces in a network are accessible to consciousness [and] [...] comprise implicit and explicit declarative knowledge, with different facets of declarative knowledge made explicit and left implicit as discourse proceeds. (OAKLEY; COULSON, 2008, p. 29-30, colchetes meus)

Assim, o conceito permite explicar o encadeamento discursivo, a emergência de implícitos, as mudanças de foco de atenção no desenvolvimento textual e as relações entre a instanciação de recursos linguísticos e a ativação de conhecimento enciclopédico.

Para Fauconnier (1997), toda a rede de espaços mentais inicia-se do espaço *BASE*.⁹ Tal espaço representa o aqui-agora em relação ao desenvolvimento discursivo. Não se trata de um espaço em que eventos, participantes, propriedades sejam verdadeiros ou falsos em relação a um mundo real ou imaginário, mas sim da realidade concebida como vigente a partir da perspectiva de um falante, tendo em vista a construção discursiva dinamicamente emergente.

Novos espaços mentais são abertos por recursos linguísticos denominados *construtores de espaço* (*space-builders*). Segundo Ferrari (2009, p. 22), trata-se de “expressões linguísticas encarregadas exatamente de sinalizarem domínios cognitivos criados localmente, que operam sobre o discurso subsequente e estabelecem suas condições de validação”. Assim, expressões adverbiais ou oracionais de *tempo*, *espaço*, *condição*, assim como verbos *dicendi*, operadores modais *epistêmicos*, *volitivos* e mesmo *anguladores*,¹⁰

⁹ Espaços mentais também são representados em versalete.

¹⁰ Almeida (2009) ressalva que *anguladores* (*hedges*) não apenas atuam como construtores de espaço, mas também enquadraram referentes, provocando reconceptualização. Nesse sentido, esses recursos também

dentre outros, consistem em recursos que interconectam espaços mentais, permitindo aos conceptualizadores guiar a interpretação local e ativar representações multimodais e enciclopédicas das cenas e das situações criadas semioticamente.

Isso posto, passa-se à análise do *corpus*.

A construção *diz que p, mas q*: da léxico-gramática ao discurso

Conforme se mencionou na introdução deste artigo, o *corpus* selecionado para esta pesquisa foi coletado, basicamente, de posts realizados em grupos da rede social *Facebook*, consultados em 06 de março de 2014. Tais enunciados são extremamente produtivos na internet e, em geral, consistem em um modo bem-humorado – embora não menos autoritário por isso – de parametrizar aquilo que um subgrupo teoricamente hegemônico considera prototípico e esperado do comportamento dos atores sociais que se identificam com a comunidade discursiva e que se declaram membros dela.

Para esta análise, apresentar-se-ão cinco ocorrências dessa construção, que serão examinadas, especialmente, em termos semântico-discursivos, retórico-argumentativos e conceptuais, embora também se teçam comentários acerca da configuração léxico-gramatical. Expõem-se, na sequência, as ocorrências e um quadro que apresenta a estrutura comum que lhes é subjacente:

- (1) Diz que é crente mas... não escolheu esperar. (<https://www.facebook.com/dizqehcrente>)¹¹
- (2) Diz que é crente mas... não perde uma novelinha. (<https://www.facebook.com/dizqehcrente>)
- (3) Diz que é pegador, mas... nunca beijou. (<https://www.facebook.com/DiizQuee>)
- (4) Diz que é popular, mas curte o próprio status. (<https://www.facebook.com/dizporquediz>)
- (5) Diz que é hétero, mas... dança o Show das Poderosas. (<https://www.facebook.com/DizQueEHeteroMas>)

Quadro 1. Organização estrutural e avaliativa da construção *diz que p, mas q*

Oração primária ¹²	Oração secundária
<i>Diz que é crente</i>	<i>mas... não escolheu esperar</i>
<i>Diz que é crente</i>	<i>mas... não perde uma novelinha</i>
<i>Diz que é pegador</i>	<i>mas... nunca beijou</i>
<i>Diz que é popular</i>	<i>mas curte o próprio status</i>
<i>Diz que é hétero</i>	<i>mas... dança o Show das Poderosas</i>
Expansão Dialógica: Atribuição: Distanciamento	Contração Dialógica: Contraposição: Contra-expectativa

exerceriam função pragmática.

¹¹ É relevante destacar que esse post apresentava uma imagem em que se mostrava uma mão com um anel no quarto dedo, o que ativa o *frame* de relação conjugal, em cujo domínio se encontra o elemento *relação sexual*. É a esse aspecto que a espera se refere.

¹² Os termos *oração primária* e *oração secundária* derivam da terminologia sistêmico-funcional (HALLIDAY, 2004) e são aplicados, genericamente, a complexos oracionais com base em sua ordenação.

Na oração primária, instancia-se um recurso de *expansão dialógica: atribuição*, que traz para o discurso autoral uma voz externa que se atribui uma dada propriedade. Em termos de transitividade, em perspectiva sistêmico-funcional, tem-se um *processo verbal (dizer)* que *projeta* uma oração na qual se instancia um *processo relacional intensivo atributivo*, em que o *Portador* é o Sujeito não explícito, que coincide com o *Dizente* do *processo verbal*, e o *Atributo* é a característica que vincula o Sujeito a um dado grupo identitário.¹³

Prototipicamente, a forma verbal *dizer* ativa a opção paradigmática de *reconhecimento*, na qual a voz autoral assume uma relação neutra com o conteúdo proposicional – nem *realis* nem *irrealis* em relação ao espaço BASE. Entretanto, a construção em análise parece ter se especializado no sentido de proporcionar uma leitura de *distanciamento*, uma vez que se torna possível antecipar que a voz autoral construirá uma representação da realidade que se chocará com o que se espera da atribuição construída inicialmente. Em outros termos, o produtor sinaliza que é questionável a rotulação construída pela voz externa, não a assumindo como válida.

É importante destacar que a ausência de um sujeito explícito poderia apontar para uma leitura de Sujeito elíptico, entretanto não há cotexto que permita inferir uma relação anafórica nem um interlocutor explícito que poderia ser depreendido deiticamente da situação enunciativa¹⁴. Assim, a construção dessubjetificada do verbo *dicendi* parece favorecer uma interpretação de que a atribuição não se associa a um referente específico – a um Valor, na MSCI –, mas a qualquer indivíduo com o potencial de praticar o *processo verbal* de conteúdo *atributivo*. Nesse sentido, tratar-se-ia de uma construção impessoal que não ativa um Instanciador¹⁵ propriamente dito, mas cria um evento-tipo aplicável a qualquer potencial Sujeito.

Tal configuração é potencializada pelo fato de que o *processo verbal* é construído em terceira pessoa do singular, no Presente do Indicativo, tempo não prototípico para a construção de discurso relatado. Segundo Cutrer (1994), que analisa os tempos verbais a partir da MSCI,¹⁶ o Presente abrange distintos valores, como *habitualidade* e *genericidade*. Além disso, constrói aquilo que é enunciado como relevante para a BASE. Na

¹³ É possível conceber que, pelo fato de o Dizente coincidir com o Portador, sendo, assim, o responsável pela relação de atribuição, o Sujeito não explícito seja também Atribuidor. Para detalhes acerca da transitividade, ver Lima-Lopes e Ventura (2008); Gonzaga (2011); Gonçalves Segundo (2014b); Halliday (2004).

¹⁴ Ressalva-se que é possível conceber um contexto em que tal construção seja enunciada como forma de criticar o comportamento de um indivíduo específico, presente ou ausente da situação enunciativa. Não obstante, a opção pela forma em análise revela-se estratégica, por mitigar a referência explícita e gerar o efeito de uma censura a um tipo de conceptualizador, e não a uma instância, em termos langackerianos.

¹⁵ Taverniers (2005), em consonância com Davidse (1997), a partir de uma abordagem complementar análoga à realizada aqui, que une a LSF à LC, especialmente no que diz respeito à noção de ancoragem (*grounding*), proposta por Langacker (2008), entende o Sujeito como Instanciador do evento enunciado, responsável pela ativação de uma coordenada da Dêixis Pessoal, que está, por sua vez, associada à conversão de um tipo em uma instância. Tal conversão está ligada à noção de finitude, que situa a oração no contexto enunciativo e revela a orientação pessoal-temporal-modal e polar da construção.

¹⁶ Não se adota aqui o modelo de Cutrer que associa os tempos verbais à alocação de quatro Espaços Mentais – BASE, FOCO, EVENTO e PONTO DE VISTA –, muito embora se considerem suas conclusões acerca do fenômeno. O objetivo deste artigo é examinar os aspectos conceptuais que envolvem apenas o par *diz que... mas*. Por isso, a projeção de distintos espaços relativos à inscrição de valores temporais no conteúdo proposicional – tanto na oração primária quanto na secundária – não será realizada.

construção em análise, a correlação tempo-pessoa ativa um valor *genérico*, ligado à busca de construir – ou sustentar – os *frames* que embasarão o conhecimento enciclopédico dos conceptualizadores sobre diversos domínios da realidade.¹⁷

A questão da construção do *frame* – ou, mais exatamente, da reafirmação de valores prototípicos de um *frame* – constitui-se, portanto, em aspecto central da estrutura em estudo. Porém, para investigá-lo, é necessário analisar também a oração secundária.

Em primeiro lugar, deve-se observar que há uma oscilação maior em termos de tempos e valores verbais na oração secundária, o que permite inferir duas formas distintas de perspectivação do evento. No caso do Presente, tem-se uma construção que assume que o comportamento descrito na adversativa transcorre no mesmo domínio temporal do *processo verbal* (perspectiva interna), ao passo que, no caso do Pretérito, parte-se de uma perspectiva externa, na qual o(s) evento(s) construído(s) na concessão paratática¹⁸ é(são) anterior(es) à instanciação da autoatribuição. Em ambos os casos, no entanto, o que torna coesa a construção é a incompatibilidade entre o *Atributo* da primária e o comportamento enunciado na secundária.

Essa noção de incompatibilidade é sinalizada pelo conectivo *mas*, responsável por instruir a conceptualização de que a alternativa dialógica (expectativa) implícita não é aplicável ao que é posto. Tome-se (1) como exemplo. Em *Diz que é crente, mas não resolveu esperar*, a instanciação do recurso de *contração dialógica: contraposição*, no âmbito da *contra-expectativa – mas –*, instrui o interpretante a localizar uma incompatibilidade entre a propriedade de *ser crente* e o ato de *não esperar o casamento para a realização de práticas sexuais*; em outros termos, *quem é crente espera o casamento para ter relações sexuais*. Essa alternativa dialógica consiste no discurso hegemônico que é parametrizado na construção, revelando aquilo que deveria ser o comportamento ideal de um membro do grupo.

Cabe assinalar, nesse quesito, que o *frame* que assegura a incompatibilidade é autoral, sendo, portanto, no espaço BASE que se localiza a alternativa dialógica. O fato de o Dizente autoatribuir-se uma dada propriedade, concomitante ao fato de praticar uma dada ação habitual ou pontualmente, já sinaliza que, em sua concepção de realidade, tal incompatibilidade não se verifica, o que aponta para a coexistência potencial de *frames* conflitantes acerca do que é o comportamento ideal de um dado grupo.

Para a explanação da projeção da estrutura em termos de espaços mentais, toma-se o exemplo (2): *Diz que é crente, mas não perde uma novelinha*. A Figura 1 apresenta a configuração inicial dos espaços mentais. O esquema à esquerda apresenta apenas a configuração da oração primária, e o esquema à direita já exhibe a alocação da secundária.

¹⁷ Casseb-Galvão (2011) apresenta um estudo aprofundado sobre a construção [diski] no Português Brasileiro, aliando abordagens sobre gramaticalização à Gramática Discursivo-Funcional. A autora arrola quatro grandes padrões: *token* de narrativa, verdade geral, admirativo e boato. Não obstante, os casos atestados neste artigo ainda parecem estar vinculados ao caráter *citativo/reportativo* do verbo. Há de se ressaltar, contudo, que a construção partilha traços que caracterizam o padrão de *verdade geral*, dado que está ligada à ideia de construção de um *frame* e apresenta-se, constitutivamente, no Presente do Indicativo, com valor atemporal (CASSEB-GALVÃO, 2011, p. 326-327).

¹⁸ O que se denomina concessão paratática em LSF corresponde à coordenação adversativa na Norma Gramatical Brasileira (NGB).

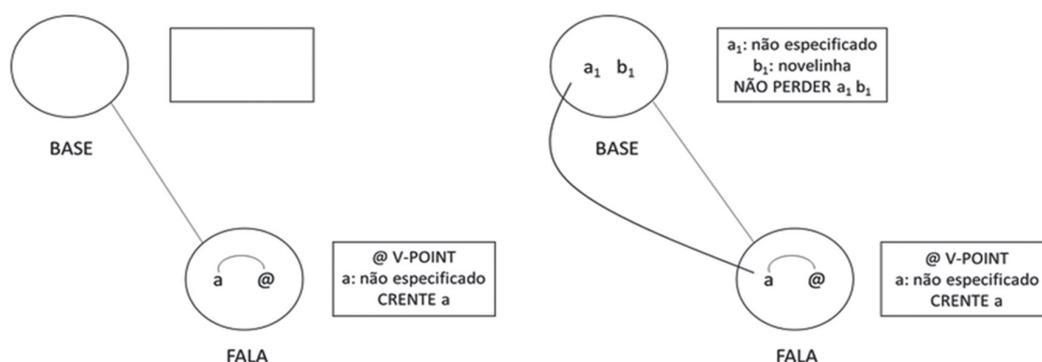


Figura 1. Esquematização inicial da configuração dos espaços mentais da construção *diz que p, mas q*, a partir do exemplo (2)

Note-se que, inicialmente, o espaço BASE, que atua como ponto de referência e como *locus* da concepção de realidade do falante, encontra-se vazio, ou seja, não apresenta papéis, valores, relações ou propriedades que indiquem a concepção autoral sobre a realidade. O que a estrutura da primária faz é abrir um espaço de FALA, ativado pelo construtor *diz*, que sinaliza que se trata do ponto de vista de um falante, o que é indicado, na caixa inferior direita, como @ V-POINT. Como o *Dizente* e o *Portador* consistem no mesmo elemento – muito embora este não seja especificado, conforme já se discutiu anteriormente –, @ e *a* encontram-se ligados por meio de uma linha curva, que sinaliza uma correspondência. Destaca-se também que o box apresenta, em caixa alta, a propriedade CRENTE, que se aplica ao Sujeito não especificado *a*; logo, CRENTE *a*.

Já o esquema à direita, por especificar os dados da secundária, apresenta o espaço BASE preenchido. A relação temporal NÃO PERDER¹⁹ envolve dois elementos: um Ator, não especificado, mas dado, tendo em vista a relação anafórica com o Sujeito *a*, e uma Meta, *uma novelinha*, construída como informacionalmente nova, devido ao indefinido. Na MSCI, denomina-se *otimização* o processo pelo qual um espaço mental herda componentes de outro espaço, o que permite explicar as possibilidades e as restrições de dados fenômenos, como a anáfora²⁰. Deve-se reparar, portanto, que, no espaço BASE, a_1 surge como elemento otimizado de *a*, vigente no espaço de FALA, marcando uma relação anafórica, o que é sinalizado pelo arco que interliga esses elementos em ambos os espaços.

É, entretanto, na Figura 2, exposta abaixo, que se podem compreender os efeitos de sentido derivados da construção. Para isso, acrescentamos dois boxes ligados ao espaço BASE:

¹⁹ A presença de uma negação sentencial pode ativar um segundo espaço mental, contendo a alternativa dialógica ativada pelo adjunto polar de negação. Entretanto, como se trata de uma particularidade externa à construção, optamos por simplificar a projeção dos EM, focando apenas na construção em estudo.

²⁰ Tal aspecto não será aprofundado, uma vez que foge ao escopo deste artigo.

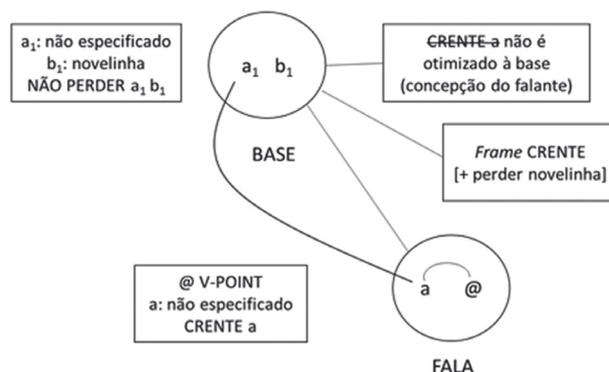


Figura 2. Esquemática final da configuração dos espaços mentais da construção *diz que p, mas q*, a partir do exemplo (2)

A introdução do conectivo concessivo paratático instrui o conceptualizador ouvinte a compreender uma incompatibilidade entre os espaços, marcando que, na concepção autoral, o ato construído na oração adversativa não consiste em um comportamento previsto pelo *frame* do *Atributo* do espaço de FALA. Segundo Cutrer (1994), a otimização ocorre, desde que não haja informação conflitante entre esses espaços. Trata-se, justamente, do que ocorre aqui. Visto do ponto de vista do ouvinte/leitor, o *mas* autoral sinaliza a incompatibilidade, instruindo o interpretante a bloquear a transferência da propriedade para o espaço BASE, o que induz à conceptualização de que o falante não valida a relação atributiva, rejeitando-a total ou parcialmente. Já do ponto de vista do falante/escritor, o *mas* é instanciado como forma de apontar que, em seu *frame*, o comportamento oposto – no caso, *perder novelinha* – é o aceito e/ou prototípico dentre aqueles que pertencem ao grupo em questão – no caso, *o crente*. Em consequência disso, a autoatribuição da propriedade resulta em uma atitude *hipócrita*, uma disjunção entre ser e parecer, passível de ativar um *juízo negativo* de *sanção social* por *propriedade*²¹ (MARTIN; WHITE, 2005).

Em consequência disso, tem-se a construção de um *Dizente* Sujeito não confiável, uma vez que seu discurso e sua prática não se coadunam com as expectativas autorais. É relevante afirmar, nessa questão, que, por tratar-se de uma construção atualizada em redes sociais, ligada à parametrização do comportamento social e ao humor derivado de potenciais incompatibilidades entre o real e o esperado, essa expectativa autoral consiste, na verdade, naquilo que um determinado subgrupo social concebe como ideal para todos os seus membros, criando, assim, uma cisão entre membros prototípicos, marginais e não membros. Trata-se, por conseguinte, de um forte recurso de normatização do comportamento e de ratificação de um discurso hegemônico sobre um dado domínio da realidade.

Sperber *et al.* (2010, p. 368-369), no âmbito da Teoria da Relevância, afirmam que

²¹ A Teoria da Avaliatividade concebe *juízos* como avaliações comportamentais derivadas da compatibilidade ou da incompatibilidade da ação humana em relação a um conjunto de valores aprendidos durante a integração social mais básica, de cunho oral (*estima social*), ou durante a integração em redes de sistemas institucionais, ligados à escrituralidade (*sanção social*). Os valores de *propriedade*, ligados à *sanção social*, constituem-se em avaliações de caráter ético e atuam como metáforas gramaticais (HALLIDAY, 2004; MARTIN; WHITE, 2005; TAVERNIERS, 2011) da modalidade deontica – o *hipócrita* faz o que não deveria fazer, ou seja, seu discurso não condiz com sua prática.

[...] understanding is not believing, but nor is it adopting a sceptical position. Comprehension involves adopting a tentative and labile stance of trust; this will lead to acceptance only if epistemic vigilance, which is triggered by the same communicative acts that trigger comprehension, does not come up with reasons to doubt.

Os autores entendem *vigilância epistêmica* como uma adaptação evolutiva cognitiva ligada à interação social. Para Mazzarella (2013, p. 31), trata-se de uma habilidade à qual subjaz um conjunto de mecanismos cognitivos orientados para determinar o risco de desinformação na comunicação. Nesse sentido, denomina-se *confiança epistêmica* “the willingness to believe the communicator and accept her claims as true”. Assim, um comunicador competente é concebido como aquele que possui informação genuína, enquanto um comunicador benevolente é visto como aquele que se dispõe a compartilhar essa informação. Para que a comunicação seja vantajosa, é necessário que o ser humano tenha desenvolvido ferramentas para mensurar a confiança epistêmica, checando a credibilidade da fonte da informação e do próprio conteúdo informacional²².

Por conseguinte, o processo de compreensão perpassa também um julgamento acerca da validade do conteúdo comunicado, baseado em aspectos inerentes ao próprio texto, mas também ligados ao falante e aos *Dizentes* elencados durante a fala dos diversos atores sociais.

Na construção em análise, o que se realiza é uma denúncia de um comportamento potencialmente desviante de atores sociais que agem de modo disforme em relação àquilo que professam, o que viabiliza o julgamento de *hipocrisia*, permitindo concebê-los como fontes não confiáveis de informação – ou seja, de que seu discurso não corresponde à realidade observável. Ao mesmo tempo, reforça a visão da voz autoral como uma fonte confiável, benevolente e competente, na medida em que é capaz de enxergar a incompatibilidade e mostrar que nem todos os membros estão agindo conforme o esperado, comportamento que seria, teoricamente, vantajoso ao grupo, criando uma espécie de filtro que detecta o grau de vinculação dos indivíduos à comunidade discursiva.

Em termos retórico-argumentativos, Reboul (2004) destaca que um dos argumentos baseados na estrutura do real consiste no *argumento de pessoa*, que se fundamenta na relação de *coexistência*. Na Pragmadiálética (EEMEREN; GROOTENDORST; HENKEMANS, 2002), trata-se de um argumento *sintomático*, ou seja, aquele que prevê uma estabilidade entre o indivíduo e seus atos, entre uma propriedade e uma prática, entre uma configuração identitária e um comportamento. Em outros termos, são argumentos que visam a comprovar alguma tese destacando a correlação esperada. Assim, a incompatibilidade vai de encontro à concepção de realidade prevista e, portanto, atinge diretamente a imagem pública do conjunto de atores associáveis ao *Dizente*, ativando componentes de vigilância epistêmica que minam sua credibilidade. Em consequência disso, favorece-se a interpretação de que tal indivíduo não pertence, de fato, àquele grupo, ou seja, de que ele não é *crente, pegador, popular* ou *hétero* de verdade.

²² Para maiores detalhes acerca dos aspectos evolutivos, cognitivos e pragmáticos que envolvem a vigilância epistêmica, ver Sperber *et al.* (2010) e Mazzarella (2013).

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar, à luz da LSF e da LC, com especial atenção à Teoria da Avaliatividade e à Teoria dos Espaços Mentais e da Integração Conceptual, a configuração léxico-gramatical, semântico-discursiva, conceptual e retórico-argumentativa da construção complexa *diz que... mas*, relacionando, ainda, seu uso ao fenômeno de vigilância epistêmica, proposto pela Teoria da Relevância.

Primeiramente, realizaram-se breves exposições acerca das teorias envolvidas, enfatizando, na Avaliatividade, o subsistema de ENGAJAMENTO, e na MSCI, a emergência dinâmica de espaços mentais, a partir da BASE, por meio de *construtores de espaço*. Posteriormente, apresentou-se o *corpus* selecionado e procedeu-se à análise dos dados.

Assim, concluiu-se que a construção *diz que... mas* consiste em um complexo oracional que instaura, retórico-discursivamente, uma denúncia de incompatibilidade entre uma configuração identitária e uma prática aplicável a qualquer ator social, baseada na relação de *coexistência* (argumento sintomático), responsável por ativar possíveis julgamentos negativos ligados à *hipocrisia*, minando a *confiança epistêmica* nos alvos da crítica e reforçando, potencialmente, a do falante.

Semântico-discursivamente, o par instaura, em primeiro lugar, *expansão dialógica* por *distanciamento* e, em segundo lugar, *contração dialógica* por *contra-expectativa*. Nesse processo, a voz autoral demarca que assume a alternativa dialógica como válida, concebendo a situação enunciada como um desvio em relação ao que se espera do comportamento de um ator social que se atribui a propriedade em foco.

Em termos léxico-gramaticais, a ausência do *Sujeito/Dizente* favorece a interpretação de que um elemento genérico ocupa a posição de Instanciador do evento de fala, ao passo que a presença do conectivo concessivo paratático sinaliza a incompatibilidade entre os elementos dos espaços mentais. Além disso, o tempo Presente privilegia uma interpretação ligada à manutenção da integridade do *frame*, dado que se trata de um espaço temporal de valor genérico.

Cognitivamente, a compreensão de tal construção envolve dois espaços mentais: um espaço de FALA, no qual se localiza a atribuição da propriedade, e um espaço BASE, onde figura o evento incompatível. Destaca-se que o *frame* que sinaliza a incompatibilidade é autoral e encontra-se na BASE, uma vez que a autoatribuição praticada no espaço de fala, sob o ponto de vista do *Dizente*, inviabiliza depreender que este associe inconsistência à simultaneidade de portar a propriedade e executar o comportamento enunciado. Logo, o que pode estar em pauta é a coexistência de *frames* alternativos acerca de um dado domínio da realidade.

Em termos críticos, por fim, o que se verifica é uma construção ligada à parametrização social, na qual membros de um dado grupo autorizam-se como portadores do ideal de comportamento que deveria caracterizar um determinado traço identitário, criando um discurso hegemônico a esse respeito, responsável por filtrar o grau de pertencimento de dados atores sociais a essa comunidade discursiva, consistindo, assim, em um mecanismo de seleção ligado à velha dicotomia *nós x eles* (VAN DJIK, 2003).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão. Processamento de Mesclagem em Anguladores no Português do Brasil. *Veredas: Revista de Estudos Lingüísticos*. Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 129-142, 2009.
- BUTLER, Christopher S. Cognitive adequacy in structural-functional theories of language. *Language Science*, v. 30, p. 1-30, 2008.
- CASSEB-GALVÃO, Vânia. Gramática discursivo-funcional e teoria da gramaticalização: revisitando os usos de [diski] no português brasileiro. *Filol. linguíst. port.*, São Paulo, n. 13, v. 2, p. 305-335, 2011.
- CUTRER, Michelle. *Time and Tense in Narrative and in Everyday Life*. Tese (Doutorado em Ciências Cognitivas) – Universidade da Califórnia, San Diego, 1994.
- DAVIDSE, Kristin. Semiotic and Possessive models in relational clauses: thinking with grammar about grammar. *Revista Canaria de Estudios Ingleses*, Santa Cruz de Tenerife, n. 40, p. 13-35, 2000.
- _____. The subject–object versus the agent–patient asymmetry. *Leuven Contributions in Linguistics and Philology*, Leuven, n. 86, p. 413–431, 1997.
- EEMEREN, Frans; GROOTENDORST, Rob; HENKEMANS, A. Francisca. *Argumentation: Analysis, Evaluation, Presentation*. London: Lawrence Erlbaum Associates, 2002.
- EVANS, Vyvyan; GREEN, Melanie. *Cognitive Linguistics: an introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006. 857 p.
- FAUCONNIER, Gilles. *Mental Spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994 [1985].
- _____. *Mappings in Thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.
- FERRARI, Lilian. Os parâmetros básicos da condicionalidade na visão cognitivista. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 21-30, 2009.
- _____. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011. 171p.
- GEERAERTS, Dirk. Recontextualizing grammar: Underlying trends in thirty years of Cognitive Linguistics. In: TABAKOWSKA, E. et al. *Cognitive Linguistics in action: from theory to application and back*. Berlin: De Gruyter, 2010. p. 71-102.
- GOLDBERG, Adele. Constructions work. *Cognitive Linguistics*, v. 20, n. 1, p. 201-224. 2009. Disponível em: <<http://lingo.stanford.edu/sag/papers/ag09b.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2014.
- GONÇALVES SEGUNDO, Paulo Roberto. O papel da avaliatividade na construção da polêmica: uma abordagem semântico-discursiva das cartas do leitor acerca do falecimento de Hugo Chávez. *Revista Metalinguagens*, n. 1, p. 9-28, 2004a.
- _____. Indignação e culpa em cartas do leitor da *Folha de S. Paulo*: um estudo sobre a construção discursiva da tragédia de Santa Maria. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 16, v. 1, p. 63-93, jan./jun. 2014b.
- GONZAGA, Jair João. *Intricate Cases in Clauses in SFG concerning the Grammar of Brazilian Portuguese*. Tese (Doutorado em Letras/Inglês e Literatura Correspondente) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.
- GRADY, Joseph E. Metaphor. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert (Org.) *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007. p. 188-213.

- HALLIDAY, Michael. *Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning*. London: Edward Arnold, 1978.
- _____. *Introduction to Functional Grammar*. 3. ed. Revised by Christian Matthiessen. London: Hodder Arnold, 2004. 689 p.
- _____. Methods – techniques – problems. In: HALLIDAY, Michael; WEBSTER, Jonathan (Org.). *Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics*. London: Continuum, 2009. p. 59-86.
- KOCH, Ingedore. *Argumentação e linguagem*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 240 p.
- LANGACKER, Ronald. *Cognitive grammar: a basic introduction*. New York: Oxford University Press, 2008. 573 p.
- LEMKE, J. *Textual politics: Discourse and Social Dynamics*. London: Taylor & Francis, 2005.
- LEMMENS, Maarten. Lexical perspectives on transitivity and ergativity: causative constructions in English. Amsterdam: John Benjamins, 1998.
- LIMA-LOPES, Rodrigo Esteves; VENTURA, Carolina Siqueira Muniz. A transitividade em Português. *Direct Papers* 55, 2008. Disponível em: <<http://www2.lael.pucsp.br/direct/DirectPapers55.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2014.
- MARTIN, James; WHITE, Peter. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.
- MATTHIESSEN, C. Systemic Functional Linguistics as applicable linguistics: social accountability and functional approaches. *D.E.L.T.A.* São Paulo, v. 28, n. esp., p. 435-471, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502012000300002>>. Acesso em: 9 out. 2014.
- MAZZARELLA, Diana. “Optimal relevance” as a pragmatic criterion: the role of epistemic vigilance. *UCL Working Papers in Linguistics*, London, v. 25, p. 20-45, 2013.
- NININ, Maria Otília Guimarães; BARBARA, Leila. Engajamento na perspectiva linguística sistêmico-funcional em trabalhos de conclusão de curso de Letras. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, v. 52, n. 1, p. 127-146, jan./jul. 2013.
- OAKLEY, Todd; COULSON, Seana. Connecting the dots: Mental Spaces and metaphoric language in discourse. In: OAKLEY, Todd; HOUGAARD, Anders (Org.) *Mental Spaces in Discourse and Interaction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2008. p. 27-50.
- OAKLEY, Todd; HOUGAARD, Anders. (Org.) *Mental Spaces in Discourse and Interaction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2008.
- O'DONNELL, Michael. The UAM CorpusTool: Software for corpus annotation and exploration. In: BRETONES CALLEJAS, Carmen M. et al. (Org.) *Applied Linguistics Now: Understanding Language and Mind / La Lingüística Aplicada Hoy: Comprendiendo el Lenguaje y la Mente*. Almería: Universidad de Almería, 2008. p. 1433-1447.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SILVA, Wagner Rodrigues; ESPINDOLA, Elaine. Afinal, o que é gênero textual na Linguística Sistêmico-Funcional? *Revista da Anpoll*, Florianópolis, n. 34, p. 259-307, jan./jun. 2013.
- SPERBER, Dan; CLÉMENT, Fabrice; HEINTZ, Christophe; MASCARO, Olivier; MERCIER, Hugo; ORIGGI, Gloria; WILSON, Deirdre. Epistemic Vigilance. *Mind & Language*, v. 25, n. 4, p. 359-393, set. 2010.
- TALMY, Leonard. *Towards a Cognitive Semantics*, v. 1. Cambridge: MIT Press, 2000.

TAVERNIERS, Miriam. The syntax–semantics interface in systemic functional grammar: Halliday’s interpretation of the Hjelmslevian model of stratification. *Journal of Pragmatics*, n. 43, p. 1100-1126, 2011.

_____. Subjecthood and the notion of instantiation. *Language Sciences*, n. 27, p. 651-678, 2005.

THIBAUT, Paul. *Brain, mind and the signifying body: an ecosocial semiotic theory*. London/ New York: Continuum, 2004.

VAN DIJK, Teun. *Ideología y discurso: una introducción multidisciplinaria*. Barcelona: Ariel, 2003.

VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004. 196 p.

Causativas ECM e controle reverso: uma proposta para o português brasileiro¹

(ECM causatives and backward control: a proposal for Brazilian Portuguese)

Manoel Bomfim Pereira^{1*}, Heloisa Moreira Lima-Salles²

^{1,2}Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas/LIP – Universidade de Brasília (UnB)

uesb2006@gmail.com, heloisasalles@gmail.com

Abstract: In this paper, we discuss the correlation between the syntax of IO dative and the loss of the Romanic causative in Brazilian Portuguese (BP). Following Chomsky (1986, 1995, 2001), we demonstrate that innovative properties of the pronominal system in BP have implications for the realization of the causative construction in that language, as compared to European Portuguese (PE), and previous diachronic stages. Our hypothesis is that BP has two types of causatives, which differ with respect to the morphosyntactic features of *causee*: the ECM causative (in which the *causee* is realized in the causative projection as an accusative 1st and 2nd person clitic) and the backward control (BC) causative (in which the *causee* is realized as an strong pronoun bearing the nominative case, through the embedded T projection) – therefore, the split in the pronominal system determines the choice of the strategies.

Keywords: *Backward control; dative; ECM.*

Resumo: Neste trabalho, discutimos a correlação entre a sintaxe inovadora do objeto indireto (OI) dativo e a perda da causativa “românica” no português brasileiro (PB). Seguindo Chomsky (1986, 1995, 2001), buscamos demonstrar que as inovações no sistema pronominal do PB têm implicações para a manifestação das estruturas causativas, na comparação com o português europeu (PE), e com fases diacrônicas anteriores. Nossa hipótese é a de que o PB possui dois tipos de causativas, que se diferenciam pelas características morfossintáticas do *causado*: a causativa ECM (em que o *causado* é realizado como clítico, de 1^a e 2^a pessoa, e recebe caso acusativo na projeção do verbo causativo) e a causativa de controle reverso/*backward control* (BC) (em que o *causado* é realizado como pronome forte e recebe caso nominativo na posição de sujeito da subordinada) – assim, a distribuição das estratégias corresponde a uma cisão no sistema pronominal.

Palavras-chave: Controle reverso; dativo; ECM.

Introdução

Neste estudo, examinamos as construções causativas do português brasileiro (PB), considerando, particularmente a ausência da chamada causativa românica – ou causativa *faire-infinitive*, doravante FI² – nessa língua. A causativa FI caracteriza-se por ocorrer em predicado complexo. Predicados complexos são geralmente definidos como uma sequência de dois ou mais verbos que apresentam uma forte coesão sintático-semântica. Assim, nessas estruturas, o verbo da oração matriz parece formar uma unidade sintática

¹ Este artigo foi embasado fortemente na dissertação de mestrado de Manoel Pereira, intitulada *A sintaxe do dativo em estruturas com verbos causativos no português brasileiro*, que foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB), em 2013, e orientada pela Prof^a. Heloisa Salles.

² Neste trabalho, o termo “causativa FI” é equivalente a “causativa românica”.

* O autor contou com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF), edital 01/2014, processo nº 193.000.397/2014.

com outro verbo na posição de complemento. Nesses termos, nas construções (01), (02) e (03), o predicado complexo é formado pela união dos verbos *mandar e dormir* [verbo finito + verbo não finito]

- (01) Pedro mandou dormir o João.
(02) Pedro mandou comer o bolo ao João
(03) a) Pedro mandou-**o** dormir.
b) Pedro mandou-**lhe** comer o bolo

Conforme Gonçalves (1999), as causativas FI apresentam as seguintes propriedades: (i) estrutura mono-oracional; (ii) no domínio encaixado, ocorre uma forma não finita do verbo; (iii) a forma verbal encaixada não exibe marcas de concordância, o que parece indicar a ausência de um DP na posição básica de sujeito; (iv) o domínio infinitivo é selecionado pelo verbo matriz, sendo o constituinte definido como causado, realizado em posição pós-verbal (cf. (01) e (02)), e, se cliticizado, no domínio do verbo causativo, manifestando o Caso acusativo se o verbo no infinitivo for intransitivo (cf. (3a)), ou o Caso dativo se for transitivo (cf. (3b)), sendo encontradas no português europeu (PE) (com correlatos no francês e no italiano).

Na literatura linguística, os estudos mostram que o PB não possui as causativas do tipo *Faire-Infinitive*, exemplificadas em (01), (02) e (03).³ Cyrino (2010) observa que, no PB, não existem as construções do tipo FI, porque elas são um tipo de predicado complexo, ou seja, são estruturas que se organizam sob a forma de [verbo finito + verbo não finito]. Segundo a autora, nessas construções, o argumento do verbo não finito se move para o especificador do V mais alto. Esse movimento forma um predicado complexo, propiciando a subida do clítico. Para esse movimento, é crucial que haja um sistema, mediante uma configuração C-T, em que T tem traços defectivos. A formação do predicado complexo está associada, portanto, a outro fenômeno da sintaxe de construções causativas, que é a subida do clítico, ilustrada em (03a) e (03b) (CYRINO, 2010).

Cyrino (2010) afirma que o PB não tem um T defectivo semelhante, por exemplo, ao do Português Europeu (PE); por isso, não apresenta um ambiente propício para a existência da causativa FI. Segundo a autora, no PB moderno, ao invés de causativas FI, ou ECM, encontramos a configuração designada como “*make-causative*”, conforme (04a), em que a oração encaixada é uma estrutura CP, e o sujeito é licenciado pelo TP encaixado, ligando-se referencialmente a uma posição argumental no predicado matriz – em que se verifica o chamado controle reverso (*backwards control*).

- (04) a. A menina mandou \emptyset_i [_{CP} ele_i sair].
b. A menina mandou [_{TP} ele sair]

Em relação à subida do clítico, Gonçalves (1999) argumenta que a estrutura sintática do complemento infinitivo é defectiva nas construções de FI, o que explica que os constituintes do domínio encaixado tenham de verificar os seus traços contra os traços de categorias funcionais que se projetam apenas no domínio mais alto. Assim, em

³ Construções como (01) e (02) são agramaticais no PB, e as construções em (03) são encontradas nos usos formais, o que pode ser vinculado, por hipótese, ao processo de educação formal.

construções FI, existe apenas um domínio funcional ativo para a verificação dos traços do clítico que realiza o argumento selecionado pelo verbo encaixado, como acontece nas construções de reestruturação. Por essa razão, conforme a autora, se o causado e o OD encaixado forem cliticizados, devem subir ambos para o domínio mais alto, ocorrendo no domínio sintático do verbo causativo (cf. (05b)), como acontece na construção com reestruturação (cf. (06b)), mas não na construção ECM (cf. (07b))⁴:

- (05) a. A mãe mandou limpar a casa à Ana.
b. A mãe mandou-lha limpar.
c. ??/*A mãe mandou-lhe limpá-la.
d. *A mãe mandou-a limpar-lhe.
- (06) a. O Marco queria entregar a carta à Ana.
b. O Marco queria-lha entregar.
c. *O Marco queria-lhe entregá-la.
d. *O Marco queria-a entregar-lhe.
- (07) a. A mãe mandou a Ana dar o livro à irmã.
b. *A mãe mandou-lha dar o livro.
c. A mãe mandou-a dar-lhe o livro.

Nossa hipótese é a de que, com a mudança no sistema pronominal do PB, com implicações para a sintaxe do OI dativo, a configuração FI deixa de ocorrer. Essa mudança diz respeito à perda do clítico dativo de 3ª pessoa, que é substituído pela configuração encabeçada preferencialmente pela preposição “para” (*para ele/s; ela/s*), ficando o uso do clítico *lhe* restrito à 2ª pessoa. No entanto, essa mudança não afeta a configuração ECM, contrariamente ao que propõe Cyrino (2010), na medida em que, nessa configuração, o *causado* não é licenciado pela sintaxe do OI dativo. Porém, mesmo com essa divergência, assumimos a hipótese de Cyrino (2010) de que a causativa no PB ocorre em configuração de controle reverso, em contexto de 3ª pessoa.

Nesse sentido, investigamos a relação das construções causativas com a sintaxe do OI dativo do PB. Assumindo Chomsky (1986, 1995, 2001), busca-se demonstrar que as propriedades inovadoras do OD e OI dativo no PB têm implicações para a realização da construção causativa nessa língua, restringindo a manifestação da configuração FI, na comparação com fases diacrônicas anteriores e com o PE, e autorizando a ocorrência da configuração de controle reverso. Dada à correlação existente entre a configuração sintática do OI dativo com a causativa FI, nossos dados mostram que, diante da restrição ao licenciamento do OI pelo clítico dativo de 3ª pessoa, com implicações para a sintaxe da preposição, o *causado* realizado pelo clítico (dativo) deixa de ser licenciado, o que torna essa configuração indisponível na língua.⁵

⁴ Os dados citados em (07), (08) e (09) foram extraídos de Gonçalves (1999, p. 130).

⁵ Um dos avaliadores anônimos considera a construção “Eu lhe dei o livro” produtiva no PB. O fato é que várias pesquisas empíricas mostram que o clítico dativo *lhe(s)*, assim como o acusativo de 3ª pessoa não está mais disponível no português brasileiro vernacular (GOMES, 2003; BERLINK, 1999; TORRES MORAIS, 2006, entre outros; veja-se, também, a próxima seção). Outros trabalhos mostram que o clítico *lhe* é usado em alguns dialetos, mas com referência à 2ª pessoa (*Carro... e NUM DESse/tava*

Este trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: a primeira seção traz a revisão da literatura sobre a sintaxe do dativo no PB, com a descrição de trabalhos sobre a realização das preposições *a* e *para* introdutoras de OI dativo, na relação com a sintaxe pronominal. A seção seguinte apresenta a sintaxe do dativo na estrutura causativa, com o objetivo de testar a hipótese de trabalho. Na sequência, apresenta-se uma proposta para as construções causativas do PB. Por último, são apresentadas as considerações finais.

O dativo no PB: clíticos e preposições *a* e *para* vs. ausência de preposição

A sintaxe do dativo no PB vernacular (não padrão): estudos prévios

Gomes (2003) analisa as estratégias de codificação do argumento dativo em predicados com verbos bitransitivos. Para o estudo, considera dados extraídos de *corpus* sobre a comunidade da fala do Rio de Janeiro, observando as seguintes variantes: uso da preposição *a*, uso da preposição *para* e ausência de preposição. A hipótese é a de que, no processo de substituição da preposição *a* pela preposição *para*, pode haver uma especialização no uso de *a*, que seria preferida para representar relações semânticas mais abstratas, conforme (08).

- (08) a. Eles não dão muita ênfase *a* isso.
b. Eles não dão atenção *ao* caso.

Adotando a abordagem da sociolinguística laboviana, Gomes (2003) defende que a variação no uso da preposição é um processo sintático e a implementação da mudança que envolve a substituição da preposição *a* no dialeto carioca está encaixada no fenômeno de alternância de estratégias de codificação do dativo no PB, e este, por sua vez, está encaixado nos processos que afetam a reorganização do paradigma pronominal (principalmente a perda dos clíticos acusativos e dativos de 3ª pessoa). Além disso, há um aumento significativo do uso da preposição *para* entre os jovens.

Segundo Gomes (2003), Nascimento (2007) investiga quais os fatores linguísticos e/ou extralinguísticos influenciam o uso variável de preposições introdutoras de complementos indiretos dativos de verbos bitransitivos na variedade linguística utilizada pela comunidade dos Almeidas, a qual se localiza no estado de Goiás. O fenômeno é investigado em dados de fala de 41 informantes, segundo variáveis sociais estratificadas: faixa etária (22-28/38-50/55-76) e escolaridade (ensino fundamental 1, ensino fundamental 2, ensino médio e analfabetos). São analisadas três variantes do dativo em contextos bitransitivos, a saber: (i) o sintagma preposicionado (PP), de núcleo nominal ou pronominal; (ii) o clítico pronominal *e*, ainda, (iii) o sintagma nominal sem qualquer marca formal de dativo (\emptyset), conforme (09a), (09b) e (10), respectivamente.

esse rapaz que eu lhe disse ... (inter.) (Inq. 10) (DANTAS, 2007). Os resultados apresentados por essas pesquisas, em conjunto com várias outras análises disponíveis na literatura (GALVES, 2000; GOMES, 2003; TORRES MORAIS; BERLINCK, 2007, entre outras), permitem-nos assumir que há restrições para o licenciamento dos clíticos dativo e acusativo de 3ª pessoa no PB.

- (09) a. ...aí ele dava comida *pa/p'os caboco...*...aí ele deu um café *pra ele...*
 b. ...foi o Inácio que *me* deu ele...
- (10) ...di [dei] \emptyset ele o sabão de bola... e ele tomô o banho...

No *corpus*, foram identificadas 151 ocorrências da preposição *para*, 2 ocorrências da preposição *a*, 15 casos de ausência de preposição e 37 ocorrências de clíticos. Nascimento (2007) conclui que a preposição *para* é a variante preferida para introduzir o OI dativo de verbos bitransitivos, o que equivale a 74% do uso. Nas duas ocorrências da preposição *a*, ilustradas em (11) e (12), o que equivale a um percentual de 1%, o OI tem o traço semântico definido no campo semântico de *divinizado*, o que significa que denota um ser [+abstrato].

- (11) ... não *a/aí* se o caboco tive[r] devoção *a Nossa Senhora da Aparecida...* [MAB55M]
 (12) ... aqui eu vô fala era um... um apuro que é pidino *a Deus* pa mode chuvê... [JLS61M]

Ao analisar a distribuição das variantes em função de variáveis extralinguísticas, Nascimento (2007) percebe que o uso da preposição *para* independe do nível de escolaridade. A preposição *para* está presente de maneira predominante nos dados de fala de todos os informantes: de 27 ocorrências analisadas, 19 apresentam a preposição *para* e 8 apresentam um clítico dativo. É interessante observarmos que os três informantes com maior nível de escolaridade apresentam uso predominante da preposição *para*. Nascimento (2007) constata, ainda, que, apesar de a preposição *para* aparecer em todas as faixas etárias, seu uso adquire um percentual maior entre os falantes mais jovens (82%), isto é, entre falantes com idade entre 21 e 28 anos. A realização da preposição *a*, com um percentual de 2%, fica restrita aos falantes mais velhos, com idade entre 55 e 76 anos (NASCIMENTO, 2007).

As ocorrências de clítico, embora correspondam a um percentual considerável tanto para a faixa etária 1 quanto para a faixa etária 3, manifestam um percentual maior entre os falantes de 38 a 50 anos, que correspondem à faixa etária 2, o que pode ser atribuído aos efeitos da escolarização, e também ao fato de não ter sido feita a distinção entre o clítico de 1ª, 2ª, e 3ª pessoa – uma questão crucial já que somente o de 3ª pessoa codifica o contraste entre OD e OI. A variante \emptyset ocorre em todas as faixas etárias: 2% entre os mais jovens, 8% na faixa etária intermediária e 10% entre os mais velhos.

Nascimento (2007) conclui que, embora a preposição *para* seja usada por todas as faixas etárias, uma frequência maior de uso ocorre na faixa etária mais jovem. Esse fato, aliado ao baixo uso da preposição *a*, de \emptyset e de clíticos anafóricos entre os falantes mais jovens, permite constatar um processo de mudança na comunidade de fala dos Almeidas, provavelmente, em direção ao uso categórico da preposição *para*, na expressão do dativo. Além disso, é possível constatar que a ausência da preposição é favorecida em contextos em que o OI descreve um argumento “alvo” com os traços semânticos [+humano, +animado], que denotam transferência (material ou não, e apresentam OD e OI explícitos, com OD de núcleos lexicais e OI de núcleos pronominais).

Os estudos labovianos apontam tendências e correlações entre as variantes e os fatores que as favorecem. Do ponto de vista da presente análise, tais resultados demonstram o caráter inovador da sintaxe do OI no PB, no que se refere à ampliação

no uso de *para* em detrimento de *a*, e à diminuição no uso de clíticos, na faixa mais jovem.

O estudo de Torres Morais e Berlinck (2007) retoma resultados prévios de autores como Berlinck (1996), Ilari *et al.* (1996), Kato (1999), Duarte (2000), citados pelas autoras, confirmando a baixa produtividade do dativo *lhe* no PB falado, o que aponta para a reorganização do sistema pronominal, no que se refere à expressão das relações referenciais, já que as formas *lhe/lhes* deixam de ser usadas na 3ª pessoa. Para a presente análise, retomamos a importante contribuição de Torres Morais (2006, p. 39), referida pelas autoras, em relação à sintaxe do OI no PB, formulada nos seguintes termos: “o PB se distancia do PE, de forma marcante na língua falada, não só pelo uso preferencial da preposição *para* como também pela ausência dos pronomes *lhe/lhes* em seu uso como 3ª pessoa”, que são substituídos pela configuração preposicionada com os pronomes fortes: *para ele/ela/eles/elas*. Essa questão será retomada adiante.

As propriedades da sintaxe do dativo na estrutura causativa

A causativa românica: o *causado* acusativo/dativo

Conforme mencionado, a causativa FI corresponde às estruturas que ocorrem em uma configuração na qual o verbo causativo vem acompanhado do verbo subordinado no infinitivo e manifesta as seguintes características morfossintáticas: (i) se o verbo no infinitivo é intransitivo, é seguido do *DP* interpretado como *causado*, o qual manifesta propriedades morfossintáticas de objeto direto/acusativo, conforme (13); (ii) se o verbo no infinitivo é transitivo, o argumento interno ocorre adjacente ao verbo no infinitivo, e o argumento interpretado como *causado*, é realizado como um OI encabeçado pela preposição *a*, conforme (14). Os dados em (13) e (14) são ocorrências da causativa FI no PE.

(13) Mandei escrever **os alunos**./Mandei-**os** escrever.

(14) Mandei escrever a carta **aos alunos**/Mandei-**lhes** escrever a carta.

A causativa ECM: o *causado* acusativo

Um aspecto relevante para este estudo é o fato de que as causativas manifestam-se em estruturas alternativas à chamada causativa FI. Conforme atestado em inúmeros estudos, além da causativa FI, a chamada causativa ECM é encontrada em períodos históricos remotos do português (MARTINS, 2004). A causativa ECM é assim designada por manifestar o fenômeno da marcação excepcional de Caso (*Exceptional Case Marking/ECM*). O processo de ECM diz respeito ao licenciamento do traço de Caso de um argumento DP em um predicado encaixado por um núcleo funcional em um domínio sintático superior (CHOMSKY, 1981). Sua ocorrência é verificada em construções causativas do PE, no contraste com as causativas FI, conforme atesta o estudo de Gonçalves (1999). Nesse caso, o DP interpretado como *causado* ocupa a posição pré-verbal e é marcado como acusativo pelo verbo causativo no domínio superior, conforme pode ser observado em (15) (GONÇALVES, 1999, p. 318).

(15) O professor [_{vp} mandou [_{TP} os meninos sair].

De acordo com essa análise, o núcleo T da oração encaixada, por ser defectivo e não possuir flexão, não pode verificar o Caso nominativo do DP “os meninos”, que, então, é licenciado excepcionalmente com o Caso acusativo pelo núcleo funcional “v” no domínio do verbo causativo. Por essa razão, o *causado* “os meninos” é realizado como sujeito no domínio do verbo infinitivo, e tem o traço de Caso (acusativo) licenciado pelo núcleo “v” associado ao verbo causativo mais alto, por ocorrer na configuração TP (e não CP), conforme (15), sendo, antes, cliticizável em acusativo, no domínio sintático do verbo mais alto, conforme se observa em (16), em oposição a (17) (GONÇALVES, 1999, p. 318).⁶

(16) *O professor mandou eles sair.

(17) O professor mandou-os sair.

Segundo Gonçalves (1999), um dos aspectos que diferencia as construções ECM das construções FI é que, nas construções ECM, o *causado* precede o verbo; já nas construções FI, ele o sucede. Esse contraste está ilustrado em (15), repetido como (18), em oposição a (19), em que o *causado* é representado pelo DP “os meninos”.

(18) O professor mandou *os meninos* sair.

(19) O professor mandou sair *os meninos*.

Esses dois tipos de estruturas apresentam outra diferença: na construção FI, conforme mencionado, o *causado*, se pronominalizado, ocorre no domínio sintático do verbo causativo e manifesta o caso acusativo, se o verbo encaixado for intransitivo, e o caso dativo, se esse verbo for transitivo, como se verifica em (20) e (21). Diferentemente, na construção ECM, o mesmo constituinte, quando cliticizado, apresenta-se apenas sob a forma acusativa, como se verifica em (22) e (23):

(20) O professor mandou-os escrever.

(21) O professor mandou-lhes escrever a carta.

(22) O professor mandou-os escrever.

(23) O professor mandou-os escrever a carta.

Nesse sentido, observamos, seguindo Gonçalves (1999), que as causativas FI manifestam propriedades sintáticas que podem ser contrastadas em relação às causativas ECM: enquanto a causativa FI autoriza (i) o movimento longo do objeto (cf. (24)) e não autoriza (ii) o funcionamento da negação na posição de operador de negação frásica no predicado encaixado (cf. (25)), a causativa ECM não autoriza (i) e autoriza (ii), conforme podemos observar em (26) e (27), respectivamente.

⁶ Um parecerista anônimo discorda do julgamento de gramaticalidade do dado em (25), alegando rejeitar tal estrutura, em favor daquela com o infinitivo flexionado: *O professor fez os meninos saírem*. Nesses termos, considera que a própria existência da causativa ECM no português estaria em causa. Embora consideremos que a gramática do infinitivo flexionado seja igualmente produtiva (especialmente para falantes letrados/escolarizados), seguimos a discussão tomando por base os dados citados por Gonçalves (1999), os quais estão corroborados não só no PB vernacular mas também nos compêndios gramaticais.

- (24) O professor mandou-a_i escrever [~~a carta~~]_i aos alunos.
 (25) *O professor mandou-a os alunos escrever.
 (26) *O professor mandou não escrever a carta aos alunos.
 (27) O professor mandou os alunos não escrever a carta

Em relação ao PB, a questão se torna mais complexa, porque as inovações no sistema pronominal não nos permitem recorrer ao pronome acusativo na 3ª pessoa como teste morfológico para o licenciamento do *causado* pelo verbo causativo, diante do uso do pronome tônico (forte) “ele(s)/ela(s)” (cf. (28)), embora seja mantido o clítico acusativo de 1ª pessoa (me), podendo também ocorrer o de 2ª pessoa (te) e o de 3ª pessoa “lhe” usado como 2ª pessoa (do discurso), dependendo do dialeto (cf. (29), respectivamente).

- (28) O professor mandou eles escrever a carta.
 (29) a. O professor me/te mandou escrever a carta.
 b. O professor lhe mandou escrever a carta.

Por essa razão, é possível afirmar que existe uma cisão no sistema pronominal do PB. Assim, as construções com os pronomes de 3ª pessoa sugerem duas hipóteses: ou o pronome tem acesso aos traços de Caso (acusativo) abstrato no domínio do núcleo “v” do verbo causativo, o que corresponde à construção ECM, ou o pronome é licenciado no predicado encaixado, o que corresponde à construção “*make-causative*”, referida na seção introdutória (a ser detalhada a seguir), embora na configuração ECM, o predicado encaixado seja realizado como TP (diferentemente da construção “*make-causative*”, em que é um CP), com as implicações sintáticas citadas. Por sua vez, nas construções com o *causado* na 1ª e 2ª pessoa, o pronome é obrigatoriamente alçado para o domínio do verbo causativo, o que pressupõe a reestruturação dos predicados, sendo a configuração mono-oracional.

Desde Rizzi (1978), o termo “reestruturação” aplica-se a estruturas em que certos verbos parecem formar uma unidade sintática com o verbo dos seus complementos infinitivos. As estruturas resultantes de reestruturação exibem as seguintes propriedades gerais: (i) têm, muitas vezes, correlatos inequivocamente bioracionais; (ii) o domínio infinitivo é transparente para fenômenos que são ilegítimos quando ocorre uma fronteira sintática, como aqueles citados por Gonçalves (1999), a saber: (i) subida do clítico; (ii) movimento longo de objeto; (iii) posição de operador de negação frásica e (iv) interrupção da adjacência verbal por material lexical diverso, o que sugere que o domínio mais alto e o mais baixo constituem uma única unidade sintática. Assim, há apenas um domínio funcional ativo para a verificação dos traços casuais do clítico, conforme (06), repetidos aqui em (30).

- (30) a. A mãe mandou limpar a casa à Ana.
 b. A mãe mandou-lha limpar.
 c. ??/*A mãe mandou-lhe limpá-la.
 d. *A mãe mandou-a limpar-lhe.

Na literatura, a reestruturação está associada a dois tipos de construções: (i) as construções causativas, em que o argumento interpretado como *causado* no predicado encaixado tem referência disjunta em relação ao argumento externo do predicado causativo, como em (30); (ii) as construções com auxiliares, como em *Maria me tinha visto*, e de controle (de sujeito), como em *Maria me queria ver*, em que não existe referência disjunta. Em ambos os casos, a subida do clítico objeto indica a formação de um predicado complexo.

Gonçalves (1999) afirma ser crucial considerar que C, AgrS, T e AgrO não se projetam no domínio infinitivo da causativa FI para dar conta do fato de, nesse domínio, (i) não se operar movimento QU-, (ii) não ser desencadeada concordância Sujeito-Verbo, (iii) não ocorrer PRO nem o auxiliar perfectivo e (iv) não haver lugar para os clíticos nem (iv) ocorrer a passiva. Seguindo Kayne (1975), propõe que os clíticos se adjungem a núcleos funcionais e que o local de pouso dos clíticos, no caso do PE, é AgrO. Como esse núcleo não se projeta no domínio encaixado, o clítico deve subir para o domínio mais alto. Nesse domínio, são verificados os traços de Caso e de argumento de V (ao adjungir-se à categoria funcional regente do complexo verbal).

Conforme ressaltado na literatura citada, existem, no PB, causativas em que o *causado* é um clítico de 1ª e 2ª pessoa, o qual é realizado (obrigatoriamente) no domínio do predicado causativo, conforme (31) e (32), em oposição a (33). De acordo com os critérios citados, a subida do clítico implica reestruturação dos predicados, o que permite concluir que a reestruturação está presente no PB. Ainda que, no PB, em outros tipos de perífrases, o pronome possa ocorrer proclítico (ou enclítico) ao segundo verbo, essa opção não está disponível em construções causativas (cf. 33a), em oposição a (33b):

(31) Pedro me fez cair.

(32) Pedro pode/deve/vai [me fazer cair].

(33) a. *Pedro fez [me cair]/*Pedro fez [cair-me].

b. Pedro quer [me ver]/Pedro quer [ver-me]

Conclui-se que, na estrutura causativa do PB, o *causado* pode ocorrer em duas configurações: como pronome (nominativo) forte, na configuração bioracional, e como clítico, na configuração mono-oracional. Em (34a), o pronome forte de 1ª pessoa, “eu”, realiza o *causado*, e o pronome clítico, de 2ª pessoa “te”, realiza o argumento interno do verbo “ver”, ambos no domínio encaixado⁷. Em (38b), o clítico “me”, que realiza o *causado*, ocorre no domínio do verbo causativo, e o pronome que realiza o argumento interno do verbo subordinado permanece no domínio encaixado. Dessa forma, somente o *causado* ocorre no domínio do verbo causativo.

(34) a. Pedro fez eu te ver.

b. Pedro me fez te ver.

Assim, nas estruturas causativas do PB, a ocorrência de configurações com o clítico de 1ª e 2ª pessoas indica que não houve a perda da subida do clítico, já que, nesse caso,

⁷ Nesta exemplificação, adotamos o uso (dialetal) do clítico de 2ª pessoa *te*.

ela é obrigatória. Conforme propõem Pereira (2012, 2013), esses dados mostram que a perda da causativa FI não se deve à perda da reestruturação de predicados nem à perda generalizada da subida do clítico, mas sim a um conjunto de fatores, entre eles, a reanálise na sintaxe do OI e a perda dos clíticos de 3ª pessoa (uma situação de cisão do sistema pronominal, amplamente apontada na literatura que investiga a reanálise do sistema pronominal do PB, e suas implicações para a sintaxe do OI, que compreende o uso preferencial da preposição *para*, em detrimento de *a*, e a substituição do clítico (dativo) de 3ª pessoa (*lhe*), pelo pronome introduzido pela preposição (*para ele/a*)) (cf. seção anterior).

Na próxima seção, apresentamos uma discussão sobre a causativa inovadora do PB, a chamada “*make-causative*”, em que o *causado* é licenciado no domínio encaixado.

Farrell (1995): a configuração de controle reverso

Farrell (1995) realiza um estudo sobre as construções causativas perifrásticas do (PB), e afirma que, no PB, não se pode caracterizar esses tipos de construções como construções de predicados complexos (ou mono-oracionais). Partindo das conhecidas propriedades das “causativas FI”, referidas pelo autor como “causativas românicas” como (35), pontua que as construções de predicados complexos possuem características que não são encontradas nas causativas do PB. Tais características são aquelas citadas anteriormente (cf. seções que tratam das causativas românicas e causativas ECM), como a subida do clítico, o movimento longo do objeto, a ausência de material linguístico entre o auxiliar causativo e o verbo no infinitivo e a realização do *causado* como dativo.

(35) Não o fiz comer *ao menino*.

A análise dos dados do PB como um tipo de construção de *controle reverso* (*backward control*, doravante *BC*), proposta por Farrell (1995), contrapõe-se à análise em termos das noções de ECM/*raising*, amplamente assumida na literatura. O autor assume a Estrutura Conceitual Lexical (*Lexical Conceptual Structure* – LCS), com o objetivo de determinar o estatuto do *causado* na LCS dos verbos causativos. Na análise de Farrell (1995), a LCS dos verbos causativos difere da análise padrão do controle do objeto em apenas um ponto: a direção do argumento ligado. Nesses casos, a posição de OD da matriz não é sintaticamente projetada. Como resultado, o *causado* é expresso obrigatoriamente como sujeito da oração infinitiva, ocorrendo o controle reverso, em que um argumento lexicalmente realizado no predicado subordinado liga o argumento nulo na LCS do verbo causativo.

Para demonstrar que as propriedades semânticas do *causado* estão presentes na estrutura conceitual mas não sintaticamente, Farrell (1995) argumenta que: (i) a passivização do complemento subordinado afeta o *causado*, na interpretação, não sendo possível a paráfrase ativa/passiva, como se depreende de (36a) e (36b), que não são sinônimas, já que, na passiva, o *causado* é interpretado como afetado na ação denotada pelo verbo causativo; (ii) o verbo causativo tem um argumento *tema*, que não pode ser uma oração subordinada, conforme (37)⁸; (iii) a posição de sujeito não pode ser um expletivo, confor-

⁸ O julgamento de (37) é controverso. Em Gonçalves (1999), tais construções são aceitas. Nosso julgamento é o de que há um tipo de estranhamento, mas é possível interpretar essas construções.

me (37b) e, por fim, (iv) o verbo causativo *mandar* impõe restrição semântica ao *causado*, que deve ser [+animado], conforme (39).

- (36) a. Eu mandei/fiz o médico examinar a minha filha.
b. Eu mandei/fiz a minha filha ser examinada pelo médico.
- (37) *O maracujá tem algum componente que faz [[IP tomar muito suco dele] dar sono].
- (38) a. [pro_{expl}] é óbvio que eu sou forte.
b. *Aquilo faria [pro_{expl}] ser óbvio que eu sou forte.
- (39) *Ele mandou a minha temperatura aumentar.

Nesse sentido, Farrell (1995) posiciona-se contra a análise padrão de ECM e argumenta que, se o sujeito do verbo infinitivo na construção causativa é considerado um argumento *tema* na LCSs do verbo causativo, há várias razões para uma análise como BC, em que o *causado*, no nível da LCS, é um tema dos verbos causativos *mandar/fazer*; e argumento sintático do verbo encaixado, é realizado como nominativo e ligado anaforicamente na LSC do verbo causativo.

Essa particularidade deve-se ao fato de que, na análise de BC, os verbos *mandar* e *fazer* em construções causativas não projetam a posição de objeto direto. Uma evidência para essa hipótese, segundo Farrell (1995), é o fato de esses verbos não poderem ser passivizados (cf. (40) e (41)).⁹

- (40) a. A mulher fez o nenê dormir.
b. *O nenê foi feito dormir.
- (41) a. Eu mandei o sapateiro consertar esse sapato.
b. *O sapateiro foi mandado consertar esse sapato.

Farrell (1995) afirma que, se o *causado* ocorrer como um clítico, o verbo causativo passa a ter a propriedade de licenciar sintaticamente um objeto – o que põe em questão a restrição à passiva, referida pelo autor. Em nossa análise, adotamos essa proposta de Farrell, argumentando, porém, que a configuração BC não exclui a ocorrência da configuração ECM.

ECM e *backward control*: uma proposta para o PB

Conforme se verifica pela revisão da literatura, são identificados quatro tipos de estruturas causativas, a saber: (i) causativas FI; (ii) causativas *Faire-par*, doravante FP; (iii) causativas ECM e (iv) causativas de controle reverso (BC). Para o PB, ficou demonstrado que o dativo OI é licenciado pela preposição *para*; logo, não são encontradas estruturas como (42), em que o *causado* é licenciado pela preposição *a*, correspondendo ao tipo FI. Além disso, conforme Borges (2008), não se trata de uma substituição lexical de *a* por *para*, uma vez que *para* não ocorre na configuração causativa, conforme (43).

⁹ O julgamento de (41b) é controverso, uma vez que é atestado na oralidade. Em nosso julgamento, consideramos também haver um tipo de estranhamento. Concluímos que o estranhamento valida a proposta de Farrell (1995), mas não exclui, conforme ele propõe, a existência de ECM.

Contudo, o *causado* pode vir expresso pelo pronome átono, conforme (44) (sendo *lhe* encontrado dialetalmente como pronome de 2ª pessoa).¹⁰

- (42) O João mandou comer a sopa *aos* meninos.
(43) *O João mandou comer a sopa *para* os meninos.
(44) O João *me/te/lhe* mandou comer a sopa.

Cyrino (2010), discutindo a perda da subida do clítico no PB, sugere que tal fenômeno pode ser observado, particularmente, em relação à perda das construções do tipo FI, em que ocorre o chamado predicado complexo. Propõe, então, que, na diacronia do PB, as estruturas causativas foram as primeiras a passar por mudança, no que diz respeito à perda da subida dos clíticos. Em consequência, ao invés de causativas FI, encontramos no PB apenas “*make-causatives*”, nas quais o predicado encaixado é realizado como um CP, excluindo-se, também, a configuração de ECM (em que a subida do clítico é observada, não havendo, porém, o contraste no uso do clítico acusativo e dativo na realização do *causado*). Nesse sentido, assumindo Farrell (1995), Cyrino (2010), propõe que tais construções são uma instância de *controle reverso*, que se distingue das construções ECM e FI (cf. 45).

- (45) A menina mandou [_{CP} ele sair].

De acordo com Cyrino (2010), o PB possui um sistema de Concordância e Tempo (C-T), em que T não é defectivo, o que impede a reestruturação dos predicados envolvidos, com consequências para a subida do clítico e para a realização da causativa FI. Para endossar essa hipótese, o autor considera a ocorrência no PB de dados como (46) e (47)¹¹, propondo que a presença do pronome na posição de sujeito do verbo infinitivo, assim como a presença da negação no predicado encaixado indicam que o núcleo T do predicado encaixado deixa de ter propriedades defectivas no PB, o que impede a formação do predicado complexo (dados extraídos da internet) (CYRINO, 2010).

- (46) ...eu tentei **eu** enviar meu convite...
(47) Eu estou **não** trabalhando com meu servidor.

¹⁰ Um parecerista anônimo alega não ser possível determinar pelo contraste em (42) e (43) que o PB não possui FI, uma vez que a variação entre *a* e *para*, atestada no PB, tem distribuição determinada por fatores independentes. Embora os relevantes resultados obtidos pela análise da sociolinguística laboviana demonstrem as tendências observadas na comunidade linguística, em relação à codificação de OI, consideramos que os dados em (42) e (43) são evidência de que a gramática inovadora do OI no PB não se restringe à substituição lexical de *a* e *para* em ambiente de transferência abstrata e material, respectivamente. Ao contrário, o que se demonstra é que a sintaxe de OI não se resolve na semântica da transferência, sendo um fenômeno que se resolve na estrutura sintática, em termos de operações que envolvem a disponibilidade de posições sintáticas para efetuar a realização dos argumentos envolvidos, com implicações para a formação do predicado complexo, disponível, conforme defendemos, no PB, embora dependente da sintaxe pronominal, tendo em vista a cisão pronominal. Agradecemos a observação do parecerista, por destacar a necessidade de elaborar essa importante questão para a análise.

¹¹ Um avaliador anônimo considera a construção em (46) aceitável, mas com restrições, pois necessitaria de efeito prosódico. O dado em (47), por sua vez, é julgado como totalmente agramatical. Nos termos de Cyrino (2010), não há referência a contraste prosódico em (46) que pudesse evocar uma leitura de foco contrastivo, por exemplo.

Nossa hipótese é a de que o PB possui dois tipos de construções causativas: (i) a de ECM e (ii) a de *controle reverso*. Nesse sentido, discordamos de Cyrino (2010), quanto ao fato de a configuração de *controle reverso* substituir os demais tipos de causativa, em virtude da mudança na composição de traços do T infinitivo (que deixa de ser defectivo, o que impede a formação do predicado complexo). Nossos dados demonstram que a presença da configuração de *controle reverso* não exclui a presença de ECM (embora a construção FI não esteja disponível no PB).

Em nossa análise, defendemos que o PB possui construções causativas do tipo ECM, em que o *causado* recebe Caso acusativo no domínio do verbo da matriz (e o predicado encaixado é um TP), o que se confirma em construções com o clítico de 1ª e de 2ª pessoa, conforme (44). Nesse caso, é evidente não só a subida do clítico como também a neutralização na marcação morfológica do caso nos pronomes “me”/“te”/“lhe”, conforme Pereira e Salles (2012) e Pereira (2012)). Nosso argumento é o de que, embora haja restrições independentes para a subida do clítico em outras configurações no PB (como em **João me quer ver*), a subida de clíticos continua a ocorrer na perífrase causativa no PB.

Defendemos, também, que o PB possui construções causativas do tipo *controle reverso* (FARREL, 1995; CYRINO, 2010) (cf. 45). Segundo Rabelo (2010), essa possibilidade é determinada pela cisão no sistema pronominal do PB: clíticos pronominais de 1ª e 2ª pessoa não ocorrem na configuração *controle reverso*, sendo instâncias de ECM, enquanto o pronome forte (eu/você/ele) pode ocorrer tanto na configuração ECM quanto na configuração de *controle reverso*.

Neste estudo, nós estamos propondo que, no PB, na configuração causativa (mono-oracional), o núcleo funcional “v” está presente tanto no verbo causativo, quanto no verbo encaixado (*João* [_v *me*_k [*mandou* [_v *te*_j [*ver*]]]), o que permite o licenciamento de categorias referencialmente independentes na projeção de cada predicado (isto é, os clíticos *me* e *te* têm referência disjunta), enquanto, na configuração com auxiliares temporais e modais, somente o “v” encaixado está ativo (**João me quer ver/João quer me ver*). Em línguas com a subida do clítico, ocorre a formação de uma cadeia argumental com o “v” mais alto. Na 3ª pessoa, diante da cisão pronominal no PB, os clíticos “o(s)/a(s)” e “lhe(s)” não estão disponíveis, apenas os pronomes fortes *ele(s)/ela(s)*.

Finalmente, é necessário considerarmos a possibilidade de o infinitivo apresentar flexão. Em relação à 3ª pessoa do singular, as construções são estruturas ambíguas, já que não existem marcas morfológicas no paradigma flexional do infinitivo (cf. (48)/(49) – o pronome pode ser licenciado pelo “v” do verbo causativo ou pelo I do predicado encaixado, supondo que é o morfema zero do paradigma do infinitivo flexionado; na 3ª pessoa do plural, a presença da flexão no infinitivo confirma que o pronome é licenciado pelo I do predicado subordinado (cf. 50):¹²

¹² Existe, também, a possibilidade de o sujeito encaixado estar no plural e o verbo no singular, como em *João fez eles comer o doce*, encontrada no português dialetal, em que a morfologia flexional de 3ª pessoa é ausente, independentemente de ser o verbo finito ou infinitivo. Nesse sentido, não se trata de ambiguidade em relação a duas possibilidades de licenciamento, como no caso da 3ª pessoa do singular em oposição à 3ª pessoa do plural. A hipótese nula é a de que ou a estratégia ECM generaliza-se para todas as pessoas do discurso, ou a estratégia do controle reverso é mantida, com o sujeito nominativo realizado no predicado subordinado sem o correlato morfológico do paradigma flexional.

(48) João fez o menino comer o doce.

(49) João fez ele comer o doce.

(50) João fez eles comerem o doce.

Em relação à subida do clítico, as construções causativas, ao invés de serem o “*trigger*” da mudança, são o contexto que se mantém resistente à mudança. Isso não exclui que a estrutura ECM seja licenciada, como se confirma pela presença dos clíticos de 1ª e 2ª pessoas. As condições que determinam a escolha das opções disponibilizadas pela GU não são objeto do presente estudo, embora seja possível supor que as propriedades relacionadas à flexão do infinitivo estejam sob variação paramétrica.

Considerações finais

Nesse trabalho, examinamos a sintaxe de construções causativas no PB, destacando, pela análise dos dados que são encontradas as seguintes configurações: (i) a estrutura ECM; e (ii) a estrutura de controle reverso (BC). Postulamos que a estrutura ECM está associada à possibilidade de o causado ser licenciado pelo núcleo funcional “v” no domínio do verbo causativo, e que a estrutura BC à possibilidade de ser licenciado pelo núcleo funcional T na estrutura do predicado encaixado.

Diante dessas hipóteses, julgamos não procedente a análise de Cyrino (2010), que considera a perda do fenômeno da reestruturação no PB como o motivador para perda das causativas do tipo FI (e FP), ficando confirmada a hipótese formulada em Pereira (2012, 2013) de que as construções causativas, no PB, apontam para a existência de dois tipos de construção: uma com reestruturação dos predicados (ECM) e outra sem reestruturação (BC).

Tomando por base a cisão no sistema pronominal do PB, propusemos, então, que o PB possui as causativas do tipo ECM e BC, que se diferenciam pelas características morfossintáticas que o *causado* assume: se realizado como clítico (de 1ª e 2ª pessoa), ocorrerá necessariamente na configuração ECM, e verificará o Caso acusativo com o núcleo funcional “v” no domínio do verbo causativo; se realizado como um pronome forte, ou será licenciado na configuração ECM, pelo núcleo funcional “v” no domínio do verbo causativo, ou será licenciado na posição de sujeito do predicado encaixado, pelo núcleo funcional T associado ao infinitivo, que não é defectivo, pois possui traço [+plural]. Nessa configuração, pressupõe-se, diferentemente da configuração ECM, que o predicado encaixado é um CP.

REFERÊNCIAS

BERLINCK, R. A. O objeto indireto no português brasileiro do século XIX. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN, 2., 2000, Florianópolis. *Anais*, 1999. p. 210-220.

_____. The Portuguese Dative. In: BELLE, W. Van; LANGENDONCK, W. Van. (Org.). *The Dative. Descriptive Studies*. Amsterdam: John Benjamins, 1996. v. 1, p. 119-151.

BORGES, D. C. *Construções causativas na diacronia do Português do Centro Oeste. Séculos XVII a XX*. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- _____. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. New York: Praeger, 1986.
- _____. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- _____. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, M. (Ed.) *Ken Hale: A Life in Language*, Cambridge, Mass.: MIT Press, 2001. p. 89-155.
- CYRINO, S. M. L. On complex predicates in Brazilian Portuguese. *Iberia. An International Journal on Theoretical Linguistics*, v. 2, p. 1-21, 2010.
- DANTAS, M. A. M. *A configuração do dativo de terceira pessoa no português do Brasil e no português europeu com enfoque na fala do fortalezense culto*. 2007. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- DUARTE, M. E. L. The loss of the ‘Avoid Pronoun’ principle in Brazilian Portuguese. In: KATO, M.; NEGRÃO, E. (Ed.). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter* 2000. p. 17-36.
- FARRELL, P. Backward Control in Brazilian Portuguese. *ESCOL. CLC Publications*, v. 95, p. 116-127, 1995.
- GALVES, C. Agreement, predication and pronouns in the history of Portuguese. In: COSTA, J. (Ed.) *Portuguese Syntax*. New Comparative Studies. Oxford University Press, 2000.
- GOMES, C. A. Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: PAIVA, M. C. de; DUARTE, M. E. L. (Org.). *Mudança Lingüística em Tempo Real*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contracapa/Faperj, 2003. v. 1. p. 81-96.
- GONÇALVES, A. *Predicados complexos verbais em contexto de infinitivo não preposicionado em Português Europeu*. 1999. 500 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999.
- ILARI, R. et al. Os pronomes pessoais do português: um roteiro para a análise. In: KATO, Mary Aizawa; CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Gramática do Português Falado 4: Estudos descritivos*. 1. ed. Campinas: Edunicamp, 1996. v. 1, p. 79-167.
- KATO, Mary A. Strong pronouns, weak pronominals and the null subject parameter. *Probus*, n. 11, v. 1, p. 1-37, 1999.
- KAYNE, R. *French Syntax: the transformational cycle*. Cambridge: MIT Press, 1975.
- MARTINS, A. ambigüidade estrutural e mudança linguística: a emergência do infinitivo flexionado nas orações complemento de verbos causativos e perceptivos. In: BRITO, A. M.; FIGUEIREDO, O.; BARROS, C. (Ed.). *Lingüística Histórica e História da Língua Portuguesa. Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*. Porto: Secção de Linguística do Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. p. 197-225.
- NASCIMENTO, A. M. *A variação na expressão do dativo em variedades linguísticas rurais goianas*. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.
- PEREIRA, M. B. A sintaxe inovadora do objeto indireto no português brasileiro. In: CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL (CELSUL), 2012, Cascavel, PR. *Anais...* Cascavel: CELSUL, 2012.
- _____. *A sintaxe do dativo em estruturas com verbos causativos no português brasileiro*. 2013. 84 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

RABELO, P. *Argumentos (EPP) nulos no português do Brasil em contextos oracionais finitos e infinitivos*. 2010. 232 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

RIZZI, L. A restructuring Rule in Italian Syntax. In: KEYSER, S. J. (Org.). *Recent transformat studies in European Languages*. Cambridge: Mass; The MIT Press, 1978.

TORRES MORAIS, M. A. Um Cenário para o Núcleo Aplicativo no Português Europeu. *Revista da ABRALIN*, v. 1-2, n. 5, p. 239-266, 2006.

TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. A. “Eu disse pra ele” ou “disse-lhe a ele”: a expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. In: CASTILHO, A. et al. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes; Fapesp, 2007. v. 1. p. 61-74.

GEL: identidade visual

(GEL: visual identity)

Geraldo Cintra¹

¹Universidade de São Paulo (USP)

gcintra@bn.com.br

Abstract: We are surrounded by graphic elements which represent varied institutions, brands and products, but we are usually not aware of the resources involved in the constitution of that identity. Such resources, however, enable fast and efficient transmission of a message which would require more time and attention if expressed in words. In this text, we consider briefly the elements employed in establishing a visual identity and we analyze the visual identity of the group GEL, in its initial representation in the first issue of *Estudos Linguísticos* (1978) and in the following volumes, until the establishment of its most recent version (2008). We also take into account the *Revista do GEL* as well as the major additional publications of the group, among them the book commemorating its 40th anniversary (BRUNELLI et al., 2009).

Keywords: Historiography of Linguistics in Brazil; GEL: historiography; linguistic societies; semiotics; visual identity.

Resumo: Vivemos cercados por elementos gráficos decorrentes de projetos de identidade visual que representam as mais variadas instituições, marcas e produtos, mas em geral não nos apercebemos dos recursos envolvidos na constituição dessa identidade. Tais recursos, contudo, tornam possível a transmissão rápida e eficiente de uma mensagem que requereria maior tempo e atenção se expressa verbalmente. Neste texto, consideramos sucintamente os elementos empregados no estabelecimento de uma identidade visual e analisamos a identidade visual do GEL em seu aspecto inicial, no primeiro volume de *Estudos Linguísticos* (1978), sua representação nos volumes seguintes e por fim o estabelecimento de sua versão mais recente (2008). Consideramos igualmente a *Revista do GEL* e as principais publicações adicionais do grupo, entre elas o livro comemorativo de seu 40^o aniversário (BRUNELLI et al., 2009).

Palavras-chave: Historiografia da Linguística no Brasil; GEL: historiografia; associações de linguística; semiótica; identidade visual.

Introdução

Vivemos cercados por elementos gráficos decorrentes de projetos de identidade visual das mais variadas instituições, marcas e produtos, mas em geral não nos apercebemos dos recursos envolvidos na constituição dessa identidade. Tais elementos estão por toda parte: nos bancos, lojas e supermercados, em cartazes e painéis, em jornais e revistas, nos rótulos e embalagens de produtos, na televisão, em muito do que vemos na tela de nossos computadores, em veículos de transporte público e de mercadorias, bem como nas placas de sinalização de ruas e bairros.

O emprego de elementos visuais na comunicação é reconhecidamente de grande importância, por transmitir rápida e eficientemente uma mensagem que, se expressa em palavras, requereria tempo e atenção consideravelmente maiores para sua assimilação, como se pode notar pelo constante uso de gráficos em trabalhos nas mais diversas áreas.

O reconhecimento e compreensão da estrutura de tais elementos faz parte da formação específica de profissionais das áreas de propaganda e *design* gráfico e integra o

âmbito de interesses dos estudiosos de semiótica visual, mas não é de conhecimento geral. (Para uma abrangente abordagem da questão da percepção visual, ver Arnheim (1974)).

Identidade visual

A identidade visual de uma entidade jurídica (instituição, firma ou associação) ou de uma marca comercial é definida por normas que estabelecem o uso de imagens, símbolos, tipos de letras, cores, disposição e direção do texto, bem como outros recursos gráficos e efeitos adicionais empregados para identificação da entidade em questão. Esses elementos, atuando conjuntamente, criam uma imagem univocamente associada à entidade que se pretende identificar. As normas que determinam o emprego de tais elementos são divulgadas internamente ou publicadas para o uso de interessados, mas em geral são desconhecidas do grande público. As pessoas sem conhecimentos específicos nessa área identificam os elementos da identidade visual por sua familiaridade com eles: logotipos, bandeiras, símbolos de firmas, marcas comerciais, embalagens características, etc. (Para considerações mais pormenorizadas, consultar Caldeira (2013), Eastman Kodak Company (2007), Gomes Filho (2009), Katz (1950), Koffka (1975), Köhler (1980), Krasilchik (1996), Peon (2009), Rabelo (2007), Rio de Janeiro [s.d], Souza (2013), Strunck (1989)).

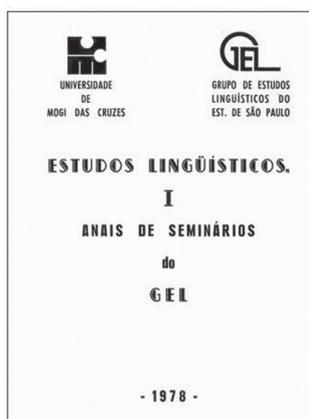
Ao ser submetido a um conjunto de estímulos de diversas naturezas (visuais, auditivos e outros), nosso cérebro reage criando relações abstraídas a partir desses elementos, com base em suas características, sua disposição, etc. Ou seja, toda percepção é mediada pelo cérebro.

A maneira pela qual esses elementos afetam nossa percepção começou a ser compreendida com o desenvolvimento da psicologia da Gestalt, teoria que surge no início do século 20 na Alemanha, alicerçada no trabalho de Max Wertheimer, Wolfgang Köhler (1980) e Kurt Koffka (1975), buscando explicar a percepção em geral, particularmente a percepção visual, área em que postula uma série de princípios ou leis envolvidos na percepção de imagens (GOMES FILHO, 2009, p. 27-38; TODOROVIC, 2008).

Identidade visual do GEL

No caso específico do GEL, a intenção de definir uma identidade visual se evidencia desde os primeiros anos do grupo, embora não se utilize a expressão *identidade visual*. No primeiro volume de *Estudos Linguísticos*, publicado em 1978, é empregado um logotipo com letras pretas sobre fundo branco.

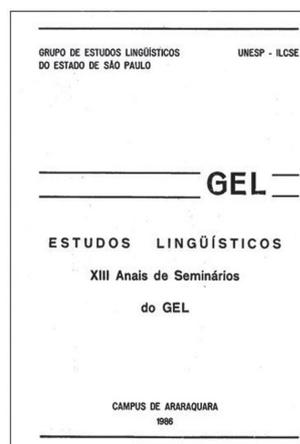
A sigla GEL é grafada em letras maiúsculas, com destaque especial para o G inicial. A letra E se une ao L. A letra G é baseada em um círculo e seu traço superior forma um arco que se estende até quase tocar o L final, envolvendo o todo, o que sugere completude, unidade (cf. o princípio de fechamento [*closure*], da psicologia da Gestalt (GOMES FILHO, 2009, p. 32; TODOROVIC, 2008)).



Nos volumes 10 (1985) a 13 (1988), foi empregado um novo projeto básico de capa, em que barras horizontais definem os limites superior e inferior do campo gráfico, sendo os limites laterais apenas sugeridos nos volumes 10, 11 e 13 e explicitamente delimitados unicamente no volume 12, em que as barras horizontais e verticais formam um quadrilátero. A sigla GEL, em letras maiúsculas de mesmo tamanho, é colocada pouco acima do centro da altura da capa no volume 10, localizada aproximadamente no último terço da largura do campo gráfico, e vem precedida e seguida de duas linhas horizontais paralelas, em cor verde. Como essas linhas apresentam a mesma espessura e afastamento vertical e seguem na mesma direção, são interpretadas como uma faixa contínua (conforme o princípio de continuidade (*continuity*) da psicologia da Gestalt (TODOROVIC, 2008)).

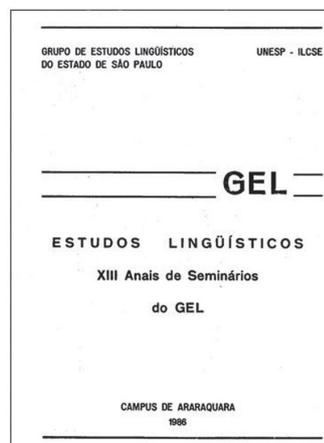
O fato de que as linhas verdes que marcam os limites superior e inferior do campo gráfico da capa são idênticas às da faixa central confere simetria ao todo. Essa foi a primeira vez em que se empregou outra cor na capa que não preto ou tons de cinza. O emprego de cores só foi retomado no volume 27 (1998).

O volume 11 segue basicamente o mesmo padrão, mas com a sigla em outro tipo de letra.



No volume 12 (1986), conforme dissemos acima, um retângulo delimita o campo gráfico. A sigla GEL, centralizada, é precedida e seguida de duas paralelas

las, como nos dois volumes anteriores. No volume 13 (1986) repete-se o esquema básico com a sigla em outro tipo de letras e linhas horizontais de menor espessura.

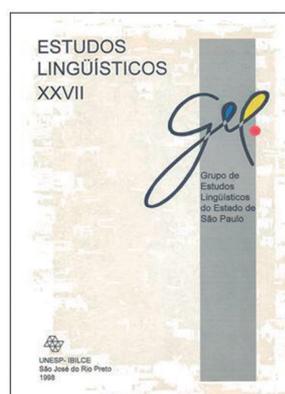


A tentativa de criar uma nova representação característica, contudo, não se repetiu, voltando-se ao formato de capa inicial, com eventuais modificações de tamanho do logotipo e por vezes exclusão do nome do grupo por extenso – meras variações que não caracterizam um novo logotipo. Os dois índices de autores (MAGALHÃES, 1991; PEREIRA et al., 2001) e o índice temático (MAGALHÃES, 1993) não empregaram em suas capas o logotipo do grupo.

Até o volume 26 (1997), variavam o formato, tipografia e planejamento da capa, o que levava a grande disparidade entre os volumes, inclusive com respeito a sua altura e largura, bem como a eventual presença de impressão na lombada. A espessura é naturalmente variável, em função do número de páginas (CINTRA, 2009, p. 57-63).

No volume 26, um novo logotipo, em tamanho pequeno, passa a ser empregado, com letras pretas na parte superior de uma pequena faixa vertical cinza localizada à direita, no alto da capa.

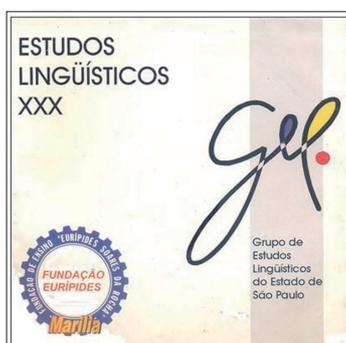
A partir do volume 27 (1998), adota-se um formato de capa padronizado. Nele o logotipo passa a incluir cores e a extensão da faixa vertical cinza indica os limites superior e inferior do campo. Esse modelo de capa é mantido até o volume 29 (2000), o último a ser apresentado em forma impressa.



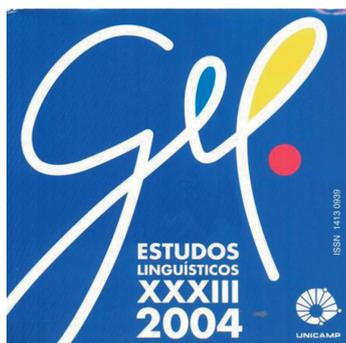
O novo logotipo (criado em 1996) passa a apresentar significativas diferenças em relação ao anterior. Enquanto o antigo logotipo empregava letras maiúsculas pretas, o novo, como empregado a partir do vol. 30 (2001), alterna entre letras de cor variável, dependendo da cor do fundo. No logotipo antigo, o texto apresenta a costumeira ordenação horizontal; enquanto no novo logotipo se emprega um tipo de letra manuscrita com leve inclinação vertical, o que sugere movimento. Como no logotipo antigo, o novo atribui destaque à letra G, grafada em maiúscula, mas as outras duas letras são minúsculas, grafando-se a sigla como se fosse a palavra *gel*, com o traço final do L descendente. O espaço interno da letra G não é preenchido, mas o das outras duas letras é respectivamente azul e amarelo, sendo a palavra seguida de um círculo vermelho.

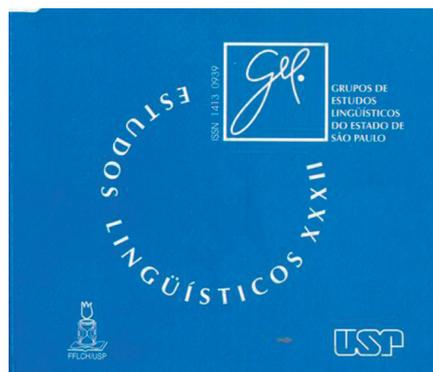


Para os volumes de 30 a 33 (2001-2004), publicados em CD-ROM, foram criadas diferentes apresentações gráficas. O volume 30 teve capa e selo com os mesmos elementos, em diferente distribuição.



O volume 33 adota novo projeto, com o selo do CD diferindo da capa apenas no preenchimento em azul do espaço interno da letra E e tanto as letras como o círculo (vermelho na capa) apresentam acabamento metálico refletivo.





A partir do volume 34 (2005) *Estudos Linguísticos* passou a ser disponibilizada apenas no *site* do grupo. Nos volumes 34 a 36 (2005 a 2007) o logotipo é aplicado sobre um fundo constituído por duas faixas verticais, a da direita em cor preta, variando-se a cor da faixa esquerda, que, a partir do volume 37 (2008) foi fixada em vermelho.



A *Revista do GEL* teve seu primeiro volume, um número especial, publicado em 2002, com capa e lombada de cor alaranjada, e nela o novo logotipo sobre uma faixa vertical de cor mais clara, abaixo do título “revista do” em branco e seguida de outros dados também em branco (assim como os dizeres da lombada). A partir do primeiro volume a capa passou a ter cor mais forte e lombada em azul escuro com letras brancas. Na capa constam em preto o ISSN e o número do volume, a expressão *Revista do* em letras pretas sobre fundo amarelo e o logotipo, em tamanho menor, ainda sobre uma pequena faixa

vertical cinza. Essa capa é mantida nas edições impressas (até o vol. 5 n. 1) e no *site* do grupo a partir do vol. 5, n. 2 (GEL, 2009). (Para maiores informações sobre a revista, ver Coelho (2009)).



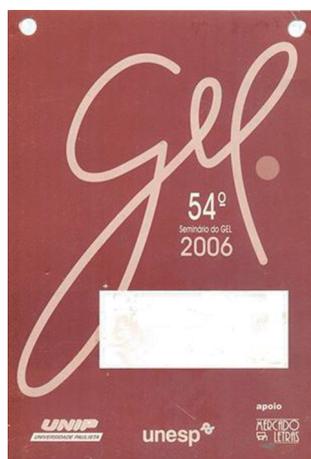
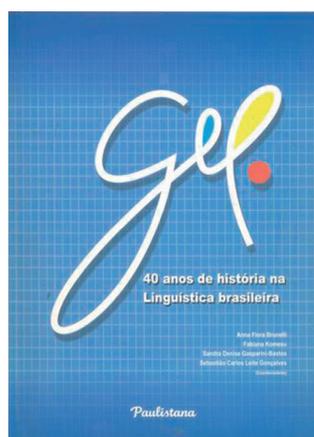
Em 2009, no livro comemorativo do 40º aniversário do GEL, encontra-se a primeira referência explícita à identidade visual do grupo:

Outro avanço recente do GEL teve como foco a imagem da Associação. Em 1996, a Diretoria responsável (gestão 1995-1997) criou a logomarca atual, substituindo a antiga, que não era oficial nem utilizada sistematicamente. Em 2008 (gestão 2007-2009), foi estabelecida a identidade visual da Associação, respeitando as três cores existentes na logomarca: o azul para o *site* da Associação, o vermelho para a revista *Estudos Linguísticos* e o amarelo para a *Revista do GEL*, proposta que foi oficializada na Assembleia Geral do mesmo ano. (BRUNELLI et al., 2009, p. 28)

As cores são mantidas com essa finalidade em outros materiais impressos, tais como a capa do livro comemorativo dos 40 anos, o índice onomástico (em CD-ROM), anexado a esse livro e o *mouse pad* distribuído na mesma ocasião, bem como em cadernos de programação e de resumos, crachás de identificação dos participantes dos seminários, blocos de anotações, folhas e pastas impressas, e todo o material produzido até o presente (2014).

Como se pode notar, a preocupação com a identidade visual do grupo acompanhou o surgimento e desenvolvimento de suas publicações e materiais.¹

¹ Não estão disponíveis imagens do *site* do GEL anteriores à atual.



REFERÊNCIAS

ARNHEIM, Rudolf. *Art and visual perception: a psychology of the creative eye*. The New Version. Berkeley / Los Angeles: University of California Press, 1974. 508 p. (Trad. bras. *Arte e percepção visual: uma psicologia criadora*. São Paulo: Pioneira, 1997)

BRUNELLI, Anna Flora; KOMESU, Fabiana; GASPARINI-BASTOS, Sandra Denise; GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite (Coord.). *GEL: 40 anos de história na linguística brasileira*. São Paulo: Paulistana, 2009. 89 p. (Inclui o CD-ROM Índice onomástico das publicações.)

CALDEIRA, Cinderela. Os símbolos da universidade. *Jornal da USP*, ano 29, n. 1013, p. 4, 2013.

CINTRA, Geraldo. Estudos Linguísticos (1978-2008). In: BRUNELLI, A. F. et al. (Coord.). *GEL: 40 anos de história na linguística brasileira*. São Paulo: Paulistana, 2009. p. 57-63.

COELHO, Olga Ferreira. Uma pequena notável: os primeiros anos da *Revista do GEL*. In: BRUNELLI, A. F. et al. (Coord.). *GEL: 40 anos de história na linguística brasileira*. São Paulo: Paulistana, 2009. p. 65-73.

EASTMAN KODAK COMPANY. Kodak Express Visual Identity Guidelines. June 2011. Disponível em: <http://www.kodakexpress.com/program_templates/EK_ITTS1001_StoreCommunicationsGuidelines_MAR032010.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

- GOMES FILHO, João. *Gestalt do objeto*. 9. ed. São Paulo: Escrituras, 2009. 136 p.
- GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS – GEL. Ata da 25ª Assembléia Geral ordinária do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Ribeirão Preto, 6 de julho de 2009. Disponível em: <www.gel.org.br>. Acesso em: 28 fev. 2014.
- KATZ, David. *Gestalt Psychology, its nature and significance*. New York: Ronald Press, 1950. 175 p.
- KOFFKA, Kurt. *Princípios da psicologia da Gestalt*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- KÖHLER, Wolfgang. *Psicologia da Gestalt*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. 298 p.
- KRASILCHIK, Myriam (Org.). *A USP e sua identidade visual*. Relatório final da Comissão de estudo da identidade visual e da imagem institucional da USP, São Paulo: 1996. Disponível em: <http://www.scs.usp.br/identidadevisual/wp-content/uploads/myriamkrasilchik_1996.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- MAGALHÃES, Erasmo d’A. (Coord.) *Índice temático dos anais dos seminários do GEL* (Volumes de I a X). Araraquara: [s. ed.], 1993 [Inclui índice de autores.]. 20 p.
- MAGALHÃES, Erasmo d’A.; BRAIT, Beth; FIORIN, José Luiz. *Índice de autores*. Volumes I a XX. Anais de Seminários do GEL. São Paulo: [s. ed.], 1991. 98 p.
- PEON, Maria Luisa. *Sistemas de identidade visual*. 4. ed. Rio de Janeiro: 2AB, 2009. 90 p.
- PEREIRA, Rony Farto; JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; SPERA, Mari Sant’ana; MARETTI, Maria Lídia Lichtscheid. Índice de autores. *Estudos Lingüísticos*. Volumes XXI a XXX, São Paulo, 2001. 152 p.
- RABELO, Cláudio. *Manual de identidade visual*. Teoria e prática. Vitória: Lisboa, 2007. 100 p.
- RIO DE JANEIRO. Prefeitura. [s. d.] Manual de aplicação da marca. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/pcrj/manual/download/manual_da_marca_prefeitura.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.
- SOUZA, Sandra. *Identidade visual e imagem institucional da Universidade de São Paulo: diagnóstico e recomendações*. Relatório da Comissão de identidade visual do GECOM – Grupo de Gestão da Comunicação da SCS-USP. São Paulo: 2013. Disponível em: <http://www.scs.usp.br/identidadevisual/wp-content/uploads/sandra_souza_set2013.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.
- STRUNCK, Gilberto Luiz (Teixeira Leite). *Identidade visual: a direção do olhar*. Rio de Janeiro: Europa Empresa Gráfica, 1989. 124 p.
- TODOROVIC, Dejan. *Gestalt principles*. 2008. Disponível em: <http://www.scholarpedia.org/article/Gestalt_principles>. Acesso em: 25 jun. 2014.

Sistema e relação na Teoria do Valor de Ferdinand de Saussure

(System and relation in Ferdinand de Saussure's Theory of value)

Micaela Pafume Coelho¹

¹Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

micaelapafume@yahoo.com.br

Abstract: This paper aims to analyze the elaboration of the principle of linguistic value in the set of manuscripts “Notes pour le cours III”. The main goal of this analysis is to show that the presentation of the linguistic value in this set of manuscripts allows us to know not only the elaboration of the “Theory of Value”, but also Saussure’s search for a definition for his notion of system. Also, it highlights the importance of the notion of relation, in which concerns the functioning of *langue*. This paper is justified by the fact that linguistic value is a fundamental principle for the delimitation of modern Linguistics, and, therefore, deserves an analysis of all its available sources.

Keywords: Ferdinand de Saussure; Theory of Value; system; relation.

Resumo: Este artigo destina-se à análise da trajetória de elaboração do princípio do valor linguístico no conjunto de manuscritos “Notas para o curso III”. Com essa análise, visamos a expor que a leitura do valor linguístico nos manuscritos em questão nos permite conhecer não só o processo de elaboração da “Teoria do Valor”, mas também a busca do linguista por uma definição da noção de sistema, além de ressaltar a importância da noção de relação para o funcionamento da língua. O presente trabalho se justifica pelo fato de que o valor linguístico é um princípio fundamental na delimitação da linguística moderna e merece, portanto, uma análise de todas as fontes disponíveis a seu respeito.

Palavras-chave: Ferdinand de Saussure; Teoria do Valor; sistema; relação.

Introdução

O conteúdo exposto por Ferdinand de Saussure durante seu último curso, ocorrido de outubro de 1910 a julho de 1911, pode ser conhecido apenas por vias de acesso indireto¹, uma vez que não há transcrições oficiais de suas aulas. Destacamos, aqui, três vias principais: a) o conjunto de manuscritos “Notas para o curso III”, b) as anotações dos alunos que estiveram presentes nas aulas do linguista, e c) a edição do *Curso de Linguística Geral*², cujo conteúdo é majoritariamente pautado no que foi exposto durante o curso em questão. Contudo, embora esses três materiais sejam constituídos pelo conteúdo apresentado por Saussure em suas aulas, cada um deles foi elaborado com um propósito diferente e apresenta os princípios do linguista em estágios distintos.

O conjunto de manuscritos “Notas para o curso III” não é datado, mas, de acordo com Gambarara (2005, p. 31), pode-se considerar que essas notas foram escritas antes de cada aula ministrada, ou seja, durante os anos de 1910 e 1911. No total, o conjunto é composto por 56 folhas manuscritas, as quais podem ser divididas em duas grandes partes: a primeira, composta pelas primeiras 31 folhas, é destinada a tratar da diversidade de

¹ Cf. Testenoire (2010).

² Doravante, CLG.

línguas e da linguística geográfica; a segunda, composta pelas 25 folhas restantes, trata da dualidade da linguística e dos aspectos concernentes à língua.

Nota-se que há mais folhas referentes ao conteúdo obrigatório do curso, isto é, ao conteúdo exposto na primeira parte, do que à contribuição original de Saussure. Nesse sentido, é válido ressaltar o modo como o linguista redigiu cada uma dessas partes. Godel (1969 [1957], p. 36) afirma que, ao analisar as “Notas para o curso III”, tem-se a impressão de que

Saussure redigia voluntariamente as primeiras lições, ou aquelas cujo assunto não apresentava a ele nenhuma dificuldade, mas, em revanche, ele hesitava em colocar no papel as ideias que ele não havia tido tempo para meditar suficientemente: ele se limitava, então, a anotar um esquema, uma reflexão, alguns exemplos. (tradução nossa)³

Tendo isso em vista, destacamos o fato de que, apesar de os editores do CLG conhecerem e terem acesso a esse conjunto de manuscritos na época de elaboração da edição, as “Notas para o curso III” não fizeram parte das fontes que a originaram. Afirmamos isso, pois esse conjunto de manuscritos foi catalogado por Godel, e encontra-se na Biblioteca Pública de Genebra sob o código Ms.fr. 3951/23 e, segundo o próprio catalogador,

Os editores viram essas notas, das quais algumas ainda apresentavam, no alto da página à esquerda, uma breve indicação a lápis da escrita de Bally; mas, desencorajados, talvez, por encontrarem apenas fragmentos rebeldes a toda classificação cronológica, eles tiveram que renunciar à continuação da triagem, e utilizaram em seu livro apenas os extratos que Sechehaye havia feito cópia. (GODEL, 1960, p. 5, tradução nossa)⁴

Desse modo, percebemos que os editores optaram por elaborar o CLG com base nas anotações efetuadas por alguns dos alunos que estiveram presentes nos cursos de Saussure. Foram utilizados, no total, os cadernos de sete alunos: L. Caillie, L. Gautier, P. Regard e A. Riedlinger, a respeito dos dois primeiros cursos, e Mme. A. Sechehaye, G. Dégallier e F. Joseph, acerca do terceiro curso, o qual os editores afirmam ser o mais importante (cf. BALLY; SECHEHAY apud SAUSSURE, 2012 [1916], p. 24). Entretanto, embora a importância do último curso seja destacada até mesmo por Bally e Sechehaye, e embora todas as sete partes da edição apresentem pelo menos um capítulo que foi elaborado a partir das anotações dos alunos do terceiro curso, há também capítulos inteiros formulados apenas por meio da utilização dos cadernos dos alunos do primeiro e/ou do segundo curso.

Assim, percebemos que, mesmo que o CLG seja uma via de acesso ao conteúdo do terceiro curso, nele esses princípios se encontram expostos juntamente com os conteúdos componentes dos dois primeiros cursos de Saussure. Além disso, devido ao propósito da edição de se levar à comunidade as elaborações do linguista acerca da Linguística enquanto ciência independente e sobre o seu respectivo objeto de estudo, o CLG não apre-

³ No original: Saussure rédigeait volontiers les premiers leçons, ou celles dont le sujet ne présentait pour lui aucune difficulté, et qu'en revanche il hésitait à mettre par écrit des idées qu'il n'avait pas eu le loisir de méditer suffisamment: il se bornait alors à noter un schéma, une réflexion, quelques exemples».

⁴ No original: «Les éditeurs du CLG ont vu ces notes, dont certaines portent encore, au haut de la page, à gauche une brève indication au crayon de l'écriture de Bally; mais, décourage's peut-être de ne trouver là que des fragments rebelles à tout classement chronologique, ils ont dû renoncer à poursuivre le triage, et n'ont utilisé dans leur livre que les extraits dont Sechehaye avait fait une copie».

sentam uma especificação a respeito da origem dos conteúdos nele apresentados. Dito de outro modo, só nos é possível saber qual dos três cursos originou cada parte dos capítulos do livro por meio das edições críticas de De Mauro (1967) e R. Engler (1968), e também com o auxílio de outros materiais complementares.

Dentre esses materiais, destacamos os próprios cadernos dos alunos que estiveram presentes nos cursos de Saussure, principalmente daqueles que cederam suas anotações à BGE e cujo acesso é disponibilizado pela biblioteca. Acerca do terceiro curso, há as anotações de É. Constantin, que totalizam onze cadernos, os quais, por razões desconhecidas,⁵ não foram utilizados por Bally e Sechehaye na elaboração do CLG. Tais cadernos só foram cedidos à BGE em 1958, e 45 anos depois, em 1993, foram transcritos, editados e publicados por E. Komatsu e R. Harris, sob o título *Terceiro Curso de Linguística Geral – dos cadernos de Émile Constantin*.⁶

Nessa edição, é apresentada a divisão do curso, os títulos de cada capítulo ministrado por Saussure em suas aulas, e também as datas das lições, informações essas que foram obtidas pelos editores por meio das anotações de Mme Sechehaye. No entanto, as próprias anotações de Mme. Sechehaye, F. Joseph e G. Dégallier, também referentes ao terceiro curso, não foram publicadas por E. Komatsu. Fragmentos dos cadernos desses alunos podem ser encontrados na edição crítica de Engler (1968), de forma relacionada ao conteúdo do CLG.

Dessa forma, vemos que essas três vias de acesso indireto aos princípios expostos por Saussure durante seu terceiro curso diferem entre si devido a também três principais aspectos: a época em que foram elaboradas, o estágio do desenvolvimento dos princípios e os responsáveis por redigi-las. As “Notas para o curso III” foram escritas pelo próprio Saussure em um momento anterior a cada uma de suas aulas, e apresenta majoritariamente rascunhos e reflexões inacabadas acerca do conteúdo do terceiro curso. Os cadernos dos alunos não foram redigidos por Saussure, apesar de as ideias que os compõem serem de autoria do linguista. Além disso, pensamos que, pelo fato de o terceiro curso ter sido o momento em que Saussure ministrou suas últimas aulas, as anotações efetuadas pelos alunos nele presentes apresentam os princípios do linguista em seu estágio mais avançado.

O CLG, por sua vez, consiste em uma edição do que foi anotado pelos alunos do terceiro curso, mas em conjunto com o conteúdo registrado durante os dois primeiros cursos do linguista. Por isso, apresenta não só os princípios saussurianos no estágio de desenvolvimento do terceiro curso, mas também em momentos anteriores. Ademais, o texto da edição foi elaborado em um momento posterior ao terceiro curso – de 1913 a 1916 – e apresenta também partes que foram redigidas pelos editores, a fim de elaborarem um texto coeso.

Assim, considerando as semelhanças e as diferenças existentes entre esses três materiais, pensamos ser pertinente destacar o fato de que o valor linguístico consiste em um princípio central no conteúdo de cada um deles. Além disso, é notável que o terceiro curso foi de grande importância para o desenvolvimento desse princípio saussuriano, pois foi durante suas aulas que Saussure apresentou uma teoria acerca da questão do valor na

⁵ Cf. Mejía (2005).

⁶ Doravante, TCLG.

Linguística, mesmo que ele já utilizasse a noção de valor em suas elaborações anteriores aos anos de 1910-1911.

Tanto nas “Notas para o curso III” como no TCLG é possível perceber que o linguista ressalta a necessidade de dividir entre histórica e estática todas as ciências que são dependentes de um sistema de valores. Como exemplos, Saussure menciona a Economia, que é baseada em valores que possuem “uma raiz nas coisas”, e a Linguística, cujos valores são “arbitrariamente fixáveis” (SAUSSURE, 1910-1911, f. 36). A partir disso, o linguista começa a tratar sua “Teoria do Valor”, explicando o modo de funcionamento desse princípio e explicitando os elementos indispensáveis para o seu funcionamento.

Contudo, diferente das anotações de Constantin, nas quais o conteúdo do terceiro curso é apresentado de forma mais linear e até mesmo didática, por consistirem em registros de aulas, nos manuscritos preparatórios, o conteúdo do terceiro curso é apresentado, muitas vezes, de forma topicalizada, inacabada e não linear. As partes destinadas a tratar do valor, especificamente, por comporem as folhas do conjunto de manuscrito destinadas à contribuição original de Saussure, apresentam, como já destacamos, um formato menos textual e mais esquematizado.

Ademais, é importante ressaltar a existência de aspectos formais ao longo do texto dos manuscritos, tais como rasuras, incisos e brancos, os quais podem proporcionar o conhecimento da trajetória de desenvolvimento dos princípios saussurianos. Por meio das rasuras e dos incisos podemos identificar trechos abandonados ou, ao contrário, acrescentados quando necessários, e, pelos brancos, podemos reconhecer a existência das dúvidas de Saussure acerca do caminho a seguir em suas elaborações.

Nesse sentido, vamos de acordo à observação de Silveira (2008) de que

É realmente impossível ignorar as elipses de sentido que as rasuras do manuscrito escancaram. Os impasses quase sem sentido que se apresentam nas tentativas de escrita, na escrita e na reescrita sobrepostas, nos incisos; enfim, não é possível desviar-se do que se apresenta como uma tentativa de escrever o que ainda não fora escrito por ninguém. (p. 123-124)

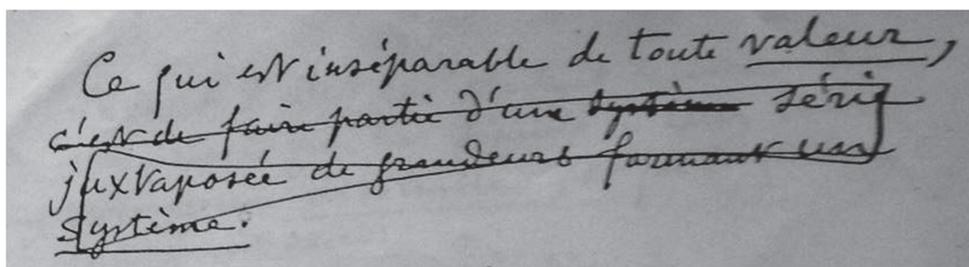
Tendo isso em vista, e ressaltando a importância do valor linguístico enquanto princípio fundamental das elaborações saussurianas, principalmente daquelas concernentes ao terceiro curso, propomos efetuar uma análise do conjunto de manuscritos “Notas para o curso III”, em busca da trajetória de elaboração da “Teoria do Valor”. Para tanto, utilizaremos os capítulos pertencentes à segunda parte do conjunto de manuscritos, dentre os quais nos ateremos principalmente ao capítulo “O valor linguístico”.

Com essa análise, buscamos expor o modo como Saussure apresenta a noção de valor em um momento anterior às aulas do terceiro curso, evidenciando seu processo de teorização. Dessa forma, para que possamos ressaltar as semelhanças existentes entre o conteúdo do conjunto de manuscritos e o modo como a “Teoria do Valor” é conhecida, utilizaremos também em nossa análise o CLG e algumas passagens das anotações dos alunos do terceiro curso.

O valor linguístico e a interdependência de seus constituintes

As folhas de manuscrito que compõem a segunda parte das “Notas para o curso III” são divididas⁷ em seis capítulos, a saber: 1 – Nomenclatura, 2 – Necessidade de alterações dos signos, 3 e 4 – Dualidade da Linguística/A Linguística estática e a Linguística histórica, 5 – O valor linguístico, 6 – Arbitrário absoluto e arbitrário relativo. No entanto, no primeiro, são abordadas apenas questões tangenciais ao valor linguístico, uma vez que nem sua noção nem o termo em si são mencionados. Nos demais capítulos, a noção de valor é abordada, mas só é detalhadamente explicitada no capítulo sexto.

Por isso, nossa análise da trajetória de elaboração da Teoria do Valor no terceiro curso de Saussure será pautada, sobretudo, na abordagem do princípio do valor registrada nas duas folhas que compõem o capítulo intitulado “O valor linguístico”. Tal capítulo, portanto, consiste em nosso objeto específico de análise. Saussure inicia essa abordagem afirmando que há uma condição inseparável de todo valor. Entretanto, essa condição é apresentada e, em seguida, rasurada, como podemos ver no fragmento a seguir:



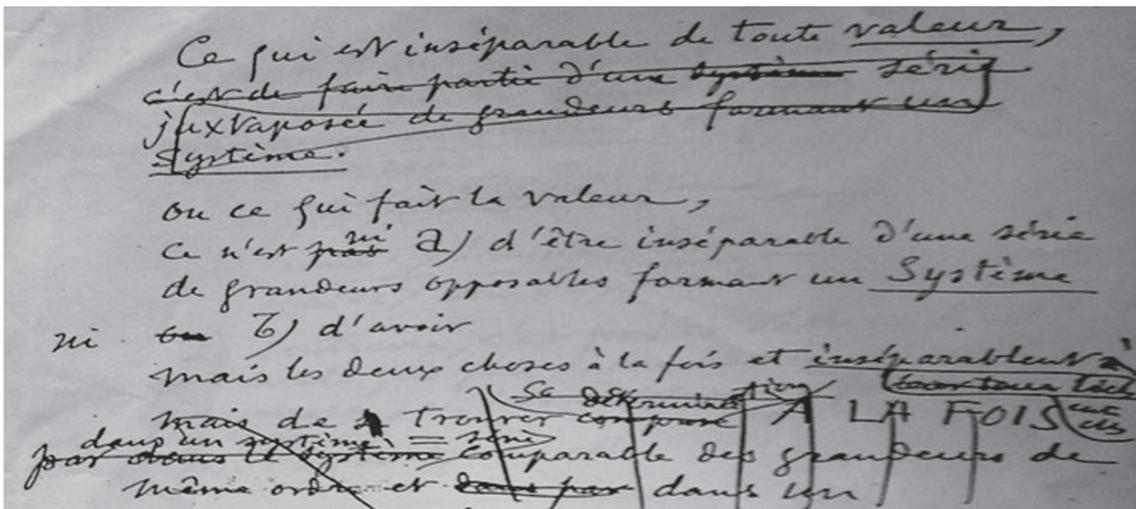
O que é inseparável de todo valor é ~~fazer parte de uma sistema série justaposta de grandezas que formam um sistema~~.⁸ (SAUSSURE, 1910-1911, f. 27, tradução nossa)

Nota-se que a condição inseparável do valor é que ele faça parte de uma “série justaposta de grandezas que formam um sistema”. Contudo, como podemos observar no fragmento acima, ao que parece, Saussure considerou primeiramente afirmar que tal condição fosse que o valor fizesse parte simplesmente de um sistema. No entanto, a palavra sistema foi veementemente rasurada, e substituída pela expressão que a segue, que também foi rasurada pelo linguista.

No parágrafo seguinte a esse fragmento, Saussure retoma a primeira frase da folha e continua desconsiderando, *a priori*, as partes abandonadas:

⁷ Essa divisão é indicada pelo próprio Saussure por meio de folhas índices que precedem o conteúdo de cada capítulo.

⁸ No original: «Ce qui est inséparable de toute valeur, c'est de faire partie d'un système série juxtaposée de grandeurs forment un système.»



O que é inseparável de todo valor é fazer parte de uma sistema série juxtaposta de grandezas que formam um sistema.

Ou o que faz o valor,

Não é ^{nem} a) ser inseparável de uma série de grandezas oponíveis que formam um sistema nem em b) ter []

Mas as duas coisas ao mesmo tempo e inseparavelmente por sua vez ^{ligadas entre elas}

Mas encontrar composta sua determinação AO MESMO TEMPO não em um sistema em um sistema = série comparável de grandezas de mesma ordem e não em em um⁹ []

(SAUSSURE, 1910-1911, f. 27, tradução nossa)

Vemos que, na frase seguinte ao primeiro trecho rasurado, Saussure adiciona que não se refere apenas às condições inseparáveis do valor, mas também aos aspectos que o constituem. Assim, para expor o primeiro aspecto, o linguista retoma a ideia central da condição apresentada como inseparável ao valor no primeiro parágrafo e, em seguida, indica a existência de um segundo aspecto, que não chega a ser explicitado. Contudo, é importante ressaltar que a simples existência desses dois aspectos não é suficiente para que o valor exista. Para tal, é necessário que eles existam concomitantemente e que sejam “inseparavelmente ligados entre si”.

Além disso, no último trecho desse fragmento, observamos que Saussure apresenta outra definição das condições necessárias para o valor, que, por iniciar-se com a conjunção “mas”, se assemelha à anterior, embora seja visivelmente abandonada, devido à existência de rasuras. Nessa definição, assim como no primeiro fragmento apresentado, o linguista parece hesitar em afirmar que o valor encontra sua determinação em um sistema. Isso pode ser notado pelo fato de que primeiramente é afirmado que a determinação do

⁹ No original: «Ce qui est inséparable de toute valeur, c'est de faire partie d'un système série juxtaposée de grandeurs forment un système.

Ou ce qui fait la valeur,

Ce n'est pas ⁿⁱ a) d'être inséparable d'une série de grandeurs opposables formant un système ni en b) d'avoir []

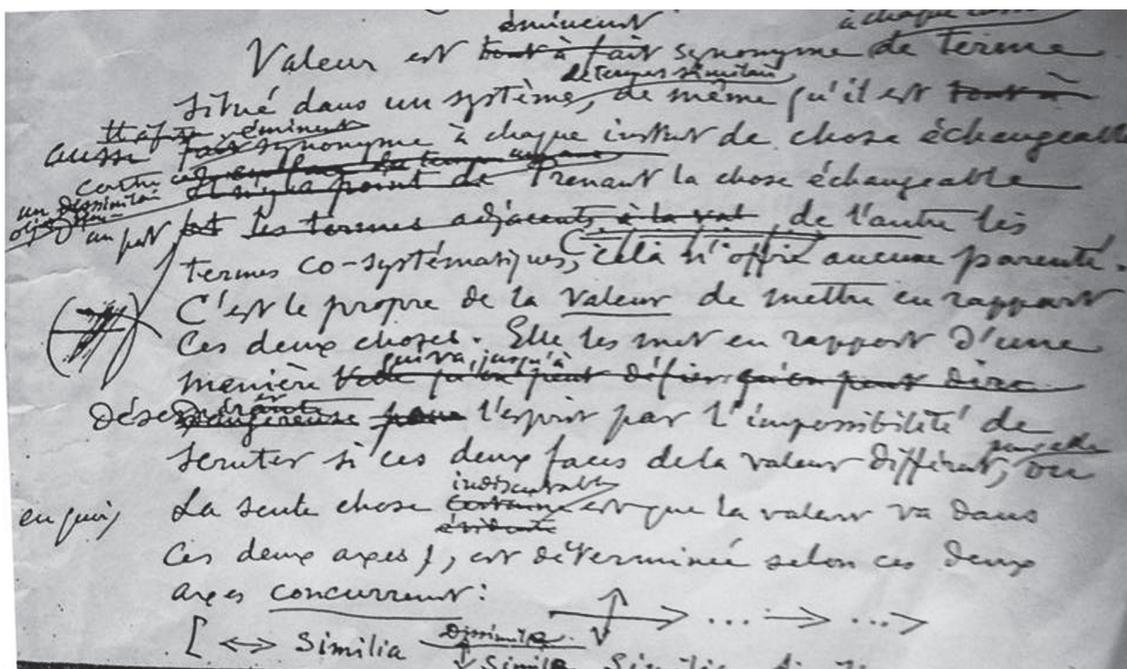
Mais les deux choses à la fois et inséparablement à leur tour ^{liées entre elles}

— Mais de trouver composé ^{sa détermination} A LA FOIS pas dans le système = série comparable des grandeurs de même ordre et dans pas dans un []»

valor é encontrada “não em um sistema”, o que é rasurado e substituído por um inciso que apresenta justamente a ideia contrária: “em um sistema = série comparável de grandezas de uma mesma ordem”.

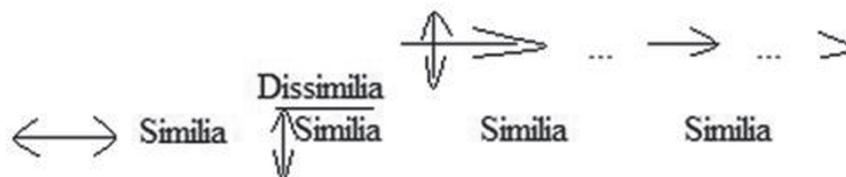
No entanto, vemos que, embora a ideia apresentada no inciso seja contrária à ideia primeiramente apresentada e rasurada, ou seja, apesar de Saussure optar por afirmar que a determinação do valor é encontrada no sistema, o linguista, assim como no primeiro trecho rasurado, iguala sistema a uma série de grandezas. Tendo isso em vista, parece haver uma incerteza no que concerne à utilização do termo sistema, visto que ele aparece constantemente rasurado e há sempre a necessidade de defini-lo.

Ainda, ressaltamos que todas essas tentativas de definições se referem a apenas um dos dois aspectos e condições que fazem o valor, visto que a segunda condição, até então, não foi apresentada. Ora, se a existência **simultânea** desses dois aspectos é requisito fundamental para que haja valor, assim sendo, para entender o funcionamento desse princípio, torna-se indispensável conhecer ambos os elementos que o constituem. Dessa forma, no parágrafo seguinte, Saussure parece finalmente revelar o segundo aspecto constituinte do valor, como podemos ver no fragmento a seguir:



Valor é, na verdade, ^{eminente} sinônimo ^{a cada instante} de termo situado em um sistema ^{de termos similares}, do mesmo modo que é, na verdade também na verdade, ^{eminente} sinônimo a cada instante de coisa trocável, ^{certo um X objeto X é o que faz de tempo X} Não há nele um ponto [] Tomando a coisa trocável ^{de fato} X os termos adjacentes ao val de outro os termos co-sistemáticos, que não oferecem nenhum parentesco. É próprio do valor colocar em relação essas duas coisas. Ele as coloca em relação de uma maneira ^{que é até} tal que se pode desafiar, que se pode dizer desesperadora perigosa para o espírito pela impossibilidade de investigar se essas duas faces do valor diferem por elas, visto ^{em que}, a única coisa indiscutível certa

é evidente que o valor se encontra nesses dois eixos, é determinado segundo esses dois eixos concorrentes:¹⁰



(SAUSSURE, 1910-1911, f. 27, tradução nossa)

Nesse trecho, Saussure apresenta o valor tanto como sinônimo de “termo situado em um sistema de termos similares”, como também de “coisa trocável contra um objeto dissimilar”. Assim, uma vez que a noção de sistema já havia sido apresentada como elemento *sine qua non* para o valor linguístico, fica claro que a segunda condição para a existência desse princípio consiste no fato de que ele pode ser trocado por um objeto dissimilar.

Além disso, percebemos que, nos trechos iniciais, Saussure considera o sistema primeiramente como “série justaposta de grandezas” e como “série de grandezas oponíveis”, sempre hesitando a respeito da utilização do termo “sistema”. No entanto, nesse último trecho, a palavra em questão não aparece rasurada e, ainda, é seguida de um inciso que caracteriza seus componentes como “termos similares”. Desse modo, se considerarmos também as definições de sistema apresentadas anteriormente, vemos que Saussure apresenta o valor como sinônimo de sistema de termos justapostos, oponíveis e similares, os quais podem ser trocados por uma coisa dessemelhante. Logo em seguida, o linguista propõe um esquema em que esses dois elementos são representados respectivamente por *similia* e *dissimilia* e se encontram relacionados entre si.

Tendo isso em vista, questionamos: quais são esses elementos similares e dissimilares que, juntos, são indispensáveis para a existência do valor? Se recorrermos ao CLG, veremos que, no capítulo “Valor linguístico”, é afirmado que:

[...] mesmo fora da língua, todos os valores parecem estar regidos por esse princípio paradoxal. Eles são sempre constituídos:

1º por uma coisa **dessemelhante**, suscetível de ser **trocada** por outra cujo valor resta determinar;

2º por uma coisa **semelhante** que se podem comparar com aquela cujo valor está em causa.

Esses dois fatores são necessários para a existência de um valor. (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 162, grifo original)

¹⁰ No original: «Valeur est éminemment tout à fait synonyme à chaque instant de terme situé dans un système de termes similaire, de même qu’il est tout à fait aussi il à fait éminemment synonyme à chaque instant de chose échangeable, contre un X objet dissimilaire ce qui fait de temps X Il n’y a point de [] Prenant la chose échangeable en fait X les termes adjacents à la val de l’autre les termes co-systématiques, cela n’offre aucune parenté. C’est le propre de la valeur de mettre en rapport ces deux choses. Elle les met en rapport d’une manière qui va jusqu’à telle qu’on peut défier, qu’on peut dire désespérant dangereuse pour l’esprit par la impossibilité de scruter si ces deux faces de la valeur différent pour elles, vu en quoi, la seule chose indiscutable certaine evidente est que la valeur va dans ces deux axes, est déterminé selon ces deux axes concurrents.»

É notável a semelhança entre esse trecho da edição e o trecho do conjunto de manuscritos citado anteriormente. No entanto, no CLG, Saussure não se atém apenas aos elementos que compõem toda espécie de valor, visto que especifica os elementos semelhante e dessemelhante que entram em jogo quando se trata do valor linguístico:

Do mesmo modo, uma palavra pode ser trocada por algo dessemelhante: uma ideia; além disso, pode ser comparada com algo da mesma natureza: uma outra **palavra**. Seu valor não estará fixado, enquanto nos limitarmos a comprovar que pode ser “trocada” por este ou aquele **conceito**, isto é, esta ou aquela **significação**; falta ainda compará-la a valores semelhantes, com as **palavras** que se lhe podem opor. (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 134, grifo nosso)

Assim, é notável que, para que haja valor linguístico, é necessário que seus termos componentes possam ser comparados a uma outra palavra, que consiste na coisa semelhante, e também que possam ser trocados por um conceito ou significação¹¹, que consiste na coisa dessemelhante. Assim, é importante ressaltar que não nos restam dúvidas de que a palavra deva ser tomada como o elemento semelhante aos termos componentes do sistema, uma vez que, em todo o capítulo “Valor linguístico” do CLG, Saussure a utiliza como elemento equivalente à unidade linguística, visto que mesmo “sem recobrir exatamente a definição de unidade linguística, dão dela uma ideia pelo menos aproximada, que tem a vantagem de ser concreta” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 160).

Entretanto, definir a coisa dessemelhante como o conceito pode se mostrar, de início, como uma questão delicada. Afirmamos isso a partir do ponto de vista saussuriano de que

Psicologicamente, abstração feita de sua expressão por meio das palavras, nosso pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta. [...] Tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa em que nada está necessariamente delimitado. Não existem **ideias** preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua. (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 158, grifo nosso)

Ou seja, para Saussure, não existe pensamento sem língua. Dessa forma, não existem ideias e nem conceitos que preexistem ao desenvolvimento da língua no indivíduo. Além disso, é necessário ter em mente que, de acordo com Saussure (2012 [1916], p. 147), “a entidade linguística só existe pela associação do significante e do significado”. Considerando os termos “significante” e “significado” como sinônimos, respectivamente, de “imagem acústica” e “conceito”, fica evidente que o conceito consiste em um elemento constituinte das entidades linguísticas.

Assim, percebemos que o conceito é formado pelas unidades linguísticas, assim como também consiste em um de seus componentes. Tendo isso em vista, como pode ele ser tomado como uma coisa dessemelhante às unidades/entidades do sistema linguísti-

¹¹ A conceituação de “significação” nas elaborações saussurianas não é bem delimitada, visto que podemos encontrar tal termo representando a “contraparte da imagem acústica” (Cf. SAUSSURE, 2012 [1916], p. 161), ou seja, como sinônimo de conceito e significado, como também podemos encontrá-lo designando a relação vertical existente entre os componentes do signo linguístico. No entanto, uma vez que, no trecho citado, o termo “significação” é equiparado ao termo “conceito”, tomaremos, nesse contexto determinado, os dois como sinônimos.

co? Visando a solucionar essa questão, consideramos pertinente destacar outro trecho do CLG, em que são apresentados os respectivos lugares, perante as ciências, que cabe dar aos componentes do signo linguístico:

Uma sequência de sons só é Linguística quando é suporte de uma ideia, tomada em si mesma, não é mais que a matéria de um estudo fisiológico. O mesmo ocorre com o significado se o separarmos de seu significante. **Conceitos como “casa”, “branco”, “ver” etc., considerados em si mesmos, pertencem à Psicologia; eles só se tornam entidades linguísticas pela associação com imagens acústicas; na língua, um conceito é uma qualidade da substância fônica, assim como uma sonoridade determinada é uma qualidade do conceito.** (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 147-148, grifo nosso)

Ora, se o conceito por si só consiste em um objeto da Psicologia, então, considerado de forma separada da imagem acústica, ou seja, fora do signo, ele não é linguístico, mesmo que a língua seja necessária para sua concepção. Sob essa ótica, nota-se que o conceito é, de fato, um elemento dessemelhante à entidade linguística, uma vez que esta pertence claramente à Linguística. Esse posicionamento pode ser confirmado pelas anotações dos alunos do terceiro curso, indicadas por Engler:

Dégallier: Os diferentes conceitos (amar, ver, casa), se os separamos de um signo representativo, são conceitos que, considerados por si só, não são mais linguísticos. O conceito deve ser apenas o valor de uma imagem acústica.

Constantin: Deve-se dizer a mesma coisa do lado espiritual do signo linguístico. Se tomarmos por si mesmos os diferentes conceitos, separados de seus representantes, <de um signo representativo,> eles são um conjunto de objetos psicológicos: <amar, ver, casa>. Na ordem psicológica, pode-se dizer que é uma unidade complexa. O conceito deve ser apenas o valor de uma imagem <acústica> para fazer parte da ordem linguística. (ENGLER, 1968, p. 232, tradução nossa)¹²

Esses fragmentos das anotações dos alunos confirmam o fato de que, desvinculado da imagem acústica, o conceito deixa de ser um elemento linguístico para ser um objeto da Psicologia. Além disso, no trecho registrado por Constantin há a afirmação de que “o conceito deve ser apenas o valor da imagem acústica para fazer parte da ordem linguística”. Tal fato nos leva a ressaltar um pequeno trecho do último fragmento citado das “Notas para o curso III”, em que é ressaltado o papel do valor como elemento que relaciona os elementos que o compõem:

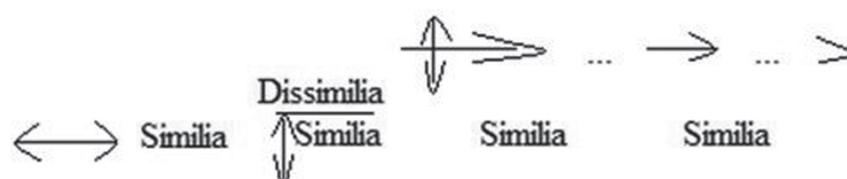
Tomando a coisa trocável ^{de fato} ~~X os termos adjacentes ao val~~ de outro os termos co-sistemáticos, que não oferecem nenhum parentesco. É próprio do valor colocar em relação essas duas coisas. Ele as coloca em relação de uma maneira ^{que é até} ~~tal que se pode desafiar, que se pode dizer desesperadora perigosa para o~~

¹² No original: «**Dégallier:** Les différents concepts (aimer, voir, maison), si on les détache d’un signe représentatif, ce sont des concepts qui, considérés pour eux-mêmes, ne sont plus linguistiques. Il faut que le concept ne soit que la valeur d’une image acoustique.

Constantin: Il faut dire la même chose de la face spirituelle du signe linguistique. Si l’on prend pour eux-mêmes les différents concepts en les détachant de leur représentant, <d’un signe représentatif,> c’est une suite d’objets psychologiques: <aimer, voir, maison>. Dans l’ordre psychologique, on pourra dire que c’est une unité complexe».

Il faut que le concept ne soit que la valeur d’une image <acoustique> pour faire partie de l’ordre linguistique».

espírito pela impossibilidade de investigar se essas duas faces do valor diferem por elas, visto ^{em que}, a única coisa indiscutível ~~certa~~^{evidente} é que o valor se encontra nesses dois eixos, é determinado segundo esses dois eixos concorrentes:



(SAUSSURE, 1910-1911, f. 27)

Saussure afirma que, tomada separadamente, a coisa trocável, ou seja, o conceito, não apresenta nenhum parentesco com os termos co-sistemáticos; isso porque, como já evidenciamos, estes consistem em componentes linguísticos, enquanto que o conceito pertence à Psicologia. No entanto, por meio do valor, esses dois elementos passam a se relacionar, de uma maneira que é caracterizada por Saussure como desesperadora, mas que não é explicitada.

Dessa forma, é válido memorar que o conceito só é linguístico quando se torna a contraparte da imagem acústica, e que a união desses dois elementos (conceito e imagem acústica) forma o signo linguístico, isto é, cada um dos termos co-sistemáticos. Assim, mesmo que Saussure não explicita o modo como o valor relaciona as entidades linguísticas aos conceitos, consideramos pertinente a hipótese de que essa relação se dá por meio da união arbitrária entre os significantes e os significados. Essa suposição pode ser reafirmada pelo fato de Saussure indicar, nesse mesmo fragmento do manuscrito, que o valor é determinado por dois eixos concorrentes: um horizontal e um vertical.

Logo, ao tomarmos mais uma vez como base o texto do CLG, vemos que a relação vertical existente no interior do signo, ou seja, entre significante e significado, consiste em uma relação arbitrária, que é dependente das relações de valor entre os termos do sistema. Dito de outro modo,

[...] a ideia de valor [...] nos mostra que é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de um certo som com um certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte; seria acreditar que é possível começar pelos termos e construir o sistema fazendo a soma deles, quando, pelo contrário, cumpre partir da totalidade solidária para obter, por análise, os elementos que encerra. (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 160)

Assim, fica evidente que é o valor, enquanto o conjunto de relações horizontais entre os termos do sistema, que estabelece a relação vertical entre a imagem acústica e o conceito, fazendo com que este se torne, por conseguinte, um elemento da língua. Uma vez determinado como linguístico, o conceito, que *a priori* consistia em um elemento dessemelhante às entidades do sistema, passa a se assemelhar a elas, justamente por ambos estarem inseridos no âmbito da Linguística.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho consistiu em investigar a trajetória de elaboração da “Teoria do Valor” no conjunto de manuscritos “Notas para o curso III”. Para tanto, foi primeiramente necessário que delimitássemos como objeto específico de nossa análise o capítulo intitulado “Valor linguístico”, que destina-se a tratar, como é indicado pelo próprio nome, do princípio do valor.

Uma vez efetuada, a análise da trajetória de elaboração da “Teoria do Valor” nas “Notas para o curso III” mostrou que, no documento em questão, Saussure estabelece uma busca não apenas pela caracterização da noção de valor, mas também por uma definição da noção sistema. Essa definição parece estar diretamente vinculada ao princípio do valor linguístico, e que se fundamenta pela aproximação do sistema a uma “série justaposta de grandezas oponíveis”. Desse modo, é notável a existência de um vínculo entre o processo de elaboração da Teoria do Valor e o movimento de construção da noção saussuriana de sistema. Esse vínculo, por sua vez, só pode ser efetivado pela noção de relação, a qual, segundo o que é exposto no conjunto de manuscritos, só existe devido ao valor, e pode ser notada no laço existente entre o sistema e o caráter trocável dos termos que o compõem.

REFERÊNCIAS

- DE MAURO. Notes. In: SAUSSURE, F. *Cours de Linguistique Générale* – Édition critique préparé par Tulio de Mauro. Paris: Payot, 1967. p. 406-495.
- ENGLER, R. Notes. In: SAUSSURE, F. *Cours de Linguistique Générale*. Édition critique par Rudolf Engler (Tome 1). Wiesbaden: Harrassowitz, 1968.
- GAMBARARA, D. Un texte original: Présentation des textes de F. de Saussure. *Cahiers Ferdinand de Saussure*, Genève, v. 58, n. 58, p. 29-42, 2005.
- GODEL, R. Inventaire des manuscrites de F. de Saussure remis a la Bibliothèque Publique et Universitaire de Genève. *Cahiers Ferdinand de Saussure*, Genève, v. 17, n. 17, p. 5-11, 1960.
- _____. *Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale de F. de Saussure*. 2^e tirage. Genève: Librairie Droz, 1969 [1957].
- KOMATSU, E.; HARRIS, R. Troisième Cours de Linguistique Générale (1910-1911): d’après les cahiers d’Emile Constantin. In: SAUSSURE, F. *Troisième Cours de Linguistique Générale (1910-1911): d’après les cahiers d’Emile Constantin / Saussure’s third course of lectures on general linguistics (1910-1911): from the notebooks of Emile Constantin*. French text edited by Eisuke Komatsu e English text edited by Roy Harris. Pergamon Press, 1993.
- MEJÍA, C. Sous les signe de doute – Présentation des textes de E. Constantin. *Cahier Ferdinand de Saussure*, Genève, v. 58, p. 43-67, 2005. (Publicado por Cercle Ferdinand de Saussure. Librairie Droz S.A)
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. Trad. de A. Chelini; J. P. Paes e I. Blikstein. 27^a Ed. São Paulo: Cultrix, 2006. *Cours de linguistique general*. Charles Bally e Albert Sechehaye (org.), com a colaboração de Albert Riedlinger, [1916].
- _____. *Cours de Linguistique Générale*. Édition critique préparé par Tulio de Mauro. Paris: Payot, 1967 [1916].
- _____. *Cours de Linguistique Générale*. Édition critique par Rudolf Engler (Tome 1). Wiesbaden: Harrassowitz, 1968.

_____. *Curso de linguística geral*. Tradução de A. Chelini; J. P. Paes e I. Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006. *Cours de linguistique general*. Charles Bally e Albert Sechehaye (orgs.), com a colaboração de Albert Riedlinger, [1916].

_____. *Troisième Cours de Linguistique Générale (1910-1911): d'après les cahiers d'Emile Constantin / Saussure's third course of lectures on general linguistics (1910-1911): from the notebooks of Emile Constantin*. French text edited by Eisuke Komatsu e English text edited by Roy Harris. Pergamon Press, 1993.

_____. Notes pour le cour III. In: *Papiers Ferdinand de Saussure, 3951*. Bibliothèque de Genève, 1910-1911. 56 f.

SILVEIRA, E. M. *As marcas do movimento de Saussure na fundação da Linguística*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

TESTENOIRE, Y. P. Genèse d'un principe saussurien: la linéarité. *Revue Recto-verso*. n. 6, p. 1-14, 2010. Disponível em: <<http://www.revuerectoverso.com>>. Acesso em: 8 jul. 2013.

O ensino do léxico na Educação de Jovens e Adultos (EJA): análise do livro didático do 8º ano da coleção *Tempo de Aprender*

(Teaching vocabulary on Youth and Adults Education:
analysis of textbook 8th grade of the collection *Tempo de Aprender*)

Juliane Pereira Marques de Freitas¹, Maria Cristina Parreira da Silva²

^{1,2} Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/Ibilce)

julianepmf@yahoo.com.br; cristinaparreira@sjrp.unesp.br

Abstract: This article intends to identify and analyze, through studies of the textbook of the 8th grade of the collection *Tempo de Aprender* how the lexical units are worked on Portuguese classes in the Youth and Adults Education.

Keywords: teaching vocabulary; Youth and Adults Education; textbook.

Resumo: Este trabalho objetiva verificar e analisar, por meio de estudos do livro didático do 8º ano da coleção *Tempo de Aprender*, como são trabalhadas as unidades lexicais nas aulas de Língua Portuguesa na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Palavras-chave: Ensino do léxico; Educação de Jovens e Adultos; material didático.

Introdução

Este artigo propõe investigar o ensino do léxico no livro didático (LD) de Língua Portuguesa do 8º ano da Educação de Jovens e Adultos (EJA). É importante ressaltar que esse material foi escolhido para ser analisado, visto que integra uma coleção avaliada, aprovada pelo PNLD-EJA 2011 e distribuída pelo Governo Federal às escolas que oferecem a EJA. Pretende-se, mais especificamente, analisar como as unidades lexicais são trabalhadas pelo material didático a fim de desenvolver a competência lexical do educando. Vale ressaltar que intentamos explorar se são ensinadas as diversas unidades lexicais (ULs) que compõem o léxico, ou seja, as unidades lexicais simples, compostas e complexas (expressões idiomáticas, provérbios, por exemplo).

Considerando a pouca ou nenhuma formação que os professores da Educação de Jovens e Adultos têm em relação ao ensino do léxico na sala de aula, é de extrema importância que o livro didático, como instrumento de apoio do professor, explore o ensino do léxico de Língua Portuguesa nas salas de aula da EJA, principalmente no que diz respeito ao trabalho com o item lexical.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar o tratamento dado ao ensino do léxico no livro didático do 8º ano da *Coleção Tempo de Aprender* (2009), de autoria de Cícero de Oliveira Silva, Elizabeth Gavioli de Oliveira Silva e Greta Nascimento Marchetti, a fim de desenvolver a competência lexical do educando da EJA. Nossa análise consiste, portanto, em verificar no livro didático supracitado a metodologia usada no trato com os conteúdos lexicais. Além disso, acreditando na importância que o dicionário assume no ensino do léxico, buscamos também verificar nesse LD como se dá o tratamento do

dicionário nesse material didático e em que medida seu uso contribui para o ensino do vocabulário e para o desenvolvimento da competência lexical dos estudantes/consultantes da EJA.

Proposta Curricular da EJA e o Ensino do léxico

Conhecer uma UL requer mais que saber o seu significado, na verdade esse conhecimento consiste em armazenar na memória todas as informações e características contidas nela, sendo estas de ordem fonológicas, morfossintáticas, semânticas, pragmáticas. Para ser competente no uso de determinada UL, é preciso saber em qual situação usá-la, com quais outros itens lexicais pode ser utilizada, com quais interlocutores pode-se utilizá-la. Essa reflexão é importante para que o falante seja proficiente em sua língua.

Ensinar uma língua, para Antunes (2009), deve ter como objetivo o desenvolvimento da competência comunicativa dos estudantes a fim de atuar com eficácia nas diversas situações de comunicação com as quais se deparam. Um educando deve, por exemplo, saber qual variante linguística e quais ULs utilizar para escrever uma carta a um amigo ou uma carta a seu chefe. Assim, o objetivo maior do ensino da língua materna é a formação de usuários competentes na língua, que apresentem a proficiência linguística em seus aspectos fonológicos, morfossintáticos, lexicais e semânticos, sendo capazes de compreender e produzir, em variadas situações de comunicação, textos orais ou escritos. Com isso, a capacidade de o educando reagir positivamente diante dessas circunstâncias também significa a capacidade de lançar mão de itens lexicais apropriados. Dessa forma, acreditamos que seja importante e necessário o trabalho com o léxico em língua materna.

Nesse sentido, o documento oficial Proposta Curricular da EJA – 2º segmento ressalta que “o curso de Língua Portuguesa deve privilegiar questões mais pertinentes ou essenciais da linguagem, fundamentais para o bom desempenho do aluno principalmente nas práticas de leitura e produção de textos” (BRASIL, 2002, p. 68). Pela experiência e pelo que conhecemos do documento, o trabalho em relação às ULs ainda tem sido norteado apenas pelo caráter prescritivo e normativo nas aulas de Língua Portuguesa.

Tal posicionamento a respeito da língua tem sido recorrente há vários anos e se reflete no ensino de português, como demonstra a análise feita por Antunes (2010, p. 32-33) com relação ao ensino de gramática nas escolas:

Uma gramática inflexível, petrificada, de uma língua supostamente uniforme e inalterável, irremediavelmente “fixada” num conjunto de regras que, conforme constam nos manuais, devem manter-se a todo custo imutáveis (apesar dos muitos usos em contrário), como se o processo de mudança das línguas fosse apenas um fato do passado, algo que já aconteceu e não acontece mais. Por esta via de percepção, a “consulta” que se faz é sempre, e apenas, a um compêndio de gramática (nem sempre consistentemente atualizado), sem, de alguma maneira, considerar o que, na verdade, é fato, ou seja, sem considerar o que faz parte dos usos reais que os grupos mais escolarizados de falantes e escritores da atualidade adotam.

A constatação feita por Antunes (2010) reflete bem a visão de que, infelizmente, muitos professores da EJA têm a língua como entidade uniforme e inalterável, que só está presente em sua “forma perfeita” nos manuais, que é deturpada a todo o momento

pelos falantes, principalmente na oralidade. Esse discurso já vem entranhado em muitos educandos jovens, adultos ou idosos que sustentam mitos linguísticos, como “português é muito difícil”, “a língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente” ou ainda “as pessoas sem instrução falam tudo errado”, como afirma Bagno (2004).

Em um trabalho sobre ensino interativo, Silva (2012) também aponta a questão de a escola, com o desejo de ensinar a língua padrão, esquecer-se de considerar todos os conhecimentos prévios e experiências de vida que os alunos já possuem. A autora ainda enfatiza a importância de o ensino de língua materna estabelecer uma ação interativa, propiciando aos falantes que ajam na sociedade a partir da linguagem, ou seja, fazendo com que estes sejam capazes de se constituírem nesse espaço social.

Diante dessa situação, acreditamos que, a partir da atenção especial ao ensino do léxico na sala de aula, o estudante internalizaria que não existe certo ou errado, e sim adequado e inadequado. Além disso, trabalhando as ULs de forma apropriada, o educando será capaz de selecioná-las de forma pertinente para cada situação de comunicação.

Compreendemos, então, que as atividades relacionadas ao ensino do léxico devem contemplar essas necessidades, ou seja, fazer com que o educando desenvolva sua competência lexical e seja ativo em seu processo de aprendizado, que ele reflita sobre a língua e busque a autonomia.

Outro ponto interessante levantado pela Proposta Curricular da EJA diz respeito à importância do “desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizem suas experiências e seus conhecimentos prévios e considerem o vínculo entre educação, trabalho e práticas sociais e culturais” (BRASIL, 2002, p. 60). Assim, cabe ao professor, por meio de exercícios adequados, intentar o diálogo entre os “saberes da escola” e os “saberes da vida”, uma vez que esses sujeitos possuem uma vasta experiência de vida. Silva *et al.* (2004) corroboram essa pressuposição e afirmam que é preciso considerar o educando da EJA como um sujeito que dispõe de algumas ferramentas culturais as quais garantem sua inserção em diferentes práticas sociais. Esses educandos jovens, adultos e idosos que ficaram ou ainda estão à margem da sociedade, muitas vezes, por falta de estudo, precisam e buscam se inserir nessa sociedade a fim de exercer plenamente seus direitos e deveres de cidadãos. E uma das maneiras de alcançar esse objetivo é por meio do ensino adequado do léxico, pois é através deste que esses educandos desenvolverão sua competência lexical; utilizando de maneira apropriada as variadas ULs existentes na língua para a compreensão e interpretação dos diferentes gêneros textuais com os quais se deparam.

Léxico, vocabulário e dicionário

Determinar a extensão ou os limites do léxico de uma língua natural não é uma tarefa fácil, uma vez que se trata de um sistema complexo, não podendo ser entendido apenas como “sinônimo” de vocabulário. Outras características se fazem necessárias para que possamos atribuir um significado mais apropriado a esse termo; sendo assim, o léxico é uma estrutura linguística pouco sistematizada que depende da realidade extralinguística, que preserva a história, identifica e unifica uma comunidade; é um conjunto lexical dinâmico e representativo de uma comunidade, admitindo novos elementos e descartando unidades em desuso; é o tesouro vocabulário de uma língua. Além disso, o léxico não

pode ser captado na sua totalidade nem materialmente nem teoricamente, uma vez que não é estático (cf. BIDERMAN, 2001).

Para Biderman (2001, p. 179), o léxico se constitui a partir da experiência humana em sociedade:

O léxico de qualquer língua constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrange todo o universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo de sua cultura através das idades.

Antunes (2007) concorda com Biderman (2001) ao afirmar que o léxico é mais do que “um conjunto relativamente extenso de palavras, à disposição dos falantes, as quais constituem as unidades de base com que construímos o sentido de nossos enunciados” (ANTUNES, 2007, p. 42). Para a autora, o léxico é, então, “mais do que um repertório de unidades. É um depositário dos recortes com que cada comunidade vê o mundo, as coisas que a cercam, o sentido de tudo” (ANTUNES, 2007, p. 42).

Tendo sido apresentada a delimitação do significado do termo ‘léxico’, faz-se necessária sua distinção com relação ao termo ‘vocabulário’ em Lexicologia. Genouvrier e Peytard (1974) definem léxico de modo mais simples e mais geral se comparada à definição de Biderman (2001). Para os autores, léxico é “o conjunto de todas as palavras que, num momento dado, estão à disposição do locutor” e vocabulário “o conjunto das palavras efetivamente empregadas pelo locutor num ato de fala preciso” (GENOUVRIER; PEYTARD, 1974, p. 279). Genouvrier e Peytard (1974) ainda salientam que vocabulário e léxico são indissociáveis, sendo o vocabulário sempre uma parte do léxico.

A partir dessas definições, podemos dizer que o vocabulário é mais acessível, uma vez que é formado por palavras que são realmente utilizadas em textos (orais ou escritos), já o léxico é mais complexo por ser um conjunto aberto e que está sempre em expansão.

Sabemos que os livros didáticos operam, sobretudo, com a noção de estudo do vocabulário, no entanto o que vale ressaltar é que o trabalho na sala de aula deve ir além desse ensino, que é restrito, e valorizar práticas que levem o estudante a desenvolver as competências quanto ao uso de mecanismos de utilização do léxico. Um ensino centrado no léxico torna-se importante para que o aprendizado se dê de forma ampla.

Para se explorar uma UL em sala de aula, o dicionário torna-se um instrumento didático necessário e importante em razão das numerosas informações que oferece ao consulente. Vale ressaltar que a UL deve ser trabalhada de maneira contextualizada e sistemática. Com a compreensão das significações de determinada UL, o educando estará apto para compreender melhor o texto no qual essa unidade está inserida e ainda, com o auxílio do professor, conseguirá perceber outros sentidos que a mesma UL assume em outros contextos. É no dicionário que o educando encontrará informações sobre o léxico, seus usos e sentidos, bem como informações fonológicas, morfológicas e sintáticas. Além disso, uma obra lexicográfica contribui para o desenvolvimento da competência de leitura e de produção de texto nos diferentes níveis que essas atividades comportam.

Nesse contexto, o dicionário apresenta grande importância, pois auxilia o educando a desenvolver e ampliar sua competência lexical e conseqüentemente sua competência comunicativa. Esse apoio é basilar, uma vez que o discente jovem, adulto ou idoso

“retorna” à escola com um desempenho lexical limitado. Essa limitação está relacionada, muitas vezes, ao entorno social e cultural em que vive o aluno e à falta de estratégias que permita a ampliação do seu conhecimento lexical.

Apesar da importância que o dicionário assume nas aulas de Língua Portuguesa, é sabido que o uso desse instrumento é limitado e pouco explorado pelo professor. Pesquisas como de Krieger (2004, 2005) apontam que a pouca ou nenhuma utilização do dicionário em sala de aula se deve pelo fato de a lexicografia teórica e prática ainda ser pouco estudada e como consequência disso a insegurança de muitos professores em escolher uma obra lexicográfica para trabalhar em sala de aula.

Para Biderman (2001, p. 05), “um dicionário é um repositório da riqueza vocabular de uma língua. Ele contém muita informação sobre o conhecimento que se tem do mundo através das palavras que são, de fato, etiquetas que registram esse conhecimento”. Silva (2007, p. 284) aponta que “o dicionário é uma obra que representa a língua e a cultura de uma coletividade, em um certo período, concebido com objetivos determinados”.

O livro didático na EJA

A criação de livros didáticos de qualidade para o público jovem, adulto e idoso, principalmente para o segundo segmento, ainda é escassa, o que impulsiona educadores a buscarem outros materiais como atividades destinadas a crianças e adolescentes, textos de revistas, de livros literários, dentre outros. Diante dessas alternativas, poucas são as que consideram as particularidades do público da EJA, exigindo do docente um grande esforço na adaptação e na transposição dessas atividades para o estudante jovem, adulto e idoso.

Para sanar um pouco essa dificuldade, o Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) passou a contemplar a Educação de Jovens e Adultos em 2007 com a criação do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), que objetivava atender aos alfabetizandos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA). Em 2009 e 2010, esse Programa passou a incorporar também os educandos de turmas regulares de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos das redes públicas de ensino. Em 2010, o PNLA foi incorporado a um programa mais amplo intitulado Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA), tendo como objetivo distribuir obras didáticas para todas as escolas públicas e entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado com turmas do 1º ao 9º ano do ensino fundamental de jovens e adultos. No entanto, o que se verifica é que esses LDs não foram adotados em todas as instituições de ensino.

Metodologia

Levando em consideração que a problemática dessa proposta se dá na análise de exercícios voltados para o ensino do léxico do livro do 8º ano, podemos concluir que este trabalho se constitui como uma análise documental, entendido aqui como uma vertente qualitativa, visando a investigar o objeto em sua complexidade e historicidade. Segundo André e Lüdke (1986), a análise documental se constitui como “uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (p. 38)

Nessa perspectiva, pode-se considerar como documento qualquer material escrito que possa ser usado como fonte de informação. “Estes incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros e arquivos escolares” (ANDRÉ; LÜDKE, 1986, p. 38). Sendo assim, o livro didático de Língua Portuguesa pode ser considerado um documento e a fonte das informações para este trabalho.

Descrição do corpus

A Coleção *Tempo de Aprender* de Língua Portuguesa foi elaborada pelos autores Cícero de Oliveira Silva, Elizabeth Gavioli de Oliveira Silva, e Greta Nascimento Marchetti. É destinada a alunos dos últimos anos do Ensino Fundamental (6º, 7º, 8º e 9º ano) da modalidade EJA e faz parte das coleções indicadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), para distribuição gratuita às escolas brasileiras de ensino público. Interessante notar que apenas duas coleções para o segundo segmento da EJA foram indicadas pelo MEC, a Coleção *Viver, Aprender* e a Coleção *Tempo de Aprender*, sendo esta a escolhida pelas escolas públicas. Vale ressaltar que, neste artigo, analisaremos o livro do 8º ano dessa coleção.

Verificamos que nesse livro os capítulos sempre partem de uma análise da realidade dos educandos para culminar na construção e organização do conhecimento de maneira dinâmica e interdisciplinar. Embora cada componente curricular se apresente separadamente na coleção, a condução interdisciplinar das discussões é evidente em todos os volumes e em cada área do conhecimento, uma vez que os eixos temáticos são os mesmos.

Em relação à área de conhecimento Língua Portuguesa, os autores abordam que o objetivo maior do trabalho com língua é o desenvolvimento da capacidade linguística dos alunos. Além disso, o trabalho dos autores está fundamentado em dois pilares conceituais: no letramento, uma vez que os educandos devem ser capazes de interagir e agir de maneira competente nas diversas esferas sociais e respectivas situações comunicativas, e na teoria dos gêneros do discurso, sendo a língua materializada por meio dos discursos e estes construídos por meio de gêneros textuais.

Acreditamos que essas duas concepções são fundamentais para o ensino da língua materna a fim de formar leitores e produtores de texto que ajam de maneira crítica na sociedade em que vivem. No entanto, há uma lacuna no que diz respeito ao ensino do léxico. Para que um estudante leia e escreva de maneira competente a fim de atingir os objetivos de determinada situação comunicativa, é necessário que saiba quais itens lexicais pode utilizar em determinado gênero textual.

Assim, não foi encontrada nenhuma seção no Manual do Educador do 8º ano que seja destinada à importância do ensino do léxico na sala de aula. Além disso, não há uma orientação para o professor no que diz respeito ao trabalho com as ULs, com a finalidade de desenvolver a competência lexical do educando.

Para uma visualização melhor da organização desse livro, encontra-se a seguir um quadro com os capítulos trabalhados no livro em análise.

Quadro 1. Estrutura do livro do 8º ano da Coleção Tempo de Aprender

ANO	EIXO TEMÁTICO	CAPÍTULOS
Oitavo ano	Unidade I – Cidadania e Cultura Unidade II – Cultura de Paz	Capítulo 1 – Remexendo o baú da cultura Capítulo 2 – Lentes culturais e cidadãs Capítulo 3 – Quem sabe faz a hora... Capítulo 4 – Palavras com poder de paz

Cada capítulo é dividido em seções que são intituladas: *Pra começo de conversa, Desvendando o tema, Aprofundando o tema, Ampliando o tema, Sua vez, Você sabia?, Momento lúdico, E eu com isso, Revelando o que aprendeu, Um olhar para a língua, Olhe a escrita, Tramando textos e idéias, Trocando idéias, e Vamos compartilhar?*. As seções *Desvendando o tema, Aprofundando o tema, Ampliando o tema* apresentam momentos de leitura, visando a analisar o tema, problematizá-lo, confrontá-lo com dados da realidade. Essas seções podem conter mais de um texto e ainda as subseções intituladas “Antes de ler”, que propõem atividades de leitura prévia e levantamento de hipóteses, e “Por dentro do texto”, que consiste nas atividades de análise dos textos selecionados.

Análise do corpus

Percebemos na análise que as atividades destinadas ao ensino do léxico são encontradas principalmente nas seções *Pra começo de conversa, Por dentro do texto, e Um olhar para a língua*.

É interessante notar que a atividade mais encontrada no livro foi a de “Descobrir o significado de itens lexicais” por meio do contexto, o que permite ao educando inferir o significado de determinada lexia por meio do contexto.

Podemos verificar esse tipo de atividade na figura a seguir, em que é solicitado o significado da lexia “cúmplice” presente no cartaz. Dessa maneira, o educando pode fornecer o sentido desse item lexical por meio do contexto no qual está inserido ou buscar o significado desse item no dicionário. Nesse caso, torna-se imprescindível a presença do professor para nortear o educando nessa tarefa.

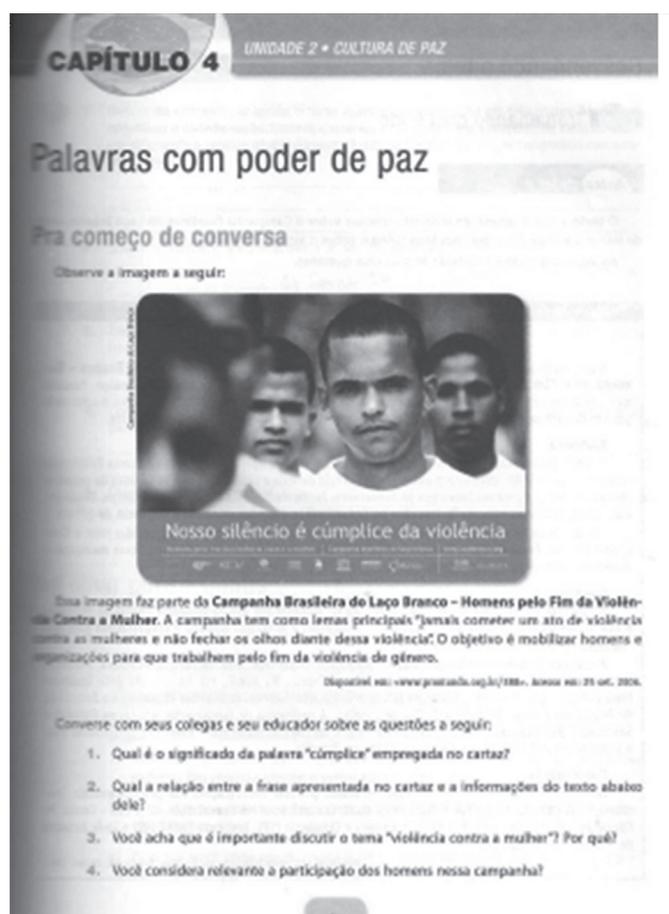


Figura 1. Coleção Tempo de Aprender, 8º ano, p. 65

Uma análise interessante que fizemos foi relacionada à presença de glossários nos livros. Verificamos que no livro do 8º ano não há glossários abaixo dos textos, o que permite ao educando inferir, a partir do contexto, o significado do item lexical que ainda não compreende. Ou, ainda, permite ao aluno procurar em dicionários o significado desse item, fazendo com que desenvolva sua competência lexical.

Vale ressaltar que muitos materiais didáticos utilizam como estratégia de ampliação de vocabulário o uso de glossários. Normalmente, após um texto, é colocado um pequeno quadro com um glossário para os itens lexicais menos usuais.

Acreditamos que o uso exagerado de glossários em livros didáticos faz com que o educando perca uma excelente oportunidade de fomentar o desenvolvimento da competência lexical. Tal procedimento não conduz o aluno à reflexão sobre aquela ocorrência, mas, tão somente, dá o significado da palavra ao estudante, que, por sua vez, não se preocupa em conhecê-la profundamente, mas se dá por satisfeito em ter sua curiosidade sanada. Sem dúvida, se a mesma palavra ocorrer em um texto no mês seguinte, ele precisará de outro glossário e esse processo se dará por muitas vezes ainda, até que o aluno conheça mais amplamente a palavra.

O livro do 8º ano apresenta um único glossário no final do material, como podemos verificar na figura abaixo.

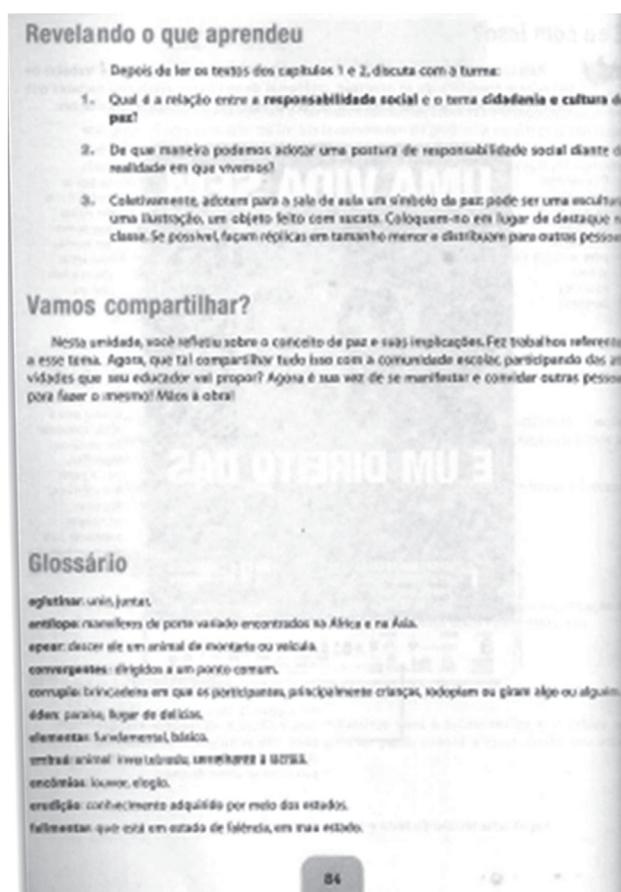


Figura 2. Coleção Tempo de Aprender, 8º ano, p. 84

Encontramos também nesse material algumas atividades que propõem ao educando utilizar o dicionário a fim de depreender o significado, por exemplo, das lexias “retri-reiro” e “plantel”, supostamente desconhecidas pelo educando. Podemos verificar isso na figura a seguir. No entanto, a nosso ver, faltaram atividades que explicitassem ao aluno as características do dicionário e como utilizá-lo adequadamente.

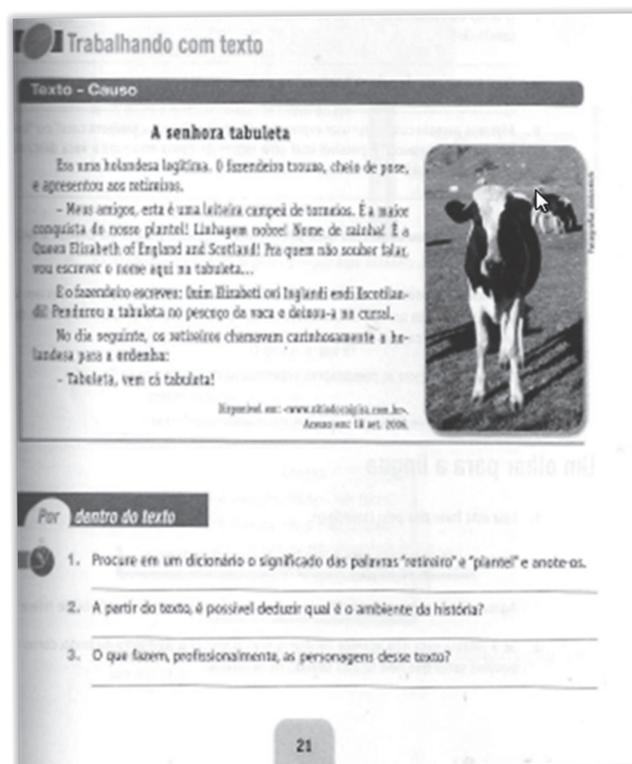


Figura 3. Coleção Tempo de Aprender, 8º ano, p. 21

Há também atividades que solicitam o uso do dicionário para estudar a variedade linguística, como o exemplo a seguir, o que consideramos interessante, uma vez que a atividade foge um pouco do comum, ou seja, estamos acostumados a encontrar exercícios que solicitam ao aluno procurar um item lexical no dicionário a fim de encontrar seu significado.

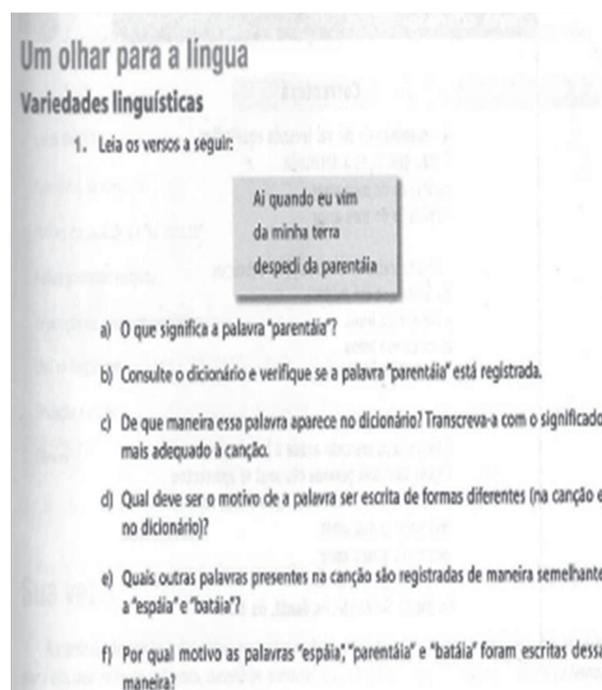


Figura 4. Coleção Tempo de Aprender, 8º ano, p. 33

Considerações finais

Considerando que o objetivo deste artigo é analisar exercícios relacionados ao ensino do léxico na EJA, constatamos que o livro didático analisado apresenta atividades muito interessantes em relação ao ensino do léxico, como a compreensão de determinada unidade lexical a partir do contexto, o que faz com que o educando seja ativo em seu processo de aprendizado.

Outro ponto que merece destaque é a questão do uso do dicionário, uma vez que há poucas atividades destinadas ao uso da obra lexicográfica. Constatamos que tal material serve de apoio para o professor, não sendo suficiente para o ensino eficaz e eficiente do léxico. Fica na responsabilidade do professor conduzir o processo de ensino/aprendizagem do educando. Mais uma vez a capacitação a esses profissionais é necessária e emergencial.

É interessante destacar a trajetória do livro didático na EJA, uma vez que, no início, não havia sequer material didático para distribuir aos alunos. Ao longo dos anos, vários materiais foram adotados, inclusive distribuídos pelo Governo Federal, no entanto, com qualidade questionável. Atualmente, contamos com o Programa PNLD-EJA, que analisa a adequação dos livros didáticos para, posteriormente, distribuí-los às escolas que possuem a EJA. Acreditamos que somente através da formação acadêmica e da capacitação continuada de professores será possível atingir níveis desejados de qualidade em ensino público.

REFERÊNCIAS

- ALVES, I. M. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo, Ática, 2004. (Série Princípios).
- ANDRÉ, M. E. D. A.; LÜDKE, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.
- ANTUNES, I. *Aula de Português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola, 2010.
- _____. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola, 2009.
- _____. *Muito além da gramática*. Por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAGNO, M. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. 28. ed. São Paulo: Loyola, 2004
- BALLY, C. *Traité de stylistique française*, t. I, (p. 64-68). Heidelberg Carl Winters Universitat-buchhandlung, 1921.
- BEZERRA, M. A. Leitura e escrita: condições para aquisição de vocabulário. In: *Intercâmbio*. PUC-SP; 1999; VIII; 169; 178; Português; 1413-4055. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/4034>>. Acesso em: 25 set. 2011.
- _____. *Condições para aquisição de vocabulário*. In: INTERCÂMBIO DE PESQUISAS EM LINGÜÍSTICA APLICADA, 8., 1998, São Paulo. *Caderno de Resumos*. São Paulo: PUC-SP, 1998. v. 1. p. 81-82. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/viewFile/4034/2681>>. Acesso em: 17 dez. 2010.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria linguística*. São Paulo: Martins Fonte, 2001.
- _____. *Dicionário didático de português*. São Paulo: Ática, 2001.

- _____. Glossário. *Alfa*, São Paulo, n. 28 (supl.), p. 135-144, 1984.
- BORBA, F. S. *Organização de dicionário: uma introdução à lexicografia*. São Paulo; Editora Unesp, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Guia de livros didáticos: PNLD 2011: EJA / Ministério da Educação. – Brasília: MEC; Secad, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª série: introdução / Secretaria de Educação Fundamental, 2002. 256 p.: il.: v. 2
- DUBOIS, J. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- EJA 6º ao 9º ano. 2a. ed. São Paulo: Ibec, 2009. (Coleção Tempo de Aprender).
- FERRAZ, A. P. Neologismos no português brasileiro contemporâneo: aplicação ao ensino de português para estrangeiros. In: *Colóquio Diálogos com a Lusofonia*, 2008, Varsóvia. Akta Konferencji. Varsóvia: Instytut Studiów Iberyjskich i Iberoamerykańskich Uniwersytetu Warszawskiego, 2008. p. 114-132.
- GENOUVRIER, E.; PEYTARD, J. *Lingüística e ensino de português*. Tradução de Rodolfo Ilari. Coimbra: Almedina, s.d.
- ILARI, R. *A linguística e o ensino da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- KRIEGER, M. da G. Dicionário para o ensino de língua materna: princípios e critérios de escolha. *Revista Língua e Literatura*, v. 6-7. p. 101-112, 2004/2005.
- PARREIRA, M. C. *Estudo comparativo dos substantivos mais frequentes em dicionários bilíngues francês-português e português-francês*. 2002. 266 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002.
- REY, A. *La lexicologie: lectures*. Paris: Klincksieck, 1970.
- REY-DEBOVE, J. Léxico e dicionário. Tradução de Clóvis Barleta de Moraes. *Alfa*, São Paulo, v. 28, supl., p. 45-69, 1984b. Original francês.
- _____. Le domaine Du dictionnaire. *Languages*, Paris; Didier-Larrousse, n. 19, p. 3-34, 1970. Tradução de Beatriz Facincani Camacho, Caire de Souza Martins e Mariana Santos de Araujo, alunas do curso de Tradutor do Ibilce-Unesp, 2004.
- SILVA, M. C. P. da; SCHINELO, R. de F. Ensino interativo de língua portuguesa: teoria, prática e aplicação. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.pucrio.br/14744/14744.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2013.
- TRÉVILLE, M-C.; DUQUETTE, L. *Enseigner le vocabulaire en classe de langue*. Paris: Hachette, 1996.
- VILELA, M. *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Almedina, 1994.

O uso da língua inglesa em contexto comercial no Português Europeu

(Use of English in commercial context of European Portuguese)

Natália Cristine Prado¹

¹Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr/Unesp-Araraquara)

natalia_cristine_prado@yahoo.com.br

Abstract: This research aims to observe trade names formed with elements of English in the context of European Portuguese. For this study, we collected a total of 446 trade names with English elements and 22 names stylized spelling (trade names that are not written in standard Portuguese orthography, but they are not English words) in Lisboa. Furthermore, the use of ‘s in the commercial context in European Portuguese was observed, and we could conclude that this phenomenon is less common than imagined.

Keywords: trade names formation; European Portuguese; English

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo observar os nomes comerciais formados com elementos do inglês em contexto de Português Europeu. Para esse trabalho, foi coletado um total de 446 nomes comerciais com elementos do inglês e 22 nomes com grafia estilizada (isto é, nomes que fogem ao padrão da ortografia da língua portuguesa, mas também não são ingleses), em Lisboa. Além disso, o uso do ‘s em contexto comercial no Português Europeu foi observado, de modo que se pode concluir que esse fenômeno é menos comum do que se imagina.

Palavras-chave: formação de nomes comerciais; Português Europeu; Língua Inglesa

Introdução

O léxico de todas as línguas se renova através de palavras criadas com elementos da própria língua ou através de empréstimos de outras línguas (ALVES, 1990). Com relação ao Português Europeu (doravante PE), no princípio os anglicismos vinham “diretamente da Inglaterra pela tutela política que esta exercia sobre Portugal” (CARVALHO, 2009, p. 27-28), são dessa época anglicismos como *bife*, *rosbife* e *lanche*. No entanto, atualmente, com o deslocamento do centro do poder político para os Estados Unidos da América (EUA), os anglicismos, tanto no Brasil quanto em Portugal, passaram a ter origem no Inglês Norte-Americano (doravante IA). Exemplos de vocábulos emprestados recentemente, já num momento de maior influência do IA, são palavras como *pen drive*, *skate* e *design* (CARVALHO, 2009, p. 28).

Carvalho (2009, p. 28) lembra que “alguns desses anglicismos vindos dos Estados Unidos, muitas vezes entram na norma brasileira sem que a norma portuguesa os adote. Isso porque a influência do ‘grande irmão do norte’ é muito maior no Brasil que em Portugal”. A autora cita como exemplo as palavras *gay*, *stand* e *stress*, que sempre foram usadas em Português Brasileiro, embora não tenham tido acolhida imediata em PE. No entanto, atualmente, essas palavras já estão sendo usadas no dia a dia dos portugueses.

A influência da variedade norte-americana da língua inglesa no português e em outras línguas no atual contexto histórico é uma das consequências do poderio econômico, político, militar e cultural que os Estados Unidos adquiriram após a Segunda Guerra

Mundial e, mais notadamente, com a queda do muro de Berlim em 1989 (RAJAGOPALAN, 2005). Para Trask (2004, p. 168), uma língua é considerada língua internacional quando é bastante usada com inúmeros fins, por indivíduos de diferentes países, especialmente por pessoas para as quais ela não é uma língua materna. Na atualidade, aponta o autor, “o inglês é indubitavelmente a língua internacional mais importante do mundo. O inglês é, por toda parte, a primeira língua em áreas como o comércio, a ciência, a tecnologia, as comunicações e a cultura popular” (TRASK, 2004, p. 168). Cada época tem uma língua internacional, por exemplo, nos séculos XVIII e XIX, muitas pessoas aprendiam a falar francês, pois esta era considerada a “língua internacional da diplomacia, das belas artes e alta cultura, e da sociedade polida em geral” (TRASK, 2004, p. 168). Nesse período, o francês também exerceu grande influência no português e em outras línguas. O autor (TRASK, 2004, p. 164) observa ainda que

[...] nas últimas décadas os sociolinguistas estão conscientes de que conferir uma identidade à pessoa como indivíduo e membro de um grupo é uma das mais importantes funções da língua. Considerar que a língua tem essa função de identificação é crucial para entender muitos tipos de comportamento social e linguístico.

Essas observações de Trask (2004) são bastante relevantes para os estudos sobre os anglicismos, afinal notamos que as palavras emprestadas de outras línguas trazem “uma suspeita de identidade alienígena, carregada de valores simbólicos relacionados aos falantes da língua que origina o empréstimo” (GARCEZ; ZILLES, 2004, p. 15). Os autores lembram que os valores associados a um empréstimo podem ser conflitantes (e não raro provocam reações negativas por parte de puristas e de falantes “comuns”) uma vez que “diferentes grupos em uma comunidade podem atribuir valores diversos às identidades ligadas aos falantes de outras línguas”¹ (GARCEZ; ZILLES, 2004, p. 15-16).

Para Trask (2004, p. 219), uma das grandes motivações para o empréstimo de uma palavra é o prestígio. Fiorin (2004, p. 120) reforça que “o uso de determinadas expressões estrangeiras conota ‘modernidade’, ‘requinte’ etc., conotações que as correspondentes vernáculas não possuem”. Atualmente é possível que grandes empresas possam expandir seu negócio, até então restrito ao seu mercado de atuação, para outros mercados, desse modo, várias indústrias, lojas e marcas importadas, sobretudo dos EUA, entraram nos mercados de diversos países. Isso explica porque em qualquer lugar do globo é possível comer no *McDonald's* ou comprar um tênis *Nike*. Como produtos importados podem ter um maior custo e acabam não sendo acessíveis a todos os consumidores, eles ficam restritos à parcela da população economicamente privilegiada, adquirindo, assim, um *status* sofisticado.

Desse modo, algumas pessoas, querendo associar a superioridade dos produtos importados (principalmente os “*made in USA*”) ao seu próprio negócio, usam para nomear um novo estabelecimento comercial ou um novo produto uma palavra emprestada de outra língua, normalmente, da língua inglesa. Dessa forma, existe uma grande quan-

¹ É bastante conhecido o estudo de Labov (2008) que observou que moradores da ilha de Martha's Vineyard começaram a intensificar o uso de uma variante local da pronúncia de determinadas palavras, considerada não padrão e estigmatizada, porque a variante padrão havia sido trazida por veranistas que exploravam economicamente a ilha. Foi a forma que os habitantes locais encontraram de marcar na fala sua identidade cultural, seu perfil de comunidade e de grupo separado.

tidade de nomes comerciais no Brasil, e em outros países, que são palavras estrangeiras. Como lembram Garcez e Zilles (2004, p. 22-23):

O apelo da máquina capitalista globalizante é forte demais para que a mídia da informação, do entretenimento e, principalmente, da publicidade possa ou queira deixar de explorar as associações semióticas entre a língua inglesa e o enorme repositório de recursos simbólicos, econômicos e sociais por ela mediados.

A temática discutida neste trabalho vincula-se diretamente com a questão da identidade linguística da língua portuguesa e com questões de identificação cultural, pois o estudo leva em consideração características extralinguísticas que motivam o uso de nomes comerciais estrangeiros em contexto comercial em Portugal. Portanto, em virtude desse cenário linguístico e cultural em Portugal, pretendemos, neste estudo, observar a formação de nomes comerciais com elementos do inglês no PE. Nesta pesquisa, escolhemos especificamente observar os nomes comerciais na região de Lisboa, esperando contribuir para os estudos da língua portuguesa em seus usos atuais, para a observação da formação do léxico do PE e para os estudos das adaptações morfológicas e fonológicas de anglicismos à língua portuguesa.

Procedimentos metodológicos e análise de dados

Em primeiro lugar, preocupamo-nos com a coleta dos dados que virão a ser descritos e analisados neste estudo, por isso a coleta dos dados do PE foi cuidadosamente realizada a partir de alguns *sites*. Realizamos a coleta dos nomes comerciais primeiramente no *site* Infoempresas,² que é um diretório de todas as empresas portuguesas, mas, como esse site se mostrou insuficiente para a busca de algumas categorias comerciais, também utilizamos os *sites* Restaurantes Lisboa,³ que tem uma lista dos principais restaurantes de Lisboa, Hotéis,⁴ que tem o cadastro dos principais hotéis da cidade e, por fim, as Páginas Amarelas,⁵ *site* que contém cadastro de nomes e telefones de inúmeros estabelecimentos comerciais e outras informações. A partir desses *sites*, consultamos 9.093 nomes comerciais, sendo que 446 deles tinham elementos do inglês, como vemos na Tabela 1.

Tabela 1. Total dos nomes comerciais com elementos do inglês no PE separados por tipo de categoria comercial

Total dos nomes com elementos do inglês no PE		
Categorias	nº de nomes coletados	% dos nomes coletados
Academias Desportivas	120	27%
Automóveis Peças e Serviços	9	2%
Cabeleireiros e Institutos de Beleza	81	18%
Informática – Equipamentos e Assistência	59	13%
Hotéis e Motéis	47	11%

² www.infoempresas.com.pt.

³ www.restauranteslisboa.net.

⁴ www.hoteis.pt.

⁵ www.pai.pt.

Lavanderias	3	0,8%
Móveis	1	0,2%
Padarias e Confeitarias	0	0%
Restaurantes e Bares	91	20%
Roupas	35	8%
Total	446	100%

Consideramos nomes com elementos do inglês qualquer nome comercial que fosse totalmente em inglês, como no caso da academia *Lofty Sport*, ou que misturasse elementos ingleses com palavras do português, como *Aplausos Studio's Hair*. Como podemos ver pela Tabela 1, consultamos nomes comerciais em dez setores do comércio: Academias Desportivas, Automóveis Peças e Serviços, Cabeleireiros e Institutos de Beleza, Informática – Equipamentos e Assistência, Hotéis e Motéis, Lavanderias, Móveis, Padarias e Confeitarias, Restaurantes e Bares e, por fim, Roupas, sendo que encontramos nomes comerciais com elementos do inglês em nove desses setores, ou seja, não encontramos nomes com elementos do inglês no setor Padarias. A maior parte desses nomes comerciais é ligada, respectivamente, ao setor de Academias Desportivas (27% dos nomes comerciais – o que corresponde a 120 nomes); de Restaurantes e Bares (20% dos nomes comerciais – o que corresponde a 91 nomes) e, finalmente, de Cabeleireiros e Institutos de Beleza (18% dos nomes comerciais – o que corresponde a 81 nomes comerciais). Nos quadros 1 e 2 encontram-se alguns exemplos de nomes comerciais coletados na pesquisa.

Quadro 1. Exemplos de nomes comerciais coletados

Academias Desportivas	Automóveis Peças e Serviços	Cabeleireiros e Institutos de Beleza	Informática – Equipamentos e Assistência	Hotéis e Motéis
All Fitting	Big Partner Serviços	About The Hair – Cabeleireiros	Autodesk Software	Hotel Holiday Inn Continental
Basket Pop 96	Fast Box – Comercio e Assistência de Pneus	Be New – Cabeleireiro	Birds Bridge	Lisbon City Hotel
Bodyteam	What a Moment – Comércio de Peças Auto	Cut And Color – Cabeleireiro, Unipessoal	Iberclick – Sistemas Informáticos e de Telecomunicações, Sociedade Unipessoal	My Rainbow Rooms Gay Bed & Breakfast

Quadro 2. Exemplos de nomes comerciais coletados

Lavanderias	Móveis	Padarias e Confeitarias	Restaurantes e Bares	Roupas
Onda White, Unipessoal	Design Moveis – Fabrica de Moveis e Carpintaria	----	Great Food	It's Boutique
Nita Dry	----	----	Restaurante Mister Cook	Mister Man
Dryser – Serviços de Lavandaria	----	----	The Bikini Restaurant	Shop One

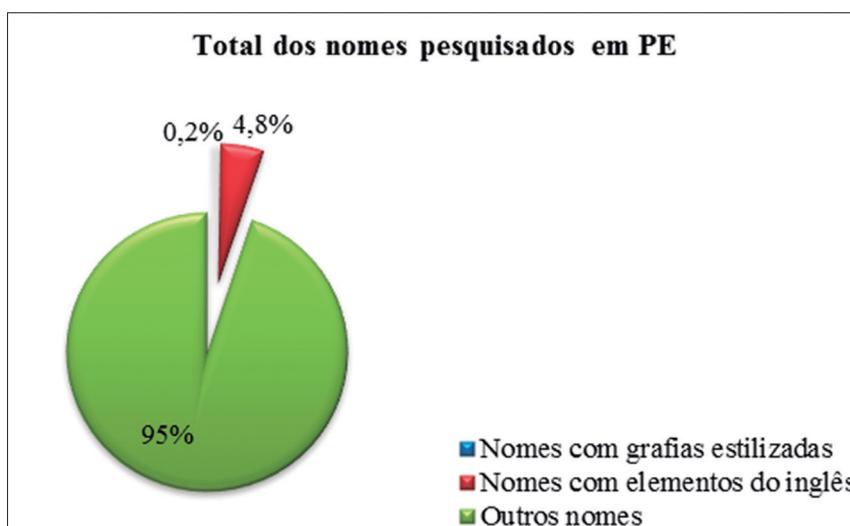
Além desses nomes, quantificamos também um total de 22 nomes comerciais com grafia estilizada (termo usado por Neves, 1971). De acordo com Neves (1971, p. 105), “muitos neologismos comerciais baseiam-se quase que exclusivamente numa maneira bizarra, extravagante, de escrever a palavra”. No caso desta pesquisa, essa definição será usada para classificar nomes comerciais que fogem à grafia da língua portuguesa, mas também não são ingleses, como, por exemplo, *Kool Dream* e *Autentyúnica* (falaremos mais desses casos adiante). Mesmo tendo encontrado vários nomes comerciais com elementos do inglês e também com grafia estilizada, constatamos que 8.625 nomes, num total de 9.093 estabelecimentos consultados, são formados, sobretudo, por palavras do português,⁶ como podemos ver na Tabela 2 e no Gráfico 1:

Tabela 2. Total dos nomes comerciais coletados no PE separados por elementos linguísticos

Categorias	Nomes com grafia estilizada	Nomes com elementos do inglês	Outros nomes	Total dos estabelecimentos cadastrados
Academias Desportivas	0	120	307	478
Automóveis – Peças e Serviços	0	9	639	3590
Cabeleireiros e Institutos de Beleza	10	81	1657	1748
Informática – Equipamentos e Assistência	2	59	918	448
Hotéis e Motéis	0	47	322	326
Lavanderias	3	3	320	369
Móveis	1	1	446	979
Padarias e Confeitarias	0	0	80	80
Restaurantes e Bares	5	91	3494	648
Roupas	1	35	442	427
Total	22	446	8625	9093

⁶ A categoria “Outros nomes” inclui todos os nomes que não são alvo desta pesquisa, isto é, nomes formados por palavras do português e formados com elementos de outras línguas. Como nesta pesquisa serão enfocados apenas os nomes comerciais com elementos da língua inglesa, não foi feita a quantificação dos nomes comerciais com elementos de outras línguas estrangeiras, entretanto, como pudemos observar ao longo da coleta de dados, esses nomes apareciam raramente, sendo mais comum o aparecimento de nomes comerciais formados somente com palavras do português.

Gráfico 1. Porcentagem do total dos nomes comerciais pesquisados em PE separados por tipos de elementos linguísticos



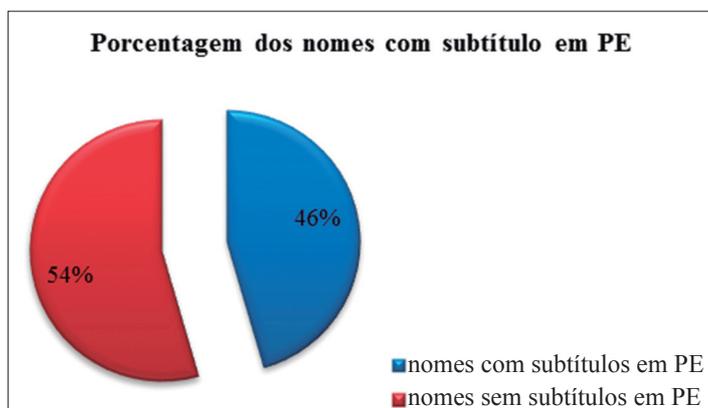
Como observamos, tanto o Gráfico 1 quanto a Tabela 2 mostram que apenas uma parcela pequena dos dados trazem elementos da língua inglesa – 4,8% do total dos nomes consultados – e uma parcela ainda menor – apenas 0,2% dos nomes consultados – são formados por grafia estilizada. Desse modo podemos concluir que a maioria dos nomes comerciais da região de Lisboa – 95% dos nomes comerciais consultados – é formada principalmente pela língua portuguesa.

Para dar início às análises dos nomes comerciais, primeiramente fizemos uma separação dos nomes comerciais e de seus subtítulos. Por exemplo: encontrávamos no *site* o nome comercial *Art studio adesivos e etiquetas* e fazíamos a separação do nome comercial propriamente dito “art studio” e de seu subtítulo “adesivos e etiquetas”. Na Tabela 3 vemos que no nosso *corpus* existem vários nomes comerciais com subtítulos, ou seja, 203 nomes – o que corresponde a 46% dos nomes comerciais do nosso *corpus* do PE, como se pode ver ilustrado no Gráfico 2, também apresentado na Tabela 3.

Tabela 3. Total dos nomes comerciais com subtítulo

Categorias	Nomes com subtítulo em PE
Academias Desportivas	56
Automóveis – Peças e Serviços	8
Cabeleireiros e Institutos de Beleza	51
Informática – Equipamentos e Assistência	46
Hotéis e Motéis	7
Lavanderias	2
Móveis	1
Padarias e Confeitarias	0
Restaurantes e Bares	15
Roupas	17
Total	203

Gráfico 2. Percentual nomes comerciais com elementos do inglês em PE separados por subtítulo



Nesse momento, nomes comerciais que continham elementos do inglês apenas no subtítulo foram retirados do *corpus*, pois nos interessam apenas nomes comerciais que tenham elementos do inglês no seu nome, já que os subtítulos não serão considerados na análise. Em alguns casos, o subtítulo está separado pela pontuação (como no nome *Dryser – Serviços de Lavandaria*), o que torna mais fácil a separação. Em outros casos, o que é nome e o que é subtítulo não está tão evidente, o que gerou dificuldades de separação.

A partir dessa separação, fizemos uma análise baseando-nos na ordem das palavras que compõem os nomes comerciais. Sabemos que compostos tipicamente portugueses seguem a ordem determinado-determinante (SANDMANN, 1997). Compostos em que o determinante aparece antes do determinado estão sofrendo influência, sobretudo, do inglês – no caso do meio comercial e dos nomes comerciais que estamos pesquisando, isso se torna mais evidente, já que eles contêm elementos da língua inglesa. Dessa forma, observamos a ordem das palavras nos nomes de acordo com o seguinte esquema:

- i) Estrutura morfossintática do Inglês: estrutura de núcleo (DM) final

DT + DM

- ii) Estrutura morfossintática do Português: estrutura de núcleo (DM) inicial

DM + DT

No caso de nomes com estrutura morfossintática do inglês, o núcleo pode ser tanto uma palavra da língua portuguesa quanto da língua inglesa, desde que seja no final do nome comercial. Por exemplo, *Clip Academia* é um nome de estrutura morfossintática inglesa com o núcleo em português e *Sports Gym* é um nome com estrutura morfossintática do inglês com núcleo em inglês. Para nomes com estrutura morfossintática do português, também observamos se o núcleo é em português ou inglês e se está no início do nome comercial, como, por exemplo, *Academia All Rackets Sports* (com núcleo inicial em português) e *Show de Beleza* (com núcleo inicial em inglês).

Alguns casos apresentaram dúvidas de classificação. Por exemplo, ao analisar o nome comercial *Maló Clinic SPA Concept*, pensamos que “SPA Concept” poderia ser considerado subtítulo, mas acabamos considerando o nome todo para as análises. Podemos observar, a seguir, alguns exemplos de nomes comerciais de núcleo inicial e de núcleo final.

- (01) Nomes de núcleo inicial
 - α) Hotel Dom Carlos Liberty
 - β) Onda White
 - χ) Churrasqueira Snack-bar A Grelha do Benfica
- (02) Nomes de núcleo final
 - δ) Ner Center
 - ε) Great Food
 - φ) West Company

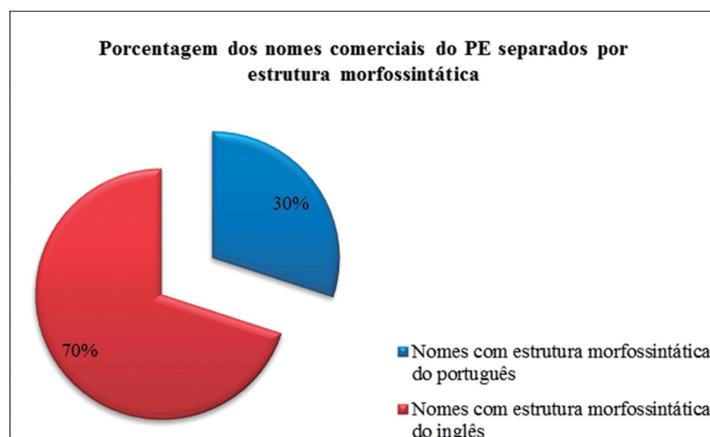
Como podemos ver na Tabela 4, a maioria dos nomes comerciais com elementos do inglês que coletamos no PE é de estrutura morfossintática inglesa (com núcleo final).

Tabela 4. Total dos nomes comerciais com elementos do inglês no PE separados por estrutura morfossintática

Categorias	Nomes com estrutura morfossintática do português		Nomes com estrutura morfossintática do inglês	
	nº	%	nº	%
Academias Desportivas	51	38%	69	22%
Automóveis – Peças e Serviços	2	1%	7	2%
Cabeleireiros e Institutos de Beleza	7	5%	74	24%
Informática – Equipamentos e Assistência	1	1%	58	19%
Hotéis e Motéis	17	13%	30	10%
Lavanderias	1	1%	2	1%
Móveis	0	0%	1	0,3%
Padarias e Confeitarias	0	0%	0	0%
Restaurantes e Bares	55	41%	36	11%
Roupas	0	0%	35	11%
Total	134	100%	312	100%

Como vemos na Tabela 4, apenas 134 nomes comerciais com elementos do inglês no PE são de estrutura morfossintática portuguesa, enquanto a maioria dos nomes comerciais, 312 (o que equivale a 70% dos nomes comerciais com elementos do inglês no PE, como podemos ver ilustrado no Gráfico 3), é de estrutura morfossintática inglesa.

Gráfico 3. Percentual nomes comerciais com elementos do inglês em PE separados por estrutura morfossintática

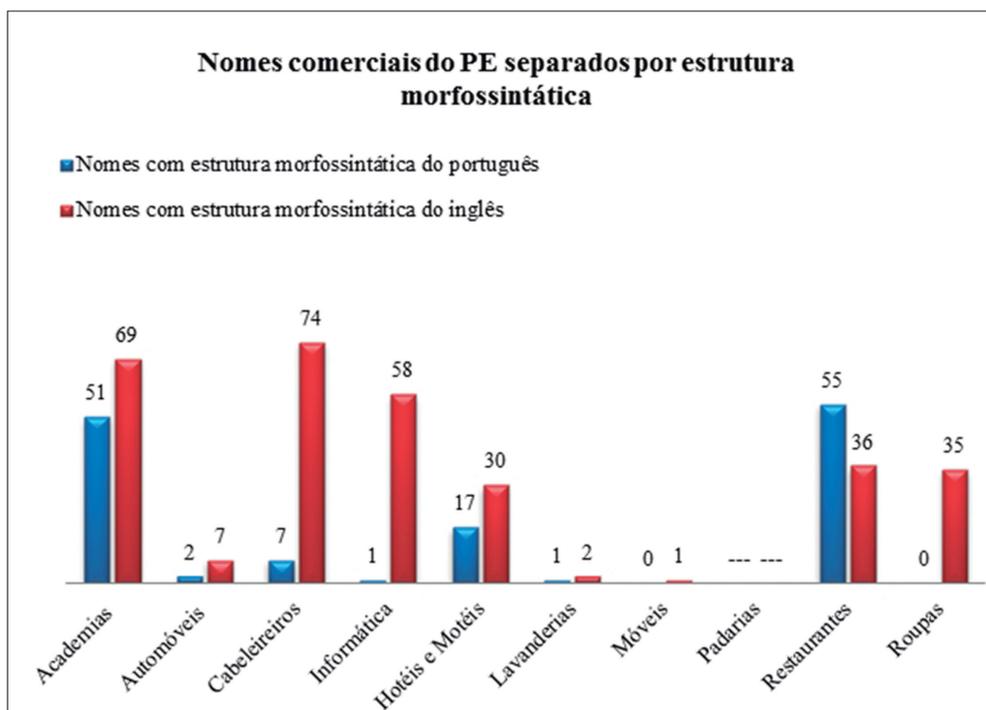


Como podemos ver, ainda na Tabela 4, a maior parte dos nomes com estilo português no PE está nos setores de Restaurantes (55 nomes, o que corresponde a 41% dos nomes com estrutura morfossintática do português), Academias Desportivas (51 nomes, o que corresponde a 38% dos nomes de estrutura morfossintática do português) e Hotéis e Motéis (17 nomes, o que corresponde a 13% dos nomes de estrutura morfossintática do português). O restante dos setores do comércio também foi produtivo em nomes comerciais com estrutura morfossintática do português (exceto o setor de Padarias e Confeitarias, em que não encontramos nomes comerciais com elementos do inglês), porém em menor porcentagem.

Já com relação aos nomes comerciais com estrutura morfossintática do inglês, vemos na Tabela 4 que a maioria dos nomes com esse estilo está distribuída nos seguintes setores do comércio: Cabeleireiros e Institutos de beleza (74 nomes comerciais, o que corresponde a 24% dos nomes de estilo inglês), Academias Desportivas (69 nomes, o que corresponde a 22% dos nomes de estilo inglês), Informática – Equipamentos e Assistência (58 nomes, o que corresponde a 19% dos nomes de estilo inglês), Restaurantes e Bares (36 nomes comerciais, o que corresponde a 11% dos nomes de estilo inglês) e Roupas (35 nomes, o que também corresponde a aproximadamente 11% dos nomes comerciais de estilo inglês). O restante dos setores do comércio também foi produtivo em nomes comerciais com estrutura morfossintática do inglês (exceto, como informamos, o setor de Padarias e Confeitarias, no qual não encontramos nomes com elementos do inglês), porém em menor porcentagem.

Notamos, a partir do gráfico comparativo (Gráfico 4), que, em PE, todos os setores do comércio examinados tiveram mais nomes com elementos do inglês com estrutura morfossintática do inglês do que com estrutura morfossintática do português, exceto o setor de Restaurantes e Bares, que teve 55 nomes com estilo português contra apenas 36 nomes com estrutura morfossintática do inglês.

Gráfico 4. Comparativo dos nomes comerciais com elementos do inglês em PE separados por estrutura morfossintática



Como notamos a partir da coleta dos dados, além de nomes comerciais que apresentam elementos do inglês, também existem, em menor número, nomes comerciais com escritas estilizadas, isto é, nomes que fogem ao sistema ortográfico do português, mas cujos elementos não são necessariamente ingleses, como é o caso dos nomes comerciais *Kafofo-Snack Bar* e *Restaurante Ki-Bom*. Como dissemos anteriormente e podemos ver pela Tabela 5, encontramos 22 nomes com grafia estilizada.

Tabela 5. Total dos nomes com grafia estilizada

Categorias	Nomes com grafia estilizada no PE
Academias Desportivas	0
Automóveis – Peças e Serviços	0
Cabeleireiros e Institutos de Beleza	10
Informática – Equipamentos e Assistência	2
Hotéis e Motéis	0
Lavanderias	3
Móveis	1
Padarias e Confeitarias	0
Restaurantes e Bares	5
Roupas	1
Total	22

A maioria dos nomes com escrita estilizada tenta trazer algum elemento diferente para a escrita, muitas vezes numa tentativa de imitar a ortografia da língua inglesa – no caso de *Kafofo* e *Ki*, por exemplo, há a letra *k*, onde, de acordo com a ortografia portuguesa, deveríamos ter um *c* e um *qu*, respectivamente.

Com relação ao uso de *ʒ* em PE, notamos, a partir de nosso *corpus*, que esse recurso é pouco comum. Como podemos ver na Tabela 6, encontramos apenas 11 nomes comerciais com elementos do inglês e *ʒ* no PE e somente 1 nome com *ʒ* e escrita estilizada – o que corresponde, para cada um dos grupos, a menos de 1% do total dos nomes consultados para o PE.

Tabela 6. Total de nomes com ‘s no PE

Categorias	Nomes com ‘s e elementos do inglês no PE		Nomes com ‘s e escrita estilizada no PE	
	n ^o	%	n ^o	%
Academias Desportivas	0	0%	0	0%
Automóveis – Peças e Serviços	0	0%	0	0%
Cabeleireiros e Institutos de Beleza	1	9%	0	0%
Informática – Equipamentos e Assistência	0	0%	0	0%
Hotéis e Motéis	3	27%	0	0%
Lavanderias	0	0%	0	0%
Móveis	0	0%	0	0%
Padarias e Confeitarias	---	---	---	---
Restaurantes e Bares	5	46%	1	100%
Roupas	2	18%	0	0%
Total	11	100%	1	100%

Notamos, a partir da Tabela 6, que a maioria das ocorrências do *ʒ* nos nomes comerciais com elementos do inglês ocorreu na categoria de Restaurantes e Bares (46% dos nomes), seguida pela categoria de Hotéis e Motéis (o que corresponde a 27% dos nomes) e pela de Roupas (18% dos nomes comerciais). Nos nomes com grafia estilizada, encontramos apenas uma ocorrência de *ʒ* na categoria de Restaurantes e Bares. Desse modo, vemos que o uso do *ʒ* na formação de nomes comerciais em nosso *corpus* mostrou-se pouco frequente.

Considerações finais

A pesquisa realizada neste estudo observa a formação de nomes comerciais com elementos do inglês em contexto de PE, na região de Lisboa. Sabemos que os estrangeirismos provocam dualidades: são estimados por uns e execrados por outros. No entanto, é indiscutível que as palavras de origem estrangeira são uma importante fonte de neologismos e contribuem para a renovação da língua portuguesa e de outros idiomas.

Com relação à penetração da língua inglesa na língua portuguesa e em outras línguas, Paiva (1991, p. 45) nota que ainda há uma variável que não pode ser ignorada:

“a presença hegemônica dos Estados Unidos no mundo” (PAIVA, 1991, p. 45).⁷ Dessa forma, não podemos deixar de considerar que a língua inglesa acaba sendo associada também a uma sociedade de prestígio, poder e consumo que os EUA representam; afinal, a língua, como observa Paiva (1991, p. 102),

[...] é um bem social, mas a hierarquia produzida pela divisão de classes é reproduzida nos fenômenos linguísticos. Podemos citar, por exemplo, a variação linguística, que divide os falantes em cultos e incultos, prestigiados e desprestigiados. Valores sociais são agregados às várias formas de expressão linguística, fazendo com que as formas de prestígio sempre coincidam com as usadas pelas classes sociais privilegiadas.

Assim, como nota a autora, muitas vezes as expressões e palavras de língua inglesa chegam às massas através da elite econômica, que simboliza o “melhor”, o “s sofisticado”. Lembra a pesquisadora que “a imprensa escrita e falada, ao privilegiar os empréstimos, nem sempre necessários, da língua inglesa, abona a pretensa superioridade daquele idioma” (PAIVA, 1991, p. 116). Portanto, diante desse contexto, no meio comercial, o inglês acaba sendo visto como uma forma interessante de valorização do produto que está sendo vendido, isto é, os comerciantes podem achar mais “chique” um salão de beleza chamado *Angel’s Hair* do que, simplesmente, *Cabelo de Anjo* – talvez numa tentativa de associar aquele estabelecimento a um público-alvo formado de pessoas de maior poder aquisitivo.

Como observamos em nossa coleta de dados, os nomes comerciais com elementos do inglês foram produtivos em PE, mas notamos que a maior parte dos nomes comerciais (95% dos nomes comerciais) é formada, em sua maioria, pela língua portuguesa, o que nos permite afirmar que, mesmo com a grande influência do inglês no mundo, os processos de formação de palavras vernáculos são as formas mais usadas na criação de novos nomes comerciais no PE da região de Lisboa.

Embora os nomes com grafia estilizada não sejam tão frequentes em nosso *corpus*, eles foram produtivos. É importante observar que, mesmo sendo livre para ousar no nome, grande parte dos comerciantes adota uma postura conservadora no sentido de preferir usar a ortografia oficial da língua portuguesa no momento de registrar o nome do seu estabelecimento comercial. Por isso, nomes como *Restaurante Ki-Bom* não são tão comuns quanto esperávamos.

Outra observação interessante se refere ao uso do *’s* em nomes comerciais. Do ponto de vista de um falante comum da língua portuguesa, o emprego do *’s* mundo afora pode parecer frequente e, por isso, seria aparentemente fácil encontrar nomes comerciais que usem *’s*. No entanto, contrariando o senso comum, na pesquisa de Prado (2014), a autora observou que o uso de *’s* nos nomes comerciais do Português Brasileiro é raro. Como vemos neste estudo, em PE o uso desse recurso também é pouco frequente: as palavras com *’s* correspondem a apenas 2% dos nomes comerciais com elementos do inglês em PE e a 4% dos nomes com grafia estilizada em PE. Portanto, podemos dizer que o uso do *’s* em PE também é raro.

⁷ Embora essa pesquisa tenha sido feita na última década do século passado e o cenário político e econômico atual seja um pouco diferente, essas observações da autora ainda se encontram atuais na medida em que vemos muitos estabelecimentos comerciais associando seus produtos aos signos de língua inglesa e a tudo que ela simboliza.

Podemos concluir que o uso do inglês no meio comercial é menos frequente do que o esperado. Embora Neves (1971, p. 105) afirme que “muitos neologismos comerciais baseiam-se quase que exclusivamente numa maneira bizarra, extravagante, de escrever a palavra”, de acordo com nossos dados, os comerciantes portugueses que ousam no nome do seu estabelecimento comercial ainda são minoria. Não podemos deixar de notar, porém, que, ao andar pelas ruas – no Brasil, em Portugal e em outros lugares do mundo – temos a impressão de que há um maior o número de nomes comerciais com elementos do inglês, *’s* e grafia estilizada devido ao fato de esses nomes se destacarem em meio a tantos outros por serem diferentes e inusitados.

REFERÊNCIAS

- ALVES, I. *Neologismo: Criação Lexical*. São Paulo: Ática, 1990.
- CARVALHO, N. *Empréstimos linguísticos na língua portuguesa*. São Paulo: Cortez, 2009.
- FIORIN, J. L. Considerações em torno do Projeto de Lei nº 1676/99. In: FARACO, C. A. (Org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2004. p. 107-125.
- GARCEZ, P. M.; ZILLES, A. M. S. Estrangeirismos: desejos e ameaças. In: FARACO, C. A. (Org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2004. p. 15-36.
- LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
- NEVES, V. L. H. *Nomes próprios comerciais e industriais no português: um aspecto da nomenclatura do comércio e da indústria em Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 1971.
- PAIVA, V. L. M. de O. e. *A língua inglesa enquanto signo na cultura brasileira*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.
- PRADO, N. C. *A influência da língua inglesa na formação de nomes comerciais: questões de identidade linguística e cultural*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Unesp, Araraquara, 2014.
- RAJAGOPALAN, K. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil. In: LACOSTE, Y.; RAJAGOPALAN, K. (Org.) *A geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 135-159.
- TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. Tradução e adaptação de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

O neologismo semântico na trova humorística: o entrelaçamento *sui generis* entre humor e poesia

(Semantic neologism in the humorous small quartet:
the *sui generis* interlacement between humour and poetry)

Pedro da Silva de Melo¹

¹Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)

pedromelo@usp.br

Abstract: Among the various possibilities for lexical creativity, semantic neology occupies a privileged place, because when reframing existing lexemes in the language, it gives rise to endless semantic possibilities. The semantic neologisms, as well as the syntagmatic ones, also have a strong potential to create meanings. Within this perspective, this study aims to analyze the expression of semantic neologisms in humorous ballad, a poetic genre in which humor and poetry intertwine, with neologisms not as mere display of linguistic knowledge, but one of its many discursive procedures of the constitution of meaning.

Keywords: Poetry; Humor; ballad; Semantic neologism; expressiveness

Resumo: Entre as diversas possibilidades de criatividade lexical, a neologia semântica ocupa um lugar privilegiado, pois, ao ressignificar lexemas já existentes na língua, enseja infinitas possibilidades semânticas. Os neologismos semânticos, assim como os sintagmáticos, também apresentam um forte potencial criativo de significados. Dentro dessa perspectiva, este trabalho possui como objetivo analisar a expressividade de neologismos semânticos na trova humorística, um gênero poético em que o humor e a poesia se entrelaçam, tendo os neologismos não como mera exibição de conhecimento linguístico, mas um de seus diversos procedimentos discursivos de constituição de sentido.

Palavras-chave: Poesia; Humor; Trova; Neologismo semântico; Expressividade

Considerações iniciais

Toda atividade enunciativa jamais é desprovida de intencionalidade. Sempre há um enunciador (explícito ou implícito), cujo ato enunciativo implica a existência (concreta ou hipotética) de um enunciatário a quem dirige o seu enunciado, formando um circuito integrado. O enunciador concebe ou dirige-se explicitamente a um público a quem quer impressionar, comover, fazer rir ou despertar qualquer outro tipo de emoção.

Entretanto, não apenas o enunciado como um todo (e aqui poderíamos, *grosso modo*, empregar *enunciado* como sinônimo de *texto*) possui uma intencionalidade, como as partes com que é tecido também possuem uma discursividade latente. Nesse ato de linguagem, as palavras assumem um papel crucial, pois jamais são neutras, como bem pontua Citelli:

Se as palavras, por exemplo, possuem dimensão mais ou menos neutra quando estão em estado de dicionário, ao se contextualizarem, passam a expandir valores, conceitos, pré-conceitos. Viveremos e aprenderemos em contato com outros homens e mulheres, mediados pelos signos, que irão nos informar e formar. Os signos serão por nós absorvidos, transformados e reproduzidos, criando um circuito de formação e reformulação de nossas consciências. [...] As palavras, no contexto, perdem sua neutralidade e pas-

sam a indicar aquilo a que chamamos propriamente de ideologias. (CITELLI, 2004, p. 30-31)

A enunciação não é, portanto, uma atividade neutra e desintencionada. O enunciador faz uso do léxico com (nem sempre claras para o leitor) “intenções de comunicação” (CALÇADA, 1994, p. 854).

Uma manifestação linguística em que isso ocorre com maior visibilidade é o discurso humorístico, no qual o objetivo claramente *explícito* é levar o enunciatário ao riso. Se em outras modalidades discursivas as intenções do enunciador *podem ser implícitas*, no discurso humorístico a ideia de um circuito integrado entre enunciador e enunciatário é mais evidente porque a enunciação só se realiza satisfatoriamente se o enunciatário reagir ao enunciado.

No caso de uma anedota (o gênero humorístico *par excellence*), caso o enunciatário não ria, há uma falha no circuito da enunciação e isso acontece por causa de uma das seguintes variáveis: a *performance* do enunciador foi inadequada, uma característica do próprio enunciado comprometeu sua decodificação ou, simplesmente, o enunciatário não compartilha do repertório linguístico-contextual do enunciador.

A despeito de não analisarmos piadas propriamente ditas, mas outro gênero textual, postulamos que as condições de produção sejam as mesmas. Em uma piada, não raro uma unidade lexical é o “gatilho” (RASKIN, 1985) que desencadeia o riso. Na trova, o gênero em questão neste estudo, o efeito de sentido humorístico pode ser obtido por uma lexia expressiva.

Cabe aqui, antes de prosseguirmos, uma definição do gênero que estudamos. A trova é uma forma poética muito antiga na língua portuguesa e remonta à fase proto-histórica do português. Um de seus estudiosos, Eno Teodoro Wanke, assim a conceituou:

[...] trova é a composição versificada de forma fixa constituída de uma quadra setessilábica de sentido independente em que, pelo menos, rimam dois versos, (sendo normal, então, a rima do 2º. com o 4º. verso **abcb**), ou todos os quatro (sendo normal, neste caso, a forma **abab** e admitida a de rimas abraçadas **abba**). (1973, p. 17)

A trova é tradicionalmente chamada de “quadrinha” e nesse caso o diminutivo não é valorativo, mas se deve ao seu metro, a redondilha maior (chamada tradicionalmente de verso de “arte menor”, em contraponto ao decassílabo, verso de “arte maior”); assim, a trova é chamada de “quadrinha” unicamente por causa de seu tamanho.

Conforme lembrado, em determinados contextos, uma palavra pode ser o “gatilho” que desencadeia o riso. No caso específico da trova, o humor, além de tematizado satisfatoriamente, é reforçado discursivamente pelo emprego de uma forma neológica. Essa forma neológica pode tanto ser formal (um novo significante) ou conceptual (um novo significado).

Não pretendemos, no escopo deste trabalho, nos aprofundar em aspectos formais ou no percurso histórico-literário dessa forma poética, mas tão somente analisar alguns textos de temática humorística. Nosso objetivo definido é analisar a expressividade do neologismo semântico na trova humorística e como a ressignificação de uma unidade lexical dentro de um contexto específico é um procedimento discursivo de constituição de sentido.

O humor na trova

Tal qual a piada, a trova humorística é um gênero cuja intenção é levar o enunciatário ao riso. Constituem, entretanto, gêneros distintos: a piada não é um gênero literário, enquanto a trova humorística, mesmo nos limites entre o literário e o não literário, *é um texto elaborado com elementos típicos da poesia: versos, rimas e isomorfismo silábico*. Em que pesem tais distinções, compreendemos que as reflexões teóricas sobre humor, em particular as esboçadas por Sírio Possenti (1998, 2010) no esteio da Análise do Discurso, apontam caminhos para compreendermos o fenômeno do humor no texto poético.

Não raro a trova humorística é a adaptação em versos de uma piada. Visto que ambas visam ao riso, naturalmente seus temas serão basicamente os mesmos, ainda que construídos em diferentes formas textuais. Quanto à temática explorada pelo discurso humorístico, Possenti afirma que as piadas

[...] versam sobre: sexo, política, racismo (e variantes que cumprem um papel semelhante, como etnia e regionalismo), canibalismo, instituições em geral (igreja, escola, casamento, maternidade, as próprias línguas), loucura, morte, desgraças, sofrimento, defeitos físicos (para o humor, são defeitos inclusive a velhice, a calvície, a obesidade, órgãos genitais pequenos ou grandes – órgãos pequenos são considerados defeitos nos machos, enquanto que órgãos grandes são vistos como defeitos nas fêmeas) etc. (1998, p. 25-26)

Podemos entender, assim, que o discurso humorístico veicula estereótipos e tabus sociais, pois são tais temas “proibidos” que despertam o riso. A trova humorística, dessa forma, possui semelhança temática com a piada.

Um dos temas *habitués* da trova humorística é o sexo, jungindo-se tematicamente às anedotas que pululam no imaginário coletivo e que fazem sucesso em *stand ups*, livretos vendidos em bancas de jornal ou mesmo na internet, em *sites* dedicados ao gênero.¹

Notamos a tematização do sexo, da política, do racismo, das instituições, da loucura, de desgraças e de outros tópicos mencionados por Possenti. Alguns aparecem em maior ou menor grau, embora o sexo (adultério, órgão sexual masculino pequeno ou que não realiza suas funções adequadamente, etc.), desventuras de bêbados e maldades de sogras apareçam com maior frequência.

Na maior parte das ocorrências (o que, pela extensão deste estudo, não é possível discriminar com exatidão), como é bastante previsível, não há criatividade nem fatos estilísticos de relevo.

Em diversos momentos, porém, alguns textos escapam da sensação de “mais do mesmo” e causam um impacto positivo. O efeito de humor é obtido não somente pela ex-

¹ No caso da trova, sua presença se faz em certames específicos promovidos em várias cidades do Brasil. Publicada em livretos de circulação limitada e distribuídos gratuitamente, atualmente é favorecida pelas infinitas possibilidades de divulgação pela internet. Vários *blogs* e *sites* têm dado particular atenção à trova, não só em seu matiz humorístico, como também em outros matizes, quase todos elaborados de forma amadorística e rudimentar. Pela abrangência, qualidade e organização, o portal <http://www.falandodetrova.com.br> destaca-se como o melhor e o mais completo, possuindo um acervo com milhares de textos. O *blog* <http://poesiaemtrovas.blogspot.com.br> também é interessante, embora possua outra intenção, menos voltado para o arquivo de textos e mais voltado para interação entre internautas, estimulados a postar seus trabalhos a partir de propostas temáticas. Os textos que constituem nosso *corpus*, mesmo publicados em livro, podem ser facilmente encontrados no *site* “Falando de Trova”.

ploração de um tema considerado “engraçado”, como também pelo emprego de lexemas criativos: novas unidades lexicais ou novos sentidos para lexias pré-existentes.

Notas sobre o neologismo semântico

Vários estudiosos apontam a dificuldade em se conceituar o neologismo com precisão. Ferraz (2008), por exemplo, menciona dois critérios básicos, o diacrônico (datação) e o psicológico (sentimento de novidade), mas enfatiza que “são critérios de difícil aplicação”. Para tanto, o autor argumenta que “não dispomos de um *corpus* textual amplo” e que “não seria fácil organizar um inquérito para submeter a um número significativo de usuários da língua para que dessem sua opinião sobre um determinado candidato a neologismo” (FERRAZ, 2008, p. 68).

No mesmo estudo em questão, o autor adota o dicionário como critério de exclusão, e fala em “neologismos lexicográficos”. Embora o próprio autor ressalve que o critério se ressentisse de uma melhor precisão, defende sua adoção por ser um critério menos subjetivo e o mais usual para quem se dedica aos estudos de neologia. Esse é o critério que vamos adotar neste estudo.

Segundo Rio-Torto (2007, p. 24), “há neologismos formais, em que a palavra apresenta uma configuração totalmente nova e há neologia semântica, em que uma palavra plenamente atestada e dicionarizada adquire uma significação diferente da até então convencion(aliz)ada”. Assim, a neologia formal é a criação de um novo *significante*, uma nova unidade lexical não existente no léxico da língua. O neologismo semântico, por outro lado, é a criação de um novo *significado* para uma unidade já existente e dicionarizada.

Isso está em conformidade com o que diz Alves (2004, p. 62), para quem o neologismo semântico é criado “sem que se opere nenhuma mudança formal em unidades lexicais já existentes. Qualquer transformação semântica manifestada num item lexical ocasiona a criação de um novo elemento”.

Deve-se fazer uma ressalva. É imprescindível que o neologismo semântico seja compreendido em *seu contexto*, porque somente o ato enunciativo determina a condição neológica de uma determinada palavra. Podemos pensar no caso da gíria, que constitui um processo de neologia semântica bastante comum. Quando um traficante chama o ponto de venda de drogas de “loja”, o vocábulo *loja* só pode ser considerado neologismo semântico nesse *contexto de produção*. Na gíria jovem da década de 1960, *quadrado* era alguém velho, desatualizado, em descompasso com a juventude. Depois, perdeu a natureza neológica.

A neologia semântica se dá, basicamente, por polissemia ou por metáfora. Em nosso *corpus*, os sentidos são criados por metáfora.

Desde Aristóteles, a metáfora tem recebido a atenção de diversos estudos e correntes. Como não é nosso objetivo uma revisão teórica das teorias da metáfora, escolhemos como referencial a Teoria da Metáfora Conceptual, compreendida por Ferraz na esteira dos estudos de Lakoff e Johnson

[...] como o mapeamento (conjunto de correspondências conceituais) entre domínios (da experiência). A metáfora é vista como a projeção de um domínio de experiência (o

domínio fonte) num domínio diferente (o domínio alvo), permitindo compreender um tipo de conceito em termos de outro. (FERRAZ, 2008, p. 74)

Assim, diferentemente da noção tradicional de “comparação abreviada” ou como “figura de linguagem”, a metáfora é um fenômeno cognitivo, próprio do pensamento humano, em que se processam e aplicam inferências. Segundo aqueles estudiosos, “a essência da uma metáfora é compreender e experimentar uma coisa em termos de outra” (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 47). Em nosso *corpus*, veremos como isso ocorre: um domínio fonte (órgão sexual) é projetado em um domínio alvo (os neologismos que ocorrem nos textos), partindo-se de uma suposta *semelhança imagética* entre os diferentes domínios.

Nem sempre a trova humorística é criativa no sentido de criar novos itens lexicais, mas por explorar novas nuances de significação de lexias já existentes na língua. Alguns autores têm, vez ou outra, produzido textos em que os efeitos de humor são intensificados pelo emprego de novas lexias e, em alguns casos, pela ressignificação de palavras *dentro de um contexto específico*.

Nos exemplos que serão analisados, as unidades lexicais podem ser vistas como neológicas somente em seus enunciados. São criações *presas ao contexto de produção*. Elas só existem nesses exemplos e não se difundiram a ponto da integração à língua comum. Esse caráter de não incorporação é bastante arbitrário e, de certa maneira, nos faz lembrar o conceito saussureano de *arbitrariedade do signo*.

A limitação dessas criações ao contexto do enunciado em que vieram à luz não possui relação direta com o fato de serem produtos da pena de autores não consagrados junto ao grande público ou reconhecidos nos meios acadêmicos. Mesmo autores como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira ou Haroldo de Campos também criaram os seus neologismos e nem por isso tais criações se incorporaram ao léxico da língua.

Vale lembrarmos o estudo de Barbosa (1998) sobre o neologismo. De acordo com a autora, a criação de um termo neológico passa por três fases: primeira, a invenção do termo em si; segunda, a aceitabilidade por parte dos falantes; terceira, a fase de desneologização, quando o termo recebe entrada no dicionário.

Assim sendo, os exemplos do nosso *corpus* não saem da primeira fase a que se refere a pesquisadora. Os termos são inventados e permanecem restritos ao texto em que aparecem. E ali permanecem *ad infinitum*. Pelo menos esse é o destino de grande parte das criações neológicas: não criam asas e não voam pelos céus da língua. A não ser, hipoteticamente, que um dia sejam descobertas por um falante (ou um conjunto de falantes), *postas em circulação e difundidas* a ponto de merecerem entrada em um dicionário. Caso contrário, *consumatum est*.

Apresentação e análise do *corpus*

O *corpus* para este estudo é formado de quatro trovas humorísticas do poeta carioca Edmar Japiassú Maia, nascido no Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 1941. Atleta na juventude, atuou como goleiro do Flamengo no final da década de 1950 e início da década de 1960. Bacharel e licenciado em Educação Física pela Universidade Federal do

Rio de Janeiro (UFRJ), Edmar exerceu o magistério como professor de Educação Física em colégios particulares e da rede pública estadual do RJ. Aposentado de suas funções docentes desde a década de 1990, Japiassú Maia dedica-se exclusivamente à literatura, em particular à poesia, participando de concursos literários no Brasil e em Portugal e destacando-se em formas fixas de composição, como a trova e o soneto. Atualmente reside na cidade de Nova Friburgo, na região serrana do seu estado.

Frutos de seu labor poético, três livros de poesia foram publicados pelo autor, sendo dois dedicados exclusivamente à trova, seu gênero preferido. *Prismas*, de 2007, e *Acalantos*, de 2013, possuem a mesma organização: ambos são divididos em duas partes, a primeira com trovas de temática lírico-amorosa e a segunda com trovas humorísticas. Para este estudo, recolhemos três exemplos do primeiro livro, *Prismas*, e um exemplo do segundo, *Acalantos*.

De *Prismas*, o exemplo seguinte possui dois usos que podemos considerar neológicos:

Na pesca houve um rebuliço...
Sem ver a esposa por lá,
quis guardar o seu **caniço**
em um outro **samburá!**

O primeiro aspecto a se observar (e esse traço estilístico se repetirá nos próximos textos), é a escolha cuidadosa de rimas. Longe de serem apenas apoios sonoros, as rimas A (rebul-**IÇO** / can-**IÇO**) e B (l-**Á** / sambur-**Á**) se ligam discursiva e semanticamente entre si, realizando uma combinatória criativa.

Há uma aproximação fonossemântica entre *rebuliço* (confusão) e *caniço* (órgão sexual masculino): o rebuliço é provocado pelo pescador que, livre da esposa, assediou sexualmente outra mulher. Ainda em termos de rima, o final do segundo verso, uma palavra gramatical (lá), em vez de uma palavra lexical, também pode ser considerada um fato estilístico, pois a neutralidade semântica das palavras gramaticais não permite a associação imediata com uma palavra lexical com a qual constituísse um leque combinatório. A combinação lá/samburá é expressiva pelo caráter inusitado do seu emprego.

O primeiro verso serve como uma apresentação do que vai acontecer, um pano de fundo. “Na pesca, houve um rebuliço”. O leitor imediatamente fica em suspense: qual seria o rebuliço? Para um público que, em tese, ouve o texto antes de lê-lo², há uma atmosfera de surpresa. *Rebuliço* rima com qual palavra? Se considerarmos uma pausa (real ou hipotética), essa combinatória não é tão óbvia quanto costuma acontecer com outras, típicas da poesia lírica tradicional e das canções de consumo, com pares do tipo *amor com dor*, *coração com paixão* (abusivamente empregados na música sertaneja, no samba

² As trovas humorísticas são frutos de concursos literários bastante específicos. Assim, em vista do seu contexto de produção, possuem um duplo enunciatário. Sendo obras que participam de um concurso, seu primeiro enunciatário é a comissão julgadora, que avalia os trabalhos recebidos, dando-lhes notas segundo seus próprios gostos. Apurado o resultado do concurso, os textos escolhidos são publicados em livretos e distribuídos em uma solenidade de premiação, que contará com a presença dos poetas premiados e de um público diverso. Na solenidade, os autores são chamados um a um até um palco, onde ganham um troféu, um diploma, o livreto com o resultado e são convidados para ler seu trabalho ao microfone. Nesse momento, entra em cena o segundo enunciatário: o público. Sendo anunciado na premiação que são “trovas humorísticas”, espera-se que o público também ria dos textos.

e no pagode, por exemplo) ou *Jesus* com *luz* (combinatória que aparece *ad nauseam* na música gospel)³.

O segundo verso avança: “Sem ver a esposa por lá”. Novamente, apesar de ser uma unidade lexical bastante comum (uma palavra gramatical), o advérbio de lugar e catafórico “lá” constitui um mecanismo de coesão bastante interessante, visto que o seu referente (“local de pescaria”, “beira do rio”, “beira da lagoa”, etc.) não aparece anteriormente no texto, mas é inferido pelo contexto. Com a inclusão do segmento “sem ver a esposa”, a palavra “rebuliço” ganha um novo contorno semântico: a confusão não é causada por qualquer fator ligado à pescaria, mas por um fator alheio ao acontecimento em si.

Acrescente-se a isso que o sujeito da ação, que somente será enunciado no terceiro verso (“quis guardar o seu caniço”) não é materialmente expresso por um núcleo. “Ele”, “o pescador” (inferido-se pelo contexto), “quis guardar o seu caniço”. Um sujeito que, mesmo não expresso, é capaz de provocar um rebuliço durante a ausência da esposa... O tema do texto é o adultério, a traição, mote consagrado do discurso humorístico.

Somente a traição do pescador não seria um mote devidamente consistente para arquitetar o enunciado em questão. Ainda que a temática do adultério dê margens a textos humorísticos, neste contexto ela precisa de um reforço. A competência linguística do poeta dá conta do detalhe necessário: a inclusão de um elemento obsceno, mas referenciado de modo sutil (ou não tão sutil, conforme o ponto de vista). A palavra “caniço” (vara de pescar) acrescenta um sentido fálico ao enunciado.

A palavra em questão é bem escolhida, visto que na língua oral popular é muito frequente o emprego de palavras cujo referencial seja algo pontiagudo que, na visão maliciosa de falantes, sugira uma semelhança visual com o órgão sexual masculino. Unidades lexicais, mesmo pertencentes a domínios semânticos tão díspares quanto alimentação e armas de fogo, por exemplo, são empregadas cotidianamente com significado fálico por usuários da língua em contexto de informalidade.

Nesse sentido, a unidade *caniço* é empregada com um sentido não dicionarizado, possuindo sema de sexualidade, embora isso não nos traga propriamente um sentimento de novidade. Em excelente estudo realizado na Universidade Estadual Paulista, Souza (2007, p. 99) lista diversas unidades lexicais do português com o sentido de órgão sexual masculino, das quais colhemos as que possuem o mesmo traço em comum: *arame, arma, badalo, banana, cano, canudo, escopeta, espada, espiga, estaca, ferramenta, ferrão, ferro, flauta, lápis, legume, lenha, linguiça, mandioca, minhoca, nabo, pau, vela*. O que observamos nos exemplos colhidos pela autora, é que o vocábulo *caniço* como sinônimo de órgão sexual masculino pertence à tradição do português de usar unidades lexicais com traço de objetos pontiagudos com essa referência.

Acrescente-se que ao vocábulo *caniço* agrega-se a unidade *samburá*. Não suficiente o emprego de *caniço* com sema de sexualidade, o último verso completa o sentido do verso anterior “quis guardar...” com “em um outro *samburá*”. O dicionário Houaiss (2001) define *samburá* como “cesto bojudado e de boca estreita”. Não será necessário um grande esforço de decodificação para entendermos que *samburá* aqui também adquire

³ A comparação pode soar mal-humorada ou inadequada, visto se tratar de outra temática, mas a questão da rima não é normalmente levada em muita consideração... Nas mãos de um letrista sem talento ou de um poeta sem criatividade, a rima é um recurso bastante banalizado.

um sentido marcadamente sexual, referindo-se ao corpo feminino, onde o pescador “quis guardar o seu caniço”. As unidades lexicais *caniço* e *samburá* formam, portanto, uma rede de significação, associadas à ideia de sexualidade.

Também em *Prismas*, a trova a seguir nos traz um exemplo de neologismo semântico, em que um lexema apresenta um sema sexual:

Levou o músico um susto
na noite do casamento...
E à custa de muito custo
pôde afinar o **instrumento!**

Nesse caso, o tema é a disfunção erétil, a dificuldade de um homem em manter uma ereção durante as relações sexuais. Esse tema também é bastante explorado em piadas, como uma simples busca no *Google* poderia comprovar.

Os dois primeiros versos introduzem o mote: o músico leva um susto na noite do casamento. Trata-se do seu casamento ou de um casamento em que vai tocar? No terceiro verso, o jogo de palavras “à custa de muito custo” sugere grande dificuldade, um apuro, uma situação embaraçosa.

O quarto verso, “afinar o instrumento”, por fim arremata a ideia de dificuldades sexuais. Nesse caso, é interessante notarmos que a sexualidade é tematizada de forma mais sutil do que no exemplo anterior.

A tematização sexual é sugerida pela combinatória das rimas “casamento/instrumento” e “susto/custo”. Um músico profissional que toca em casamentos dificilmente portaria um instrumento desafinado, embora uma leitura desatenta pudesse preconizar o humor desse enunciado derivando da situação de um músico ficar embaraçado na frente de um público em uma igreja por usar um violino desafinado (por exemplo). Talvez um músico embaraçado à frente de um público seja um quadro engraçado para alguns leitores em potencial. Essa seria uma primeira leitura *bona-fide*. É uma leitura possível, em tese, mas não resiste à condição *retórica* do riso: o objetivo é fazer rir. Não parece *suficientemente* engraçada para desencadear esse efeito de sentido.

O efeito de sentido é provocado pela palavra “instrumento” que, à nossa *memória discursiva*, insinua um significado de “órgão sexual masculino”. Essa segunda leitura impõe-se sobre a primeira, pois desloca semanticamente os elementos dos versos anteriores: o músico leva um susto na noite do casamento.

Antes, contudo, da palavra “instrumento” (a última palavra do poema), elementos dos versos anteriores nos dão a pista de uma leitura *não bona-fide*, como diria Raskin.

Casamentos geralmente ocorrem no período noturno, mas o fato de ser *à noite* é sugestivo por não ser um elemento intrínseco a um casamento religioso, ocasião em que são requisitados os serviços de um músico. Pode ser à noite, mas também pode ser à tardezinha. Enfim, estar com um instrumento desafinado também não lhe causaria necessariamente um susto, pois todo músico profissional carrega consigo um diapasão e um instrumento ficar desafinado é algo bastante corriqueiro. Causaria, talvez, um desconforto momentâneo caso estivesse sem um diapasão, mas essa descoberta não aconteceria *durante a cerimônia, e sim antes dela*. O sintagma “noite do casamento” sugere noite de núpcias. Logo, o músico não está em um casamento qualquer, como profissional, mas

na noite de núpcias do seu próprio casamento. E seu *susto* não é, portanto, provocado por um instrumento literal desafinado, mas pela dificuldade em “conseguir” uma ereção (= afinar o instrumento). Nesse contexto, sim, a ideia de um *susto* se justificaria, pois se espera que possa manter relações sexuais, principalmente por se tratar de uma ocasião especial, de triunfo, que é o matrimônio.

Na mesma esteira das duas anteriores, a trova seguinte também possui referência fálica e tematiza a sexualidade, mas em uma abordagem diferente:

Aquele velho soldado
evita o espelho de frente,
pois quando se olha, pelado,
mal enxerga o **ex-combatente!**

O personagem, também masculino, agora não é nem um pescador nem um músico, mas um velho soldado, um homem idoso que foi militar quando jovem. Toma banho e troca de roupa como qualquer pessoa, mas *evita o espelho de frente*. Algo no seu corpo o incomoda, pois quando está *pelado*, totalmente vulnerável, quase não enxerga o *ex-combatente*.

As rimas também são sugestivas nesse caso: *soldado/pelado* e *frente/ex-combatente*. Assim como nos exemplos anteriores, sua combinatória desempenha um papel semântico na construção do enunciado. Há uma aproximação entre *soldado* e *pelado*, duas palavras que não seriam usualmente empregadas no mesmo contexto. Há um toque de humor nessa combinação inusitada reforçada pelo par *frente/ex-combatente*.

O fato de estar pelado sugere o humor nessa linha de sentido. Assim, os segmentos “velho soldado”, “evita o espelho de frente”, “pelado” estão entrelaçados semanticamente para produzir em *ex-combatente* um novo sentido, não o de soldado reformado, mas de “órgão sexual”. O órgão sexual é chamado adequadamente de “ex-combatente”. Não poderia ser “combatente”, caso contrário não haveria razão para o “velho soldado” não se olhar nu na frente do espelho. O que lhe causa embaraço é que seu órgão sexual seja um “ex-combatente”, ou seja, não “luta” mais. Ressalte-se que “ex-combatente” liga-se semanticamente a “velho soldado”. Não haveria sentido em “ex-combatente” se o personagem retratado não fosse um soldado.

Mas a criatividade do poeta Japiassú Maia não se restringe ao primeiro livro, publicado em 2007. No livro *Acalantos*, de 2013, também há exemplos expressivos de criações de novos significados para palavras já existentes no léxico do português. Seguindo a mesma temática sexual, o poeta cria um neologismo semântico bastante original para designar o órgão sexual:

Ante a cabrocha em seu quarto,
disse o turista: – Que sorte!
quase teve um infarto
quando viu-lhe o... “**passaporte**”!

Dessa vez, o personagem retratado, um turista, também se vê em apuros, assim como o pescador, o músico e o velho soldado dos exemplos anteriores. O embaraço em que se envolve o protagonista dessa micronarrativa é provocado por fatores de natureza externa.

Os dois primeiros versos contextualizam o enunciado: um turista farreia no carnaval. O turista diz “que sorte” ante uma mulher (a cabrocha, isto é, uma sambista durante os dias do carnaval). Nesse caso, a palavra cabrocha, de tom arcaizante, faz parte do campo semântico de carnaval. Isso é significativo porque se, em vez de *cabrocha*, o enunciador empregasse “mulher”, “garota” ou palavra similar, de traço sêmico generalizante, o enunciado não possuiria um referencial específico e se empobreceria discursivamente. Por outro lado, a palavra cabrocha, de traço sêmico particularizante e impregnada de significação, sugere a efemeridade dos relacionamentos durante os dias de carnaval. As palavras *cabrocha* e *turista* formam uma rede de significação, não apenas por designarem os “personagens” dessa micronarrativa em versos, mas porque, em termos de discurso, remetem à atmosfera liberal do período carnavalesco: o turista vai para a cama com a cabrocha: “ante a cabrocha em seu quarto”.

Como se trata de um discurso humorístico, a sentença “Ante a cabrocha em seu quarto, o turista diz: Que sorte!” descreve um acontecimento normal, de aspecto introdutório, semelhante ao clássico introito “Era uma vez...” dos contos de fada. Não há nada que quebre a expectativa ou provoque um estranhamento. Essa quebra de expectativa será introduzida pelo conectivo adversativo “mas”, no início do terceiro verso. “Mas quase teve um infarto”. Ainda não sabemos o que aconteceu.

Nesse caso, as rimas também são bem escolhidas porque não denunciam o desfecho: “quarto/infarto” e “sorte/passaporte”. São pares que, se tomados isoladamente, não permitem uma inferência prévia do clímax do enunciado. Interligam-se, formando uma rede: *quarto* e *infarto* sugerem o desequilíbrio, o anormal, um acontecimento imprevisto em um momento de regalo, ainda que constituam uma combinação não usual. *Sorte* e *passaporte* produzem um estranhamento, trazendo ao texto um ar de novidade. São particularmente expressivas por causa de sua combinatória imprevisível: o turista pensava ter *sorte* até ver o “*passaporte*” da cabrocha.

O elemento desencadeador do humor é o neologismo semântico “passaporte”, grafado entre aspas para reforçar seu caráter insólito. Por que é a cabrocha (e não o turista) quem tem um passaporte? Não se trata, evidentemente, de um passaporte literal, o documento para viagens internacionais. Uma leitura literalista não resiste ao contexto e à retoricidade intrínseca do riso: por que um turista “quase teria um infarto” ao ver o passaporte da mulher com quem pretende ter relações sexuais? Por que a cabrocha, na realidade, não é “ela”, mas “ele”... Assim, o turista distraído (bêbado?) vai para a cama com um travesti, em vez de ir com uma mulher. Trata-se de um travesti cuja aparência é muito semelhante à de uma mulher, se não o turista jamais se sentiria sortudo. Essa sensação de sorte dá lugar à decepção, ao quase infarto, ao ver seu “passaporte”, isto é, ao ver seu órgão sexual masculino. Liga-se “passaporte” a “turista”, constituindo uma coesão referencial: não haveria humor se, em vez de *turista*, outra pessoa visse o *passaporte*. O humor instaura-se na ironia de o “passaporte” do travesti ser visto por um “turista”.

Considerações finais

Conforme Possenti (1998, p. 25) afirma, o humor veicula “discursos socialmente controversos”. A trova humorística, da mesma maneira que a piada, tem a intenção de fazer rir veiculando discursos socialmente controversos. São muito frequentes na trova

a referência ao sexo, às relações familiares, a instituições e ao que é considerado defeito físico.

Nem sempre as trovas são enunciados estilisticamente criativos, mas em alguns situações os poetas concebem textos criativos e expressivos. Uma das mais salientes marcas de expressividade é a criação de formas neológicas, formais ou conceptuais.

Nos exemplos que analisamos, os neologismos semânticos (*caniço/samburá, instrumento, ex-combatente e passaporte*) estão essencialmente ligados ao sentido dos seus respectivos enunciados. Não ocorrem gratuitamente e é seu emprego inusitado nesses contextos específicos que desencadeia o efeito humorístico.

Retomando o conceito de metáfora conceptual, podemos visualizar esse fenômeno no seguinte quadro:

Domínio fonte	Domínio Alvo
órgão sexual masculino	caniço
	instrumento
	ex-combatente
	passaporte
órgão sexual feminino	samburá

Todas essas metáforas possuem um traço em comum, o erotismo. E isso não é uma coincidência, pois o emprego de referências eróticas ou mesmo fesceninas no discurso humorístico não é uma novidade. Como bem esclarece Preti,

[...] o processo metafórico da linguagem erótica reflete bem uma tendência popular: o uso de um mecanismo primário, de fundo emotivo, no qual, quase sempre, se evoca um objeto concreto por uma imagem também concreta, valorizando uma de suas propriedades, talvez a mais expressiva. Em geral, baseia-se numa relação física (forma, cor, cheiro, som etc.), como ocorre com a metáfora gíria. (2010, p. 151)

É o que podemos depreender das metáforas estudadas: embora não sejam essencialmente “populares”, refletem a tendência popular da concretude das imagens.

Só podem ser considerados neologismos semânticos porque assumem um significado distinto do acervo léxico da língua. Não consta no *Houaiss* ou em outro de nossos normativos o sentido de “órgão sexual masculino” para “caniço”, “instrumento”, “ex-combatente” e “passaporte”. E é justamente esse novo sentido que confere a esses enunciados um toque de originalidade. Apesar de unidades como “caniço” e “instrumento” serem previsíveis com esse sentido fálico advindo da linguagem popular, as unidades “samburá”, “ex-combatente” e “passaporte” são imprevisíveis com esse sentido. Em todos os casos, porém, são escolhas deliberadas.

Aliás, um texto bem construído, independente de gênero a que pertença, é um construto em que as palavras são organizadas de maneira deliberada. Como reconhece Cardoso, “pode-se afirmar que por trás de uma escolha existe sempre uma intenção e, dependendo de sua intenção, esse indivíduo que produz o texto pode criar um ou outro efeito de sentido” (CARDOSO, 2010, p. 76). Esse enunciador tem o objetivo de “seduzir” o leitor, ou como diz Cressot, “impressionar o destinatário”:

A comunicação pode ser objetiva, puramente intelectual, limitando-se a verificar a existência de um fato. Frequentemente, porém, acrescenta-se-lhe uma intenção, um desejo de impressionar o destinatário. Exploramos, mais ou menos inconscientemente, o matiz qualitativo e quantitativo associado a determinado vocabulário. (CRESSOT, 1980, p. 13)

Esse propósito de “explorar o matiz qualitativo e quantitativo” fica bem evidente no discurso humorístico, cujo objetivo inequívoco é fazer o enunciário (sor)rir. Se na língua comum, isso pode ser feito “mais ou menos inconscientemente”, na modalidade literária, especialmente na poesia, essa exploração dos recursos léxicos da língua acontece de modo *consciente* e, assim como concebido pela retórica, o autor assume o papel de *orador* e seu público-leitor de *auditório*, de quem almeja a adesão.

O emprego de neologismos é uma “técnica discursiva” que permite “provo-ocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam ao assentimento”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 4). Essa adesão é o riso, que é provocado pela ressignificação de unidades lexicais existentes no repertório linguístico, cujos novos sentidos não seriam facilmente criados por um falante comum.

Se, como disse certa vez o humorista Leon Eliachar, *o humor faz cócegas na inteligência*, que essas “cócegas” sejam provocadas pelo poder da palavra.

REFERÊNCIAS

Gerais

- ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, Maria Aparecida. Da neologia à neologia na literatura. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUIERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: UFMS, 1998.
- CALÇADA, Guiomar Fanganiello. A seleção lexical e a construção do sentido. *Anais do IX Encontro Nacional da Anpoll*. Vol. 2. Caxambu (MG): ANPOLL, 1994.
- CARDOSO, Elis de Almeida. A criação neológica estilística. In: ALVES, Ieda Maria. *Neologia e neologismos em diferentes perspectivas*. São Paulo: Paulistana, 2010.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- CRESSOT, Marcel. *O estilo e suas técnicas*. Tradução de Madalena Cruz Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1980.
- FERRAZ, Aderlande Pereira. Neologismos semânticos na publicidade impressa: uma abordagem cognitivista. In: ISQUIERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2008. v. IV.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a Nova Retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POSSENTI, Sírio. *Os humores da língua: análises linguísticas de piadas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

PRETI, Dino. *A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica*. São Paulo: LPB, 2010 [1984].

RASKIN, Victor. *Semantic mechanisms of humor*. Dordrecht Boston: D. Reidel Pub. Co. Hingham, MA: Sold and distributed in the U.S.A. and Canada by Kluwer Academic Publishers Group, 1985.

RIO-TORTO, Graça. Caminhos de renovação lexical: fronteiras do possível. In: ISQUIERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Volume III. Campo Grande: Editora UFMS, São Paulo: Humanitas, 2007.

SOUZA, Vivian Regina O. G. *Vocabulário erótico-obsceno dos órgãos sexuais masculino e feminino em português e italiano*. Dissertação de Mestrado. São José do Rio Preto: Unesp, 2007.

WANKE, Eno Teodoro. *A trova*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973.

Corpus

MAIA, Edmar Japiassú. *Prismas*. Rio de Janeiro: Editora do Poeta, 2007.

_____. *Acalantos*. Cachoeirinha (RS): Texto certo, 2013.

A sinonímia, a polissemia e a homonímia no vocabulário da *Fauna* e da *Flora*

(Synonymy, polysemy and homonym in the vocabulary of *Fauna* and *Flora*)

Sabrina de Cássia Martins¹

¹ Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce) – Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Campus de São José do Rio Preto

sabrismartins@gmail.com

Abstract: For a long time, the specialized lexical units have been seen as monoreferential and monosemic, having the sole purpose of standardizing technical and scientific communication. However, just as with science and technology themselves, terminological studies have also undergone a process of evolution and transformation. Once terminologies are considered part of the lexicon of a language and are analyzed through a descriptive prism, such units become susceptible to semantic phenomena. This paper aims to report the presence of synonymy, polysemy and homonymy in the terminology of *Fauna* and *Flora*, as well as their treatment in the Onomasiological dictionary of chromatic phrases of *Fauna* and *Flora*.

Keywords: Terminology; Semantic Phenomena; Fauna and Flora; Specialized Dictionaries.

Resumo: Durante muito tempo, as unidades lexicais especializadas foram vistas como monorreferenciais e monossêmicas, tendo como objetivo único e exclusivo padronizar a comunicação técnico-científica. Entretanto, assim como a ciência e a tecnologia passaram por um processo de evolução e transformação, também os estudos terminológicos evoluíram. Uma vez que as terminologias são consideradas como parte integrante do léxico de uma língua e são analisadas pelo prisma descritivo, tais unidades tornam-se passíveis de fenômenos semânticos. Este artigo objetiva relatar a presença da sinonímia, polissemia e homonímia na terminologia da *Fauna* e da *Flora*, e seu tratamento no *Dicionário onomasiológico de expressões cromáticas da Fauna e Flora*.

Palavras-chave: Terminologia; Fenômenos Semânticos; Fauna e Flora; Dicionários Especializados.

Introdução

No século XIX, com a internacionalização das ciências, surgiu a necessidade de se criar estratégias para unificar a comunicação científica a nível mundial. Assim, no início do século XX, destacam-se os estudos que têm como foco as unidades lexicais especializadas (doravante ULEs) que, de um modo geral, tinham o objetivo estabelecer padrões terminológicos nos campos de especialidade, além de regras para a formação das terminologias que visavam à sua normatização internacional.

Tais estudos empregavam uma perspectiva normativa e prescritiva do uso das ULEs, unidades entendidas como designações de conhecimento, cuja função era eliminar ambiguidades nos textos técnicos, caracterizadas pela monorreferencialidade e monosse- mia associadas à precisão conceitual tão requerida para a fixação dos conceitos pela comunidade científica e para o intercâmbio comunicacional entre especialistas de diversas áreas ao redor do globo. Nesse sentido, a possibilidade de fenômenos semânticos como a sinonímia, a polissemia e a homonímia era completamente excluída. Uma vez defendida a univocidade nas terminologias, os estudiosos assumiam uma posição que desconsidera-

va aspectos pragmáticos e comunicativos que hoje são vistos como inerentes ao discurso especializado.

No decorrer da segunda metade do século XX, houve uma revisão dos pressupostos teóricos terminológicos que passaram a enfatizar o comportamento do seu objeto de estudo, isto é, o *termo*, em seu contexto real de uso, abrindo-se caminho para uma nova abordagem que estuda as ULEs por um prisma descritivo, considerando aspectos pragmáticos, comunicativos, variacionistas e cognitivos, que apontam para a atenção ao uso e funcionamento das ULEs. Ademais, tal postura argumenta que as ULEs devem ser tratadas como parte do léxico geral de uma língua, sendo, portanto, suscetíveis aos mesmos fenômenos linguísticos que o léxico comum. Desta sorte, partindo-se de uma postura descritiva dos estudos terminológicos, há o reconhecimento de que fenômenos semânticos como os supramencionados, tão recorrentes no léxico comum, também se fazem presentes no léxico especializado, caracterizando sua *plurivocidade* (BARBOSA, 2010).

O presente trabalho atenta para a presença de tais fenômenos nos domínios da *Fauna* e da *Flora*, âmbito que, assim como outras áreas de estudo, tais como a química e a anatomia, impulsionou a normatização de denominações das espécies para fins de comunicação internacional. As observações aqui apresentadas resultam de uma pesquisa desenvolvida durante um projeto de mestrado¹ que teve como objetivos o estudo das expressões cromáticas especializadas pertencentes a essas duas subáreas, bem como a elaboração de um dicionário onomasiológico que contempla tal fatia do léxico. Destarte, discorreremos sucintamente sobre a forma como tais fenômenos são caracterizados na Semântica e como são defrontados pelos estudos terminológicos. Por fim, relataremos como ocorrem na fatia lexical em questão e como os itens sinônimos, polissêmicos e homônimos foram tratados dentro do dicionário.

A sinonímia

Durante um período dos estudos linguísticos, acreditou-se que a sinonímia total fosse inexistente, pois se defendia que para cada forma linguística havia um dado e constante significado. Bréal, em 1921, no *Essai de sémantique* (apud ULLMANN, 1964), já dizia que unidades lexicais que são sinônimas em um determinado momento adquirem significados diferentes no decorrer de sua história, fato que impossibilita a permutação. Bloomfield, no livro intitulado *Language*, de 1933 (apud ULLMANN, 1964), defende que se se tratam de formas foneticamente diferentes o significado também será diferente. De acordo com Ullmann (1964), embora esses e outros estudiosos neguem a possibilidade da sinonímia, seria equivocado negar sua existência.

De fato, pouquíssimas palavras podem ser consideradas como sinônimas absolutas, pois, por mais sutis que sejam, as unidades lexicais apresentam traços que as distinguem das demais. Em outras palavras, unidades diferentes apresentam alguma distinção no significado, já que poucas delas são totalmente permutáveis em qualquer contexto, sem que haja alteração no seu significado objetivo, no tom ou valor evocativo. Argumenta-se que para duas ou mais unidades lexicais serem consideradas como sinônimas é preciso

¹ Cf. MARTINS, S. C. Dicionário onomasiológico de expressões cromáticas da *fauna* e *flora*. 2013. 220f. Dissertação (Mestrado) – São José do Rio Preto, 2013.

que compartilhem do mesmo conjunto de significados, pertencendo a um mesmo campo lexical, e sejam permutáveis em diferentes contextos, em diversos discursos.

Segundo Baldinger (1970), duas unidades lexicais são sinônimas absolutas quando há correspondência de conteúdo conceitual e simbólico, porém dificilmente serão julgadas como tal se forem consideradas fatores externos (que dependem do falante) e internos (que dependem da estrutura da língua). Retomando as palavras de Heger, o mesmo autor ressalta ainda que não existe identidade de significação, mas sim de conceitos.

Para Baldinger (1970), partindo-se do ponto de vista onomasiológico, grupos de unidades lexicais que ocupam a mesma posição dentro de um campo onomasiológico podem ser considerados como formas sinônimas absolutas. Pelo prisma semasiológico, por outro lado, duas unidades lexicais são sinônimas se há identidade de significado e de semema. Assim, conforme o autor, as unidades se distinguem pela presença de sememas que não compartilham. Portanto, unidades que apresentam várias significações dificilmente se enquadrarão entre os sinônimos absolutos.

Para além das unidades que figuram nos discursos do nosso cotidiano, tal fenômeno também está presente onde menos se esperaria, isto é, nas terminologias. Para Ullmann (1964), uma vez que as unidades lexicais especializadas podem ser delimitadas e apresentam um nível maior de neutralidade emocional, a definição de sinônimos absolutos torna-se mais fácil e, ainda segundo o autor, verifica-se que não é um fenômeno pouco comum. A seguir, relataremos como a sinonímia científica é abordada pelos estudos terminológicos.

A sinonímia científica

Embora durante muito tempo as terminologias tenham sido entendidas como um sistema à parte da linguagem comum e, portanto, sujeito à univocidade e ao monorreferencialismo, atualmente o princípio *para cada conceito o seu termo* não mais se sustenta. Uma vez que a sinonímia é um fenômeno semântico universal, seguramente será encontrada no discurso especializado. Sager (1990) defende a presença da sinonímia em terminologia, porém, ressalta que os itens lexicais especializados sinônimos referem-se a uma mesma realidade conceitual, assumindo o mesmo significado e ocorrendo no mesmo nível de discurso. Por sua vez, Cabré (1993) assume a naturalidade de formas alternativas de denominação para um mesmo conceito. Para a autora, a terminologia só considera formas sinônimas aquelas que são semanticamente equivalentes.

Contente e Magalhães (2005) ressaltam que a sinonímia nas terminologias apresenta aspectos de ordem intralinguística que diferem da sinonímia do léxico comum, uma vez que dependem do tipo de conceito e das exigências das situações de comunicação. Os mesmos autores adicionam que em terminologia existem os sinônimos e os quase sinônimos. Estes fazem referência às unidades que não são permutáveis em todo e qualquer contexto, estando o sentido sujeito a alterações. O primeiro, por sua vez, refere-se a uma relação de igualdade na significação, isto é, duas unidades referem-se ao mesmo conceito, entretanto, segundo eles, localizam-se em níveis de língua, conceituação ou comunicação diversos.

Citando Felber (1987), Contente e Magalhães (2005) ressaltam que a sinonímia em terminologia existe quando duas ou mais unidades lexicais especializadas referem-se

a uma mesma noção, estando associada à utilização de caracteres equivalentes ou não para a sua formação, além da utilização de unidades de origem distintas. Por exemplo, muito comuns são os casos em que diferentes denominações são criadas concomitantemente, a partir de radicais diferentes, um grego e outro latino, como *caecitis* (latim) e *typhlitis* (grego), ambas as formas denominando a inflamação do intestino. Outra forma é a coexistência em algumas nomenclaturas de um termo em língua nativa e outro criado a partir de radicais greco-latinos. Além disso, o mesmo autor afirma que a sinonímia também ocorre com a utilização paralela de uma unidade em L1 e outra internacional; uma unidade em L1 e outra inserida na língua por empréstimo; a coocorrência de uma unidade da língua geral e outra pertencendo à linguagem científica.

Segundo Ullmann (1964), duas ou mais unidades lexicais especializadas (ULEs) são sinônimas quando compartilham o mesmo semema, isto é, o mesmo *genus proximum* e as mesmas *differentiae specificaе*, sendo capazes de figurar no mesmo contexto de uso, sem alteração do sentido. No entanto, como bem destaca o autor, casos de sinônimos absolutos são extremamente raros, pois, por mais traços semânticos que compartilhem, cada unidade lexical tem suas peculiaridades, seus traços específicos, sua própria identidade que as diferem das demais.

Zgusta (1971 apud LANDAU, 1989, p. 105) especifica três aspectos do significado lexical: o *designatum*, que se refere ao conceito ou propriedades que o definem; a conotação ou suas características associadas; o campo de aplicação que é definido pela variedade de contextos em que determinada unidade é utilizada. Desse modo, a *sinonímia absoluta* ocorre quando duas unidades lexicais especializadas correspondem nos três aspectos de *designatum*, conotação e campo de aplicação, fato considerado raro por Zgusta entre as unidades da língua geral, porém relativamente frequente entre as terminologias.

Dalhberg (1981 apud CONTENTE E MAGALHÃES, 2005) define a sinonímia absoluta como um fenômeno raro em que as diversas denominações devem nomear conceitos absolutamente idênticos. Assim, duas formas diferentes devem precisamente referir-se a um mesmo conceito, ocorrendo num mesmo contexto situacional de comunicação. Em concordância, Barros (2004) acrescenta que a raridade do fenômeno deve-se à difícil permutabilidade das unidades lexicais em todos os contextos, às diferenças em relação à distribuição e aos sentidos cognitivos e afetivos.

São relativamente comuns os casos de sinonímia na Taxonomia,² estando vários nomes científicos relacionados a uma mesma espécie. No decorrer da nossa pesquisa de mestrado, que teve como objetivos o estudo e a sistematização das expressões cromáticas especializadas pertencentes à *Fauna* e à *Flora*, muitos foram os casos de sinonímia absoluta no que diz respeito ao nome científico. De acordo com Quicke (1996), o ideal seria que cada espécie tivesse um único nome científico, porém, o autor admite a grande frequência desse fenômeno e afirma que tal fato se deve a dois motivos: i) mais de um grupo de pesquisa trabalhando numa mesma entidade, o que resulta na competição de dois ou mais nomes para a denominação de uma espécie; ii) a não concordância entre os pesquisadores sobre o número de táxons envolvidos num determinado grupo, podendo resultar na subdivisão da classificação. O autor ainda coloca que, por regra, cada táxon deve ter apenas um nome válido, que é geralmente o primeiro nome proposto, mas o que

² Ciência que descreve, identifica e classifica os organismos.

observamos na realidade é a presença documentada desses sinônimos em dicionários da área, enciclopédias e *sites* especializados.

Alguns exemplos são citados na tabela abaixo:

Quadro 1. Exemplos de sinonímia científica

Expressões cromáticas	Nomes científicos
ANGICO-VERMELHO	<i>Parapiptadenia rigida</i> (Benth.) Brenan, <i>Anadenanthera macrocarpa</i> (Benth.) Brenan
ANGICO-AMARELO	<i>Peltophorum dubium</i> , <i>Brasilettia dubia</i> , <i>Caesalpinia dubia</i> , <i>Peltophorum vogelianum</i> , <i>Baryxylum dubium</i>
ANGICO-BRANCO	<i>Anadenanthera colubrina</i> , <i>Albizia polycephala</i> , <i>Piptadenia zehntneri</i> Harms, <i>Piptadenia colubrina</i> (Vell.) Benth, <i>Piptadenia macrocarpa</i>
BABOSA-BRANCA	<i>Cordia superba</i> , <i>Cordia atrofusca</i> Taub., <i>Cordia blanchetti</i>
CIPÓ-BARBA-BRANCA	<i>Clematis dioica</i> L., <i>Clematis brasiliana</i> DC., <i>Clematis campestris</i> , <i>Clematis hilarii</i>

Nesse sentido, é possível afirmar que se trate de formas sinônimas dado que são permutáveis, são utilizadas no mesmo padrão de língua, em um mesmo contexto situacional, isto é, no discurso entre especialistas de Ciências Biológicas e áreas afins, embora ocorram em regiões geográficas distintas.

Como dito anteriormente, um dos objetivos de nossa pesquisa foi a elaboração de um dicionário especializado que aborda o vocabulário em questão. Uma vez que nosso trabalho visa à descrição da terminologia da *Fauna* e da *Flora*, procuramos registrar todas as possibilidades de formas sinônimas no dicionário. Posteriormente, descreveremos como tais informações foram registradas. A seguir, trataremos dos fenômenos da polissemia e da homonímia.

A polissemia e a homonímia

A ambiguidade pode ser definida como a condição linguística de uma frase que pode levar a mais de uma interpretação pelo receptor da mensagem, ocorrendo devido a fatores fonéticos, gramaticais e lexicais, funcionando, inclusive, como um artefato estilístico. Pode-se afirmar que os fatores lexicais se sobressaem em relação aos outros, pois tratam da polivalência das palavras, podendo assumir duas formas: casos em que uma palavra tem dois ou mais significados, diz-se polissemia, e casos em que dois ou mais significados apresentam o mesmo som, diz-se homonímia. Nesse sentido, polissemia e homonímia são considerados elementos essenciais nos estudos relacionados ao léxico, uma vez que são conceitos decisivos para a sua descrição e, ademais, levam ao entendimento da natureza da ambiguidade (CORREIA, 2000).

No que diz respeito à *polissemia*, Zavaglia (2003, p. 244) destaca que:

[...] é um fenômeno que está naturalmente presente em uma língua natural; é um fator de economia e flexibilidade para a eficiência desse mesmo sistema linguístico. Não importa quantos significados tenha um dado item lexical: dada a influência do contexto, não haverá confusão entre eles, se a um certo significado for dado um determinado sentido somente numa situação precisa.

Assim, dizemos que a polissemia se dá quando a um significante são destinadas várias significações atualizadas, na medida em que uma unidade lexical é reaproveitada na linguagem, porém preservando um núcleo sêmico comum e sem que seu significado inicial seja alterado. Tal fenômeno pode ocorrer devido a cinco fatores, de acordo com Ullmann (1964): 1. mudanças de aplicação da palavra, ou seja, as unidades lexicais têm certo número de aspectos que variam de acordo com o seu emprego, assim, a depender do contexto em que figuram e das unidades com que coocorrem, podem apresentar sentidos diferentes; 2. especialização num meio social, ou seja, as palavras adquirem sentidos especializados, cada um cabível em uma determinada área de especialização; 3. linguagem figurada, ou seja, uma palavra adquire sentidos figurados que convivem com o seu significado inicial; 4. homônimos reinterpretados, isto é, palavras com som idêntico, mas de origens diferentes e de sentidos não muito diversos que tendem a ser consideradas como uma única palavra; 5. influência estrangeira, ou seja, a palavra já existente num sistema linguístico tem seu significado alterado por meio da “importação de significado”.

Tanto Ullmann (1964) quanto Zavaglia (2003) concordam que a frequência das palavras está intimamente ligada ao fenômeno da polissemia, pois quanto maior for o uso, maiores as chances de surgirem novos sentidos. Ullmann (1964) e Correia (2000) colocam em relevo a relação estabelecida entre a polissemia e a economia linguística, afirmando que caso não houvesse a possibilidade de se atribuir mais que um sentido a uma mesma palavra, a nossa memória estaria sujeita a uma sobrecarga. Entretanto, Correia (2000, p. 65) clarifica que tal economia se dá apenas porque:

[...] o domínio das várias acepções de uma mesma unidade não requer da parte do falante qualquer esforço suplementar de memorização: efectivamente, o falante é capaz de apreender genericamente o significado de uma unidade lexical ao ser utilizada em contextos inesperados para denominar entidades inesperadas, ao mesmo tempo que é capaz de denominar entidades cujo nome não conhece usando palavras que designam entidades diferentes, sem que isso provoque dificuldades de comunicação.

A mesma autora acrescenta ainda que, da mesma forma que o ser humano é dotado de uma “competência sintática” que permite a produção e compreensão de frases, também é dotado de uma “competência semântico-denominativa” que o torna capaz de utilizar palavras já existentes com sentidos nunca antes produzidos ou compreender palavras com sentidos até o momento desconhecidos.

Correia (2000) e Zavaglia (2003) defendem que o contexto suprime as confusões entre os significados de uma palavra polissêmica, pois,

[...] um significado só terá sentido em uma determinada situação, dado que os outros significados não existirão (e não se confundirão) na mente do interlocutor. Com efeito, trata-se de um signo que possui um significante e um significado que é empregado em uma pluralidade de sentidos mais ou menos ampla; a correlação existente entre os diver-

dos sentidos conduz a um mesmo significante (fato esse que diferencia a polissemia da homonímia). (ZAVAGLIA, 2003, p. 246)

Caso o contexto não seja suficiente, ressalta Ullmann (1964), podemos fazer ainda uso de medidas (a depender da língua) que contribuem para reduzir os efeitos da polissemia, que são: o gênero gramatical; as diferenças na flexão; o acréscimo de outras palavras que ajudam na especificação do sentido; a ordem das palavras; e modificações na forma. A ambiguidade ocorre quando nenhum desses artifícios for suficiente, situações que podem derivar: do empréstimo semântico de uma língua estrangeira que pode levar o falante da língua materna ao equívoco; da aceitação de dois ou mais sentidos em um mesmo contexto na linguagem popular; e de onde menos se espera, do uso técnico e científico, pois mesmo que um conceito já esteja definido e nomeado, outros especialistas podem redefini-lo caso seja necessário. Não obstante, as confusões aumentam quando, segundo o mesmo autor, uma palavra já ambígua na linguagem comum também é empregada na linguagem especializada.

No tocante à homonímia, Zavaglia (2003) afirma que embora seja considerado menos comum e complexo, tal fenômeno apresenta efeitos igualmente problemáticos devido à dificuldade de definição. Ullmann (1964, p. 369) atenta para a dificuldade de delimitação entre a polissemia e a homonímia, visto que, nas palavras do autor, “é impossível medir o grau de proximidade dos significados”. Tal questão estabelece relação direta com a Lexicografia, pois muitas vezes cabe ao lexicógrafo decidir como será o registro das unidades supostamente homônimas ou polissêmicas.

De fato, muitas são as propostas de conceituação da homonímia que têm variado entre critérios diacrônicos, de convergência fonética, de divergência semântica, influência estrangeira, polissemia homonímica, critérios sintáticos e morfológicos, distinções estilísticas e sociais, ortografia, etc.

Contudo, é de comum acordo que tal fenômeno se manifeste quando um mesmo significante apresenta dois ou mais significados completamente diferentes, isto é, que não apresentam nenhuma relação entre si. Zavaglia (2003, p. 250) propõe a seguinte definição:

A homonímia é o fenômeno linguístico em que se tem a identidade de duas lexias no plano da expressão, ou seja, formas perfeitamente iguais que se distinguem semanticamente (um significante para dois significados, no plano do conteúdo) ou a identidade de duas construções gramaticais, gerando ambiguidade. O primeiro refere-se à homonímia lexical e o segundo à homonímia estrutural. (grifo da autora)

Desse modo, entende-se que duas palavras são homônimas quando apresentam a mesma forma, porém sentidos diferentes. Concernente à etimologia, argumenta-se que esse seja um dos critérios distintivos entre polissemia e homonímia. A Lexicografia, por exemplo, vale-se geralmente do critério etimológico para o estabelecimento da homonímia e sua diferenciação com a polissemia. *A título de elucidação, tomemos a unidade pena*. Esta apresenta etimologias que culminaram numa única forma com diferentes significados, como mostra a tabela abaixo:

Quadro 2. A etimologia como critério distintivo

Pena 1	gr. <i>poinê,ês</i>	Punição; sentimento de compaixão, pesar.
Pena 2	lat. <i>penna,ae</i>	Cada uma das estruturas que revestem o corpo das aves; instrumento utilizado para escrever.

Estamos diante de duas unidades lexicais que, a princípio, apresentavam significados e etimologias diferentes, mas que, diacronicamente, convergiram para uma mesma pronúncia e grafia, mantendo os dois significados primordiais diferentes e não relacionáveis, de sorte que são consideradas homônimas. Assim, os homônimos seriam formas etimologicamente distintas, com sentidos distintos, que diacronicamente caminharam para a coincidência gráfica (*homografia*) e fonética (*homofonia*).

Zavaglia (2003) explica que a homofonia se dá quando dois ou mais significantes apresentam grafia diferentes, porém são foneticamente idênticos, por exemplo, *cessão* “ato ou efeito de ceder”, *seção* “subdivisão, segmento” e *sessão* “período de duração de uma atividade”. No que diz respeito à homografia, a autora discorre sobre quatro casos distintos: 1. a homonímia semântica, isto é, casos em que a unidade lexical apresenta identidade oral e gramatical, porém com significados diferentes, por exemplo, *banco* “móvel utilizado para sentar” e *banco* “estabelecimento econômico”; 2. a homonímia categorial, isto é, unidades foneticamente idênticas, mas que se distinguem quanto à classe gramatical, por exemplo, *abandono* “substantivo” e *abandono* “verbo”; 3. a homonímia etimológica, isto é, unidades idênticas quanto à fonética e grafia, porém com etimologias distintas; 4. a homonímia heterófona, isto é, significantes de forma idêntica, mas de pronúncia diferente, por exemplo, *gosto* “substantivo” e *gosto* “verbo”. Assim como na polissemia, o contexto é uma das ferramentas mais importantes para se dirimir as confusões causadas pela homonímia.

A polissemia e a homonímia nas terminologias

Da mesma forma que a sinonímia é um fenômeno recorrente no discurso especializado, também observamos a ocorrência dos fenômenos da polissemia e da homonímia. Alves (2000) salienta que tais conceitos são definidos em Terminologia de forma análoga a da Lexicografia e da Lexicologia. Baseando-se em Rondeau (1984), a referida autora salienta que o fenômeno da homonímia não é visto em Terminologia como problemático, visto que cada unidade lexical especializada está vinculada a um determinado campo conceitual. Em outras palavras, uma unidade que compõe a terminologia de uma dada área do conhecimento refere-se a um único conceito dentro dessa área.

No que diz respeito ao reconhecimento de que uma mesma unidade lexical especializada possa ocorrer em diferentes contextos, Sager (1990) assinala que tal constatação destrói o ideal de univocidade, ideal esse que foi durante muito tempo sustentado pelo fato de que tais unidades homônimas ocorreriam em campos conceituais diferentes, o que afastaria ambiguidades. Segundo o mesmo autor, sempre houve o reconhecimento da existência da homonímia e, por conseguinte, de que uma mesma ULE pode pertencer a mais de um campo, sendo definida em cada um deles de um modo diferente. Em concordância com as palavras de Sager, Cabré (1993) explica que, como a Terminologia trabalha

com campos fechados, as formas iguais assumem valores diferentes a depender do campo em que se encontram.

Sem dúvida, a homonímia tem frequência marcante nas terminologias. Não obstante, os estudos em Terminologia e a sua prática têm demonstrado que a polissemia também está presente na linguagem especializada, havendo a constatação de relações polissêmicas entre unidades lexicais de um mesmo domínio do conhecimento. E como poderia ser diferente se o próprio item *terminologia* tem caráter polissêmico, referindo-se 1. ao conjunto de princípios que direcionam o estudo dos termos; 2. ao conjunto de diretrizes que orientam a prática terminológica; 3. ao conjunto de termos de uma determinada área de especialidade (KRIEGER; FINATTO, 2004).

De acordo com Alves (2000), a polissemia na linguagem especializada, assim como na linguagem comum, também está intimamente ligada à frequência com que um dado item ocorre, pois uma unidade lexical especializada muito frequente também está sujeita à multiplicidade de sentidos. Para Barros (2004), é a dinamicidade do léxico, aliada à sua atualização no discurso, que faz com que um item lexical evolua e assumam outros traços semânticos, resultando, assim, na sua polissemia. A autora, então, define como polissêmica a unidade lexical especializada cujo semema é composto por “vários subconjuntos sêmicos, os quais possuem uma zona de intersecção semântica”, constituindo “uma situação em que dois ou mais conceitos, em relação de oposição transitiva, são designados por uma mesma unidade lexical ou terminológica” (BARROS, 2004, p. 227).

Com efeito, frequentemente encontramos no domínio da Biologia um mesmo nome comum, ou seja, uma mesma expressão cromática, que denomine diferentes espécies, pertencentes tanto à mesma família e a gêneros diferentes, quanto a famílias diversas. Dessa forma, é absolutamente válido considerarmos como caso de polissemia a expressão *CAMBUÍ-ROXO*, que faz referência tanto à espécie *Eugenia candolleana* quanto à espécie *Myrtus rubra*, ambas pertencentes à família Myrtaceae e que, portanto, apresentam algumas características em comum. Uma vez que essas duas espécies pertencem à mesma família e, portanto, partilham de um número significativo de características, entendemos que estamos diante de uma única unidade lexical com acepções diferentes, mas que dentro do campo conceitual da *Flora*, encontram-se num mesmo subcampo.

Do mesmo modo, também é válido considerarmos como caso de homonímia, a expressão *BRANCA-URSINA* que faz referência à espécie *Acanthus mollis*, da família Acanthaceae, e à espécie *Heracleum sphondylium*, da família Apiaceae. Uma vez que não pertencem à mesma família, não compartilham dos mesmos traços distintivos. Portanto, entendemos o significante *branca-ursina* como dois itens lexicais diferentes, isto é, duas formas homônimas, cada qual com um sentido diferente que, dentro do campo conceitual da *Flora*, encontram-se em subcampos distintos.

Como dito anteriormente, esse trabalho é resultado de uma pesquisa focada no estudo das expressões cromáticas especializadas encontradas nos domínios da *Fauna* e da *Flora* e na elaboração de um dicionário especializado que aborda tal fatia lexical. A próxima seção será dedicada à descrição do tratamento da sinonímia, polissemia e homonímia no dicionário.

O registro da sinonímia, polissemia e homonímia no Dicionário onomasiológico de expressões cromáticas da *Fauna e Flora*

O processo de elaboração de obras lexicográficas, sejam elas especializadas ou não, exige do lexicógrafo o planejamento detalhado de cada etapa, desde a fatia do léxico que será abordada, bem como o perfil, até o modelo de macroestrutura e de microestrutura mais adequado para o público almejado.

A escolha em se trabalhar com expressões cromáticas especializadas deve-se, primeiramente, ao interesse no estudo das cores e sua contribuição na ampliação lexical; em segundo lugar, à constatação de que as cores também contribuem ativamente para a ampliação do léxico especializado nas mais diversas áreas; em terceiro, à grande frequência das cores na denominação das espécies da *Fauna* e da *Flora*. Assim, optamos por abordar no dicionário as expressões cromáticas, isto é, sintagmas nominais compostos pelos nomes de cores³ *vermelho, verde, azul, amarelo, preto, branco, cinza, marrom, rosa, laranja, roxo, violeta e anil*, encontrados nos subdomínios da Botânica, unicamente dentre as angiospermas, e da Zoologia, especificamente os vertebrados.

A partir desse recorte, estabelecemos o público-alvo do dicionário, a saber, especialistas e estudantes de Ciências Biológicas e áreas afins. Sendo assim, a forma como a nomenclatura e as informações são distribuídas é pensada a fim de atender às necessidades de tal público. O modelo de macro e microestrutura, bem como os fatores que nos levaram à sua elaboração, foram amplamente discutidos em Martins (2013), portanto, relataremos apenas a descrição dos fenômenos semânticos descritos anteriormente. Para uma melhor compreensão do que será exposto, ilustramos o modelo de verbete que serve de base para as considerações seguintes:

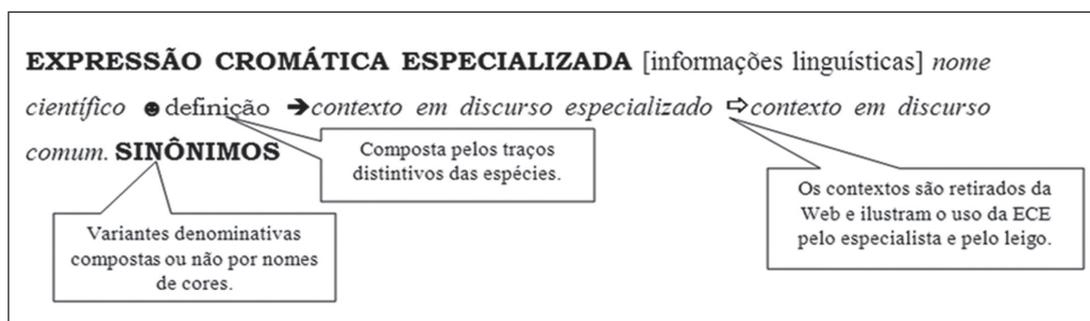


Figura 1. Modelo de verbete

Como exemplo de verbete, temos:

³ Tal tipologia de nomes de cores está baseada nos trabalhos de Berlin e Kay (1969), Arcaini (1991) e Zavaglia (1996).

PERCA-AMARELA [s.f.; pl. percas-amarelas; var. perca amarela] *Perca flavescens* (Mitchill, 1814) ● Peixe teleosteo, perciforme, que pode ser encontrado em águas calmas e profundas de rios. Com corpo fusiforme de cerca de 15 cm de comprimento, apresenta dorso negro com o restante do corpo dourado com listras pretas; ventre amarelo pálido e nadadeiras avermelhadas. Alimenta-se de peixes menores. → *No entanto, em estudos mais recentes realizados com juvenis de perca amarela e com bagre-do-canal (Twibell et al., 2001; Twibell et al., 2003), respectivamente, não houve melhora na conversão alimentar dos peixes alimentados com as dietas com CLA. ⇨ A perca amarela atinge a idade adulta ao cabo de três anos.*

<http://www.scielo.br/pdf/rbz/v36n5s0/a04v3650.pdf>

<http://www.netpiratas.com/aquaticos/39723-peixes-de-agua-doce-4.html>

Figura 2. Exemplo de verbete

O nosso estudo parte do reconhecimento da expressão cromática especializada (ECE), de sua localização dentro dos domínios da *Fauna* e da *Flora* e de sua relação com uma ou mais espécies. Sabemos que o falante comum usa do seu conhecimento de vocabulários já fixados para denominar as espécies que o rodeiam e, geralmente, se vale das características físicas destas para a identificação, a caracterização ou a diferenciação. Como na *Fauna* e na *Flora* a cor é uma característica física e, portanto, mais saliente aos olhos, é usada com frequência na construção de denominações populares e vernaculares. Surgem, assim, as expressões cromáticas consideradas por nós como sendo especializadas, pois, embora muito frequentes dentre os falantes leigos, pertencem a um determinado campo do saber. Além disso, são utilizadas também por especialistas com o objetivo de divulgação científica.

No que diz respeito à *denominação científica*, sabemos que ao redor do globo pode haver vários cientistas trabalhando no reconhecimento e caracterização de uma mesma espécie e que isso pode resultar em diferentes nomes científicos. Temos, então, casos em que ocorre a sinonímia científica. Desse modo, quando constatado dois ou mais nomes científicos para uma mesma ECE, estes foram elencados no campo destinado ao nome científico da espécie, logo após as informações linguísticas, como exemplificado a seguir:

MATAMATÁ-BRANCO [s.m./f.; pl. matamatás-brancos; var. matamatá branco]
Eschweilera coriácea, Eschweilera grandiflora, Eschweilera pedicelata

Figura 3. Disposição dos sinônimos científicos no interior do verbete

Em contrapartida, verificamos casos em que duas ou mais espécies pertencentes a uma mesma família, partilhando, portanto, de um número significativo de características, apresentavam a mesma denominação comum, isto é, uma mesma ECE. Tais casos, considerados nessa pesquisa como polissêmicos, ocorrem com relativa frequência. Abaixo, demonstramos seu tratamento no dicionário:

ORDEM: LAURALES; FAMÍLIA: LAURACEAE

CANELA-AMARELA [s.f.; pl. canelas-amarelas; var. canela amarela] 1. *Nectandra lanceolata* (Nees & Mart.), *Nectandra leucantha*, *Nectandra oreadum*, *Nectandra pichurim*, *Nectandra puberula*, *Nectandra weddellii*, *Ocotea pichurim*, *Cryptocarya moschata* ● Árvore endêmica da Mata Atlântica, de médio porte que não ultrapassa os 25 m de altura e 90 cm de diâmetro. Sua madeira foi muito usada durante décadas no Brasil na confecção de aberturas, (portas e janelas) por ser uma madeira muito resistente e de fácil manejo. Por consequência, hoje quase não se encontra espécie adulta desta árvore, já que leva em torno de 25 a 35 anos para atingir seu auge. → *Caso do pirapitinga, peixe que se alimenta das sementes da canela amarela, árvore que na região de Visconde de Mauá ocorre em 90% da mata ciliar.* ⇒ *A canela amarela e a canela preta fizeram parte da vida de muitos brasileiros que se quer tiveram conhecimento, serviram de assoalhos e tetos durante anos.* **SIN. CANELA-DA-VÁRZEA, CANELA-FEDORENTA, CANELA-LOURO, CANELA-VERMELHA, ESPORA-DE-GALO** 2. *Nectandra ambigua* ● Árvore nativa do Brasil, podendo ser encontrada em todo o país. De aproximadamente 10 m, apresenta madeira de coloração amarelada; folhas coriáceas; flores aromáticas de coloração branco-amareladas; bagas ovoides; raiz de casca amarga e tônica. Sua madeira é muito utilizada na marcenaria e carpintaria. **SIN. CANELA-SECA** 3. *Ocotea diospyrifolia* ● Árvore nativa da Argentina, Bolívia, Paraguai e Brasil, ocorrendo nas regiões centro-oeste, sudeste e sul do país. Pode ser encontrada em florestas estacionais semidecíduais, florestas ciliares e em várzeas. Tal espécie é típica de formações abertas, principalmente em matas de galeria e savanas úmidas. De aproximadamente 10 m de altura, apresenta casca tanífera; suas folhas são coriáceas; as flores são suavemente perfumadas e em panículas piramidais; as bagas são globosas. Sua madeira é de boa qualidade, sendo muito utilizada para postes e tábuas de assoalho. **SIN. CANELA-BARAUNA, BATALHA, CANELA, LOURO-AMARELO, CANELA-LOURO, CANELÃO, CANELÃO-DE-MÓVEIS, CANELEIRO** 4. *Ocotea aciphylla* (Nees) Mez, *Aydenron Tenellum* ● Árvore nativa do Brasil, ocorrendo principalmente nos estados do Amazonas, Minas Gerais e São Paulo, de aproximadamente 20 m. Apresenta folhas esparsas, flores brancas em panículas terminais e casca aromática. **SIN. LOURO-AMARELO, CANELA-AMARELA-DE-CHEIRO, CANELA-BRANCA, CANELA-POCA, CANELA-PORCA, CANELA-PORCA, LOURO-AMARELO-DE-CHEIRO, LOURO-INAMUÍ-DA-TERRA-FIRME**

<http://www.viscondeesconde.com.br/historias01.asp?pp=101>
<http://canelasecanelas.blogspot.com.br/>

Figura 4. Exemplo de ECE polissêmica

Como pode ser observado, trata-se de espécies distintas, algumas delas apresentam inclusive sinonímia científica, localizadas dentro de uma mesma família, a *Lauraceae*. Verificamos ainda nesse exemplo que há dissimilitudes em relação ao gênero, pois as acepções 1 e 2 referem-se ao *Nectandra*, diferentemente das acepções 3 e 4.

O registro é feito dentro da mesma entrada, porém, em diferentes acepções, numeradas e seguidas da definição e contextos apropriados, cujo endereço eletrônico será inserido no final do verbete. Optamos pela presença do contexto em apenas uma das acepções, escolha essa devida à baixa frequência das ECEs e, conseqüentemente, à dificuldade de se encontrar um exemplo adequado em que figurasse também o nome científico, informação essencial para a distinção da espécie.

Outro exemplo de verbete polissêmico diz respeito à ECE *jararaca-do-rabo-branco*:

BOTO-CINZA [s.m.; pl. botos-cinzas] **1.** *Sotalia guianensis* ● Cetáceo fluvial que pode ser encontrado nas bacias dos rios Amazonas e Orenoco. De aproximadamente 2 m e 55 Kg, apresenta coloração cinza escura no dorso que varia ao cinza claro ou rosa no ventre. Pode apresentar ainda faixas de coloração mais clara nas laterais do corpo. Ainda não está incluído na lista das espécies ameaçadas de extinção, embora alguns especialistas afirmem que deva ser incluída. → Com este estudo procurou-se obter informações sobre o comportamento, dieta e área de ocorrência do **boto-cinza** (*Sotalia guianensis*) presente na costa dos Estados da Bahia, do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, de acordo com as informações relatadas por pescadores locais. ⇨ O **boto-cinza** (*Sotalia guianensis*) é um pequeno golfinho de coloração cinza, que pode variar de cinza claro ao escuro, com duas faixas de coloração mais claras na lateral. **2.** *Sotalia fluviatilis* ● Cetáceo marinho que pode ser encontrado desde o norte de Honduras até o sul do Brasil. Apresenta região dorsal e as nadadeiras de coloração acinzentada e a região ventral mais clara, podendo apresentar traços rosados nas laterais. **SIN. ASSOPRADOR, BOTO-COMUM, BOTO-PRETO, BOTO-TUCUXI, PIRAJAGUARA, TUCUXI**
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1517-28052010000100003&script=sci_arttext
http://www.aquasis.org/subprograma.php?id_oquefazemos=5

Figura 5. Exemplo de ECE polissêmica

Em contraposição ao verbete referente à ECE *canela-amarela*, constatamos a partir das informações presentes no verbete anterior que estamos diante de duas espécies pertencentes ao mesmo gênero. Por essa razão, compartilham de um número maior de características.

Os verbetes anteriores relatam a grande quantidade de denominações populares ou vernaculares relacionadas a cada espécie. De fato, o fenômeno da variação denominativa é muito frequente nos domínios da *Fauna* e da *Flora*, decorrente da adequação ao nível de língua e ao nível de especialização, da variação geográfica e social, da criatividade dos falantes e das diferenças de percepção e conceituação. Embora tal fenômeno fundamente a nossa pesquisa,⁴ essa temática não constitui o foco do presente estudo.

Casos não tão frequentes, porém dignos de atenção, são aqueles em que uma única ECE denomina duas espécies de famílias diferentes, compartilhando de um número restrito ou até mesmo nulo de características. Tais casos são considerados homônimos e, ao contrário do exemplo anterior, serão registrados em entradas separadas e incluídos dentro das respectivas famílias das quais fazem parte, constando no final do verbete uma remissiva que fará referência à outra espécie e sua família. Para ilustrar o tratamento desses casos no dicionário, citamos o verbete relativo à ECE *branca-ursina*:

⁴ Cf. Martins (2013).

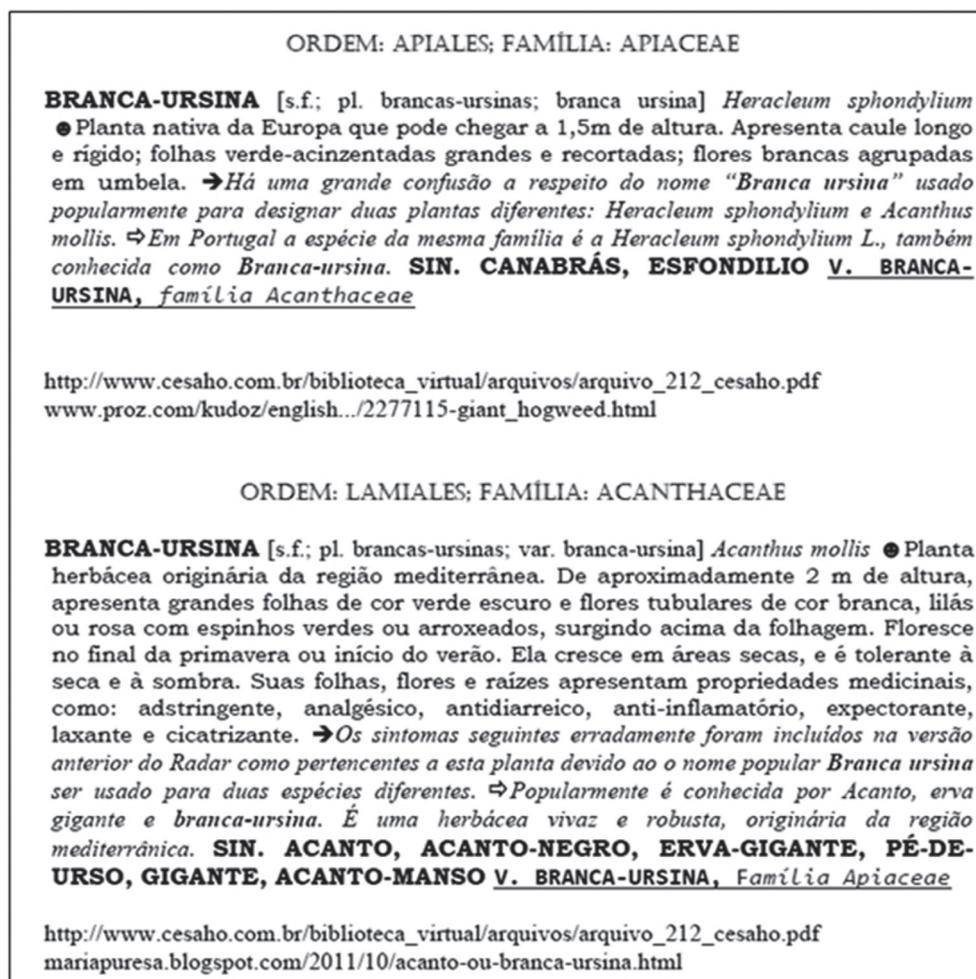


Figura 6. Exemplo de ECEs homônimas

Esse verbete ilustra ainda a organização onomasiológica do dicionário que reflete o modelo de classificação taxonômica das espécies. Como destacado no exemplo, a espécie *Heracleum sphondylium* e a espécie *Acanthus mollis* pertencem a famílias diferentes, incluídas em ordens diferentes, fato que justifica nossa opção por descrevê-las em entradas distintas.

Considerações finais

É certo que a ciência evolui e, concomitantemente à sua evolução, também seu objeto se transforma. No panorama atual dos Estudos Linguísticos, sobretudo nos que abordam o tratamento do léxico, é de extrema importância que se considere, para além de fatores intralinguísticos, fatores extralinguísticos, isto é, aspectos pragmáticos e comunicacionais, na tentativa de descrever a dinamicidade das unidades lexicais (especializadas ou não) das línguas naturais.

Assumindo uma posição descritiva do estudo do léxico especializado, apontamos para a existência dos fenômenos semânticos da sinonímia, polissemia e homonímia na constituição das terminologias, retratando sua ocorrência no vocabulário da *Fauna* e da *Flora*. Nesse sentido, em primeiro lugar, buscamos descrever cada um desses fenôme-

nos; em segundo, expomos sucintamente o ponto de vista dos estudos terminológicos sobre cada um deles; finalmente, explicamos como tais fenômenos ocorrem na terminologia em questão para, em seguida, relatarmos como os casos de sinonímia, polissemia e homonímia foram tratados no *Dicionário onomasiológico de expressões cromáticas da Fauna e Flora*.

Por fim, concordamos com as palavras de Alves (2000) ao afirmar que a presença de tais fenômenos semânticos nos domínios das terminologias é uma forma de explorar os recursos da linguagem comum para a criação das unidades lexicais especializadas. Desse modo, a sinonímia, a polissemia e a homonímia não atingem em absoluto a eficácia da comunicação especializada, antes corroboram para a constatação de que o especializado e o comum convivem e se complementam.

REFERÊNCIAS

- ALVES, I. M. Polissemia e homonímia em uma perspectiva terminológica. *Alfa*, São Paulo, v. 44, p. 261-272, 2000.
- ARCAINI, E. *Analisi linguistica e traduzione*. Bologna: Patron Editore, 1991.
- BALDINGER, K. *Teoria Semantica: hacia una semantica moderna*. Madri: Alcalá, 1970.
- BARBOSA, M. A. Tradução e estudos interdisciplinares: A multiconceitualização do mundo. *Revista Italiano UERJ*, Ano 1, v.1, n. 1, p. 67-84, 2º semestre 2010.
- BARROS, L. A. *Curso básico de Terminologia*. São Paulo: Edusp, 2004.
- BERLIN, B.; KAY, P. *Basic Color Terms: Their Universality and Evolution*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1969.
- CABRÉ, M. T. *La terminologia: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antártida/Empúries, 1993.
- CONTENTE, M.; MAGALHÃES, J. Sinonimologia e tipologia contrastiva da sinonímia terminológica em Medicina. *Riterm – Revista Debate Terminológico*, n. 1, mar. 2005. Disponível em: <http://www.riterm.net/revista/n_1/index.htm>. Acesso em: 01 abr. 2013.
- CORREIA, M. Homonímia e polissemia: contributos para a delimitação dos conceitos. *Palavras*, n. 19, Lisboa: Associação dos Professores de Português, 2000, p. 57-75.
- KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.
- LANDAU, S. I. *Dictionaries: The Art and Craft of Lexicography*. New York; Sidney: The Cambridge University Press, 1989.
- MARTINS, S. C. *Dicionário onomasiológico de expressões cromáticas da fauna e flora*. 2013. 220f. Dissertação (Mestrado) – São José do Rio Preto, 2013.
- QUICKE, D. L. J. *Principles and Techniques of Contemporary Taxonomy*. 2nd ed. London: Blakie Academic Professional, 1996.
- SAGER, J. C. *A Practical Course in Terminology Processing*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1990.
- ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Tradução de J. A. Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

ZAVAGLIA, C. *Os cromônimos no italiano e no português do Brasil: uma análise comparativa*. 1996. 264f. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Italiana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. Ambigüidade gerada pela homonímia: revisão teórica, linhas limítrofes com a polissemia e proposta de critérios distintivos. *D.E.L.T.A.*, v. 19, n. 2, p. 237-266, 2003.

Uma proposta preliminar de sistema consonantal para a língua Kaxarari (Pano)

(A preliminary proposal for the consonantal system of the Kaxarari (Panoan) language)

Raphael Augusto Oliveira Barbosa¹

¹Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)¹

raphael.aob@gmail.com

Abstract: This paper aims to present some preliminary results of a study on the consonantal segments of the Kaxarari (Panoan) language. The data used in this proposed analysis are based on the main studies on the language already done. The theoretical and methodological perspective corresponds to the principles developed by the Prague Linguistic Circle. According to those procedures and based on a comparison of some consonantal phonemes in a group of Panoan languages, the consonantal segments of Kaxarari are analyzed according to the distinctive features: [+/-obstruent]; [+/-continuant]; [+/-nasal]. Therefore, I present a propose for the consonantal system of these language and, based on processes of derivation of the liquid consonants /r/ and /l/, I present a probable innovation in the Panoan family pertaining to the feature opposition [+/-continuant] on consonantal segments that are [-obstruents] [-nasals].

Keywords: functional phonology; consonantal phonological system; Kaxarari language.

Resumo: Este artigo apresenta alguns resultados preliminares de um estudo sobre as consoantes da língua Kaxarari (Pano). Os dados usados nessa proposta de análise fonológica têm como base os principais trabalhos sobre essa língua já realizados. A perspectiva teórica e metodológica corresponde aos princípios desenvolvidos pelo Círculo Linguístico de Praga. Nesse sentido e conforme uma comparação de alguns fonemas consonantais em um grupo de línguas Pano, as consoantes do Kaxarari são analisadas com base nos traços distintivos: [+/-obstruinte], [+/-contínuo] e [+/-nasal]. Com isso, proponho um delineamento do sistema consonantal para o Kaxarari e, de acordo com os processos de derivação das consoantes líquidas /r/ e /l/, apresento uma provável inovação na família Pano referente à oposição do traço [+/-contínuo] em segmentos consonantais [-obstruintes] [-nasais].

Palavras-chave: fonologia funcional; sistema fonológico consonantal; língua Kaxarari.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar breves resultados de uma proposta de delineamento do sistema fonológico consonantal para a língua Kaxarari (Pano).² Ademais, propõe-se também a formação histórica de suas consoantes líquidas coronais /r/ e /l/. Essa análise apoia-se nos principais estudos básicos sobre essa língua, a exemplo de Sousa (2004), Couto (2005) e, em especial, Cândido, Ribeiro e Ishy (2009). Como base analítica para essa proposta, uma breve comparação de algumas consoantes e cognatos é realizada com dados de outras línguas Pano, como o Amawaka, Chakobo, Kapanawa, Kashibo-

¹ Agradeço ao financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp (Processo n. 2012/23156-3) assim como aos comentários da versão de rascunho deste trabalho pelos linguistas Sérgio Meira e professor Wilmar D'Angelis. Os eventuais erros terminológicos e analíticos neste estudo são de minha autoria.

² A família Pano possui cerca de três dezenas de idiomas falados por povos que habitam um território contínuo da Amazônia Ocidental: leste peruano, oeste brasileiro e norte boliviano. A ortografia dos termos referentes aos nomes das línguas Pano segue a classificação apresentada em Fleck (2013).

-Kakataibo, Kaxinawa, Katukina, Mastanawa, Matis, Matsés, Poyanawa, Shanenawa, Shawanawa, Shipibo-Konibo, Yaminawa e Yawanawa.³

A perspectiva teórica e metodológica de análise do sistema consonantal da língua Kaxarari baseia-se essencialmente nos princípios gerais de fonologia desenvolvidos pelo Círculo Linguístico de Praga (TRUBETZKOY, 1969; JAKOBSON, 1978, 2008). Nesses termos, o sistema consonantal é proposto com base nas oposições fonológicas de segmentos obstruintes e soantes [+/-obstruinte], contínuos e descontínuos [+/-contínuo], nasais e orais [+/-nasal]. Em adição a essa análise, também é apresentada uma proposta de inovação fonológica da língua Kaxarari, dentre as demais línguas da família Pano, referente à oposição do traço [+/-contínuo] em consoantes soantes orais (líquidas coronais – tepe /r/ e lateral /l/).

A população falante da língua Kaxarari (também grafada como Kasharari ou Cacharari) localiza-se na região amazônica ocidental brasileira. Em geral, eles residem na fronteira dos estados do Acre, Amazonas e Rondônia, próximo aos municípios de Rio Branco-AC e Extrema-RO. Os dados e informações publicados na literatura sobre o contingente populacional são divergentes, embora, pode-se considerar aproximadamente 250 a 300 indivíduos conforme apontamentos de Aquino (1985), Gomes (2009), Moreira (2005) e Sousa (2004). Segundo Erikson (1992), esse povo vive separado da maior parte dos outros povos falantes de línguas Pano por um corredor de população de falantes de línguas da família Arawak e também próximo a falantes de línguas da família Takana.

Sobre as hipóteses de parentesco linguístico dos idiomas Pano com línguas geograficamente próximas, desde o estudo de Schuller (1933) e os resultados de trabalhos descritivos e comparativos a respeito das línguas Pano e Takana nas últimas décadas, alguns estudiosos vêm apresentando prováveis relações de parentesco entre esses idiomas, a exemplo de Key (1968), Girard (1971), Greenberg (1987), Loos (1987, 2005), Ribeiro (2003). Em resumo, esses trabalhos apresentam comparações fonético-fonológicas entre as duas famílias de línguas e descrições de inventário de proto-formas lexicais Pano-Takana. Contudo, as propostas de parentesco linguístico dessas famílias caracterizam-se ainda como hipótese e demandam mais estudos comparativos sobre os processos de mudanças fonológicas, morfossintáticas e semânticas dessas línguas.

Os primeiros registros sobre as línguas da família Pano, segundo Fleck (2013), datam do século XVII, realizados por missionários jesuítas, e outros registros que datam do século XVIII, por missionários franciscanos, demais viajantes do exterior, até o estudo de La Grasserie (1890). Desde então, as propostas de classificação linguística da família Pano têm sido publicadas, a exemplo, mais recentemente, de Loos (1999), Ribeiro (2006) e Fleck (2013). Em termos tipológicos gerais, os idiomas Pano são predominantemente sufixais e na maior parte apresentam tendência ao tipo estrutural sintético-aglutinante, principalmente em raízes verbais. O alinhamento morfossintático dessas línguas consiste em um sistema ergativo-absolutivo, com cisão pronominal em alguns idiomas, e ordem básica de construções oracionais AOV/SV e possessivas Dependente-Núcleo.

As próximas seções do presente estudo apresentam (i) uma breve comparação de um grupo de segmentos consonantais em um conjunto de línguas da família Pano, (ii)

³ O critério básico de seleção desse grupo de línguas consiste na diversidade de seus inventários consonantais assim como nas descrições de itens lexicais cognatos do Kaxarari.

uma proposta preliminar de configuração do sistema fonológico consonantal da língua Kaxarari e (iii) da formação histórica de suas consoantes líquidas, (iv) as relações evolutivas dessas derivações históricas e, por fim, (v) as considerações finais.

Breve comparação de um grupo de consoantes em 15 línguas Pano

Tendo em vista uma descrição básica da distribuição de um grupo de consoantes em 15 línguas da família Pano, apresento uma breve comparação desses segmentos (selecionados segundo a diversidade dos inventários consonantais dessas línguas). Esse grupo de fonemas corresponde às seguintes consoantes plosivas, fricativas e líquidas: (i) plosivas-glotal /ʔ/ e alveolar sonora /d/; (ii) fricativas – dental surda /θ/, labiodental surda /f/, labiodental sonora /v/ e bilabial sonora /β/; (iii) líquidas – alveolar vibrante /r/, tepe /r/ e lateral /l/. Ademais, as línguas que apresentam a plosiva alveolar sonora /d/ também contêm a bilabial sonora /b/ como fonema. Na tabela abaixo, a coluna das consoantes fricativas (labiais com adição da dental /θ/) e dos róticos (vibrante e tepe) apresenta mais de um segmento, pois, nos trabalhos consultados, essas consoantes não são descritas em uma única língua como fonemas:

Quadro 1. Alguns fonemas consonantais em um grupo de 15 línguas Pano⁴

Amawaka ¹	ʔ		θ	r	
Chakobo ²	ʔ		β	r	
Kapanawa ³	ʔ		β	r	
Kaxarari I ⁴			β	r	l
Kaxarari II ⁵	ʔ		β	r	l
Kashibo-Kakataibo ⁶	ʔ			r	
Kaxinawa I ⁷		d	θ		
Kaxinawa II ⁸		d			
Kaxinawa II ⁹		d			
Katukina I ¹⁰	ʔ		β	r	
Katukina II ¹¹			β	r	
Mastanawa ¹²		d		r	
Matis I ¹³		d			
Matis II ¹⁴		d			
Matsés ¹⁵		d			
Poyanawa ¹⁶		d	β	r	
Shawanawa I ¹⁷		d	v	r	

⁴ De acordo com essa tabela, algumas línguas selecionadas para o presente estudo apresentam mais de uma fonte de pesquisa, ou seja, idiomas que foram objeto de análise por linguistas distintos em momentos diferentes. Os resultados desses trabalhos apresentam breves aspectos particulares ou divergentes devido provavelmente a variações dialetais de uma única língua ou mesmo aos procedimentos de análise de cada linguista. Em termos práticos de apresentação dessas descrições aos termos referentes a essas línguas (Kaxarari, Kaxinawa, Katukina, Matis e Shawanawa) seguem-se numerais romanos, conforme a ordem cronológica de suas publicações.

Shawanawa II ¹⁸		d	f	r	
Shipibo-Konibo ¹⁹			β		
Yaminawa ²⁰		d		r	
Yawanawa ²¹			β	r	

¹Osborn (1948, p. 188); ²Prost (1960, p. 1-3); ³Loos (1969, p. 105); ⁴Sousa (2004, p. 59); ⁵Cândido, Ribeiro e Ishy (2009, p. 4); ⁶Zariquiey (2011, p. 74); ⁷Abreu (1914, p. 11); ⁸Kensinger (1963, p. 208); ⁹Camargo (1993, p. 215); ¹⁰Barros (1987, p. 29); ¹¹Aguiar (1988, p. 19); ¹²Silva (2013, p. 74); ¹³Ferreira (2000, p. 28); ¹⁴Ferreira (2005, p. 30); ¹⁵Fleck (2003, p. 72); ¹⁶Paula (1992, p. 64); ¹⁷Cunha (1993, p. 70); ¹⁸Souza (2012, p. 18-19); ¹⁹Valenzuela (2003, p. 95); ²⁰Lanes (2000, p. 72); ²¹Paula (2004, p. 54).

No grupo de línguas Pano representado no quadro acima, a consoante plosiva glotal /ʔ/ ocorre em Awamaka, Chakobo, Kapanawa, Kaxarari, no trabalho de Cândido, Ribeiro e Ishy (2009), Kashibo-Kakataibo e Katukina, na descrição de Barros (1987). Na maior parte dessas línguas, as descrições dos inventários que contém esse fonema também apresentam a fricativa bilabial sonora /β/, com exceção do Awamaka, no qual ocorre a dental /θ/ e do Kashibo-Kakataibo, cuja descrição não apresenta segmento nessa série de fricativas. Aliás, as línguas que apresentam essa consoante fricativa bilabial /β/, por sua vez, não contém a oclusiva alveolar /d/ em seus inventários, com exceção do Poyanawa que apresenta ambas as consoantes. Ademais, grande parte dos idiomas que apresenta essa plosiva alveolar /d/ não contém a líquida tepe /r/, com exceção de algumas línguas como o Shawanawa, no trabalho de Souza (2012), Mastanawa e Yaminawa. Por fim, em comparação com as línguas Pano descritas até o momento, somente o Kaxarari apresenta a consoante lateral coronal /l/.

Uma proposta de sistema fonológico consonantal para o Kaxarari

Com base em trabalhos já realizados sobre a língua Kaxarari, apresento alguns aspectos básicos da fonologia consonantal dessa língua. Em específico, analiso a configuração do sistema consonantal e a formação histórica das consoantes líquidas coronais /r/ e /l/. Sobre os trabalhos etnográficos já realizados, em geral, eles correspondem a Aquino (1985), Gomes (2009) e Moreira (2005). Os estudos a respeito da fonologia e breves aspectos da morfologia da língua Kaxarari são os seguintes (ordem cronológica): Pickering (1973), Souza (1986), Cabral e Monserrat (1987), Lanes (2000), Sousa (2004), Couto (2005) e Cândido, Ribeiro e Ishy (2009).

Em termos gerais, Pickering (1973) apresenta uma lista de 72 palavras transcritas foneticamente. No trabalho de Souza (1986), encontra-se uma lista de 177 palavras, as estruturas silábicas, a ordem básica das palavras, algumas construções nominais e uma lista de alguns pronomes. Cabral e Monserrat (1987) apresentam uma lista de palavras, um inventário fonológico das consoantes e das vogais, algumas considerações a respeito da estrutura silábica, do acento e da variação alofônica. Em Lanes (2000), encontra-se uma lista de 165 palavras, utilizada em um estudo comparativo sobre a fonologia de algumas línguas da família Pano.

O trabalho de Sousa (2004), a partir de trabalhos disponíveis sobre o Kaxarari, além de seu próprio trabalho de campo, propõe uma análise fonológica da língua, e breves considerações da morfologia nominal. Em Couto (2005), encontra-se um estudo fonético-

-fonológico, realizado com o objetivo principal de desenvolver uma proposta de ortografia, assim como breves informações a respeito da estrutura possessiva e do pronome pessoal. Por fim, Cândido, Ribeiro e Ishy (2009) propõem, a partir de pesquisa bibliográfica, um inventário de fonemas consonantais e vocálicos.

Na presente análise, utilizo os dados lexicais apresentados principalmente nos estudos de Sousa (2004) e Couto (2005). A respeito do inventário de fonemas consonantais, sigo especificamente o trabalho de Cândido, Ribeiro e Ishy (2009):⁵

Quadro 2. Inventário fonológico da língua Kaxarari

	bilabial	alveolar	álveo-palatal	retroflexo	palatal	velar	glotal
oclusiva	p	t				k	ʔ
nasal	m	n					
tepe		r					
fricativa	β	s	ʃ	ʂ			h
aproximante	w				j		
aprox. lateral		l					
africada		ts	tʃ				

Fonte: Cândido, Ribeiro e Ishy (2009)

O estudo de Cândido, Ribeiro e Ishy (2009), nomeado *Uma nova visão sobre aspectos fonológicos da língua Kaxarari da família Pano*, apresenta uma hipótese de inventário de fonemas consonantais e vocálicos dessa língua com base em uma pesquisa bibliográfica. Seguindo esse trabalho e com suporte nos dados e resultados publicados nos estudos supracitados, proponho um sistema fonológico consonantal e a formação histórica das consoantes líquidas para a língua Kaxarari.

Configuração preliminar do sistema fonológico consonantal

Em princípio, um sistema fonológico de consoantes obstruintes é formado pela classe de segmentos contínuos que se opõem à classe de segmentos descontínuos (TRUBETZKOY, 1969). O trabalho de Cândido, Ribeiro e Ishy (2009) propõe as seguintes consoantes obstruintes para a língua Kaxarari: contínuas fricativas /β/, /s/, /ʃ/, /ʂ/ e /h/, descontínuas africadas /ts/ e /tʃ/ e plosivas /p/, /t/, /k/ e /ʔ/. Com base nesses dados, o sistema fonológico de consoantes obstruintes dessa língua é formado pelos segmentos [+contínuos] /β/, /s/, /ʃ/ e /h/ que se opõem aos [-contínuos] /p/, /t/, /tʃ/ e /k/, como demonstrado abaixo, em respectivo, nos exemplos (01), (02), (03) e (04). Nesse sentido, a

⁵ Sobre o inventário vocálico do Kaxarari, a maioria dos autores propõe os segmentos /i/, /ī/, /u/ e /a/, sendo que Souza (1986) e Sousa (2004) apresentam também o segmento /o/ (aliás, a literatura sobre línguas Pano apresenta ampla variação na descrição das vogais posteriores alta /u/ e média-alta /o/). As propriedades morfofonológicas do sistema consonantal do Kaxarari assim como seu sistema vocálico e prosódico são aspectos a serem analisados em pesquisas futuras com maiores dados disponíveis.

configuração preliminar de um sistema fonológico básico de consoantes obstruintes do Kaxarari apresenta-se, por ora, como representado em (05):

- | | | | | | |
|------|----------|----------------------|------|-----------|-----------------------|
| (01) | /maβi/ | ‘barro/terra’ | (02) | /masa’hi/ | ‘varrer’ (p. 377) |
| | /mapu/ | ‘pó’ | | /mata’hi/ | ‘indicar’ (p. 330) |
| | | (SOUSA, 2004, p.44) | | | (SOUSA, 2004) |
| (03) | /fa’fu/ | ‘pedra’ | (04) | /hã’hi/ | ‘amadurecer’ (p. 267) |
| | /tfa’fu/ | ‘veado’ | | /kã’hi/ | ‘andar’ (p. 268) |
| | | (SOUSA, 2004, p. 45) | | | (SOUSA, 2004) |
| (05) | β | s | f | h | |
| | p | t | tʃ | k | |

Nos dados disponíveis dessa língua, a oposição [+/-contínuo] dos segmentos obstruintes não foi encontrada com relação às consoantes /ts/, /ʔ/ e /s/. Em termos de distribuição das consoantes como representado no Quadro 1, as línguas Pano descritas com o fonema plosivo glotal /ʔ/ tendem a conter a fricativa bilabial sonora /β/ como fonema. Por outro lado, as línguas que apresentam essa fricativa bilabial sonora, além de não apresentarem tal generalização com relação à plosiva glotal /ʔ/, tendem a não apresentar a plosiva coronal sonora /d/, a exemplo do Kaxarari.

O sistema fonológico consonantal envolve, desse modo, um grupo de consoantes obstruintes, contínuas e descontínuas, que se opõe às consoantes soantes. Cândido, Ribeiro e Ishy (2009) propõem as seguintes consoantes soantes para a língua Kaxarari: nasais /m/ e /n/, aproximantes /j/ e /w/ e líquidas coronais /r/ e /l/. Nessa língua, o sistema fonológico de consoantes obstruintes e soantes é formado pelos segmentos [+obstruintes] /p/, /t/, /f/ e /β/ que se opõem aos [-obstruintes] /m/, /n/, /j/ e /w/, como demonstrado abaixo, em respectivo, nos exemplos (06), (07), (08) e (09). Nesse sentido, a configuração preliminar de um sistema fonológico básico de consoantes obstruintes e soantes do Kaxarari apresenta-se, por ora, como representado em (10):

- | | | | | | |
|------|-----------|--------------------------------------|------|----------|----------------------|
| (06) | /pa’li/ | ‘tapiri’ | (07) | /ja’ta/ | ‘ai’ (p. 20) |
| | /ma’li/ | ‘facão’ | | /ja’na/ | ‘lago’ (p. 22) |
| | | (CÂNDIDO; RIBEIRO; ISHY, 2009, p. 4) | | | (COUTO, 2005) |
| (08) | /joka’hi/ | ‘descansar’ (p. 352) | (09) | /βa’tʃi/ | ‘ovo’ |
| | /joka’hi/ | ‘pedir’ (p. 372) | | /wa’tʃi/ | ‘sol’ |
| | | (SOUSA, 2004) | | | (SOUSA, 2004, p. 48) |
| (10) | β | s | f | h | |
| | p | t | tʃ | k | |
| | m | n | j | w | |

Em suma, a oposição fonológica entre consoantes [+/-contínuas] e [+/-obstruintes] no sistema consonantal da língua Kaxarari estruturam as séries de consoantes labiais, coronais, palatais e velares. Essa configuração caracteriza-se, em termos de hipótese histórica, como um estado geral do proto-sistema fonológico consonantal do Kaxarari. A

partir desse ponto do sistema, as consoantes líquidas coronais [+/-contínuas] formaram-se na classe das soantes conforme a proposta apresentada nas seções seguintes.

Formação das consoantes líquidas

Com base nessa configuração básica da fonologia consonantal do Kaxarari, apresento uma breve proposta de derivação das consoantes líquidas coronais /r/ e /l/. Com relação à hipótese evolutiva desses segmentos consonantais, essas mudanças são analisadas de acordo com a seguinte fórmula: A:B>A1:B1 (JAKOBSON, 2008). Primeiramente, a consoante tepe /r/ é apresentada segundo processos de metátese silábica e, posteriormente, de lenição da plosiva /*t/. Em seguida, a consoante lateral /l/ é analisada com base na desnasalização de uma consoante nasal /*n/, formada pelo processo de assimilação nasal de uma variante plosiva pré-nasalizada [*nt].⁶

Derivação da consoante tepe /r/

Em posição de fronteira silábica no nível da raiz (\$_), o segmento soante tepe /r/ derivou da obstruinte plosiva /*t/. Em termos gerais, essa derivação do tepe ocorreu provavelmente mediante metátese silábica e então lenição da plosiva coronal. Sendo assim, na série das consoantes coronais /t/ : /n/, a mudança do traço [+/-obstruinte] no primeiro segmento da oposição [+obstruinte -nasal]: [-obstruinte +nasal], a exemplo de (07), derivou a oposição [-obstruinte -nasal]: [-obstruinte +nasal], como demonstrado em (11) (A:B > A₁:B - t:n > r:n/\$_):

- (11) /ja'ra/⁷ 'azul' (p. 20)
 /ja'na/ 'lago' (p. 25)
 (COUTO, 2005)

Os termos com o significado 'azul' em algumas línguas Pano são os seguintes: *shepa*, *şoo*, *yancon*, Shipibo-Konibo (LORIOT; LAURIAULT; DAY, 1993, p. 534); *şu*, Shanenawa (CÂNDIDO, 2004, p. 258); *şupa*, *şinini'pa*, *nanda'pa*, Shawanawa (SOUZA, 2012, p. 149); *paxa, xu*, Kashibo-Kakataibo (SHELL, 1987, p. 104); e *pasa, pu*, Wariapano (NAVARRO, 1903, p. 82). É provável, com base nos cognatos do termo *jara* do Kaxarari apresentados acima, que essa forma tenha sido derivada de **paxa* ou **pasa*. Sendo assim, primeiramente, esse cognato passou por um processo básico de metátese silábica, **paxa/pasa* > **xapa/sapa*. Com isso, a primeira consoante dessa forma foi palatalizada e a segunda, debucalizada, **xapa/sapa* > **şata*, e as consoantes obstruintes sofreram lenição, o que passou a caracterizá-las como segmentos soantes, **şata* > *jara*.⁸

⁶ Como indício de ocorrência histórica dessa variante, alguns estudos de línguas Pano apresentam descrições de variantes sincrônicas obstruintes pré-nasalizadas, a exemplo das línguas Amawaka (OSBORN, 1948, p. 188), Kaxinawa (KENSINGER, 1963, p. 209) e Katukina (BARROS, 1987, p. 31).

⁷ O termo *ia'ra* 'verde' descrito em Sousa (2003, p. 125) apresenta forma semelhante ao descrito no trabalho de Couto (2005, p. 20), *ja'ra* – aspecto comum às línguas Pano (RIBEIRO; CÂNDIDO, 2008).

⁸ Os demais termos do Kaxarari que apresentam o tepe /r/ são os seguintes: *parawasa* 'aranha caranguejeira', *kariwama'hi* 'cidade', *şarakapa* 'bonito', *sa'ra* 'salgado', *uru'ku* 'gafanhoto', *miuri'ta* 'vento', *toro* 'barriga' e *sikiri'hi* 'nublado' (SOUSA, 2004); *şupi'ri* 'menino', *şiri'pi* 'periquito' (SOUZA, 1986).

Ademais, essas mudanças podem ser observadas em um processo de empréstimo lexical. De acordo com Fleck (2013), um grupo de línguas da família Pano apresenta um item lexical derivado de *cachi* ‘sal’⁹ de origem Quechua (NAVARRO, 1903, p. 72), a exemplo de *tfira* em Kaxarari (SOUSA, 2004, p. 122). Essa língua e alguns outros idiomas Pano apresentam descrições dos seguintes termos com o significado ‘sal’: *tashi* Shipibo-Konibo (LORIOT; LAURIAULT; DAY, 1993, p. 523), Kashibo-Kakataibo (SHELL, 1987, p. 100) e Wariapano (NAVARRO, 1903, p. 72), *buka* Shawanawa (SOUZA, 2012, p. 148) e *βatanti* Yawanawa (PAULA, 2004, p. 285). Com base nos cognatos do termo *tfira* do Kaxarari, é provável que essa forma tenha sido derivada de **tafi*. A princípio, esse cognato passou por um processo de metátese silábica, **tafi* > **fita*, e de africatação na primeira consoante e lenição na segunda, **fita* > *tfira*:

(12a) Quechua		(12b) Kaxarari
<i>cachi</i>	>	/tʃira/
(NAVARRO, 1903, p. 72)		(SOUSA, 2004, p. 161)

Derivação da consoante lateral /l/

Sobre a lateral coronal /l/, esse segmento soante oral derivou da soante nasal **/n/*, por meio de um processo de desnasalização desse segmento. Em princípio, a derivação de /l/ ocorreu, primeiramente, com o apagamento de uma vogal precedida de consoante nasal (13 e 14) ressilabificada de ataque para coda nasal. Com isso, em algumas raízes, essa coda nasalizou a vogal da sílaba anterior (13a e 14a) e em outras, cuja consoante seguinte consiste em uma plosiva, pré-nasalizou essa consoante, formando uma variante plosiva pré-nasalizada [nt] que se fonologizou em dois grupos de raízes diferentes, como uma plosiva surda (13b) ou uma nasal (13c). A formação de coda nasal na história das línguas Pano é apresentada no trabalho de Shell (1975) e ilustrada de acordo com a estrutura prototípica abaixo (em contexto de oposição fonológica /t/ : /n/):

(13) <i>*CV.nʌ.tV</i>	[CV.n.tV]>	(13a) <i>CṼ.tV</i>	(13b) <i>CV.tV</i>	(13c) <i>CV.nV</i>
(14) <i>*CV.nV.nʌ</i>	[CV.nV.n]>	(14a) <i>CV.nṼ</i>	(14b) <i>CV.nVn</i>	

A comparação de um pequeno grupo de cognatos em línguas Pano com base em seis palavras do Kaxarari que contêm a lateral /l/ demonstra os reflexos dessa consoante. De acordo com o seguinte quadro, esses reflexos correspondem às consoantes coronais nasal /n/, plosiva surda /t/ e sonora /d/ e ao tepe /t/:

A análise de cognatos desses e demais termos dessa língua deve ser aprofundada futuramente com o fim de verificar o estatuto fonológico da consoante tepe /t/, na perspectiva sincrônica e histórica.

⁹ A origem do significado do termo *cachi* provavelmente refere-se à planície de sal ‘Salar de Uyuni’, localizada no sudoeste da Bolívia.

Quadro 3. Reflexos da lateral do Kaxarari em seis cognatos de algumas línguas Pano

	ktx ¹⁰	kaq	cbr	shp	swo	cbs	ara	amc
adoecer	i.sa.lia	hi.si.ni	cui.in.sa. ti	i.sin.ti	-	-	-	-
dedo	mi.tsi.li	me.to.ti	-	me.to.ti	mi.ti.ti	-	-	-
cobra	tfu.lu	-	-	-	ru.nu	du.nu	ru.du	-
sapo	ka.la	-	-	-	-	ka.da	-	ca.ra
carrapato	ja.la	yah.nan	-	-	-	bi.nu	-	ya.nan
carne	lami	-	-	-	-	-	nam.bi	na.mi

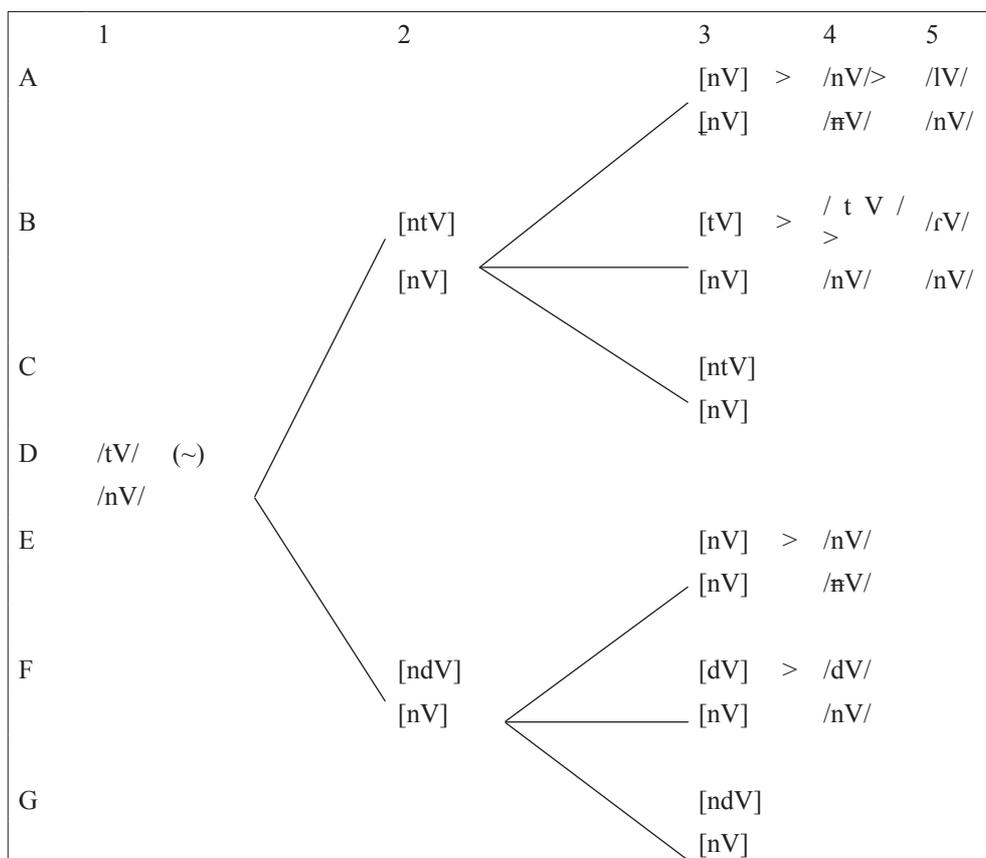
Conforme demonstrado no quadro acima, os reflexos do segmento soante lateral /l/ indicam que provavelmente essa consoante, em Kaxarari, juntamente com a nasal /n/, o tepe /r/ podem ter derivado de um segmento obstruinte descontínuo surdo /t/ ou sonoro /d/, nas línguas que contêm essas consoantes. De acordo com o processo de formação de uma variante plosiva pré-nasalizada ilustrado no exemplo (13), a fonologização de uma plosiva surda (13b) ou uma nasal (13c) derivou em, um segundo momento, respectivamente, raízes com as consoantes líquidas tepe, nas demais línguas Pano, e a lateral, em Kaxarari.¹¹

Esse processo de derivação nas línguas da família Pano é representado no quadro abaixo a partir da oposição fonológica entre a consoante obstruinte plosiva /t/ e a soante nasal /n/ (1D). Com a formação de uma variante plosiva pré-nasalizada, é provável que a maior parte dessas línguas tenha derivado uma variante plosiva surda (2B) enquanto um grupo menor de línguas vozeou essa variante plosiva (2F). Tanto a variante surda quanto a sonora realizavam-se como uma nasal (3A e 3E), uma plosiva (3B e 3F) e como uma plosiva pré-nasalizada (3C e 3G). As duas primeiras variantes de cada variação precedente (2B e 2F) fonologizaram, em respectivo, a consoante nasal, que neutralizou sua posição (4A e 4E), e a consoante plosiva, que redundou na oposição primária /t/ : /n/ (4B); e em algumas línguas, /d/ : /n/ (4F). Por conseguinte, a fonologização da plosiva pré-nasalizada surda derivou a lateral (5A), em Kaxarari, o que retomou a oposição com a nasal, e, em algumas línguas Pano, o tepe (5B):

¹⁰ ktx – Kaxarari (SOUSA, 2004); kaq – Kapanawa (LOOS; LOOS, 2003); cbr – Kashibo-Kakataibo (SHELL, 1987); shp – Shipibo-Konibo (LORIOT; LAURIAULT; DAY, 1993); swo – Shanenawa (CÂNDIDO, 2004); cbs – Kaxinawa (MONTAG, 1981); ara – Shawanawa (SOUZA, 2012); amc – Amawaka (HYDE, 1980). As abreviações utilizadas para referência às línguas correspondem aos códigos ISO 639-3 que consistem em um padrão representativo para os nomes das línguas do mundo.

¹¹ Nas línguas Pano em geral, a formação da consoante tepe /r/ pelo processo de lenição de uma consoante plosiva surda /t/ envolve, no mínimo, duas origens evolutivas que consistem no processo de metátese, como proposto até então neste trabalho para o Kaxarari, e de pré-nasalização, nas demais línguas Pano.

Quadro 4. Formação de consoantes em ambiente pré-nasal



Nesse sentido, a oposição fonológica entre as consoantes coronais /t/ : /n/ derivou não somente uma oposição entre o tepe /t/ e a nasal /n/, conforme apresentado na seção anterior, mas também uma oposição entre uma consoante lateral /l/ e a nasal /n/, tanto em fronteira silábica no nível da raiz (\$_) quanto em posição inicial (#_) e em coda silábica.¹² Desse modo, a mudança do traço [+/-obstruinte] no primeiro segmento da oposição [+obstruinte-nasal]: [-obstruinte+nasal] derivou a oposição fonológica [-obstruinte-nasal] : [-obstruinte+nasal](A:B > A:B₁ - t:n > l:n/#_ \$_) :

- (15) /ja'la/ 'carrapato'
 /ja'na/ 'lago'
 (COUTO, 2005, p. 20)

No léxico Kaxarari, a desnasalização da coronal /n/ > /l/ ocorreu tanto em categorias abertas, a exemplo dos verbos *lihi* 'correr', *isalia* 'adoecer', e nomes *kili* 'buraco', *lami* 'carne', *jalta* 'hoje' (SOUSA, 2004), quanto fechadas, como a forma básica dos pronomes de terceira pessoa do plural: possessivo preso *lõ-* (SOUSA, 2004), livre *luna* 'nos-

¹² Uma característica particular do Kaxarari em comparação com as línguas Pano é a descrição da lateral como posposição de caso ergativo em itens nominais e pronominais (LANES, 2000; SOUSA, 2004). Nas demais línguas dessa família, esse caso é marcado com um traço suprasegmental ou posposição nasal, que também marca os casos genitivo, instrumental e locativo. A origem morfológica e fonológica desse sincretismo de casos em línguas Pano consiste no tema de minha pesquisa de doutorado em andamento.

so' e pessoal livre *loho* 'nós' (SOUZA, 1986). Com a adição de 12 fonemas consonantais, além da derivação do tepe /r/ e oposição [+/-nasal] em consoantes soantes, a formação da lateral deriva uma oposição [+/-contínuo] na classe das soantes orais /r/ e /l/ do Kaxarari, a exemplo dos termos registrados até o momento:

- (16) /ta'lahi/ 'experimentar'
 /ta'rahi/ 'ferir'
 (COUTO, 2005, p. 20).

Caminhos entre as formações de consoantes líquidas

A respeito da seguinte proposta de linha evolutiva desses processos de formação de consoantes líquidas ($t:n > r:n$ ENTÃO $r:n > r:l$), a derivação desses segmentos corresponderia ao seguinte encadeamento de mudanças fonológicas: ($t:n > r:n > r:l$). O exemplo abaixo representa essa proposta para o processo de formação das líquidas em Kaxarari, em que a ocorrência da lateral implicaria a ocorrência do tepe:

- (17) m n j w > r:l < r:n < t:n > m n
 w l j
 r

De acordo com essa hipótese, a lateral apresentaria somente uma oposição fonológica com o tepe ($r : l$) e, com isso, a mesma restrição de fronteira silábica dessa consoante. No entanto, conforme a breve análise das consoantes da língua Kaxarari apresentada acima, a consoante lateral ocorre não somente na posição de fronteira silábica, mas também em início de palavra, a exemplo de *lami* 'carne'.

Ao contrário desse sentido de mudança, a proposta de formação das líquidas de acordo com o processo inverso é **apresentada** com base na seguinte representação ($t:n > t:l$ ENTÃO $t:l > r:l$). Nesse sentido, a formação das líquidas em Kaxarari corresponderia ao seguinte encadeamento de mudanças fonológicas: ($t:n > t:l > r:l$). O exemplo abaixo também representa uma proposta para o processo de formação das líquidas nessa língua:

- (18) m n j w > r:l < t:l < t:n > m n
 w l j
 r

A ocorrência do tepe, conforme essa hipótese, implicaria a presença da lateral. Porém, observa-se, no Quadro 1, que grande parte das línguas Pano apresenta uma consoante tepe e somente o Kaxarari também contém a lateral. Por fim, a proposta de mudanças independentes com relação a cada segmento coronal da oposição 't:n' é apresentada de acordo com o esquema abaixo:

- (19) m n j w > r : n < t : n > m n

Kaxarari, um exemplo como $\beta a'wa$ ‘papagaio’ e βawa ‘besouro’ ilustra o acento lexical, descrito em Couto (2005, p. 23).

Um aspecto particular dessa língua diz respeito a seu marcador de caso ergativo. Diferente das demais línguas Pano que marcam esse caso com o segmento nasal (ou traço suprasegmental) $\{-n/\sim\}$ (FLECK, 2013), o Kaxarari o marca com a lateral $\{-l\}$ (LANES, 2000; SOUSA, 2004). Ademais, análogo à descrição de Sousa (2004, p. 74), que propõe as consoantes contínuas $/s/$, $/f/$, $/l/$ e $/\zeta/$ em posição de coda silábica consonantal, conforme a presente proposta preliminar de sistema fonológico para os fonemas consonantais, os segmentos licenciados em coda silábica correspondem às consoantes contínuas $/s/$, $/f/$ e $/l/$, das quais, somente a lateral coronal, cuja função morfológica é marcar o caso ergativo, apresenta o traço soante.

REFERÊNCIAS

- ABREU, João C. de. *Rã-txahu-ni-ku-ĩ: a língua dos Caxinauás do Rio Ibuacú Afluente do Murú*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1914.
- AGUIAR, Maria S. de. *Elementos de descrição Sintática para uma gramática Katukina*. 78 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.
- _____. *Análise Descritiva e Teórica do Katukina Pano*. 1994. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- AQUINO, Terri V. *Os Kaxarari*. Relatório de avaliação. CPI-Acre, 1985.
- BARROS, Luizete G. *A nasalização vocálica e fonologia introdutória à língua Katukina (Pano)*. 1987. 112 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.
- CABRAL, Ana. S. A. C.; MONSERRAT, Ruth M. F. *Atualização léxico-semântica de línguas indígenas, Kaxarari (Rondônia) e Katukina (Acre)*. Relatório CNPq/Fundação Nacional pro Memória. Brasília: Ministério da Cultura. (ms.), 1987.
- CAMARGO, Eliane. Esboço fonológico do Caxinaua (Pano). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 9, p. 209-228, 1993.
- CÂNDIDO, Gláucia V. *Descrição Morfossintática da Língua Shanenawa (Pano)*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) – Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- CÂNDIDO, Gláucia V.; RIBEIRO, Lincoln A. A.; ISHY, Priscila H. *Uma nova visão sobre aspectos fonológicos da língua Kaxarari da família Pano*. In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 57., 2009, Ribeirão Preto. Manuscrito (apresentação de comunicação oral). Ribeirão Preto: Universidade de Ribeirão Preto, 2009.
- COUTO, Alexandre. *Ortografia Kaxarari –uma proposta*. Porto Velho: SIL, 2005.
- CUNHA, Carla M. *A Morfossintaxe da Língua Arara (Pano) do Acre*. 1993. 172 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1993.
- ERIKSON, Philippe. Uma singular pluralidade: a etno-história Pano. In: CUNHA, M. C. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 239-252.
- FERREIRA, Rogério V. *Língua Matis (Pano): uma descrição gramatical*. 2005. 324 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

- FERREIRA, Vitória R. S. *Língua Matis (Pano): uma análise fonológica*. 2000. 143 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- FLECK, David. W. *A Grammar of Matses*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Rice University, Houston, 2003.
- _____. Panoan Language and Linguistics. *Anthropological papers of the American Museum of Natural History*, n. 99, 2013.
- GIRARD, Victor. *Proto-Takanan Phonology*. Berkeley: UCPL, 1971.
- GOMES, Ivonete B. S. R. *O que aconteceu aos Kaxarari: um estudo etnográfico de (in) sustentabilidade ambiental*. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2009.
- GREENBERG, Joseph H. *Language in the Americas*. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- HYDE, Sylvia Y. de. *Diccionario amahuaca*. Peru: Instituto Lingüístico de Verão, 1980.
- JAKOBSON, Roman. Fonema e Fonologia: a Fonologia em relação com a Fonética. In: *Textos selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).
- _____. *Princípios de fonologia histórica*. Campinas: Curt Nimuendaju, 2008.
- KENSINGER, Kenneth M. The phonological hierarchy of Cashinahua (Pano). *Studies in Peruvian Indian Languages*, Mexico, n. 9, p. 207-217, 1963.
- KEY, Mary R. *Comparative Tacanan Phonology, with Cavineña Phonology and notes on Pano-Tacanan relationships*. The Hague: Mouton, 1968.
- LA GRASSERIE, Raul de. De La Famille Linguistique Pano. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, n. 7, Berlin. *Actas...* Berlim, 1890. p. 438-50.
- LANES, Elder J. *Mudança Fonológica em Línguas da Família Pano*. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- LOOS, Eugene E. *The Phonology of Capanahua and its Grammatical Basis*. 1969. 233 f. Ph. D. Thesis (Linguistics) – University of Texas, Austin, 1969.
- _____. *Pano-Tacanan morpho-syntax*. Amazon Languages Seminar. Portland, Oregon, 1987.
- _____. Pano. In: DIXON, Robert. M. W.; AIKHENVALD, Alexandra. Y. (Ed). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 227-50.
- _____. Un Breve Estudio de la Gramática del Proto-Pano. *Revista Latinoamericana de Estudios Etnolingüísticos*, n. 11, p. 37-50, 2005.
- LOOS, Eugene E.; LOOS, Betty H. *Diccionario Capanahua-Castellano*. 2. ed. Yarinacocha: Instituto Lingüístico de Verano. 2003, 683p. (Serie Lingüística Peruana, 45).
- LORIOT, James; LAURIAULT, Erwin; DAY, Dwight. *Diccionario Shipibo-Castellano*. Yarinacocha: Ministerio de Educación and Instituto Lingüístico de Verano, 1993. 554p. (Serie Lingüística Peruana, 31).
- MONTAG, Susan. *Diccionario Cashinahua*. Tomo II. Lima: Instituto Lingüístico de Verano, 1981.
- MOREIRA, Maria G. A. *Em Busca do Território Perdido: O Reconhecimento da Terra Indígena Kaxarari no Brasil e da Terra Ye'kuana do Alto Orinoco na Venezuela (1970-2002)*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

- NAVARRO, Manuel. *Vocabulario Castellano-Quechua-Pano con sus respectivas gramáticas Quechuay Pana*. Lima: Imprenta del Estado, 1903. 239p.
- OSBORN, Henry. Amahuaca phonemes. *International Journal of American Linguistics*, Chicago, v. 14, n. 3, p.188-190, 1948.
- PAULA, Aldir S. de. *Poyanáwa: a língua dos índios da Aldeia Barão*. Aspectos fonológicos e morfológicos. 1992. 132 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992.
- _____. *A língua dos índios Yawanawa do Acre*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- PICKERING, Wilbur. Vocabulário Kaxariri. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1973. (Série Linguística).
- PROST, Gilbert. *Fonemas de lalenguachácobo*. Cochabamba: Instituto Lingüístico de Verano. 1960, 13p. (Notas Lingüísticas de Bolivia, 2).
- RIBEIRO, Lincoln A. A. Uma proposta de método quantitativo aplicado à análise comparativa das línguas Pano e Tacana. *LIAMES*, Campinas, v. 3, p. 135-147, 2003.
- _____. Uma proposta de classificação interna das línguas da família Pano. *Revista Investigações. Lingüística e Teoria Literária*, Recife, v. 19. p. 1-25, 2006.
- RIBEIRO, Lincoln A. A.; CÂNDIDO, Gláucia V. O universalismo semântico cognitivo em um estudo sobre termos básicos referentes a cores na língua indígena Shanenawa. *Ciências & Cognição*, v. 13, p. 152-162, 2008.
- SCHULLER, Rudolph. The language of the Tacana Indians (Bolivia), *Anthropos*, v. 28, p. 99-484, 1933.
- SHELL, Olive A. Laslenguas pano y sureconstrucción. In: *Estudios panos III*. 2 ed. SLP 12, Lima: Instituto Lingüístico de Verano, 1975.
- _____. *Vocabulario Cashibo-Cacataibo*. Yarinacocha: Instituto Lingüístico de Verano. 1987. 105p. (Serie Lingüística Peruana, 23).
- SILVA, Eclenir. *Aspectos da fonologia da língua Mastanawa (Pano)*. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- SOUSA, Gladys C. *Aspectos da Fonologia da Língua Kaxarari*. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- SOUZA, Emerson C. de. *Aspectos de uma gramática Shawã (Pano)*. 2012. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- SOUZA, Isaac C. de. *Kaxarari (Família Pano)*. (manuscrito), 1986. 12p.
- TRUBETZKOY, Nikolai S. *Principles of Phonology*. Tradução de A. A. M. Baltaxa. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1969.
- VALENZUELA, Pilar M. *Transitivity in Shipibo-Konibo Grammar*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – University of Oregon, Oregon, 2003.
- ZARIQUIEY, Roberto B. *A Grammar of Kashibo-Kakataibo*. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, La Trobe University, 2011.

Relação língua e sociedade em foco: observando o vocativo “moço(a)” no português brasileiro, moçambicano e angolano

(The relation between language and society: analysis of “boy/girl” vocative in Brazilian, Mozambican and Angolan Portuguese)

Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre¹

¹ Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

sabrinabalsalobre@yahoo.com.br

Abstract: This study aims to comparatively evaluate the use of “boy/girl” vocatives. Three Portuguese varieties are in focus: Brazilian, Mozambican and Angolan. This comparative perspective is based on the hypothesis that each of these varieties of language reinterprets these vocative forms due to their national idiosyncrasies. In summary, we suggest that the linguistic phenomenon of vocatives is a prime example of the relationship between a language choice and its social motivator.

Keywords: Socio-pragmatics; addressing terms; vocatives.

Resumo: Este estudo tem o objetivo de avaliar comparativamente os vocativos – elementos constitutivos do sistema de formas de tratamento – a partir dos usos da forma “moço(a)”. Três variedades da língua portuguesa estão em foco: a brasileira, a moçambicana e a angolana. Essa perspectiva comparativa parte da hipótese de que cada uma dessas variedades de língua reinterpreta essa forma em função de suas idiossincrasias nacionais. Em suma, o fenômeno linguístico dos vocativos é aqui privilegiado por se acreditar que ele represente um importante exemplo da relação entre uma escolha linguística e seu motivador social.

Palavras-chave: Sócio-pragmática; formas de tratamento; vocativos.

Introdução

Com o objetivo de analisar as relações entre a língua portuguesa e suas representações sociais – mais especificamente perscrutando as sociedades brasileira, moçambicana e angolana – optou-se por privilegiar um recurso do sistema linguístico que expressa a inter-relação entre escolhas linguísticas e motivadores sociais. Com esse propósito, o sistema de formas de tratamento é o fenômeno linguístico investigado por esse estudo, ao propor uma comparação entre as variedades brasileira, moçambicana e angolana da língua portuguesa.¹

Essa perspectiva comparativa se fundamenta no fato de que, muito embora as línguas do mundo possuam sistemas de endereçamento muito similares – simplificada-mente descritos pela dicotomia T x V (em referência às formas de 2ª pessoa do singular e do plural francês, *tu* e *vous*, que denotam diferenças de formalidade) – há uma severa diferença no comportamento desses tratamentos de uma cultura para outra (KEBRAT-ORECCHIONI, 2011, p.40).

¹ Ao se mencionar “variedades brasileira, moçambicana e angolana da língua portuguesa” evidencia-se uma generalização, em função dos limites desse trabalho de pesquisa. Assim sendo, por variedade brasileira, entende-se a variedade da cidade de São Paulo; por variedade moçambicana, a variedade da capital do país, Maputo; e por variedade angolana, a variedade da capital Luanda.

Em termos gerais, as *formas de tratamento* são palavras ou sintagmas usados por falantes de uma língua a fim de se dirigir ou de se referir a outra pessoa. Com propósitos didáticos, esse sistema pode ser subdividido em dois macro níveis, conforme propõe Silva (2011, p. 304): (i) *Formas pronominalizadas*: trata-se de palavras ou expressões que equivalem aos pronomes de tratamento (você, o senhor, a senhora etc.); e (ii) *Formas nominais*: são constituídas por nomes próprios, termos de parentesco, nomes indicativos de funções profissionais etc. São exemplos: professor, doutor, irmão, amiga etc.

No que se refere ao segundo macro nível do sistema de formas de tratamento, é preciso referenciar que as formas de tratamento nominais podem exercer a função sintática de vocativos, nas ocasiões em que são empregadas pelos falantes para inserirem explicitamente seu interlocutor na cena enunciativa. Nesse sentido, os falantes possuem à sua disposição uma gama de vocativos disponíveis pelo sistema com diferentes representações semânticas: por um lado, por exemplo, há *cara, amigo(a), meu, brother, wi, brada, kanuko, moça*, que indicam tratamentos menos tensos, mais horizontais, menos hierárquicos, ou seja, mais solidários; por outro lado, há *senhor/senhora, excelência, caríssimo*, usados como um indicativo de cerimônia, deferência, respeito, em situações preconizadas pela formalidade, hierarquia, verticalidade e, portanto, poder (BROWN; GILMAN, 1960).

Uma vez que os termos de endereçamento abrangem as diversas possibilidades disponíveis na língua para que um falante se dirija ou se refira a alguém, esse fenômeno linguístico é constituído em seu âmago por um código social. Nesse aspecto, segundo Causse-Cathcart (2011), o estudo das formas de tratamento permite que se conheça o funcionamento de uma sociedade, uma vez que ele demonstra as formas como estão estabelecidas as relações sociais. Esse ponto configura o pressuposto fundamental deste estudo: língua e sociedade devem ser analisadas conjuntamente em função de sua inter-relação.

É também um pressuposto o fato de que todas as sociedades possuem formas de endereçamento – trata-se de uma característica geral. No entanto, essas formas de tratamento correspondem aos princípios organizacionais de cada grupo social, ou seja, cada cultura em especial elabora o seu próprio sistema. Assim sendo, ao analisar comparativamente a realidade linguística tratamental do Brasil, de Moçambique e de Angola, supõe-se encontrar similaridades – sobretudo baseadas na herança linguística portuguesa comum – e importantes diferenças, em função das identidades de cada uma dessas nações.

Uma vez que está em foco a investigação da língua e de seus motivadores sociais, a abordagem que fundamenta essa análise é a Sociolinguística. De acordo com essa concepção, a língua constitui-se como um sistema complexo e heterogêneo, passível de sofrer variação e mudança. Dessa forma, segundo o viés sociolinguístico, as escolhas linguísticas correspondem às características sociais dos falantes – portanto, a variação nas formas de tratamento é motivada pelas variáveis sociais. Além dessa abordagem, complementarmente também está em foco um olhar pragmático aos dados. A intenção é observar as razões que levam os falantes a empregarem determinadas formas em determinados contextos. Em outras palavras, a partir do viés pragmático, é possível compreender os efeitos de sentido gerados com as escolhas tratamentais feitas pelos falantes em interação.

A Língua Portuguesa: diferentes representações nacionais

Recuando no tempo, a história do Brasil (país de proporções continentais situado na América do Sul e voltado ao Oceano Atlântico), de Angola (país africano também banhado pelo Atlântico) e de Moçambique (outro país africano, mas cujas águas são do Índico) encontra um denominador comum: o colonialismo português. Em função disso, os três países herdaram a língua portuguesa e alguns usos e costumes, mas mantiveram características peculiares que os tornam absolutamente ímpares.

Em termos numéricos, a população brasileira conta com um montante de 190.755.799 habitantes (segundo o censo 2010)², a população moçambicana foi estimada em 23.049.621 (no ano de 2011)³ e a angolana, 19.940.000 habitantes (dado do RSA, CEIC/UCAN⁴, 2012). Ao se considerar que, no caso brasileiro, a língua portuguesa é oficial e falada pela maior parte da população como língua materna e em situações tanto formais como informais, e que, para Moçambique e Angola, ela também possui representatividade nacional, sendo empregada por grande parcela da população em diferentes situações de fala – contudo, convivendo com outros grupos linguísticos –, é possível declarar que se trata de uma língua com diferentes representações simbólicas para essas nações.

No que se refere particularmente ao caso brasileiro, muito embora em todos os estados do Brasil seja possível estabelecer comunicação em português nas ruas, estabelecimentos comerciais, órgãos públicos etc., percebendo-se apenas uma variação dialetal, é necessário afirmar que esse país apresenta uma realidade plurilíngue, que conflui com sua diversidade e riqueza cultural. De acordo com informações de SAVEDRA (2010), o Brasil possui cerca de 300 idiomas falados em seu território contemporaneamente. Desse total, a maior parte é praticada por comunidades indígenas, uma média de 30 línguas é falada por comunidades de descendentes de imigrantes, há também uma considerável população utente de Libras (Língua de Sinais Brasileira) e, por fim, há algumas línguas usadas por comunidades remanescentes de quilombos.

No caso dos países africanos, Firmino (2006) assevera que a língua portuguesa, ao passo que adquire novas relações sócio-simbólicas, novos usos e funções – uma nova ideologia, portanto –, inevitavelmente passa por um processo de ser cada vez menos encarada como um elemento intruso e exógeno, para ser visto como algo próprio, que expressa as necessidades e anseios locais. Esse fenômeno é denominado pelo autor como “processo de nativização”.

Assim, o português em Moçambique foi se tornando o principal meio de comunicação tanto em situações institucionais como em interações cotidianas nos centros urbanos, pelas ruas, mercados etc. Dessa forma, o número de falantes foi se ampliando e,

[...] à medida que as pessoas usavam o português de diferentes maneiras, ele começou a transcender o seu papel de instrumento político e administrativo para se tornar um veículo

² Censo Demográfico da população brasileira, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

³ Dados do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE).

⁴ *Relatório Social de Angola* (RSA) realizado pelo Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC – UCAN) em 2012.

de novos tipos de mensagens comunicativas e simbólicas relacionadas com a vitalidade da nova vida nacional de Moçambique. (FIRMINO, 2004, p. 352)

Paulatinamente, estabelece-se o cenário que ora se percebe em Moçambique quanto à língua portuguesa. Dias (2002) aponta a formação de três grupos principais: i) há falantes que a usam apenas como língua de contato, para fins comerciais e sociais; ii) há usuários bilíngues ou plurilíngues que se sentem obrigados a usar o português com mais frequência por conta da escola, do trabalho e de contatos sociais frequentes. Esses falantes podem passar a dominar perfeitamente a língua portuguesa ao longo da vida “ou podem parar em fases diferenciadas de aprendizagem da língua, mantendo em uso uma variedade de língua portuguesa ‘diferente’” (DIAS, 2002, p. 175); iii) e, finalmente, há um terceiro grupo que usa o português em seu dia a dia de uma forma mais europeizada. Esse cenário é representado pela autora como um ‘*continuum* linguístico’ “caracterizado por estágios de fluência que vão desde o monolinguismo na língua bantu, passando por oscilações na competência bilíngue, com etapas de dominância na língua bantu ou na língua portuguesa” (DIAS, 2002, p. 177).

Angola, por sua vez, apresenta um cenário linguístico com algumas semelhanças em relação a Moçambique, no sentido de que a língua portuguesa também divide espaço com línguas autóctones. Coadunando com Neto (2012, p. 43), “o português, é para os angolanos, simultaneamente, uma língua materna, segunda e estrangeira”. Desde o processo de luta pela independência, a língua portuguesa era empregada por uma população de assimilados, especialmente em sua capital Luanda, e pelos líderes do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) (FONSECA, 2009). Desde então, o português foi se avolumando pelas localidades do país e adquirindo feições cada vez mais autênticas, pertencendo ao universo da música, literatura, burocracia, governança, comércio etc. Entretanto, ao contactar com as línguas locais, o português passou a adquirir características marcadas por valores sócio-simbólicos, hierarquizando grupos e excluindo falantes não pertencentes à variedade de prestígio.

Metodologia utilizada

A fim de se levar a cabo esta investigação, fez-se necessário entrevistar falantes brasileiros, moçambicanos e angolanos acerca de seus usos tratamentais. Com esse intento, empregou-se uma metodologia bastante utilizada por pesquisadores brasileiros de formas de tratamento nos anos 1980 (MUNDIN, 1981; ABREU; MERCER, 1988): fotografias de perfis sociais são utilizadas para simular diálogos que favorecem o aparecimento das formas de tratamento. Todos os falantes dos três países foram submetidos aos mesmos procedimentos metodológicos, compondo um *corpus* linguístico bastante homogêneo.

Assim sendo, durante os meses de junho a novembro de 2012, foram entrevistados 23 falantes da cidade de São Paulo (Brasil); em seguida, de fevereiro a maio de 2013, realizaram-se entrevistas com 25 pessoas da cidade de Maputo (Moçambique); e, finalmente, durante os meses de junho e julho ocorreram outras 25 entrevistas com angolanos residentes na cidade de Luanda. É preciso salientar que as cidades de São Paulo, Maputo e Luanda foram, *a priori*, privilegiadas por contarem com características semelhantes: as três representam as cidades com maior densidade populacional de seus países e todas elas possuem um fluxo muito grande de pessoas oriundas de todas as demais regiões do país, em busca de melhores condições de vida.

A etapa inicial de todas as entrevistas foi a aplicação de um questionário socioeconômico, a fim de se obterem informações de ordem estratificada – tais como idade e escolaridade – e informações não estratificadas, como origem, exposição à mídia, proficiência em uma segunda língua etc. Na sequência, realizava-se a entrevista utilizando as imagens. É importante destacar que as fotografias representativas dos perfis sociais de cada um dos países foram retiradas da internet, para garantir o seu estatuto de publicização e evitar constrangimentos no que se refere aos direitos de imagem.

Nessa etapa, fornecia-se a instrução ao informante de que todas as pessoas fotografadas eram para ele desconhecidas e que as encontraria na rua, em estabelecimentos comerciais ou instituições públicas – procedimento adotado a partir das descrições metodológicas de Mundin (1981). A proposta feita aos entrevistados era que lhes seria indicada, para cada imagem, uma instrução específica contendo um pedido acerca de endereço, referência a uma pessoa que se está procurando, o preço de determinado produto etc. Tendo compreendido a instrução, o informante estabelecia um diálogo com a pessoa da fotografia. Em geral, a grande maioria dos informantes compreendia prontamente a proposta da entrevista e produzia naturalmente diversas formas de tratamento.

Vocativo: investigando a relação entre os países

Conforme discutido, a língua portuguesa é o idioma oficial do Brasil, de Moçambique e de Angola, mas em cada país ela conta com nuances peculiares a cada realidade social. Nesse sentido – e considerando particularmente os vocativos –, é possível observar, por um lado, a existência de uma gama de tratamentos comuns aos três países – claramente herança histórica do colonialismo português – e, por outro lado, um coeficiente de vocativos exclusivos a cada um dos contextos nacionais. Além disso, é possível verificar formas coexistentes em apenas dois dos três países analisados, mas que possuem, em sua semântica, interpretações particulares. Da mesma forma, ao se considerar apenas essa matriz comum, ainda assim é possível distinguir reinterpretações culturais baseadas na visão de mundo peculiar aos falantes de cada um desses três povos.

A fim de se demonstrar o fato de que um mesmo vocativo pode manter uma essência semântica comum, mas com usos e interpretações idiossincráticos típicos de cada um dos povos em questão, está em foco o vocativo “moço(a)”, por ser um exemplo amplamente utilizado pelos falantes dos três países.

Vocativo de base comum: o caso de “moço(a)”

“Moço” e “moça” representam formas caras aos informantes do Brasil, Moçambique e Angola para se referirem a pessoas desconhecidas com uma faixa etária relativamente mais jovem com relação ao falante. Trata-se, portanto, de um vocativo bastante comum e difundido.

Entre os brasileiros, ocorre o uso dessa forma para diferentes perfis sociais. Assim, dos vinte perfis apresentados aos informantes, em apenas cinco deles não houve nenhum uso de “moço(a)”, pelo fato de o perfil apresentar idade muito baixa (um bebê e um pré-adolescente), muito alta (uma senhora idosa), pertencer a um nível de poder muito intimidador (um político) ou a imagem apresentar mais de uma pessoa (o que requer,

portanto, vocativos de caráter coletivo). As imagens brasileiras que não receberam o vocativo “moço(a)” estão demonstradas abaixo com um intuito ilustrativo:



Figura 1. Perfis da amostra de imagens brasileira que não suscitaram o uso do vocativo “moço(a)”⁵

Ainda no que se refere à amostra brasileira, é preciso considerar que, dentre os nove informantes homens, oito deles não empregaram nenhuma vez a FTN “moço(a)” – fato que, portanto, associa essa forma a um uso mais feminino, por ser entendida como semanticamente mais neutra que outros vocativos congêneres. Esses oito informantes, em vez de empregarem “moço(a)” preferiram duas outras estratégias: i) não atribuir nenhum vocativo aos perfis; ou ii) atribuir vocativos mais solidários e distensos, tais como “amigo(a)”, “amigão”, “mano”, “minha querida”, “bicho”, “meu”, “brother”, “cara” etc.

Também merece destaque o fato de que o único informante masculino que empregou “moço(a)”, em doze dos vinte perfis a ele apresentados, tinha doze anos à época da entrevista e cursava a quarta série do ensino fundamental. Esse fato corrobora com o posicionamento de alguns autores, como Vidal (1995), segundo a qual o comportamento cortês – incluindo a habilidade de se dirigirem formas de tratamento a interlocutores – não é uma habilidade natural, mas adquirida com o passar do tempo. Nesse sentido, “moço(a)” foi privilegiado por esse informante pela razão de que esse vocativo apresenta um caráter mais neutro e menos comprometedor, o que o faz se sentir à vontade para atribuí-lo a diferentes perfis sociais. Hipoteticamente, portanto, aos poucos ele adquirirá outros vocativos para diversificar o seu uso. Para ilustrar o comportamento linguístico desse informante, seguem os exemplos (01) e (02), em que “moço(a)” foi atribuído aos perfis ilustrados pela figura 02:

(01) Eu ia falar: *Moço*, você sabe onde fica o Tenório? (BR. H.12).⁶

(02) *Moça*, você sabe onde a minha mãe está? (BR. H. 12).

⁵ Essas imagens da amostra brasileira foram retiradas dos seguintes *sites*, respectivamente: <http://kale-naeduardo.blogspot.com.br/2010/08/grupo-de-jovens-shallon.html>. Acesso em: 12 maio 2012; <http://brasil.babycenter.com/baby/viagem/lista/>. Acesso em: 12 maio 2012; <http://journalsantuاريو.wordpress.com/tag/igreja-catolica/>. Acesso em: 12 maio 2012; http://www.dipity.com/tickr/Flickr_olhar/. Acesso em: 12 maio 2012; <http://www.antonioroberto.com.br/category/utilidade-publica/>. Acesso em: 15 maio 2012.

⁶ Esse código identifica a nacionalidade do falante – “BR” para brasileiros, “MO” para moçambicanos e “AN” para angolanos –, seu sexo (“M” para mulheres e “H” para homens) e sua respectiva idade.



Figura 2. Perfis da amostra de imagens brasileira que exemplificam o uso de “moço(a)” por um informante do sexo masculino de doze anos⁷

A tendência de que o vocativo “moço(a)” seja primordialmente empregado por mulheres se mantém de forma substancial entre os entrevistados angolanos. Na amostra ora em análise, dos quatorze entrevistados do sexo masculino, oito não utilizaram nenhuma vez essa forma, ao passo que todas as informantes angolanas a empregaram ao menos uma vez. Entretanto, essa tendência se altera entre os informantes moçambicanos, uma vez que foram sete mulheres (dentre as 16 informantes) e quatro homens (dentre nove informantes) a não empregarem essa forma.

É preciso evidenciar que há alguns perfis que favorecem a atribuição de “moço(a)” pelos informantes dos três países. Nesse caso, coincidentemente, esses perfis estão relacionados ao domínio do comércio. Com relação ao caso brasileiro, os dois perfis que lideraram a atribuição desse vocativo estão demonstrados pela figura de número três e os excertos (03) e (04) exemplificam esses usos:



Figura 3. Perfis da amostra de imagens brasileira que exemplificam o uso de “moço(a)” relacionado ao domínio do comércio⁸

⁷ Essas imagens da amostra brasileira foram retiradas dos seguintes sites, respectivamente: <http://www.comofazergratis.com.br/contratar-advogado-como-fazer-custos-e-especialidades/>. Acesso em: 14 maio 2012; <http://www.leijaja.com/multimedia/2011/muitos-problemas-algumas-solucoes> Acesso em: 14 maio 2012.

⁸ Essas imagens da amostra brasileira foram retiradas dos seguintes sites, respectivamente: <http://perfumedepesqui.blogspot.com.br/2008/09/vendedores-de-frutas.html>. Acesso em: 12 maio 2012; <http://www.mundodastribos.com/curso-de-atendente-de-lanchonete.html>. Acesso em: 15 maio 2012.

(03) *Moço, quanto custa? Moço, ô moço, quanto custa?* (BR. M. 41)

(04) *Moça, por favor, quanto custa essa coxinha?* (BR. M. 34)

Com um uso bastante semelhante ao Brasil, o perfil que favoreceu o uso de “moço(a)” entre os informantes angolanos foi o de uma atendente de pastelaria/padaria. Nesse caso, 13 dos 25 informantes optaram por essa forma de tratamento ao se dirigirem a esse perfil. Também pertencente ao domínio comercial, oito informantes escolheram “moço” para se dirigirem a um ardina/vendedor ambulante de jornais. Esses perfis angolanos estão representados pela Figura 4 e os exemplos desses usos são os de número (05) e (06):



Figura 4. Perfis da amostra de imagens angolana que exemplificam o uso de “moço(a)” relacionado ao domínio do comércio⁹

(05) Então: boa tarde, *moça*. Tudo bem? Têm pastéis de natas ou bolo de arroz? Podes me dar um, faz favor? Muito obrigada. Tem sempre que tratar com simpatia. (AN.M.19)

(06) É, *moço*, faz favor. Cê que tá a vender o jornal. Tem o jornal de Angola? Não, não quero o de desportos. Quero o de Angola. (AN.H.26)

Ainda nesse universo de relações comerciais, muito embora não seja o perfil mais importante no que se refere ao vocativo em análise, alguns informantes moçambicanos referiram-se ao perfil de vendedores ambulantes de crédito para celular por meio de “moço” (foram 4 informantes, dentre os 25 totais). Muito embora não tenha atingido os índices brasileiro e angolano, o perfil que favoreceu a atribuição desse tratamento para os informantes moçambicanos foi o de uma mulher jovem. Nesse caso, sete informantes elegeram essa forma. Esses dois perfis encontram-se representados pela Figura 5 e pelos exemplos (07) e (08):

⁹ Essas imagens da amostra angolana foram retiradas dos seguintes *sites*, respectivamente: <http://mulher.sapo.cv/comunidade/galeria-fotos/eu-sou-mulher-angolana-344558-0.html>. Acesso em: 10 jun. 2013; <http://www.dw.de/liberdade-de-imprensa-angola-supreende-outros-palop-desapontam/a-16560824>. Acesso em: 10 jun. 2013.



Figura 5. Perfis da amostra de imagens moçambicana que exemplificam o uso do vocativo “moço(a)”¹⁰

- (07) Eu ia dizer: *moço*, dá lá, dá lá crédito, faz favor. (MO. M.29)
- (08) Hum. Eu dizia: *moça*. Oi *moça*. Tudo bem? Olha, sabes me dizer onde é que eu posso comprar uma água? Eu tô com muita sede. Sabes me dizer onde é que eu posso comprar uma coca ou uma coisa assim? Lá ao fundo? Ah, tá *nice*, então. Obrigada. (MO. M.26)

Apesar da semelhança de usos que se apresenta entre os informantes dos três países, algumas opiniões dadas por eles são bastante relevantes para essa discussão. A primeira questão que se coloca é acerca da relação entre os vocativos e a sua referência regional em um dado país. Nesse sentido, uma informante brasileira, de 57 anos, natural do estado da Bahia (Brasil), mas residente na cidade de São Paulo há 20, dá o seguinte depoimento, relacionado ao perfil de atendente de lanchonete:



Figura 6. Perfil de atendente de lanchonete na amostra de imagens brasileira

- (09) “Oi *moça*, quanto tá essa coxinha aqui? Ô *moço*, quanto custa?
(Seria moço também?)¹¹”

¹⁰ Essas imagens da amostra moçambicana foram retiradas dos seguintes *sites*, respectivamente: <http://www.flickr.com/photos/13385504@N05/3846792042/>. Acesso em: 12 fev. 2013; <http://terrasde-mozambique.wordpress.com/category/materias/>. Acesso em: 12 fev. 2013.

¹¹ No que concerne às transcrições, é preciso informar que as falas entre parênteses são realizadas pela entrevistadora e as restantes, pelos entrevistados.

Também seria moço.

(Mas e se fosse na Bahia?)

Ah, na Bahia seria assim: ô *neguinha*, quanto tá a coxinha?

(Tá, *neguinha*, tudo bem!)

Engraçado, né! *Neguinha*, quanto custa essa, essa, essa coxinha aqui? É assim.

(Moça ou *neguinha*, dependendo de onde tá.)

Exatamente, dependendo de onde você tá. Do estado que você tá. Interessante, né, mas é!” (BR.M.57)

A partir desse comentário, deduz-se que o uso de “moço(a)” é preponderante entre os falantes do estado de São Paulo – Brasil. Sendo assim, é imperioso reconhecer que, uma vez realizada a pesquisa em diferentes localidades, os usos tratamentais poderiam apresentar variação.

No que se refere à questão semântica, é preciso considerar a opinião de uma informante moçambicana, acerca do perfil representado pela Figura 7:



Figura 7. Perfil da amostra de imagens moçambicana¹²

(10) “Eu ia dizer: *moça*, podes me mostrar onde é que tão a vender água?

(Moça?)

É, *moça*.

(Aí tem a ver com a idade que você falou antes? Ou não?)

É que ela parece muito jovem. E aí eu haveria de dizer *moça*. Mas ao mesmo tempo ela tá vestida que nem muito jovem. Ela até podia ser mais velha. Mas o fato dela tá a ser, tá a ser vestida assim faz com que eu chame de *moça*, porque Maputo é assim que as pessoas fazem. Eu pra mim nunca fez sentido que as pessoas me chamasse de *moça*. Eu não sou virgem. Pra que chamar *moça*? E *moça* é de virgem, né? E aí toda a gente diz *moça*, *moça*. Mas aí eu peguei. Eu peguei esse coiso de dizer *moça*.

¹² Essa imagem da amostra moçambicana foi retirada do seguinte *site*:
<http://terrasdemozambique.wordpress.com/category/materias/>. Acesso em: 12 fev. 2013.

(E ficou.)

Porque toda a gente faz isso com pessoas jovens.

(Sim.)

Agora eu já não sei porque as pessoas já não me chamam de moça. Talvez é porque eu já tô crescendo. Mas quando eu era mais nova sempre me chamavam de moça.

(De moça, é. E ficou, né?)

Ficou. Comigo ficou. Toda a gente me chama moça, moça aqui, moça ali.” (MO.M.29)

Nesse depoimento, houve uma tentativa por parte da entrevistada de compreender a origem semântica do termo “moça”. A partir da generalização de uso desse termo, subentende-se que ele foi se esvaziando do sentido original e se disseminou entre os falantes brasileiros, moçambicanos e angolanos como um vocativo mais neutro – nem tipicamente pertencente ao domínio semântico da solidariedade, tampouco característico do domínio do poder – para se referir a pessoas jovens de ambos os sexos. Ainda assim, há outra opinião, também de um informante moçambicano, que justifica a sua preferência por não se remeter aos seus interlocutores empregando vocativos em função da variação de sentido que essas formas podem conter dependendo do contexto de uso (o comentário refere-se ao perfil apresentado pela Figura 8):



Figura 8. Perfil da amostra de imagens moçambicana¹³

(11) “(Tá bom. Você tem, você chamou ele de nada, né? Você não falou menino nem nada?)

Nada.

(E não chamaria mesmo, né?)

[O entrevistado balança a cabeça negativamente.]

(Tá.)

Eu, tás a ver miúdo? Nós usamos miúdo.

(Hum.)

Não é?

(Sim, sim.)

¹³ Essa imagem da amostra moçambicana foi retirada do seguinte *site*: <http://mantenedordafe.org/blog/?p=8026>. Acesso em: 11 fev. 2013.

Chamamos alguém miúdo. O mais interessante é que se tu fores à Ilha do Ibo e chamares alguém miúdo ele fica ofendido.

(Ah!)

Por quê? Ah, as velhas lá naquela altura são empregas domésticas eram tratadas por miúdo.

(Verdade?)

Tás a perceber? Então, essa coisa de dirigires-te pra alguém com alguma nomenclatura é um bocado perigoso porque tu não sabes qual é a educação daquela pessoa. Ou como é que ela percebe. Tu podes dizer moço. Moço pode ser inofensivo pra mim. Mas até que ponto pra outra pessoa é ou não é. E aqui nós ainda temos muito, muitos tabus. Temos o problema de escolaridade e temos os calões que cada um usa, não sei quantos. Então...

(Hum. Você prefere evitar?)

Ya. Evito dirigir-me pra, a dizer o senhor ou senhora ou não sei quantos. Acho as senhoras principalmente.

(É.)

Podes... nós até em inglês temos esse tipo de situações. Vem uma senhora que tu pensas tás, tás a dirigir-lhe com respeito: ah, madame. Ela é capaz de dizer: não, eu não sou madame.

(Tá.)

Mas pra nós aqui é tipo tás a dirigir com respeito e não sei quantos.

(Puxa. É delicado isso.)

Ya.” (MO.H.37)

Ainda referente ao vocativo “moço(a)”, é interessante a percepção de algumas informantes angolanas acerca da variação estilística. De acordo com elas, “moço(a)” varia com “(meu/minha) jovem”, sendo que a primeira forma é associada a usos menos formais e distensos, ao passo que a segunda é atribuída a interlocutores mais formais. Para ilustrar essa questão do estilo associado ao vocativo, seguem os depoimentos de duas informantes angolanas, uma de 28 e a outra de 23 anos, acerca dos perfis demonstrados pela Figura 9:

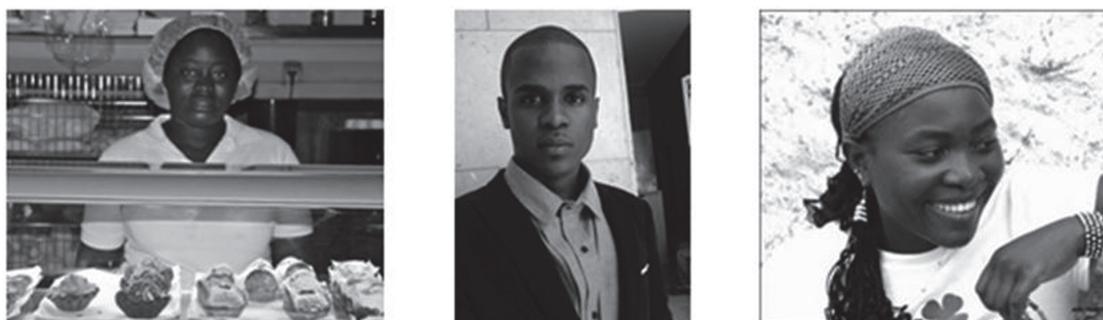


Figura 9. Perfis da amostra de imagens angolanas que exemplificam o uso de “moço(a)” e “(meu/minha) jovem”: variação estilística¹⁴

¹⁴ Essas imagens da amostra angolana foram retiradas dos seguintes *sites*: <http://mulher.sapo.cv/comunidade/galeria-fotos/eu-sou-mulher-angolana-344558-0.html>. Acesso em: 10 jun. 2013; <http://badoo.com/pt-ao/harmm/>. Acesso em: 7 jun. 2013; <http://aeppea.wordpress.com/page/29/>. Acesso em: 10 jun. 2013.

- (12) “(Perfeito. Muito bom, muito bom. Então, de vez em quando você usa moça?)

Uso.

(Usa, né?)

Moça, hum hum.

(E moço?)

Também. Moço e moça é, tá enquadrado naquela coisa de jovem. Hum hum. São, são semelhantes, não é. É nessa faixa etária de que não tão... é aquela coisa de as pessoas não usar o senhor porque a pessoa pode não cair bem pra pessoa.

(Tá.)

A moça... tá a me ver com cara de que pra me chamar de senhora? Geralmente é, isso que acontece. Então, as pessoas chamam moço ou jovem... e tão nesse... são coisas semelhantes, né. Moço e moça tão todos juntos. Moço e moça, jovem e jovem... hum hum. Mas uso também a moça, moço, hum hum e jovem.

(Tá perfeito.)

Por exemplo aqui, aqui nunca digo moça. Pelo menos quando tô trabalhando na biblioteca nunca digo moça. É sempre jovem. O jovem, a jovem, o senhor e a senhora.

(Tá.)

Às vezes quando cê sabe que é o doutor fulano, né. (?). Quando se sabe as entidades que vêm praqui é o doutor. Mas se eu não conheço são todos senhores, senhoras, *jovens e moços não*. Nunca usei moço aqui na biblioteca.

(É mais na rua?)

É mais na rua, na pastelaria. Hum hum. Mas aqui... nem tio. Porque acho que, o que alterou isso foi a formação, foi a formação que nós tivemos. Apesar que já tinha visto na casa ah, essa pessoa daí fala... isso é uma maneira de respeito. Dizem, algumas pessoas alegam que dizem tio, tia é respeito. Mas não, mas como eu tô num ambiente formal, de trabalho, então não há tios, não há tias. Aqui somos todos senhores, senhoras, *jovens*. *Jovem*, não faça barulho. Senhores, não conversem aqui. Senhora, vá falar ao telefone lá fora. São senhores e senhoras.

(Assim você evita qualquer mal estar também, né?)

Hum hum.

(É teu ambiente de trabalho.)

Sim.” (AN.M.28)

- (13) “Esse já como tá de fato¹⁵, é aquela: *jovem*, bom dia. Por favor, pode me indicar onde é que é o, onde é que fica o Largo do Kinaxixe?

[risos]

(Tá. Muito boa. Gostei muito. É exatamente isso que eu preciso.)

Parece que como já tá de fato, parece alguém um pouco, se calhar que estuda um bocadinho. Sei lá. Então já a linguagem às vezes é um bocadinho mais cuidadosa.” (AN.M.23)

- (14) “(Fica melhor, né? Mais rápido.)

Mas agora esses que estão na universidade são mesmo *jovens*. Esses porque eles são todos armados que querem passar, se formar e o quê. São *jovens*.

(É.)

Agora lá na rua é que nós temos essa de *moça, moço*.” (AN.M.23)

¹⁵ Nesse contexto, a palavra “fato” significa “terno”, “paletó”, um traje formal tipicamente masculino.

A fim de melhor se compreender o uso de “moço(a)”, também esteve em foco a análise da combinação entre vocativos e pronomes sujeito. Assim sendo, parte-se da hipótese de que essa combinação é sempre pragmaticamente motivada e de que cada variedade linguística faz essas combinações de acordo com as características de suas populações. Essa hipótese geral aqui levantada baseia-se no trabalho de Múndin (1981), que estudou as relações entre as *Formas de tratamento e vocativos no Rio de Janeiro*. De acordo com a autora, as formas de tratamento pronominais e os vocativos mantêm um elo semântico que os torna, de certa forma, dependentes, uma vez que ambos apresentam referência à formalidade.

No que se refere especificamente à forma “moço(a)”, fez-se necessário, *a priori*, verificar a sua recorrência na amostra de cada um dos países. Dessa forma, verificou-se que tanto para falantes angolanos quanto para brasileiros essa forma é bastante recorrente, uma vez que, de todo o conjunto de formas de tratamento nominais disponíveis para uso, “moço(a)” corresponde a 10,6% dos usos de angolanos e 9,0% de brasileiros. Ao se comparar esses índices com os dados moçambicanos, é notável que os falantes desse país fazem um uso bem menor dessa forma (3,6%) – preferindo, portanto, outras estratégias para se referirem a desconhecidos. Esses dados podem ser verificados por meio da Tabela 1:

Tabela 1. Ocorrências da forma de tratamento “moço(a)” no corpus angolano, brasileiro e moçambicano

	Angola		Brasil		Moçambique	
	N	%	N	%	N	%
Total de enunciados	235	100	265	100	248	100
Ocorrências de “moço(a)”	25	10,6	24	9,0	9	3,6

Ao se considerar a combinação entre o vocativo e as estratégias pronominais usadas na construção do enunciado, fica também evidente que há escolhas preferenciais em cada um dos contextos nacionais analisados. Assim sendo, os brasileiros adotam majoritariamente a estratégia de se combinar a FTN “moço(a)” com o pronome *você* (cf. exemplo (15)), chegando a um índice de 87,5%. Entretanto, uma vez que em Moçambique e Angola a opção privilegiada por falantes é a ausência de pronome sujeito, com a marcação de pessoa feita apenas pela desinência verbal, era de se esperar que a combinação do vocativo em estudo com o pronome *você* contasse com uma baixíssima quantidade de uso: em Angola, esse índice chegou a 4% e em Moçambique não houve nenhuma ocorrência.

(15) “Ô moço, cê sabe me dizer onde que é a padaria tal, por favor?” (BR.M.21)

A combinação mais produtiva do vocativo “moço(a)” para os moçambicanos foi feita com a ausência de pronome associada à desinência verbal de segunda pessoa (77,7%) demonstrando que, a esse vocativo, está associada uma ideia mais distensa e informal, típica da semântica da solidariedade (cf. exemplo (16)). Já para angolanos, houve um maior equilíbrio entre a combinação do vocativo com a ausência de pronome associada ora à desinência verbal de 2ª pessoa (44%), ora à desinência verbal de 3ª pessoa (52%), evidenciando uma maior adequação da estratégia combinatória utilizada à formalidade contextual (cf. exemplos (17) e (18), além da Tabela 2):

- (16) “Oi moça. Tudo bem? Olha, *sabes* me dizer onde é que eu posso comprar uma água? Eu tô com muita sede? *Sabes* me dizer onde é que eu posso comprar uma coca ou uma coisa assim?” (MO.M.04)
- (17) “Moço, desculpe. Por favor, *pode* me explicar qual é a rua que vai até o Kinaxixe?” (AN.M. 22)
- (18) “Oi moça, *tás* boa? *Sabes* onde é que vendem água aqui?” (AN.M.9)

Tabela 2. Combinações pronominais da forma de tratamento “moço(a)” no *corpus* angolano, brasileiro e moçambicano

Possibilidades combinatórias	Angola		Brasil		Moçambique	
	N	%	N	%	N	%
O/a senhor(a)	0	0	1	4,1	0	0
Você	1	4	21	87,5	0	0
Ausência de pronome + desinência verbal de 3 ^a p.	13	52	2	8,3	2	22,2
Ausência de pronome + desinência verbal de 2 ^a p.	11	44	0	0	7	77,7
Total	25	100	24	100	9	100

Comentários finais

Nesse estudo esteve em foco a observação dos vocativos utilizados pelos falantes das variedades do português brasileiro, moçambicano e angolano em situações alocutivas, ou seja, em que uma primeira pessoa – o participante das entrevistas – dirige-se diretamente a um interlocutor – nesse caso, os perfis sociais apresentados a eles por meio de fotografias. Esse contexto linguístico foi privilegiado por se considerar que essas formas de tratamento representam um fecundo meio para se observarem as correlações existentes entre língua e sociedade.

O fato de se propor a comparação entre falantes de três países se pauta na expectativa de que cada uma das variedades utilize as possibilidades oferecidas pelo sistema de formas de tratamento de acordo com as suas realidades nacionais. Dessa forma, as análises dos dados aqui demonstrados como exemplos – o uso do vocativo “moço(a)” – estão demonstrando que essa expectativa é realmente válida, haja vista que é possível delinear algumas tendências de comportamento entre o grupo de informantes de um mesmo país.

Em termos gerais, angolanos e brasileiros utilizam o vocativo “moço(a)” de forma bastante produtiva como estratégia para se referirem a interlocutores desconhecidos, enquanto os moçambicanos preferem outras estratégias. Os brasileiros majoritariamente combinam esse vocativo com o pronome *você*, em um indicativo de que essa forma está inserida no repertório das formas de tratamento pertencentes à semântica da solidariedade. Para os moçambicanos, igualmente, essa forma tende a estratégias mais solidárias, uma vez que a principal combinação se dá com a desinência verbal de segunda pessoa (*tu*). Entretanto, os angolanos modificam a combinação desse vocativo para se adequarem à formalidade inerente ao contexto interlocutivo – em ocasiões em que, por um lado, verificavam que o interlocutor da imagem apresentada era hierarquicamente superior ou indicava horizontalidade escolhiam a combinação entre o vocativo “moço(a)” e a desinência verbal de terceira pessoa e ao verificarem, por outro lado, também horizontalidade

ou quando se entendiam hierarquicamente superiores ao perfil da imagem, preferiam a combinação do vocativo com a desinência verbal de segunda pessoa.

Assim sendo, o sistema de formas de tratamento revelou-se como expressivo meio de se observar a relação entre a língua e fatores sociais e históricos. Além disso, evidenciou características marcantes de cada uma dessas sociedades que utilizam a língua portuguesa como oficial e como veículo que transita por vastos contextos comunicativos da atualidade

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Teresa dos Santos, MERCER, Jose Luiz da Veiga. O tratamento em Curitiba: o pronome zero. *Revista Ilha do Desterro*. A Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies, Florianópolis, n. 20, 1988. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/8920>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

BROWN, Roger; GILMAN, Albert. The pronouns of power and solidarity. In: GIGLIOLI, P. P. (Ed.) *Language and social context: selected readings*. England: Penguin Books, 1972 [1960].

CAUSSE-CATHCART, Mercedes. Mi vida, mi amor, mi corazón... formas de tratamiento en el habla de la ciudad de Santiago de Cuba. In: COUTO, Leticia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos. *As Formas de Tratamento em Português e em Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011.

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ANGOLA (CEIC). *Relatório social de Angola (RSA) 2012*. Universidade Católica de Angola (UCAN), Luanda, 2013.

DIAS, Hildizina. *As desigualdades sociolinguísticas e o fracasso escolar: em direção a uma prática linguístico-escolar libertadora*. Maputo: Promédia, 2002.

FIRMINO, Gregório. *A questão linguística na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Texto editores: Maputo, 2006.

_____. A nativização do português em Moçambique. In.: CARVALHO, Clara. CABRAL, João de Pina (Org.). *A persistência da história: passado e contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

FONSECA, Dagoberto José. *Nas marolas do Atlântico: interpretações de Angola, da África, do Brasil e de Portugal*. Relatório Científico de Pós-Doutorado apresentado ao Departamento de Ciências Sociais na Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, Campinas, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2010. *Resultados gerais da amostra*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *III Recenseamento geral da população e habitação 2007: indicadores sócio-demográficos: Resultados definitivos – Maputo Cidade*. Maputo, 2010.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Análise da conversação: princípios e métodos*. São Paulo: Parábola, 2006.

_____. Modelos de variação intraculturais e interculturais: as formas de tratamento nominais em francês. In.: COUTO, Leticia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos. *As Formas de*

Tratamento em Português e em Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais. Niterói: Editora da UFF, 2011.

MUNDIN, Sônia Sandra de Moura. *Formas de tratamento e vocativos no Rio de Janeiro.* 1981. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NETO, Muamba Garcia. *Aproximação linguística e experiência comunicacional: o caso da escola de formação Garcia Neto.* Luanda: Mayamba, 2012.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. Estudos e pesquisa em sociolinguística no contexto plurilíngue do Brasil. *Revista da Anpoll*, v. 1. n. 29, p. 219-23, 2010.

SILVA, Luiz Antônio da. O *senhor* y *você*. Formas de tratamento, cortesía y diversidad cultural en portugués. In.: COUTO, Leticia Rebollo, LOPES, Célia Regina dos Santos. *As Formas de Tratamento em Português e em Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais.* Niterói: Editora da UFF, 2011.

VIDAL, Victoria Escandell. Cortesía, Fórmulas convencionales y estrategias indirectas. *Revista Español de Lingüística*, v. 25, n. 1, 1995, p. 31-66.

Verbos transitivos finitos e não finitos nos contextos de formação do acusativo preposicionado do português clássico: mudança na diacronia

(Finite and non finite transitive verbs in the contexts of formation of prepositional accusative in Classical Portuguese: change in diachrony)

Alba Verôna Brito Gibrail¹

¹Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

avbgibrail@uol.com.br

Abstract: Classical Portuguese licenses the occurrence of prepositional accusative in finite and non finite declarative sentences. In contexts with finite verbs, the prepositional direct object occupies different positions in the clause structure, including the topic position. From the 18th century, the formation of the prepositional accusative structure decreases in all contexts, all the while evolving the formation of transitive sentences in the SVO/VO orders with the prepositionless direct objects.

Keywords: prepositional accusative; Classical Portuguese; VSO order; semantical features; grammatical change.

Resumo: O Português Clássico licencia o acusativo preposicionado em orações declarativas finitas e não finitas. Em contextos com verbos finitos, o objeto direto preposicionado ocupa posições diferentes na estrutura da frase, incluindo a posição de tópico. A partir do séc. 18, diminui a formação de estrutura de acusativo preposicionado em todos os contextos, evoluindo, nesse tempo, a formação de sentenças transitivas na ordem SVO/VO, com objetos diretos sem preposição.

Palavras-chave: acusativo preposicionado; Português Clássico; ordem VSO; traços semânticos; mudança gramatical.

Introdução

O objetivo deste artigo é a descrição dos contextos de formação do acusativo preposicionado no Português Clássico (doravante, PCI), com a apresentação de dados levantados junto ao *Corpus* Histórico do Português Tycho Brahe,¹ de 16 textos com anotação sintática de autores portugueses nascidos entre o séc. 16 e meados do séc. 19, acrescentando novas informações à pesquisa anteriormente desenvolvida por Gibrail (2003).

Os textos dos autores nascidos entre os séculos 16 e 17 apresentam ocorrências de acusativo preposicionado em sentenças declarativas finitas, raízes e/ou dependentes, de ordens variantes, com o sujeito expresso e/ou não expresso e com o objeto direto na categoria de nome próprio de pessoa e/ou de lugar; título de função e/ou de nobreza, de entidade religiosa e/ou dos nomes Deus e Cristo, de quantificadores/sintagmas quantificados e de nomes comuns.

¹ O *Corpus* Histórico do Português Tycho Brahe é um *corpus* eletrônico anotado, composto de textos portugueses escritos entre os séculos 16 e 19. Seu desenvolvimento é parte do Projeto Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros e Mudança Lingüística, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e dirigido pela professora Dra. Charlotte Marie C. Galves. O acesso a este *corpus* pode ser feito através do endereço: <www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus>.

- (1) Despedido Simão Botelho, despachou o Governador *a Dom Manoel de Lima* pera ir entrar na fortaleza de Baçaim, por ter acabado seu tempo Dom Francisco de Menezes; (D. COUTO, séc. 16)
- (2) Guiavam ao Arcebispo a abadessa ou regente e outra religiosa, (L. de Sousa, séc. 16)
- (3) Despachou El-rei Nosso Senhor ao conde da Vidigueira por embaixador de França para assistir na Corte de Paris. (M. de Galhegos, séc. 16)
- (4) Seguia a Corte *aos seus Príncipes*; (A. de Barros, séc. 17)
- (5) e lhe disse: sabey que vi *ao vosso santo*, animado, e passando os olhos pelas freiras. (M. do Céu, séc. 17)

A realização do acusativo preposicionado na ordem OV revela que o PCI legitima esse fenômeno com o objeto direto em posição de tópico.

- (6) *aos outros destes perdidos que ficaram vivos*, agasalhou o Tomé Lobo, (Pinto; séc. 16)
- (7) e aos legados encarregou eficazmente que no gasalhado e tratamento da pessoa do Arcebispo dessem testemunho em Trento do muito que ele a estimava em Roma. (L. de Sousa, séc. 16)
- (8) Aos que hão.- -de morrer no dia do Juízo, avisa Christo no nosso Evangelho com esta Comparação, (A. Vieira, séc. 17)
- (9) A Dona Joa.nna de Castro Tia do Correo Mor, vio logo, que espirou, junto aa sua cama com uma fermosura celestial, sinal de que acabara em graça. (M. do Céu, séc. 17)
- (10) *A Dona Anjela de Bourbon filha dos condes das Galveas*, vio as vesporas da sua morte em hum tumulto cuberto de flores. (M. do Céu, séc. 17)

A topicalização de estruturas de acusativo preposicionado no PCL é confirmada nas ocorrências instanciadas na forma de Deslocamento à Esquerda Clítica (DEC), com clíticos resumptivos em posição proclítica e/ou enclítica.

- (11) *Aos clérigos que achava de boa vida e boa fama*, depois de apontar o nome e lugar em que moravam, sinalava-os com um círculo de campo branco; (L. de Sousa, séc. 16)
- (12) *Ao gigante* derrubou-o a pedra, e *a David* o sonido. (A. Vieira, séc. 17, Sermões)
- (13) *A uns* levava-os, ou a prudência, ou a política humana: *a outros* arrastava-os, ou a emulação, ou a cobiça, (A. de Barros, séc. 17)
- (14) *A huma pessoa grande que lhe comunicou o intento que tinha na escolha de marido, para a herdeyra de sua caza*, a persuadia que mudasse de intento, (M. do Céu, séc. 17)

Conforme a pesquisa de Gibrail (2010) aponta, o PCI licencia objetos diretos topicalizados em posição interna e/ou externa à estrutura prosódica da oração, configurando, respectivamente, as estruturas de Top-V2 e/ou de DEC. Na forma de Top-V2, o objeto direto é realizado no Spec de um núcleo Top projetado dentro da oração; na forma de DEC, o objeto direto ocupa uma posição de adjunção interna e/ou externa ao contorno intonacional da frase. Nessas construções, a posição proclítica e/ou enclítica de realização dos clíticos resumptivos é o fator que define a posição de adjunção interna e/ou externa à oração do objeto direto topicalizado (GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005, GALVES; PAIXÃO DE SOUSA 2005). Em se tratando de objetos diretos topicalizados na forma de Top-V2 em sentenças com clíticos, o uso da próclise é generalizado. A realização de clíticos em próclise nas ocorrências de Top-V2 e/ou de DEC define não só a posição interna à oração do objeto topicalizado, mas também a projeção de uma sintaxe

de ordem V2 das sentenças declarativa finitas nas quais elas são formadas. Essa propriedade do PCI de licenciar objetos diretos topicalizado, na forma de Top-V2 e/ou de DEC, em posição interna e/ou externa à estrutura prosódica da oração, é confirmada nas ocorrências de acusativo preposicionado de ordem OV. Assim considerando, as ocorrências de acusativo preposicionado em (6-10), acima, podem ser interpretadas como estruturas de Top-V2, com o objeto direto preposicionado realizado no Spec do núcleo Top projetado dentro da oração. Nos dados em (11-14), com o objeto direto preposicionado topicalizado na forma de DEC, a posição enclítica dos clíticos resumptivos em (11) e (13) define esse constituinte como um adjunto em posição anterior à fronteira prosódica da oração; em (14), a próclise assegura a posição de adjunção interna à oração de sua realização.

Outro fato destacado no levantamento desses dados é a propriedade do PCI de instanciar o acusativo preposicionado em contextos com verbos não finitos.

- (15) Desejava fazer letrado ao senhor Dom António, seu filho que depois foi Prior do Crato (L. de Sousa, séc. 16).
- (16) queria matar *a ElRey*, para cazar como Papa. (M. do Céu)
- (17) e tomando por companheiros aos Padres Francisco Vellozo, António Ribeiro, e Manoel de Souza, partiu com tanta consolação, e ardor, (A. de Barros, séc. 17)

Uma mudança é evidenciada nos textos dos autores nascidos entre o séc. 18 e meados do séc. 19. Diminui, nessas obras, o uso de acusativo preposicionado em contextos com verbos finitos e não finitos. De modo geral, objetos diretos preposicionados e/ou não preposicionados deixam de ser realizados em sentenças transitivas de ordens variantes. Concomitantemente à restrição de uso de estruturas transitivas de ordens variantes, evolui o uso de sentenças de ordem SVO/(X)VO com objetos diretos não preposicionados.

- (18) Ainda ontem vi *José Diogo* pela primeira vez, (M. de Alorna, séc. 18)
- (19) *Nenhum de nós* conheceu os *Avós*, tanto paternos como maternos, (M. de Fronteira, séc. 19)
- (20) *Eu* conhecia *um rapaz que morria por ter cavalo*. (C. Branco, séc. 19)

Este artigo é formado por duas seções. A primeira seção, intitulada “Contextos de formação de acusativo preposicionado no Português Clássico”, apresenta os contextos de formação de objetos diretos preposicionados nos textos dos autores nascidos entre os séculos 16 e 17, retomando alguns dos dados que compõem os *corpora* organizados por Gibrail (2003), em sua dissertação de mestrado. A segunda seção, intitulada “Restrição de licenciamento de estruturas acusativas preposicionadas a partir do séc. 18”, apresenta as mudanças estruturais que levam à restrição de formação de acusativo preposicionado em todos os contextos, levando, concomitantemente, à evolução de uso de sentenças transitivas na ordem SVO/VO com objetos diretos não preposicionados.

Contextos de formação de acusativo preposicionado no Português dos séculos 16-17

Diferente do Português Europeu Contemporâneo, gramática que licencia o acusativo preposicionado em contextos restritos e específicos, o Português Clássico legitima

esse tipo de construção em sentenças declarativas finitas de ordens superficiais variantes e com objetos diretos de diversas categorias, inclusive na categoria de nome comum.

- (21) E não contente com seu damno, convidou *a nosso Padre Adam*, facilitandolhe com as novas do gosto, o rigor que podia temer do castigo. (B. de Brito, séc. 16)
- (22) Despedido Simão Botelho, despachou *o Governador a Dom Manoel de Lima* pera ir entrar na fortaleza de Baçaim, (D. Couto, séc. 16)
- (23) Com a mesma confiança busca a V. Excelência esta *Côrte* na Aldeia, (Lobo, séc. 16)
- (24) *A Hercules* pintou a Antiguidade ornado com huma Clava, (M. da Costa, séc. 17)
- (25) Tomo *ao Céu* por testemunha de minha causa. (F. Melo, séc. 17)

Outro contexto de formação do acusativo preposicionado no PCI é o contexto de mini-oração.

- (26) Fez el Rey *Christianissimo Coronel General da infantaria ao Duque de Anguina*, filho do Principe do Condè, cunhado do Marquês de Bresè. (M. de Galhegos, séc. 16)
- (27) E a rogo d@ @o povo fez *conde a Lailei* que havia sido o cabeça daquela rebelião. (M. de Galhegos, séc. 16)
- (28) Ainda eu considero *mais descançado a David*, do que a eloquencia de Basilioo representa. (A. Vieira, séc. 17, Sermões)
- (29) Pinta o propheta David *a Deus armado de arco e settas*, (A. Vieira, séc. 17, Sermões)

O acusativo preposicionado também é instanciado nessa gramática com o objeto direto na forma de sintagma descontínuo. Nessa construção, há inserção da preposição *a* ao sujeito de uma mini-oracão que é realizado em posição de tópico, permanecendo o predicado dessa estrutura *in situ*, no VP.

- (30) Ao conde de Gebrian *general do exército, que venceua Lamboi*, fez El-rei *cristianíssimo mariscal*, e a Monsieur de la Mota de Ancour. (M. de Galhegos, séc. 16)

Lois (1982), ao analisar o uso do acusativo preposicionado no espanhol, propõe que a inserção da preposição *a* nas estruturas acusativas ocorre, nessa gramática, no objeto direto que pode representar o papel de agente. Para essa autora, a formação do acusativo preposicionado é o recurso utilizado pela gramática para diferenciar o elemento que recebe o papel-theta de argumento interno. Nas descrições de Von Heusiger e Kaiser (2005) do uso desse tipo de estrutura no espanhol e em suas variantes, a inserção da preposição *a* no objeto direto é obrigatória quando esse argumento verbal é um sintagma [+animado + definido]. Em sua argumentação, animacidade e especificidade são os parâmetros mais relevantes para a inserção da preposição *a* no objeto direto do espanhol padrão moderno. Essa condição também é apresentada por Tippets (2011). Segundo esse autor, o mais comum dos fatores associados ao acusativo preposicionado, assumido por ele como uma forma de Marcação Diferenciada do Objeto (DOM), são os traços animacidade, especificidade e definitude associados ao objeto direto.

Ainda que as ocorrências de acusativo preposicionado nos textos dos autores portugueses nascidos entre os séculos 16 e 17 sejam instanciadas com frequência maior com

objetos diretos que carregam os traços semânticos [+ animado, + específico], esses textos também apresentam ocorrências desse tipo de estrutura com objetos diretos que não dispõem conjuntamente de ambos os traços.

- (31) Mas sôbre todos êstes ídolos, adoram *a um Seutó*, que dizem, que é uma substancia, e principio de tudo, e que suas moradas são os Ceos. (D. Couto, séc. 16)
- (32) Conhecendo a Marquesa minha tenção, chamou *a um seu creado*, sorrindo-se, e dixe: (F. de Holanda, séc. 16)
- (33) Por mar depois disto, saquearam os Ingleses *a Cádiz*, e o Algarve. (S. de Faria, séc. 16)
- (34) a quem depois se juntarão os Troyanos, que vierão com Antenor (como em seu lugar diremos) & fundarão *a Padua*. (B. de Brito, séc. 16)
- (35) *A muitos* tenho eu por inimigos (disse Feliciano), porém, pior o | será o néscio que o que o não fôr e logo vos negareis *a tudo*. (A. Chagas, séc. 17)

Nos exemplos (31) e (32) e (35), acima, o objeto direto não carrega o traço [+ específico]; em (33) e (34), esse argumento é um nome próprio de lugar, não carregando, portanto, o traço [+ animado]. Por outro lado, embora essas construções sejam formadas nesses ambientes sentenciais com a projeção de ordens lineares variantes, a frequência maior de sua ocorrência é constatada em sentenças declarativas finitas de ordem VSO/VO; apresentando, nessas ordens, uma taxa de frequência acima de 20%, conforme mostra a tabela a seguir, com a quantificação dos dados levantados dos textos com anotação sintática de autores nascidos entre os séculos 16 e 17.

Tabela 1. Ordens lineares das sentenças nas ocorrências de acusativo preposicionado no Português dos séculos 16-17

Ord/aut	Gand	Pinto	Sousa	Couto	Galheg	Vieira	Céu	Barros	Total	Taxa
VSO	0	0	2	2	7	7	4	5	27	23,5%
VO	1	1	4	4	6	4	6	12	38	33,0%
SVO	1	0	2	1	1	1	0	4	10	8,7%
SVXO	0	0	0	0	0	0	0	2	2	1,7%
VSXO	0	0	0	0	0	1	0	2	3	2,6%
SXVO	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0,9%
OVS	0	0	2	0	0	1	3	0	6	5,2%
OV	3	1	3	0	1	0	9	1	18	15,7%
VOS	0	0	1	0	1	0	1	2	5	4,3%
VXO	0	0	1	0	0	0	0	3	4	3,5%
OSV	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0,9%
Total	5	2	15	7	17	14	24	31	115	100,0%

O resultado mostrado nessa tabela expõe a tendência do PCI de licenciar estruturas de acusativo preposicionado com sujeito expresso em posição pós-verbal e/ou com o sujeito não expresso. Considerando a proposta de Galves (2003, 2009), Galves e Gibrail (2012), Galves, Britto e Paixão De Sousa (2005) da inversão V/S como ordem não marcada do sujeito na gramática portuguesa em uso nos séculos 16-17, a frequência maior de licenciamento de acusativo preposicionado nas ordens VSO/VO pode ser justificada em

função dessa propriedade do PCI. O fator que permite definir a inversão VS como ordem canônica de realização do sujeito não expresso nas ocorrências de acusativo preposicionado de ordem OV é a taxa de frequência de sua realização nesses textos similar à taxa de sua ocorrência na ordem VSO com sujeito expresso.

- (36) Despachou El-rei Nosso Senhor ao conde da Vidigueira por embaixador de França para assistir na Corte de Paris. (M. de Galhegos, séc. 16)
- (37) *Visita o Arcebispo aos cardeais legados do santo Concílio* (L. de Sousa, séc. 16)
- (38) e na ribeira viu a *Pedro, e a seu irmão*, que estavam lançando as redes ao mar (A. Vieira, séc. 17, Sermões)
- (39) Receberam *estes aos Padres* ao passar para cima com grande amor, e fiel lhaneza; (A. de Barros, séc. 17)

A tendência do PCI de formar o acusativo preposicionado nas ordens VSO/VO é significativa na medida em que permite a assunção de que é a posição canônica de realização do sujeito nas estruturas transitivas o fator que motiva a inserção da preposição *a* no objeto direto. Assim considerando, pode-se postular que o acusativo preposicionado no PCI é desencadeado pela conjunção de dois fatores: o fator ordem – ordem pós-verbal canônica de realização do sujeito – e o fator categoria do objeto direto – objeto direto com os traços [+ animado + específico], e/ou com esse elemento carregando pelo menos um dos dois traços. A questão é saber se esses dois fatores também motivam a formação do acusativo preposicionado em todos os outros contextos de ordens variantes.

Tomando-se as ocorrências de ordem SVO/OV(S), que são as que também apresentam na tabela (1) taxas de frequência mais significativas, o fator traços semânticos [+ animado + específico] do objeto direto pode justificar a inserção da preposição. Implica saber se nessas ocorrências o fator ordem VS também se coloca como motivo preponderante de inserção da preposição.

De acordo com a formulação de Galves (2003, 2009), Galves, Britto e Paixão De Sousa (2005), Galves e Paixão De Sousa (2005), Paixão De Sousa (2004), o sujeito pré-verbal nas sentenças declarativas finitas do Português dos séculos 16-17 ocupa, assim como qualquer outro constituinte deslocado do VP, uma posição de tópico interna e/ou externa à estrutura prosódica da oração. Dessa forma, a inserção da preposição *a* nas ocorrências de ordem SVO pode também ser motivada pelo fator ordem pós-verbal canônica de realização do sujeito nas sentenças declarativas finitas. A posição pós-verbal ocupada pelo objeto direto é a posição canônica do sujeito, podendo, portanto, ser preenchida por esse argumento.

Nas ocorrências de ordem OV(S), o objeto direto preposicionado ocupa uma posição de tópico interna e/ou externa à oração, conforme as argumentações apresentadas acima, na análise dos dados em (6-10). Por outro lado, como é postulado para as ocorrências de ordem SVO, a posição pré-verbal pode também ser ocupada por sujeitos interpretados como tópicos.

A questão agora é saber se a formação de acusativo preposicionado em contextos com verbos não finitos seria desencadeada também por esses dois fatores.

Em contextos com verbos não finitos, o PCI instancia o acusativo preposicionado em estruturas gerundivas,

- (40) aconteceu que, *vencendo o Imperador da Abasia ao Rei de Zeilá*, que degolara Dom Christovão da Gama, lhe cortou a cabeça, (D. Couto, séc. 16)
- (41) E assi, aconteceu que, *reprendendo um dia a certo eclesiástico nobre*, e querendo se lhe ele salvar na certa colheita dos que se sentem culpados, (L. de Sousa)
- (42) disse lhe, *apontando a a filha*: Veja Vossa Magestade se he rosto para encerrar se em huma clauzura; (M. do Céu) e também em orações infinitivas.
- (43) e o pirata, depois de *render ao capitão* lhe perguntou para donde fazia viagem: (M. de Galhegos, séc. 16)
- (44) Umaz vezes *quer livrar a seus amigos*, outras *quer derriba re destruir a seus inimigos*. (A. Vieira, séc. 17, Sermões)
- (45) Vendo a Noviça que este não queria contribuir para os gastos da profissão por escuzá la; mandou *chamar a Dom Duarte de Castellobranco* seu cunhado, marido de sua segunda irmã Dona Luiza de Mendoça, (M. do Céu, séc. 17)

Por questão de espaço neste artigo, as ocorrências de acusativo preposicionado nos contextos com verbos não finitos não são submetidas a análises qualitativas para verificar se os fatores que motivam a inserção da preposição *a* nessas estruturas são os mesmos propostos para o seu uso nos contextos com verbos finitos. Ainda que essas construções não sejam analisadas qualitativamente, a quantificação das ocorrências levantadas dos textos investigados revela haver, a partir do séc. 18, restrição de uso de acusativo preposicionado também nesses contextos.

Restrição de licenciamento de estruturas acusativas preposicionadas a partir do séc. 18

O fato atestado nos textos dos autores nascidos entre o séc. 18 e meados do séc. 19 é a restrição da frequência de formação de acusativo preposicionado em contextos que motivam a frequência elevada de seu uso nos textos dos séculos 16-17. Ocorre restrição da frequência de uso nos textos a partir do séc. 18 de objetos diretos preposicionados na categoria de nome próprio de pessoa em todos os contextos de ordens variantes nos quais eles são legitimados nos textos dos séculos 16-17. A produção de acusativo preposicionado com objetos diretos dessa categoria é verificada somente em alguns dos textos de autores nascidos no séc. 18; havendo ausência de sua ocorrência nos textos do séc. 19.

- (46) Confundi esta proposição de tal forma *a Demóstenes* que ficou muito tempo sem dizer palavra, ‘sendo a primeira vez que se lhe secou a boca, (C. de Oliveira, séc. 18)
- (47) Deslustrou *a Júlio César* o louco amor de Servília, (C. de Oliveira, séc. 18)
- (48) Se estes meios tivessem alguma eficácia, Jasão não seria infiel a Medeia e Circe prenderia *a Ulisses* nos seus ferros. (C. de Oliveira, séc. 18)
- (49) estes seguiam a Aristóteles mais literalmente. (M. Aires, séc. 18)

No exemplo (46) acima, o acusativo preposicionado é formado na ordem VSXO; em (47), esse tipo de estrutura é realizado na ordem VOS; em (48) e (49), na ordem SVO.

Por outro lado, não há restrição da frequência de uso de acusativo preposicionado nos textos desse período quando o objeto direto é o nome próprio Deus.

- (50) tão facilmente se acha *a Deus* no país do nosso desterro como no da nossa pátria, e ainda mais naquele do que neste, (C. de Oliveira, séc. 18)
- (51) Eu vi a Deus pelos pés, quando vi que a princesa me dava a mão para a conduzir ao coche, (C. de Oliveira, séc. 18)
- (52) Longe de me impacientar com a sua tardança, louvava a Deus e, cuidando nos meios de evitar o seu encontro, vi que ela tinha entrado no jardim (C. de Oliveira, séc. 18)
- (53) Buscamos *a Deus* quando o mundo nos não busca; (M. Aires, séc. 18)

Embora haja redução da frequência de uso de objetos diretos expressos por títulos de nobreza nas obras desse período, as ocorrências de estruturas acusativas com esses sintagmas são instanciadas com a inserção da preposição.

- (54) Sem embargo disto, ama *a Vossa Alteza Real*, (M. de Alorna, séc. 18)
- (55) Só isso levaria ao céu *a El-rei nosso senhor*, por muitos peccados que elle tivesse. (A. Garrett, séc. 19, Teatro)

A frequência maior de uso de acusativo preposicionado com objetos dessa natureza nos textos do séc. 18 fica por conta da presença, em algumas dessas obras, de expressões formulaicas, no contexto de orações optativas. Essas expressões formulaicas são usadas regularmente nos textos dos séculos 16-17. Diferente da variação das ordens SVO/VSO com que essas expressões são encontradas nos textos dos dois séculos precedentes, nesses textos do séc. 18, elas são realizadas na ordem VSO,

- (56) Guarde Deus *a Vossa Excelência* muitos anos. (C. de Oliveira, séc. 18)
- (57) Guarde Deus *a Vossa Senhoria* muitos anos. (C. de Oliveira, séc. 18)
- (58) Guarde Deus *a Vossa Alteza* muitos anos. (C. de Oliveira, séc. 18)
- (59) Guarde Deus *a Vossa Mercê* muitos anos. (C. de Oliveira, séc. 18)

Contrariamente aos textos dos séculos 16-17, que apresentam uso restrito de objetos diretos preposicionados com esse constituinte na categoria de nomes comuns, a produção escrita de alguns autores nascidos a partir do séc. 18 apresenta com frequência significativa o uso de estruturas acusativas de ordem SVO/VO com sintagmas dessa natureza preposicionados.

- (60) Imitai *ao filósofo* no mais, porque eu só no que é menos o poderei seguir. (C. de Oliveira, séc. 18)
- (61) chamou ao estribeiro e, depois de o obrigar de fazer juramento de cumprir inteiramente o que ele dispusesse, lhe ordenou que abrindo o seu corpo depois de morto lhe tirasse o coração. (C. de Oliveira, séc. 18)
- (62) O veneno natural não mata a quem o logra. (C. de Oliveira, séc. 18)
- (63) Chamam cá *a estes dois tocadores*, de que lhe tenho falado, (C. de Oliveira, séc. 18)
- (64) Os antigos pintaram *ao amor* cego, (M. Aires, séc. 18)

De outra parte, os dados levantados de Matias Aires, autor nascido no início do séc. 18, apresentam ocorrências de estruturas acusativas com preposição em contextos de ordens SOV/OSV, com objetos diretos representados pelo quantificador todos(as).

- (65) a Aurora a todos desperta para o trabalho; (M. Aires, séc. 18)
- (66) a vaidade, que de todas as paixões é a mais forte, *a todas* arrasta. (M. Aires, séc. 18)
- (67) Essa transparente região *a todos* abraça; (M. Aires, séc. 18)
- (68) Nem *a todos* a fortuna lisonjeia; (M. Aires, séc. 18)

Ainda que o acusativo preposicionado seja formado nesses contextos no Português do séc. 18, evolui o uso menor dessa construção na linha do tempo.

Outro contexto que apresenta restritas ocorrências de acusativo preposicionado é o contexto de ordem OV, defendido neste artigo como contexto de formação de objetos diretos preposicionados em posição de tópico.

- (69) *a todos* sustenta a terra, (M. Aires, séc. 18)
- (70) *Aos que hão- -de morrer no dia do Juízo*, avisa Christo no nosso Evangelho com esta comparação, (M. de Alorna, séc. 18)

O fato relevante que permite justificar a restrição de uso de acusativo preposicionado nos textos dos séculos 18-19 como decorrente de uma mudança gramatical em desenvolvimento na língua nesse período (GALVES; BRITTO; PAIXÃO DE SOUSA, 2005; GIBRAIL, 2010), tanto no que diz respeito à restrição de seu uso com objetos que detêm os traços [+ animado + específico] quanto à restrição de sua realização em ordens variantes, é a restrição mais acentuada de acusativo preposicionado topicalizado na forma de DEC. Uma única ocorrência é encontrada no *corpus*.

- (71) ninguém adora ao homem por entendido, e à mulher todos a idolatram por fermosa. (M. Aires, séc. 18)

Em outros dados de autores nascidos no séc. 18, não há inserção da preposição no objeto direto topicalizado na categoria de nome próprio de pessoa e/ou de nome comum com os traços [+ animado + específico].

- (72) *Ghilarducci*, ouvi-o tocar um concerto de solos em Santiago dos Espanhóis, (A. Costa, séc. 18)
- (73) Erba, vi-o tocar muitas vezes a meu gôsto em casa de um discípulo seu, sobrinho do cônego de Santiago de Galiza aonde nos fizemos conhecidos, (A. Costa, séc. 18)
- (74) Logo que eu volte, *esses compositores por alcunha* mande-os Vossa Mercê ler as suas obras sentados em uma cadeira no teatro, e deixe o mais por minha conta. (J. R. da Costa, séc. 18)

A restrição de uso de acusativo preposicionado em contextos com verbos finitos nos textos a partir do séc. 18 é extensiva à sua formação em contextos com verbos não finitos. Em se tratando de uso dessa construção em orações infinitivas, restritas ocorrências são encontradas no *corpus*, especificamente em dados levantados de autores nascidos no séc. 18. Muitas dessas ocorrências dispõem de objetos diretos na categoria de pronome de tratamento. Os textos do séc. 19 não apresentam uso de acusativo preposicionado nesse contexto.

- (75) *Permita Vossa Senhoria dar me já a conhecer a uma* dessas formosas em que me falou. (C. de Oliveira, séc. 18)

- (76) e devo passar ao que serve só a *Vossa Excelência*. (M. de Alorna, séc. 18)
- (77) Quería ver a *Vossa Excelência*. (M. de Alorna, séc. 18)
- (78) Não quero mortificar a *Vossas Mercês* como seu extrato, (José da Costa, séc. 18)

Conclusão

Este artigo tratou do licenciamento de estruturas de acusativo preposicionado no PCI. Para a sua realização, foi empreendida uma nova pesquisa junto ao *Corpus Tycho Brahe*, com levantamento de dados de 16 textos com anotação sintática de autores portugueses, trazendo mais informações à pesquisa anteriormente desenvolvida por Gibrail (2003).

Foi destacada a propriedade do PCI de formar estruturas acusativas com a inserção da preposição *a* em sentenças com verbos finitos e não finitos e com objetos diretos que carregam os traços semânticos [+ animado + específico]. Em contextos com verbos finitos, o acusativo preposicionado é instanciado em ordens superficiais variantes. Foi apontada a tendência do Português dos séculos 16-17 de formar esse tipo de estrutura nas ordens VSO/VO.

Dois fatores foram propostos para justificar a inserção da preposição *a* nos objetos diretos: o fator natureza do objeto e o fator ordem canônica VS de realização do sujeito nas sentenças transitivas dessa gramática. O licenciamento dessa construção na ordem OV é assumido como realização de objetos diretos preposicionados em posição de tópico. Nessas ocorrências, a inserção da preposição define o sintagma que carrega a função de objeto direto, tendo em conta que o sujeito também pode ocupar, por deslocamento, a posição pré-verbal de tópico.

Foram apresentados dados de acusativo preposicionado formado em contextos com verbos não finitos, tanto em contextos de estruturas gerundivas quanto em contextos de orações infinitivas.

Outro fato destacado no artigo é a inserção da preposição *a* nos objetos diretos que não dispõem conjuntamente dos dois traços semânticos que motivam a formação dessa estrutura em outros contextos. Conforme foi mostrado, o PCI licencia também esse tipo de construção com objetos diretos que carregam apenas um desses dois traços.

Quanto à mudança atestada nos textos dos autores nascidos a partir do séc. 18, de restrição de formação de acusativo preposicionado em todos os contextos, defendeu-se, neste trabalho, que essa mudança foi desencadeada pela atuação de outra gramática em desenvolvimento na língua naquele período histórico. Nessa nova gramática, a posição pré-verbal é a posição canônica de realização do sujeito. A ordem SVO é a ordem não marcada das estruturas transitivas. Dessa forma, o fator ordem VS deixa de ser motivo de inserção da preposição *a* nas estruturas acusativas. Considerando que as estruturas acusativas de ordem SVO, encontradas nos textos a partir do séc. 18, dispõem de objetos diretos com os traços [+ animado + específico] sem que haja inserção da preposição, conclui-se que o fator natureza do objeto direto não é suficiente para explicar a formação do acusativo preposicionado no PCI. A formação do acusativo preposicionado no PCI é desencadeada principalmente pelo fator ordem VS de realização do sujeito nas sentenças declarativas finitas dessa gramática.

REFERÊNCIAS

GALVES, C. *Clitic-placement in the history of Portuguese and the syntax- phonology interface*. Ms. Unicamp, 2003.

_____. A sintaxe da Grammatica. In: ABAURRE, M. B. M.; AVELAR, J. O. de; PFEIFFER, C. C. (Org.). *Fernão de Oliveira: uma história na linguagem*. Campinas: Pontes, 2009. p. 183-204.

Disponível em: <<http://www.tycho.iel.unicamp.br>>. Acesso em: 20 jan.2010.

GALVES, C. M. C.; GIBRAIL, A. V. B. *Subject inversion from Classical to Modern European Portuguese: a corpus-based study*. 2012. Apresentação de Trabalho/ Comunicação no DIGS14. Disponível em: <<http://www.tycho.iel.unicamp.br>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

GALVES, C.; BRITTO, H.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. The change in clitic placement from Classical to modern European Portuguese: results from the Tycho Brahe Corpus. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4, n. 1, Special Issue on Variation and Change in the Iberian Languages: the Peninsula and beyond José Ignacio Hualde (org.), 2005. File:BRITTO Hetal-2005a.pdf

GALVES, C.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Clitic placement and the position of the subjects in the history of Portuguese, Romance Languages and Linguistic Theory 2003, Selected papers from 'Going Romance' 2003, John Benjamins, 2005, p. 93-107. File:GALVES Cetal-2005b.pdf

GIBRAIL, A. V. B. *O acusativo preposicionado do Português Clássico: uma abordagem diacrônica e teórica*. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística. Área de concentração: Linguística Histórica) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____. *Contextos de formação de estruturas de tópico e foco no português clássico*. 2010. Tese (Doutorado em Linguística Histórica) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

LOIS, X. *Sur L'Accusative Prepositionnel*. Paris: Departement de Linguistic Générale, Université de Paris VIII, 1982.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. *Língua Barroca: sintaxe e história do português nos anos 1600*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística Histórica) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

TIPPETS, I. Differential Object Marking: quantitative evidence for underlying hierarchical constraints across Spanish Dialects. *Selected Proceedings of the 13th Hispanic Linguistics Symposium*. Luis A. Ortiz-López (Ed). Cascadilla Proceedings Project Somerville, MA 2011, p. 107-117. Disponível em: <<http://www.lingref.com/cpp/hls/13/paper2479.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2014.

VON HEUSIGER, K.; KAISER, G. A. *The evolution of differential object marking in Spanish*. Paper, 2005. Disponível em: <http://ling.sprachwiss.unikonstanz.de/pages/home/Kaiser/files/Heusinger_Kaiser2005.pdf>. Acesso em: 30 out. 2014.

Análise das formas verbais imperativas no português arcaico

(*Analysis of Imperative Verb Forms in Archaic Portuguese*)

Gisela Sequini Favaro¹

¹Departamento de Linguística – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

giselasfavar@gmail.com

Abstract: This research aims to map and analyze the imperative verbal forms in Archaic Portuguese (AP). The corpus is composed of Alfonso X's *Cantigas de Santa Maria*. The relevance of this research consists in analyzing the morphological structure of imperative verbal forms, which has not yet been studied regarding the verbal formation in AP. The main goal is to show whether the imperative morphological structure in AP already worked as an independent mood or not, as well as to help in understanding the history of the language, in the sense of elucidating some important facts of the linguistic past of Portuguese that can help to understand facts of its contemporary structure.

Keywords: Historical Linguistics; Imperative Mood; Archaic Portuguese.

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivos principais o mapeamento e a análise das formas verbais imperativas no português arcaico (PA). Serão considerados como objeto de estudo as formas do imperativo e o contexto em que estão conjugadas em PA. A metodologia para o desenvolvimento deste projeto é constituída pela coleta e análise dos dados nas *Cantigas de Santa Maria*. A relevância desta pesquisa reside, principalmente, em analisar a estruturação morfológica do imperativo, ainda não estudada no que se refere à constituição verbal da época medieval. Através deste trabalho, pretendemos mostrar se o imperativo no PA já funcionava como modo independente ou não, ajudando, dessa maneira, a compreender um pouco mais da história do idioma.

Palavras-chave: Linguística Histórica; Modo Imperativo; Português Arcaico.

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar o sistema verbal no Português Arcaico (PA) dos séculos XII-XIII, especificamente no que se refere às formas do imperativo. Para a realização deste estudo, serão consideradas como objeto as formas verbais imperativas ocorrentes no recorte temporal focalizado.

A relevância do tema desta pesquisa reside em seu ineditismo. Apesar de existirem diversos estudos sobre o período arcaico (cf. COUTINHO, 1958; SILVA NETO, 1952; SAID ALI, 1964; MATTOS E SILVA, 1989, 2001; MAIA, 1997 [1986]), não encontramos trabalhos que envolvam as mudanças morfológicas do imperativo no que se refere à constituição verbal da época medieval, na medida em que o que temos são apenas alguns comentários breves sobre a conjugação das formas verbais naquele período.

Assim, estudando a formação das conjugações verbais da língua portuguesa em seu estágio “inicial” (ou melhor, no estágio temporal em que primeiramente começa a ser referida com esse nome), poderemos contribuir para a observação de mudanças linguísticas que ocorreram na constituição do sistema verbal ao longo dos anos.

¹ Bolsista Capes de Doutorado.

Algumas considerações sobre o modo imperativo

As gramáticas tradicionais do português postulam que o imperativo possui formas próprias somente para a segunda pessoa do singular e segunda pessoa do plural. As demais pessoas são extraídas do presente do subjuntivo. O imperativo negativo não apresenta uma formação própria, sendo integralmente suprido pelo presente do subjuntivo, anteposta às formas verbais uma partícula de negação, sendo na maioria das vezes a partícula *não*.

Vendo a formação a partir de uma perspectiva histórica, verificamos que o uso do imperativo já era motivo de discussão desde o latim, no que diz respeito à sua formação. Lendo a *Gramática Superior da Língua Latina*, de Faria (1958), constatamos que o imperativo, no indo-europeu, era utilizado somente para exprimir uma ordem ou um pedido e não uma proibição. Segundo o autor, não havia o imperativo negativo na origem do latim, ou seja, ele não apresentava uma estrutura morfológica própria, tal como ainda encontramos hoje no português (FARIA, 1958).

Para suprir essa necessidade, Faria (1958, p. 382) afirma que era empregada a partícula negativa *ne* (na grande maioria dos casos) anteposta ao imperativo afirmativo. Existia também uma construção em que se empregava o infinitivo presente seguido do imperativo do verbo *nolo*, ou, ainda, o perfeito do subjuntivo era precedido de uma negação, sendo esta última construção muito comum no período clássico.

Faria (1958, p. 382) ainda ressalta que o presente do subjuntivo já era utilizado com a função de imperativo afirmativo na 3ª pessoa. De acordo com o autor, o subjuntivo presente pode ser empregado com valor de imperativo para dar ordem na terceira pessoa do imperativo positivo ou negativo, e na segunda pessoa somente no imperativo negativo (FARIA, 1958, p. 382).

Câmara Jr. (1976 [1970], p. 136) também afirma que no latim o subjuntivo estava associado ao modo imperativo, sendo esse último utilizado para dar ordens e proibições. De acordo com o autor, eram as formas do subjuntivo que supriam as pessoas que faltavam no imperativo: a 3ª pessoa (no tratamento do ouvinte nessa pessoa) e a 1ª pessoa do plural, quando o falante impõe a outras pessoas uma ordem ou tarefa.

Essa estrutura é válida, segundo Câmara Jr. (1976 [1970], p. 136), para as ordens. Em relação às proibições, caracterizadas pela partícula negativa diante do verbo, em todas as pessoas, as formas subjuntivas são obrigatórias. O autor, porém, faz uma ressalva dizendo que no latim clássico era utilizada a forma do pretérito perfeito em vez do subjuntivo para o imperativo negativo. O latim vulgar adotou o emprego do presente (imperfeito), por exemplo: lat. cl. *ne feceris*, lat.vulg. *non facias*, port. *não faça*s.

Outro aspecto interessante apontado por Câmara Jr. (1976 [1970]) é que desde o latim já existia uma fluidez em relação à concepção do uso do imperativo e do subjuntivo para expressar desejo. Segundo o autor, o uso deste era um modo delicado de dar uma ordem. Isso não ocorria somente no latim vulgar, mas também na linguagem culta coloquial. No Brasil é profunda a tendência a substituir o imperativo pelo indicativo presente, e o mesmo se observa nas proibições, em que também são assim substituídas as formas do subjuntivo (CÂMARA JR., 1976 [1970], p. 136).

Sobre a conjugação das formas do imperativo, Faria (1958) diz que o presente era conjugado apenas na segunda pessoa do singular e na segunda pessoa do plural. A respeito dessa última pessoa, Maurer Jr. (1959) afirma que era pouco utilizada, chegando até a

desaparecer. De acordo com autor, uma inovação mais importante do plural é a tendência para empregar a forma correspondente do indicativo em lugar do imperativo. “Na língua vulgar é especialmente a 2ª pessoa do plural que assim se emprega, a ponto de perder-se o imperativo antigo em diversas línguas românicas” (MAURER JR., 1959, p. 142).

A respeito do modo imperativo, Câmara Jr. (1964) diz que é utilizado para exprimir ordem, tendo relação com o presente e com o futuro. O autor ainda ressalta que as formas imperativas são apenas referentes às segundas pessoas, porém considera também a existência da terceira pessoa, devido ao que ele chama de “tratamento indireto”, e a primeira pessoa do plural, pois o falante pode se inserir na ordem expressa.

O autor também explica que a correspondência das formas do imperativo com a do presente do indicativo relativas a *tu*, na perspectiva histórica, provém do imperativo latino. A respeito dessa relação, Câmara Jr. (1964) declara ser aquele mais “agressivo”, e este usado para expressar ordens de forma mais indireta.

Já Pontes (1972), ao fazer sua análise sobre o modo, afirma que em português temos apenas o modo indicativo e o modo subjuntivo, não fazendo qualquer tipo de comentário sobre o modo imperativo. Porém, ao final de sua obra, a autora afirma que não temos mais o imperativo, mas uma extensão do uso do presente do indicativo.

Vilela e Koch (2001) definem que o modo imperativo, objeto de estudo desta pesquisa, é considerado uma forma semiconjugada, pelo fato de a maior parte das pessoas serem extraídas do subjuntivo. Segundo os autores, o valor do imperativo está pautado a toda situação comunicativa, uma vez que só pelo contexto saberíamos se está sendo usado para expressar imposição, conselho, etc.

Scherre (2002) também afirma que, quando os enunciados são dirigidos a mais de uma pessoa, a preferência é sempre pelas formas subjuntivas e não imperativas. A respeito da forma variante, a autora diz que o seu uso não acarreta nenhum tipo de problema para o falante, e a variação no uso do imperativo não distingue grupos sociais. Não existe estigma social associado ao uso do imperativo na forma indicativa ou na forma subjuntiva. As duas formas não são marcas de prestígio e nem são usadas como estereótipos do suposto mal falar (SCHERRE, 2002, p. 6).

Portanto, como pode ser visto, os trabalhos que tratam da mudança sofrida pelas formas verbais imperativas apresentam análises envolvendo dados mais recentes da língua. Mesmo nas gramáticas históricas, só é possível notar descrições da estrutura morfológica das formas verbais imperativas e em quais contextos elas eram aplicadas. Em nenhum momento temos uma análise mais detalhada envolvendo dados do estágio inicial da língua, a fim de averiguar se a situação que encontramos hoje, em relação à dúvida quanto ao imperativo ser um modo independente ou não, já ocorria no PA.

As Cantigas Medievais de Santa Maria

Segundo Parkinson (1998, p. 179), as *Cantigas de Santa Maria* (CSM) constituem um monumento literário, musical e artístico de mais elevada importância e sua escolha como objeto de estudo se dá devido à grande riqueza lexical que apresentam. Anglés (1943-1964) também afirma que o cancionero em louvor a Virgem é “el repertorio musical más importante de Europa por lo que se refiere a la lirica medieval”.

Ainda sobre a relevância das CSM, Pena (1992, p. 49) afirma que “as cantigas, acompanhadas das correspondentes notações musicais e tamén, nalgún dos códices dun amplo número de miniaturas, representan un legado dunha importância extraordinaria desde os apartados literario, pictorio e musical”.

Sobre o espaço em que foram produzidas as CSM, Leão (2002, p. 1) afirma que foi em um ambiente de efervescência cultural que nasceram os textos poéticos. De acordo com Parkinson (1998, p. 179), a intenção dessa coletânea sempre foi a de louvar a Virgem e aumentar a devoção a ela. Por esse motivo, todas as cantigas são na verdade de louvor e exaltam a Mãe de Deus.

Filgueira Valverde (1985, p. 49) ressalta que diversos milagres marianos foram recolhidos de igrejas e santuários europeus, sobretudo franceses e ibéricos, e são de fonte confirmada e bem conhecida, mas muitos relatos ainda hoje são desconhecidos e provavelmente apenas orais. Ferreira (1994) também afirma que, do ponto de vista musical, as cantigas religiosas são especialmente notáveis entre a documentação remanescente de música medieval.

Ainda em relação ao local onde ocorriam as manifestações artísticas e culturais, Pena (1992, p. 23) ressalta que a poesia estritamente unida à música era no período da Idade Média um divertimento. O autor também declara que estamos diante de uma literatura oral que “atopa o seu obradorio, a súa <<fábrica>> nos pazos reais” (PENA, 1992, p. 24).

Sobre a temática abordada nas CSM, Pena (1992, p. 52) estabelece uma classificação. De acordo com o autor, encontramos as seguintes situações representadas nas cantigas: a) tradicionais: relatam um milagre muito popular e de ampla cronologia; b) históricas: referem-se a situações e acontecimentos sociopolíticos mais precisos; c) fantásticas: fazem referências a situações imaginativas; d) íntimas: estabelecem uma relação muito pessoal entre o protagonista e a Virgem; e) familiares: relata um milagre, uma situação especial que ocorre em um círculo próximo ao rei ao à sua família e amigos.

Para Pena (1992, p. 52), há uma variedade de temas e situações. Segundo o autor, “sentimentos complexos, escenas chocantes para a nossa mentalidade, milagres discutíveis pela súa propia textura [...] todo en favor dunha concepción mariana na que a Virxe aparece formando parte da nosa cotidianidade”.

A escolha das CSM como composição do *corpus* deste trabalho baseou-se no fato de esses textos fazerem parte da documentação escrita remanescente do período arcaico e por serem de natureza lírica, compondo os cancioneiros medievais portugueses. Mattos e Silva (2006, p. 36) afirma que os cancioneiros profanos e marianos “manifestam o galego-português literário da primeira fase português” (MATTOS E SILVA, 2006, p. 37).

Para Mattos e Silva (2006), a documentação do PA é caracterizada pela variação, e não apenas pela variação gráfica, mas também pela variação na morfologia e na sintaxe. Segundo a autora, a variação gráfica pode trazer indícios de realizações fônicas conviventes e através da variação morfológica e sintática, podemos perceber possibilidades estruturais, que servem de indicadores para as mudanças que vierem a acontecer posteriormente no português.

Metodologia, apresentação e análise dos dados

A metodologia baseia-se no mapeamento das formas verbais do imperativo nas *Cantigas de Santa Maria*. Contamos também com glossários, vocabulários, dicionários, e especialmente com o glossário de Mettmann (1972), como auxílio na categorização das formas verbais. Abaixo, como ilustração, apresentam-se exemplos dos procedimentos de mapeamento dos dados nesta pesquisa:

(1)

Log' enton Santa Maria | a seu Fill' o Salvador
Foi rogar que aquel frade | ouvesse por seu amor
Perdon. E diss' el: "farey-o | pois end' avedes sabor
mas torn' a alma no corpo, | e **compra** ssa profisson. (CSM 14, v. 41-4)

(2)

A bõa dona se foi ben dali
a un' eigreja, per quant' aprendi,
de Santa Maria, e diss' assi:
"Sennor, **acorre** a tua coitada". (CSM 17, v. 55-58)

(3)

Chorando dos ollos mui de oraçon,
Ile diss': "Ai Sennor, **oe** mi oraçon [...]". (CSM 21, v. 15-16)

Após a coleta dos dados, foram analisadas as estruturas morfológicas das formas verbais imperativas encontradas comparando-as com a estrutura morfológica das formas verbais do presente do indicativo e do subjuntivo presentes no *corpus*, a fim de explicar se critérios, tais como ordem, presença ou ausência do sujeito e contextos relacionados a atos de fala (ordem ou pedido), podem ser utilizados para considerar uma forma imperativa ou não. Também foram analisadas as ocorrências de processos morfofonológicos durante a flexão verbal do imperativo nas formas mapeadas.

Para assegurar a produtividade das formas imperativas, os dados foram analisados morfológicamente levando-se em consideração seu contexto de aplicação. Essa metodologia também serviu para verificar se há ou não o uso de formas verbais variantes, funcionando como uma espécie de filtro para a categorização dos dados mapeados no *corpus*.

Foram coletadas 217 formas verbais conjugadas no modo imperativo. Desse total, 171 ocorrências estão conjugadas nas 2^app e 2^aps. Optamos por excluir de nossas análises as ocorrências mapeadas na 3^aps, 1^app e 3pp, pois essas pessoas são todas extraídas do presente do subjuntivo, o que já favorece o uso de uma estrutura morfológica específica e bem demarcada para expressar o modo imperativo.

Para averiguarmos se as formas verbais estavam conjugadas no modo imperativo ou se eram formas variantes, antes de analisarmos a presença ou a ausência do sujeito, realizamos a divisão dos dados em morfemas.

Devido à ocorrência significativa das formas verbais e por se tratar de verbos regulares que seguem um mesmo paradigma para a realização da flexão verbal, escolhemos

o verbo *levar* para representar a 2ªpp e o verbo *acorrer* (*acordar em, resolver, decidir*) para a 2ªps, mas o mesmo ocorre com outros verbos, tais como *leixar* (*deixar*), *nenbrar* (*lembrar*) e *gaannar* (*ganhar*), *dizer*, *cozer* (*cozinhar*), *salir* (*sair*), etc. Fazendo a representação morfológica das formas conjugadas desses verbos na primeira e na terceira pessoas, temos:

(4) Verbo *Levar* (PA) = (PB)

– Imperativo Gramatical: *levade*

Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal

lev	a	Ø	-de
-----	---	---	-----

– Presente do Indicativo: *levades*

Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal

lev	a	Ø	-des
-----	---	---	------

– Presente do Subjuntivo: *levedes*

Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal

lev	a (e)	Ø	-des
-----	-------	---	------

(5) Verbo *Acorrer* (PA) = *Acordar em, resolver, decidir*

– Imperativo Gramatical: *acorre*

Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal

acorr	e	Ø	Ø
-------	---	---	---

– Presente do Indicativo: *acorres*

Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal

acorr	e	Ø	-s
-------	---	---	----

– Presente do Subjuntivo: *acorras*

Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal

acorr	e (a)	Ø	-s
-------	-------	---	----

Observando os exemplos acima, podemos notar que todos apresentam ausência de sujeito, que está marcada com o morfema zero (Ø). Ressaltamos que, de acordo com Kehdi (2003, p. 47), para que haja presença do morfema zero é necessário que três condições sejam satisfeitas: 1) que o morfema zero corresponda a um espaço vazio; 2) esse espaço vazio deve opor-se a um ou mais segmentos; 3) a noção expressa pelo morfema zero deve ser inerente à classe gramatical do vocábulo examinado.

Ao realizar a divisão dos dados em morfemas observamos que as formas verbais mapeadas no *corpus* são quase idênticas às formas do presente do indicativo, contudo sem o -s final. Esse tipo de fenômeno ocorre, pois, quando formamos o imperativo, a segunda pessoa tanto do singular como do plural são extraídas do presente do indicativo e iso já acontecia desde o latim, como propõem Ernout (1945) e Faria (1958).

Não foram mapeadas ocorrências em que tivéssemos uma forma morfológica-mente idêntica para representar o imperativo, o presente do indicativo e o presente do subjuntivo ao mesmo tempo. Ao compararmos a ocorrência com seu correspondente no presente do indicativo e no presente do subjuntivo, vemos que cada forma mantém uma estrutura morfológica específica. Se tivéssemos formas variantes iríamos ter a mesma estrutura morfológica.

Levando em consideração o contexto em que os dados aparecem, há diversos elementos que nos permitem afirmar que não se trata de formas variantes, mas sim de formas conjugadas no imperativo.

Entre os itens que podem auxiliar nessa investigação acerca das formas verbais imperativas, destacamos a presença ou a ausência de sujeito nas frases. Todas as ocorrências mapeadas foram analisadas e investigamos o contexto em que as formas verbais estão inseridas. Para representar nossas análises escolhemos duas formas verbais. As demais podem ser visualizadas no apêndice, ao final deste trabalho.

Nas CSM foram mapeadas três ocorrências com o verbo *levar* conjugado na 2ªpp e três com o verbo *acorrer* flexionado na 2ªps. Veja abaixo as estrofes com os dados:

(6)

Pois chegaram, rogou-lles muito chorando dos ollos seus,
dizendo: “**Levade**-me voc’, ay, amigos meus!”. (CSM 5,v.141-142)

[...] e dizian assi: “Varões, **levade**
e a Santa Maria loores **dade**”. (CSM 134, v.45-46)

E logo tan toste o meiryyno
disse: “Varões, **levade**-a já
fora da vila cab’ o camião [...]” (CSM 255, v.98-100)

(7)

“Sennor, **acorre** a tua coitada” (CSM 16,v.58)

E chorando e tremendo | diss’: “Ai, Virgen groriosa,
acorre-m’ a esta coita | tu que es tan piadosa
que acorre-los coitados; | poren, Sennor preciosa,
fais que est’ erro que fige | que cáia en obridança”. (CSM 303, v.30-33)

Mais pois entrou na ygreja | daquesta Santa Reynna,
chorando muit’ e dizendo: | “Se[n]or, **acorre**-m’ aginna [...]” (CSM 357, v.16-17)

Fazendo a divisão sintática dos elementos acima, encontramos a seguinte situação:

(8)

Pois chegaron, rogou-lles muito chorando dos ollos seus,
dizendo: “**Levade**-me voc’, ay, amigos meus!”. (CSM 5,v.141-142)

Sujeito: Ø

Predicado: **Levade**-me voc’, ay, amigos meus

Vocativo: Ø

[...] e dizian assi: “Varões, **levade**
e a Santa Maria loores **dade**”. (CSM 134, v.45-46)

Sujeito: Ø

Predicado: **levade** e a Santa Maria loores dade

Vocativo: Varões

E logo tan toste o meiryngo
disse: “Varões, **levade**-a já
fora da vila cab’ o camño [...]” (CSM 255, v.98-100)

Sujeito: Ø

Predicado: **levade**-a já fora da vila cab’ o camño [...]

Vocativo: Varões

(9)

“Sennor, **acorre** a tua coitada” (CSM 16,v.58)

Sujeito: Ø

Predicado: **acorre** a tua coitada

Vocativo: Sennor

E chorando e tremendo | diss’: “Ai, Virgen groriosa,
acorre-m’ a esta coita | tu que es tan piadosa
que acorre-los coitados; | poren, Sennor preciosa,
fais que est’ erro que fige | que cáia en obridança”. (CSM 303, v.30-33)

Sujeito: Ø

Predicado: **acorre**-m’ a esta coita

Vocativo: Ai, Virgen groriosa

Mais pois entrou na ygreja | daquesta Santa Reynna,
chorando muit’ e dizendo: | “Se[n]or, **acorre**-m’ aginna [...]” (CSM 357, v.16-17)

Sujeito: Ø

Predicado: **acorre**-m’ aginna [...]

Vocativo: Se[n]nor

Nos exemplos acima, o morfema zero ocupa um espaço vazio, ou seja, a posição que deveria ser ocupada pelo sujeito. Em relação à posição do sujeito em PA, Mattos e Silva (1993, p. 123) declara que, perdidas as marcas flexionais que indicavam o caso ou função sintética dos sintagmas nominais, o português, e outras línguas românicas, passou a ter uma ordem sintática mais fixa.

Considerações finais

Com este trabalho foi possível constatar que, na época medieval, existiam duas formas diferentes para o presente e o imperativo, cada uma com sua estrutura morfológica bem demarcada. Porém, nos dias de hoje, com a substituição de *tu* e *vós* por *você(s)*, há apenas uma forma, o que pode estar ocasionando a perda da distinção do imperativo e do indicativo e subjuntivo enquanto modo.

É muito habitual encontrarmos essa situação nas gramáticas escolares atuais, porém, de acordo com Cunha e Cintra (1985, p. 282), esse modelo não é aplicado ao PB atual falado e escrito. Os autores consideram o pronome “*você*” como de tratamento de segunda pessoa do discurso, utilizada para as pessoas com quem se fala.

Faraco (1982, p. 205), a respeito dessa mudança no paradigma verbal do PB, afirma que as formas *tu* e *vós* estão se tornando obsoletas e “*in the terms of Brazil [...] we can say that the normal paradigm of the verbal conjugation in the traditional grammars does not describe the present state of the language*” [Tratando-se do Brasil, por conseguinte, podemos dizer que o paradigma normal da conjugação verbal na gramática tradicional não descreve o estado atual da língua].

Portanto, como pode ser visto, os trabalhos que tratam da mudança sofrida pelas formas verbais imperativas apresentam análises envolvendo dados mais recentes da língua. Mesmo nas gramáticas históricas, só é possível notar descrições da estrutura morfológica das formas verbais imperativas e em quais contextos elas eram aplicadas.

REFERÊNCIAS

CÂMARA JR., J. M. *História e estrutura da Língua Portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1976 [1970].

_____. *Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1964.

COUTINHO, I. L. de. *Gramática Histórica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

CUNHA, C. F.; CINTRA, L. F. L. *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: FENAME, 1985.

ERNOUT, A. *Morphologie Historique du Latin*. Paris: C. Klincksieck, 1945.

FARACO, C. A. *The imperative sentence in Portuguese: a semantic and historical discussion*. 1982. Tese (Doutorado) – University of Salford, 1982.

FARIA, E. *Gramática superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

FERREIRA, M. P. *The Stemma of the Marian Cantigas: philological and musical evidence*. *Bulletin of the Cantigueiros de Santa Maria*, Cincinnati, n. 6, p. 58-98, 1994.

FILGUEIRA VALVERDE, J. Introducción. In: *Alfonso X el Sabio. Cantigas de Santa María*. Códice Rico de El Escorial. Madrid: Castalia, 1985. p. XI-LXIII.

KEHDI, V. *Morfemas do Português*. São Paulo: Ática, 2003.

LEÃO, Â. V. Questões de linguagem nas Cantigas de Santa Maria, de Afonso X. Ensaios – Associação Internacional de Lusitanistas (AIL). 2002. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/fale/pos/ail/leao01.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2005.

- MAIA, C. *História do Galego-Português*. 2. ed. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1997. (Reimpressão da edição do INIC – 1986)
- MATTOS E SILVA, R. V. *Estruturas Trecentistas: elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989.
- _____. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1993
- _____. *O Português Arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. *O Português Arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MAURER JUNIOR, T. H. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- METTMANN, W. Glossário. In: *AFONSO X, O SÁBIO. Cantigas de Santa Maria*. Coimbra: Universidade, 1972. v. IV.
- PARKINSON, S. As Cantigas de Santa Maria: estado das questões textuais. In: *Anuario de estudios literarios galegos*, Vigo, 1998. p. 179-205.
- PENA, X. R. *Literatura Galega Medieval*. Santiago de Compostela: Gotelo Blanco, 1992.
- PONTES, E. *Estrutura do verbo no português coloquial*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Brasília: UnB, 1964.
- SCHERRE, M. M. P. Uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. In: BAGNO, M. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.
- SILVA NETO, S. da *História da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.
- VILELA, M.; KOCH, I. V. *Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática de texto*. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.

O que diz a morfologia sobre os glides? Para uma visão além da fonologia

(What does morphology say about glides? For a view beyond phonology)

Evilázia Ferreira Martins¹

Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras (POSLIN/FALE) –
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

evilaziamartins@gmail.com

Abstract: Can morphological context influence the occurrence of a glide in Brazilian Portuguese (BP)? The search for an answer to this question led us to this paper. It comes from reading the papers regarding the glide, most of which considered the phonological influences, but did not evaluate the morphology – or did so only partially. Given this descriptive gap and the importance of checking it in order to describe the glides in BP, this paper researched the occurrence of glides in contexts within a given morphological influence and concluded that: a) falling diphthongs tend not to form in derivational processes if their elements are separated by morphemic limitations; b) these diphthongs occur when the morphological process is inflectional. Therefore, the occurrence of glides in BP is evidence of a difference between the two processes.

Keywords: diphthongs; Brazilian Portuguese; morphology; phonology.

Resumo: O contexto morfológico pode influenciar a ocorrência de glides no Português Brasileiro (doravante PB)? A busca pela resposta dessa pergunta motivou-nos a realização deste trabalho. Ela advém da leitura de trabalhos sobre o glide que, em geral, consideravam somente as influências fonológicas e que não avaliavam, ou parcialmente avaliavam a morfologia. Tendo em vista essa lacuna descritiva e a importância de sua verificação para a descrição dos glides no PB, este trabalho investigou a ocorrência de glides em contextos de influência morfológica e concluiu que: a) ditongos decrescentes tendem a não se formar em processos derivacionais se seus elementos estão separados por limites de morfemas; e b) esses ditongos ocorrem quando o processo morfológico é flexional. A ocorrência dos glides é, assim, uma evidência para a diferenciação entre esses dois processos no PB.

Palavras-chave: ditongos; Português Brasileiro; morfologia; fonologia.

Introdução

O Português Brasileiro (PB) possui dois tipos de ditongos: os crescentes (piada, luar) e os decrescentes (leite, noite). Os primeiros são constituídos, em grande parte, por ditongos que podem variar com hiatos e, são, assim, considerados pós-lexicais (fonéticos). Os segundos, pelo contrário, são constituídos em sua maioria por ditongos que não possibilitam essa alternância e, por isso, são definidos como lexicais (fonológicos). Em geral, as análises clássicas (CÂMARA JR., 1953, 1969, 1970; BISOL, 1989, 1994, 1996, 1999; SILVA, 1992; RODRIGUES, 2007, 2012; SIMIONI, 2005, 2011) que discorrem sobre o fenômeno focam apenas em seus aspectos fonológicos e não desenvolvem, ou desenvolvem marginalmente, a discussão sobre uma possível influência morfológica (análise mais detalhada somente em Giangola (1997)). Visto isso, este trabalho tem o objetivo de investigar e responder às seguintes perguntas: a) como o contexto morfológico pode

¹ Doutoranda em Linguística Teórica e Descritiva – UFMG. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

influenciar a ocorrência de ditongos? Isto é, existe alguma restrição ou contexto condicionante para a ocorrência dos mesmos? b) Se sim, quais são esses contextos?; e c) Os constituintes prosódicos, como o acento e a sílaba, estão envolvidos?

Para isso, estruturamos a discussão em duas partes: na primeira, desenvolvemos, especificamente, a revisão da literatura, que reflete a relação entre morfologia e ditongos, e, na segunda, descrevemos a nossa análise descritiva.

A morfologia e a formação dos glides – breve histórico

Uma das primeiras propostas descritivas para os ditongos no PB que aponta, embrionariamente, para uma possível influência morfológica, é a de Câmara Jr. (1953).² Em sua análise, de cunho acentual, além de discutir o *status* fonêmico dos glides,³ ele discute a possibilidade de variação entre ditongo e hiato em sílabas átonas. Conforme o autor, a tendência, nesses casos, é a realização do ditongo, salvo quando o vocábulo é derivado de outro, no qual a vogal alta era tônica, como nos casos abaixo:

- (1) *traição* [tRa.i.'sãũ]
- (2) *saimento* [sa.i.'mẽ.tu]
- (3) *abaulado*⁴ [a.ba.u.'la.du]

Nas palavras acima, nas quais há a formação de nomes a partir de verbos, a tendência é a manutenção do hiato marcado pelo acento da forma de base. A observação ainda prematura de Câmara Jr. (1953) conduz-nos a questionamentos sobre a atuação da analogia morfológica e o acesso de informações lexicais pela variação ou durante a formação do ditongo, visto que o processo derivacional modifica a posição do acento, mas, aparentemente, mantém a tendência ao hiato, própria da vogal alta tônica. Os casos acima divergem da tendência geral apontada pelas análises fonológicas (principalmente do final dos anos 1980 e na década de 1990) de que o [i] átono precedido por vogal sempre se torna um glide.

Na Fonologia Linear⁵ temos a primeira análise fonológica do PB a considerar a interação entre contexto morfológico e os glides. Leite (1974, p. 82-83) propõe que os glides presentes nas formas de plural de palavras como *hotel/hotéis*, *hável/háveis* sejam formados por uma regra de assilabificação (*asyllabification*). A participação da morfologia é restrita aos processos de pluralização, quando há a vocalização da consoante lateral do radical antes da forma de plural:

- (4) *hotel-hotéis*
/otɛl + PL/ ⇨ [o'tɛi + s] ⇨ [o'tɛis]⁶
(LEITE, 1974, p. 78)

² Edição consultada: 2ª de 1977.

³ Neste estudo, o autor propõe que há glides fonêmicos (CÂMARA JR., 1953, p. 56).

⁴ Cf. *Abaular*: a- + *baul* (f. ant de *baú*) + -ar (Cf. HOAUSS, 2009)

⁵ *The Sound of pattern of English (SPE)*, Chomsky e Halle, 1968.

⁶ Outras representações intermediárias foram omitidas.

Ainda na perspectiva gerativa, o trabalho de Lopez (1979)⁷ propõe que tanto as vogais quanto os glides são soantes não consonantais ('V'), isto é, são subespecificados. A silabificação é que determina o valor e o posicionamento desses segmentos na sílaba. Assim, vogais [-altas] sempre constituirão núcleos silábicos e vogais altas ([i, u]) geralmente tornam-se glides (ou semivogais) quando antecedidas por vogais e seguidas por final de sílaba (V__ \$) (conf. *noite* [noĩ.tʃɪ], *saia* [saĩ.a]). Na proposta de Lopez, essa silabificação acontece antes da aplicação do acento.

Entretanto, há contextos nos quais, antes da aplicação do acento, a formação desse glide não ocorre. Assim, as vogais altas ([i, u]) constituirão núcleo silábico, isto é, serão vogais, quando localizadas nos seguintes contextos:

Quadro 1. Contextos de ocorrência do hiato

	Contexto	Exemplo
1- Em final de palavra	'V' _[+hi] V/ __ #	<i>maú</i> – pássaro
2- Antes de duas consoantes	'V' _[+hi] V/ __ CC	<i>mainça</i>
3- Antes de uma consoante em final de palavra	'V' _[+hi] V/ __ C#	<i>raiz</i>
4- Após um limite de morfema	'V' _[+hi] V/ + __	<i>atra+i+do</i>

Na análise supracitada, sempre que o elemento subespecificado [+alto] for seguido por borda de palavra, duas consoantes, uma consoante e borda de palavra ou, por fim, ser antecedido por morfema, ele será uma vogal alta e não um glide.

Entretanto, os contextos podem ser questionados. Como observamos nos dados da língua, há vários exemplos de ditongos em final de palavra (apogeu, berimbau, colorau, europeu, psiú, samurai), que contradizem o contexto (1) apresentado acima. Com relação ao contexto (2), há realmente poucos exemplos no PB de glides seguidos por soantes em coda (*muito* /muĩNto/, *câimbra* /kaĩNbra/), o que confirma o exposto acima. No item (3), há poucos exemplos na língua de hiatos (juiz [zu.'is]) e ditongos (cais ['kaĩs], mais ['maĩs], jamais [ʒa.'maĩs], seis ['seĩs], dois ['doĩs], adeus [a.'deus]) no contexto supracitado. Ainda assim, os ditongos prevalecem e não o hiato.

E, por último, o item 4 com contexto morfológico, foco deste trabalho. Conforme a autora, após um limite de morfema, os glides não ocorrem, apenas as vogais altas. No exemplo acima, o morfema [i] recebe o acento. Todavia, neste mesmo contexto morfológico, ocorrem também os ditongos, como podemos ver em (ele) *atrai* [atRa+ĩ] (3ª pessoa do singular do presente do indicativo). A autora explica a ditongação pelo ordenamento de regras. Isso é explicado no item (b) abaixo.

Em sua análise, Lopez (1979) afirma que as regras acima valem para a maioria dos casos, exceto para as palavras derivadas, pois elas têm a silabificação do radical igual à da palavra base, sendo essa última influenciada pelo contexto final de palavra. Ela confirma, assim, a proposta de Câmara Jr. (1953) que expusemos anteriormente:

(5) *raizada* [ha.i.'za.da] de *raiz* [ha.'is]

⁷ A autora denomina os glides de ditongos decrescentes de semivogais e de ditongos crescentes como semiconsoantes. Não fazemos essa distinção aqui. Preferimos chamá-los somente de glides.

Com base no ordenamento, após a aplicação do acento, ainda podem ser utilizadas regras de conversão de vogais altas átonas em glides para corrigir o padrão acentual e ampliar a proeminência da sílaba tônica. Diferentes dos glides anteriormente citados, os gerados por essa regra podem formar ditongos através do limite morfológico. Essa regra pode atuar:

a) em vogais finais [i] e [u] de adjetivos e nomes. Elas tornam-se núcleos sempre que forem precedidas por vogal e borda de morfema e seguidas por final de palavra (V+___#). Como não são parte do radical, elas não podem ser acentuadas. Depois da aplicação da regra de conversão, elas se tornam glides (pau /pa+u/ [ˈpaʊ]). Em nossa análise, a sequência ‘pau’ é todo o radical;

b) nos temas verbais /i/ e /e/ antecedidos por vogais. Eles são núcleos silábicos quando a regra que recua o acento nos verbos é aplicada. Após sua aplicação, eles se tornam glides. A regra se aplica em casos como *intui* /intu+i/ [ˈi̯tu] (conf. *intuir* /iNtuir/);

c) nas palavras terminadas em /i/ ou /u/ seguidas de /z/ irregularmente acentuadas na penúltima sílaba (dois /dois/ [ˈdoɪs]) (a maioria das palavras terminadas em consoantes é acentuada na vogal que imediatamente as precede, localizada no final do radical).

Sobre os possíveis pares mínimos (ele) *riu* [ˈhi̯] (3ª pessoa do singular do presente do indicativo) e (eu) *rio* [ˈhi.u] (1ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo – substantivo), a autora defende que não há um contraste sistemático entre o glide e a vogal, sendo assim mais justificável explicar esses dados por uma restrição morfofonológica na regra de conversão.

Nos pares (ele) *intui* [i̯.tu] (3ª pessoa do singular do presente do indicativo) e (que ele) *atue* [a.tu.i] (3ª pessoa do singular do presente do subjuntivo), também é difícil sustentar contraste entre glide e vogal alta, visto que, no primeiro caso, o glide não pode ser subjacente, pois ele é uma vogal temática que, em outras situações, emerge como vogal (*intui* [i̯.tu] e *intuir* [i̯.tu.i]). Seguindo sua proposta de ordenamento, na qual a neutralização ocorre antes da regra de conversão, há problemas para explicar os pares acima, visto que as palavras com vogais médias finais também seriam atingidas. Visto isso, para os casos nos quais o ditongo não se aplica, como a 1ª pessoa do singular do indicativo e o subjuntivo, ela propõe uma restrição morfológica.

Já os estudos atuais sobre o ditongo e o hiato no PB pela visão paralelista da Teoria da Otimalidade (TO) resultam no estabelecimento de uma segunda geração de análises sobre o fenômeno. A mudança teórica implicou na reestruturação do conhecimento sobre o tema, visto que, nas análises anteriores à TO, o ordenamento explicava principalmente as alternâncias entre hiato e ditongo e corrigia padrões através de regras de acento e silabificação.

Pela TO, o desenvolvimento das pesquisas sobre os glides foi em direção ao aprofundamento do conhecimento sobre os ditongos crescentes, a relação entre o acento e a sílaba na formação de glides e, por fim, da morfologia.

Rodrigues (2012) realiza estudo sobre a epêntese vocálica, a degeminação e o alteamento com produção de glide ambissilábico⁸ nos encontros vocálicos átonos (*vácuo*, *série*) e em sequências VV com V₁ tônica em finais de palavra no dialeto carioca. Para

⁸ Exemplos: [le.oʊ.ʊa] leoa, [di.ʝa] dia.

isso, a autora realizou análise acústica (oitiva e PRAAT) e fonológica pela TO. Sobre a influência morfológica nos dados, ela afirma que:

[...] a manutenção ou dissolução de determinados hiatos ocorre para que não haja neutralização de número e de pessoas verbais (eu rio/ele riu), o que evidencia uma motivação não apenas fonológica, mas também morfológica para a realização ou não de um ditongo decrescente. (RODRIGUES, 2012, p. 40, grifo nosso)

Já Giangola (1997) descreve os glides do dialeto baiano (Salvador-BA). Nessa proposta, os glides podem ser previsíveis se forem considerados a prosódia, o acento e a morfologia. Segundo o autor, os ditongos decrescentes têm uma distribuição ampla (imediatamente após o acento ou posição pretônica) e são considerados não marcados:

- (6) pai [ˈpaɪ]
- (7) paixão [paɪ.ˈʃãũ]

Já os ditongos crescentes ocorrem apenas no contexto postônico:

- (8) lábio [ˈla.bɪ+u]
- (9) tábua [ˈta.bɪa]

E o hiato, no contexto pretônico:⁹

- (10) cueca [ku.ˈe.ka]

Com relação à morfologia, a análise propõe que os glides de ditongos decrescentes não ocorrem em bordas de morfemas e cita como exemplos:

- (11) tio [ˈti.+u]
- (12) til [ˈtiɿ]
- (13) vôo [ˈvo+u]
- (14) vou [ˈvoɿ]
- (15) atue [a.tu.+i] (3ª pessoa do singular do presente do subjuntivo)
- (16) intui [ĩ.tuɿ] (3ª pessoa do singular do presente do indicativo)

A análise propõe que o glide [ɿ] em (16) é uma vogal temática e, por isso, não forma um ditongo decrescente em borda de morfema.

Observamos que, na língua, os exemplos (11) e (13) podem se realizar como hiatos, mas também como ditongos decrescentes. Diferentemente dos dados em (14) e (16). Desse modo, discordamos do posicionamento do autor de que a morfologia atua para impedir a formação do ditongo decrescente em (11) e (13). Nesses casos, o ditongo decrescente não ocorre devido à qualidade da vogal (média) e quando ele ocorre, a motivação é estritamente fonética. O mesmo argumento pode ser considerado para o dado em (12).

⁹ O autor também realiza uma breve análise das sequências kw e gw, entretanto, não as discutiremos.

A influência morfológica, ainda que seja entre o radical e a vogal temática somente pode ser observada em (16) e em (15).

Ainda conforme Giangola (1997), a influência morfológica também é observada entre prefixos e verbos. Apesar de haver uma sequência VV_[+alta], a segunda vogal não se torna um glide devido ao limite de morfema:

(17) proibir [pRo+.i.'bir]

Por fim, essa análise também aponta para a influência morfológica entre as formas derivadas e a forma de base, com a manutenção do hiato, assim como Câmara Jr. (1953) e Lopez (1979) (GIANGOLA, 1997, p. 145). As formas de base correspondem aos números de (18) a (20) e as formas derivadas de (21) a (23):

(18) ciúme [si.'u.mi]

(19) miúdo [mi.'u.du]

(20) juiz [ʒu.'iz]

(21) ciumento [si.'u.m+ẽ.tu]

(22) miudinho [mi.u.d+i.ju]

(23) juizado [ʒu.i.'z+a.du]

Nas análises acima, podemos observar que há convergências no estabelecimento da influência morfológica existente entre a forma de base e a forma derivada (CÂMARA JR., 1953; LOPEZ, 1979; GIANGOLA, 1997) e na influência da borda morfológica que influencia e impede a formação do ditongo decrescente (LOPEZ, 1979; GIANGOLA, 1997). Divergências também podem ser identificadas, principalmente fundamentadas nas diferenças teóricas que sustentam as análises: teoria gerativa padrão, em Lopez (1979), e Teoria da Otimalidade, em Giangola (1997). Abaixo, apresentamos nossa análise descritiva com relação à influência morfológica nos ditongos crescentes e decrescentes.

Análise

Os ditongos decrescentes e o processo de formação de palavras por derivação

As línguas podem ativar variados processos a fim de evitar o hiato (CASALI, 1996). Entretanto, observamos que, nos processos de formação de palavras por derivação, no PB, há uma forte tendência a evitar a formação de ditongos em bordas de morfemas, como podemos observar nos seguintes exemplos:

(24) criancice [criança+ice] [kri.an.'si.si]

(25) fortíssimo [forte+issimo] [foh.'ti.si.mu]

(26) petista [pete+ista] [pe.'tis.ta]

(27) partícula [parte+icula] [pah.'ti.ku.la]

(28) doçura [doce+ura] [do.'su.ra]

(29) carnudo [carne+udo] [kah.'nu.du]

- (30) alimentício [alimento+ício] [a.li.mẽ.'ti.ʃu]
- (31) ferrugem [ferro+ugem] [fe.'hu.ʒẽi]

Podemos observar nos exemplos de (24) até (31) que há o apagamento das vogais (a, e, o) em final de palavra, consideradas marcadores de palavras (LEE, 1995). O apagamento evita sequências formadas por duas vogais na língua. Nos casos acima, podemos concluir que são evitados tanto os hiatos quanto os ditongos decrescentes, visto que a natureza da segunda vogal contém o traço [+ alto]. Além disso, as vogais altas [i, u] recebem o acento primário.

Dentre os dados ilustrados acima, chamamos a atenção para o exemplo (26). A sigla PT, pronunciada [pe.'te], é oxítônica, isto é, apresenta o acento primário em sua última vogal e, ainda assim, a vogal apaga-se para evitar a sequência vocálica.

Entretanto, diferente do exemplo supracitado, as vogais tônicas na borda direita do radical da palavra base tendem a se manter nas formas derivadas. Quando isso ocorre, a sequência vocálica acontece e a preferência, na língua, é pelo hiato em detrimento ao ditongo decrescente:

- (32) hinduísmo [hindu+ismo] [i.du.'iz.mu]
- (33) cafeína [cafe+ina] [ka.fe.'i.na]
- (34) europeísmo [europeu+ismo] [eu.ro.pe.'iz.mu]
- (35) cocaína [coca+ina] [ko.ka.'i.na]
- (36) vadiice [vadi+ice] [va.di.'i.si]

Os exemplos de (32) a (36) mostram que as vogais finais são mantidas na forma de base do radical devido à influência do acento primário atribuído às vogais dessas formas. As vogais [+ altas] que iniciam os sufixos e seguem essas vogais recebem o acento primário da palavra derivada, formando assim, o hiato. Podemos concluir, desse modo, que ainda que o hiato (sequência VV) tenda a ser evitado nas línguas, no PB, é preferível a formação do hiato à formação de ditongo decrescente entre a borda de radical e morfema derivacional.

Ditongo decrescente e a flexão

Segundo Lopez (1979), a tendência é a formação do hiato quando a vogal alta vem precedida de borda morfológica. Para Giangola (1997), o ditongo decrescente é evitado entre bordas de morfemas tanto em nomes quanto em verbos. Entretanto, após a análise acima, podemos concluir que a formação de ditongos decrescentes é evitada entre o radical e os sufixos derivacionais e entre os prefixos e o radical. Diferentemente de Lopez (1979) e Giangola (1997), propomos que há a formação de ditongos entre bordas de morfema flexionais. Nesse último caso, afirmamos que a formação de ditongos decrescentes ocorre motivada pelo contexto morfológico.

- (37) *achei* [a{e+ɨ}] (entre alomorfe da vogal temática e sufixo flexional)
- (38) *perdeu* [pehde+ɥ] (entre vogal temática e sufixo flexional)
- (39) *atrai* [atRa+ɨ] (entre radical e vogal temática)

Por fim, na formação de plural, o contexto morfológico proporciona uma estrutura silábica bastante rara no PB (anzol – anzols).¹⁰ Pressões silábicas desencadeiam processos fonológicos que modificam a consoante /l/ em um glide coronal [ɫ̪]. Assim, estrutura silábica e morfologia atuam em conjunto nesses casos de pluralização (anzol – anzóis).

Ditongo decrescente e a analogia morfológica

Assim como já foi descrito por Câmara Jr. (1953), Lopez (1979) e Giangola (1997), o hiato é mantido por analogia morfológica em contextos que, devido às pressões da estrutura silábica, o ditongo decrescente deveria ocorrer. Entretanto, o acento da forma de base influencia a manutenção da vogal alta na forma derivada. Além dos exemplos citados nas análises apresentadas anteriormente, podemos comprovar essa tendência por meio de outros exemplos, como:

- (40) suingue [su.ˈĩ.gɪ]
- (41) suingão [ˌsu.ĩ.ˈg+ãũ]
- (42) jesuíta [ˌʒe.zu.ˈi.ta]
- (43) jesuitismo [ʒe.ˌzu.i.ˈtiz.mu] ~ [ˌʒe.zu.i.ˈtiz.mu]
- (44) sair [sa.ˈih]
- (45) saideira [ˌsa.i.ˈde.ra]

A atribuição do acento atua em conjunto com a morfologia para impedir a formação do ditongo decrescente, mantendo a qualidade original da vogal. A possibilidade do hiato pode ser percebida mais facilmente por intermédio da atribuição do acento secundário, como é ilustrado nos exemplos (40), (43) e (45) acima. Conforme Lee (1995), o PB evita choque de acentos (conf. *café* [ka.ˈfɛ], *cafezinho* [ˌka.fɛ.ˈzi.ɲu]). Visto isso, se o acento primário recai sobre a sílaba (gão) em (46), o acento secundário só poderá ser atribuído na sílaba (su). Logo, como a língua evita choques de acento, o [i] tem qualidade de vogal e não de glide. Os acentos secundários nos permitem identificar melhor a ocorrência do hiato.

(* .)(*)

- (46) su. in.gão

Em (43), como o número de sílabas pretônicas é ímpar, pode haver a formação de um pé troqueu (* .) ou de um pé datílico (resultado do efeito de início de palavra). Esse mesmo pé datílico não é permitido em formas como *degrauzinho* ([ˌde.graũ.ˈzi.ɲu]), pois o segmento alto é um glide na forma de base e, nesse caso, apenas o pé troqueu é permitido.

¹⁰ Confira solstício.

Manutenção do hiato na prefixação

Segundo Giangola (1997, p. 150), há ausência de ditongos decrescentes entre prefixos e radicais no PB (conf. proibir). Sua afirmação pode ser confirmada ao observar outros prefixos como:

- (47) reinstalar [he.ĩ.ta.'lah]
- (48) reutilizar [he.u.ti.li.'zah]
- (49) reunião [he.u.ni.'ãõ]
- (50) entreolhar [ẽ.tre.o.'ʎah]
- (51) entreouvir [ẽ.tre.oʊ.'vih]

No exemplo (47), podem ser nasalizadas as duas vogais (ditongo) ou apenas a vogal [i] (hiato). Nos casos (47), (48) e (49), foneticamente pode ocorrer a ditongação, mas a língua também permite o hiato, próprio da fonologia, mantendo a qualidade das duas vogais. Nos casos citados em (50) e (51), o alçamento da vogal média característico do PB (conf. preocupado [preʊ.ku.pa.dʊ]), não ocorre mantendo a qualidade das duas vogais, logo, o hiato.

Por fim, vejamos os seguintes exemplos:

- (52) pré-escola [preʃs.'kɔ.la]
- (53) preestabelecer [preʃs.ta.be.le.'seh]
- (54) pré-histórico [preʃs.'tɔ.ri.ku]
- (55) reeleição [he.e.leʃ.'sãõ]
- (56) reelaborar [he.e.la.bo.'rah]

Nos casos acima, quando a segunda vogal da sequência ([e]) é seguida por sibilante coronal [s], o alçamento da vogal média é permitido, formando, assim, o ditongo, sequência vocálica bastante recorrente na língua para esses casos. Vejam que o alçamento não ocorre nos exemplos (55) e (56).

A possibilidade de alternância permite levantar hipóteses sobre a qualidade dos prefixos; se podem funcionar como formas livres na língua e permitirem os processos que são comuns entre palavras (café escuro [ka.feʃs.ku.rʊ]), como em (52), (53) e (54), ou se funcionam somente como prefixos e não permitem (ou evitam) certos processos como alçamento, ditongação em bordas de morfemas como em (55) e (56).

Modificação da qualidade da vogal alta tônica intervocálica

Vimos, acima, exemplos nos quais a morfologia e o acento atuam em conjunto para evitar a formação do ditongo decrescente. Entretanto, também há contextos, nos quais os dois atuam juntos para a formação dos glides intervocálicos, resultando assim, em uma sequência de ditongo decrescente e crescente. Vejamos os casos abaixo:

(57)	Bahia		[ba.'i.a]
(58)	baiano	[baia+ano]	[baɪ.'ɫa.nu]
(59)	Havaí		[a.va.'i]
(60)	havaiano	[havai+ano]	[a.vaɪ.'ɫa.nu]

Podemos observar que a borda de morfema localiza-se entre o glide seguido de vogal, isto é, entre a sequência que forma o ditongo crescente e não no interior do ditongo decrescente. Fato que corrobora, novamente, o impedimento da formação desse ditongo entre bordas de morfemas. Entretanto é o ambiente derivado que propicia o glide. Nesse caso, ele é lexical e não se alterna com a vogal alta da forma de base no contexto derivado.

Ditongo crescente, hiato e acento primário

O PB tende a manter o hiato nas posições pretônicas, evitando, assim, o ditongo crescente (GIANGOLA, 1997). Entretanto, em alguns contextos, o ditongo pode ser categórico devido a restrições fonológicas, como nos exemplos com glides intervocálicos nos quais há a formação de um ditongo decrescente seguido por crescente (conf. (58) e (60)). Vejamos nos itens (62) e (64) outra situação. Nela, os ditongos crescentes pretônicos categóricos serão formados quando houver sequências com mais de três segmentos vocálicos, sendo as duas primeiras, duas vogais altas consecutivas. Em geral, a primeira vogal alta se tornará um glide enquanto que a segunda, portadora do acento primário da forma de base (conf. (61) e (63)), se manterá uma vogal seguida por outra vogal de altura diferente. Isso ocorre porque o PB evita sequências formadas por dois glides e o acento mantém a qualidade da segunda vogal (diferentemente de (58) e (60)).

(61)	Piauí	[pi.aʊ'i]
(62)	piauiense	[pi.aʊ.ʊi.'ẽ.sɪ]
(63)	Tucuruí	[tu.ku.ru.'i]
(64)	tucuruense	[tu.ku.rʊi.'ẽ.sɪ]

Em (59), exemplo no qual há uma sequência de 5 elementos com propriedades vocálicas, o segundo [i] sempre será uma vogal visto que ele imediatamente segue um glide [ʊ] e o PB evita sequências formadas por 2 glides.

Ainda segundo esta pesquisa, os ditongos crescentes não são sensíveis à borda morfológica na concatenação, podendo gerar, assim, alternâncias como em [ka.ʃi.'ẽ.sɪ] ~ [ka.'ʃiẽ.sɪ] *caxiense*.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho era responder as seguintes perguntas: a) como o contexto morfológico pode influenciar a ocorrência de ditongos? Isto é, existe alguma restrição ou contexto condicionante para a ocorrência dos mesmos? b) Se sim, quais são esses contextos?; e c) Os constituintes prosódicos, como o acento e a sílaba, estão envolvidos?

Após a análise e discussão das propostas já realizadas sobre o tema e após a análise de nossos dados, chegamos à conclusão que a morfologia evita a ocorrência de diton-

gos entre bordas de morfemas na derivação e na prefixação, ocorrendo, assim, o hiato. Na derivação, a primeira vogal de uma sequência VV é apagada, se for vogal temática. Se não for, é mantida, mas forma um hiato com a vogal seguinte. Já na prefixação, também ocorre o hiato devido à borda morfológica. Por questões fonéticas, os ditongos poderão ocorrer em variação com o hiato em alguns prefixos, mas em outros não (o que nos faz questionar o estatuto desses prefixos na língua).

Já durante a flexão, os ditongos decrescentes são permitidos, ainda que existam bordas morfológicas separando os segmentos vocálicos.

Outros dados, por nós coletados, ratificam as propostas de Câmara Jr. (1953), Lopez (1979) e Giangola (1997) para a influência morfológica e acentual da forma de base na forma derivada para a manutenção do hiato. Propomos que o acento secundário pode dar pistas dessa ocorrência.

Ainda a morfologia atua juntamente com o acento para formar glides intervocálicos. Entretanto, a mesma formação é bloqueada por restrições fonológicas quando há sequências com mais de três seguimentos com os dois primeiros [+ altos] e o segundo tônico na forma de base. Nesse caso, o primeiro segmento alto se torna um glide e o segundo mantém-se vocálico.

Por fim, nos plurais de palavras terminadas em -l, a morfologia cria o contexto para a alteração fonológica, visto que a sílaba formada não é um padrão próprio do PB.

REFERÊNCIAS

CÂMARA JR., J. M. *Para o estudo da fonêmica da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1953.

_____. *Problemas de língua descritiva*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1969.

_____. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1970-1984.

CASALI, R. F. *Resolving hiatus*. 1996. (Doctorate of Philosophy in Linguistics) – University of Los Angeles, Los Angeles, 1996. Disponível em: <<http://roa.rutgers.edu/files/215-0997/215-0997-CASALI-0-0.PDF>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

BISOL, L. O ditongo na perspectiva da fonologia atual. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 185-224, ago. 1989.

_____. Ditongos derivados. *Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 10, p. 123-140, 1994. Edição Especial.

_____. O sândi e a rressilabação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 159-168, jun. 1996.

_____. *A sílaba e seus constituintes*. In: NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática do Português Falado: novos estudos*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999. p. 701-742. v. 7, cap. 5.

CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The sound pattern of English*. New York: Harper and Row, 1968.

GIANGOLA, J. P. Constraint Interaction and Brazilian Portuguese Glide Distribution. In: KUSUMOTO, K. (Ed.). *Proceedings of NELS 27*, p. 143-157, 1997. Disponível em: <<http://rona.rutgers.edu/files/182-0397/182-0397-GIANGOLA-0-0.PDF>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEE, S. H. *Morfologia e fonologia do português do Brasil*. 1995. 189 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

LEITE, Y. de F. *Portuguese Stress and Related Rules*. 174. 152 f. Dissertation (Doctorate of Philosophy) – University of Texas, Austin, 1974.

LOPEZ, B. S. *The Sound Pattern of Brazilian Portuguese (Cariocan Dialect)*. 1979. 265 f. Dissertation (Doctorate of Philosophy in Linguistics) – University of California, Los Angeles, 1979.

MARTINS, E. F. *Os glides no português brasileiro*. 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SILVA, T. C. *Nuclear Phenomena in Brazilian Portuguese*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de Londres, Londres, 1992.

SIMIONI, T. *A alternância entre ditongo crescente e hiato em Português: uma análise otimalista*. 2005. 155 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Estudo da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4523/000502077.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

_____. *Uma análise dos vocóides altos em português brasileiro: relações entre silabificação e a atribuição do acento*. 2011. 147 f. Tese (Doutorado em Letras, Teoria e Análise Linguística) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/33326/000789301.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

RODRIGUES, M. C. *O hiato no português: a tese da conspiração*. 2007. 133 f. Dissertação (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/posverna/mestrado/RodriguesMC.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

_____. *Encontros vocálicos finais em português: descrição e análise Otimalista*. 2012. 223 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/posverna/doutorado/GomesMCR.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

O papiamentu e o kabuverdianu: possíveis aproximações

(Papiamentu and Cape Verdean Creole: possible approximations)

Shirley Freitas¹, Manuele Bandeira², Gabriel Antunes de Araujo³

^{1,2,3}Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)

shirleyfreitas@usp.br, manuelebandeira@usp.br, g.antunes@usp.br

Abstract: This study compares Papiamentu and Cape Verdean Creole words in order to (i) observe if there are similarities and (ii) verify which aspects the two languages differ. Corpus for this research is formed by Freitas (2012) for Papiamentu (PAP) and by Bruser et al. (2002) for Cape Verdean Creole. The analysis shows that, indeed, the two languages share lexical and functional items, such as **chukulati** (PAP) e **xukuláti** (CV) ‘chocolate’; **aínda/eínda/índa** (PAP) e **ainda/inda** (CV) ‘still’. In words whose etymon is Portuguese, the differences between the languages are usually systematic, due to varied patterns. On the whole, the Papiamentu and Cape Verdean Creole vocabulary, especially functional, is really similar (which favors a common origin) and the Cape Verdean Creole is closer to Portuguese than Papiamentu, which has influences from other languages, like Spanish.

Keywords: Papiamentu; Cape Verdean Creole; Lexical and functional similarities; Common origin.

Resumo: Este estudo comparou vocábulos do papiamentu e do kabuverdianu a fim de (i) observar se existem similaridades e (ii) verificar em que aspectos as duas línguas diferem. O corpus deste trabalho foi formado por Freitas (2012) para o papiamentu (PAP) e por Brüser et al. (2002) para o kabuverdianu (CV). Com a análise, constatou-se que, de fato, as duas línguas compartilham itens lexicais e funcionais, como **chukulati** (PAP) e **xukuláti** (CV) ‘chocolate’; **aínda/eínda/índa** (PAP) e **ainda/inda** (CV) ‘ainda’. Nas palavras de étimo português, as diferenças entre as duas línguas em geral são sistemáticas, devido a padrões diversos. Em suma, percebeu-se que o vocabulário, sobretudo funcional, das duas línguas é realmente semelhante (o que favorece uma origem comum), com o kabuverdianu se aproximando mais do português do que o papiamentu, que possui influências de outras línguas, como o espanhol.

Palavras-chave: Papiamentu; Kabuverdianu; Similaridades lexicais e funcionais; Origem comum.

Introdução

O papiamentu é uma língua crioula de base ibérica (portuguesa e espanhola) falada na região caribenha (nas ilhas de Aruba, Bonaire e Curaçao (ilhas ABC), Saba, Santo Eustáquio e São Martinho) e na Holanda. Este estudo detém-se no papiamentu falado em Curaçao não apenas porque essa ilha concentra 3/4 de seus falantes, em torno de 150 mil pessoas (CBS, 2012), mas também pelo fato de a variedade falada nela ser considerada como aquela que deu origem às variantes faladas nas demais regiões.

Quanto à origem do papiamentu, ainda hoje existe divergência, havendo diversas hipóteses que buscam explicar o surgimento da língua. Uma das hipóteses aponta para as similaridades existentes entre o kabuverdianu e o papiamentu, sugerindo uma origem comum (MARTINUS, 1996; JACOBS, 2012). Segundo Jacobs (2012), o papiamentu teria surgido a partir do crioulo falado na ilha de Santiago, situada no arquipélago de Cabo Verde, sendo mais tarde transplantado, juntamente com seus falantes, para a ilha de Curaçao.

Assim, dentro dessa temática, o presente estudo compara vocábulos do papiamentu e do kabuverdianu¹ com os objetivos de: (i) observar se existem similaridades e (ii) verificar em que aspectos as duas línguas diferem, buscando elaborar um padrão das mudanças. Para a consecução desses objetivos, foi formado um *corpus* do papiamentu (doravante PAP) com palavras de étimo ibérico extraídas de Maduro (1953a, 1953b, 1966a, 1966b, 1966c), compiladas por Freitas (2012). Em seguida, esses vocábulos foram comparados com os seus correspondentes em kabuverdianu (doravante CV) (cf. BRÜSER et al., 2002).

Essa pesquisa justifica-se na medida em que permitirá aumentar o conhecimento sobre os aspectos compartilhados pelas duas línguas, o que pode apontar para uma origem comum, favorecendo uma das hipóteses acerca da gênese do papiamentu. Ademais, em uma perspectiva ampla, conhecendo-se os primórdios da formação do papiamentu, será possível entender melhor os processos de formação das línguas crioulas em geral.

O texto foi organizado da seguinte forma: a primeira seção discute a relação do papiamentu com o kabuverdianu, aspecto já apontado por estudos anteriores; em seguida, trata-se dos materiais e métodos subjacentes à realização deste estudo; a terceira seção é dedicada à apresentação e discussão da análise dos dados; por fim, apresentam-se alguns resultados obtidos com este estudo.

O papiamentu e sua relação com o kabuverdianu

As similaridades entre o papiamentu e o kabuverdianu têm sido objeto de estudo de diversos estudiosos. De acordo com Jacobs (2012), o primeiro a falar dos traços portugueses e afro-portugueses no papiamentu foi Schuchardt (2009 [1882]), ao tratar do neger-holandês. Tratando do santome, crioulo de base portuguesa falado na ilha de São Tomé na África, o autor traz exemplos de correspondentes no kabuverdianu de Santiago e no papiamentu, o que demonstra as semelhanças existentes nas três línguas. Apesar da riqueza de dados (sobretudo tendo em vista a época em que o texto foi escrito), as reflexões de Schuchardt não tiveram eco nos estudos sobre o papiamentu. Anos mais tarde é que seus comentários sobre o papiamentu começam a ser considerados, havendo diversos estudiosos que tratam das relações entre o papiamentu e o kabuverdianu.

Defensor de uma origem espanhola para o papiamentu, Maduro (1987) escreve uma obra comparando o papiamentu e o kabuverdianu. Contudo, seu objetivo não é apontar similaridades, mas ressaltar as diferenças (segundo ele, enormes) entre as duas línguas, já que, para o autor, a hipótese de um proto-crioulo afro-português do qual as línguas crioulas derivariam é muito ingênua. Para Maduro, as diferenças entre o papiamentu e o kabuverdianu seriam tão grandes que culminariam em ausência de inteligibilidade, afastando a hipótese de as duas línguas serem relacionadas entre si. O argumento da ininteligibilidade, entretanto, é questionável, uma vez que há casos de línguas irmãs incompreensíveis entre si, como é o caso do angolar, o santome e o lung'ie, o que demonstra que a inteligibilidade não é crucial para o parentesco linguístico. Ademais, em sua obra,

¹ Neste estudo, para nomear as línguas crioulas, optou-se por adotar a grafia usada dentro da própria língua (e não a grafia do português). Assim, as línguas são grafadas como papiamentu e kabuverdianu ainda que estas grafias não atendam às regras gerais do português.

Maduro não chega a discutir as diferenças entre o papiamentu e o kabuverdianu, limitando-se a apresentar quatro cartas em kabuverdianu e suas correspondentes em papiamentu.

Seguindo uma vertente diferente, que busca enfatizar as semelhanças, estão os estudos de Martinus (1996) e Jacobs (2012). No que tange à gênese dos crioulos, Martinus (1996) defende que as semelhanças entre os crioulos portugueses, encontradas especialmente no nível fonológico, seriam decorrentes das características do proto-crioulo afro-português (do qual todos os crioulos atlânticos supostamente descenderiam), com as diferenças se devendo às diversas línguas do substrato e aos vários padrões demográficos determinantes da influência das línguas de substrato e de superstrato. Especificamente ao papiamentu, o autor relaciona essa língua ao kabuverdianu, defendendo que a língua crioula surgida nas ilhas de Cabo Verde, a partir da relação entre os colonizadores portugueses e escravos africanos, foi levada anos mais tarde para Curaçao, dando origem ao papiamentu. Para sustentar essa hipótese de que o kabuverdianu e o papiamentu (e ainda o guineense) estão relacionados, Martinus (1996) traz comparações nos níveis fonético, morfológico e sintático que demonstram a ocorrência supostamente das mesmas mudanças na passagem do português para os crioulos, com o papiamentu compartilhando inclusive as alterações secundárias, exclusivas do crioulo kabuverdianu das diferentes ilhas, e aproximando-se ora das variedades de barlavento ora das de sotavento. Para o autor, as semelhanças são tão fortes que seria impossível negar uma origem comum para os três crioulos. A passagem do português /v/ para /b/ e a metátese, por exemplo, são alguns dos traços mais característicos compartilhados pelo papiamentu e pelo kabuverdianu (o que pode não ser apenas coincidência), conforme, respectivamente (i) português *ventear* – papiamentu **bencha**² / kabuverdianu *bentia* ‘abandar, escolher, catar’; (ii) português *dormir* – papiamentu **drumi** / kabuverdianu (variedade das ilhas de sotavento) *drumi* ‘dormir’ (MARTINUS, 1996). No nível sintático, é possível citar o uso do demonstrativo **es** ‘esse’, que, em papiamentu, deve estar seguido pelos advérbios de lugar **aki** ‘aqui’, **ei** ‘lá’, **aya** ‘lá (mais distante)’, remetendo, respectivamente, a ‘este’, ‘esse’ e ‘aquele’, e também o uso recorrente da voz passiva.

Para Jacobs (2012), a origem do papiamentu não estaria em Curaçao, mas no crioulo falado no século XVI na ilha de Santiago, no arquipélago de Cabo Verde, que foi levado para o Caribe pelos escravos. A grande diferença entre as abordagens de Jacobs (2012) e de Martinus (1996), que também vincula a gênese do papiamentu às ilhas caboverdianas, repousa no fato de este recorrer a um arcabouço monogenético (segundo o qual as línguas crioulas de base portuguesa teriam uma mesma origem). Jacobs (2012) discorda deste pressuposto, que, segundo ele, se apoia em bases fracas e não busca encontrar uma única protolíngua da qual os crioulos supostamente descenderiam.

A fim de sustentar sua hipótese, Jacobs (2012) recorre a dados de duas naturezas: linguísticos e históricos. Os aspectos linguísticos enfatizam a correspondência entre traços (sobretudo, no âmbito das palavras funcionais) do papiamentu e dos crioulos portugueses da Alta Guiné, remontando, inclusive à presença do português antigo (dos séculos XV e XVI) nessas línguas crioulas. Já os dados históricos salientam que o comércio de escravos da região da Alta Guiné para Curaçao permitiu a transferência da língua que deu origem ao papiamentu. Dentre esses dois conjuntos de dados, conforme mencionado pelo

² Os vocábulos do papiamentu e do kabuverdianu aparecem em sua grafia oficial, estando em negrito os do papiamentu e em itálico os do kabuverdianu.

próprio Jacobs (2012), os linguísticos são os que evidenciam mais fortemente a relação entre o papiamentu e os crioulos da Alta Guiné, devendo-se somente considerar os aspectos históricos em consonância com a evidência linguística. Os dados sócio-históricos, desse modo, ajudam a localizar os elementos linguísticos e estes, por seu turno, auxiliam a tornar o quadro histórico mais claro.

Em síntese, observa-se que alguns estudos, apoiando-se inclusive em registros históricos, já apontam relações entre o papiamentu e o kabuverdianu de tal significância que não poderiam ser atribuídas a desenvolvimentos paralelos. Desse modo, neste estudo, serão confrontados dados das duas línguas a fim de verificar se as similaridades de fato se fazem presentes.

Materiais e métodos

No âmbito teórico, este estudo considera a importância do contato entre línguas, que, por vezes, culmina no surgimento de uma língua crioula (HOLM, 2000). De forma geral, uma língua crioula surge a partir do contato de uma língua colonial/imperial (não necessariamente uma língua européia, nem a língua do colonizador) com múltiplas línguas sem que nenhuma dessas línguas emergja como uma língua franca. O quadro sócio-histórico que permite o surgimento de uma língua crioula é mais ou menos o seguinte (cf. ARAUJO, 2011): povos que falam diferentes línguas mutuamente ininteligíveis são agrupados – quase sempre à revelia – em um ambiente ‘ilha’, que pode ser uma ilha propriamente dita, uma fazenda que adota o esquema de *plantation* (havendo o isolamento dos povos subjugados), uma fortaleza, um barracão ou galpão (onde escravos são confinados), um quilombo (comunidades relativamente isoladas formadas por escravos que fugiam das fazendas), entre outros ambientes. Estando confinados em um mesmo lugar, esses povos logo percebem uma necessidade de comunicação, porém, nesse cenário multilíngue, nenhuma língua tem maioria ou prestígio suficiente para se tornar a língua principal. Diante disso, a língua da população dominante, em virtude de seu prestígio social e de seu poder econômico, acaba sendo escolhida para funcionar como uma língua veicular. Entretanto, além de a língua colonial apresentar um valor utilitário, não há muitas oportunidades de aprendê-la (até porque os povos colonizadores são demograficamente minoritários em relação aos colonizados), havendo, assim, uma transmissão linguística múltipla, envolvendo a transmissão da língua por falantes nativos para falantes da língua como segundo língua (L2) e por falantes de L2 para falantes de L2 e destes para as crianças. Esse processo, juntamente com os processos característicos de aprendizagem de uma L2, dá origem a uma nova língua. Essa língua emergencial passa a ser transmitida pelos falantes e as crianças que vão nascendo se tornam falantes nativas dessa nova língua. No momento em que ocorre a nativização dessa língua, é possível falar de uma língua crioula.

Quanto ao *corpus*, para a consecução deste estudo, foi utilizado o material compilado por Freitas (2012) a partir dos vocábulos de étimo ibérico (sobretudo português e espanhol) presentes nas obras de Maduro (1953a, 1953b, 1966a, 1966b, 1966c) (doravante *Lista Maduro*). Essa *Lista* traz um número considerável de palavras do vocabulário básico do papiamentu (2.118 vocábulos), sugerindo etimologias e fornecendo algumas informações sobre o uso desses vocábulos.

Após a etapa de seleção, os dados foram comparados com seus correspondentes em kabuverdianu, retirados do dicionário de Brüser et al. (2002). Dois aspectos foram

considerados no momento da comparação. Primeiro, se a palavra do papiamentu que aparecia na *Lista* se manteve no papiamentu moderno e da mesma forma (comparando com o dados da variedade moderna – FPI, 2009). Isso é relevante na medida em que, partindo do pressuposto de que o papiamentu teria se originado a partir do kabuverdianu, a variedade antiga do papiamentu deveria guardar mais semelhanças com o kabuverdianu do que a moderna. Além disso, considerou-se a classe a que a palavra pertencia (funcional ou lexical), já que, sendo as palavras funcionais menos suscetíveis de serem substituídas em virtude de sua opacidade semântica e por se tratarem de elementos que formam uma classe fechada, Jacobs (2012) defende que a predominância de palavras funcionais de étimo português no papiamentu (com formas iguais ou similares no kabuverdianu) seria uma prova de que o papiamentu seria um crioulo de base portuguesa e não espanhola e de sua relação com o kabuverdianu.

As transcrições fonéticas dos vocábulos do papiamentu foram obtidas em trabalho de campo realizado em Curaçao entre os meses de outubro e dezembro de 2011 e julho e agosto de 2013. Para as palavras do kabuverdianu, foram adotadas as realizações que aparecem em Brüser et al. (2002) com pequenas modificações, a saber:

- Emprego das africadas alveopalatais [tʃ] e [dʒ] em lugar das oclusivas palatais
- [ç] e [ʝ];
- Emprego da vibrante simples [r] em lugar da vibrante múltipla [r̄];
- Emprego da lateral velarizada em posição de coda (medial e final) [ɫ] em lugar de [l];
- Representação das vogais nasalizadas com o til, ao invés de colocar uma vogal oral seguida de consoante nasal. Caso fosse adotada tal representação, significaria dizer que a consoante nasal é pronunciada, o que não acreditamos ser o caso;
- Nas consoantes (pré-)nasalizadas, o elemento nasal aparece sobrescrito na transcrição fonética, e não no mesmo nível da consoante;

Depois de observar se o papiamentu e o kabuverdianu possuíam formas semelhantes, passou-se à elaboração de um quadro que deslindasse as mudanças regulares decorrentes de regras e padrões vigentes em cada uma das línguas.

Análise dos dados

Nesta seção, apresentam-se a análise e discussão de dados em duas subseções: (i) semelhanças nos vocábulos do papiamentu e do kabuverdianu; (ii) diferenças sistemáticas entre as palavras de étimo ibérico nas duas línguas.

Semelhanças lexicais entre o papiamentu e o kabuverdianu

Com a análise dos dados, constatou-se que, de fato, as duas línguas compartilham itens lexicais (às vezes com pequenas diferenças fonéticas decorrentes de regras e padrões diversos vigentes em cada uma das línguas), como se observa em (01):

- (01) **chuculati** [tʃuku'lati] (PAP) – *xukuláti* [ʃuku'lati] (CV) ‘chocolate’;
mintira [mĩ'tira] (PAP) – *mintira* [mĩ'tirɐ] (CV) ‘mentira’;
dede ['dede] (PAP) – *dédu* ['dɛdu] (CV) ‘dedo’;
lechi ['letʃi] (PAP) – *leti* ['leti] (CV) ‘1. dormir, 2. adormecer’;
olefante [ole'fãte] (PAP) – *lifãnti* [li'fãti] (CV) ‘elefante’.

Em alguns casos, a forma encontrada na *Lista Maduro*, semelhante àquela encontrada em kabuverdiano, não é mais usada no papiamentu moderno, sendo substituída, em geral, por uma palavra de étimo espanhol. Isso demonstra que provavelmente a variedade antiga era mais semelhante do kabuverdiano do que é atualmente. Alguns exemplos em desuso (ou em uso muito restrito) no papiamentu moderno aparecem em (02):

- (02) **fika** ['fika] (PAP) – *fika* ['fikɐ] (CV) ‘ficar’;
frizji ['friʒi] (PAP) – *frixi* ['friʃi] (CV) ‘crepitar, frigir’;
lansól [lã'so] (PAP) – *lansól* [lã'soʃ] ~ *lensól* [lẽ'soʃ] (CV) ‘lençol’;
zjanta ['ʒãta] (PAP) – *djãnta* ['dʒãtɐ] ~ *jãnta* ['ʒãtɐ] (CV) ‘jantar (verbo)’;
zjuzjum [ʒu'ʒũ] (PAP) – *jijun* [ʒi'ʒũ(ŋ)] ~ *jejun* [ʒe'ʒũ(ŋ)] ~ *jujun* [ʒu'ʒũ(ŋ)] (CV) ‘jejum’.

Em papiamentu moderno, as palavras em (2) foram substituídas, respectivamente, por **keda**, **rostu/hasa**, **laken/laker**, **kome**, **yunamentu**.

A semelhança no vocabulário se dá também no âmbito das palavras funcionais, como se vê em (03). O fato de as duas línguas compartilharem diversos vocábulos gramaticais seria um indicativo de que elas têm a mesma origem, sendo o papiamentu uma língua de base portuguesa (JACOBS, 2012).

- (03) **aínda** [a'ĩda] ~ **eínda** [e'ĩda] ~ **índa** [ĩda] (PAP) – *ainda* [ɐ'ĩdɐ] ~ *inda* [ĩdɐ] (CV) ‘ainda’;
bo ['bo] (PAP) – *bo* ['bo] (CV) ‘pronomes de 2ª pessoa do singular’;
di [di] (PAP) – *di* [di] (CV) ‘de’;
unda [ũda] (PAP) – *undi* [ũdi] (CV) ‘(a)onde’;
den [dẽ] ~ **denter** [dɛtɛr] (PAP) – *dentu* [dɛtu] ~ *déntu* [dɛtu] (CV) ‘dentro’.

Observaram-se ainda casos em que as duas línguas diferem pelo fato de o papiamentu possuir uma forma proveniente (sobretudo) do espanhol e o kabuverdiano ter uma forma do português, o que ilustra a hispanicização que vem ocorrendo na língua caribenha:

- (04) **aleu** [a'lew] (< espanhol *lejos*) (PAP) – *lonji* [lõʒi] (< português *longe*) (CV) ‘longe’;
amber [ãbɛr] (< espanhol *hambre*) (PAP) – *fõmi* [fõmi] (< português *fome*) (CV) ‘fome’;
kaya [kaja] (< espanhol *calle*) (PAP) – *rua* [rɔɐ] (< português *rua*) (CV) ‘rua’;
bentana [bɛ'tana] (< espanhol *ventana*) (PAP) – *janéla* [ʒɐ'nelɐ] ~ *jinéla* [ʒi'nelɐ] (< português *janela*) (CV) ‘janela’.

Foram encontrados ainda casos em que o vocábulo aparece somente em papiamentu. Em geral, essas palavras são empréstimos do espanhol e, em alguns casos, se referem a bens materiais específicos da cultura curaçolense³:

- (05) **africanchi** [afri'kātʃi] ‘estapélia, flor-estrela, planta-carniça (*Stapelia*)’;
arepita [are'pita] ‘tipo de comida feita com uma massa de milho moído e que pode ter diferentes recheios como carne, queijo, entre outros’;
badjaga [ba'dʒaga] ‘espécie de formiga grande’;
kadushi [ka'duʃi] ‘cacto’;
funchi [fũtʃi] ‘comida feita com fubá de milho’;
mabi [mabi] ‘tipo de bebida feito com casca de uma planta (*Colubrina reclinata*)’.

Em síntese, foi possível perceber que o papiamentu e o kabuverdianu de fato apresentam similaridades no seu vocabulário, inclusive no âmbito das palavras funcionais. As semelhanças são tão grandes que não podem ser atribuídas ao acaso ou a desenvolvimentos paralelos. Constatada a similaridade, passa-se à discussão de algumas diferenças sistemáticas entre as duas línguas decorrentes de estruturas gramaticais diversas.

Padrões de mudanças nas duas línguas

Nas palavras de étimo português, as diferenças entre as duas línguas em geral são sistemáticas, devido aos seus padrões e regras diversos. Pode-se observar um quadro de mudanças gerais, como se observa nos seguintes contextos, entre outros:

(i) **a tonicidade dos verbos com mais de duas sílabas** é diferente nas duas línguas, tendo-se palavras oxítonas em papiamentu e paroxítonas em kabuverdianu:

- (06) **arnegá** [arne'ga] (PAP) – *ranega* [ra'negə] ~ *renega* [re'negə] (CV) ‘renegar’;
kunsumí [kũsu'mi] (PAP) – *konsumi* [kõ'sumi] (CV) ‘consumir’;
examiná [eksami'na] (PAP) – *izamina* [izə'minə] (CV) ‘examinar’;
mehorá [meho'ra] ~ **mihorá** [miho'ra] (PAP) – *midjora* [mi'dʒorə] (CV) ‘melhorar’.

De acordo com Jacobs (2012), a análise de textos do *papiamentu antigo* (de 1775 a 1928) sugere que todos os verbos da língua, e não apenas os dissílabos, eram paroxítonos (como no kabuverdianu de Santiago), sendo mais ou menos recente (provavelmente do século XX) a mudança do padrão acentual (de paroxítono para oxítono) dos verbos com mais de duas sílabas. Essa assertiva deve ser verificada com mais detalhes, parecendo de difícil comprovação. Martinus (1996), por seu turno, defende que originalmente os verbos dissílabos também eram oxítonos, situação encontrada nos demais crioulos de base portuguesa. Ele advoga que a mudança no acento desses verbos pode ter ocorrido por influência do holandês, já que, nessa língua, os verbos geralmente são acentuados na primeira sílaba à esquerda. É possível conjecturar ainda uma explicação mais plausível:

³ Certamente, deve-se encontrar o mesmo cenário (ocorrência de vocábulos específicos remetendo à cultura) em kabuverdianu.

com a perda do -r final, o papiamentu pode ter optado por um padrão acentual troqueu moraico e, por isso, o acento final tornou-se paroxítono.

(ii) *a terminação <do> de adjetivos e participios deverbais e o sufixo -eiro* sofrem apócope em papiamentu, mas se mantêm em kabuverdianu:

- (07) **bandoná** [bãdõ'na] (PAP) – *bandonádu* [bẽdo'nadu] (CV) ‘abandonado’;
fõrsá [fõr'sa] (PAP) – *fõrsádu* [fõr'sadu] (CV) ‘forçado, coagido’;
pèrdí [pẽr'di] (PAP) – *perdidu* [pẽr'didu] (CV) ‘desaparecido, perdido’;
prohibí [prohi'bi] (PAP) – *prohibidu* [proi'bidu] (CV) ‘proibido, vetado’.
- (08) **karné** [kar'ne] (PAP) – *karneru* [kær'neru] (CV) ‘carneiro, ovelha (*Ovis aries L.*)’;
karpinté [karpĩ'te] (PAP) – *karpinteru* [kærpĩ'teru] (CV) ‘carpinteiro’;
chiké [tʃi'ke] (PAP) – *txikeru* [tʃi'keru] ~ *txitxeru* [tʃi'tʃeru] (CV) ‘chiqueiro, pocilga’;
sapaté [sapa'te] (PAP) – *sapateru* [sæpə'teru] (CV) ‘sapateiro’

Embora, em geral, as terminações **-do** e **-eru** sejam apagadas no papiamentu, há alguns poucos casos em que tais sufixos se mantêm, como em **skezidu** [skeɰzidu] ‘esquecido, desatento’, **malagradesidu** [malagrade'sidu] ‘mal-agradecido, ingrato’,⁴ **labadera** [laba'dera] ‘lavadeira’ e **kompañero** [kõpã'nero] (variante de **kompañé**) ‘companheiro, camarada, colega’. Deve-se notar o uso de **-era**, único caso em todo o *corpus*, uma vez que o papiamentu, em geral, não apresenta distinção de gênero nos nomes, possuindo uma única forma para ambos os sexos.

Ademais, no tocante à terminação **-do**, observou-se que ela sofreu apagamento mesmo quando não se tratava de adjetivos deverbais, atingindo também nomes, como **marí** [ma'ri] ‘marido, esposa’, **piká** [pi'ka] ‘pecado’ e **sintí** [sĩ'ti] ‘sentido, pensamento, senso’.

(iii) *prótese de [h]* no começo da palavra em papiamentu, com a manutenção da vogal inicial em kabuverdianu:

- (09) **abri** ['abri] ~ **habri** ['habri] (PAP) – *abri* ['æbri] (CV) ‘abrir’;
asa ['asa] ~ **hasa** ['hasa] (PAP) – *ása* ['asæ] (CV) ‘assar’;
incha ['ĩtʃa] ~ **hincha** ['hĩtʃa] (PAP) – *intxa* ['ĩtʃæ] (CV) ‘inchar, distender’;
onra ['õra] ~ **honra** ['hõra] (PAP) – *onra* ['õræ] (CV) ‘honrar, homenagear’.

No papiamentu moderno, predomina a variante iniciada por consoante (contudo, a forma iniciada por vogal mantêm-se em alguns registros). Segundo Andersen (1974), essa inserção é comum em palavras iniciadas por vogal. Já Maduro (1991) considera tal processo uma espécie de inovação, indesejável para um ‘bom’ papiamentu (esse autor possuía uma visão normativa da língua).

(iv) *o [v] do português em geral é substituído por [b]* tanto no papiamentu, como no kabuverdianu. Jacobs (2012) chega a afirmar que nos primórdios da formação dessas

⁴ No papiamentu moderno, hoje aparece **malagradesí**, e em lugar de **skezidu**, prefere-se **lubidadó**.

línguas, o [v] (bem como as fricativas sonoras [ʒ] e [z]) não estava presente como o fonema.⁵ Observa-se, contudo, em alguns casos, a presença de [b] no papiamentu, enquanto no kabuverdianu aparece [v] (às vezes variando com [b]) – como se observa em (10).

- (10) **abestrús** [abes'trus] (PAP) – *avistrus* [əvis'trus] (CV) ‘avestruz’;
kombitu [kõ'bitu] (PAP) – *konviti* [kõ'viti] (CV) ‘convite’;
yabi ['jabi] (PAP) – *txábi* ['tʃabi] ~ *xávi* ['ʃavi] (CV) ‘chave’;
balente [ba'lête] (PAP) – *balenti* [be'lêti] ~ *valenti* [ve'lêti] (CV) ‘valente, corajoso’.

Uma possível explicação para essa diferença poderia ser o fato de o kabuverdianu ainda estar em contato com o português (bastante falado no arquipélago de Cabo Verde e tendo o estatuto de língua oficial), o que permitiu uma maior influência do lexicador e a entrada do [v] na língua. Há inclusive uma diferença entre o “crioulo leve” (mais semelhante ao português) e o “crioulo fundo” (que possui estruturas mais particulares e diferentes do português).

Apesar dessa tendência de o kabuverdianu conservar o [v], há casos em que tanto o papiamentu quanto o kabuverdianu têm [b] – exemplos (11) – e ainda exemplos em que, no papiamentu, a palavra é com [v] e, no kabuverdianu, há alternância entre [b] e [v], exemplos (12). Ademais, foi encontrado um caso em que o papiamentu opta pelo [v] e o kabuverdianu, por [b] – exemplo (13).

- (11) **komersá** [kõber'sa] (PAP) – *konbersa* [kõ'bersə] (CV) ‘conversar’;
kombidá [kõbi'da] (PAP) – *konbida* [kõ'bidə] ~ *kunbida* [kũ'bidə] (CV) ‘convidar’;
berdura [ber'dura] (PAP) – *berdura* [ber'durə] (CV) ‘verdura, vegetal, legume’.
- (12) **vaporá** [vapo'ra] (PAP) – *vapora* [və'porə] ~ *bapora* [bə'porə] (CV) ‘evaporar(-se)’;
venená [vene'na] (PAP) – *benena* [be'nenə] ~ *nbenena* [mbe'nenə] ~ *venena* [ve'nenə] (CV) ‘envenenar’;
venenu [ve'nenu] (PAP) – *benénu* [be'nenu] ~ *venénu* [ve'nenu] (CV) ‘veneno’.
- (13) **travesá** [trave'sa] (PAP) – *trabesa* [trə'besə] (CV) ‘atravessar’.

Esses dados demonstram que o uso de [b] ou [v] nas duas línguas não é algo categórico, estando aberto à variação.

(v) **o sufixo -mentu** foi mais recorrente nos dados do papiamentu, havendo casos em que, no kabuverdianu, aparecia somente o verbo, e ainda exemplos em que o papiamentu possui uma forma com **-mentu** e o kabuverdianu, um vocábulo diferente, como se observa em (14):

⁵ Segundo Jacobs (2012), pelo menos na porção mais basilar e antiga do vocabulário dessas línguas, as fricativas sonoras seriam rejeitadas, havendo constantemente o desvozeamento das consoantes etimológicas /ʒ/ e /z/ ([ʒ] > [ʃ]; [z] > [s]) e a plosivização do /v/ ([v] > [b]) (no caso dessa fricativa, ainda que não mencionado por Jacobs (2012), é possível também haver o desvozeamento ([v] > [f])). Essa afirmação de Jacobs deve ser analisada com mais detalhes, visto que uma análise preliminar mostra que, na grafia do papiamentu clássico (ARAUJO, 2011; FREDERIKS; PUTMAN, 2004 [1859]), essas consoantes se fazem presentes, como, por exemplo em **goza** ‘gozar, usufruir, desfrutar, divertir(-se)’ e **favoresé** ‘favorecer’.

- (14) **abrimentu** [abri'mêtu] ~ **habrimentu** [habri'mêtu] (PAP) – *abertura* [ɐber'turɐ] (CV) ‘abertura’;
maltratamentu [małtrata'mêtu] (PAP) – *maltrátu* [mɐł'tratu] (CV) ‘grossaria, maus tratos’
skirbimentu [skirbi'mêtu] (PAP) – *skrita* [ˈskrite] (CV) ‘escrita, letra’;
renobamentu [renoba'mêtu] (PAP) – *ranobason* [rɛnobɐ'sõ(ŋ)] ~ *ranovason* [rɛnovɐ'sõ(ŋ)] (CV) ‘renovação’.

Entretanto, não se deve pensar que o kabuverdianu não faz uso do sufixo *-mentu*, já que foram encontrados exemplos em que esse sufixo é usado, como se vê em (15):

- (15) **meresementu** [merese'mêtu] (PAP) – *meresimentu* [meresi'mêtu] (CV) ‘mérito, merecimento’;
nasementu [nase'mêtu] (PAP) – *nasimentu* [nəsi'mêtu] (CV) ‘nascimento’;
pensamentu [pêsa'mêtu] (PAP) – *pensamentu* [pêse'mêtu] (CV) ‘pensamento’;
tratamentu [trata'mêtu] (PAP) – *tratamentu* [trɛtɐ'mêtu] (CV) ‘tratamento’.

Quanto à produtividade desse sufixo, Bandeira (2013) mostra que, em papiamentu, são encontrados tanto casos de palavras que já entraram na língua formadas, com o sufixo, por existir uma palavra semelhante na língua fonte, quanto exemplos de vocábulos que são criados no papiamentu, com a adjunção do sufixo a uma base verbal, inclusive verbos de étimo não ibérico (holandês e inglês). Conclusão semelhante é apontada por Jacobs (2012), para quem a classe dos substantivos formados a partir da adição de **-mentu** às bases verbais é potencialmente aberta. Já em kabuverdianu, segundo Jacobs (2012), esse sufixo é menos produtivo, o que pode ser explicado pelo fato de essa língua ter incorporado outros morfemas derivacionais do português e também usar muitas formações irregulares provenientes do superstrato (como se observa nos dados em (14)).

(vi) *para alguns nomes e adjetivos, o kabuverdianu tem uma forma para masculino e outra para feminino* (ainda que a forma de masculino também possa ser usada com pessoas do sexo feminino), ao passo que em papiamentu, há uma única forma. Geralmente, essa variação no kabuverdianu aparece mais no “crioulo leve” e provavelmente o contato com o português seja o responsável por essa interferência.

- (16) **pretu** [ˈpretu] (PAP) – *prétu* [ˈpretu] e *préta* [ˈprɛtɐ] (CV) ‘preto, preta’;
ñetu [ˈɲetu] (PAP) – *nétu* [ˈnetu] e *néta* [ˈnetɐ] (CV) ‘neto, neta’;
bon [ˈbõ] (PAP) – *bon* [ˈbõ(ŋ)] e *boa* [ˈboɐ] (CV) ‘bom, boa’;
porko [ˈporko] (PAP) – *porku* [ˈporku] e *pórka* [ˈpɔrkɐ] (CV) ‘porco, porca’.

Dentre os dados em (16), chama a atenção o exemplo do kabuverdianu *bon* e *boa*, em que a diferença entre o masculino e o feminino não é apenas a vogal final ([o] e [a]), mas também a nasalidade, presente apenas na forma de masculino.

(vii) *o [z] do português*, em geral, é dessonorizado no papiamentu em geral ([z] > [s]), ao passo que se mantém no kabuverdianu, havendo, nesta língua, muitos casos de variação entre [s] e [z]:

- (17) **gosa** [ˈgosa] (PAP) – *goza* [ˈgozɐ] (CV) ‘gozar (1. desfrutar, 2. zombar)’;
kasamentu [kasa'mêtu] (PAP) – *kasamentu* [kɛsɐ'mêtu] ~ *kazamentu* [kɛzɐ'mêtu] (CV) ‘casamento’;

pisa ['pisa] (PAP) – *peza* ['peze] ~ *pesa* ['pesə] (CV) ‘pesar’;
pobresa [po'bresa] (PAP) – *pobréza* [po'breze] ~ *pobrésa* [po'bresə] (CV) ‘pobreza’.

Essa passagem de [z] para [s] em papiamentu seria decorrente da restrição da língua às fricativas sonoras (JACOBS, 2012). Contudo, não se deve pensar que o papiamentu não possui o [z], sempre substituindo-o por [s], uma vez que esse fonema aparece em palavras da variedade clássica (como mencionado na nota 2) e também se fez presente nos dados da *lista Maduro*:

(18) **lizu** ['lizu] (PAP) – *lizu* ['lizu] ~ *lisu* ['lisu] (CV) ‘liso’;
prizon [pri'zõ] (PAP) – *prizon* [pri'zõ(ŋ)] (CV) ‘prisão’.

Foi possível observar ainda, em algumas palavras, variação entre formas com [s] e [z], como em **razu** ['rasu] ~ ['razu] ‘enfurecido, em frenesi, com muita raiva, rebelde’ e **usa** ['usa] ~ ['uza] ‘usar’, com uma maior preferência pelas formas com [s].

(viii) *o papiamentu sofre metátese na sílaba final*, desfazendo o cluster, o qual se mantém em kabuverdianu. O fato de não haver restrição quanto à ocorrência de clusters com o -r como segundo membro em papiamentu (sendo documentadas, em posição de onset, as combinações /pr, br, tr, dr, kr, gr, fr, vr/) sugere que outra regra deve estar em jogo, talvez com relação à ocorrência de clusters com o -r como segundo elemento na sílaba final, que não seriam permitidos na língua.⁶

(19) **komader** [ko'madər] (PAP) – *kumádri* [ku'madri] ~ *kumá* [ku'ma] (CV) ‘comadre’;
liber ['libər] (PAP) – *libri* ['libri] ~ *livri* ['livri] (CV) ‘livre’;
semper ['sɛpər] (PAP) – *sénpri* ['sɛpri] (CV) ‘sempre’;
tiger ['tigər] (PAP) – *tigri* ['tigri] (CV) ‘tigre’.

Conclusões parciais

Em suma, com este estudo, pôde-se perceber que o vocabulário das duas línguas é realmente semelhante. As similaridades não se encontram apenas no nível lexical (como **dede** (PAP) e *dédu* (CV) ‘dedo’), mas aparecem também nas palavras funcionais, a exemplo de **unda** (PAP) e *undi* (CV) ‘(a)onde’. O fato de grande parte dos itens funcionais do papiamentu ser de étimo português e ser parecido ao kabuverdianu sugere uma origem comum entre as duas línguas e ainda que o papiamentu é um crioulo de base portuguesa.

Foram encontrados ainda casos em que as duas línguas possuem vocábulos derivados de étimos diferentes: espanhol no papiamentu e português no kabuverdianu. Esse cenário mostra que o kabuverdianu se aproxima mais do português do que o papiamentu, que possui influências das outras línguas com as quais está em contato, como o espanhol. Ademais, o fato de algumas palavras da *lista Maduro* semelhantes às daquelas do kabuverdianu não serem mais usadas na variedade moderna revela que, em uma fase anterior, o papiamentu era mais semelhante ao kabuverdianu.

⁶ De fato, dentre os clusters mencionados por Kouwenberg e Murray (1994) como possíveis de ocupar a posição de coda, não aparece nenhum que tenha o -r como segundo elemento.

Quanto às diferenças entre o papiamentu e o kabuverdianu, foi possível observar que, em geral, elas são sistemáticas e decorrem de diferentes regras e restrições vigentes nas duas línguas. É o caso, por exemplo, do padrão acentual dos verbos com mais de duas sílabas (oxítonos em papiamentu e paroxítonos em kabuverdianu), como **examiná** (PAP) e *izamina* (CV) ‘examinar’; e da terminação <do> de adjetivos e participios deverbais, apagada em papiamentu e mantida em kabuverdianu: **fòrsá** (PAP) e *forsádu* (CV) ‘forçado, coagido’.

Em suma, com este estudo, notou-se que o papiamentu e o kabuverdianu realmente possuem diversas similaridades, que sugerem uma origem comum. Com a análise de um maior número de dados, englobando inclusive as sincronias pretéritas, será possível lançar maiores luzes sobre o debate acerca da origem do papiamentu.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Gabriel Antunes de. *Três textos em papiamentu clássico*. 2011. 281f. Tese de livre-docência para obtenção do título de professor-associado – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BANDEIRA, Manuele. *A adaptação de empréstimos recentes no papiamentu moderno*. 2013. 245f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BRÜSER, Martina et al. *Dicionário do Crioulo de Santiago (Cabo Verde) com equivalências de tradução em alemão e português*, elaborado por Martina Brüser e André dos Reis Santos (Cabo Verde), com a contribuição de Ekkehard Dengler e Andreas Blum, sob a direção de Jürgen Lang. Tübingen: Narr, 2002. 889 p.
- CENTRAL BUREAU OF STATISTICS. CBS. First results census 2011 – Curaçao. Antilhas Holandesas. Curaçao, 2012. Disponível em: <<http://www.cbs.cw/cbs/themes/Census%202001/Publications/Census%202001-20121023105057.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2012.
- FUNDASHON PA PLANIFIKASHON DI IDIOMA. FPI. *Ortografia e Lista di Palabra Papiamentu* – Buki di oro. Curaçao: Fundashon pa Planifikashon di Idioma, 2009. 304 p.
- FREDERIKS, Bernardus Th.; PUTMAN, Jacobus Josephus. *Woordenlijst der in de landstaal van Curaçao meest gebruikelijke woorden met Zamenspraken*. Fac-símile. Bloemendaal/Curaçao: Stichting Libri Antilliani/Fundashon pa Planifikashon di Idioma, 2004 [1859]. 160 p.
- FREITAS, Shirley. *Processos fonológicos no léxico ibérico em papiamentu: a Lista Maduro*. Universidade de São Paulo, Relatório apresentado à Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo 2010/14252-3). 2012. 449 p.
- HOLM, John. *An Introduction to Pidgins and Creoles*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- JACOBS, Bart. *Origins of a creole: the history of papiamentu and its african ties*. Coleção Language contact and bilingualism. New York: Walter de Gruyter. Ph.D. Thesis: University of Munich, 2012. 387 p.
- MADURO, Antonie Johannes. *Ensayo pa Yega na un Ortografia Uniforme pa nos Papiamentu*. Willemstad: Edição do autor, 1953a. 139 p.
- _____. *Suplemento di Vocabulario Etimológico (Capítulo X) di Ensayo pa Yega na un Ortografia Uniforme pa nos Papiamentu*. Willemstad: Edição do autor, 1953b. 18 p.

_____. *Procedencia di Palabranan Papiamentu i Otro Anotacionnan I (Letter A te M)*. Willemstad: Edição do autor, 1966a. 48 p.

_____. *Procedencia di Palabranan Papiamentu i Otro Anotacionnan II (Letter N te ZJ)*. Willemstad: Edição do autor, 1966b. 58 p.

_____. Vocabulário pa un Estudio Comparativo. In: _____. *Procedencia di Palabranan Papiamentu i Otro Anotacionnan II (Letter N te ZJ)*. Willemstad: Edição do autor, 1966c. p. 59-72.

_____. *Kaboverdiano i Papiamentu*. Curaçao: Maduro & Curiel's Bank, Boekhandel Salas i Antoine J. Maduro, 1987. 22 p.

MARTINUS, Frank. *The kiss of a slave: Papiamentu's West African connections*. Amsterdam: Universiteit van Amsterdam, 1996. 292 p.

SCHUCHARDT, Hugo. On the creole portuguese of São Tomé (West Africa). Tradução de Tjerk Hagemeijer e John Holm. In: HOLM, John; MICHAELIS, Susanne (Ed). *Contact languages. Critical Concepts in Language Studies*. vol. 1. Londres e Nova York: Routledge, 2009 [1882]. p. 131-156.

Decomposição lexical em primitivos semânticos e analiticidade: sobre a possibilidade de derivar “kill” de “cause to die”

(Lexical decomposition in semantic primitives and analicity: on the possibility of deriving ‘kill’ from ‘cause to die’)

Alex de Britto Rodrigues¹

¹Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal do Paraná

britto4r@gmail.com

Abstract: This paper aims to analyze some central arguments related to the debate between atomists and decompositionalists concerning lexical meaning. First, some general atomist arguments are described in order to establish the discussion. After that, analicity, a basic matter related to inferences which result in semantic primitives, is closely analyzed. Finally, some decompositionalist approaches are focused on in order to realize how they respond their critics.

Keywords: semantic primitives; analicity; lexical decomposition.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar alguns argumentos centrais no debate entre atomistas e decomposicionistas no que se refere ao significado lexical. Primeiramente, alguns argumentos gerais atomistas são descritos. Depois, a analiticidade, uma questão central relacionada às inferências das quais os primitivos semânticos derivam, é analisada de modo mais detalhado. Finalmente, algumas abordagens decomposicionistas são analisadas, principalmente no que diz respeito ao modo como elas respondem a seus críticos.

Palavras-chave: primitivos semânticos; analiticidade; decomposição lexical.

Introdução

Nas décadas de 1960 e 1970, Lakoff, entre outros (McCawley, 1968; Fillmore, 1968), passou a promover a ideia de que a gramática transformacional corresponderia à geração de um conjunto de estruturas semânticas. Sua teoria consistia em postular que há propriedades semânticas alinhadas com propriedades sintáticas de tal modo que, assim como traços sintáticos se combinam no processo de geração de sentenças, marcadores semânticos se combinam no processo de *geração* de significado. Essa semântica gerativa, conforme Lakoff (1976 [1963]), propunha-se a se contrapor à semântica interpretativa proposta por Katz e Fodor (1963) e Katz e Postal (1964).

Para Lakoff (1976 [1963]), a semântica interpretativa não é convincente por não sugerir regras semânticas independentes da sintaxe, pois apenas após a geração de uma sentença a semântica poderia contribuir para sua interpretação. Para essa proposta, uma interpretação semântica só é possível a partir de uma estrutura sintática superficial, sem que regras transformacionais possam contribuir. Em outros termos, caso seja retirada da descrição sincrônica de uma língua natural a parte correspondente à gramática (sintaxe, fonologia, morfologia), o que sobra é a semântica (“synchronic linguistic description minus grammar equals semantics” – Katz; Fodor, 1963, p. 172). Opondo-se a essa perspectiva, a semântica gerativa propõe estruturas semânticas abstratas que explicariam, segundo Lakoff (1976 [1963], p. 49), a sinonímia das seguintes sentenças:

1. John enraged Bill.
2. John made Bill very angry.
3. John made Bill become very angry.

Em “enraged”, estaria contido o sentido de “made very angry”, ou de “made become very angry”. Isso, conforme a semântica gerativa, sugere que o sentido de “enrage” é *gerado* pela combinação dos elementos “make”, “become” e “very angry”. Como resultado dessa perspectiva, o significado de um item lexical pode ser explicado pela decomposição em um vocabulário correspondente a outros significados. Não é o objetivo deste trabalho detalhar as bases e os argumentos da semântica gerativa (perspectiva teórica que deixou de ter continuidade na década de 1980 em razão da perda do debate com seus opositores e da mudança de interesse de seus propositores), mas, sim, focar nesse tipo de decomposição que passou a ser desenvolvida em propostas teóricas posteriores (JACKENDOFF, 1983, 1990, 2002; PINKER, 2008).

A perspectiva decomposicionista sugere um nível de representação em que um item lexical pode ser decomposto em “unidades menores” abstratas, os “primitivos” (também chamados de “primitivos conceituais”, “primes”, “predicados primitivos”, entre outros termos). Nessa perspectiva,¹ seguindo a ideia de decomposição de “enrage”, como visto anteriormente, a palavra “bachelor” poderia ser representada como “man not married”, e “kill” teria como representação algo como “cause to die”, o que parece capturar intuições a respeito desses itens. Nosso foco de consideração será a decomposição de itens verbais.

O artigo de Fodor (1970) “Three reasons for not deriving ‘kill’ from ‘cause to die’” pode ser considerado um dos primeiros trabalhos influentes a respeito da posição contrária à perspectiva decomposicionista. A argumentação do autor, desenvolvida também em trabalhos subsequentes (FODOR et al., 1980; FODOR 1998, 2003), tem como objetivo defender a posição atomista a respeito do significado lexical (isso estaria de acordo com a tese mais geral de que o falante não aprende conceitos, sendo estes, além de atômicos, inatos).

Na sequência, analisaremos os argumentos de Fodor, visando principalmente a buscar aqueles centrais no debate entre decomposicionistas e atomistas. Com base nisso, poderemos sugerir como um ponto central nesse debate a questão da analiticidade. Posteriormente, analisaremos duas perspectivas decomposicionistas que visam a rebater a posição de Fodor.

Não correspondência entre um item lexical e sua decomposição

A seguir, veremos alguns argumentos da perspectiva atomista que podem ser considerados centrais no debate entre decomposicionistas e atomistas. Esses argumentos, por vezes, são mal interpretados ou são ignorados por seus debatedores.

¹ Pressupostos da perspectiva decomposicionista podem ser vistos muito antes, em filósofos clássicos, mas não é o objetivo deste trabalho traçar um histórico dessa perspectiva e de suas bases epistemológicas.

Argumentos para não derivar “kill” de “cause to die”

Em seu artigo de 1970, Fodor, contrapondo-se a Lakoff (1965), busca demonstrar por que não é adequado decompor um item lexical em primitivos semânticos. Os argumentos de que o autor se vale podem ser resumidos da seguinte maneira: uma sentença com um determinado item lexical não pode corresponder a outra sentença em que o mesmo item seja substituído por primitivos; não sendo as duas sentenças correspondentes, uma não pode conter a representação semântica da outra. Vejamos os exemplos do autor:

- 4.a John caused Mary to die and it surprised me that he did so.
- 4.b John caused Mary to die and it surprised me that she did so.
- 4.c John killed Mary and it surprised me that he did so.
- 4.d *John killed Mary and it surprised me that she did so.

Em 4.a e 4.b, as sentenças contêm os primitivos “cause to die”, que corresponderiam ao item “kill”, presente em 4.c e 4.d. A expressão “do so” retoma “caused Mary to die” em 4.a, “to die” em 4.b e “killed” em 4.c. Como “kill” seria representado por “cause to die”, 4.c parece corresponder adequadamente a 4.a. Porém, como em 4.b “do so” retoma “to die”, em 4.d “do so” também deveria retomar “to die”, já que esse conceito está presente em “killed”. Como 4.d é agramatical, é possível dizer que “kill” e “cause to die” têm comportamentos diferentes, não sendo, portanto, equivalentes. Assim, “kill” não seria uma “palavra” mais complexa do que “cause” e “die”.

Fodor continua demonstrando que uma sentença com um determinado item lexical “mais complexo” não equivale a outra que substitua esse item por itens “mais simples”. Vejamos os exemplos:

- 5.a John caused Bill to die on Sunday by stabbing him on Saturday.
- 5.b *John killed Bill on Sunday by stabbing him on Saturday.
- 6.a John caused Bill to die by swallowing his tongue.
- 6.b John killed Bill by swallowing his tongue.

Novamente, uma sentença não se mostra como uma paráfrase ou uma representação adequada da outra. Em 5.a e 5.b, há uma diferença de escopo da expressão adverbial de tempo, pois “on Saturday” predica, em 5.a, apenas “caused”, ao passo que, em 5.b, a mesma expressão adverbial não pode predicar “caused” simplesmente porque não há esse verbo (se houvesse esse verbo, mesmo que na estrutura profunda de “kill”, seria possível “on Saturday” predicá-lo; como não há “caused”, “on Saturday” só pode predicar “kill”, que já está sendo predicado por “on Sunday”, o que causa a agramaticalidade).

Em uma perspectiva decomposicionista, o raciocínio de Fodor estaria errado por ele estar confundindo um item lexical com sua representação semântica, ou seja, essa representação não tem que se comportar como uma sentença. Porém, caso se defenda que Fodor esteja ignorando ou não esteja percebendo isso, não se estarão considerando alguns pressupostos do autor, explicitados de modo mais claro em trabalho posterior (FODOR et

al., 1980, p. 268, tradução nossa, grifos do autor), em que o tipo de decomposição tratado aqui é referido como “definição”:

[...] definições são uma parte útil da teoria da linguagem e do mundo *apenas se* elas resultarem em uma base de primitivos independentemente interpretada. Ou seja, definições aparecem seriamente em teorias da linguagem e do mundo somente se: (a) todas as expressões de uma língua são equivalentes a expressões no vocabulário de sua base de primitivos; (b) a base de primitivos é notavelmente menor do que o léxico; e (c) as extensões das expressões na base de primitivos podem ser fixadas sem mais apelo para a noção de definição.

Portanto, para o autor, definições/decomposições são úteis apenas se os primitivos puderem ser independentemente interpretados e ter suas extensões fixadas, assim como ocorre com os itens do léxico. Mais adiante, quando tratarmos algumas propostas decomposicionistas, voltaremos a essa questão.

Identificação da diferença entre um item lexical simples e um item lexical complexo

Na perspectiva decomposicionista, “killed” teria uma representação semântica, composta por algo como “cause to become dead”,² mais complexa do que “bit”, sem “cause” em sua representação. Considerando isso, Fodor *et al.* (1980) recorre a um teste capaz de comparar duas sentenças com a mesma estrutura superficial, mas com relações abstratas diferentes:

7.a John killed Mary.

7.b John bit Mary.

Nesse teste, o falante deve indicar o grau de relação entre “John” e “Mary” nas duas sentenças. Como “killed” poderia ser reescrito como “caused to die”, e “bit” seria mais “primitivo”, é esperável, de acordo com a perspectiva decomposicionista, que o falante indique uma relação mais forte em 7.b do que em 7.a.

Vale dizer que, em uma primeira fase desse teste, o autor busca validá-lo com outras comparações entre sentenças com a mesma estrutura superficial, mas com representações abstratas diferentes, em que o falante deveria dizer em qual sentença os constituintes são mais relacionados.³ Como nessa primeira fase o resultado foi favorável à validação do teste (ou seja, os falantes foram capazes de estabelecer graus diferentes de relação entre os constituintes de acordo com as estruturas abstratas das sentenças), os falantes perceberiam, caso “killed” tivesse realmente uma estrutura abstrata mais complexa do que “bit”,

² Em geral, os decomposicionistas apresentam os primitivos semânticos em caixa alta. Porém, neste momento, estamos discutindo a argumentação de Fodor, autor que não se preocupa com essa convenção.

³ Nosso objetivo não é descrever todo o teste do autor, muito menos os detalhes dessa primeira fase. Basta dizer, aqui, que nessa primeira fase de validação são comparadas sentenças envolvendo diferenças abstratas relacionadas à oposição entre sentenças com os verbos “expect” e “persuaded” (“John expected/persuaded Mary to leave”), à oposição entre sentenças com “eager” e “easy” (“John is easy/eager to please”), à oposição entre sentenças com os objetos “who” e “her” (“John married somebody but we don’t know who/her”) e à oposição entre sentenças com diferentes quantificadores.

a relação entre os constituintes “John” e “Mary” mais forte na sentença com “bit”, em 7.b, do que com “killed”, em 7.a.

O resultado do teste correspondeu à expectativa de Fodor: não foi encontrada uma diferença significativa entre os julgamentos dos falantes que sugerisse um grau de relação entre “John” e “Mary” diferente entre 7.a e 7.b. Portanto, o autor consegue mais uma evidência de que entre “killed” e “bit” não há diferenças no que diz respeito à complexidade de suas representações semânticas. Em razão disso, ambos os itens devem ser representados semanticamente com o mesmo grau de complexidade, e a perspectiva atomista mostra-se mais adequada a esse propósito.

Tanto esse teste como as considerações mostradas na subseção anterior a respeito dos motivos para não se derivar “kill” de “cause to die” podem ser considerados em um mesmo tipo de argumento: uma sentença com um item lexical não corresponde à outra sentença em que esse mesmo item seja substituído por primitivos semânticos porque as duas sentenças teriam estruturas semânticas diferentes. Enquanto “kill” seria um átomo semântico/conceitual, “cause” também seria.

Analiticidade e postulados de significado

A argumentação da perspectiva atomista demonstrada na seção anterior nem sempre é considerada por decomposicionistas (DOWTY, 1979), mas tem sido combatida em certo grau⁴ por meio do levantamento exaustivo de primitivos semânticos recorrentes. Porém, outra questão, mais profunda ou mais básica relacionada à decomposição em primitivos, a analiticidade, é menos considerada (Pietroski (2003) a considera, o que justifica analisarmos sua proposta mais adiante) quando se trata de se contrapor à posição atomista.

Discutido extensamente dentro da filosofia (KANT, 1998 [1781]; FREGE, 1980 [1884]; CARNAP, 1947), podemos descrever, de modo simplificado, o conceito de “analiticidade” da seguinte maneira: analiticidade é a propriedade de uma sentença que faz seu valor de verdade ser independente da verificação na realidade. Assim, uma sentença analítica não falha em ser verdade, diferentemente de uma sentença sintética, cujo valor de verdade precisa ser confirmado pela verificação na realidade e, portanto, tem uma importância epistemológica. Assim, um significado analítico é algo *a priori*, ao passo uma relação sintética é algo *a posteriori*.

Exemplos de significado analítico considerados mais problemáticos são encontrados no léxico. Por exemplo, um falante que conheça o significado de “kill” saberia, *a priori*, que esse item corresponde a “cause to die” sem precisar fazer qualquer verificação na realidade, isto é, a afirmação de que “killed” é igual a “caused to die” sempre é verdadeira para quem conhece o significado de “kill”. Por outro lado, uma relação do tipo “John stabbed Mary John killed Mary” possui um valor de verdade que precisa ser verificado na realidade; logo, essa relação é sintética.

⁴ Jackendoff (1990), como será visto, e Pinker (2008), por exemplo, mesmo que não derrubem definitivamente os argumentos citados, afirmam que Fodor não estaria considerando adequadamente as intuições dos falantes ou, nas palavras de Pinker (2008, p. 117), Fodor teria um “desprezo pelo bom senso”, comentário que serve de exemplo como os argumentos são desconsiderados no debate.

Porém, a distinção entre analítico e sintético foi posta em xeque por filósofos como Quine (1953). Para o autor, nenhuma sentença é imune à verificação, o que equivale a dizer que toda a sentença é, em algum grau, sintética. Por exemplo, a sentença “a bachelor is an unmarried man”, usada muitas vezes como exemplo de analítica ou como exemplo de decomposição em primitivos, para Quine, poderia ter seu valor de verdade, considerado normalmente como verdadeiro *a priori*, revisto. Um exemplo de como a distinção entre analítico e sintético pode ser problemática é dado por Putnam (1975): a sentença “gatos são animais” parece ser analítica, mas digamos que seja verificado e descoberto que todos os gatos, na verdade, são robôs; então, o que parecia verdadeiro *a priori* se mostraria falso.

A relação entre um item lexical e sua representação semântica constituída por decomposição em primitivos consistiria em uma relação analítica. Porém, como a definição de “analítico” é problemática, como visto, a decomposição lexical de que estamos tratando também não deixaria de ser. Isso Fodor (1998) busca demonstrar a partir do que ele chama de “Inferential Role Semantics” (IRS).

Para Fodor (1998), IRS é toda teoria que identifica o conteúdo inferencial de um conceito com sua representação semântica, o que é feito pelas teorias que sugerem decomposições/definições. Portanto, aceitar uma teoria decomposicionista é aceitar que um conceito é definido por inferências. Desse modo, um decomposicionista aceitaria a inferência BACHELOR UNMARRIED MAN, ou seja, o conceito BACHELOR é definido por UNMARRIED MAN. Porém, nada garante que essa definição seja capaz de representar o conceito BACHELOR porque nada garante que essa definição seja analítica, e muitas outras inferências poderiam ser feitas para definir esse conceito sem que se possa decidir qual o representa corretamente.

As inferências presentes nas definições, conforme Fodor *et al.* (1980) as entende, formam argumentos informalmente válidos (uma vez que elas não utilizam um vocabulário lógico, mas, sim, temos como CAUSE, BECOME e UNMARRIED). As regras que governam essas inferências, para o autor, correspondem ao que a literatura chama de “postulados de significado” (“meaning postulates”). Assim, uma determinada regra inferencial, isto é, um determinado postulado de significado, define KILL CAUSE TO DIE. Com base nisso, a crítica de Fodor (1998, p. 111) é previsível: não é possível diferenciar postulados de significado de conhecimento em geral. Em outros termos, não é possível diferenciar a representação semântica decorrente da decomposição em primitivos conceituais do conhecimento enciclopédico.

Além disso, para Fodor *et al.* (1980) e Fodor (1998), os conceitos são composicionais, diferentemente de muitas inferências. Um conceito como BROWN COW é complexo porque é resultado da composição de dois conceitos simples, BROWN e COW, ou seja, BROWN e COW BROWN COW. O mesmo não ocorre em CAUSE TO DIE KILL, pois esse caso depende de uma inferência, enquanto o anterior só depende de uma composição. Um defensor da perspectiva decomposicionista poderia dizer que em KILL é resultado da “composicionalidade” de CAUSE e TO DIE, mas considerando a problematização exposta, nada garantiria que KILL não possa ser o resultado da “composicionalidade” de CAUSE e BECOME CORPSE, ou qualquer outra inferência.

Propostas decomposicionalistas

Na sequência, analisaremos como duas propostas de decomposição lexical consideram os argumentos atomistas expostos. A escolha dessas propostas pode ser justificada por serem em certa medida representativas entre as opções disponíveis e por fazerem referência direta à argumentação de Fodor. No entanto, entendemos que outras propostas com essas características poderiam ser analisadas, sendo as consideradas na sequência, portanto, apenas um recorte parcialmente arbitrário.

Estruturas semânticas de Jackendoff

Jackendoff (1983, 1990) sugere uma teoria semântica alinhada com o programa gerativista, isto é, assume que um conjunto infinito de sentenças é gerado por um conjunto finito de regras. Essa teoria precisa atender às seguintes exigências (JACKENDOFF, 1983, p. 11): a) ser capaz de expressar todas as distinções semânticas de uma língua; b) apresentar estruturas semânticas universais; c) atender ao critério da composicionalidade, em que os significados de partes de uma sentença combinam-se para formar o significado da sentença inteira; d) dar conta formalmente de propriedades semânticas, como sinonímia, analiticidade e pressuposição, em especial da noção de “inferência válida”.

Buscando atender a esses critérios, o autor propõe um nível de representação de “estruturas conceituais” em que estruturas semânticas se sobrepõem a diversos sistemas de percepção (motor, visual, entre outros), havendo interações entre esses sistemas na constituição dessas estruturas conceituais. Dentro dessa abordagem, os significados das palavras (JACKENDOFF, 1983, p. 109-126) são tratados como representações mentais internalizadas em que uma perspectiva extensional identifica, por exemplo, o significado de “cachorro” com o conjunto de todos os cachorros em todos os mundos possíveis.

Essa abordagem teórica passa a se diferenciar radicalmente da visão de Fodor ao propor que o significado lexical tem estrutura interna formada por primitivos conceituais disponíveis em um conjunto finito. Porém, por mais que Jackendoff (1983) estipule a existência de diversos primitivos semânticos, a lista a que ele chega por meio de generalizações a partir de padrões de significados de itens lexicais ainda está em aberto. Seu mérito está em buscar restrições para as inferências que resultam nesses primitivos.

Objetivando uma fundamentação cognitiva para as informações presentes na estrutura conceitual, o autor observa que o tipo de expressão mais elementar presente em diversas versões da lógica formal é a “constante individual”, expressão que se refere a um indivíduo fixo. Portanto, uma categoria ontológica primária pode ser sugerida, a qual o autor denomina [THING]. Na interação entre os sistemas sensoriais e a estrutura semântica, outras categorias ontológicas são necessárias: [PLACE], [DIRECTION], [ACTION], [EVENT], [MANNER] e [AMOUNT]. Essas categorias são determinadas seguindo duas restrições: uma cognitiva, pois cada categoria pode ser evocada deiticamente, o que relacionaria uma evidência do campo visual a questões semânticas; e uma gramatical, pois cada categoria pode ser relacionada a um tipo de estrutura, como perguntas WH (“o que você comprou?”, [THING]; onde está meu casaco? [PLACE]; aonde eles foram?, [DIRECTION]; o que você fez?, [ACTION]; o que aconteceu?, [EVENT]; como você fez?, [MANNER]; quanto durou a pescaria?, [AMOUNT]).

Desse modo, toda informação presente na estrutura conceitual, de acordo com Jackendoff (1983), deve ter um respaldo cognitivo e gramatical. Seguindo esse princípio, o autor acrescenta outras duas categorias conceituais que caracterizam as categorias ontológicas anteriores, a saber: [TOKEN] e [TYPE], sendo que a primeira corresponde a uma constante e a segunda corresponde a uma classe/tipo. Desse modo, [THING], por exemplo, pode ser [THING TOKENS] ou [THING TYPE]. A sentença “Clark Kent é o super-homem” relaciona dois [TOKENS], ao passo que a sentença “Clark Kent é um repórter” relaciona um [TOKEN] e um [TYPE], considerando que as duas categorias conceituais sempre correspondem a sintagmas de determinantes (DPs).

Conforme padrões diferentes de significado dos itens lexicais são percebidos, novos princípios ou restrições são formulados a partir dessas categorias, permitindo que regras de inferência sejam, a princípio, formalizadas, e primitivos semânticos sejam sugeridos. A estrutura conceitual de que esses primitivos fazem parte pode ser lexicalizada de diversas maneiras. Por exemplo, as sentenças (JACKENDOFF, 1983, p. 183) “the dog entered the room” e “the dog went into the room” teriam a mesma estrutura conceitual: [Event GO ([Thing DOG], [Path TO ([Place IN ([Thing ROOM])])])]. Porém, o verbo “go” lexicaliza [Event GO ([Thing x], [Path y])] e a preposição “into” lexicaliza [Path TO ([Place IN ([Thing z])])], ao passo que o verbo “enter” lexicaliza todas essas partes sozinho: [Event GO ([Thing x], [Path TO ([Place IN ([Thing z])])])].

O exemplo inicialmente considerado neste trabalho, do verbo “kill”, lexicaliza a seguinte estrutura conceitual: [Event CAUSE ([Thing x], [Event GO ([Thing y], TOcirc ([y DIE])])]). Leia-se: “kill” corresponde a um evento em que “y” vai para a circunstância em que “morre”, o que é “causado” por “x”. Cada primitivo (em caixa alta) corresponde a uma função. CAUSE, por exemplo, é uma função que relaciona uma entidade do tipo [THING], ou um evento do qual essa entidade é um agente, a outro evento.

Por mais que o autor busque restrições às regras de inferência, a quantidade dos tipos de estruturas conceituais e a lista dos primitivos semânticos continuam em aberto. Isso significa que as regras inferenciais que permitem chegar a essas estruturas são revistas sempre que um padrão semântico/conceitual é sugerido. Graças às restrições dessa abordagem, não são possíveis quaisquer inferências, mas ainda não fica claro o limite delas.

Outro problema que Jackendoff procura resolver é a diferença que deveria existir entre o processamento de um item lexical simples e um item lexical complexo (diferença que Fodor, como visto anteriormente, procura demonstrar que não existe). O autor (JACKENDOFF, 1983, p. 125) afirma que não há razão em supor que o processamento semântico reflete a complexidade semântica interna de uma palavra. Uma palavra deveria ser considerada como uma codificação de um “agrupamento” (“chunk”) de informações semânticas. Assim, um “agrupamento” de informações como o lexicalizado em “kill” e um “agrupamento” como o lexicalizado em “bit” ou “die” não seriam processados de modos diferentes, ao passo que uma estrutura superficial como “cause to die” corresponderia a “agrupamentos” diferentes e, nesse caso, seria processada de modo diferente. Porém, desse modo, os primitivos semânticos são considerados tão abstratos que não é possível identificar um modo concreto de interpretá-los e fixar suas extensões, conforme exigências que Fodor propôs. Além disso, esse argumento de Jackendoff torna a teorização a respeito dos primitivos semânticos não (ou, pelo menos, pouco) falseável, o que pode ser visto como um problema epistemológico.

A semântica de eventos e o programa minimalista na abordagem de Pietroski

A abordagem teórica de Pietroski (2003) resulta em um tipo de decomposição lexical consideravelmente diferente do proposto por Jackendoff. O objetivo central do autor é explicar as estruturas causativas combinando a semântica de eventos (DAVIDSON, 2001 [1967]) com o programa minimalista. Para tanto, parte da seguinte inferência considerada por ele como analítica: “John boiled the water” “The water boiled”. Tendo ciência da crítica de Fodor a respeito desse tipo de inferência, o autor busca justificá-la dizendo que construções transitivas como a primeira sentença resultam do “merging” entre verbos intransitivos e vizinhos.

A motivação para a aceitação dessa inferência, cuja forma é “x V y, então y V”, também se deve ao fato de vários verbos se comportarem da mesma maneira, como “melted”, “froze”, “broke”, “opened”, etc. (o que costuma ser chamado de “alternância causativa”). O autor afirma que, na inferência citada, o verbo na sentença transitiva e o verbo na sentença intransitiva são o mesmo, o que torna a inferência válida. Caso fossem considerados verbos diferentes, a inferência não seria formalmente válida e, segundo o autor, consistiria em um “postulado de significado” (novamente, ele evita um elemento criticado por Fodor). Vale notar que o autor também considera os pares “kill/die” e “rise/rose” no mesmo tipo de inferência válida, afirmando que os verbos dentro desses pares não seriam, assim como os casos acima citados, verbos diferentes (teriam corpos fonológicos diferentes em razão de idiosincrasias históricas) e, então, configurariam possibilidade de alternância causativa.

Pietroski aceita a inferência “John boiled the water, so the water boiled”, como já dito, mas não aceita que “John caused the water to boil” seja uma representação subjacente de “John boiled the water”. Isso se dá porque o autor, novamente, busca fugir da crítica de Fodor (sobretudo a presente no artigo de 1970). Então, como tenta justificar a inferência sem o uso do primitivo “cause”, o autor sugere que a estrutura subjacente seria: [x [v [boil y]]], em que “v” é um item não realizado cujo significado tem alguma relação com causalidade. O que o autor faz é substituir “cause” pelo vizinho, inclusive mantendo atrelado ao vizinho a noção de causa.

Para explicar a noção de “causa”, Pietroski recorre à semântica de eventos, segundo a qual em um evento complexo há uma ação que causa um evento. A ideia é que o vizinho expressa uma relação binária entre essa ação e esse evento, algo que, na abordagem de Jackendoff, é feito por CAUSE. Em uma semântica de eventos, essa relação binária seria estabelecida por um predicado R, que determina que um evento (a ação) resulta em outro evento.

Chomsky (2003), comentando o trabalho de Pietroski, afirma que a visão do autor a respeito da analiticidade é problemática uma vez que a propõe a partir de decomposição lexical, o que não seria válido para Quine (que foi citado por Pietroski para afirmar que a crítica à noção de analiticidade foi contornada). Convém observar que a crítica de Fodor às inferências ditas “analíticas” decorrentes de decomposição lexical vale também para a proposta de Pietroski.

Por último, dizer que há um elemento abstrato que relaciona subeventos em uma estrutura lexical interna, e dizer que essa relação é de causalidade, equivale a manter o

primitivo CAUSE, que Pietroski não quis corroborar para contornar as críticas de Fodor. Esse elemento abstrato (seja algo relacionado ao vizinho ou o predicado R) estabelece, então, uma relação de acarretamento entre subeventos, função que Chomsky (2003, p. 305) afirma que um primitivo semântico poderia desempenhar:

It is to be expected that however restricted, semantic primitives (whether taken to be lexical “atoms,” or components of them) do not determine “meaning” or “perfect paraphrase” as such terms are commonly understood, even if they do determine such semantic relations as entailment.⁵

De modo geral, Chomsky reconhece que a proposta de Pietroski é promissora, mesmo com problemas técnicos a serem resolvidos.

Conclusão

Tivemos como objetivo analisar algumas questões centrais no debate entre atomistas e decomposicionistas que são, muitas vezes, negligenciadas. Do lado decomposicionistas, ainda é preciso, por exemplo, responder de modo adequado à crítica a respeito da analiticidade e das inferências que resultam em decomposições. As duas propostas de decomposição mencionadas neste trabalho são exemplos disso, pois ambas insistem em se valer da noção de analiticidade sem conseguir contornar totalmente os problemas apontados por Fodor.

Do lado atomista, as críticas feitas aos decomposicionistas muitas vezes não levam em conta a natureza dessas decomposições. Como visto, Fodor procura demonstrar como uma decomposição em primitivos semânticos não encontra respaldo em estruturas sintáticas, não levando em conta que tais primitivos possam teoricamente corresponder a um nível de abstração não necessariamente apreensível por suas análises e testes (caso tivesse considerado isso, talvez pudesse tecer críticas a respeito de uma possível não falsabilidade).

De todo modo, as inferências que permitem chegar a estruturas conceituais com primitivos semânticos, mesmo que precisem ser mais bem formalizadas e delimitadas, contam com vários dados possivelmente alinhados a julgamentos positivos dos falantes. Porém, além de ainda haver espaço para mensurar tais julgamentos, os decomposicionistas precisam demonstrar formalmente por que suas perspectivas são mais adequadas que a dos atomistas, e não dizer apenas que, com tantos dados empíricos, defender a perspectiva decomposicionista é uma questão de “bom senso”.

⁵ É esperado que, embora restritos, os primitivos semânticos (sendo “átomos lexicais” ou componentes deles” não determinam o “significado” ou a “paráfrase perfeita” como tais termos são normalmente entendidos, mesmo que eles determinem relações de acarretamento. (tradução nossa)

REFERÊNCIAS

- CARNAP, R. *Meaning and Necessity*. Chicago: University of Chicago Press, 1947.
- CHOMSKY, N. Reply to Pietroski. In: ANTONY, L. M.; HORNSTEIN, N.(Org.). *Chomsky and his critics*. Malden, MA: Blackwell, 2003.
- DAVIDSON, D. *Essays on Actions and Events*. Oxford: OUP, 2001 [1967].
- DOWTY, D. R. *Word Meaning and Montague Grammar*. Boston: Reidel, 1979.
- FILLMORE, C. The case for case. In: BACH, E.; HARMS, R. T. (Org.). *Universals in linguistic theory*. New York: Holt, Rinehart & Winston 1968.
- FODOR, J. Three reasons for not deriving “kill” from “cause to die”. *Linguistic Inquiry*, Massachussets, n. 4, v. 1, p. 429-438, out. 1970.
- _____. *Concepts: where cognitive science went wrong*. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- _____. *Hume variations*. Oxford: Clarendon Press, 2003
- FODOR, J.; GARRETT, M. F.; WALKER, E. C. T.; PARKES, C. H. Against definitions. *Cognition*, n. 8, p. 263-367, 1980.
- FREGE, G. *The Foundations of Arithmetic*. 2. ed. London: Blackwell, 1980 [1884].
- JACKENDOFF, R. *Semantics and cognition*. Cambridge: MIT Press, 1983.
- _____. *Semantic structures*. Cambridge: MIT Press, 1990.
- _____. *Foundations of language: brain, meaning, grammar, evolution*. New York: Oxford University Press, 2002.
- KANT, I. *The Critique of Pure Reason*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998 [1781].
- KATZ, J. J.; FODOR, J. The structure of a semantic theory. *Language*, v. 39, n. 2, p. 170-210, 1963.
- KATZ, J. J.; POSTAL, P. *An integrated theory of linguistic description*. Cambridge: The MIT Press, 1964.
- LAKOFF, G. *On The Nature of Syntactic Irregularity*. Cambridge: Havard University Press, 1965.
- _____. Toward generative semantics. In: McCAWLEY, James D. *Notes from the linguistic underground*. New York: Academic Press, 1976 [1963].
- McCAWLEY, J. D. The role of semantics in a grammar. In: BACH, E.; HARMS, R. T. (Org.). *Universals in linguistic theory*. New York: Holt, Rinehart & Winston 1968.
- PIETROSKI, P. M. Small verbs, complex events: analyticity without synonymy. In: ANTONY, L. M.; HORNSTEIN, N. (Org.). *Chomsky and his critics*. Malden, MA: Blackwell, 2003.
- PINKER, S. *Do que é feito o pensamento*. Tradução de Fernanda Ravagnani. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.
- PUTNAM, H. It Ain't Necessarily So. In: _____. *Philosophical Papers*, Cambridge: Cambridge University Press, 1975. v. 1, p. 658-671.
- QUINE, W. V. O. Two Dogmas of Empiricism. In: _____. *From a logical point of view*. Cambridge: Harvard University Press, 1953.

A base experiencial das metáforas do futebol brasileiro

(Experiential basis of metaphors used in Brazilian soccer)

Deize Crespim Pereira¹

¹Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)
deize.pereira@usp.br

Abstract: The goal of this paper is to describe and explain the experiential basis of metaphors used in Brazilian soccer. The data consist of 150 tokens of metaphorical expressions collected from broadcasting soccer matches on Brazilian television in the years 2013–2014. The analysis is qualitative and based on the theoretical tools of Cognitive Linguistics. We aim to analyze metaphorical expressions under the hypothesis that they are based on our physical experience with our bodies, our perception, our movements, our manipulation of objects, and our interaction with our environment.

Keywords: Cognitive Linguistics; Brazilian soccer metaphors; embodiment; image-schema.

Resumo: O objetivo deste trabalho é descrever e explicar a base experiencial de metáforas do futebol brasileiro. O corpus se constitui de 150 ocorrências de expressões metafóricas, recolhidas em transmissões de jogos de futebol pela televisão brasileira nos anos de 2013 e 2014. A análise é qualitativa e embasada em pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva. Procuramos analisar as expressões metafóricas partindo da hipótese de que tomam como base nossa experiência física com nosso próprio corpo, nossa percepção, nossos movimentos, nossa manipulação de objetos e nossa interação com nosso ambiente.

Palavras-chave: Linguística Cognitiva; metáforas do futebol brasileiro; corporificação; esquemas imagéticos.

Introdução

Em trabalho anterior (PEREIRA, 2006), intitulado “As metáforas do futebol brasileiro”, realizamos uma análise das expressões metafóricas encontradas no futebol, com base em um *corpus* recolhido ao longo do ano de 2005 em jogos de futebol transmitidos pelo rádio e pela televisão, e utilizando os pressupostos da teoria das metáforas de Lakoff e Johnson (1980).

Naquele trabalho, pudemos constatar que a metáfora conceptual FUTEBOL É UMA GUERRA é a dominante, gerando um grande número de expressões metafóricas tais como: (i) Vem Bruno Otávio **desarmando o ataque** do time colorado; (ii) O Wendel é o primeiro a **dá combate** (PEREIRA, 2006, p. 129-130). Outras metáforas menos recorrentes foram: FUTEBOL É UMA RELIGIÃO: (iii) São Marcos **opera milagres**; FUTEBOL É UMA PINTURA: (iv) A gente tá vendo de novo essa **obra-prima** do Ronaldo; FUTEBOL É UMA DANÇA: (v) tá **chamando pro baile** Carlitos; FUTEBOL É UM COMÉRCIO: (vi) Campanolo vai **virando freguês** de Rogério Ceni (PEREIRA, 2006, p. 131-132).

No presente trabalho, voltamos a estudar as metáforas do futebol com o objetivo de descrever e explicar sua base experiencial. Os pressupostos teóricos são retirados da Linguística Cognitiva, mais especificamente, da teoria das metáforas (JOHNSON, 1987; LAKOFF, 1987, 2006; LAKOFF; JOHNSON, 1980) e da Semântica Cognitiva (TALMY, 2011). A análise é qualitativa com base em um novo *corpus* de cerca de 150 ocorrências,

recolhido nos anos de 2013 e 2014, principalmente em transmissões de jogos de futebol pela televisão, mas também em alguns programas esportivos.

Pressupostos teóricos

Para analisar as metáforas do futebol, tomamos como base alguns pressupostos da Linguística Cognitiva. O primeiro deles é: *o pensamento é “corpóreo” (embodied)*, isto é, nosso modo de pensar, a maneira como vemos o mundo, estão diretamente relacionados com o nosso corpo, nossa percepção, nossa experiência física e cultural (LAKOFF, 1987).

Talmy (2011) enumera quatro significações implicadas no termo corporificação (*embodiment*):

1) *Corporificação e magnitude do corpo*: os fenômenos do mundo são categorizados em relação à maneira como nosso corpo (com seu tamanho e forma próprios) interage com eles. Apesar de Talmy questionar a validade deste postulado, todos os esquemas imagéticos de que trataremos a seguir comprovam esta tese; assim, por exemplo, nossa orientação espacial de DENTRO/FORA emerge primeiramente de nossa experiência física com nosso próprio corpo.

2) *Corporificação e sistema neural*: é a organização de nossa estrutura neural que determina como conceptualizamos os fenômenos. Assim, por exemplo, no século passado os cientistas acreditavam que os pássaros, por não possuírem neocórtex, não podiam ser treinados como cães, nem aprender a usar ferramentas ou se reconhecerem no espelho. Mas, recentemente, cientistas descobriram que apesar de os pássaros terem uma estrutura cerebral diferente da dos humanos, alguns deles, como as gralhas, são capazes de se reconhecer no espelho (SCHWARZ; GÜNTÜRKÜN, 2008).

3) *Corporificação e concretude*: nossa experiência com o mundo tangível é a base para conceptualizarmos fenômenos intangíveis. Em outras palavras, conceptualizamos o abstrato em termos do concreto. Exemplo: conceptualizamos TEMPO em termos de ESPAÇO (*três anos atrás*).

4) *Corporificação e antiobjetivismo*: grande parte do nosso pensamento e raciocínio se dá em termos de esquemas conceptuais derivados de nossa experiência. Exemplo de Talmy (2011): aprendemos o conceito de ângulo não como uma noção abstrata da Matemática, mas sim por meio de nossa experiência, assim que nos penduramos em um galho de uma árvore, que entortado com nosso peso forma um ângulo.

Outro pressuposto da Linguística Cognitiva central para este trabalho é: *nossa realidade é um mundo projetado*. A língua não é espelho da realidade; ela funciona antes como um filtro, uma lente, por meio da qual interpretamos o mundo. Projetamos estruturas no mundo, que estão não no mundo, mas na nossa mente. Essas estruturas se originam a partir de nossas experiências e nos ajudam a compreendê-las.

Os esquemas imagéticos são exemplos de estruturas que projetamos no mundo. Johnson (1987) apresenta a seguinte definição de *esquema imagético*: esquema abstrato, não proposicional, que emerge de nossa experiência corporal, de nossa interação com nosso ambiente, e nos ajuda a compreender e racionalizar o mundo a nossa volta.

Tomemos como primeiro exemplo nossa experiência com o domínio da FORÇA FÍSICA. Já na fase sensório-motora aprendemos que temos um corpo no qual atuam forças externas (como a gravidade, o vento, etc.) e internas (gases, por exemplo). Além disso, desde criança, começamos a perceber que nós também somos fontes de força, e, assim, aprendemos a mover nosso próprio corpo e a manipular objetos, tal como levantar um copo até a boca ou chutar uma bola. Mais tarde, aprendemos que há outras maneiras de exercer força, por exemplo, força à distância, psicológica, moral.

O esquema imagético a seguir (Figura 1) representa um padrão específico de força que é a COMPULSÃO. Ele consiste de uma força, uma entidade na qual a força atua e uma trajetória que a entidade seguirá. Este esquema poderia representar, por exemplo, nosso corpo movido por uma força física externa como o vento, ou uma força moral ou psicológica, como quando pais autoritários forcem os filhos a fazerem o que não querem.



Figura 1. Esquema imagético de COMPULSÃO (JOHNSON, 1987, p. 45)

O sentido de força para nós vem, portanto, da experiência corporal e de estruturas preconceptuais que emergem de nossa sensibilidade (percepção, orientação, interação com objetos, eventos, pessoas, etc.). É claro, porém, que essas experiências corpóreas não se dão apenas no âmbito privado da pessoa que as experimenta. Nossa comunidade linguística nos ajuda a interpretar e codificar muitos padrões de nossa experiência, que são compartilhados pelos membros de nossa cultura.

O conceito de força envolve outros conceitos como: origem da força (prototipicamente um Agente), intensidade, causalidade, trajetória, que podemos caracterizar como um vetor de força; exemplo: conforme a bola de futebol voa no ar, ela faz (desenha) um caminho, uma trajetória.

A TRAJETÓRIA é um outro exemplo e tem seu próprio esquema imagético. Johnson (1987) nota que nossas vidas estão plenas de caminhos que conectam nosso mundo espacial: da cama para o banheiro, de casa para o trabalho, do fogão para a mesa da cozinha, de São Paulo para Santos, da terra para a lua. Alguns desses caminhos envolvem mesmo uma superfície física que se atravessa (por exemplo, o caminho de casa para o trabalho). Outros envolvem apenas um caminho projetado (por exemplo, a trajetória de uma bala de revólver disparada para o céu).

Em qualquer um desses casos, existe um padrão (Figura 2), um esquema imagético com uma estrutura interna definida que consiste das seguintes partes: origem, destino e sequência de localizações/posições.



Figura 2. Esquema imagético de TRAJETÓRIA (JOHNSON, 1987, p. 28)

Um terceiro exemplo é o esquema imagético para a orientação espacial FRENTE/TRÁS (Figura 3). Esta orientação está diretamente relacionada ao nosso corpo. O que está a nossa frente é o que está no nosso campo de visão; o que está atrás de nós é o que não podemos ver.

A Figura 4 serve para ilustrar como projetamos essa orientação em coisas que não tem frente/trás intrínseca. Nesta ilustração, onde está a ponte, na frente ou atrás da montanha? Um falante da nossa cultura irá dizer: *a ponte está na frente da montanha*. A *montanha* não tem frente intrínseca. Nós usamos nós próprios como referência. A frente da montanha é o lado que nós estamos, o lado que podemos ver; atrás da montanha o lado que não podemos ver. Então, a montanha sempre está de frente para nós. Esta é a orientação predominante no Ocidente. Mas há outras culturas e línguas (por exemplo, língua Hausa do Norte da Nigéria e outras línguas africanas), em que os falantes diriam: *a ponte está atrás da montanha*. Isto porque a montanha é concebida como virada para a mesma direção em que o falante está. Logo, se o falante está olhando para o lado de lá, virado de costas, a montanha também está virada para lá (está de costas). A orientação continua sendo o falante. A montanha assume a mesma orientação do falante (HEINE, 1997, p. 12-13).

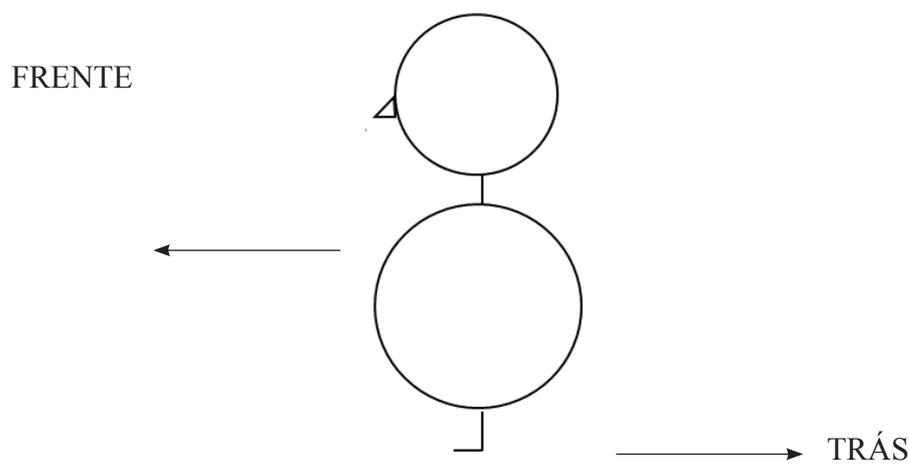


Figura 3. Esquema imagético de FRENTE/TRÁS adaptado de Heine (1997, p. 48)



Figura 4. Foto ilustrativa (www.dreamstime.com)

Um outro exemplo é o esquema imagético para CONTÊINER (ou RECIPIENTE) (Figura 5). Esta é a base experiencial para nossa orientação física de DENTRO/FORA (JOHNSON, 1987).

O esquema imagético de contêiner também emerge diretamente de nossa experiência com nosso próprio corpo. Por exemplo, nós temos perfeita noção do nosso corpo como um contêiner, onde colocamos comida, ar, água, etc. Desde o início da vida, experienciamos continente físico ao nosso redor, nas coisas que nos envolvem: entramos e saímos da sala, de roupas, das cobertas, do quarto, de veículos e de vários espaços delimitados. Além disso, manipulamos objetos como contêiners (xícaras, caixas, sacolas, latas, etc.). Muitos destes domínios são espaciais, mas a orientação espacial pode ser metaforicamente projetada em outros domínios não espaciais (*entrar na conversa*, *sair da competição*, por exemplo) (JOHNSON, 1987; LAKOFF; JOHNSON, 1980; LAKOFF, 1987). O esquema de CONTÊINER consiste de: interior, exterior e limite espacial.

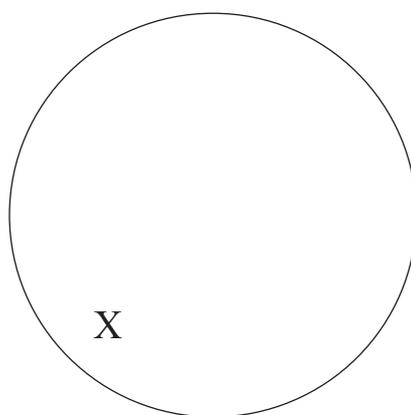


Figura 5. Esquema imagético de CONTÊINER (JOHNSON, 1987, p. 23)

Como último exemplo, vejamos o objeto de estudo do presente trabalho: as metáforas. Elas também são mapeamentos que projetamos no mundo, que estruturam nossa experiência e nos ajudam a compreendê-la. A metáfora é definida por Lakoff (2006) e Lakoff e Johnson (1980) justamente como mapeamentos conceituais entre diferentes domínios da experiência. Conceptualizamos um domínio em termos de outro. Em outras palavras, estruturamos um domínio da experiência projetando nele estruturas de um outro domínio – os quais se denominam, respectivamente, domínio alvo e domínio fonte.

Lakoff faz uma distinção entre a *metáfora* (i.e. o mapeamento conceitual) e as *expressões metafóricas* (i.e. as expressões linguísticas). Exemplo: a metáfora conceitual FUTEBOL É UMA GUERRA toma como domínio fonte a guerra, e como domínio alvo o futebol. Esta metáfora gera expressões metafóricas como as seguintes:

- (vii) Um **ataque perigosíssimo** do Paulista.
- (viii) **uma bomba** a bola **explodiu** pra cima do Gustavo Nery.
- (ix) **Desarma** o time adversário.
- (x) O **massacre** no Pacaembu. (PEREIRA, 2006, p. 128-130)

É importante ressaltar que não se trata meramente de uma questão de figura de linguagem: se falamos assim do futebol é porque realmente o conceptualizamos em termos de uma guerra. Para Lakoff (2006, p. 185) e Lakoff e Johnson (1980), as generalizações

que governam a metáfora estão não na língua, mas primordialmente no pensamento. As metáforas são capazes de mudar o modo como vemos o mundo, através da criação de novas correspondências em nossa experiência (LAKOFF; JOHNSON, 1980; JOHNSON, 1987). Assim, em uma cultura em que não é comum falar de futebol em termos de guerra, as pessoas experienciam esse jogo de forma diferente.

O mapeamento é parcial. Só parte da estrutura do domínio fonte é tipicamente projetada no domínio alvo, assim como só parte do léxico do domínio fonte vai aparecer no domínio alvo. Por exemplo, a metáfora conceptual FUTEBOL É UMA GUERRA gera expressões como “artilharia”, “massacre”, “vítima”, “terror”, “ataque”, “bombardeio”, mas não “refugiados”, “espólio”. Contudo, uma vez que essa metáfora é comum em nossa cultura, integrando nosso sistema conceptual, somos capazes de entender instantaneamente expressões metafóricas novas (LAKOFF, 2006).

As correlações estabelecidas entre domínio fonte e domínio alvo provêm de nossa experiência, e não necessariamente de semelhanças objetivas. As metáforas não simplesmente projetam propriedades de um objeto ou evento em outro objeto ou evento que compartilham essas propriedades. Na verdade, elas criam semelhanças (LAKOFF; JOHNSON, 1980; JOHNSON, 1987).

Embora a metáfora possa ser representada por uma proposição (FUTEBOL É UMA GUERRA), ela não é uma proposição, mas sim um mapeamento conceptual. Além das metáforas vistas até aqui, que projetam conceitos do domínio fonte em conceitos do domínio alvo, existem também *metáforas imagéticas*, que mapeiam uma imagem mental em outra imagem (LAKOFF, 2006). Um equivalente em português dos exemplos citados por Lakoff (2006) seria “cintura de pilão”¹: a imagem de um pilão é mapeada na imagem da cintura de uma mulher, em virtude da forma semelhante e remetendo ao fato de que a cintura é fina. A metáfora imagética também se dá por um mapeamento da estrutura de um domínio na estrutura de outro; é também conceptual, estando antes na imagem mental do que nas palavras.

As metáforas imagéticas, assim como as metáforas convencionais, são estruturadas por esquemas imagéticos do domínio fonte e preservam a estrutura destes coerentemente em relação ao domínio alvo, mapeando partes em partes, todos em todos, contêiners em contêiners, interiores em interiores, trajetórias em trajetórias, etc. (cf. Princípio da invariabilidade (LAKOFF, 2006)).

Lakoff (1987, 2006) e Johnson (1987) defendem que as metáforas não são arbitrárias, mas sim fundamentadas em nossa experiência e nossa interação com o ambiente físico e cultural. Vejamos um exemplo citado por Lakoff (1987, 2006) para ilustrar a base experiencial da metáfora. A metáfora (conceito metafórico) MAIS É PARA CIMA, MENOS É PARA BAIXO (*MORE IS UP, LESS IS DOWN*) dá origem às seguintes expressões metafóricas:

¹ Lakoff (2006) opõe *metáforas conceptuais convencionais* x *metáforas imagéticas*, interpretando este último tipo como metáforas novas na língua, ou poéticas. No nosso trabalho, porém, as ocorrências indicam que também as metáforas imagéticas podem ser convencionais, não necessariamente novas. Os exemplos de metáforas imagéticas citados pelo autor são: “*women-rivers*” e “*My wife whose waist is an hourglass*” (2006, p. 215), que podem ser traduzidos, respectivamente, como “mulheres-rio” e “minha esposa cuja cintura é uma ampulheta”.

- (xi) Nossas vendas **caíram** no ano passado.
- (xii) A taxa de criminalidade continua **subindo**. (LAKOFF, 1987, p. 276)

Esta metáfora toma como domínio fonte a VERTICALIDADE, e como domínio alvo a QUANTIDADE. Esta relação estrutural entre estes dois domínios está correlacionada a nossa experiência: por exemplo, quando adicionamos mais água em um copo, o nível da água sobe; quando retiramos livros de uma pilha, a pilha desce.

Fazemos essas projeções metafóricas inconscientemente, automaticamente, sem esforço nenhum. Por isso, grande parte das expressões passa despercebida. Johnson (1987) nota que foi somente há algumas décadas que a metáfora ganhou proeminência através dos cientistas cognitivistas, que reconheceram seu papel fundamental na construção da realidade: as metáforas estruturam nossa experiência e nossa conceptualização do mundo (LAKOFF, 2006; LAKOFF; JOHNSON, 1980; JOHNSON, 1987).

Todas as metáforas que descrevermos a seguir ocorrem com frequência, são convencionais na cultura brasileira, integrando nosso sistema conceptual. Elas ilustram a maneira usual de falar e pensar o futebol em nossa cultura. As expressões e os respectivos conceitos metafóricos são compartilhados por uma grande comunidade linguística nos termos de Labov (1991), composta por falantes do português, procedentes de diversas regiões do Brasil, diferentes classes sociais e graus de escolaridade, que têm em comum o fato de serem amantes do futebol brasileiro. A autoria de grande parte dessas expressões geralmente não é conhecida, mas a mídia contribui decisivamente para sua propagação em todo o território brasileiro, através das transmissões de jogos e vários programas esportivos exibidos na televisão.

Análise dos dados

Procuramos analisar as expressões metafóricas partindo da hipótese de que tomam como base nossa experiência física com nosso próprio corpo, nossa percepção, nossos movimentos, nossa manipulação de objetos e nossa interação com o ambiente. As ocorrências foram divididas em cinco grupos, conforme sua base experiencial: um objeto, uma pessoa, uma ação/processo, uma imagem, uma orientação espacial.²

Grupo 1: Metáforas relacionadas a nossa interação com objetos

Muitas metáforas têm como base experiencial objetos que nos são familiares e a maneira como nosso corpo interage com eles.

- (1) é mais difícil ganhá do Fluminense **no tapetão**, ou ganhá do Fluminense no campo? (Vídeo “Os donos da bola” – BandNews, 27/12/2013)³

No exemplo (1), a expressão “no tapetão” se refere ao modo como se decide o resultado de uma partida ou campeonato: “no tapetão” é no tribunal (i.e. apelar para o

² Agradeço a Rui Evangelista pela sua colaboração para esclarecer o sentido das expressões metafóricas.

³ Identificaremos a fonte de cada ocorrência entre parênteses, informando o jogo ou programa esportivo, o canal de TV e a data.

Superior Tribunal de Justiça Desportiva, STJD), e não no gramado do campo de futebol. Esta expressão metafórica provavelmente tem como base experiencial o tapete que cobre o chão do STJD.⁴

- (2) Que **tijolada** que mandô o Alexandre (São Paulo x Penapolense – TV Globo, 26/03/2014)

A “tijolada” do exemplo (2) constitui um lance em que o passe é mal feito e muito forte, imitando o lançamento de um tijolo. É a força excessiva que faz com que a bola fique mais pesada, lembrando um tijolo. Como notado anteriormente, essas correlações estabelecidas entre domínio fonte e domínio alvo provêm de nossa experiência, e não necessariamente de semelhanças objetivas. É claro que uma bolada é diferente de uma tijolada, mas nós os associamos em nossa experiência.

- (3) Na hora de dá a **chicotada** na bola ele pegô mal (Atlético MG x Nacional Paraguai – Sport TV, 19/03/2014)

A expressão metafórica “chicotada” também se refere ao modo de chutar a bola. Ela vem alta e o atacante tem de ser rápido e bater forte, imitando o movimento do chicote.

- (4) Então, entra o Messi **gasta a bola**... depois entra o Neymar pra **gastá o resto da bola** (Inter de Limeira x Corinthians – ESPN Brasil, 12/01/2014)

Nas nossas atividades diárias, lidamos com inúmeros objetos que são esgotáveis (sabonete, água, dinheiro, por exemplo). A quantidade desses objetos vai diminuindo conforme nós os usamos. Daí entende-se que USAR DEMASIADAMENTE UM OBJETO É GASTÁ-LO e é esta metáfora que gera a expressão metafórica “gastar a bola”, i.e. jogar muito, participar ativamente do jogo.

- (5) Achô **o gol** no final do primeiro tempo. (Penapolense x Santos – Sport TV, 16/02/2014)

Em (5) “achar o gol” imita a experiência de encontrar casualmente um objeto, que não se estava procurando. É um acontecimento acidental, um processo não voluntário. No futebol, esta expressão é utilizada quando um time joga inteiro na defesa, entra em campo para se defender e não para atacar, esperando assim que não tome gol e que em algum lance ele consiga eventualmente fazer um gol (i.e. achar um gol).

- (6) Não sei se ele quis tocá pro Jô, ou deu um **balãozinho**, deu um **chapeuzinho** (Atlético MG x Nacional Paraguai – Sport TV, 19/03/2014)

“Dar um chapéu”, “dar um balãozinho” fazem referência à ação de driblar o adversário. Os objetos remetem à forma com que se faz esse drible, especificamente à trajetória, ao percurso da bola no ar: a bola passa por sobre a cabeça do adversário, encobrindo-o. O chapéu é um objeto que colocamos sobre a cabeça, um balão no céu sobrevoa nossas cabeças. A localização “por cima da cabeça” é, portanto, o que faz com que relacionemos estes objetos à ação de driblar passando a bola por sobre o adversário.

- (7) Cristiano Ronaldo **encaixotado** no meio de quatro (Real Madrid x Valência – ESPN Brasil, 04/05/2014)

⁴ Algumas dessas expressões têm uma forma especial no futebol, sendo comumente utilizadas com sufixos de diminutivo ou aumentativo (*morrinho, balãozinho, tijolada, tapetão*, etc.).

A marcação dos quatro zagueiros que cercaram o atacante imita a experiência de prendê-lo numa caixa. É claro que normalmente não ficamos presos dentro de uma caixa, mas é comum encaixotarmos muitos objetos no nosso cotidiano e esta é a base experiencial desta expressão metafórica.

A não marcação dos zagueiros, por outro lado, é conceptualizada como liberdade de movimento, como em (8).

- (8) O Valdívia tá muito bem... tá **solto** (Flamengo x Palmeiras – TV Globo, 04/05/2014)

Grupo 2: Personificação de objetos do campo

Além de remeter a objetos que nos são familiares no nosso cotidiano, é muito comum que as metáforas personifiquem objetos. Neste caso, porém, são objetos presentes no campo de futebol que são metaforicamente tratados como pessoas.

O GOL É UMA PESSOA: neste caso se projeta o corpo de uma pessoa no espaço do gol com sua trave. É muito comum que esse mapeamento se restrinja ao rosto. Enquanto as expressões em (9-10) são muito frequentes, a que consta em (11) pode ser considerada uma metáfora nova. Apesar disso, podemos compreendê-la perfeitamente e instantaneamente a partir deste conceito metafórico já existente em nossa língua e cultura, o que condiz com a explicação de Lakoff (2006).

- (9) Vem todo time do Corinthians pra **boca** do gol (Corinthians x Paraná – ESPN Brasil, 19/01/2014)
- (10) Na **cara do gol**, dominou duas vezes, bateu pro gol (Joinville x Figueirense – Globo News, 06/04/2014)
- (11) na **bochecha** da rede (Argentina x Nigéria – Sport TV, 25/06/2014)

A BOLA É UMA PESSOA: a bola é conceptualizada como um ser [+animado]: é possível “apostar corrida com ela”; muitas vezes ela é portadora do traço [+humano], na medida em que um jogador pode “apanhar” dela (i.e. não conseguir dominá-la).

- (12) **Apostô corrida com a bola** (Real Madrid x Valência – ESPN Brasil, 04/05/2014)
- (13) Mas aí ele **apanhou** da bola (Inglaterra x Itália – Sport TV, 14/06/2014)
A bola está viva, tem vontade própria, vai para onde quer; exemplos:
- (14) Foi um jogo muito disputado, o campo apertado, a bola **muito viva** (Chapecoense x Corinthians – Sport TV, 04/05/2014)
- (15) A bola fica **viva** (Cruzeiro x San Lorenzo – Sport TV, 14/05/2014)
- (16) Chega Ralph... a bola ainda **desviou** (Chapecoense x Corinthians – Sport TV, 04/05/2014)
A bola procura o craque, mas dos outros está sempre tentando fugir. É traiçoeira e tem que ser dominada ou morta para voltar a ser um objeto [-animado].
- (17) **a bola procura, a bola que o Messi, ela se oferece pra ele** (Argentina x Nigéria – Sport TV, 25/06/2014)
- (18) Essa mão foi providencial pra não deixá a bola **fugir** (Ituano x Palmeiras – Sport TV, 30/03/2014)
- (19) **Traído** pela bola (São Paulo x Penapolense – TV Globo, 26/03/2014)

- (20) Na entrada da área tentô **dominá** (Brasil x Sérvia – Sport TV, 06/06/2014)
- (21) **Matô** bonito. Ele deu uma **matada** na bola espetacular de quem sabe jogá (Ituano x Palmeiras – Sport TV, 30/03/2014)

O MORRO É UM JOGADOR: se um jogador chutar uma bola que resulta em gol e ela bater em qualquer saliência no campo de futebol, mudando sua trajetória, todos os comentaristas serão unânimes em afirmar que foi o morrinho que fez o gol. O morro é conceptualizado como um jogador. Ele pode efetivamente participar do jogo e interferir no seu resultado. O exemplo (23) combina a metáfora O MORRO É UM JOGADOR com a metáfora FUTEBOL É UMA GUERRA, que gera expressões como artilheiro (atacante que faz muitos gols).

- (22) eu acho que o **morrinho** ajudô ali (Brasil x Sérvia – Sport TV, 06/06/2014)
- (23) Pra deixar os gramados da copa lisinhos, sem chance de encontrar um **morrinho artilheiro** pela frente (Globo Esporte – TV Globo, 15/03/2014)

Grupo 3: Ações e processos relacionados ao corpo

Outro grupo de expressões metafóricas encontradas no *corpus* envolve o uso de um verbo de ação ou de processo diretamente relacionado ao nosso corpo físico (movimento do corpo, sensações, processos fisiológicos, etc.). Assim, temos:

- a) Verbos de ação diretamente relacionados ao movimento do corpo, que aparecem nas seguintes metáforas e respectivas expressões metafóricas.

TOCAR NA BOLA LEVEMENTE É DAR-LHE UM TAPA

- (24) **Tapinha** de primeira (Chapecoense x Corinthians – Sport TV, 04/05/2014)

PRESSIONAR É SUFOCAR

- (25) O Corinthians tenta **sufocá** o Figueirense (Corinthians x Figueirense – TV Globo, 19/05/2014)

INCENTIVAR É EMPURRAR

- (26) O torcedor vai gritando, vai **empurrando** a seleção brasileira (Brasil X Croácia – Sport TV, 12/06/2014)

- b) Verbos de processo usados para ações: crescer e babar são processos sofridos pelo corpo, mas aqui tais processos são metaforicamente conceptualizados como ações.

PRESSIONAR É CRESCER

- (27) **Cresceu** pra cima dele o Davi Luis (Brasil x Croácia – Sport TV, 12/06/2014)

CHEGAR COM FORÇA É BABAR

- (28) Romarinho chegô **babando** de trás (Chapecoense x Corinthians – Sport TV, 04/05/2014)

- c) Verbos de processo usados para processos de outra natureza: outros processos sofridos pelo corpo também são metaforizados.

PERDER É TROPEÇAR

- (29) rodada de **tropeços** (Real Madrid x Valência – ESPN Brasil, 04/05/2014)

DISTRAIR-SE É COCHILAR

- (30) Deu uma **cochilada** ali a marcação com o Franchi (Chile x Austrália – Globo, 13/06/2014)

- d) Sensações: o domínio das sensações também é usado como fonte para as metáforas.

VONTADE DE JOGAR É FOME

- (31) Lá vem o Real, cheio de **apetite** (Real Madrid x Valência –ESPN Brasil, 04/05/2014)
- (32) temos um grupo com muita **fome de bola** (referindo-se ao time do Chile – Jornal da Band, 25/06/2014)

O DESÂNIMO É UM BANHO FRIO

- (33) **um balde de água fria** na torcida do Real Madrid (Real Madrid x Valência – ESPN Brasil, 04/05/2014)
- (34) É claro, é uma **ducha**, mas põe **ducha** nisso, uma **catarata de água fria** no Atlético de Madrid (Atlético de Madrid x Real Madrid – TV Globo, 24/05/2014)

A ANIMAÇÃO É QUENTE

- (35) Chamá a torcida pra **incendiá** o minerão (Cruzeiro x San Lorenzo –Sport TV, 14/05/2014)

O MOVIMENTO, A DISPUTA É QUENTE

- (36) Ajeitô no calcanhar, meio na **fogueira** (Brasil X Croácia – Sport TV, 12/06/2014)
- (37) O Atlético vem pro **abafa**, vem pra pressão total nesse final (Libertadores – Atlético MG x Nacional Paraguai –Sport TV, 19/03/2014)

A AUSÊNCIA DE MOVIMENTO, DE DISPUTA É FRIA

A implicação desta metáfora é a seguinte: quando um jogo deixa de ser movimentado, ele esfria; exemplos:

- (38) Deu uma **amornada** no jogo (Gana x EUA – Sport TV, 16/06/2014)
- (39) É claro que agora já faz parte do show **dá uma esfriada** no jogo (Holanda x Costa Rica – TV Globo, 05/07/2014)

Grupo 4: Metáforas imagéticas

Estas constituem metáforas imagéticas em que uma imagem é projetada em outra, não necessariamente porque objetivamente se assemelham, mas sim porque nós as experienciamos como semelhantes.

Assim, quando um jogador projeta seu corpo chutando a bola com as duas pernas no ar, levantando uma e depois a outra (é esta última que chuta a bola), nós associamos este movimento com o movimento que executamos ao pedalar uma bicicleta, embora eles não sejam exatamente iguais. A bicicleta envolve uma metonímia: o objeto (bicicleta) pela ação (projetar as pernas no ar imitando uma pedalada).

- (40) Olha o Damião, que beleza! Podemos chamar isso de **bicicleta**? (Santos x Ituano – Sport TV, 13/04/2014)

O mesmo se dá no exemplo a seguir. O mergulho no campo para disputar uma bola não é exatamente igual ao mergulho na água, mas relacionamos essas ações em nossa experiência pela semelhança no movimento do corpo.

- (41) **Mergulhô** o Cícero (Santos x Ituano – Sport TV, 13/04/2014)

A expressão ilustrada a seguir é usada literalmente quando jogadores adversários, atacante e zagueiro, por exemplo, disputam uma bola aérea e se chocam, batendo as cabeças. Quando, porém, dois jogadores do mesmo time se atrapalham mutuamente dispu-

tando a bola entre si, não necessariamente batem as cabeças, mas a imagem de tal jogada é muito parecida com a evocada pela expressão literal, gerando a expressão metafórica “bater a cabeça”.

- (42) Os jogadores do São Paulo **bateram cabeça** (São Paulo x Atlético Mineiro – ESPN Brasil, 18/01/2014)

Grupo 5: Metáforas de orientação espacial

Analisamos três tipos de orientação espacial: FRENTE/TRÁS, DENTRO/FORA e TRAJETÓRIA.

Começamos pela orientação espacial FRENTE/TRÁS. O campo de futebol não tem frente intrínseca. A orientação FRENTE/TRÁS toma como ponto de referência sempre um dos times. Esta orientação se inverte conforme o time que se toma como referência. É uma orientação projetada no campo a partir do corpo do jogador.

O CAMPO DE ATAQUE É A FRENTE DO CAMPO

O CAMPO DE DEFESA É A PARTE DE TRÁS DO CAMPO

- (43) Crasso já jogou lá pra **frente** (Corinthians x Figueirense – TV Globo, 19/05/2014)
(44) Jean veio de **trás** (Fluminense x Internacional – Sport TV, 01/06/2014)

Passemos à orientação espacial DENTRO/FORA, que toma como base o esquema imagético de contêiner.

O campo de futebol tem limites definidos, delimitados por linhas brancas pintadas no gramado. Mas diferentemente de um recipiente prototípico, ele não é completamente fechado, já que não há muros e nem cobertura (teto). Ainda assim, ele é claramente conceptualizado como contêiner, seja em sua totalidade (como em 45-46), sejam áreas específicas do gramado (como nos exemplos subsequentes).

O CAMPO DE FUTEBOL É UM CONTÊINER

- (45) Cristiano Ronaldo abriu espaço, bateu pra **fora** (Real Madrid x Valência – ESPN Brasil, 04/05/2014)
(46) A bola vai **sair** do outro lado, tiro de meta pra seleção brasileira (Brasil x Sérvia – Sport TV, 06/06/2014)

Quando o verbo *sair* tem como sujeito não a bola, mas os jogadores, daí então a ação de atacar é entendida como sair (ATACAR É SAIR), porque o time se dirige em peso para o campo de ataque. É o seu campo de defesa, portanto, que é conceptualizado como contêiner.

O CAMPO DE DEFESA É UM CONTÊINER

- (47) Palmeiras **sai** pro jogo (...) vai embora (Flamengo x Palmeiras – TV Globo, 04/05/2014)

Podem ainda ser conceptualizados como contêiner: o espaço próximo ao gol, que fica no centro do campo de ataque; a grande e pequena área defronte ao gol; o espaço do gol com sua trave; o jogo (a partida); como ilustrado nos exemplos a seguir.

O ESPAÇO PRÓXIMO AO GOL É UM CONTÊINER

(48) Ele prefere levá por **dentro** (Chapecoense x Corinthians – Sport TV, 04/05/2014)

A GRANDE E PEQUENA ÁREA SÃO UM CONTÊINER

(49) ajeitô no pé direito, mandô de **fora** da área (Real Madrid x Valência – ESPN Brasil, 04/05/2014)

(50) bola longa pro Jô **dentro** da grande área (Brasil X Sérvia – Sport TV, 06/06/2014)

(51) Keitá limpa a **entrada** da área do Valência (Real Madrid x Valência – ESPN Brasil, 04/05/2014)

O ESPAÇO DO GOL É UM CONTÊINER

(52) Cristiano Ronaldo **guarda** (EUA x Portugal–Fox Sports, 22/06/2014)

(53) O goleiro geralmente fica atrás, dessa vez o goleiro tinha **saído** (Cruzeiro x San Lorenzo – Sport TV, 14/05/2014)

O JOGO É UM CONTÊINER

(54) O Corinthians tenta **entrá** de novo no jogo (Corinthians x Figueirense–TV Globo, 19/05/2014)

Além disso, o time inteiro pode ser conceptualizado como contêiner. A base experiencial desta metáfora é clara e tem a ver com nossa interação com os objetos: quando um recipiente está completamente fechado, nada pode entrar nele. Quando um time se fecha, fica mais difícil para o adversário atacar, entrar no seu campo.

O TIME É UM CONTÊINER

(55) **Se fecha** inteiro ali o time da Sérvia (Brasil X Sérvia–Sport TV, 06/06/2014)

A última orientação espacial que analisamos, que se faz também por meio de projeção metafórica, é a TRAJETÓRIA, tanto da bola quanto dos jogadores e do time como um todo.

A trajetória da bola pode ser conceptualizada como desenhando uma forma própria no ar (A TRAJETÓRIA DA BOLA É UMA FORMA). Através de uma metonímia, toma-se a bola por sua trajetória. Estas expressões metafóricas são usadas para descrever o vetor de força da bola.

(56) Outra vez **bola longa**, conseguiu dominá Daniel Alves (Brasil x Croácia – Sport TV, 12/06/2014)

(57) Tentô a **cobertura** (Internacional x Atlético – Sport TV, 10/05/2014)

É muito comum que, para descrever a trajetória da bola, o falante utilize o esquema imagético de contêiner.

(58) Boa **abertura** na direita, Guilherme (Corinthians x Figueirense – TV Globo, 19/05/2014)

O exemplo (58) ilustra a seguinte trajetória:



Figura 6.Trajetória do exemplo (58)

Quando a bola não tem uma trajetória definida pelo jogador, há possibilidades alternativas de conceptualização. A primeira delas envolve a metáfora A BOLA É UM LÍQUIDO. Em (59), a bola “espirra” para qualquer lado, lembrando o espalhar de um líquido. A bola é, portanto, conceptualizada como um líquido. O espirrar remete à falta de direção da bola. Esta expressão é utilizada quando alguém chuta a bola, ela bate em alguém e sobra para um jogador.

- (59) Essa bola sobrô pro Ronaldinho/ Ela ficô de graça, a bola **espirrô** (Corinthians x Palmeiras – TV Globo, 16/02/2014)

Outra conceptualização envolve a metáfora FUTEBOL É UM JOGO DE AZAR.⁵ Assim, lançar a bola sem direção é “rifar a bola”, “dar um passe lotérico”.

- (60) Se apavora, **rifa** a bola (Fluminense x Boa Vista – Sport TV, 15/02/2014)

- (61) Passe **lotérico**, aquele que o cidadão joga e torce pro cidadão chegá (Bahia x Fluminense – Sport TV, 24/05/2014)

Assim como a trajetória da bola, o caminho dos jogadores em campo também é conceptualizado como um desenho, uma forma.

- (62) Vou explicar pra vocês como é que funciona a marcação com **linha de quatro** (Brasil x Sérvia– Sport TV, 06/06/2014)

O último exemplo de expressão metafórica, que envolve a noção de trajetória, não tem a ver com orientação espacial propriamente. Trata-se de conceptualizar a própria competição como se fosse um caminho a ser percorrido. Assim temos as metáforas: O CAMPEONATO É UM PERCURSO e A PARTIDA FINAL É O DESTINO; exemplo:

- (63) **Chegô** merecidamente **ao final da Liga dos Campeões** (Real Madrid x Valência – ESPN Brasil, 04/05/2014)

Considerações finais

Neste trabalho procuramos analisar as expressões metafóricas identificando sua base experiencial. Comprovando nossa hipótese inicial, muitas metáforas são “corpóreas”, tendo como domínio fonte nosso corpo e nossa interação com o mundo físico. Como nota Johnson (1987), se os sentidos são construídos a partir da maneira como interagimos com nosso ambiente, é natural que nosso ser inteiro esteja envolvido nesse processo. A maneira como experienciamos e compreendemos o mundo envolve as capacidades cognitivas e habilidades do nosso corpo, nossos valores e atitudes, nossa tradição

⁵ Note-se que esta é uma conceptualização prototípica do jogo de futebol, mas não única; podemos conceptualizar o futebol de diferentes maneiras e por vezes opostas; como algo educativo e positivo, por exemplo, através de uma metáfora comum em nossa cultura: ESPORTE É EDUCAÇÃO.

cultural, nosso pertencimento a uma comunidade linguística e a um momento histórico, etc.

A língua também corporifica nossa cultura e, por isso, temos uma maneira própria de conceptualizar o futebol, que é talvez diferente da de todos os outros povos e culturas que apreciam esse esporte.

- (64) O Palmeiras se classificô na **Bacia das Arma** (Inter de Limeira x Corinthians – ESPN Brasil, 12/01/2014)
- (65) Agora virô um **bumba meu boi** pra tudo que é lado (Mogi Mirim x Corinthians – Sport TV, 09/02/2014)
- (66) Vai **ganhá o leitão** (Coréia x Argélia–Fox Sports, 22/06/2014)
- (67) **Abriu a porteira, a boiada vai passá** (Coréia x Argélia – Fox Sports, 22/06/2014)
- (68) Oswaldo **deu o bote** (São Paulo x CRB – Sport TV, 07/05/2014)

REFERÊNCIAS

HEINE, B. *Cognitive foundations of grammar*. New York: Oxford University Press, 1997. 185p.

JOHNSON, M. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1987.233p.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. 11. ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991. 344p.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.614p.

_____. Conceptual metaphor. In: GEERAERTS, D. (Ed.). *Cognitive Linguistics: basic readings*. Berlim; New York: Mounton de Gruyter, 2006. p. 185-238.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1980.242p.

PEREIRA, D. C. As metáforas do futebol brasileiro. *Filologia e Lingüística Portuguesa*, São Paulo, v. 8, p. 113-143, 2006.

SCHWARZ, A.; GÜNTÜRKÜN, O. Mirror-induced behavior in the Magpie (Picapica): evidence of self-recognition. *Plos Biology*, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.plosbiology.org/article/info:doi/10.1371/journal.pbio.0060202>>. Acesso em: 4 jul. 2014.

TALMY, L. Cognitive Semantics: an overview. In: MAIENBORN, C. et al. (Org.). *Semantics: an international handbook of natural language meaning*. Berlim; Boston: Walter de Gruyter, 2011. Disponível em: <<http://linguistics.buffalo.edu/people/faculty/talmy/talmyweb/Recent/overview.html>>. Acesso em: 4 jul. 2014.

Tópico em posição pós-verbal no português brasileiro

(Topic in postverbal position in Brazilian Portuguese)

Fernanda Rosa da Silva¹

¹Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – Universidade de São Paulo (USP)

fernandarosa@usp.br

Abstract: This paper investigates the semantics and pragmatics inferences in Brazilian Portuguese (BP) contexts which contains constituents with the informational function of topic postponed to the verb of the sentence. More precisely, this approach aims to answer the following questions: (i) Is it possible a post verbal topic structure in BP? (ii) Which discourse strategies occur in these answers? (iii) Why does the speaker choose a structure with the subject in the post-verbal position?

Keywords: Topic; Right Dislocation; Discourse Strategies; Information Structure.

Resumo: Este artigo procura investigar as inferências semânticas e pragmáticas de contextos do português brasileiro (PB) que contenham constituintes com função informacional de tópico em posição posterior ao verbo da sentença. Mais precisamente, esta pesquisa procura responder às seguintes questões: (i) Em PB é possível uma estrutura de tópico pós-verbal? (ii) Quais as estratégias do discurso ocorrem nesse tipo de resposta? (iii) Por que o falante opta por utilizar uma estrutura com o sujeito na posição pós-verbal?

Palavras-chave: Tópico; Deslocamento à Direita; Estratégias do Discurso; Estrutura Informacional.

Introdução

Em português brasileiro (PB), diferentemente de outras línguas como, por exemplo, o português europeu (PE), parece ser possível uma sentença em que o NP (*nominal phrase*) sujeito com função informacional de tópico esteja na posição pós-verbal da sentença. Observe os contextos a seguir:

- (1) A: Onde estão os livros?
B: Estão na mesa, *os livros*.
- (2) A: O que aconteceu com o vaso?
B: Quebrou, *o vaso*.

Nos contextos acima, o falante poderia optar por responder a pergunta com uma sentença respeitando a ordem linear. Para (1), a resposta seria “(Os livros) estão na mesa”. E para (2), o falante poderia responder simplesmente “(O vaso) quebrou”. No entanto, em português brasileiro parecem ser possíveis tanto respostas com a ordem de palavras canônica, SVO, quanto as dadas nos contextos em que o sujeito ocorre na posição pós-verbal. Neste caso, o constituinte possui a função de tópico, informação já dada pela pergunta. Constituintes com essa função geralmente assumem uma posição da periferia esquerda da sentença. Entretanto, nesses casos, o constituinte que representa a informação já presente no contexto ocupa a posição pós-verbal, que em português europeu, por exemplo, é reservada a constituintes com função de foco, informação nova.

Diante desses dados, procurarei responder às seguintes perguntas: (i) Em PB é possível uma estrutura de tópico pós-verbal? (ii) Quais as estratégias do discurso estão em jogo nesse tipo de resposta? (iii) Por que o falante opta por utilizar uma estrutura com o sujeito na posição pós-verbal?

A hipótese é que em português brasileiro esse tipo de estrutura é permitida graças à articulação da estrutura informacional, em que elementos semântico-pragmáticos licenciam estruturas sintáticas como essa (ERTESCHIK-SHIR, 2007; ROBERTS, 1996; BÜRING, 1999, 2003).

O artigo busca, então, uma explicação para tal fenômeno, baseando-se em trabalhos na interface semântica e pragmática como Carlson (1983) e Roberts (1996).

Para a análise dessa proposta, serão levantadas algumas sentenças de tópico pós-verbal e verificadas em quais contextos são apropriadas. Será apresentada uma proposta semântico-pragmática geral para explicar esse fenômeno.

O artigo está organizado da seguinte forma: na primeira seção serão apresentados os dados do português europeu (COSTA, 2000) e as possibilidades de ordem de palavra nessa língua, comparando os dados com o PB. Na seção seguinte, serão apresentadas algumas considerações e conclusões de pesquisas que já investigaram o sujeito pós-verbal em PB. Após, serão analisadas as sentenças que são objeto deste estudo a partir de uma perspectiva semântico-pragmática. Por fim, serão apresentadas as conclusões em relação a este estudo.

Conceitos de tópico e foco

Antes de discutir a proposta de sintagma pós-verbal dada por Costa (2000) para o português europeu, apresentarei, resumidamente, os conceitos de tópico e foco que assumo neste trabalho. Baseando-se em Chomsky (1971), considera-se que para cada sentença existe um par (F,P), F de foco e P, pressuposição, que corresponde ao tópico. Os elementos *foco* e *tópico* podem ser identificados a partir do teste questão/resposta (cf. ZUBIZARRETA (1998)). O elemento que responde à questão corresponde a uma nova informação e recebe a função de foco. O elemento introduzido pela questão tem função de tópico e traz uma pressuposição ou informação dada pelo contexto.

(3) A: Onde estão os livros?

B: *Os livros* estão NA MESA.

Em (3), o sintagma representado pelas letras maiúsculas “NA MESA” tem a função do foco na sentença B, isso porque traz ao contexto uma informação nova, requerida pela questão em A. Já a pressuposição de “os livros estarem em algum lugar”, por ter sido inserida no diálogo a partir da pergunta em B e ser uma informação já dada pelo contexto, é denominada de tópico. Esses conceitos nortearão a pesquisa daqui em diante.

Sujeito em posição pós-verbal em português europeu

Costa (2000) busca explicar as possibilidades de ordem de palavras em português europeu. Segundo o autor, apesar do PE ser mais flexível em relação às possibilidades de ordem de palavras, a escolha de uso não é livre. Seguem abaixo as possibilidades lógicas de ordem de palavras apresentadas pelo autor (COSTA, 2000, p. 94), destas apenas (4)f não é possível em PE.

- (4)
- a. SVO
 - b. VSO
 - c. VOS
 - d. OVS
 - e. OSV
 - f. *SOV
- (5)
- a. O Paulo comeu a sopa.
 - b. Comeu o Paulo a sopa.
 - c. Comeu a sopa o Paulo.
 - d. A sopa comeu o Paulo.
 - e. A sopa o Paulo comeu.
 - f. *O Paulo a sopa comeu

Para este artigo nos interessa comparar as opções de ordem de palavras com sujeito pós-verbal em PE, suas diferenças e similaridades com o português brasileiro. Destaco, então, as ordens VSO e VOS representadas em (4)b, (4)c e (5)b, (5)c.

Para Costa (2000), o sujeito em sentenças com as ordens VSO e VOS ocupa a posição sintática de Spec de VP, diferentemente de sentenças SVO, cujo sujeito ocupa a posição de Spec de IP. Entretanto, apesar de em PE todas essas estruturas serem possíveis, elas não podem ocorrer livremente; o contexto determinará se certa ordem de palavra é adequada ou não. Cada ordem reflete uma função no discurso.

Segundo o autor, a ordem SVO é adequada em contextos nos quais o sujeito ou objeto sejam conhecidos dos participantes do diálogo. Sujeitos pós-verbais, no entanto, são possíveis apenas em contextos em que o sintagma com função de sujeito represente a informação nova da sentença. Nos casos em que o sujeito preceda o objeto, este último também deve representar informação nova.

- (6)
- a. O Paulo comeu A SOPA.
 - b. Comeu o Paulo A SOPA.
 - c. Comeu A SOPA, o Paulo.
 - d. Ele comeu A SOPA, o Paulo.

- (7) Quem comeu a sopa?
- a. O PAULO comeu a sopa.
 - #b. Comeu O PAULO a sopa.
 - c. Comeu a sopa, O PAULO.
 - #d. Ele comeu a sopa, O PAULO.

No contexto acima, em (7), as respostas (7)b e (7)d não são adequadas porque o que é informação dada está em posição pós-verbal em (7)b e o foco é co-referencial com um pronome na posição de sujeito em (7)d.

Por fim, Costa (2000) ressalta que há uma diferença entre sujeitos pós-verbais, que estão em Spec de VP, e sujeitos deslocados para a direita da sentença. Sujeitos deslocados para a direita são precedidos de uma pausa, enquanto sujeitos em Spec de VP, não.

- (8) Comeu a sopa # o Paulo,
(9) Comeu a sopa o Paulo.

Sujeito deslocado para a direita da sentença permite que seu local de origem seja preenchido por um pronome co-referencial, o que não pode ocorrer em contextos com sujeito pós-verbal.

- (10) Ele comeu a sopa # o Paulo.
(11) *Ele comeu a sopa o Paulo.

Nesta seção, pudemos observar, a partir do trabalho de Costa (2000), que em PE a posição de sujeito pós-verbal é canonicamente reservada a elementos com função informacional de foco, informação nova. Mais adiante, serão comparadas as características do português europeu com o PB, com a finalidade de identificar se sujeito em posição pós-verbal em PB necessariamente possui a função de informação nova ou informação dada pelo contexto.

Sujeito em posição pós-verbal em PB

Esta seção é reservada para apresentar alguns trabalhos em PB que já discutiram a posição de sujeito pós-verbal em língua e comparar com nossa proposta de que características semântico-pragmáticas licenciam elementos com função de tópico na posição pós-verbal.

Pezatti (1993), a partir de uma análise empírica, conclui que o português falado apresenta duas estruturas de ordem de palavras. A estrutura SV(O) e a estrutura VS(O). Segundo a autora, as ocorrências da ordem SVO não são predominantes no PB, portanto não é possível afirmar que nossa língua tenha exclusivamente a ordem SV(O).

Pezatti (1993) classifica os sintagmas sujeito de acordo com a posição que ocupa na sentença. Para essa pesquisa, interessa a classificação e as restrições levantadas pela autora de sintagmas sujeito na posição pós-verbal. A autora afirma que para ocupar a posição pós-verbal o sujeito deve apresentar alguns traços lexicais, como os apresentados

a seguir: ter papel temático neutro, não possuir função semântica; ser indefinido; ser não humano; ser não animado; ser novo no contexto. Esses traços são encontrados em sentenças VS que a autora chama de intransitivas não existenciais, como o exemplo abaixo.

(12) Morreram os dois no mesmo dia.

Para Pezzati (1993), um exemplo de sentença não existencial é a dada em (12), que descreve um episódio. Segundo a autora, apenas nesses casos, é possível ocorrer a ordem VS em PB. No entanto, podemos encontrar outros tipos de sentença que apresente o sujeito em posição pós-verbal. Toda a classe de verbos de alternância causativa pode apresentar a ordem sentencial VS ou SV.

- (13) a. João quebrou o vaso.
b. O vaso quebrou.
c. Quebrou o vaso

Na sequência em (13), o DP “o vaso” alterna em relação à posição sintática: na sentença (13)a está na posição de objeto, em (13)b, na posição de sujeito pré-verbal e em (13) ocupa a posição de sujeito pós-verbal. As características semânticas, entretanto, permanecem as mesmas.

Como vimos acima, para Pezzati (1993) um sujeito intransitivo pós-verbal deve apresentar os seguintes traços lexicais: papel semântico neutro, ou seja, não tem valor semântico, é menos definido, menos humano, menos animado. Observe, porém, o contexto abaixo:

- (14) A: O que o Paulo comprou?
B: Comprou um carro, o Paulo.

Em (14), o DP na posição de sujeito pós-verbal possui papel semântico de agente. Além disso, o sujeito “o Paulo” é definido, possui traço + humano e + animado, contrariando a afirmação da autora. Há casos em que realmente um elemento com traço mais animado não pode ocupar a posição pós-verbal, entretanto não estão inseridos em um contexto que os licencia nessa posição.

- (15) a. #Caiu, o João.
b. #Machucou, o João
c. #Escondeu, o gato.

As sentenças em (15) demonstram que a posição de sujeito pós-verbal não é adequada para sintagmas com traços semânticos mais animados, o que evidencia a afirmação de Pezzati (1993) em relação aos traços [-ani] e [-hum]. Entretanto, como vimos no contexto anterior e investigaremos mais adiante, se houver um contexto que favoreça pragmaticamente essa posição, é possível haver sujeitos com traços mais humano e mais animado na posição pós-verbal. Um último traço identificado por Pezzati para sujeitos pós-verbais é o traço mais novo. Se considerarmos que o traço [+ novo] corresponde a

foco, não seria possível haver sentenças com sintagmas pós-verbais que apresentem função discursiva de tópico.

No entanto, a proposta deste artigo é que em PB é possível encontrar contextos em que o sintagma na posição de sujeito pós-verbal tenha a função informacional de tópico.

(16) A: Onde estão os livros?

B: ESTÃO NA MESA, *os livros*.

(17) A: O que aconteceu com o vaso?

B: QUEBROU, *o vaso*.

(18) A: O que o Paulo comprou?

B: Comprou UM CARRO, *o Paulo*.

Os contextos acima indicam que é possível em PB um elemento na posição pós-verbal ter a função discursiva de tópico **já que “os livros”, em (16), “o vaso”, em (17) e “o Paulo”, em (18)**, fazem parte do tópico da sentença, por terem sido inseridos pela pergunta. Entretanto, essa estrutura só é possível em casos licenciados pelo contexto, os quais veremos mais adiante.

Outra autora que investigou a ordem VS em PB é Kato (2000). Ela afirma que a ordem VS só é possível em PB em estruturas monoargumentais. Sentenças com mais de um argumento, segundo Kato, não são licenciadas para sujeito pós-verbal em PB. Alguns exemplos da autora para evidenciar essa afirmação:

(19) *Assinou o João uma carta.

(20) *Enviou o João uma carta ao presidente da associação.

Como demonstrado anteriormente, defendemos que é possível haver sentenças com sujeito pós-verbal em PB, desde que o contexto licencie. Essa proposta vale, inclusive, para sentenças com mais de um argumento (vide exemplo (18)). Entretanto, o contexto licenciará essa estrutura, como veremos na seção a seguir.

Kato (2000), ainda, afirma que ordem VS em português brasileiro é possível apenas em contextos nos quais o elemento pós-verbal tenha a função de foco, seja ele foco largo, no qual toda a sentença tenha a função de foco, ou foco estreito, em que um constituinte recebe a função de foco.

(21) A: O que aconteceu?

B: TELEFONOU UM ESTRANHO.

(22) A: Quem telefonou?

(B: Telefonou O PEDRO.

Entretanto, como já levantamos anteriormente, essa posição pós-verbal, diferentemente do português europeu, não é exclusiva para elementos que representem informação nova ou foco no contexto em PB. Há contextos que licenciam elementos com função de tópico nessa posição.

Na seção a seguir, identificaremos quais contextos são apropriados para a estrutura SVO ou SOV em PB nas quais o elemento pós-verbal faça parte do tópico da sentença.

Tópico em posição pós-verbal em PB: uma explicação semântico-pragmática **Tópico pós-verbal em inglês (CARLSON, 1983)**

Pudemos ver até aqui que em português europeu, segundo Costa (2000), sintagmas na posição pós-verbal podem ocorrer somente em contextos cujo sujeito tenha a função de foco, ou informação nova. Para o português brasileiro, Pezatti (1993) e Kato (2000) defendem que em apenas em alguns casos é possível ter a ordem VS em PB. No entanto, pudemos observar que sujeitos na posição pós-verbal podem ocorrer mesmo em casos nos quais as autoras acima citadas afirmam não ser possível. Entretanto, nossa proposta nessa seção é comprovar que tal estrutura pode ocorrer em PB.

Antes de fazer a discussão dos contextos em PB, apresentaremos explicação de Carlson (1983) para o deslocamento à direita em PB. Também será apresentada brevemente a teoria de Roberts (1996) que apresenta uma explicação formal para a estrutura discurso. Ambas servirão de base para a nossa explicação do tópico pós-verbal em PB.

Carlson (1983) defende que em inglês os sintagmas deslocados para a direita da sentença confirmam o tópico da conversação, ou seja, tais sintagmas já apresentavam no contexto a função discursiva de tópico e se mantiveram na mesma função. Sintagmas deslocados à direita da sentença em inglês, segundo o autor, não podem indicar um novo tópico no discurso.

(23) A: What about your nerves?

B: He's beginning to get on my nerves, that dog.

(24) A: What depresses you?

B: This depresses me, this room.

Os exemplos dados acima, apresentados por Carlson (1983), demonstram que em inglês apenas em contextos que o sujeito já tem a função de tópico no contexto pode ser deslocado para a direita da sentença. O autor não apresenta um contexto anterior para mostrar claramente que os elementos deslocados à direita nos exemplos acima já estavam presentes no diálogo. Entretanto, pela presença dos pronomes demonstrativos, tanto em (23) quanto em (24), podemos considerar que os elementos deslocados foram inseridos deitivamente no contexto. Dessa maneira, “that dog”, em (23), e “this room”, em (24), são conhecidos entre os participantes do diálogo. Segundo Carlson (1983), o deslocamento à direita tem a função de confirmar um tópico já existente e destacá-lo no diálogo. Mais adiante, observaremos se em PB a função de deslocamento de tópico à direita da sentença também é confirmar um tópico que já está disponível no contexto.

Estrutura da informação (ROBERTS, 1996)

Outra proposta que será importante para dar uma explicação pragmática ao fenômeno aqui estudado é a teoria de Roberts (1996). A autora explora tal tema não apenas pelo enunciado dado pelo discurso, mas sim pelo que está por trás deste: o que motivou e o que levou o falante a proferir determinada sentença. Roberts (1996) assume com Carlson (1983) que todo discurso é organizado em relação a perguntas e respostas, sejam elas implícitas ou explícitas.

Segundo Roberts (1996), o objetivo dos participantes de determinado diálogo é compartilhar informações sobre o mundo. Segundo Stalnaker (1978), esse objetivo está voltado para responder à “grande questão” (*big question*): “Como as coisas são?” (*What is the way things are?*). No entanto, em uma conversa não é possível responder completamente a tal questão. Então, os falantes se utilizam da estratégia de responder a sub-questões relacionadas a essa questão maior.

Os participantes da conversa, primeiramente, aceitam a questão mais imediata que está em discussão, que Roberts chama de *questão sob discussão (QUD)*, e tendem a buscar uma resposta para ela. Respondendo à questão sob discussão, o falante responde parcialmente à grande questão.¹

Para formalização de questões, interessa-nos os conceitos *Q-alternative set*, de Hamblin (1973), e de *respostas parciais e completas* Groenendijk e Stokhof (1984). Ambos são assumidos por Roberts como base teórica para a semântica de perguntas. Para Hamblin (1973), uma questão denota um conjunto de proposições. Observe a seguinte questão.

(25) Quem chegou?

A pergunta acima tem sua denotação semântica formada por um conjunto de proposições possíveis para respondê-la. Suponhamos que o domínio do contexto acima seja formado por três indivíduos: os alunos, os professores, os funcionários. O conjunto de alternativas da questão em (25) será o seguinte conjunto de proposições: {Os alunos chegaram, os professores chegaram, os funcionários chegaram}². A denotação formal de (25), então, é a seguinte:

(26) [[Quem chegou?]] = {Os alunos chegaram, os professores chegaram, os funcionários chegaram}

Os participantes do discurso, ao ouvirem a questão e aceitá-la, buscam, dentro das alternativas acima, uma resposta adequada para ela. Groenendijk e Stokhof (1984) definem dois tipos de respostas possíveis: completa ou parcial. Uma *resposta parcial* para determinada questão é uma proposição que contextualmente envolve avaliação de verdadeiro ou falso para pelo menos um elemento do conjunto de alternativas dessa questão. Uma *resposta completa*, por sua vez, é uma proposição que contextualmente envolve uma avaliação para cada elemento do conjunto de alternativas. Vejamos o exemplo abaixo:

¹ A questão sob discussão faz uma partição no *context set* em mundos em que cada asserção das alternativas de resposta é verdadeira. Se a asserção é aceita, o *context set* diminui.

² Neste trabalho, assumimos aleatoriamente os elementos que pertencem ao domínio.

(27) Os alunos chegaram?

Imaginemos que temos no contexto os três conjuntos de alunos: os alunos do primeiro ano, os alunos do segundo ano, os alunos do terceiro ano. Esses fazem parte do conjunto de alunos dado pela questão (27). Nesse contexto, a denotação semântica para (27) é dada a seguir:

(28) $[[\text{Os alunos chegaram?}]] = \{\text{Os alunos do primeiro ano chegaram; Os alunos do segundo ano chegaram; Os alunos do terceiro ano chegaram}\}$

Se o falante responde com uma das proposições do conjunto de alternativas dado acima, como, por exemplo, em (29), abaixo, ele dá uma resposta parcial à questão (27). Se a resposta for (30), temos uma resposta completa para tal questão.

(29) Os alunos do primeiro ano chegaram.

(30) Sim, ~~os alunos chegaram~~.³

A resposta (29), segundo a teoria de Groenendijk e Stokhof (1984), é uma resposta parcial para (27), porque avalia como verdadeira ou falsa ao menos uma das proposições de (28). No caso, a proposição “Os alunos do primeiro ano chegaram” é avaliada como verdadeira, ficando as demais sem avaliação. A sentença em (30), por sua vez, representa uma resposta completa para (27) porque avalia todas as proposições de (28) como verdadeiras.

A teoria da estrutura informação apresentada por Roberts (1996), que considera que o diálogo está organizado para responder perguntas, sejam elas completas ou parciais, juntamente com a relação sub-questão/super-questão e as estratégias de resposta utilizadas pelos falantes, subsidiarão nossa análise do fenômeno de tópico pós-verbal.⁴

Tópico pós-verbal e a estrutura da informação

Retomemos aos nossos contextos, já apresentados no início do artigo e repetidos a seguir, por conveniência. Os contextos com maior incidência de tópico em posição posterior ao verbo são aqueles que apresentam alternância causativa. Segue, abaixo, um exemplo de contexto com verbo de alternância causativa/incoativa:

(31) A: O que aconteceu com o vaso?

B: QUEBROU *o vaso*.⁵

³ A resposta está representada como a afirmação “sim”, pois em PB, raramente ao responder completamente uma questão, o falante pronuncia a sentença completa. A não ser casos que apresentem entonação peculiar, estes não serão tratados no presente trabalho.

⁴ Outro autor que apresenta uma proposta na mesma linha de Roberts para explicar o fenômeno do foco e tópico, em especial o tópico contrastivo é Büring (1999, 2003).

⁵ Os constituintes destacados em caixa alta possuem a função discursiva de foco na sentença. Os constituintes em itálico, por sua vez, fazem parte do tópico discursivo da sentença.

No diálogo acima, ao ser questionado por A sobre o que aconteceu com o vaso, o falante B faz uso da estratégia de destacar a informação requerida, o foco, deixando o elemento já disponível no discurso para o final da sentença. Dessa forma, o falante em B coloca em evidência o fato de que o vaso quebrou e confirma o tópico do diálogo, que é o vaso. A semântica da pergunta em (31)A é o conjunto de proposições disponíveis para a resposta em B.

(32) [[O que aconteceu com o vaso?]] = {*O vaso quebrou, o vaso trincou, o vaso descascou*}

O conjunto acima indica que o elemento “o vaso” permanece em todas as proposições disponíveis, o que indica que tal elemento representa o elemento dado pelo contexto. Isso o licencia a ser deslocado para a direita do verbo, deixando o elemento de foco em posição de evidência.

Observemos um contexto em que o elemento pós-verbal não tenha sido mencionado no contexto prévio:

(33) A: O que aconteceu?
B: ?QUEBROU O VASO.

A resposta em B parece não ser a mais natural. Isso indica que uma sentença na qual o sujeito deslocado para a direita da sentença faça parte do tópico é mais natural do que um contexto como o acima, que não afirma o tópico. A sentença acima, em B, apresenta foco largo, em que toda ela tem marcação de foco. Vejamos se a marcação de foco recai sobre o constituinte à direita.

(34) A: Que barulho foi esse. O que quebrou?
B: #*Quebrou* O VASO.

Mesmo que a marcação de foco recaia sobre o elemento à direita, em que a informação nova é o vaso e não mais o fato de que ele tenha quebrado, a sentença não é adequada. Diante disso, podemos considerar que sintagmas que já tenham sido mencionados no contexto são licenciados para serem deslocados para a direita da sentença.

Observamos até aqui um contexto monoargumental de alternância causativa. Vejamos, a seguir, se um contexto de verbo não argumental pode apresentar a estrutura de tópico pós-verbal.

(35) A: Onde estão os livros?
B: ESTÃO NA MESA, *os livros*.

No contexto em (35), o constituinte deslocado para a direita da sentença, “os livros” tem a função de tópico, pois já tinha sido inserido pela pergunta. Ao pronunciar o constituinte sujeito no final da sentença, o falante deseja destacar ou recuperar um tópico já existente. A semântica da pergunta acima é a seguinte:

(36) [[Onde estão os livros?]] = {*Os livros estão na mesa, os livros estão na estante, os livros estão no carro*}

Em (35), em um contexto no qual o verbo não é causativo, também é possível haver o deslocamento do sujeito tópico para a posição à direita do verbo. O que indica que não são apenas sentenças com verbos de alternância causativa que permitem a estrutura VS em PB. Se a pergunta for mais geral, entretanto, a resposta com o sujeito deslocado para a direita da sentença não é apropriada.

- (37) A: O que aconteceu?
B: #ESTÃO NA MESA, OS LIVROS.

Diferentemente de sentenças com verbos de alternância causativa, em que o deslocamento à direita em contextos de foco largo é menos natural, mas não inapropriado, no diálogo acima, a resposta VS em um contexto de foco largo não é aceitável. O mesmo ocorre em um contexto no qual o elemento deslocado à direita tenha a função discursiva de foco.

- (38) A: O que tá ali na mesa?
B: #Estão na mesa, OS LIVROS.

A resposta acima, em que o sintagma “os livros” possui a função de foco, não é adequada para responder à pergunta em A.

Outras duas características levantadas por Pezatti (1993) é que só podem assumir a posição pós-verbal sujeitos que possuam traço menos animado e menos humano. Entretanto já vimos anteriormente contextos cujo sujeito deslocado para a direita da sentença é animado e humano. Observe o diálogo a seguir.

- (39) A: O que o Paulo fez ontem?
B: CORREU, *o Paulo*.

No diálogo acima, imaginemos que o Paulo é uma pessoa bastante ativa e pratica diversos tipos de atividade física. Dentre elas, o falante B destaca a atividade de correr e reafirma o tópico da sentença o deslocando para a direita do verbo. O sintagma “o Paulo” faz parte do tópico do diálogo. Portanto está presente em todas as proposições disponíveis, como podemos observar na semântica da pergunta (39)A dada a seguir:

- (40) [[O que o Paulo fez ontem?]] = {*O Paulo correu, O Paulo malhou, o Paulo nadou*}

Ainda, em observação a contextos nos quais o sujeito pode ocorrer à direita do verbo na sentença, Kato (2000) afirma que apenas sentenças com verbos monoargumentais podem apresentar ordem VS em PB. Entretanto, também levantamos sentenças nas quais o verbo apresenta mais de um argumento como a exemplificada a seguir:

- (41) A: O que o Paulo comprou?
B: Comprou UM CARRO, *o Paulo*.

Sentenças com mais de um argumento como a apresentada em (41) também são licenciadas para terem o sujeito deslocado para a direita da sentença, desde que o elemen-

to deslocado faça parte do tópico da discussão e esteja presente em todas as proposições do conjunto dado pela semântica da pergunta. A semântica de (41)A apresenta em todas as suas proposições o indivíduo “o Paulo”.

- (42) $[[\text{O que o Paulo comprou?}]] = \{O \text{ Paulo comprou um carro, } O \text{ Paulo comprou uma casa, } O \text{ Paulo comprou uma bicicleta}\}$

Se o elemento deslocado não fizer parte do tópico ou ainda ser o foco da sentença, o deslocamento à direita é inadequado, como podemos observar nos diálogos abaixo.

- (43) A: O aconteceu?
B: #COMPROU UM CARRO, O PAULO.

- (44) A: Quem comprou um carro?
B: #Comprou um carro, O PAULO.

Os contextos acima são inadequados. Entretanto, se houver uma entoação peculiar, pode ser que a resposta em (43) seja apropriada. Porém, não será possível explorar o papel da entonação nesses tipos de contexto no presente artigo. Deixemos essa pauta para pesquisas futuras.

Até o momento, observamos apenas contextos nos quais há um diálogo e a sentença com tópico pós-verbal representa uma resposta para a pergunta explicitamente dada. Além desses casos, podemos perceber que, mesmo em contextos nos quais não haja uma pergunta explícita, é possível haver o deslocamento do sujeito à direita da sentença, desde que o sujeito seja tópico e esteja em evidência. Observe alguns contextos a seguir.

- (45) [Pessoa contando sobre um filme que assistiu, no qual havia um cientista]

A: MORRE, *o cientista*.

- (46) [Depois de experimentar o café]

A: TÁ SEM AÇÚCAR, *o café*.

Nos exemplos acima, não há uma pergunta explicitada. Entretanto o sintagma deslocado, tanto no primeiro contexto (45), quanto no segundo, em (46), o elemento à direita do verbo já estava disponível no contexto. No primeiro, a conversa estava em torno do cientista e ele já havia sido mencionado várias vezes na conversa. No segundo, por sua vez, mesmo que o elemento “o café” não tenha sido mencionado linguisticamente, ele está presente no cenário em que ocorre o discurso. Dessa maneira, podemos considerar que há uma pergunta implícita para cada um dos contextos que norteiam o discurso. Para a sentença em (45), a pergunta implícita pode ser considerada “O que acontece com o cientista no final do filme?”. Para (46), a pergunta é “Como está o café?”. Diante disso, consideramos que a semântica das perguntas que norteiam os discursos (45) e (46) são representadas, respectivamente, como segue:

- (47) $[[\text{O que acontece com o cientista no final do filme?}]] = \{O \text{ cientista morre, } O \text{ cientista salva o mundo, } O \text{ cientista se casa com a mocinha}\}$

(48) [[Como está o café?]] = {*O café* está sem açúcar, *O café* está frio, *O café* está quente}

Pudemos ver com esses dois últimos exemplos que não é necessário haver uma pergunta explícita para que uma sentença com tópico pós-verbal seja adequada. Basta que o elemento deslocado à direita seja conhecido dos participantes, seja por ter sido mencionado no discurso anterior, seja por estar presente no cenário do diálogo por elementos extralinguísticos.

O contexto em (45) parece não ser o mais natural, apesar de ser possível. Uma sentença mais natural seria aquela na qual a posição de sujeito é preenchida por um pronome resumptivo, como podemos observar a seguir.

(49) [Pessoa contando sobre um filme que assistiu, no qual havia um cientista]

A: Ele MORRE, *o cientista*.

A estrutura acima é possível e bastante presente no português brasileiro. Os contextos dados anteriormente também podem apresentar sentenças com a posição original do sujeito preenchida com um pronome, como podemos observar a seguir.

(50) A: Onde estão os livros?

B: Eles ESTÃO NA MESA, *os livros*.

(51) A: O que o Paulo fez ontem?

B: Ele CORREU, *o Paulo*.

(52) A: O que o Paulo comprou?

B: Ele comprou UM CARRO, *o Paulo*.

Entretanto, em dois casos dos que vimos no presente artigo, o preenchimento do pronome parece inadequado: sentenças com verbo de alternância causativa e contextos nos quais o elemento à direita do verbo não tenha sido mencionado explicitamente.

(53) A: O que aconteceu com o vaso?

B: #Ele QUEBROU *o vaso*.

(54) [Depois de experimentar o café]

A: #Ele TÁ SEM AÇÚCAR, *o café*.

Os motivos de alguns contextos serem mais apropriados com o preenchimento do pronome e outros serão objeto de investigação em pesquisas posteriores, já que infelizmente no presente artigo não foi possível investigar a fundo as restrições do preenchimento do pronome resumptivo na posição original do sujeito em sentenças nas quais esse tem função de tópico e é deslocado à direita da sentença. Deixemos essa investigação, bastante interessante, para pesquisas futuras.

Algumas conclusões

A partir dos contextos levantados neste artigo, pode-se afirmar que, em PB é possível haver uma sentença com estrutura V(O)S, na qual o sujeito ocupa a posição após o verbo da sentença e tem a função de tópico. Essa estrutura é licenciada a partir do contexto em que a sentença está inserida. A possibilidade de um constituinte com função de tópico ocupar uma posição posterior ao verbo difere do português europeu, já que o PE permite apenas sintagmas com função de foco em posição pós-verbal.

O falante faz uso dessa estrutura como uma estratégia de posicionar a informação nova em uma posição privilegiada da sentença, seu início, e para reafirmar o tópico da discussão. Para isso, o sintagma deslocado à direita precisa ter sido mencionado explícita ou implicitamente no discurso.

O elemento deslocado à direita precisa estar presente em todas as proposições dadas pelo conteúdo semântico da pergunta em discussão, que norteia o discurso, seja ela feita explicitamente ou dada implicitamente pelo contexto.

Por fim, podemos afirmar que em português brasileiro a ordem SVO é permitida graças à articulação da estrutura informacional, em que elementos semântico-pragmáticos licenciam estruturas sintáticas como essa.

REFERÊNCIAS

- BÜRING, D. Topic. In: BOSCH, P.; VAN DER SANDT, R. (Ed.) *Focus: Linguistic, Cognitive, and Computation Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 142-165.
- BÜRING, D. On D-trees, beans, and B-accent. *Linguistics & Philosophy*, n. 26, v. 5, p. 511-545, 2003.
- CARLSON, L. *Dialogue Games: An approach to discourse analysis*. Dordrecht, Holland: D. Reidel Publishing Company, 1983.
- CHOMSKY, N. Deep Structure, Surface Structure and Semantic Interpretation. In: STEINBERG, D.; JAKOBSON L. (Ed.) *Semantics: An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. p. 183-216.
- COSTA, J. Word order and discourse configurability in European Portuguese. In: COSTA, J. (Ed.). *Portuguese Syntax: New comparative Studies*. Oxford University Press, 2000. p. 94-115.
- ERTESCHIK-SHIR, N. *Information Structure: The Syntax-Discourse Interface*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- GROENENDIJK, J.; STOKHOF, M. Studies on the Semantics of Questions and the Pragmatics of Answers. Tese (Doutorado) – University of Amsterdam, Amsterdam, 1984.
- HAMBLIN, C. Questions in Montague English. *Foundations of Language*, v. 10, p. 41-53, 1973. (Reprinted in Partee. B. (ed.) (1976) *Montague Grammar*, Texas: University of Texas Press).
- KATO, M. A. A restrição de monoargumentalidade da ordem VS no português do Brasil. *Fórum Linguístico*, n. 2, p. 97-127, out./dez. 2000.

PEZZATTI, E. G. A ordem de palavras e o caráter nominativo/ergativo do português falado. *Alfa*, São Paulo, n. 37, p. 159-178, 1993.

ROBERTS, C. Information Structure in Discourse: Towards an Integrated Formal Theory of Pragmatics. In: YOON, J. H.; KATHOL, A. (Ed.) *OSU Working Papers in Linguistics 49: Papers in Semantics*, 1996. p. 91-136.

STALNAKER, R. Assertion. In: COLE, P. (Ed.) *Pragmatics: Syntax & Semantics*. Vol. 9. New York: Academic Press, 1978. p. 315-332.

ZUBIZARRETA, M. L. *Prosody, Focus, and Word Order*. Cambridge MA: MIT Press, 1998.

Uma investigação sobre os sintagmas nominais nus e a distinção contável-massivo no Português Brasileiro

An investigation about bare nominal phrases and the mass-count distinction in Brazilian Portuguese

Kayron Beviláqua¹

¹Pós-graduação em Letras – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

kayronbevilacqua@hotmail.com

Resumo: Neste artigo, investigamos os chamados sintagmas nominais nus no Português Brasileiro, no que concerne ao caráter contável-massivo desses sintagmas em estruturas comparativas. Realizamos, para tanto, um experimento linguístico usando o método de quantity judgments, o que nos permitiu testar a escala de medida usada pelo falante na comparação. A partir dos resultados, pudemos contestar as generalizações de Bale e Barner (2009). Concluímos também que os dados são mais bem explicados se adotarmos a proposta de Pires de Oliveira e Rothstein (2011) para o singular nu. Além disso, apresentamos uma explicação para o caso dos flexible nouns no PB e no inglês.

Palavras-chave: Comparação; Nomes nus; Singular nu; Semântica experimental.

Abstract: This paper investigates the so-called bare nominal phrases (NPs) in Brazilian Portuguese (BrP), in relation with their mass/count properties in comparison structures. We performed an experiment using the method of quantity judgments, which allowed us to test the comparison scale used by the speaker. The results led us to challenge the generalizations by Bale and Barner (2009). We concluded that Pires de Oliveira and Rothstein's (2011) proposal is a better explanation for the case of bare singulars. Also, we posited an explanation for the case of flexible nouns in BrP.

Keywords: Comparison; Bare nouns; Bare singular; Experimental semantics.

Introdução

Este trabalho tem como objeto de análise os sintagmas nominais (SNs) nus – isto é, aqueles sintagmas que podem aparecer em posição argumental sem nenhum determinante aparente – em relação ao seu caráter massivo ou contável no português brasileiro (PB). Considerando o PB como uma língua que faz distinção entre massivo e contável, nosso objetivo é investigar a realização dos SNs nus em estruturas comparativas, desvendando as escalas de comparação em jogo e, a partir disso, fazer reflexões sobre a denotação desses SNs em relação ao que a literatura tem proposto e discutido. Dessa forma, temos como alvo as seguintes sentenças:

- (01) João tem mais **bola/corda/mobília** do que Pedro. (volume e cardinalidade)
(02) João tem mais **bolas/cordas** do que Pedro. (cardinalidade)

Perceba que, na sentença em (01), os sintagmas nominais nus estão na forma singular, e a escala de comparação usada na sentença parece variar entre uma escala cardinal e uma escala não cardinal (volume), isto é, podemos medir *bola*, *corda* e *mobília* tanto por

suas unidades quanto por seus pesos, tamanhos, etc. Já na sentença em (02), os mesmos sintagmas são usados, acrescido da marca morfológica de plural¹, o que parece restringir a comparação a uma única escala de medida possível: a cardinal. Sendo assim, cabe-nos perguntar: a dimensão em jogo na comparação dos sintagmas nus singulares na sentença em (01) pode variar entre uma escala cardinal e uma escala não cardinal? Por outro lado, o plural nu, em (02), só admite comparação ao longo de uma escala cardinal?

Certamente, dados empíricos podem ser coletados para responder essas questões. Para tanto, desenvolvemos um experimento para testar o julgamento (conhecimento) linguístico de falantes nativos do PB, com o intuito de observar mais de perto o comportamento desses sintagmas nominais. O experimento consiste em um teste de julgamento de valor de verdade, mais especificamente um teste de *quantity judgments* – Barner e Snedeker (2005) –, no qual o participante, após ouvir sentenças com os SNs nus apresentados no primeiro parágrafo, deve realizar um julgamento comparativo escolhendo uma escala possível de comparação: se somente cardinal; se somente volume; se ambas escalas; ou se nenhuma escala possível. A partir da análise dos resultados, pretendemos dar respostas às questões formuladas e, desse modo, fazer contribuições em relação a questões de cunho teórico sobre a denotação dos SNs nus e a distinção contável-massivo nas línguas naturais.

De forma geral, portanto, esta pesquisa envereda por dois grandes caminhos: o caminho da discussão e construção teórica; e o caminho da investigação empírica e experimental, com a realização e aplicação de um experimento linguístico, bem como a análise dos dados obtidos, sempre com o intuito de manter a investigação teórica alinhada à empiria. Assim, na próxima seção, apresentamos o modelo de análise proposto por Bale e Barner (2009) e discutimos, à luz dos dados do PB, as limitações desse modelo. Já na seção seguinte, introduzimos o experimento que realizamos a partir da metodologia utilizada. Em seguida, analisamos os resultados encontrados, com o devido tratamento estatístico e, por conseguinte, discutimos esses resultados à luz de teorias para o singular nu PB. Por fim, trazemos as conclusões de nosso trabalho.

Discussão teórica

Para Bale e Barner (2009), o melhor teste para detectarmos se estamos diante de um nome de massa ou um contável é observar seus comportamentos nas sentenças comparativas: nomes contáveis só admitem interpretação cardinal, isto é, em que contamos o número de indivíduos, enquanto que os nomes massivos são comparados utilizando escalas não cardinais, como volume ou peso, por exemplo. Vejamos uma adaptação do exemplo utilizado pelos autores:

- (03) Esme has more chairs than Seymour has tables. (cardinalidade)
‘Esme tem mais cadeiras do que Seymour tem mesas.
- (04) Esme has more water than Seymour has juice. (volume)
Esme tem mais água do que Seymour tem suco.

¹ Note que não pluralizamos o sintagma *mobília*, dado que, como um nome de massa, não admite pluralização, a não ser na presença de um classificador encoberto, isto é, significando ‘três tipos de mobília’. Para uma maior discussão sobre esse caso, ver Chierchia (1998a, 1998b, 2010).

Note que enquanto em (03) o número de cadeiras é comparado ao número de mesas, em (04) o volume de água é comparado ao volume de suco. Podemos, assim, afirmar que, em (03), estamos diante de um sintagma contável e, em (04), temos um sintagma massivo. Entretanto, segundo os autores, em inglês essa afirmação é problematizada quando entram em cena os chamados *flexible nouns*, que são sintagmas que podem atuar tanto numa sintaxe massiva como numa sintaxe contável, gerando sentenças gramaticais. Em Inglês, são exemplos de *flexible nouns*: *stone, paper, string, chocolate, idea, hope, thought*, etc. Vejamos seus usos na comparação:

(05) John has more stone than Peter. (sintaxe massiva)
'João tem mais pedra que Pedro.'

(06) John has more stones than Peter. (sintaxe contável)
'João tem mais pedras que Pedro.'

Nessas sentenças, 'stone' tem necessariamente uma interpretação massiva em (05) e uma interpretação contável em (06). Essas interpretações são exclusivas, isto é, em (05) só é possível a comparação através de uma escala não cardinal. Já em (06), só é possível a comparação através de uma escala cardinal. Isso leva Bale e Barner (2009, p. 227) a proporem uma generalização, que segue: "Nenhum termo que pode ser usado numa sintaxe contável pode também ser usado numa sintaxe massiva para denotar indivíduos".² Assim, se um nome pode aparecer em contextos tanto massivos quanto contáveis, ainda obedece certas restrições: ele vai denotar indivíduos num contexto contável, mas nunca no contexto massivo, como em (06). Já numa sintaxe massiva, denota massa, mas nunca indivíduos, como acontece em (05).

Ao pensarmos no PB, alguns problemas se apresentam para essa generalização, uma vez que na tradução do exemplo em (05) temos acesso às duas interpretações:

(05') João tem mais pedra que Pedro. (volume e cardinalidade)

Em (05'), há a possibilidade de que a quantidade de pedra de João é maior do que a quantidade de pedra de Pedro numa escala que pode ser de peso, tamanho, ou mesmo unidades. Desse modo, podemos dizer que a escala usada na sentença em (05') varia entre uma escala cardinal e uma escala não-cardinal e o mesmo sintagma, 'pedra', foi usado num mesmo contexto sintático para denotar tanto indivíduos como massivamente, diferentemente do inglês e contrariando o que propuseram Bale e Barner.

Contudo, há um encontro entre o inglês e o PB no que diz respeito ao plural nu. Se atentarmos para a sentença em (06), veremos que a única escala de comparação possível para 'strings' é a cardinal, como afirmam os próprios autores. Do mesmo modo, no PB, parece apenas ser possível a comparação numa escala cardinal. Vejamos a sentença (06'), logo abaixo:

(06') João tem mais cordas que Pedro (cardinalidade)

² No original: "No term that can be used in count syntax can also be used in a mass syntax to denote individuals".

Não parece ser o caso de que a sentença em (06') seria verdadeira se João, por exemplo, tivesse apenas três cordas, porém grandes, e Pedro tivesse seis cordas de comprimento menor. Para satisfazer as condições de verdade dessa sentença, João precisa ter mais unidades de cordas do que Pedro, gerando assim uma comparação via cardinalidade. O PB e o inglês, portanto, nesse quesito, andam juntos e, como veremos mais à frente, a comparação cardinal parece ser uma exigência do plural.

Outro ponto abordado pelos autores diz respeito aos nomes de massa que somente aceitam comparação por número, são os chamados “object mass nouns”. São alguns exemplos: *furniture, luggage, cutlery, jewelry, footwear, equipment*, etc. Vejamos:

(07) John has more furniture than Peter (cardinalidade)
'João tem mais mobília que Pedro.'

No inglês, embora *'furniture'* seja um nome de massa, porque não aceita plural e não se combina com numerais e, como tal, devesse aceitar comparações contínuas, ele só aceita comparação numa escala cardinal, segundo Bale e Barner (2009). Dessa forma, outra generalização é feita pelos autores: “Alguns nomes de massa (no contexto de uso) denotam indivíduos, enquanto outros, não” (BALE; BARNER, 2009, p. 229).³ Isso explicaria por que é possível a interpretação cardinal de *'furniture'*. No entanto, aqui também há problemas, se compararmos com o PB, já que a sentença em (07') parece admitir tanto leitura massiva quanto contável:

(07') João tem mais mobília que Pedro. (volume e cardinalidade)

Esse é um dado inesperado para Bale e Barner (2009), porque nomes de massa que têm átomos deveriam permitir apenas comparações por unidades (como vimos em (07)) e não é isso o que ocorre em (07'). A sentença pode ser verdadeira se tanto o número de unidades de mobília que o João possui for maior que o de Pedro, como também se o volume de mobília de João for maior em relação ao de Pedro. Nesse ponto, portanto, essa segunda generalização dos autores também não se sustenta.

Em suma, vimos o comportamento dos sintagmas nominais no inglês e no PB, em contextos comparativos. A distinção se faz visível quando lidamos com os sintagmas nominais nus no PB, como os *flexible nouns*, os *object mass nouns* e o singular nu, pois permitem comparação ao longo de escalas cardinais e não cardinais, contrariando as postulações de Bale e Barner (2009). O plural nu, por sua vez, parece só admitir comparação via cardinalidade, apresentando o mesmo padrão do inglês. A discussão aqui apresentada vai, portanto, contra a predição de Bale e Barner (2009). Eles afirmam: “nossa abordagem prediz que línguas com a distinção massa-contável exibirão as mesmas generalizações do inglês, independente de diferenças de item-a-item em como as palavras são usadas”. Não é isso o que os dados do PB mostram.

Para além da intuição, essas sentenças e suas escalas de comparação podem ser testadas. É importante para a análise avaliar também a intuição dos falantes através de experimentos linguísticos. Na seção seguinte, apresentaremos o experimento realizado para confirmar os julgamentos feitos nesta seção das estruturas comparativas do PB. Desse

³ No original: “Some mass nouns (in the context of use) have individuals in their denotation and others do not”.

modo, poderemos nos embasar em dados empíricos e pensar a semântica dos sintagmas nominais nus, bem como a variação translinguística entre o inglês e o PB.

O experimento⁴

A análise experimental em Linguística, ao se valer dos julgamentos dos falantes nativos de uma determinada língua, tem como foco entender as estruturas linguísticas, isto é, a gramática da língua e, a partir daí, descrever esse componente, como também desenvolver teorias que expliquem o funcionamento das línguas naturais. O experimento desenvolvido, e aqui descrito, pretende entender como os falantes do PB distinguem entre contável e massivo, em estruturas comparativas, certos SNs nus abordados na seção anterior, quais sejam: *flexible nouns*; *object mass nouns*; plural nu; e singular nu. A partir das respostas dos participantes, será possível fazer observações e generalizações para explicar melhor o funcionamento desses sintagmas em determinados aspectos. Portanto, de modo específico, o objetivo do experimento pode ser assim resumido: verificar os domínios da comparação (massivo ou contável) dos sintagmas nominais testados nas sentenças comparativas do tipo: “Quem tem mais x?”.

Ao longo da seção anterior, analisamos algumas sentenças comparativas do PB como contraexemplos para a proposta de Bale e Barner (2009). Em vista disso, é esperado que o comportamento do singular nu em estruturas de comparação seja possível numa escala de volume, isto é, não cardinal. O mesmo deve valer para os *object mass nouns* e os *flexible nouns*. Já para o plural nu, a hipótese é de que somente uma escala de comparação está disponível: a cardinal. Nossas hipóteses, portanto, podem ser assim resumidas:

- (i) O singular nu no PB permite interpretações não cardinais em contextos comparativos.
- (ii) Os chamados *flexible nouns* também admitem interpretação massiva em contextos comparativos.
- (iii) Também os *object mass nouns* admitem interpretação massiva em contextos comparativos.
- (iv) O plural nu, por sua vez, só permite comparação numa escala cardinal.

Com o teste proposto, pretende-se dar um passo importante na descrição e investigação empírica de uma língua natural, bem como avançar em questões de cunho teórico sobre a denotação dos sintagmas nominais nus e a distinção contável-massivo nas línguas naturais. Nas subseções seguintes, apresentaremos o experimento detalhadamente, discutindo a metodologia e o *design* utilizados, bem como a análise quantitativa dos resultados. Metodologia e *design*.

A metodologia geral aplicada em nosso experimento buscou, através do julgamento dos falantes, encontrar vestígios que possam nos orientar sobre como os sintagmas em questão são comparados. Destarte, preocupamo-nos em ter foco preciso no que queríamos entender e, conseqüentemente, no controle de todas (ou pelo menos da maioria) das variáveis em jogo.

⁴ Este experimento passou por aprovação do Colegiado do Programa de Pós-graduação em Letras (COPOL) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Em seguida, como regulamentado, foi submetido à avaliação e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UFPR, sendo aprovado e registrado sob o número CAAE 31107114.6.0000.0102.

O experimento consiste em um teste conhecido como “*Quantity judgment test*”. Segundo Barner e Snedeker (2005), esse tipo de teste permite distinguir entre sintagmas massivos e contáveis a partir do julgamento quantitativo efetuado pelo falante. Dessa forma, o teste é formulado para apresentar ao participante duas diferentes situações: uma na qual há várias unidades de um objeto e outra na qual há também unidades do mesmo objeto, porém em menor número e maior área e volume. Nesse sentido, o participante deve escolher entre essas duas situações, respondendo à pergunta “Quem tem mais x?”. A figura a seguir representa um modelo de sentença utilizada para o item *bola*:

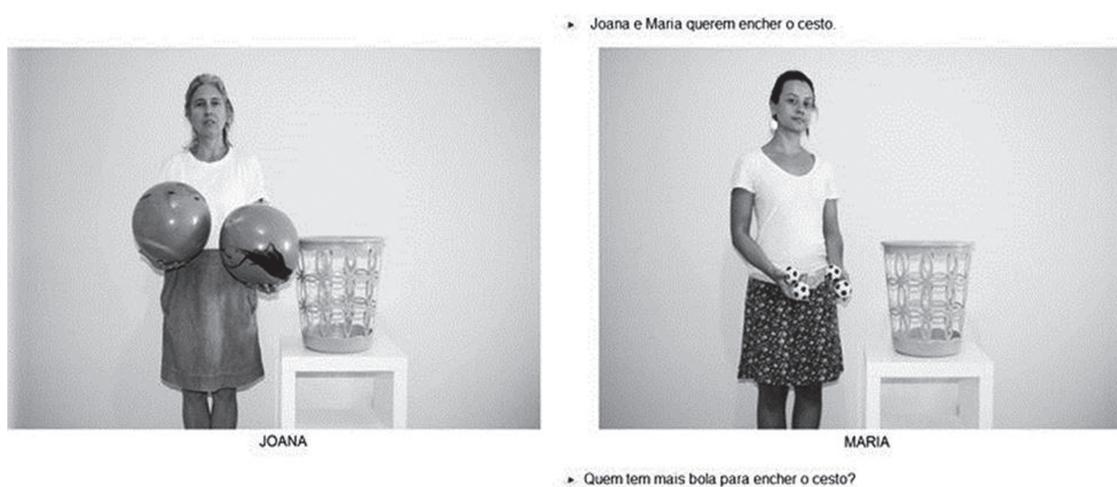


Figura 1. Estímulo do teste para o singular nu (bola)

Levando em consideração o contexto dado e como o mundo se apresenta através das fotografias, o falante terá que avaliar qual resposta – a) Somente a Joana; b) Somente a Maria; c) Pode ser a Maria ou a Joana; d) Nem a Maria e nem a Joana – responde a pergunta “Quem tem mais bola para encher o cesto?”. Se o informante optar pela foto na qual há duas bolas grandes (menores em unidades), isto é, se responder “somente a Joana”, podemos afirmar que a escala de comparação usada não foi a cardinal. Do contrário, se o falante optar pela foto na qual há quatro bolas (menores em volume), isto é, se responder “somente a Maria”, podemos afirmar que a comparação se deu numa escala cardinal. Ao optar pela resposta “Pode ser a Maria ou a Joana”, o falante apresenta a possibilidade de comparação tanto numa escala não cardinal como numa escala cardinal. E, por último, se o falante escolher a resposta “Nem a Maria e nem a Joana”, podemos inferir que não é possível realizar a comparação em nenhuma escala.

É importante frisar que optamos por utilizar áudios para os contextos e perguntas, isto é, a modalidade oral da língua, para se desvencilhar de possíveis intervenções da escrita. É indiscutível a preferência por se utilizar, em experimentos, a modalidade oral (desde que seja cabível ao objeto de pesquisa), quando se pretende fazer previsões sobre o funcionamento da língua. Para representar a situação do mundo, optamos por utilizar fotografias (e não desenhos), com o intuito de se aproximar o máximo possível da realidade. Do contrário, o uso de desenhos ou imagens fictícias pode não dar a dimensão real da situação que se quer exprimir. Em nossas fotos, foi importante ter a presença de

pessoas, além do mais, para que os falantes tivessem noção da dimensão dos objetos usados em referência à pessoa da foto.

Incluímos distratores na proporção de 2:1. Distratores são sentenças que diferem das sentenças-alvo para evitar que o falante perceba um padrão e possa comprometer o desempenho natural no teste. Assim, utilizamos sentenças e contextos que diferiam bastante dos alvos. Também utilizamos sentenças-controle, em mesma quantidade dos nossos objetos-alvos. As sentenças-controle só permitem uma única resposta possível e, assim, servem para manter um padrão comparativo entre as respostas do participante. As sentenças foram aleatorizadas entre si.

O teste foi dividido em quatro listas. A metodologia de listas é eficaz quando são muitos os exemplos a serem testados e para não expor o participante a um número muito grande de perguntas. Cada lista conterà, no total, 24 telas, das quais quatro são as sentenças-alvo, quatro serão as sentenças-controle e dezesseis serão distratores. Cada participante responderá a somente uma lista.

Em relação ao *design*, nosso experimento foi projetado usando linguagem *php* e encontra-se disponível online no endereço www.roberta.neg.cce.ufsc.br, podendo ser livremente utilizado para análise ou replicação. Os resultados foram analisados estatisticamente utilizando-se o *software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)* para *Windows*, versão 17.0. Chicago: SPSS Inc. Os testes estatísticos aplicados foram o teste do qui-quadrado *Goodness of fit* (ou teste de aderência) e o teste de independência, considerando um nível de significância de 5% ($p < 0,05$).

Materiais e procedimentos

O teste foi formulado para exibir aos informantes diferentes telas, como aquela apresentada na subseção anterior, em que são descritas diferentes situações, cada uma contendo o contexto (em áudio), duas fotografias e uma pergunta (em áudio) contendo o sintagma nominal investigado. Os exemplos utilizados para representar os sintagmas nominais nus foram: *bola, livro, pedra e corda*, para o singular nu (entre eles os possíveis *flexible nouns*); *móvel, bagagem, bijuteria e roupa*, para os *object mass noun*; e *bolas, livros, pedras e cordas*, para o plural nu. Os sintagmas foram aleatorizados de modo que não apareceu o mesmo exemplo mais de uma vez numa mesma lista.

As perguntas usadas foram do tipo “Quem tem mais x?”, para os casos com o singular nu, *object mass nouns* e *flexible nouns*. Para o plural nu, foram usados os mesmo estímulos do singular nu e *flexible nouns*, porém variando-se a pergunta-alvo para “Quem tem mais x[s]?” (com a marca morfológica do plural). Além do mais, cruzamos o plural nu com dois contextos diferentes: um contexto plural e um contexto massivo, o mesmo usado para os casos com o singular nu. Assim, pudemos verificar se, mesmo num contexto que favoreça a interpretação não contável, o julgamento de comparação do plural sempre vai levar em conta as unidades. Para o singular nu, *object mass nouns* e *flexible nouns*, só utilizamos contextos não contáveis, dado que já é esperada a interpretação contável desses sintagmas.

Quanto aos procedimentos adotados, o participante era informado a respeito do funcionamento do teste e recebia um treinamento com exemplos semelhantes a serem utilizados. O participante só tinha acesso à tela seguinte após responder a pergunta antecedente. O teste foi aplicado apenas presencialmente (isto é, não utilizamos dados coletados

online), usando um computador para visualização das perguntas e fone de ouvido para reprodução do áudio. As repostas dos participantes foram inseridas diretamente no banco de dados do computador.

Participantes

Foram selecionados falantes nativos do português brasileiro maiores de 18 anos que não tenham se ausentado do país na infância ou por um período maior que cinco anos seguidos. A escolaridade não foi uma variável controlada e, para homogeneizar a amostra, escolhemos pessoas com escolaridade mínima do Ensino Médio. O sexo também não foi uma variável controlada. O local de recrutamento se deu em Curitiba-PR. O teste foi realizado nas dependências do edifício da Universidade Federal do Paraná (UFPR), *campus* Reitoria. A amostra foi composta por 64 falantes, alunos de cursos universitários, em especial de Letras. É necessário frisar, contudo, que recrutamos participantes que não tivessem nenhum ou pouco conhecimento na área da Linguística, por isso, do curso de Letras, foram selecionados apenas estudantes nas fases iniciais. Todos os participantes assinaram um Termo de consentimento livre e esclarecido, certificado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UFPR.

Análise dos resultados

Para o singular nu (itens *bola* e *livro*), os participantes basearam seus julgamentos tanto numa escala de comparação não cardinal como numa escala cardinal. Contudo, o julgamento por volume⁵ foi significativamente maior: 50%, enquanto houve 25% para número e 25% para ambos volume e número. Não foram registrados casos em que nenhuma escala de comparação foi usada. Esses dados mostram que, mesmo numa situação em que o número de unidades de um determinado objeto era maior, o falante ainda escolhia a situação na qual o número de objetos era menor, porém de volume maior. Realizamos o teste de aderência do qui-quadrado com o intuito de verificar se as proporções das frequências esperadas para cada grupo da variável em análise eram iguais ou desiguais. A hipótese nula (H_0) era de que as frequências dos grupos eram iguais, adotando-se um nível de significância em $\alpha = 0,05$ ($p \leq 0,05$). O teste de aderência qui-quadrado apresentou um valor de $\chi^2(2) = 4$, e um nível de significância $p = 0,135$ ($p > 0,05$). Com base nos dados estatísticos, concluímos que, embora não possamos rejeitar a hipótese nula, há diferenças na preferência dos julgamentos efetuados em relação à variável analisada, a escala de comparação: os participantes tenderam a julgar o singular nu por volume. Isso nos levar à confirmação da hipótese formulada, qual seja: o singular enseja julgamentos numa escala não cardinal em contextos comparativos.

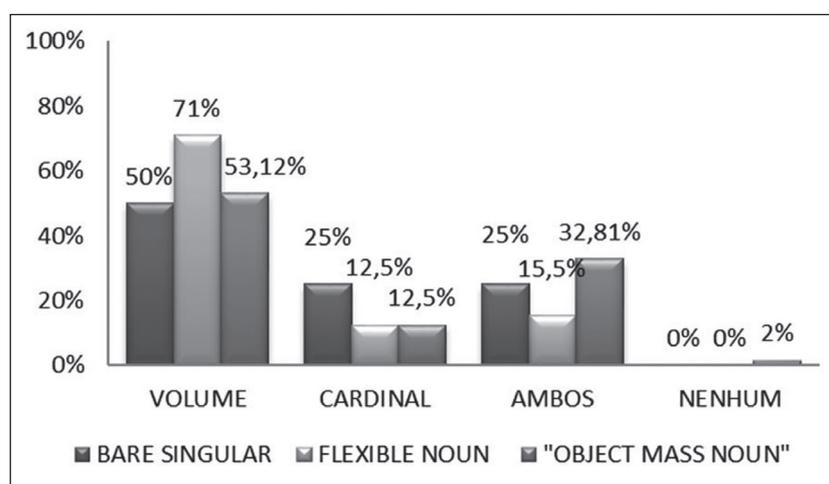
Para os *flexible nouns* (itens *corda* e *pedra*), os participantes, em consonância com os resultados para o singular nu, basearam seus julgamentos tanto numa escala de comparação não cardinal como numa escala cardinal. Os julgamentos por volume também foram significativamente maior: 71%, enquanto houve 12,5% para número e 15,5% para ambos (volume e número). Não foram registrados casos em que nenhuma escala de comparação foi usada. Esses dados mostram que, apesar do número de unidades, o falante ainda escolhia a situação na qual o número de objetos era menor, porém de volume maior. O teste de aderência qui-quadrado apresentou um valor de $\chi^2(2) = 21,438$, e um nível de significância $p = 0,000$ ($p < 0,05$). Com base nos resultados estatísticos, podemos rejeitar

⁵ Por 'volume' entende-se, neste trabalho, qualquer escala de medida não cardinal.

a hipótese nula, isto é, os participantes tenderam a julgar o *flexible noun* também por volume, consoante à hipótese formulada.

Para os *object mass noun* (itens *mobília, bagagem, bijouteria e roupa*), os participantes basearam seus julgamentos tanto numa escala de comparação não cardinal como numa escala cardinal, seguindo o padrão dos resultados encontrados para o singular nu e *flexible nouns*. Como esperado, os julgamentos por volume foram significativamente maiores: 53,12%, enquanto houve 12,5% para número e 32,81% para ambos (volume e número). Foi registrado um caso (1,56%) em que nenhuma escala de comparação foi usada, talvez pelo fato de o falante não considerar os objetos em questão como referência adequada para o sintagma usado. Esses dados mostram que, mesmo com agregados de objetos em número maior de unidades, o falante ainda escolhia a situação na qual o agregado de objetos era menor em número, porém maior em volume. O teste de aderência qui-quadrado apresentou um valor de $\chi^2(3) = 41,625$, e um nível de significância $p = 0,000$ ($p < 0,05$). Podemos, portanto, rejeitar a hipótese nula. Isso significa que há diferenças estatisticamente significativas na preferência dos julgamentos efetuados em relação à a escala de comparação usada na comparação dos *object mass nouns*: os participantes tenderam a julgar esses sintagmas numa escala de volume. O gráfico a seguir explicita melhor os resultados para singular nu, *flexible noun* e *object mass noun*:

Gráfico 1. Resultados do singular nu, *flexible noun* e *object mass noun*



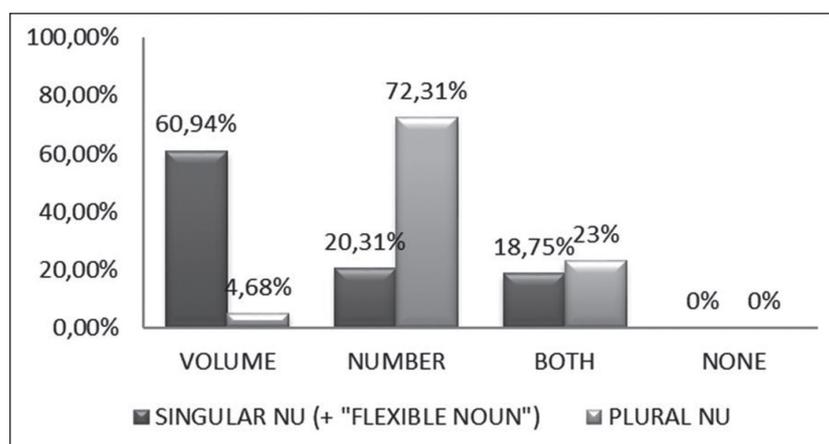
Dessa forma, os resultados apontam para um padrão na escala de comparação usada entres os três sintagmas nominais. O singular nu, o *flexible noun* e o *object mass noun* são comparados tanto numa escala cardinal quanto numa escala não cardinal, embora apresente preferência por comparação via escala não cardinais.⁶

Em contrapartida, para o plural nu (itens *bolas, livros, cordas e pedras*), os participantes basearam seus julgamentos majoritariamente numa escala cardinal, mesmo num contexto que podia levar a interpretações massivas, contrariamente ao padrão dos resultados encontrados para os sintagmas discutidos anteriormente e corroborando nossa

⁶ Nota-se, entretanto, no Gráfico 1, um leve crescimento dos julgamentos de volume para o *flexible noun*. Acreditamos que isso se deu devido ao exemplo utilizado *corda*, pois naturalmente já medimos corda por uma escala não cardinal, como o comprimento.

hipótese inicial. Em contexto massivo, os julgamentos por número foram significativamente maiores: 72,31%, enquanto houve 4,68% para volume e 23% para ambos (volume e número). Não foram registrados casos em que nenhuma escala de comparação foi usada. Esses dados mostram que, mesmo num contexto que facilite comparações usando escalas de volume, o falante ainda escolhia a situação na qual o número de objetos na cena era maior, mesmo tendo menor área e volume. O teste de aderência qui-quadrado apresentou um valor de $\chi^2(2) = 42,219$, e um nível de significância $p = 0,000$ ($p < 0,05$). Podemos, assim, rejeitar a hipótese nula, mostrando que há diferenças estatisticamente significantes na preferência dos julgamentos efetuados em relação à escala de comparação usada na comparação do plural nu, qual seja: os participantes tenderam a julgar o plural nu (contexto massivo) numa escala cardinal. O gráfico a seguir compara os julgamentos feitos para o plural nu em contraste com os mesmos sintagmas nominais na forma singular e no mesmo contexto de comparação:

Gráfico 2. Resultados do singular nu em contraste com o plural nu



Perceba que há um contraste forte entre os julgamentos por volume e número: enquanto, em maioria, o plural nu admite interpretações cardinais, o singular nu admite interpretações não cardinais. Na próxima seção, abordaremos esses dados, tendo em vista a discussão teórica feita previamente, bem como propostas teóricas para o singular nu e nossas análises para os resultados encontrados.

Discussão dos resultados

Como vimos, o singular nu apresentou julgamentos comparativos tanto numa escala cardinal quanto em escalas não cardinais, embora os julgamentos do segundo tipo tenham sido preferenciais. Veja que esses resultados impõem problemas para a teoria de Bale e Barner (2009). O singular nu permite tanto a comparação contínua quanto a cardinal. Logo, a primeira generalização de Bale e Barner (2009) não se sustenta. Além do mais, esse fenômeno não é limitado lexicalmente no PB. Todos os sintagmas supostamente contáveis parecem ser passíveis de ter uma leitura contínua saliente, mas também a leitura contável.

Complementarmente, há um debate na literatura quanto à denotação do singular nu no PB. Segundo Schmitt e Munn (1999) e Müller (2002), o singular nu recebe esse nome apenas por apresentar ausência de morfologia plural, mas, semanticamente, ele indica neutralidade para número, isto é, ele denota tanto singularidades quanto pluralidades. Os autores propõem, então, que se trata de um sintagma neutro para número, isto é, ele se aplica tanto a indivíduos atômicos quanto a indivíduos plurais. Se esse sintagma é neutro para número, ele não pode ser massivo, já que neutro para número significa ser contável. Assim, Schmitt e Munn (1999), bem como Müller (2002) sustentam a afirmação de que o singular nu não é massivo. Na contramão dessa proposta, Pires de Oliveira e Rothstein (2011) argumentam que o singular nu apresenta paralelismos com o nome de massa nu e se difere do plural nu, o qual defendem ser um predicado plural.

Dados os resultados encontrados em nosso experimento, não é possível explicar os resultados encontrados na proposta de Schmitt e Munn (1999) e Müller (2002), já que, segundo esses autores, o singular nu é um nome contável neutro para número, mas nunca massivo. De outro modo, por permitir a comparação em dimensões contínuas, como o volume, a melhor explicação para o caso do singular nu vai em direção à proposta de Pires de Oliveira e Rothstein (2011).

O segundo ponto que se faz pertinente discutir diz respeito ao contraste entre o singular nu e o *flexible noun* (Gráfico 1). Vimos, com exemplos do inglês, que os chamados *flexible nouns* admitem comparação cardinal e por volume a depender do ambiente sintático em que se encontram, no entanto, uma vez na sintaxe de massa esse nome não pode denotar unidades. Entretanto, neste experimento, testamos esses sintagmas e os resultados mostraram comportamentos diferentes. Os possíveis *flexible nouns* apresentaram tanto interpretação contável quanto massiva no mesmo contexto sintático. Se compararmos esses dados com os resultados para o singular nu, veremos um padrão quanto aos julgamentos comparativos. Apresentando o mesmo comportamento do singular nu, não fará sentido atribuir aos *flexible nouns* uma categoria diferente, ao menos no PB, dado que eles são assim caracterizados no inglês por apresentarem comportamento variável: podem tanto ser comparados por unidades como volume, mas isso ocorre em contextos distintos. A partir disso, podemos concluir então que o PB e o inglês não tem o mesmo comportamento. Como explicar, portanto, o contraste entre o inglês e o PB? No inglês, há os *flexible nouns*, no PB não. E, mais especificamente, como a sintaxe contribui para a interpretação dos *flexible nouns*?

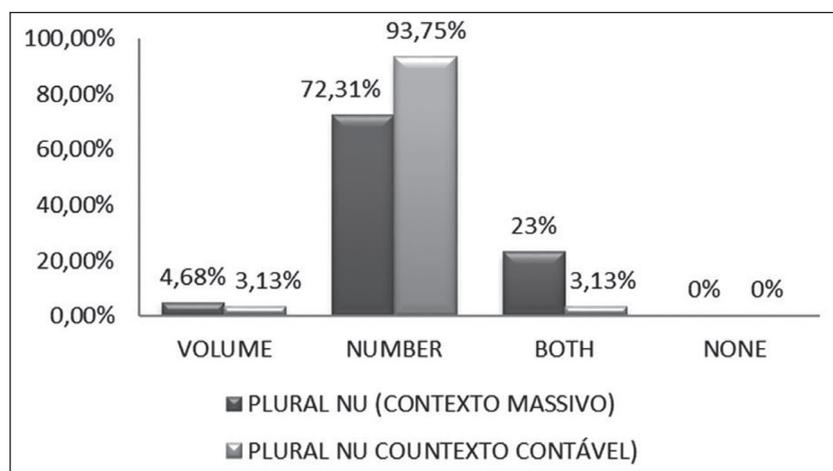
Nossa proposta é dizer que os *flexible nouns* no inglês (*string*, *stone*, etc.) são uma pequena amostra do que acontece com o singular nu e o *fake mass* no PB, porém os *flexible nouns* são barrados pela sintaxe do inglês. O fato de eles não apresentarem tanto leitura de volume quanto cardinal (como é no PB) se dá porque o inglês possui uma sintaxe especializada (ou é *count syntax* ou é *mass syntax*). No inglês, uma sintaxe contável (a marca de plural, por exemplo) barra a interpretação de volume. Já no PB, talvez devido ao fato de o singular nu ser bastante produtivo, a sintaxe não é do tipo “ou massa ou contável”, como no inglês. Assim, o default sintático no PB não restringe a semântica a dar informações sobre a natureza contável-massivo do nome. A sintaxe no inglês é claramente especializada entre massa e contável. Elas estão em distribuição complementar: se não é uma, tem que ser a outra. No PB, a sintaxe plural não está em oposição à sintaxe *default*, mas, uma vez que tenho a sintaxe marcada, deve haver a restrição semântica de cardinalidade.

Sobre os *object mass nouns*, vimos que possuem comportamento sintático de nomes massivos, porém se referem claramente a objetos individuais ou a um grupo de objetos individuais. Os resultados deste teste mostraram que esses sintagmas admitem comparação preferencialmente por volume, mas também por número. Isso vai em oposição às análises de Bale e Barner (2009) para o inglês. No modelo dos autores, *object mass noun* é um nome massivo, porém atômico, e se difere daqueles que não têm átomos, como *água*. Essa diferença é semântica e corresponde a entradas lexicais distintas. Essa diferença na denotação dos dois sintagmas explica por que apenas nomes como *mobília* tenham leitura cardinal. Contudo, essa proposta não consegue, sem modificações, explicar a interpretação não cardinal dos *object mass nouns*, um fenômeno que parece ocorrer também no inglês⁷, mas em particular, no PB, o que mostra que, ao menos para o PB, o modelo proposto não funciona.

Quanto ao plural nu, os resultados encontrados nos levam a postular que ele carrega marcas morfossintáticas que restringem sua sintaxe e interpretação à contagem. No PB, parece estar codificado na morfologia de plural (-s). O predicado plural já tem uma “medida” – ele é composto por átomos semânticos. A contagem é possível por causa desses átomos semânticos. Logo, a única escala possível é a cardinal. E como explicar alguns resultados de comparação por volume para o plural nu em contexto massivo? Se atentarmos para as colunas de ‘ambos’ no gráfico 2, veremos um leve aumento do plural nu (23%) em relação ao singular nu (18,75%).

Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que a interpretação de ‘ambos’ para o plural é dada pela força que o contexto exerce sobre a interpretação semântica da sentença. Se dissermos que os julgamentos massivos para o plural nu em contexto massivo se deram por causa do contexto, corremos o risco de afirmar também que o contexto é quem vai definir se um sintagma vai ser julgado numa escala cardinal ou massiva. Porém, não é isso que ocorre. O contexto exerce uma influência, mas não é crucial para definir a natureza massiva ou contável do sintagma nominal. Isso fica claro se atentarmos para a comparação entre o plural nu nos dois contextos testados (contável e massivo):

Gráfico 3. Resultados do plural nu em diferentes contextos



⁷ Ver, por exemplo, Grimm e Levin (2012).

Fica claro que, mesmo em contextos distintos, o plural admite majoritariamente interpretação contável. Não é o que se esperaria se o contexto fosse determinante nos julgamentos comparativos entre massa e contável.

Em suma, o contraste fica claro entre os sintagmas singulares e sintagmas plurais. Enquanto o primeiro admite comparação por volume e por cardinalidade, o último somente admite comparação ao longo de uma escala cardinal, isto é, por unidades. Portanto, se compararmos o plural nu com o singular nu temos o seguinte:

- (i) O plural nu é comparado apenas por escalas cardinais.
- (ii) Os sintagmas nominais nus não plurais (singular nu, o *fake mass noun* e o *flexible noun*) são comparados por escalas não cardinais, embora aceitem também, em menor número, comparação em escalas cardinais.

É importante notar que só os SNs não plurais admitem interpretação massiva. O plural nu demonstrou taxas estatisticamente não significantes de comparação por volume: 4,68% e 3,13% (Gráfico 3). Desse modo, quando temos um predicado plural, já temos uma escala de comparação posta: a cardinal. Por isso, o plural só irá permitir comparação por número – ele carrega já a sua unidade. Essa marca do plural está em direta oposição ao singular nu, *flexible noun* e *fake mass noun*, sintagmas que não apresentam nenhuma marca morfossintática visível.

Conclusões

A partir da construção e análise teórica e da investigação semântica experimental, pudemos visualizar melhor o quadro comparativo dos sintagmas nominais nus no PB. O singular nu (e o chamado *flexible noun*) e o *fake mass noun* se comportam como nomes de massa na comparação, enquanto que o plural nu se comporta como contável.

Esses resultados nos permitiram, primeiramente, contestar a teoria de Bale e Barner (2009), que se propõe translinguística. Para os autores, se um nome aparece em contextos tanto massivos quanto contáveis, ele vai denotar indivíduos como contável, mas nunca como um nome de massa, e denota massa na sintaxe de massa e nunca indivíduos. Porém, numa mesma sintaxe, para o singular nu, *flexible noun* e *fake mass noun*, encontramos tanto a interpretação contável como podemos também nos referir a uma massa indiferenciada, no qual o que está sendo levado em consideração na comparação é o peso ou volume.

Vimos também que, a partir da comparação feita das diferentes teorias propostas para o singular nu no PB, a proposta de Pires de Oliveira e Rothstein (2011), de que o singular nu é massivo, oferece melhores explicações aos fenômenos do singular nu no PB, considerando os resultados apresentados.

Discutimos a questão dos *flexible nouns* no PB, argumentando que não é econômico atribuir a esses nomes uma categoria diferente, ao menos no PB, dado que eles apresentam o mesmo comportamento do singular nu e diferem do comportamento apresentado para o inglês. Desse modo, é plausível atribuir aos *flexible nouns* à categoria de singular nu.

Sobre o plural *nu*, dado que só pode ser comparado via cardinalidade, mesmo em contextos que favorecem a comparação via volume, defendemos uma hipótese de individuação, isto é, o plural *nu* já possui uma unidade que conta como um, estando a escala de comparação já definida: a cardinal. O plural *nu* carrega marcas morfossintáticas que restringem sua sintaxe e interpretação à contagem, em oposição aos outros sintagmas testados, que, na forma singular, admitem comparação em diferentes escalas, inclusive a cardinal. Portanto, é possível generalizar que, enquanto os sintagmas *nus* plurais somente admitem comparação de cardinalidade, os sintagmas *nus* singulares no PB são comparados massivamente.

REFERÊNCIAS

- BALE, A.C.; BARNER, D. The interpretation of functional heads: using comparatives to explore mass/count. *Journal of Semantics*, n. 26, p. 217–252, 2009.
- BARNER, D.; SNEDEKER, J. Quantity judgments and individuation: evidence that mass nouns count. *Cognition*, n. 97, p. 41–66, 2005.
- CHIERCHIA, G. Reference to kinds across languages. *Natural Language Semantics*, n. 6, v. 4, p. 339-405, 1998a.
- _____. Plurality of mass nouns and the notion of “semantic parameter”. *Events and Grammar*, v. 70, p. 53-103, 1998b.
- _____. Mass nouns, vagueness and semantic variation. *Synthese*, n. 174, p. 99-149, 2010.
- GRIMM, S.; LEVIN, B. *Who has More Furniture? An Exploration of the Bases for Comparison*. Mass/Count in Linguistics, Philosophy and Cognitive Science Conference, École Normale Supérieure, Paris, December, 2012.
- MÜLLER, A. Genericity and the denotation of common nouns in Brazilian Portuguese. *D.E.L.T.A.*, n. 18, p. 287-308, 2002.
- PIRES de OLIVEIRA, R.; ROTHSTEIN, S. Bare Singular noun phrases are mass in Brazilian Portuguese. *Lingua*, n. 121, p. 2153-2175, 2011.
- SCHMITT, C.; MUNN, A. Against the nominal mapping parameter: bare nouns in Brazilian Portuguese. *Proceedings of NELS*, n. 29, p. 339-353, 1999.

Os metapredicados ACT e AFFECT na estrutura semântica dos verbos instrumentais do PB

(ACT and AFFECT metapredicates in the semantic structure of BP instrumental verbs)

Leticia Lucinda Meirelles¹

¹Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

lelumeirelles@hotmail.com

Abstract: In this article we take as study object the instrumental verbs from Brazilian Portuguese and their proposals of lexical representation already shown in the literature. Our motivation for this work is that these verbs take two arguments, which is not in accordance with the proposals made by some authors. Finally, we conclude instrumental verbs need different lexical representations from those already shown in the literature.

Keywords: verbal classes; instrumental verbs; predicate decomposition.

Resumo: Neste artigo, tomamos como objeto de estudo os verbos instrumentais do português brasileiro e as propostas de representação lexical já existentes para eles na literatura. A motivação para este trabalho surgiu ao observarmos que os verbos conhecidos como instrumentais possuem dois argumentos, o que não está de acordo com as propostas de alguns autores. Por fim, concluímos que esses verbos precisam de representações lexicais diferentes das existentes.

Palavras-chave: classes verbais; verbos instrumentais; decomposição em predicados.

Introdução¹

Na literatura, os verbos instrumentais são definidos como verbos de atividade² que contém o nome de um instrumento em seu radical verbal (KIPARSKY, 1982; LEVIN, 1993; HARLEY, 2005). Desse modo, exemplos de verbos instrumentais do português brasileiro (doravante PB) são *abandar*, *chicotear*, *esfaquear* e *espetar*, pois denotam atividades e possuem, respectivamente, os instrumentos *abano*, *chicote*, *faca* e *espeto* em seu radical.

Rappaport e Levin (1998) propõem que os verbos instrumentais do inglês constituem uma única classe verbal, uma vez que compartilham propriedades semânticas e sintáticas. Segundo as autoras, esses verbos apresentam uma estrutura semântica composta pelo metapredicado ACT, que é monoargumental, sendo modificado por uma raiz <INSTRUMENT>³, o que indicaria a presença do nome de um instrumento no radical verbal dos membros da classe. Entretanto, ao analisarmos os verbos instrumentais do PB,

¹ A autora agradece o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (bolsa GM), a ajuda e o apoio da Profa. Márcia Cançado e os comentários dos pareceristas anônimos.

² Vendler (1967) propõe a existência de quatro classes aspectuais do tipo lexical: atividades, estados, *achievements* e *accomplishments*. Os verbos de atividade descrevem ações monoeventivas que se desenvolvem no tempo, sem ter um determinado ponto de conclusão. Vale dizer que são agentivos, dinâmicos e homogêneos, na medida em que qualquer de suas partes é da mesma natureza que o todo (DOWTY, 1979; ROTHSTEIN, 2004).

³ A estrutura proposta pelas autoras pode ser observada em (30).

veremos que a estrutura proposta por Rappaport e Levin (1998) não é adequada para a representação semântica desses verbos.

Podemos perceber que os verbos instrumentais do PB são biargumentais, ou seja, pedem dois argumentos para terem seu sentido saturado, como pode ser visto nas sentenças: *o escravo abanou o rei; o capitão do mato chicoteou o escravo; o bandido esfaqueou a vítima; a professora espetou o menino*. Tal fato nos leva a pensar que o metapredicado ACT não é o mais adequado para representar a estrutura semântica desses verbos, pois deixaria de lado o argumento interno deles, uma vez que é monoargumental.

Além disso, como já apontam os trabalhos de Meirelles (2013), Meirelles e Cançado (2014) e Meirelles e Cançado (2015), podemos notar que há diferenças semânticas e sintáticas entre os verbos. Verbos do tipo *abandar* e *espetar*, por exemplo, aceitam, contrariamente a verbos do tipo *chicotear* e *esfaquear*, um outro instrumento que não seja aquele contido no nome do verbo, como em: *o escravo abanou o rei com uma folha de palmeira; a professora espetou o menino com um alfinete; *o capitão do mato chicoteou o escravo com um arame farpado; *o bandido esfaqueou a vítima com uma tesoura*. Isso nos mostra que os verbos instrumentais do PB não constituem uma classe unitária, já que o conceito de classe verbal está relacionado diretamente com o fato de os verbos de uma mesma classe compartilharem os mesmos comportamentos sintáticos e as mesmas propriedades semânticas (LEVIN, 1993; CANÇADO; GODOY; AMARAL, 2013).

Portanto, o objetivo deste artigo é analisar as representações semânticas propostas para os verbos instrumentais na literatura e fazer um estudo de quais metapredicados e raízes seriam os mais adequados para representá-los.

Para tanto, fizemos uma coleta de todos os verbos instrumentais do PB através do dicionário de Borba (1990) e dos trabalhos de Meirelles (2013) e Meirelles e Cançado (2015), com o intuito de discutirmos qual é a estrutura argumental que melhor representa esses verbos.

Este artigo apresenta, na segunda seção, a nossa metodologia de pesquisa. Na terceira seção fazemos uma descrição do comportamento dos verbos instrumentais do PB. A quarta seção traz uma breve explicação sobre o uso da linguagem de decomposição em predicados primitivos e a quinta seção mostra como essa linguagem é utilizada nos verbos instrumentais de acordo com a literatura. A sexta seção apresenta razões para não se utilizar o metapredicado ACT na representação desses verbos no PB, enquanto a sétima seção faz o mesmo para a raiz <INSTRUMENT>. A oitava seção conclui o artigo.

Metodologia de pesquisa

A metodologia deste trabalho consistiu em fazer uma coleta dos verbos instrumentais do PB a partir do dicionário de Borba (1990) e dos trabalhos de Meirelles (2013) e Meirelles e Cançado (2015). Coletamos todos os verbos que possuem o nome de um instrumento em seu radical verbal e que apresentam o aspecto lexical de atividade, uma vez que essas são as características dos verbos instrumentais, de acordo com a literatura. Ao todo foram agrupados 31 verbos, a saber, *abandar, açoiar, aguilhoar, alfinetar, anavalhar, apedrejar, apunhalar, arar, balear, bombardear, centrifugar, chibatar, chibatear, chicotear, escovar, esfaquear, espetar, flagelar, flechar, fuzilar, lixar, marretar, martelar, metralhar, navalhar, palitar, peneirar, pentear, pincelar, pranchar e serrar*.

A cada um dos 31 verbos analisados foi atribuída uma sentença que passou por julgamentos de aceitabilidade feitos através dos exemplos de Borba (1990), da nossa intuição como falantes e de buscas no site Google.

O uso de tal metodologia se justifica pelo cunho formalista de nossa pesquisa e pelo fato de necessitarmos manipular as sentenças com relação ao tempo, aspecto e número de argumentos que cada verbo apresenta. Além disso, como aponta Laporte (2008), a introspecção nos permite trabalhar com a evidência negativa, ou seja, com sentenças agramaticais, fator que tem sua importância reconhecida desde Chomsky (1957). Tal fato seria impossível se nossa base para coleta de dados fosse um corpus com dados reais de fala.

Nosso trabalho se justifica pelo fato de uma série de autores (PINKER, 1989; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 1992, 1995 e trabalhos subsequentes; WUNDERLICH 1997; CANÇADO, 2005, 2010; CANÇADO; GODOY, 2012; CANÇADO; GODOY; AMARAL, 2013; entre outros) assumir que são as propriedades semânticas presentes na entrada lexical dos itens verbais que determinam o seu comportamento sintático.

Tendo explicitado o passo a passo de nossa pesquisa, passemos agora para uma descrição do comportamento dos verbos instrumentais do PB.

Comportamento dos verbos instrumentais do PB

Como vimos, entendem-se por verbos instrumentais aqueles que possuem o aspecto lexical de atividade e que contêm o nome de um instrumento em seu radical verbal. Portanto, vamos começar nossa investigação com a aplicação de alguns testes aspectuais retirados de Dowty (1979).

O primeiro teste que aplicaremos é conhecido como acarretamento com o progressivo ou paradoxo do imperfectivo. Ele diferencia os verbos de atividade dos verbos de *accomplishment*,⁴ uma vez que os verbos do primeiro tipo apresentam acarretamento distinto dos do segundo, quando postos no progressivo. Peguemos, o verbo *construir*, tradicionalmente considerado como de *accomplishment* e o verbo *correr*, tradicionalmente considerado uma atividade, para exemplificarmos:

- (1) Ricardo estava construindo uma casa.
- (2) Henrique estava correndo.

Notemos que enquanto a sentença em (1) acarreta que Ricardo não construiu a casa, (2) acarreta que Henrique correu. Isso ocorre pelo fato de os verbos de atividade descreverem ações monoeventivas que se desenvolvem no tempo, sem ter um determinado ponto de conclusão, e serem homogêneos, ou seja, qualquer de suas partes é da mesma natureza que o todo.

Vejamos agora como os verbos instrumentais se comportam em relação a esse teste:

⁴ Os verbos de *accomplishment* caracterizam-se por serem verbos bieventivos e télicos, ou seja, por indicarem uma ação que se desenvolve no tempo e possui um ponto de culminação (DOWTY, 1979).

- (3) O capitão do mato estava chicoteando o escravo.
- (4) O bandido estava esfaqueando a vítima.
- (5) O escravo estava abanando o rei.
- (6) A professora estava espetando o menino.

As sentenças de (3) a (6) acarretam que a ação foi realizada, ou seja, que o capitão do mato chicoteou o escravo, o bandido esfaqueou a vítima, o escravo abanou o rei e a professora espetou o menino. Isso evidencia que todos esses verbos denotam atividades.

Outro teste muito utilizado para diferenciar verbos de atividade de verbos de *accomplishment* é o da ambiguidade com o advérbio *quase*. Sentenças com verbos de *accomplishment*, quando acompanhadas do advérbio *quase*, geram ambiguidade devido ao fato de esses verbos serem bieventivos, o que faz com o a advérbio possa incidir no início ou no meio do evento. Já o mesmo não acontece com os verbos de atividade, pois são monoeventivos.

- (7) Ricardo quase construiu uma casa.
- (8) Henrique quase correu.

Observemos que a sentença em (7) apresenta duas leituras, uma de que Ricardo ia construir uma casa, mas desistiu antes mesmo de começar, e outra de que Ricardo começou a construir a casa, mas parou. No entanto, a sentença em (8) possui apenas a leitura de que Henrique nem começou a correr. Analisemos, pois, como os verbos instrumentais se comportam nesse teste.

- (9) O capitão do mato quase chicoteou o escravo.
- (10) O bandido quase esfaqueou a vítima.
- (11) O escravo quase abanou o rei.
- (12) A professora quase espetou o menino.

As sentenças de (9) a (12) apresentam apenas a leitura de que a ação nem começou a ser realizada, o que também aponta para o fato de esses verbos possuírem o aspecto lexical de atividade.

Outras duas classes aspectuais mostradas por Vendler (1967) e Dowty (1979) são a dos verbos de *achievement* e de estado. A classe dos verbos de *achievement* compreende verbos pontuais, que denotam processos que ocorrem e já chegaram a seu ponto final, sendo, também, caracterizados como télicos. Já a classe dos verbos de estado caracteriza-se por verbos que denotam estados que se desenrolam no tempo de maneira uniforme, em que qualquer fração do estado é igual ao estado todo.

No entanto, podemos observar que os verbos analisados não podem ser estados nem *achievements*, pois *abanar*, *chicotear*, *esfaquear* e *espetar* denotam ações que acarretam a presença de um agente e essa propriedade semântica é incompatível com tais classes.

Outra característica comum a todos os verbos instrumentais é que eles não licenciam a alternância causativo-incoativa⁵ e não ocorrem na forma intransitiva com o apagamento do objeto:

- (13) a. *O escravo (se) chicoteou.
b. *Um capitão do mato cruel chicoteia demais.

- (14) a. *A vítima (se) esfaqueou.
b. *Um bandido violento esfaqueia sempre.

- (15) a. *O rei (se) abanou.
b. *O escravo abana toda semana.

- (16) a. *O menino (se) espetou.
a. * A professora espetava toda aula.

Além disso, todos esses verbos aceitam a passiva:

- (17) O escravo foi chicoteado pelo capitão do mato.
(18) A vítima foi esfaqueada pelo bandido.
(19) O rei foi abanado pelo escravo.
(20) O menino foi espetado pela professora.

No entanto, uma diferença importante existente entre os verbos que estamos analisando está relacionada com a possibilidade de adjungirmos um outro instrumento na sentença, que não seja aquele contido no radical verbal.

- (25) O escravo abanou o rei com um abano de palha/ com uma folha de palmeira/ com um pedaço de papelão/ com as mãos.
(26) A professora espetou o menino com um espeto de pau/ com uma agulha/ com um alfinete/ com um garfo.
(27) O capitão do mato chicoteou o escravo com um chicote de espinhos/*com um pedaço de corda/*com uma vara de bambu.
(28) O bandido esfaqueou a vítima com uma faca bem pontiaguda/*com um canivete/*com uma tesoura.

Através desses exemplos, notamos que, enquanto os verbos *abanar* e *espetar* aceitam tanto a especificação de um sintagma preposicionado cognato, ou um hipônimo, como outro instrumento na posição de adjunto, verbos do tipo *chicotear* e *esfaquear* só aceitam a adjunção do primeiro tipo, de modo que, ao colocarmos um outro instrumento que não aquele contido no verbo, a sentença fica agramatical. Isso nos mostra que, enquanto os verbos *chicotear* e *esfaquear* lexicalizam o instrumento, o mesmo não acontece com os verbos do tipo *abanar* e *espetar*.

⁵ É importante ressaltar que a alternância causativo-incoativa difere da transitivo-intransitiva. Esta última é uma alternância sintática (Ana sacudiu a toalha./ A toalha sacudiu), enquanto a denominação causativo-incoativa é uma denominação semântica para um tipo de alternância transitivo-intransitiva que ocorre apenas com verbos de mudança de estado, como João quebrou o vaso/ O vaso (se) quebrou. (AMARAL, 2010; CANÇADO; AMARAL, 2010; CANÇADO; GODOY; AMARAL, 2013).

A partir daí, podemos perceber que aquilo que é amplamente tratado na literatura como verbos instrumentais, apesar de compartilharem algumas propriedades semânticas e sintáticas, não parecem constituir uma classe verbal única, uma vez que apresentam um comportamento sintático distinto entre si (MEIRELLES, 2013; MEIRELLES; CANÇADO, 2014; MEIRELLES; CANÇADO, 2015)

Na próxima seção, falaremos do conceito de estrutura argumental e de como representá-la por meio da linguagem de decomposição em predicados primitivos.

A linguagem de decomposição em predicados primitivos

Segundo Rappaport e Levin (1998), na informação lexical dos verbos existem dois níveis de informação: a LCS (*lexical conceptual structure*), que corresponde ao nível semântico e a estrutural argumental que corresponde ao nível sintático. Entretanto, assumiremos, de acordo com a proposta de Cançado e Godoy (2012) e Cançado, Godoy e Amaral (2013), que o nível semântico é a própria estrutura argumental.

Para representar as propriedades semânticas dos verbos que definem as classes verbais, os semanticistas lexicais utilizam as chamadas representações lexicais, que são maneiras de formalizar o sentido dos verbos que está presente no léxico. As representações lexicais são, então, formas de se representar o conteúdo semântico lexical dos verbos através de uma metalinguagem. As propriedades semânticas que são relevantes para agrupar os verbos em classes, chamadas na literatura de propriedades semânticas sintaticamente relevantes, são as que devem estar presentes nas representações lexicais.

A representação lexical mais comum, utilizada tanto nas teorias de Interface Sintaxe-Semântica Lexical quanto em teorias sintáticas, como na Gramática Gerativa, é a representação por grades temáticas (FILLMORE, 1968; GRUBER, 1965; JACKENDOFF, 1972; CANÇADO, 2005; DOWTY, 1991; entre outros). Nas grades temáticas, as propriedades semânticas que agrupam os verbos em classes são representadas como papéis temáticos que identificam as funções semânticas dos argumentos de um verbo.

Outra forma de representação lexical é a decomposição semântica dos verbos em predicados primitivos ou decomposição de predicados. Ela parte do pressuposto de que o significado dos itens lexicais não é algo unitário, mas sim decomponível em partes menores que são chamadas de primitivos. Wunderlich (2009), por exemplo, mostra, através de verbos denominais, como é possível extrair componentes de sentido menores de palavras como *engavetar*, *enjaular*, *amanteigar* e *apimentar*. Segundo o autor, não é possível negar que dentro do significado de cada verbo citado anteriormente esteja contido o sentido de *gaveta*, *jaula*, *manteiga* e *pimenta*, respectivamente.

Essa linguagem surgiu a partir da Semântica Gerativa, com os autores McCawley (1968), Morgan (1969) e Lakoff (1970), e é utilizada em trabalhos mais atuais como forma de representação do sentido dos verbos, itens predicadores por excelência (LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 1992 e trabalhos subsequentes; CANÇADO, 2010; CANÇADO; AMARAL, 2010; CANÇADO; GODOY, 2012; CANÇADO; GODOY; AMARAL, 2013)

Rappaport Hovav e Levin (1998) assumem que a Gramática Universal traz um inventário das estruturas semânticas de cada classe verbal. Essa estrutura é dada através da

combinação de vários predicados primitivos ou metapredicados, os quais correspondem ao conhecimento que um falante possui sobre os diversos tipos de evento.

Os metapredicados mais utilizados na literatura são os seguintes: ACT; CAUSE; BECOME; IN; WITH; AFFECT; entre outros. O predicado ACT toma apenas um argumento para ter o seu sentido saturado, o qual deve ser um indivíduo, sendo representado, na maioria dos casos, por uma variável X. O primitivo CAUSE, que representa uma relação entre dois subeventos, pede exatamente dois argumentos desse tipo (subevento) para ser saturado. O metapredicado BECOME pede um argumento composto (CANÇADO; GODOY; AMARAL, 2013), sendo este uma variável, geralmente Y, ligada a um estado que pode ser de três tipos: estado puro <STATE>; estado locativo <PLACE>; e estado possessivo <THING>. Tanto o predicado IN como o WITH pedem um argumento para terem seu sentido completo. Por fim, o metapredicado AFFECT pede dois indivíduos como argumentos, uma variável X e outra Y.

Além dos metapredicados e das variáveis, existem as raízes. Elas carregam o sentido idiossincrático dos verbos e podem ser argumentos de predicados, como <STATE>, <THING> e <PLACE>, ou modificadores de predicados, como é o caso das raízes <MANNER> e <INSTRUMENT>.

É importante ressaltar que esses rótulos servem para representar toda uma classe verbal, não um verbo específico. Um verbo como *preocupar*, por exemplo, que se encaixa dentro da classe dos verbos de mudança de estado estritamente causativos (raiz <STATE>), segundo Cançado, Godoy e Amaral (2013), trará em sua raiz a parte de seu significado que não é compartilhada com os demais verbos da classe. Assim, a raiz de preocupar seria o estado <PREOCUPADO>.

A raiz <THING>, a princípio, é característica dos verbos de *locatum*, ou verbos de mudança de posse, enquanto <PLACE> caracteriza a classe dos verbos de *location*, ou verbos de mudança de lugar – ambas as nomenclaturas são utilizadas na literatura desde Clark e Clark (1979).

A raiz <MANNER>, segundo Rappaport e Levin (1998) é própria dos verbos de maneira e, dentre estes, encontram-se verbos de movimento (e.g., *correr*, *pular*, *nadar*, etc.), verbos de modo de fala (e.g., *cochichar*, *gritar*, *sussurrar*, etc.), verbos de superfície (e.g., *varrer*, *esfregar*, *lustrar*, etc.), entre outros. Por fim, a raiz <INSTRUMENT> é específica de verbos instrumentais (RAPPAORT; LEVIN, 1998) que são o objeto de estudo deste artigo.

A decomposição de predicados primitivos na representação lexical dos verbos instrumentais

Rappaport e Levin (1998, 2010) assumem que os verbos não estativos dividem-se em duas classes, uma em que os verbos têm como parte de seu significado a especificação do processo de um estado resultante e outra em que os verbos têm como parte de seu significado a maneira como uma ação ocorre.

A primeira classe é composta pelos verbos de resultado (e.g., *congelar*, *abrir*, *quebrar*, etc.) e a segunda, pelos verbos de maneira (e.g., *correr*, *pular*, *varrer*, etc.). Conforme as autoras, essa classificação é relevante gramaticalmente, pois essas classes

verbais apresentam padrões diferentes de realização sintática dos argumentos, incluindo a participação ou não na alternância causativo-incoativa.

Existem diferentes tipos de verbos de maneira, de acordo com Rappaport e Levin (1998). Verbos como *esfregar* e *raspar*, por exemplo, diferem-se pelo tipo de contato com uma determinada superfície que descrevem. Verbos como *correr* e *pular*, por sua vez, distinguem-se pelo modo de movimento que representam. Já verbos como *assobiar* e *gritar* são diferentes no que diz respeito ao modo de se emitir um determinado som. Entretanto, para as autoras, todos esses verbos apresentam uma mesma estrutura de predicado primitivo, que se encontra representada a seguir:

(29) manner → [X ACT _{<MANNER>}]

De acordo com Levin (1993), os verbos instrumentais do inglês, como *to brush* (*escovar*), *to comb* (*pentear*), *to plow* (*arar*), *to shear* (*tosquear*), entre outros, comportam-se da mesma maneira que os verbos de superfície *to scrape* (*raspar*) e *to rub* (*esfregar*), exceto pelo fato de os primeiros estarem relacionados com um nome de um instrumento. A estrutura dada por Rappaport e Levin (1998) para os verbos instrumentais do inglês encontra-se em (30).

(30) instrument → [X ACT _{<INSTRUMENT>}]

A raiz *<INSTRUMENT>*, assim como *<MANNER>*, funciona como modificador do metapredicado ACT. No entanto, na próxima seção veremos que o metapredicado ACT não é o mais adequado para a representação dos verbos instrumentais do PB.

Por que não utilizar o metapredicado ACT

Ao observarmos o comportamento dos verbos instrumentais no PB, podemos perceber que eles estão associados a dois participantes: um agente e algo afetado pela ação, de modo que a forma intransitiva dos verbos não nos parece boa, como já mostramos anteriormente e reforçamos com os seguintes exemplos:

(31) a. O capitão do mato chicoteou o escravo.

b. *O capitão do mato chicoteia muito.

(32) a. O bandido esfaqueou a vítima.

b. *O bandido esfaqueava sempre.

(33) a. O escravo abanou o rei.

b. *O escravo abana demais.

(34) a. A professora espetou o menino.

b. *A professora espetava toda aula.

As sentenças mostradas de (31) a (34), deixam claro que o argumento interno não pode ser apagado, de modo que a forma intransitiva dos verbos gera problemas de aceitabilidade. Marantz (1984) e Cançado (2009) propõem que o argumento que se

encontra na posição sintática de objeto direto na sentença, não pode ser excluído por questões semânticas. Segundo os autores, o argumento interno tem uma relação semântica mais forte com verbo do que o argumento externo, o que nos impossibilita de apagar o primeiro, pois isso geraria a perda do sentido essencial do verbo.

Além disso, segundo Pinker (1989) e Horrocks e Stavrou (2010), apenas objetos diretos canônicos podem ser passivizados. Como vimos nos exemplos de (17) a (20) todos esses verbos aceitam a forma passiva.

Feitas tais considerações, parece-nos mais do que claro que os verbos instrumentais necessitam de um argumento interno em sua estrutura argumental e isso faz com que a proposta de Rappaport e Levin (1998) para os verbos instrumentais no inglês não sirva para os de mesmo tipo em PB. Como vimos, as autoras propõem que os instrumentais sejam representados da seguinte forma: [X ACT _{<INSTRUMENT>}]. Uma possível solução seria apenas acrescentar um segundo participante Y nessa estrutura de predicados primitivos. No entanto, do ponto de vista estrutural, o metapredicado ACT pede apenas um argumento que é preenchido pela variável X.

Pereira (2009) propõe que a estrutura ideal para os verbos instrumentais seria a seguinte:

(35) v: [[_{EVENTO} X AGIR] CAUSAR [_{EVENTO} Y _{COISA/ PROPRIEDADE} IR PARA Z _{COISA/ PROPRIEDADE}]]

A partir dessa estrutura, para uma sentença como *o bandido esfaqueou a vítima*, por exemplo, teríamos a seguinte paráfrase: o X agir causa o Y (faca) ir para Z (a vítima). Entretanto, essa representação dos verbos instrumentais também não é adequada, uma vez que nos informa que eles possuem dois subeventos que estabelecem uma relação causal entre si. Como vimos, os verbos instrumentais possuem o aspecto lexical de atividade, o que faz com que sejam necessariamente verbos monoeventivos e isso torna a estrutura em (35) inapropriada.

Desse modo, inspiradas em Jackendoff (1990) e voltando à proposta de Rappaport e Levin (1998), nossa primeira ideia é trocar o predicado ACT por AFFECT (JACKENDOFF, 1990), uma vez que esse tipo de verbo pede dois argumentos, como propomos a seguir por meio de uma estrutura usando a decomposição em predicados:

(36) [X AFFECT _{<INSTRUMENT>} Y]⁶

No entanto, essa estrutura ainda apresenta um problema de representação, que se encontra exatamente na raiz *<INSTRUMENT>*, como veremos a seguir.

Por que não utilizar a raiz *<INSTRUMENT>*

Como vimos na seção 1, existe uma diferença importante de comportamento sintático entre os verbos instrumentais do PB: enquanto verbos do tipo *chicotear* e *esfaquear* aceitam apenas a especificação de um PP cognato ou um hipônimo como instrumento adjunto, verbos como *abanar* e *espetar* aceitam outro instrumento como adjunto, desde que ele seja pragmaticamente compatível com a situação descrita pelo verbo. Isso nos leva a

⁶ Godoy (2012) já trabalha com a ideia do metapredicado AFFECT aceitar um modificador.

pensar que possuir o nome de instrumento no radical verbal, não é uma propriedade relevante sintaticamente, uma vez que todos os verbos analisados os possuem, mas têm comportamento sintático distinto, o que faz com que não pertençam à mesma classe verbal.

Além disso, existe uma classe de verbos do PB, proposta por Cançado, Godoy e Amaral (2013) e conhecida como verbos de mudança de posse, que é composta por 95 verbos⁷, sendo que alguns deles possuem o nome de um instrumento em seu radical, como *acorrentar*, *algemar* e *enfaixar*. Todos eles acarretam que o instrumento contido no nome do verbo passa a ficar na entidade (pessoa ou coisa) denotada pelo argumento interno verbal. Isto é, em uma sentença como *o guarda acorrentou/algemou/enfaixou o prisioneiro*, temos o acarretamento de que a corrente/algema/faixa passa a ficar no prisioneiro.

Dessa forma, temos três classes distintas compostas por verbos que possuem o nome de um instrumento em seu radical, o que nos leva à conclusão de que essa não é uma propriedade relevante sintaticamente.

Outro fato que é importante mencionar é que, por pertencerem a classes distintas, os verbos do tipo *chicotear* e *esfaquear* não podem possuir a mesma representação lexical dos verbos do tipo *abandar* e *espetar*. Portanto, para os verbos do primeiro tipo, propomos trocar a raiz <INSTRUMENT> pela raiz <THING>, uma vez que instrumentos nada mais são do que objetos/coisas no mundo. Além disso, utilizando a raiz <THING>, fazemos um paralelo com a estrutura proposta por Cançado, Godoy e Amaral (2013) para os verbos de mudança de posse. As autoras propõem a seguinte estrutura para eles:

(37) v: [[X ACT_{VOLITION}] CAUSE [BECOME Y [WITH <THING>]]]

Essa estrutura nos mostra que o argumento externo (X) desses verbos é sempre um agente, uma vez que VOLITION modifica o metapredicado ACT, enquanto o argumento interno (Y) recebe o papel temático de paciente que, por sua vez, sofreu uma mudança de posse representada por [BECOME Y [WITH <THING>]].

Além disso, como esses verbos possuem o aspecto lexical de *accomplishment*, sua representação lexical tem dois subeventos que estabelecem uma relação causal, evidenciada pelo metapredicado CAUSE, entre si.

A partir daí, nossa proposta de estrutura argumental para a classe dos verbos do tipo *chicotear* e *esfaquear* é a seguinte:

(38) v: [X AFFECT_{<THING>} Y]

Fazem parte dessa classe 28 verbos, *açoiar*, *aguilhoar*, *alfinetar*, *anavalhar*, *apedrejar*, *apunhalar*, *arar*, *baleiar*, *bombardear*, *centrifugar*, *chibatar*, *chibatear*, *chicotear*, *escovar*, *esfaquear*, *flagelar*, *flechar*, *fuzilar*, *lixar*, *marretar*, *martelar*, *metralhar*, *navalhar*, *palitar*, *peneirar*, *pincelar*, *pranchar* e *serrar*. O metapredicado AFFECT representa a afetação do argumento interno Y e a raiz <THING> evidencia a lexicalização de um instrumento pelo verbo. Além disso, essa estrutura é compatível com o aspecto lexical de atividade desses verbos, uma vez que possui um único evento.

⁷ A lista completa desses verbos pode ser vista no catálogo de Cançado, Godoy e Amaral (2013).

Desse modo, a estrutura em (38) representa a estrutura argumental da classe dos verbos tipo *chicotear* e *esfaquear*. Já a estrutura semântica de um verbo específico seria:

(39) *chicotear*: [X AFFECT _{<CHICOTE>} Y]

Através dessa estrutura, somos capazes de ver que o verbo *chicotear* possui um agente que afeta o argumento interno verbal usando um instrumento. As variáveis X e Y representam, respectivamente, o agente e o argumento interno afetado, o metapredicado AFFECT representa a afetação e a raiz <CHICOTE>/<THING> representa o instrumento.

Por sua vez, os verbos da classe de *abandar* e *espetar* não lexicalizam o instrumento presente em seu radical, pois aceitam outro tipo de instrumento como adjunto. Assim, vemos que o instrumento ou a coisa não são relevantes na representação semântica desses verbos, uma vez que eles parecem descrever a maneira como a ação é realizada. Portanto, baseadas nos trabalhos de Harley (2005) e Harley e Haugen (2007), que propõem que verbos instrumentais nada mais são do que verbos de maneira, nossa proposta de estrutura argumental para essa classe é a seguinte:

(40) v: [X AFFECT _{<MANNER>} Y]

Fazem parte dessa classe apenas três verbos, *abandar*, *espetar* e *pentear*. No entanto, isso não quer dizer que essa classe seja composta apenas por esses verbos. O trabalho de Cançado, Amaral e Meirelles (em preparação) indica que há uma série de verbos que também fariam parte dessa classe e que acarretam a presença de um instrumento em sua estrutura conceptual, mas que não o lexicalizam, lexicalizando apenas a maneira como ocorre a afetação do objeto. São verbos como *lavar*, *afiar*, *aguar*, *regar*, *aparar*, entre outros.

A representação de um verbo específico dessa classe seria:

(41) *abandar*: [X AFFECT _{<ABANANDO>} Y]

A partir dessa estrutura, somos capazes de perceber que o verbo *abandar* tem um argumento externo agente X e um argumento interno paciente Y, de modo que podemos derivar a grade temática {Agente, Paciente} da representação em (107) e (108). O modo de afetação é representado pelo metapredicado AFFECT modificado pela raiz <MANNER> e o aspecto lexical de atividade está corretamente representado pelo único evento da estrutura.

Apesar disso, tanto a estrutura em (37) como a em (40) não representam a agentividade do argumento externo da classe dos verbos do tipo *chicotear* e *esfaquear* e da dos verbos *abandar* e *espetar*, respectivamente. Todavia, essa agentividade é clara, podendo ser comprovada por vários testes propostos na literatura. Vejamos alguns deles.

Jackendoff (1990) propõe que um agente (x) ocorrerá em uma estrutura do tipo “o que o x fez foi”:

(42) O que o capitão do mato fez foi chicotear o escravo.

(43) O que o bandido fez foi esfaquear a vítima.

- (44) O que o escravo fez foi abanar o rei.
(45) O que a professora fez foi espetar o menino.

Dowty (1979) afirma que somente agentes podem manipular um instrumento, o que faz com que sua inserção nas sentenças evidencie a agentividade do argumento externo. Isso já foi mostrado nas sentenças de (25) a (28).

Outro teste que corrobora a agentividade do argumento externo é a passivização. Segundo Jackendoff (1972), Pinker (1989) e Cançado (2005) os agentes estão relacionados com a possibilidade de passivização dos verbos. Já evidenciamos essa propriedade nos exemplos de (17) a (20).

Além disso, Jackendoff (1972) propõe que há advérbios e expressões voltadas especificamente para o sujeito, como *deliberadamente*, *intencionalmente* e *com a intenção de*. Isso evidencia o fato de o agente estar ligado à animacidade.

- (46) O capitão do mato chicoteou o escravo com a intenção de puni-lo.
(47) O bandido esfaqueou a vítima com a intenção de matá-la.
(48) O escravo abanou o rei com a intenção de refrescá-lo.
(49) A professora espetou o menino com a intenção de provocá-lo.

Por fim, é sabido na literatura que verbos estritamente agentivos não aceitam uma causa como sujeito:

- (50) *A força do capitão do mato chicoteou o escravo.
(51) *A violência do bandido esfaqueou a vítima.
(52) *O bom trabalho do escravo abanou o rei.
(53) *O nervosismo da professora espetou o menino.

Através desses testes, portanto, fica claro que o sujeito dos verbos que analisamos são todos agentes e isso precisa ser evidenciado dentro da estrutura de decomposição de predicado deles.

O metapredicado AFFECT foi criado por Jackendoff (1990) quando ele propôs que no estudo dos papéis temáticos existe o plano temático, que descreve a relação espacial de movimento, e o plano da ação, que descreve a relação entre agente e paciente. O AFF (notação que o autor usa para AFFECT) é a função básica do plano da ação e toma como primeiro argumento um agente e como segundo argumento, um paciente. No entanto, posteriormente, ao fazer uma comparação com o predicado CAUSE (CS, na linguagem do autor), Jackendoff (1990) propõe que devemos distinguir se o primeiro argumento do predicado AFFECT é um agente volicional ou não, uma vez que o conceito de agentividade envolve duas noções distintas: a noção de desencadeador da ação e a de agente volicional. Assim, o autor argumenta a favor da adição da notação +- VOLITION (+- VOL) como modificador de AFFECT para indicar se o agente do metapredicado é volicional ou não.

Porém, ao adicionarmos o modificador VOLITION nas estruturas em (37) e (40), teríamos duas estruturas mal formadas, uma vez que cada metapredicado pode ser modificado por apenas um item modificador.

(54) v: *[X AFFECT _{<THING>} <VOLITION> Y]

(55) v: *[X AFFECT _{<MANNER>} <VOLITION> Y]

Desse modo, propomos que o que evidencia a agentividade do argumento externo X da classe dos verbos do tipo *chicotear* e *esfaquear* (estrutura dada em 37) é a presença do instrumento na estrutura, ou seja, da raiz <THING> caracterizando um instrumento, uma vez que, segundo Dowty (1979), apenas agentes podem manipular um instrumento. Já para a classe dos verbos do tipo *abandar* e *espetar*, a agentividade do argumento externo é evidenciada pela categoria ontológica MANNER atrelada às raízes dos verbos, uma vez que Rappaport e Levin (1998) já mencionam que essa categoria está associada apenas a verbos agentivos.

Feitas todas essas considerações, cumprimos o nosso objetivo de analisar as representações semânticas propostas para os verbos instrumentais e concluímos que o metapredicado AFFECT, atrelado às raízes <THING> e <MANNER>, é o mais adequado para representá-los no PB.

Conclusão

O nosso objetivo neste artigo foi mostrar que as propostas existem na literatura para os verbos instrumentais que os tratam como pertencentes a uma única classe verbal não são adequadas para o PB.

Mostramos que o metapredicado ACT não representa adequadamente os verbos instrumentais, uma vez que todos são biargumentais. Assim, propusemos a utilização do predicado AFFECT atrelado às raízes <THING>, no caso dos verbos *chicotear* e *esfaquear*, e <MANNER>, no caso dos verbos *abandar* e *espetar*.

Por fim, baseadas nos trabalhos de Meirelles (2013), Meirelles e Cançado (2014) e Meirelles e Cançado (a sair), terminamos o artigo frisando que verbos instrumentais é apenas um rótulo que, na verdade, diz respeito a mais de uma classe verbal. Visto isso, acreditamos, com o presente trabalho, termos contribuído para a descrição semântica dos verbos do PB e para o estudo teórico dos predicados primitivos como linguagem de representação semântica.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. *Os verbos de modo de movimento do português brasileiro*. 2010. Monografia (Bacharelado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2010.
- BORBA, F. (Coord.) *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1990.
- CANÇADO, M. Posições argumentais e propriedades semânticas. *D.E.L.T.A.*, v. 21, n. 1, p. 23-56, 2005.
- _____. Argumentos: complementos e adjuntos. *ALFA*, v. 53, n. 1, p. 35-59, 2009.
- _____. Verbal alternations in Brazilian Portuguese: a lexical semantic approach. *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics*, v. 3, n. 1, p. 77-111, 2010.
- CANÇADO, M.; AMARAL, L. Representação lexical de verbos incoativos e causativos no português brasileiro. *Revista da Abralin*, v. 9, n. 2, p. 123-147, 2010.

- CANÇADO, M.; AMARAL, L.; MEIRELLES, L. *Catálogo de verbos do português brasileiro: classificação verbal segundo a decomposição de predicados. Parte II – Verbos agentivos (em preparação)*. UFMG
- CANÇADO, M.; GODOY, L. Representação lexical de classes verbais do PB. *ALFA*, v. 56, n. 1, p. 109-135, 2012.
- CANÇADO, M.; GODOY, L.; AMARAL, L. *Catálogo de verbos do português brasileiro: classificação verbal segundo a decomposição de predicados. Parte I – Verbos de mudança*. 1. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton & Co., 1957.
- CLARK, E. V.; CLARK, H. H. When nouns surface as verbs. *Language*, v. 55, p. 767-811, 1979.
- DOWTY, D. *Word meaning and montague grammar*. Dordrecht: D. Reidel, 1979.
- _____. Thematic proto-roles and argument selection. *Language*, v. 67, n. 3, p. 547-619, 1991.
- FILLMORE, C. The case for case. In: BACH, E.; HARMS, R. T. *Universals in Linguistic Theory*. New York: Holt, Rinehart, and Winston, 1968. p. 1-88.
- GODOY, L. *A reflexivização no português brasileiro e a decomposição semântica de predicados*. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2012
- GRUBER, J. S. *Studies in lexical relations*. 1965. Doctoral Dissertation – MIT, Cambridge, MA, 1965.
- HARLEY, H. How do verbs get their names? Denominal Verbs, Manner Incorporation and the Ontology of Verb Roots in English. In: ERTESCHIK-SHIR, N.; RAPPOPORT, T. *The syntax of aspect*. Oxford: Oxford University Press, p. 42-64, 2005.
- HARLEY, H.; HAUGEN, J. *Are there really two classes of instrumental denominal verbs in English?* Snippets 16, p. 6-7, 2007.
- HORROCKS, G.; STAVROU, M. Morphological aspect and the function and distribution of cognate objects across languages. In: RAPPAPORT HOVAV, M.; DORON, E.; SICHEL, I. *Lexical Semantics, Syntax, and Event Structure*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 284-308.
- JACKENDOFF, R. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge: MIT Press, 1972.
- _____. *Semantic structures*. Cambridge: MIT Press, 1990.
- KIPARSKY, P. Word formation and the lexicon. In: *Proceedings of the Mid-America Linguistics Conference*, University of Kansas, p. 3-29, 1982.
- LAKOFF, G. *Irregularity in Syntax*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1970.
- LAPORTE, É. Exemplos atestados e exemplos construídos na prática do léxico-gramática. *Revista (Con)textos Lingüísticos*, v. 2, p. 26-51, 2008.
- LEVIN, B. *English verb classes and alternations: a preliminary investigation*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. The lexical semantics of verbs of motion: the perspective from unaccusativity. In: ROCA, I. *Thematic structure: its role in grammar*. Berlin: Foris, 1992. p. 247-269.

- _____. *Unaccusativity: at the syntax lexical semantics interface*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- _____. Two structures for compositionally derived events. Proceedings of SALT 9. Cornell University, Ithaca, NY: *Cornell Linguistics Circle Publications*, 1999. p. 199-223.
- _____. *Argument realization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- MARANTZ, A. *On the nature of grammatical relations*. Cambridge: MIT Press, 1984.
- MCCAWLEY, J. The role of semantics in a grammar. In: BACH, E.; HARMS, R. *Universals in Linguistic Theory*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968. p. 124-169.
- MEIRELLES, L. L. *Os verbos instrumentais no português brasileiro*. 2013. Monografia (Bacharel em Letras) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2013.
- MEIRELLES, L. L.; CANÇADO, M. Verbos instrumentais: uma classe relevante gramaticalmente? *Anais do II Conel*, Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.
- _____. Os verbos instrumentais no português brasileiro. *Revista de Estudos Lingüísticos Veredas*, Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 19, n. 2, p. 292-309, 2015.
- MORGAN, J. On arguing about semantics. *Papers in Linguistics*, v. 1, p. 49-70, 1969.
- PEREIRA, R. A. Unidade e diversidade semântica dos verbos derivados em português. Verbal. *Anuario Galego de Filoloxía*, v. 36, p. 15-46, 2009.
- PINKER, S. *Learnability and cognition: the acquisition of argument structure*. Cambridge: MIT Press, 1989.
- RAPPAPORT HOVAV, M.; LEVIN, B. Building verb meanings. In: BUTT, M.; GEUDER, W. (Ed.). *The projection of arguments: lexical and compositional factors*, CSLI Publications, Stanford, CA, 1998. p. 97-134.
- _____. Reflections on Manner/Result Complementarity. In: DORON, E.; RAPPAPORT HOVAV, M.; SICHEL, I. (Ed.). *Syntax, lexical semantics, and event structure*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2010. p. 21-38.
- ROTHSTEIN, S. *Structuring events: a study in the semantics of lexical aspect*. Oxford: Blackwell, 2004.
- VENDLER, Z. *Linguistics in Philosophy*. Ithaca: Cornell, 1967.
- WUNDERLICH, D. Cause and the structure of verbs. *Linguistic Inquiry*, v. 28, n. 1, p. 27-68, 1997.
- _____. Lexical Decomposition. In: HINZEN, W. et al. (Ed.) *The Oxford handbook of compositionality*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

O processo de simulação na construção do sentido em narrativas

(The simulation process in the construction of meaning in narrative)

Paulo Henrique Duque¹

¹Pós-graduação em Estudos da Linguagem – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

duqueph@gmail.com

Abstract: The goal of this paper is to propose an explanation of how we mentally simulate complex scenes and referents from simple linguistic cues. As a hypothesis, we believe that the construction of meaning is based on the coding of perceptual and motor representations of entities and trajectors described linguistically, such as movement, shape, orientation and location. From this perspective, besides the linguistic ability, other cognitive capabilities such as perception, memory and attention appear to play crucial role in text comprehension. To elaborate the proposal, we have relied on investigations of Artificial Intelligence, Neuroscience, Cognitive Psychology and Neural Theory of Language, whose investigations reveal some neurocognitive constructs used during text comprehension tasks, such as schema and frames, for example. The focus on narrative is due to the fact that stories constitute a microcosm of events based on daily experiences that include people performing actions in terms of goals and events that present obstacles to these goals, conflicts, and emotional reactions.

Keywords: cognitive linguistics; simulation semantics; narrative.

Resumo: O objetivo deste artigo é propor uma explicação de como simulamos mentalmente referentes e cenas complexas a partir de simples pistas linguísticas. Como hipótese, acreditamos que a construção do sentido se baseia na codificação de representações perceptuais e motoras de entidades e trajetórias descritos linguisticamente, como movimento, forma, orientação e localização. Nessa perspectiva, além da capacidade linguística, outras capacidades cognitivas, como percepção, memória e atenção parecem desempenhar papel crucial na compreensão de textos. Para elaborarmos a proposta, baseamo-nos em investigações da Inteligência Artificial, Neurociências, Psicologia Cognitiva e Teoria Neural da Linguagem, cujas pesquisas nos revelam alguns constructos neurocognitivos utilizados durante a compreensão de textos, como esquemas e frames, por exemplo. O foco na narração se deve ao fato de histórias constituírem microcosmos de eventos baseados em experiências cotidianas que incluem pessoas realizando ações em função de objetivos e eventos que apresentam obstáculos a esses objetivos, conflitos e reações emocionais.

Palavras-chave: linguística cognitiva; semântica da simulação; narrativa.

Introdução

Processos cognitivos de alto nível, tais como a linguagem, a memória e o raciocínio, emergem de processos cognitivos de baixo nível, como a percepção e o controle motor (BARSALOU, 1999; WHEELER; PETERSEN; BUCKNER, 2000; NYBERG et al., 2001). Defendemos que tal emergência é favorecida pela estruturação de estímulos percebidos em padrões abstratos e, desses, em padrões ainda mais abstratos.

De acordo com Gallese e Lakoff (2005, p. 12), no cérebro humano, o processo de configuração de esquemas conceptuais (ou, do ponto de vista neurofisiológico, circuitos neurais) toma por base estímulos sensorio-motores de percepção (inclusive auditiva e visual), de manipulação de objetos e de deslocamento no espaço. Nesse contexto, a lingua-

gem apresenta um papel crucial no recrutamento dos circuitos neurais responsáveis pela execução das rotinas motoras e das tarefas de percepção durante o processo cognitivo de construção do sentido.

Quanto à relevância das experiências motoras para as tarefas cognitivas de alto nível, Bergen (2005, p. 258, tradução nossa) afirma:

[...] recordar experiências motoras recruta mecanismos cognitivos responsáveis por executar as mesmas ações motoras, pela ativação das mesmas partes do sistema motor do cérebro, assim como o acionamento de experiências perceptuais, nos domínios visuais e auditivos, faz uso de estruturas neurocognitivas de modalidade específica perceptual [...]. Da mesma forma, as imagens mentais envolvendo o controle motor ou visual ou auditivo produz a ativação de áreas motoras e perceptuais apropriadas do cérebro [...]. Parece, portanto, que recordar, imaginar, ou compreender a linguagem sobre as ações e percepções recruta estruturas cerebrais responsáveis por executar as ações ou perceber os perceptos que se afiguram ao olho da mente.¹

De acordo com o autor (BERGEN, 2005), evidências empíricas (WHEELER; PETERSEN; BUCKNER, 2000; NYBERG et al., 2001; PORRO et al., 1996; LOTZE et al., 1999; KOSSLYN; GANIS; THOMPSON, 2001; EHRSSON; GEYER; NAITO, 2003) sugerem que as experiências perceptuais e motoras são cruciais para a construção do sentido, mas, apesar do avanço que essa descoberta representa para possíveis soluções de antigos problemas relativos aos processos de semantização, poucos estudos se propõem a abordar o assunto da perspectiva linguística.

Imbuídos desse propósito, tendo como objeto de investigação o papel da linguagem frente aos processos neurocognitivos de estruturação de padrões abstratos a partir de experiências sensorio-motoras concretas, neste artigo, em especial, pretendemos apresentar uma proposta de análise da narrativa. Para isso, pautamo-nos no modelo do NTL (Neural Theory of Language), cuja arquitetura parece rastrear em detalhes o processo de construção do sentido em duas etapas² distintas: análise e enação. Segundo Feldman, Dodge e Bryant (2010), na primeira fase, um enunciado serve de *input* para a configuração de uma estrutura construcional intermediária e, na segunda fase, ocorre o perfilamento dessa estrutura por elementos do contexto.

Frames

O papel da linguagem é orientar o processo de simulação mental (enação), ora fornecendo elementos para a simulação de eventos (LAKOFF; JOHNSON, 1999; BORGHI; GLENBERG; KASCHAK, 2004; BERGEN; CHANG, 2005; BERGEN, 2007; DUQUE,

¹ No original: “[...] recalling motor experiences recruits cognitive mechanisms responsible for performing the same motor actions, by activating the same parts of the brain’s motor system, just as recalling perceptual experiences, both in the visual and auditory domains, makes use of perceptual modality-specific neurocognitive structures [...]. Similarly, mental imagery involving motor control or visual or auditory perception yields activation of appropriate motor or perceptual brain areas [...]. It thus seems that recalling, imagining, or understanding language about actions and percepts recruits brain structures responsible for performing the actions or perceiving the percepts that appear in the mind’s eye”.

² É importante esclarecer que a descrição linear dos dois processos é uma simplificação. Durante a compreensão, partes do enunciado podem ser analisadas, resolvidas e simuladas antes mesmo de o enunciado inteiro ser reconhecido.

2012, 2013; DUQUE; COSTA, 2012b), ora (re)criando entidades, cenários e cenas (ZWAAN; RADVANSKY, 1998; ZWAAN, 1999; ZWAAN; MADEN, 2005; GLENBERG, 2007; FISCHER; ZWAAN, 2008; DUQUE, 2011a, 2011b; DUQUE; COSTA, 2012a). Ao pensarmos, recorreremos a conceitos edificados a partir das nossas experiências sensorio-motoras. Concordamos com o fato de que espaços físicos têm limites e acessos ao seu interior, e que, nesses espaços, vemos e interagimos com entidades animadas ou não.

De acordo com Fillmore (1982), *frames* são estruturas cognitivas adquiridas por meio da cultura que são indexadas por palavras. Cumpre esclarecer que, diferentemente dos esquemas, o *frame* não mantém uma relação hierárquica com as suas partes, mas sim uma relação de domínio cognitivo (no sentido de LANGACKER, 2007). O *frame* BIBLIOTECA³, por exemplo, serve como conceito-base para outros conceitos (p. ex., *livro*, *bibliotecário*, *empréstimo*) e para a forma como devemos manipular objetos. É por isso que, em (1), dificilmente EMPRÉSTIMO é entendido como um tipo de transação financeira.

(1) Fiz o empréstimo na biblioteca do *campus*.

Muitas vezes, o conhecimento de fundo, atribuído aos *frames* é tão reforçado que se torna necessário um grande esforço cognitivo para trazê-lo à consciência. A título de exemplo, Fillmore e Baker (2011) demonstram que não é possível construirmos o significado de “terça-feira” sem entendermos que a contagem de tempo na nossa cultura se baseia num ciclo de sete dias. Para compreendermos os conceitos DIA ÚTIL e FIM DE SEMANA, precisamos saber identificar, por exemplo, quais membros do ciclo são dedicados à folga. No que concerne ao papel da linguagem na ativação desses conceitos,

[...] cada unidade lexical, o pareamento de uma palavra com um dos seus significados, evoca um *frame* e perfila algum aspecto ou componente desse *frame*. O pareamento de uma palavra com seu *frame* de fundo significa que quando compreendemos uma palavra, devemos, ao mesmo tempo, reconhecer a relevância da informação de fundo dentro da qual aquela palavra desempenha um papel interpretativo.⁴ (FILLMORE; BAKER, 2011, p. 317-318, tradução nossa)

O *frame* ativado pelo item lexical ‘biblioteca’, nesse sentido, configura-se como um cenário perfilado por personagens específicos, como *bibliotecário*, *usuários*, *faxineiro*, etc., que realizam atividades específicas: o usuário que tira um livro da estante ou a bibliotecária que cataloga novos exemplares, por exemplo.

No que diz respeito à perspectivação do *frame*,
Quando nos colocamos em uma situação, temos um ponto-de-vista espacial, temporal e psicológico a partir do qual indiretamente experienciamos os eventos. Esse ponto-de-

³ A fim de estabelecermos uma uniformidade notacional ao texto, ao tratarmos de formas linguísticas, adotamos aspas simples (‘biblioteca’); ao tratarmos de enunciados linguísticos, adotamos aspas duplas (“biblioteca”); ao tratarmos de domínios conceptuais, adotamos versaletes (BIBLIOTECA).

⁴ No original: “[...] each lexical unit, the pairing of a word with one of its meanings, evokes a frame and profiles some aspect or component of that frame. The pairing of a word with its background frame means that when we understand a word, we must simultaneously recognize the relevance of the background information within which that word plays an interpretive role”.

-vista é denominado *centro dêitico*, e a mudança de ponto-de-vista *mudança dêitica*.⁵ [grifo do autor] (ZWAAN, 1999, p. 15, tradução nossa)

Nessa perspectiva, quando experienciamos novos espaços físicos, alguns objetos se tornam mais relevantes para a construção cognitiva do cenário. Em outras palavras, ao simularmos mentalmente um cenário, tendemos a imaginar objetos que ficam próximos (ou na trajetória) das pessoas (personagens). Essa tendência também se verifica no caso da leitura/audição de histórias: além da perspectiva do narrador, adotamos a visão das personagens na simulação dos eventos. Vejamos o exemplo (2).

- (2) Deu por si na calçada, ao pé da porta; disse ao cocheiro que esperasse, e rápido enfiou pelo corredor, e subiu a escada. A luz era pouca, os degraus comidos dos pés, o corrimão pegajoso; mas ele não viu nem sentiu nada. Trepou e bateu. Não aparecendo ninguém, teve ideia de descer; mas era tarde, a curiosidade fustigava-lhe o sangue, as fontes latejavam-lhe; ele tornou a bater uma, duas, três pancadas. Veio uma mulher; era a cartomante. (ASSIS, 1998)

Em (2), o processo cognitivo de simulação do cenário descrito por Machado de Assis conta com as coordenadas espaço-temporais delineadas por pistas linguísticas apresentadas ao longo da leitura do trecho. Entendemos que a personagem se desloca de um local para o outro: da calçada próxima à porta ao corredor, do corredor à escada, da escada ao apartamento da cartomante e, de lá, para o sótão. De acordo com Rappaport *et al.* (1995), coordenadas espaço-temporais são constructos cognitivos concebidos a partir de um Centro Dêitico. A partir desse ponto de referência é que simulamos mentalmente o lugar (ONDE), o tempo (QUANDO) e as pessoas (QUEM) que integram a cena descrita. Qualquer mudança de lugar, de tempo e/ou de personagem pode ampliar, reconfigurar ou fornecer detalhes à simulação em construção. Na simulação, as sequências de ações realizadas pelo QUEM em prol de objetivos são muitas vezes inferidas. A maneira como um objeto é manipulado pela personagem determina, em grande parte, o tipo de ação realizada e, conseqüentemente, favorece a identificação dos objetivos da personagem.

- (3) O funcionário desmontou a estante da biblioteca bem cedo.
(4) O professor doou uma estante para a biblioteca no dia do livro.
(5) O funcionário empurrou a estante para o meio do corredor da biblioteca em pleno horário de funcionamento.

As estruturas argumentais subjacentes aos exemplos (3), (4) e (5) constituem descritores de eventos distintos: em (3), alguém executa uma ação sobre uma entidade; em (4), alguém faz com que uma entidade seja transferida; e, em (5), alguém desloca uma entidade de um local a outro. Cumpre ressaltar que, de um modo geral, eventos são apresentados em sequência cronológica porque, no cotidiano, é dessa forma que experienciamos os acontecimentos, mas independentemente dessa sequencialidade cronológica, eventos podem também coocorrer, como em (6) e (7).

⁵ No original: “When we place ourselves in a situation, we have a certain spatial, temporal, and psychological ‘vantage’ point from which we vicariously experience the events. Such a perspective has been termed a *deictic center*, and the shift to this perspective a *deictic shift*.”

- (6) Enquanto o funcionário estava montando a estante, a bibliotecária estava catalogando os exemplares.
- (7) O funcionário estava arrastando a estante, quando a prateleira se deslocou.

Em (6), os eventos ocorrem paralelamente e, em (7), há uma sobreposição parcial dos eventos. Em ambos os casos, o segundo evento é o ponto de referência (ou marco) do primeiro. Ao narrarmos acontecimentos, criamos descontinuidades temporais, omitindo eventos irrelevantes para a compreensão. Como a percepção visual humana favorece a focalização das entidades e dos eventos mais salientes de uma cena (foco e periferia), os intervalos e desvios do tempo não causam perturbações no processo de construção do sentido. A apresentação de muitos detalhes em si favorece a construção de expectativas, como em (8).

- (8) Meti a chave na fechadura e girei-a duas vezes. Ao ouvir o click do destravamento da lingueta, girei a maçaneta com firmeza para o lado direito. Empurrei a porta para frente num movimento único.

Em (8), a granularidade do evento ABRIR A PORTA, em METER A CHAVE NA FECHADURA, GIRAR A CHAVE, DESTRAVAR A LINGUETA, GIRAR A MAÇANETA, EMPURRAR A PORTA contribui para a ampliação da expectativa do impacto do evento seguinte. Ao revelarem maneiras de se perceber o cenário, pistas linguísticas acabam favorecendo a identificação dos objetivos da personagem, conforme o exemplo (9).

- (9) Campos de Melo passou todos os anos de sua vereança sem dar uma palavra. Era o boca de siri da câmara municipal de Cuité. Até que, uma tarde, ergueu o busto, como quem ia falar. O presidente da Mesa, mais do que depressa, disse:

— Tem a palavra o nobre vereador.

Então, em meio do grande silêncio, o grande mudo falou.

— Peço licença para fechar a janela, pois estou constipado. (CARVALHO, 1979, p. 132)

Em (9), o CENÁRIO, câmara municipal, e o foco na atitude da personagem, “ergueu o busto”, levam a crer que seu objetivo seria fazer um discurso. No entanto, seu objetivo era outro, “fechar a janela”. Tal “erro” de interpretação de objetivo, induzido pelo foco na atitude de erguer o busto, favorece a quebra da expectativa por parte do leitor. De acordo com Hurley *et al.* (2011), o sentido de humor produzido pela quebra de expectativa se deve à tendência de o cérebro criar (e confiar) em suposições. Como o cérebro às vezes adivinha incorretamente eventos futuros, o efeito de humor corrigiria a expectativa errada.

Os atributos situacionais⁶ que compõem o *frame* TRANSAÇÃO COMERCIAL e o *frame* TRANSFERÊNCIA DE VALORES (exemplos de FILLMORE, 1977) são: um COMPRADOR, um VENDEDOR, MERCADORIAS e DINHEIRO. De acordo com Fillmore, há um conjunto de pistas linguísticas relacionadas a este *frame*: “comprar”, “vender”, “pagar”, “custar”, “gastar” e “cobrar”. Cada qual indexa (ou aciona) aspectos distintos do *frame*. O verbo ‘comprar’, por exemplo, focaliza o COMPRADOR e a MERCADORIA comprada, deixando o VENDEDOR e o DINHEIRO no *background* (fundo) da cena (esses atributos são facilmente recuperados por inferência). O

⁶ Não se confundam esses atributos situacionais com papéis semânticos: *agente, paciente, tema*, etc.

verbo ‘pagar’ focaliza o COMPRADOR, o DINHEIRO e o VENDEDOR, deixando a MERCADORIA comprada de fundo.

Conhecer o significado acionado por um verbo relacionado ao *frame* TRANSAÇÃO COMERCIAL, por exemplo, exige conhecer os atributos desse *frame*. Nesse sentido, conhecer o significado de um verbo relacionado a esse *frame* significa conhecer os significados acionados por todos os demais. O conhecimento e a experiência estruturados pelo *frame* TRANSAÇÃO COMERCIAL fornecem o *background* e a motivação para as categorias das palavras. As palavras, isto é, as pistas linguísticas, acionam *frames* na mente do falante/ ouvinte. Durante a leitura de um texto (*habitat* natural das palavras!) acionamos *frames* e seus atributos.

A descrição completa dos verbos, por exemplo, deve incluir também informação sobre suas propriedades gramaticais e sobre os vários padrões sintáticos em que eles podem ocorrer, ou seja, sobre sua estrutura proposicional. Que atributos do *frame* podem ser realizados como sujeito do verbo ou objeto se houver um? E qual será a forma de superfície dos outros verbos? Quais desses elementos são obrigatórios e quais são opcionais?

De acordo com Petruck (1996, p. 1-2), em frases do tipo “Carla comprou o computador de Célia por R\$ 1.000, 00”, por exemplo, “Carla”, o COMPRADOR e o “computador”, a MERCADORIA comprada, são elementos obrigatórios. Os elementos de fundo, ambos opcionais, são “de Célia”, o VENDEDOR, e “por R\$ 1.000, 00”, o VALOR da compra. Notemos que diferentes preposições são utilizadas por cada elemento de fundo, o ‘de’ é o que permite a interpretação de ‘Célia’ como VENDEDOR. Outras preposições podem ser usadas diante do valor da compra, por ex.: “com R\$ 1.000, 00”.

Essas informações gramaticais sobre a descrição de valência semântico-sintática de cada verbo não são especificadas no *frame*, porém são deduzíveis das ricas descrições dos diferentes atributos do *frame*. Um *frame* de TRANSFERÊNCIA DE VALOR serve como domínio para a descrição dos significados de muitos substantivos. O domínio conceptual⁷ é necessário para a compreensão e para a referência. Alguns substantivos vinculados a um *frame* de transferência de valores são: ‘gorjeta’, ‘troco’, ‘desconto’, ‘recompensa’, ‘honorário’, ‘saldo’, ‘despesa’, ‘bônus’, ‘renda’, ‘tarifa’, ‘salário-família’, ‘prêmio’ e ‘pensão’.

Dessa forma, referências a quantias em dinheiro a partir de um desses substantivos exigem informações ricas e detalhadas sobre uma cena muito ampla, da qual a transferência de valor é apenas uma pequena parte. Por exemplo, o uso da palavra “pensão” pode ativar um domínio em que as personagens em questão já foram casadas e, em consequência de um divórcio, foi acordado que um deles daria uma quantia em dinheiro ao outro mensalmente. Pode haver outras informações envolvidas no domínio DIVÓRCIO, como as negociações em juízo, decisões judiciais, etc. Em suma, as palavras acionam cenas inteiras.

Dentre os fatores que devem ser considerados para uma descrição completa dos substantivos vinculados a um *frame* de TRANSFERÊNCIA DE VALORES está a sintaxe das expressões em que qualquer substantivo específico ocorre. Alguns substantivos exigem o artigo indefinido, por exemplo, enquanto outros exigem o artigo definido (e pronome

⁷ *Frames* criam domínios conceptuais através da sua função de enquadramento. Nesse sentido, podemos examinar qualquer entidade e identificar seus atributos, criando novos domínios conceptuais.

mes possessivos, demonstrativos, etc.). Para Petruck (1996), a escolha do artigo depende se a quantia transferida é esperada ou não. Se o dinheiro não é esperado, o termo indefinido é o preferido: “Ela lhe deu uma gorjeta/ uma recompensa”. Se o dinheiro é esperado, o termo definido é o preferido: “Ela lhe deu o salário/ o troco”. Assim, compreender essas sentenças envolve a simulação mental de uma cena. E a maneira como a cena será simulada depende, em parte, da escolha do determinante.

De acordo com a autora, o *frame* é considerado uma ferramenta útil na semântica do texto e na semântica da gramática. O intérprete de um texto aciona um *frame* quando sinaliza uma interpretação para um “pedaço de texto”⁸ por colocar seus conteúdos em um padrão conhecido independentemente do texto. Um texto evoca um *frame* quando uma forma (ou padrão linguístico) está convencionalmente associada a este *frame*.

Por exemplo, ao considerarmos a sentença “Na igreja, ela disse sim emocionada”. Embora não haja menção a uma cerimônia de casamento, compartilhamos um fundo cultural que ativa uma cena de CASAMENTO. A estrutura proposicional ‘dizer sim ____’ é perfilada por algo como ‘ao noivo’, uma vez que a sentença contém pistas que evocam muito da mesma cena, como “na igreja” e “emocionada”.

Segundo Fillmore (1977), o idealizador da Semântica de *frames*, o uso do conceito de *frame* ratifica a estreita ligação entre semântica lexical e semântica do texto não só porque um item lexical pode ser tomado como um texto muito pequeno, mas também porque o significado de qualquer item lexical simples desempenha um importante papel na construção do significado de qualquer texto (mais longo), por exemplo, uma sentença. Em suma, existem diferentes tipos de *frames* com diferentes efeitos na organização linguística e discursiva.

O Quadro 1 apresenta os papéis dos *frames*, sua composição e os esquemas imagéticos (esquemas-I) associados.

Quadro 1. *Frames* e Esquemas-I

	Composição	Esquemas-I
CENÁRIO e ROTEIRO	<i>Entidades</i> <i>Estado inicial</i> <i>Sequência de eventos</i> <i>Estado final</i>	CONTÊINER TRAJETÓRIA PARTE/TODO CENTRO/PERIFERIA TRAJETOR/MARCO
CONJUNTO DE ATRIBUTOS	<i>Propriedades</i> (Prototipicidade)	CONTÊINER (As propriedades estão dentro do recipiente) HORIZONTALIDADE
TAXONOMIA	<i>Hierarquia</i> (Inclusão)	CONTÊINER PARTE/TODO VERTICALIDADE

Os papéis *conjunto de atributos* e *taxonomia* se referem ao modo como perspectivamos a categorização de entidades, ou seja, de forma horizontal ou de forma vertical, respectivamente. Os atributos, determinantes para a categorização das entidades, são identificados no contexto situacional e discursivo. Vejamos os exemplos (10) e (11).

⁸ “piece of text” (PETRUCK, 1996, p. 3)

- (10) *O tecido* nervoso é sensível a vários tipos de estímulos que se originam de fora ou do interior do organismo (tecido como conjunto de células).
- (11) Designer de interiores explica quais são as vantagens e desvantagens dos diferentes *tecidos* de sofá (tecido como material à base de fios de fibra).

O papel *taxonomia* diz respeito a um sistema de categorias que se inter-relacionam por meio de inclusão. Nesse sentido, cada categoria dentro de uma taxonomia⁹ é completamente incluída dentro de outra categoria, da mais concreta à mais abstrata (Quadro 2).

Quadro 2. Hierarquia de categorias conceptuais

Categoria superordenada	ANIMAL					
Categoria básica	CACHORRO		GATO		PASSARINHO	
Categoria subordinada	DOBERMAN	LABRADOR	SIAMÊS	ANGORÁ	PARDAL	ROLINHA

Categoria superordenada	MÓVEL					
Categoria básica	ESTANTE		CADEIRA		ARMÁRIO	
Categoria subordinada	DE LIVROS	FIXA	DE BALANÇO	DE RODAS	EMBUTIDO	DE COZINHA

Como podemos constatar na distribuição hierárquica de categorias no Quadro 2, quanto maior a abrangência de uma categoria, maior o nível de abstração. Segundo Rosch (1998), as categorias básicas são as que melhor espelham a estrutura correlacional do segmento ambiental que está sendo categorizado, uma vez que, dentre outras propriedades, acionam ações motoras (por ex., sentar na cadeira, abrir o armário ou alimentar o cachorro), permitem que dois objetos sejam correlacionados mais facilmente (“cães e gatos”, “mesa e cadeira”) e possibilitam o reconhecimento do formato geral dos entes categorizados.

O enquadramento taxonômico de um determinado conceito dentro de um conceito mais amplo ajuda a restringir quais atributos devem ser herdados do conceito mais abrangente. Por exemplo, alguns atributos da categoria superordenada MÓVEL (ser deslocado fisicamente, suportar o corpo humano e servir para estocar e apoiar objetos) são herdados pela categoria básica ESTANTE (ser deslocado fisicamente e servir para estocar e apoiar objetos). A categoria subordinada ESTANTE FIXA herda um único atributo (servir para estocar e apoiar objetos). Por outro lado, quanto mais subordinado for o nível de uma categoria, mais atributos lhe serão acrescentados.

A causalidade

Segundo Zwaan (1999), quando interagimos com o ambiente, há uma forte tendência a interpretarmos sequências de eventos como sequências causais. Da mesma for-

⁹ A organização taxonômica de categorias não deve ser confundida com a relação estabelecida no domínio conceptual, entre base e perfis. De acordo com Clausner e Croft (1999), a relação entre círculo e raio, por exemplo, não é taxonômica, trata-se de uma relação entre domínio base e perfil (CÍRCULO/raio), que não se prende a níveis de abrangência de uma categoria, mas sim à base conceptual (CÍRCULO) na qual uma categoria (RAIO) se ancora.

ma que inferimos os objetivos das personagens considerando o CENÁRIO em que elas se encontram, extraímos a noção de causalidade do ROTEIRO em construção. Nesse sentido, acessamos domínios conceptuais já construídos para validar conexões causais de eventos relacionados a esses domínios, como em (12). Sem recorrermos a um domínio conceptual, a tarefa de relacionar eventos de maneira causal se tornaria muito difícil, como em (13).

(12) No momento da aliança, fiquei muito emocionado.

(13) O momento das lanças foi o que eu mais gostei.

Em (12), é possível identificar o domínio cognitivo em questão, CASAMENTO, e com ele recuperar a relação de causalidade entre as ações do roteiro, uma vez que o domínio em questão é rapidamente acionado pelo item linguístico “alianças”. Acionado tal domínio, somos capazes de recuperar até mesmo informações não apresentadas no texto, como a indumentária e os adereços, as falas, as personagens envolvidas, os detalhes do cenário, etc. No exemplo (13), a construção cognitiva da relação de causalidade exige um esforço maior, uma vez que o domínio conceptual é bastante difuso e de difícil acionamento. Podemos identificar com facilidade tal domínio a partir das informações apresentadas em (14).

(14) Fomos assistir a um festival cultural maori num local tipo uma aldeia onde o prédio principal é a Te Pakira, ou Casa sagrada de reuniões. [...] O chefe maori então veio se aproximando ameaçador com sua lança e passos de guerra que mostravam uma imensa leveza e habilidade no manejo da lança. Enquanto ele se aproximava, fazia caras e bocas e mantinha os olhos incrivelmente arregalados, ameaçadores. Outros guerreiros vinham logo atrás dele também fazendo evoluções com suas lanças.¹⁰

Cumpramos esclarecer que, às vezes, nossas expectativas são quebradas e os *frames* precisam ser refeitos. Voltemos ao exemplo (12), e imaginemos um possível desdobramento, como em (15).

(15) No momento da aliança, eu fiquei muito emocionado. Me lembrei do meu bisavô. Ele sempre dizia que a guerra só começou porque um estudante assassinou um arquiduque e destruiu a aliança entre Alemanha, Áustria e Itália.

Durante o processo de construção do sentido, em (15), verificamos o quanto somos rápidos em reconfigurar nossos *frames*. Somos rápidos também em criar novas inferências sobre personagens, como podemos constatar no exemplo adaptado de Zwaan (1999), em (16).

(16) Eletricistas consertaram a instalação elétrica do apartamento. Mas, para isso, **elas** precisaram desligar a energia de todo o condomínio.

Segundo o autor, em (16), o processamento cognitivo do segundo enunciado se torna mais lento porque “elas” fornece um gênero incompatível com o gênero estereotípico de ELETRICISTA.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/Diariodebordo/novazelandia.html>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

Simulação mental

A linguagem, aqui, é concebida como capacidade neurocognitiva voltada para a organização de estímulos sensoriais e motores em categorias conceptuais. Essa abordagem sugere que estímulos, tais como texturas, formatos, deslocamentos, dimensões, cores, etc., capturados separadamente pelos sentidos, sejam percebidos como Gestalts, graças ao mecanismo linguístico-cognitivo de categorização, ou seja, percebemos entidades (animadas ou não), cenários e eventos em meio a um caos de estímulos sensoriais. A linguagem, por sua vez, também se constitui como padrão alicerçado em modalidades perceptuais, motoras e proprioceptivas do corpo humano.

Gallese e Lakoff (2005) exemplificam esse caráter multimodal da linguagem com ‘pegar’ (*grasp*). De acordo com os autores, muitas evidências convergentes, vindas das ciências cognitivas, sugerem que o sentido de ‘pegar’ é construído graças à capacidade humana de imaginar, realizar e perceber eventos que envolvem o ato em si. Ao imaginarmos situações e ao produzirmos ou compreendermos enunciados que tratam da ação de pegar, acionamos basicamente o mesmo substrato neural que é ativado quando de fato pegamos (ou percebemos alguém pegando) alguma coisa. Segundo Gallese (2003, p. 174, tradução nossa), “apesar de não reproduzirmos ostensivamente a ação observada, nosso sistema motor fica, no entanto, ativo como se estivéssemos executando a mesma ação que estamos observando”.¹¹ Em seguida, o autor completa:

De acordo com essa perspectiva, perceber uma ação é o mesmo que simulá-la internamente. Esse processo *implícito, automático e inconsciente* de simulação corporificada possibilita ao observador utilizar seus próprios recursos para penetrar no mundo do outro sem a necessidade de *teorizar* explicitamente sobre isso.¹² [grifos do autor] (GALLESE, 2003, p. 174, tradução nossa)

Dessa forma, compreendemos situações ao imaginarmos coisas e eventos. Cumpre esclarecer que a imaginação, durante muito tempo, foi considerada uma dimensão desconectada das modalidades perceptuais (como visão, audição, tato, paladar, olfato e propriocepção) e motoras. Avanços das ciências neurocognitivas, no entanto, nos forneceram evidências de que a mente é corporificada, ou seja,

[...] ao lermos ou ouvirmos enunciados, simulamos as cenas relatadas; e essas simulações mentais incluem (a) detalhes motores característicos do efector utilizado para realizar as ações relatadas; e (b) detalhes perceptuais sobre a trajetória, a localização e a direção do movimento. Tais simulações podem ainda revelar especificidades sobre formatos, dimensões, pesos e texturas dos objetos descritos. (DUQUE, 2014, p. 300)

Essas simulações mentais (BARSALOU, 1999) seriam as próprias (re)construções neurocognitivas de experiências visuais, auditivas, proprioceptivas e motoras. Segundo Duque,

¹¹ No original: “Although we do not overtly reproduce the observed action, our motor system becomes nevertheless active *as if* we were executing that very same action that we are observing”.

¹² No original: “According to this perspective, to perceive an action is equivalent to internally simulate it. This *implicit, automatic, and unconscious* process of embodied simulation enables the observer to use his/her own resources to penetrate the world of the other without the need of explicitly *theorizing* about it”.

[...] quando simulamos eventos simples, como girar uma maçaneta, estamos simulando a direção e a força a ser aplicada durante a execução da ação. Nesse sentido, somos capazes de reproduzir experiências de ver, fazer alguma coisa ou ouvir algum som (ou ruído) sem que necessariamente o estímulo esteja sendo captado pelo nosso campo visual e auditivo ou estejamos, de fato, executando uma determinada ação ou movimento. (DUQUE, 2013, p. 474)

Temos, portanto, a capacidade neurocognitiva de reproduzir mentalmente a experiência de ver alguma coisa, de ouvir sons e ruídos, de sentir cheiros e gostos e de vivenciar temperaturas, dores e emoções, sem que os estímulos estejam sendo captados pelos órgãos do sentido e de propriocepção.¹³ Por exemplo, podemos simular GARRAFA como sendo um espaço físico delimitado, cujo conteúdo é inserível por meio de uma abertura; um trajetor que se desloca de um ponto a outro (transferência de posse, por exemplo); o resultado de uma transformação (transformação de vidro em garrafa, por exemplo); ou parte de um todo (garrafas num engradado, por exemplo). Identificamos aí algumas maneiras de enquadrarmos cognitivamente o mesmo item (no caso, garrafa), a partir da escolha de determinados padrões cognitivos originados de experiências perceptuais e motoras básicas. A escolha de um ou outro padrão, por sua vez, provavelmente é influenciada pelo contexto (mentalmente simulado) em que o item em questão é experienciado (se, numa cena de transferência de posse ou de transformação de entidades, por exemplo).

A implementação de uma simulação se dá através de pistas linguísticas, apresentadas sucessivamente. Para ilustrar esse processo, Fauconnier (1994) utiliza a metáfora do *iceberg*, em que a forma linguística é apenas a ponta de todo o processo de implementação da simulação mental. O item linguístico “pegar”, apresentado anteriormente, pode construir simulações de uma ação já realizada ou percebida de pegar. O conceito PEGAR constitui, portanto, uma imagem multimodal e o item linguístico “pegar” funciona como o gatilho que o aciona, de modo que diferentes áreas do cérebro (motoras e sensoriais) se interconectem produzindo um disparo neural coordenado, uma vez que

O sistema sensorio-motor não só fornece estrutura para o conteúdo conceitual, como também caracteriza o conteúdo semântico dos conceitos, em termos da maneira como nossos corpos funcionam no mundo.¹⁴ (GALLESE; LAKOFF, 2005, p. 2, tradução nossa)

Em suma, de acordo com a perspectiva aqui adotada, conceitos não são concebidos como representações internas de uma realidade externa, mas sim, mecanismos neurais moldados pelo nosso sistema corpo-cérebro a partir de interações perceptuais e motoras.

Modelo de análise

De acordo com Bergen e Chang (2005), as construções linguísticas são instanciadas por enunciados e se relacionam a uma especificação semântica (*semspec*) que identifica os esquemas de significado e suas inter-relações. Nesse caso, objetos e eventos da espe-

¹³ Além de restrita pela configuração corpórea e pelo segmento ambiental em que os seres se situam, mesmo a percepção e as reações motoras em si são construídas no cérebro de diferentes maneiras pelas distintas espécies que habitam o planeta.

¹⁴ No original: “the sensory-motor system not only provides structure to conceptual content, but also characterizes the semantic content of concepts in terms of the way that we function with our bodies in the world”.

cificação semântica são projetados nos contextos comunicativos correntes, produzindo uma especificação semântica resolvida (*semspec* resolvida). E as possíveis formas de evocação de estruturas corporificadas dinâmicas nas especificações semânticas resolvidas produzem inferências apropriadas. Nessa perspectiva, as palavras não têm significado em si mesmas, mas funcionam como guias que nos direcionam a significados construídos socialmente através de nossas interações. Três processos estão envolvidos na compreensão de um enunciado:

- a. Análise Construcional – processo de identificação das construções que são instanciadas por um enunciado e como tais construções delimitam a especificação semântica (*semspec*), ou seja, identificação dos esquemas envolvidos (esquemas imagéticos e esquemas em geral) e de como eles se relacionam entre si.
- b. Resolução contextual – processo de mapeamento entre os objetos e os eventos da *especificação semântica* e o contexto comunicativo corrente (pistas linguísticas anteriores; entidades e eventos em processo de simulação e *frames* culturais), que resulta em uma *especificação semântica resolvida*.
- c. Simulação mental – processo de acionamento do aparato sensório-motor do cérebro pelas especificações semânticas resolvidas repercutindo na produção de inferências apropriadas.

De modo geral, o processo de compreensão ocorre da seguinte maneira (Figura 1): o leitor/ouvinte percebe uma expressão linguística e identifica a construção que melhor se encaixe no que ele está percebendo, ou seja, que satisfaça todas as restrições da construção, considerando-se as maneiras como tal construção possa produzir uma especificação semântica coerente. Em seguida, o leitor/ouvinte verifica se a especificação semântica produzida se resolve no contexto comunicativo vigente, considerando-se as pistas linguísticas anteriores, as entidades e eventos em processo de simulação e os *frames* disponíveis.

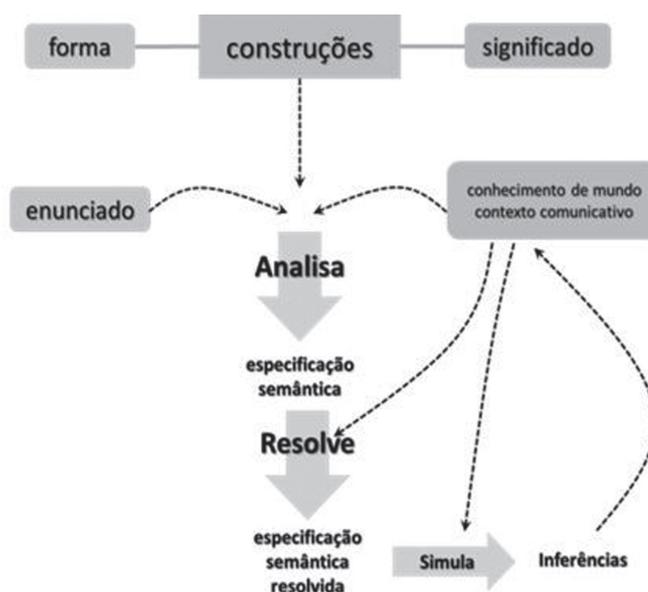


Figura 1. Modelo de arquitetura da ECG (Fonte: CHANG, 2009, p. 82)

Por exemplo, ao se deparar com “O gato pulou para baixo”, o leitor identifica uma cadeia de sinais gráficos, segmentados em palavras. As pistas de superfície disponíveis,

nesse caso, não passam de palavras individuais: “o”, “gato”, “pulou”, “para”, “baixo”, posicionadas em uma determinada ordem e finalizadas com um sinal de pontuação.

O processo de compreensão da sentença em foco exige o uso dessas pistas de superfície no acionamento de vários blocos de conhecimento linguístico, como esquemas de forma (‘o’, ‘gato’, ‘pulou’, ‘para’, ‘baixo’ e ordem dessas construções lexicais). Esses esquemas de forma estão pareados com esquemas de significado (GATO, PULAR, PARA BAIXO e a noção de MOVIMENTO DIRECIONADO).

Esses esquemas são generalizações vinculadas a atributos e funções fundamentadas na experiência. “Para baixo” aciona um conhecimento visual, motor e proprioceptivo (capacidade de reconhecer a localização espacial) sobre orientação e movimento de um trajetor no espaço. É por isso que o leitor reconhece a cadeia gráfica “o”, “gato”, “pulou”, “para”, “baixo” como uma instância da construção gramatical de MOVIMENTO DIRECIONADO.

As construções gramaticais fornecem outras pistas que favorecem sua identificação. Construções de MOVIMENTO DIRECIONADO, por exemplo, apresentam um constituinte em posição pós-verbal. Se o esquema pareado com a construção PARA BAIXO satisfaz o tipo de restrição que a construção de MOVIMENTO DIRECIONADO impõe acerca da existência de um trajeto, então ela pode conectar o esquema de forma ‘para baixo’ ao esquema de significado EXPRESSÃO DE TRAJETO.

O leitor também conecta o evento de ação MOVIMENTO DIRECIONADO ao esquema de forma ‘pular’ e atribui o papel de *trajetor* à entidade que pula do *frame* configurado, ou seja, ao esquema de forma ‘gato’. O evento PULAR é restrito em termos de tempo: diz respeito a um tempo anterior ao tempo de fala. O *trajetor* é um gato específico, o que revela algo sobre a identidade do referente: trata-se de um membro particular da categoria que é identificável pelo leitor no contexto comunicativo corrente.

A configuração resultante dos esquemas é a parametrização utilizada para orientar a simulação mental mais eficiente. Nós chamamos essa configuração de especificação semântica (*semspec*). A especificação semântica revela que *frame* acionar e como simular. Para isso, o leitor/ouvinte usa sistemas perceptuais e motores.

A *semspec* captura muito do que deve ser considerado no processo de semantização acionado pelas pistas linguísticas, tais como os papéis desempenhados no *frame* em questão (quem está fazendo o que a quem), as relações espaciais e temporais, e as restrições criadas a partir de simulações anteriores (ex.: a pista “o” revela que o esquema GATO já foi ativado anteriormente). Mas a *semspec* sozinha não fornece todos os elementos de que precisamos para realizar a simulação e dar conta de todas as inferências que um leitor pode realizar. Apesar de muitas inferências, no exemplo em questão, poderem depender do *trajeto* ou do *trajetor* especificado, outras inferências podem estar baseadas no contexto simulado (pode ter sido revelado anteriormente que o gato estava caminhando sobre o muro, por exemplo) e no conhecimento das categorias ativadas (o que o leitor já conhece sobre GATO?).

Os participantes específicos identificados (ou instanciados) no *frame* favorecem simulações que podem produzir inferências refinadas sobre, por exemplo, a posição anterior do *trajetor*, durante e após o evento; a quantidade de energia utilizada e o envolvimento do fêmur e das patas do felino no deslocamento; a força padrão do salto, etc.

Nós devemos distinguir a *semspec* – que captura as conexões gerais e as restrições impostas pelos esquemas e construções – de uma *semspec* resolvida pelo contexto – que captura restrições baseadas em *frames* e simulações já executadas durante a identificação de pistas precedentes. O importante é que a *semspec* resolvida conduz o leitor/ouvinte a ter informações suficientes para produzir adequadamente uma simulação mental. É com os resultados dessa simulação que o leitor/ouvinte (re)elabora suas crenças sobre a situação que está sendo simulada, cria expectativas e/ou prepara-se para apresentar as reações apropriadas.

Conclusão

Neste artigo, propusemos uma explicação sobre como referentes e cenas complexos são simulados a partir de pistas linguísticas relativamente simples. Verificamos que a construção do sentido é baseada na codificação das representações perceptuais e motoras das entidades e trajetores descritos linguisticamente, tais como movimento, forma, orientação e localização. Sendo assim, além da capacidade linguística, outras capacidades cognitivas, tais como percepção, memória e atenção são primordiais para a compreensão de textos.

Para elaborarmos a proposta em tela, comungamos com estudos que defendem a utilização de constructos neurocognitivos durante a compreensão de textos, como esquemas e *frames*, por exemplo. Além disso, a construção do sentido para a narrativa envolve a simulação mental de personagens, eventos, cenários e a própria causalidade dos eventos.

O processo que resulta na simulação mental envolve basicamente duas fases, a de análise construcional, em que, a partir do enunciado, são selecionadas as construções linguísticas (pareamentos de forma e significado) que, combinadas, produzem uma especificação semântica. Essa especificação semântica passa por um processo de resolução contextual, em que ocorre o perfilamento do *frame* com elementos do contexto situacional e discursivo. É nessa etapa do processo que referentes são especificados, cenários ganham formas e cores e os eventos ganham personagens.

No caso da narrativa, em especial, toda essa tessitura de elementos toma o evento como foco e a sequenciação de eventos produz a “impressão” de causalidade e a geração de expectativas que, à medida que vão sendo confirmadas, configuram novas expectativas.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Machado de. *Contos*: uma antologia. Seleção, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 2 v.
- BARSALOU, Lawrence. Perceptual symbol systems. *Behavioral and Brain Sciences*, Cambridge, v. 22, n. 4, p. 637-660, jul. 1999.
- BERGEN, Benjamin. Mental simulation in literal and figurative language understanding. In: COULSON, Seana; LEWANDOWSKA-TOMASZCZYK, Barbara (Ed.). *The literal and nonliteral in language and thought*. Berlin: Lang, 2005. p. 255-280.
- BERGEN, Benjamin. Experimental methods for simulation semantics. In: GONZALEZ-MARQUEZ, Monica; MITTELBERG, Irene; COULSON, Seana; SPIVEY, Michael J. (Ed.) *Methods in Cognitive Linguistics*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2007.

- BERGEN, Benjamin; CHANG, Nancy. Embodied construction grammar in simulation-based language understanding. In: OSTMAN, Jan-Ola; FRIED, Mirjan (Ed.). *Construction grammars: cognitive grounding and theoretical extensions*. Amsterdam: John Benjamins, 2005. p. 147-190.
- BORGHI, Anna; GLENBERG, Arthur; KASCHAK, Michael. Putting words in perspective. *Memory e Cognition*, New York, v. 32, n. 6, p. 863-873, set. 2004.
- CARVALHO, José C. de. *Se eu morrer, telefone para o céu*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1979.
- CHANG, Nancy. *Constructing grammar: a computational model of the emergence of early constructions*. Computer Science Division, University of California at Berkeley dissertation, 2009.
- CLAUSNER, Timothy; CROFT, William. Domains and image schemas. *Cognitive Linguistics*, v. 10, n. 1, p. 1-31, 1999.
- DUQUE, Paulo. Modelo de Situação e Compreensão de Textos. In: ENCONTRO DAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM APLICADAS AO ENSINO, 5., 2011, Natal. *Anais...* Natal: GELNE, 2011a.
- _____. Simulação Semântica e Compreensão de Textos. In: CONGRESSO NACIONAL DE FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA, 16., 2011, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011b. p. 128.
- _____. O Padrão Discursivo Conto Fantástico: uma análise construcional dos contos de Machado de Assis. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 1114-1125, 2012.
- _____. A integração entre affordances e restrições gramaticais no processo de compreensão de sentenças. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 370-385, 2013.
- DUQUE, Paulo. H. As construções linguísticas “para” e “para dentro de” e a simulação mental de espaço e movimento. *Revista Digital Letrônica*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 298-324, jan./jun. 2014.
- DUQUE, Paulo; COSTA, Marcos. Gramática de Construções e Simulação Mental: Construindo sentidos e arquitetando contextos. In: MOURA, Heronides; GABRIEL, Rosângela (Org.). *A cognição na linguagem*. Florianópolis: Insular, 2012a. p. 115-143.
- _____. Identidade, Integração e Imaginação: investigando a literatura fantástica. In: CONGRESSO LINGÜÍSTICA E COGNIÇÃO, 5., 2012, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2012b. p. 109-114. v. 1.
- EHRSSON, Henrik; GEYER, Stephan; NAITO, Eiichi. Imagery of voluntary movement of fingers, toes, and tongue activates corresponding body-part specific motor representations. *Journal of Neurophysiology*, Bastheda, v. 90, n. 5, p. 3304-3316, nov. 2003.
- FAUCONNIER, Gilles. *Mental Spaces*. New York: Cambridge University Press, 1994.
- FELDMAN, Jerome A.; DODGE, Ellen; BRYANT, John. A Neural Theory of Language and Embodied Construction Grammar. In: HEINE, B.; NARROG, H. *The Oxford Handbook of Linguistic Analysis*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2010.
- FILLMORE, Charles J. Topics in lexical semantics. In: COLE, R. (Ed.). *Current issues in linguistic theory*. Bloomington: Indiana University Press, 1977.
- _____. Frame semantics. In: *Linguistics in the Morning Calm*. Seoul: Hanshin, 1982. p. 111-137. (Ed. by The Linguistic Society of Korea).
- FILLMORE, Charles J.; BAKER, Colin. A Frames Approach to Semantic Analysis. In: HEINE, Bernd; NARROG, Heiko (Ed.). *The Oxford Handbook of Linguistic Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 313-340.

- FISCHER, Martin; ZWAAN, Rolf. Embodied language: a review of the role of the motor system in language comprehension. *Quarterly Journal of Experimental Psychology*, v. 61, n. 6, maio 2008.
- GALLESE, Vittorio. The manifold nature of interpersonal relations: the quest for a common mechanism. In: FRITH Christopher; WOLPERT, Daniel (Ed.). *The Neuroscience of Social Interaction: Decoding, Imitating, and Influencing the Actions of Others*. New York: Oxford University Press, 2003. p. 159-182.
- GALLESE, Vittorio; LAKOFF, George. The Brain's Concepts: The Role of the Sensory-Motor System in Conceptual Knowledge. *Cognitive Neuropsychology*, v. 22, n. 3-4, p. 455-479, maio 2005.
- GLENBERG, Arthur. Language and action: creating sensible combinations of ideas. In: GASKELL, George (Ed.). *The Oxford handbook of psycholinguistics*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2007. p. 361-370.
- HURLEY, Mathew; DENNETT, Daniel; ADAMS, Reginald. *Inside jokes: using humor to reverse-engineer the mind*. Cambridge, MA: Mit Press, 2011.
- KOSSLYN, Stephan; GANIS, Giorgio; THOMPSON, William. Neural foundations of imagery. *Nature Reviews Neuroscience*, v. 2, p. 635-642, set. 2001.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Philosophy in the Flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999.
- LANGACKER, Ronald. *Cognitive Grammar: a basic introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- LOTZE, Martin; MONTOYA, Pedro; ERB, Michael; HÜLSMANN, Ernst; FLOR, Herta; KLOSE, Uwe; BIRBAUMER, Niels; GRODD, Wolfgang. Activation of cortical and cerebellar motor areas during executed and imagined hand movements: An fMRI study. *Journal of Cognitive Neuroscience*, v. 11, n. 5, p. 491-501, set. 1999.
- NYBERG, Lars; PETERSSON, Karl; NILSSON, Lars-Goran; SANDBLOM, Johan; ÅBERG, Carola; INGVAR, Martin. Reactivation of motor brain areas during explicit memory for actions. *NeuroImage*, v. 14, n. 2, p. 521-528, ago. 2001.
- PETRUCK, Miriam R. L. Frame Semantics. In: ÖSTMAN, J-O.; VERSCHUEREN, J.; BLOMMAERT, J. (Ed.). *Handbook of Pragmatics*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1996.
- PORRO, Carlo; FRANCESCATO, Maria; CETTOLO, Valentina; DIAMOND, Mathew; BARALDI, Patrizia; ZUIANI, Chiara; BAZZOCCHI, Massimo; DI PRAMPERO, Pietro. Primary motor and sensory cortex activation during motor performance and motor imagery: a functional magnetic resonance imaging study. *Journal of Neuroscience*, v. 16, n. 23, p. 7688-7698, dez. 1996.
- ROSCH, Eleanor. Is Wisdom in the Brain? [A review of Austin, J. H. Zen and the brain.]. *Psychological Science*, v. 10, p. 222-224, 1998.
- WHEELER, Mark; PETERSEN, Steven; BUCKNER, Randy. Memory's echo: Vivid remembering reactivates sensory specific cortex. *Proc. Natl. Acad. Sci. USA*, v. 97, n. 20, p. 11125-11129, 2000.
- ZWAAN, Rolf. Situation models: the mental leap into imagined worlds. *Current Directions in Psychological Science*, v. 8, n. 1, p. 15-18, fev. 1999.

ZWAAN, Rolf; MADDEN, Carol. Embodied sentence comprehension. In: PECHER, Diane; ZWAAN, Rolf (Ed.). *Grounding cognition: the role of perception and action in memory, language, and thought*. New York: Cambridge University Press, 2005. p. 224-245.

ZWAAN, Rolf; RADVANSKY, Gabriel. Situation models in language comprehension and memory. *Psychological Bulletin*, v. 123, n. 2, p. 162-185, mar. 1998.

Aspectos do funcionamento de *estar* em espanhol e em português brasileiro

(Some aspects of *estar* function in Spanish and Brazilian Portuguese)

Telma Aparecida Félix da Matta Ccori¹

¹Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)

telma.matta@usp.br

Abstract: In this article we present some necessary topics to develop a comparative study between the copular verbs *ser* and *estar* in Spanish and Brazilian Portuguese. We particularly present some contrasts between the function of “*estar*” in each language, especially semantic contrasts.

Keywords: copular verbs, Spanish, Brazilian Portuguese

Resumo: O presente artigo consiste na apresentação de tópicos necessários ao desenvolvimento de um estudo comparativo entre os verbos copulativos *ser* e *estar* do espanhol e do português brasileiro. Nos detemos em contrastes entre os funcionamentos de “*estar*” em cada uma das línguas, sobretudo em contrastes de natureza semântica.

Palavras-chave: verbos copulativos, espanhol, português brasileiro

Introdução

A possibilidade de realizar-se uma análise comparativa entre o funcionamento dos verbos copulativos “*ser*” e “*estar*” do espanhol e do português brasileiro (PB) foi ficando clara à medida que se desenvolvia investigação que culminou na dissertação *Estar con/estar com: aspectos da posse e relações adjacentes* (CCORI, 2012): analisando-se usos de “*estar con*” e “*estar com*” em textos oriundos de jornais,¹ pode-se observar algumas questões no mínimo instigantes, como, por exemplo, um uso de “*estar con*”, em espanhol, no qual a expressão poderia facilmente ser substituída pelo verbo “*ser*”:

(01) El ejemplo más claro **está con** la guitarra.²

(02) El ejemplo más claro **es** la guitarra.

Outro fenômeno interessante que chamou a atenção durante o tratamento dos dados foi o fato de que a expressão “*estar con*” do espanhol com a cópula flexionada no pretérito perfeito apareceu em proporções muito maiores do que o observado em relação a “*estar com*” do PB:

(03) (...) Mariano Pavone, quien curiosamente estuvo con gorro y guantes pese a los casi 20 grados de temperature (...).

(04) (...) cada partido estuvo con una posesión, una aquí y una allá.

(05) (...) Antes de eso estuvo con yeso dos semanas.

¹ Serviram de fonte para a formação dos *corpora* utilizados na pesquisa textos provenientes de jornais brasileiros e hispanos de grande circulação, em suas versões digitais (*on-line*).

² Os exemplos de 1 a 9 foram tirados de Ccori (2012).

- (06) (...) Mac Allister no lo hará porque estuvo con gripe en los últimos días.
- (07) (...) en el primer set estuve con 5-4 y en el tercero con 5-2 (...).
- (08) Eu estive com sintomas de gripe e de febre quase todos os dias.
- (09) Em 1999 o tenista brasileiro esteve com um set abaixo e 4 a 2 no segundo set.

A esse respeito podemos também evocar o trabalho de Wachowicz (2003), sobre construções do tipo ‘estar+ gerúndio’; a autora também lida com dados de um *corpus*, e faz uma observação bastante parecida, constatando que as “ocorrências com o verbo estar no passado perfeito estive, estive, etc foram rarissimamente encontradas no Varsul” (WACHOWICZ, 2003, p. 18).

Não apenas o verbo *estar* do espanhol parece apresentar maior produtividade que o PB em relação à flexão de pretérito-perfeito, mas de um modo geral há indícios de que esse verbo se comporta de forma um tanto quanto distinta de seu cognato em PB em tempos perfectivos de um modo geral. É o que nos sugerem os dados a seguir (CCORI, 2102, p. 95):

- (10) (...) Mientras que la bolsa después de haber estado con una tendencia subista, estuvo con una baja de 0,18%.
- (11) Enquanto a bolsa depois de *haver estado com uma tendência (...), *estive com baixa de 0,18%.

Ser e Estar nos estudos linguísticos do espanhol e do PB

Os estudos linguísticos e filológicos sobre a distribuição entre “ser” e “estar” em geral se concentram em apenas uma das duas línguas, de maneira que são poucos os estudos comparativos sobre a questão. Podemos mencionar o trabalho de Hoyos (1980), uma publicação referente à apresentação realizada no 20º Seminário do GEL. No artigo a autora visa a demonstrar como os usos que se fazem das cópulas para a formação de expressões idiomáticas em uma das línguas não se aplicam (mutuamente) ao que se observa na outra língua. Trata-se de um estudo que focaliza fenômenos de natureza sintática.

A escassez de trabalhos comparativos entre os homônimos “ser” e “estar” do espanhol e do PB faz-se sentir em análises propostas para as cópulas desta última língua, análises que parecem de algum modo desenvolver-se no esteio de ensaios sobre as cópulas daquela.

Na área dos estudos de Aquisição de Segunda Língua, Cardoso e Bataglia (2005),³ ao mesmo tempo que apresentam dados linguísticos do PB, parecem eximir-se de tecer certas considerações que contradiriam o exposto em seu apoio teórico, este referente ao emprego dos mesmos verbos em língua espanhola.

Dentre os estudos de Aquisição de Língua Materna, não podemos deixar de mencionar o trabalho de Claudia Lemos (1987), intitulado *Ser and Estar in Brazilian Portuguese with particular reference to child Language Acquisition*. Ilari *et al.* (1989), em resenha sobre a obra, sugerem que a escolha do escopo da investigação da autora, que consiste em estruturas locativas, se deveria ao fato de filólogos e linguistas da língua es-

³ Em artigo publicado na revista *Pandemonium Germanico* (vide Bibliografia), sobre a aquisição de estruturas copulativas de Português Língua Estrangeira (PLE) por falantes nativos de alemão.

panhola terem se dedicado anteriormente quase que de maneira exclusiva, às construções atributivas com as duas cópulas.

No presente trabalho apresentamos dados que constituem um forte indício de que, apesar da propriedade comum de possuírem dois verbos copulativos, que coloca o português e o espanhol de um lado, e do outro os romances francês e italiano, ambos possuidores de uma única cópula (*être* e *essere*, respectivamente), em cada uma das línguas ibéricas os contrastes nos quais se assenta a oposição *ser/estar* são particulares.

Tanto quanto no espanhol, no PB verifica-se o uso de *estar* em diferentes tipos de sentença. Aqui iremos nos ater à sentenças locativas, atributivas, e construções de ‘*estar* + gerúndio’. Concernente aos três tipos de estrutura em questão, a pergunta que colocamos é: o verbo *estar* funciona sempre de maneira idêntica nas duas línguas, isto é os **valores aspectuais** potencialmente veiculados pela cópula são os mesmos em ambas?

Antes de prosseguirmos com nossas indagações convém discutir algumas noções de aspecto relevantes para nossa proposta de análise.

Aspecto

Sob o termo aspecto encontram-se duas noções distintas, embora correlacionadas: o **aspecto gramatical**, que se manifesta sobretudo em morfemas flexionais que expressam tempo (presente, pretérito, futuro) e o **aspecto lexical**. O aspecto lexical,⁴ equivaleria ao modo como se concebe a constituição interna de um evento, o que para alguns autores corresponde à ideia de Aktionsart. De Miguel (1999, p. 3009) considera que a Aktionsart de um evento é composta por dois tipos distintos de aspectualidade: a aspectualidade qualitativa e a aspectualidade quantitativa.

O termo aspectualidade qualitativa serve à critérios de classificação aspectual de acordo com os quais um evento:

- Implica, ou não, **mudança de estado**: a) “amadurecer”; b) “estar verde”
- Sugere, ou não, um movimento em direção a um **limite**: a) “chegar”; b) “viajar”
- Expressa uma **fase**: a) “lançar” (evento em que se focaliza um ‘início’); b) “crescer” (foco num intervalo, numa ‘fase intermediária’); c) “construir” (implica um resultado, um estado final em que algo ‘termina construído’)

Assim, em relação ao critério ‘qualidade do aspecto’ teríamos, respectivamente as seguintes oposições referentes ao modo de ação (Aktionsart):

- 1) ‘estático/dinâmico’
- 2) ‘delimitado/não delimitado’
- 3) ‘ingressivo-inceptivo/progressivo/terminativo-resultativo’

Quanto à aspectualidade quantitativa corresponderia às informações sobre como o evento se “encaixa” na linha do tempo; as mais relevantes para a nossa análise são as que seguem:

⁴ Outro nome que parece designar a mesma noção seria Aktionsart. Entretanto na literatura encontram-se algumas controvérsias quanto à equivalência dos dois termos.

- com que distribuição ocorre: a) “cantar” (se entende como uma ação homogênea, que se dá num *continuum*); b) “cortejar” (pode corresponder a variadas ações distintas e intermitentes); c) “vaguear” (se entende como uma repetição de um mesmo gesto)
- com que duração: a) “viver” (supõe uma porção temporal longa); b) “chegar” (se daria em uma porção temporal curta)

Sob o critério quantidade, as classificações referentes ao modo de ação são as que seguem:

- 1) ‘semelfactivo/múltiplo/iterativo’
- 2) ‘durativo/pontual’

Uma outra possível forma de classificação aspectual, da qual também lançamos mão no decorrer de nossa análise corresponde à proposta originária de Zeno Vendler (1967, apud Parsons 1990), que identifica 4 tipos de eventualidades, a saber:

1. **Eventos (*accomplishment/achievement*)**, os eventos *accomplishment* teriam ‘culminação definida’, referindo-se a algo que termina após haver-se ‘arrastado no tempo’; os *achievement* teriam culminação instantânea.
2. **Processos**; os processos seriam e ‘eventualidades em transcurso’.
3. **Estados**; seriam um tipo de ‘eventualidade internamente perene’, que perdura no tempo de maneira indefinida.

Embora os verbos copulativos *ser e estar* do português e espanhol modernos recebam a classificação de copulativos, não expressando um evento passível de ser descrito por meio das categorias aspectuais acima expressas, tampouco podem ser considerados meros elos de ligação; se assim o fosse, não haveria razão para a existência de dois verbos copulativos tanto em uma quanto em outra língua. Na literatura encontra-se a tendência geral de equipar-se a diferença de significado entre *ser e estar* à oposição aspectual **permanente/transitório**. Apesar de considerarmos também essa dicotomia na presente reflexão, acreditamos que sua manifestação não é estritamente a mesma nos pares de cópulas do PB e do espanhol, sobretudo devido a como a noção de “transitoriedade” é plasmada na cópula *estar* em cada das línguas. Um estudo comparativo sobre os percursos de gramaticalização das cópulas poderia lançar luzes sobre a questão. Embora esta não seja a tarefa aqui proposta, voltar os olhares para a história do verbo “estar” pode nos proporcionar alguns *insights* adicionais.

Origens de *estar*

Conforme observado na seção anterior, o verbo *estar* dos romances ibéricos modernos é originário do verbo latino STARE. Sua distribuição em relação ao verbo SEDERE – forma da qual é oriunda a cópula *ser* – é assim descrita por Batllori e Roca (2011):

STARE e SEDERE contrastavam com ESSE, “ser”, “existir” pelo fato de que eram verbos especializados na apresentação de um valor locativo, enquanto ESSE era utilizado tanto junto a predicados copulativos *individual* ou *stage level*, quanto em sentenças locativas e existenciais. (BATLLORI; ROCA, 2011, p. 80)

Quanto ao conteúdo lexical de STARE, é expresso pelos mesmos autores nos seguintes termos:

Em latim, o significado de STARE era relativo a uma posição física: ‘estar de pé’, ‘ainda estar de pé’, ‘permanecer em posição de pé’, ‘levantar-se rigidamente’. (BATLLORI; ROCA, 2011, p. 79)

Seguindo a análise dos possíveis significados do verbo latino STARE acima, pode-se não apenas afirmar que se tratava de um **verbo pleno**, no sentido comum e corrente da nomenclatura, mas também ponderar sobre o funcionamento do verbo: STARE era um verbo pleno e “cheio”, “repleto” de significações; todas remetiam à noção de uma determinada posição física, contudo esta poderia ser expressa em eventualidades, senão diversas, ao menos aspectualmente distintas. Os contrastes entre as possíveis leituras de STARE, *grosso modo* poderiam ser definidos da seguinte forma:

Quadro 1. Os diferentes valores aspectuais do verbo latino STARE

Acepção de STARE		Valores aspectuais relacionados
estar de pé	→	--
ainda estar de pé	→	durativo/transitório
permanecer em posição de pé	→	durativo/permanente
levantar-se rigidamente	→	inceptivo/pontual

Excetuando-se a glosa utilizada por Battlori e Roca para a primeira acepção de STARE ‘estar de pé’, todas as demais nos permitem observar as várias nuances aspectuais que o verbo latino poderia apresentar: de ‘ainda estar de pé’ se entende, simultaneamente, que a posição foi mantida pelo indivíduo implicado durante um certo período, e que o mesmo se encontra em vias de mudar de posição’, o ‘ainda’ que aparece na glosa em língua românica moderna deixa patente a interpretação de ‘mudança latente’; já de ‘permanecer em posição de pé’ se interpreta que haveria uma persistência/resistência do indivíduo em tal posição a despeito da passagem do tempo, sendo que desta uma condição natural para a mudança; quanto a ‘levantar-se rigidamente’, é entendido como um movimento corporal que culmina no estabelecimento de um posição vertical, e que corresponde ao início da mesma. Nesta última acepção, o verbo latino STARE poderia ser considerado um verbo que descreve um evento propriamente dito, e não um estado, uma vez que envolve a referência a um ponto culminante; também nas acepções anteriores, mais do que a referência a estados o que parece estar em jogo é a referência a uma situação oposta à uma mudança de estado (que poderia ser tanto um evento quanto um processo). Não nos deteremos aqui na questão da diversidade de acepções e leituras aspectuais do verbo latino STARE, contudo é interessante observar como algumas delas parecem apresentar-se ainda no verbo *estar* do espanhol moderno.

Leituras aspectuais do verbo estar em língua espanhola

Para Leborans (1995⁵, p. 271, apud CAMACHO, 2012, p. 464), o emprego do verbo estar poderia ser descrito como à referência a um “*movimento de transição em direção*”

⁵ LEBORANS, Maria J. F. *Las construcciones con el verbo estar: aspectos sintácticos y semánticos*. Verba 22. 1995. p. 253-284.

a *um estado final*”. Tal definição nos remeteria à noção de verbos *accomplishment*: verbos que denotam uma porção de tempo, que possui uma certa duração, e à qual se segue um ponto culminante definido. Em crítica à análise de Leborans, Camacho (2012, p. 464) faz a seguinte colocação:

Concordo [...] que a noção ao de limite de um evento é relevante para a distribuição de *estar*. Entretanto [...] sugerirei que *estar* seleciona o limite inicial de um estado. (grifos meus)

Sobre a colocação de Camacho cabem duas observações, uma decorrente da outra: a primeira diz respeito ao fato de que em sua análise recorre-se à noção de **limite**, e a segunda, ao fato de que nela o conceito de estado parece confundir-se com o de evento. De qualquer forma sempre estaria envolvida a noção de ‘limite’ ou ‘ponto’, algo próprio dos eventos.

Em favor da hipótese de Camacho, de que no verbo *estar* focalizaria o ponto inicial de um evento/estado, encontramos dados como o observado na Figura 1.

Abaixo comparamos a sentença do espanhol com *estar* postada na rede social *twitter* (ver Figura 1) com sua tradução literal para o PB.

(12) ‘Ayer estuvo listo el libro’.

(13) ‘# Ontem esteve pronto o livro’.

A sentença do PB, com *estar* focalizando o ponto inicial do estado “pronto”, é um tanto quanto inusual.



Figura 1. Uso de *estar* com flexão de pretérito-perfeito em espanhol⁶

⁶ Fonte: <<https://twitter.com/magallanes71/status/477445418112917506>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

Por meio das ‘construções-tipo’, abaixo procuramos evidenciar o contraste aspectual verificado entre os verbos ‘*estar*’ das duas línguas:

- (14) ¿Cuándo Juan comenzó a estar enamorado?
- (15) ¿Cuándo la planta comenzó a estar amarilla?
- (16) ¿Cuándo él comenzó a estar dispuesto?
- (17) *Quando João começou a estar apaixonado?
- (19) *Quando a planta começou a estar amarela?
- (20) *Quando ele começou a estar disposto?

Nas sentenças do espanhol em 12-14 é perfeita a combinação entre o verbo ‘*comenzar*’ e o verbo ‘*estar*’ na expressão ‘*comenzar a estar*’. O mesmo não se verifica nas construções do PB (15-17), em que a má formação da sequência *‘*começar a estar*’ parece dever-se a uma incompatibilidade entre o significado inceptivo do verbo *começar* e a não presença do mesmo valor aspectual na cópula *estar* do português.

Concernente ao PB, pensar-se no uso de *estar* como relacionado a um ponto dentro de um evento só parece ser possível caso se esteja considerando um segundo evento, isto é, em uma análise conjunta de construções eventivas-incoativas e construções estativas com formas participiais:

- (21) La puerta se cerró → la puerta está cerrada.
- (22) A porta fechou → a porta está fechada.

Em forma lógica teríamos:

‘La puerta cierra’ = $(\exists e)[\text{cerrar}(e) \ \& \ \text{Tema}(e, \text{la puerta}) \ \& \ \text{Cul}(e) \ \& \ (\exists s)[\text{estar cerrado}(s) \ \& \ \text{Tema}(s, \text{la puerta}) \ \& \ \text{Hold}(s) \ \& \ \text{BECOME}(e,s)]]$.

Onde se lê: Existe um evento, ‘*cerrar*’ («fechar»), este evento tem como tema uma entidade – ‘*la puerta*’ (a porta) –, e este evento culmina; e existe um estado, o qual é «*estar fechado*», este estado tem como tema ‘*la puerta*’, este estado se mantém (“*Hold*”), e o evento se transforma (“*BECOME*”) no estado.

Embora na sentença do PB em 22 a leitura de ponto final de evento em «*estar fechado*» seja dada pelo participio, em relação à sentença do espanhol é possível nos perguntarmos se a leitura terminativa é de fato de inteira responsabilidade do participio adjetival, já que os dados a seguir nos sugerem o contrário:

- (23) Porque hoy estuvo lloviendo.⁷
- (24) Estuvo lloviendo el día anterior.⁸

⁷ Fonte: <http://www.musica.com/letras.asp?letra=1170623>

⁸ Fonte: <http://es.answers.yahoo.com/question/index?qid=20120216014730AANdxzr>

- (25) Cuando estuviste llegando ayer llovía.⁹
- (26) Porque hoje *esteve chovendo/choveu.
- (27) * Esteve chovendo/choveu no dia anterior.
- (28) Quando você *esteve chegando/chegou ontem [...]

Uma possível explicação para agramaticalidade de sentenças do tipo ‘*estar*+gerúndio’ em PB, nos contextos das sentenças do espanhol em 23-25 poderia ser formulada nos seguintes termos: em PB para fazer-se referência a um evento passado, de modo que deste evento se interprete a culminação, é incongruente a forma do gerúndio, que por sua leitura aspectual progressiva remete a um **intervalo** de tempo, e não a um ponto. É importante ter em mente que por «culminação» em geral se entende ‘um ponto no tempo’.

Uma vez que também em espanhol o gerúndio apresenta leitura aspectual progressiva, é plausível pensarmos que a possibilidade de sentenças como as de 23-25 nessa língua se deva a propriedades aspectuais da cópula: em espanhol o verbo *estar* parece situar a noção de progressão e de intervalo de tempo dentro do escopo de um ponto. Os dados em 23-25, portanto, nos permitem formular a hipótese de que no aspecto lexical de *estar* em língua espanhola não apenas a ideia de um ponto inicial de estado/evento, ou alternativamente um ponto final – como postulado, respectivamente nos trabalhos de Camacho e Leborans – se faria presente, mas ambos os pontos seriam marcáveis, simultaneamente, ou não.

As considerações apresentadas até o presente momento, entretanto, não constituem o resultado, mas o princípio de uma investigação; por meio delas não pretendemos comprovar hipóteses, apenas levantá-las para o desenvolvimento de trabalhos futuros.

Conclusão

Os verbos *estar* do espanhol e do PB possuem diferenças de significado que tem passado inadvertidas no âmbito dos estudos linguísticos e filológicos.

Em espanhol o verbo *estar* parece conservar em maior medida as leituras aspectuais do originário verbo STARE do latim, apresentando determinados valores aspectuais não presentes no verbo homônimo do PB, em particular os que correspondem à expressão do ponto inicial de um estado, ou à expressão de um intervalo de tempo cujos limites inicial e final são salientes.

A incipiente discussão acerca da existência de um ponto inicial ou final de estado, subjacente ao emprego do verbo *estar* desenvolvida no âmbito dos estudos linguísticos hispânicos pode ser enriquecida com dados de análise comparativa com o PB, língua em que também se apresenta a dicotomia *ser/estar*.

REFERÊNCIAS

BATLLORI, M.; ROCA, F. Gramaticalisation of Ser and Estar in Romance. In: JONAS, D. (Ed.). *Gramatical Change: Origins, Nature, Outcomes*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p 73-92.

⁹ Fonte: <http://es.answers.yahoo.com/question/index?qid=20120216014730AANdxzr>

- CAMACHO, J. Ser and Estar: the individual stage level distinction and aspectual predication. In the Handbook of Hispanic Linguistics, Oxford, Blackwell Publishing, 2012. p. 453-475.
- CCORI, T. A. M. F. *Estar con/estar com*: aspectos da posse e relações adjacentes. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- DE MIGUEL, E. El aspecto léxico. In: BOSQUE, O.; DEMONTE, V. (Org.). *Gramática descriptiva de la lengua española*, Tomo II. Madrid: Espasa, 1999. p. 2977-3060.
- HOYOS, B. L. F. Ser e Estar: estudo contrastivo espanhol-português. *Alfa*, São Paulo, n. 24, p. 93-107, 1980.
- ILARI, R. et al. Resenha: *Ser and estar in brazilian portuguese, with particular rreference to child language acquisition*. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 16, p. 165-174, 1989.
- LEBORANS, M. La predicación: las oraciones copulativas. In: BOSQUE, O; DEMONTE, V. (Org.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Tomo I. Madrid: Espasa, 1999. p. 2357-2460.
- LEMONS, C. *Ser and Estar in Brazilian Portuguese, with particular reference to child language acquisition*. Tüunbingen: Gunter Narr Verlag, 1987.
- PARSONS, T. *Events in the Semantics of English: a study in Subatomic Semantics*. Massachusetts: MIT Press, 1990.
- VENDLER, Z. *Linguistics and philosophy*. Cornell University Press: Ithaca, 1967.
- WACHOWICZ, T. *As leituras aspectuais da forma do progressivo do Português Brasileiro*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

Propriedades tipológicas de Alçamento de SN argumental e suas implicações para o reconhecimento do fenômeno no Português Brasileiro

(Typological properties of argumental NP raising and its implications for the recognition of the phenomenon in Brazilian Portuguese)

Gustavo da Silva Andrade¹

¹Instituto de Biociências, Letras e Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista (Unesp)

gustavo@ibilce.unesp.br

Abstract: We work, in this paper, on the occurrence of the argumental constituent of the embedded clause in the matrix clause boundaries, a phenomenon identified in the literature as **raising**. Our objective is to verify to what extent typologically-based properties apply to both types of raising identified in a variety of contemporary Brazilian Portuguese: subject-to-subject raising; object-to-subject raising. Based on empirical research on a corpus of spoken language and assuming a functionalist orientation, our analyses indicate that: (i) the subject-to-subject raising is the most productive type; and (ii) the morphosyntactic and semantic-pragmatic properties analyzed are sufficient to identify the two types of raising, but they are not included in the definitions of the typological base of the phenomenon found in the literature.

Keywords: subordination; raising; subject.

Resumo: Tratamos, neste trabalho, da ocorrência de constituinte argumental da oração encaixada nos limites da oração matriz, fenômeno identificado na literatura como **Alçamento**. Nosso objetivo é verificar em que medida propriedades de base tipológica aplicam-se a dois tipos de Alçamento identificados em uma variedade do português brasileiro contemporâneo: Alçamento de sujeito a sujeito e Alçamento de objeto a sujeito. Com base em investigação empírica em corpus de língua falada e assumindo uma orientação funcionalista, nossas análises indicam que: (i) o Alçamento de sujeito a sujeito é o tipo mais produtivo; e (ii) as propriedades morfossintáticas e semântico-pragmáticas analisadas são suficientes para a identificação dos dois tipos de Alçamento, mas não são contempladas nas definições de base tipológica do fenômeno encontradas na literatura.

Palavras-chave: subordinação; Alçamento; sujeito.

Considerações iniciais¹

A complementação oracional tem sido objeto de estudo em vários trabalhos, dentre os quais destacamos, neste artigo, o de Noonan (2007 [1985]), por versar, especificadamente, sobre os predicados que tomam orações por complemento (PTC), apresentando, para tanto, um quadro tipológico da Subordinação oracional, a partir do qual descreve dois fenômenos que tomam lugar junto às orações encaixadas em posição argumental de sujeito: *equi-deletion*² e Alçamento, do inglês *raising*; esse último, foco do presente trabalho.

¹ Este trabalho não está vinculado a uma única teoria funcionalista, mas, sim, aos princípios gerais do funcionalismo.

² Optamos por manter, neste trabalho, o termo em inglês para referenciar o fenômeno de apagamento (*deletion*) de sujeito da subordinada idêntico (*equi*) ao da matriz, em decorrência da inexistência de uma tradução recorrente e aceita pela literatura brasileira.

O Alçamento de constituintes, nas línguas naturais, tem sido identificado pela codificação de um dos argumentos do predicado da oração encaixada, seu sujeito ou seu objeto direto, nos limites do predicado da oração matriz em posição típica de sujeito, podendo, contudo, ser codificado em posição de objeto, caracterizando, assim, diferentes tipos de Alçamento: de sujeito a sujeito (ASS), de sujeito a objeto (ASO), de objeto a sujeito (AOS) e de objeto a objeto (AOO). É importante assinalar que nem todas as construções com Alçamento são identificadas intralinguisticamente, como é o caso do Português Brasileiro (PB), no qual apenas construções de ASS, de ASO e de AOS são identificadas em dados empíricos (cf. ANDRADE, 2013; GONÇALVES; ANDRADE, 2013). Assim, objetivamos, com este artigo, verificar e comprovar se os critérios apresentados por Noonan são necessários e suficientes para a identificação e para a descrição do Alçamento a sujeito no PB contemporâneo, exemplificado pelas construções em (1) e (2).³

(1) ASS

a. **o cara** num parece [tê(r) setenta anos de idade] (AI-005)

(= o cara ter setenta anos)

b. **o namoro** é difícil [pra andá(r) pra frente né?] (AC-046)

(= o namoro andar pra frente)

(2) AOS

a. eu dobro toalha tam(b)ém ... **toalha** é complicAdo pa **caramba** pa **dobrá(r)** (AC-016)

(= dobrar toalha)

b. ele saiu [da prisão] ele:: graças a Deus ... **o serviço** é difícil [arranjá(r)] mas conseguiu um servi-
cinho lá (AC-071)

(= arranjar o serviço)

Em (1), os sintagmas nominais (SN) **o cara** e **o namoro** são constituintes argumentais do predicado encaixado, porém estão codificados em posição de sujeito dos predicados de suas respectivas orações matrizes, **num parece** e **é difícil**; enquanto em (2), os SNs **toalha** e **o serviço**, respectivamente, objetos diretos dos predicados encaixados **dobrar** e **arranjar**, são codificados em posição de sujeito dos predicados matrizes **complicado** e **difícil**.

Como se observa, em PB, o ambiente propício para ocorrência de Alçamento são as chamadas **orações subjetivas**, por se tratar de construções impessoais. Por essa razão, a descrição do fenômeno do Alçamento representa importante contribuição para a descrição da subordinação oracional no PB, especialmente para os casos de orações encaixadas em posição argumental de sujeito (cf. GONÇALVES, 2011, 2012; GONÇALVES; SOUSA, 2013; FORTILLI; GONÇALVES, 2013; GONÇALVES; ANDRADE, 2013). Outra motivação do presente estudo deve-se ao fato de, no âmbito da linguística brasileira, construções de Alçamento sempre terem constituído tema de investigação privilegiado mais de formalistas (cf. KATO; MIOTO, 2000; MARTINS; NUNES, 2005; HENRIQUES, 2008; dentre outros) do que de funcionalistas (cf. MITTMANN, 2006; GÖRSKI, 2008). Diante disso, um de nossos objetivos é oferecer, sob perspectiva funcionalista, uma reflexão

³ Ao final de cada ocorrência extraída do corpus de análise, identificamos, respectivamente: o tipo de amostra (AC, amostra censo, ou AI, amostra de interação) e o número do inquérito.

acerca de construções de Alçamento do PB. Para tanto, partimos de dois importantes trabalhos de natureza tipológica, identificados com uma orientação funcionalista: o primeiro é o trabalho de Noonan (2007 [1985]), sobre a complementação oracional, e o segundo é o trabalho de Serdol'boskaya (2008), específico sobre Alçamento em um conjunto de 26 línguas. Ao tomarmos como ponto de partida esses trabalhos, pretendemos discutir em que medida propriedades definidoras de base tipológica se aplicam aos casos de ASS e AOS no PB, considerando também outros parâmetros de natureza morfossintática, semântica e pragmática, como os expostos no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1. Parâmetros de análise de construções de Alçamento

Nível de análise	Parâmetro de análise
Morfossintático	(a) [+/- concordância] do SN alçado com o predicado matriz (b) [+/- concordância] do SN alçado com predicado encaixado (c) presença de pronome cópia na oração encaixada (d) tipo de conector entre matriz e encaixada (<i>que, de, para</i> ou <i>zero</i>) (e) formato da oração encaixada (finita ou não finita)
Semântico	(a) tipo semântico do predicado matriz (epistêmico ou avaliativo) (b) referencialidade do SN alçado [+/- definido; +/- genérico] (c) animacidade do SN alçado [+/- animado; +/- humano]
Pragmático	(a) topicalidade (tópico discursivo) (b) status informacional do SN alçado (novo, dado, inferível)

Em decorrência de nossa opção teórica, empreendemos a investigação do Alçamento no PB em corpus empírico formado de amostras de língua falada do banco de dados Iboruna, um banco de dados de médio porte, com pouco mais de um milhão de palavras e que registra a variedade do português falado no interior paulista (GONÇALVES, 2007).⁴

Explicitados, nesta parte introdutória, os objetivos do trabalho e seu aparato metodológico, este artigo compõe-se de três outras seções: na seção 1., detalhamos resultados da revisão de literatura sobre Alçamento, baseada em pesquisas tipológicas e/ou de orientação funcionalista, para, na seção 2., levantarmos uma problematização acerca de dois tipos de Alçamento a sujeito em PB, envolvendo apenas orações subjetivas, ASS e AOS, com incursões por critérios de base tipológica que podem se aplicar (ou não) a tais tipos; à guisa de conclusão, tecemos, na última seção, nossas considerações finais.

Caracterização geral do fenômeno

Na literatura, a caracterização de Alçamento parte sempre da diferenciação entre os chamados **predicados de controle** e os **predicados de Alçamento**. Esses dois tipos de predicados podem instanciar estruturas superficiais idênticas, como mostram (3) e (4),

⁴ Reunidas no banco de dados Iboruna e disponível em <http://www.unesp.iboruna.ibilce.unesp.br>, essas amostras de fala são resultantes de censo linguístico realizado na região de São José do Rio Preto (SP), entre 2004 e 2006, e foram coletadas para a obtenção de diferentes tipos de textos: narrativa de experiência pessoal (NE), narrativa recontada (NR), relato de opinião (RO), relato de procedimento (RP) e descrição (DE), totalizando 151 entrevistas. Além dessa amostra censo (AC), o banco de dados comporta também 11 amostras de interação dialógica, gravadas secretamente em contextos de interação livres (GONÇALVES, 2007).

no Quadro 2, a seguir, mas motivadas por fenômenos diferentes. Enquanto predicados de controle instanciam o fenômeno chamado de *Equi-deletion*, predicados de Alçamento propiciam o fenômeno identificado também como **Alçamento**.

Quadro 2. Distinção entre predicado de controle e de Alçamento

(3) Predicado de controle	(4) Predicado de Alçamento
<i>Equi-deletion</i> : apagamento de sujeito da subordinada idêntico ao da matriz. O predicado matriz seleciona oração infinitiva e argumento externo.	<i>Alçamento</i> : elevação do sujeito da subordinada para o domínio da oração matriz. O predicado matriz seleciona oração infinitiva, mas não argumento externo.
Restrições semânticas sobre o sujeito	
→ imposta pelo predicado matriz	→ imposta pelo predicado encaixado
(3a) João quer [morar na Bahia] (3b) *O livro quer [morar na Bahia] (3c) *O livro quer [ter sido escrito na Bahia]	(4a) João parece [morar na Bahia] (4b) *O livro parece [morar na Bahia] (4c) O livro parece [ter escrito lido Bahia]
Ajustes morfossintáticos	
→ sujeitos correferentes: oração infinitiva	→ sujeitos correferentes: oração infinitiva/ finita (PB?)
(3d) João quer [\emptyset_i morar na Bahia] (3e) *João _i quer [\emptyset_i more na Bahia] (3f) João quer [que Maria more na Bahia] (3g) * João quer [Maria morar na Bahia]	(4d) João parece [\emptyset_i morar na Bahia] (4e) João _i parece [que \emptyset_i mora na Bahia] (4f) *João _i parece [que Maria mora na Bahia] (4g) * João parece [Maria morar na Bahia]
	→ Relação de caso e concordância
	(4h) Os alunos parecem [estudar muito]

Os **predicados de controle** caracterizam-se por selecionarem complemento oracional infinitivo e argumento externo, que ocorre na posição de sujeito superficial da oração matriz. Esse controla o da subordinada, i.e., é correferente, e, por isso, é apagado. **Predicados de Alçamento**, por sua vez, selecionam complemento infinitivo, mas, não, selecionam argumento externo, permanecendo livre a posição de sujeito, para a qual é movido um constituinte argumental, que não pode receber caso nominativo do verbo infinitivo encaixado nem caso acusativo do verbo matriz, já que se trata de um verbo inacusativo.

Do contraste entre o conjunto de sentenças em (3) e (4), observa-se que, apesar de se tratar de orações complexas estruturalmente semelhantes, as motivações para o reconhecimento de cada uma das partes de fenômenos, em princípio, diferenciados. Enquanto predicados de controle levam ao **fenômeno de Equi-deletion**, predicados de Alçamento levam ao **fenômeno de Alçamento**. A **restrição de seleção** sobre o sujeito da oração matriz é imposta pelo predicado de controle, como mostram (3a,b,c); com predicados de Alçamento, a restrição é imposta pelo predicado da oração encaixada, como mostram (4a,b,c). A **identidade de referência** entre o sujeito da oração matriz e o da oração encaixada leva necessariamente predicados de controle a assumirem a oração encaixada na forma infinitiva; enquanto, para predicados de Alçamento, a expressão da oração encaixada na forma não finita não parece, ao menos no PB, ser uma decorrência necessária (sobre essa restrição voltaremos mais adiante). Por fim, a exemplo de predicados de controle, predicados de Alçamento desencadeiam na oração matriz **relação de caso e de concordância com o constituinte alçado**. A seguir trataremos a definição e apresentaremos os tipos de Alçamento identificados translinguisticamente.

Tratando estritamente de Alçamento, Noonan (2007 [1985]) define o Alçamento como base apenas em propriedades morfossintáticas. Segundo o autor,

[...] o Alçamento é um processo por meio do qual argumentos podem ser removidos de suas predicções, resultando em estrutura de complementação de tipo não sentencial [non-s-like]. Esse processo envolve a colocação de um argumento, que é nocionalmente parte da proposição complemento (tipicamente o sujeito), em uma posição na qual passa a ter relação gramatical (por exemplo, de sujeito ou de objeto direto) com o PTC [predicado que toma complemento]. Esse movimento de argumento de uma sentença de nível mais baixo para uma de nível mais alto é chamado Alçamento. (NOONAN, 2007 [1985], p. 79)⁵

Dessa definição de Noonan (2007 [1985]), não menos importante para uma caracterização funcionalista do Alçamento é o emprego de termos como **colocação** [*placement*], **movimento** [*movement*] e, na identificação do próprio fenômeno, o termo **Alçamento** [*raising*], em torno dos quais cabe uma discussão sobre o aproveitamento teórico desses termos para referir ao SN alçado. Resumidamente, **colocação** e **movimento** parecem termos teoricamente incompatíveis como propriedades definitórias do fenômeno, porque **colocação** refere-se à posição que o constituinte assume no interior da oração, por razões sintáticas, semânticas e pragmáticas, como defendem funcionalistas (cf. DIK, 1979, 1981), enquanto **movimento** refere-se à operação de transformação sobre estrutura subjacente da oração, contraparte sem Alçamento, nos termos como inicialmente o fenômeno foi descrito pelo aparato teórico da gramática gerativa (cf. POSTAL, 1974). Assim, a diferença entre essas duas abordagens teóricas diz respeito, inicialmente, ao modo como cada uma concebe a origem do constituinte alçado, i.e., como resultante de movimentos do constituinte de uma posição hierarquicamente mais baixa para uma mais alta na sentença, como postulam os gerativistas, ou como resultado de motivações pragmáticas, semânticas ou morfossintáticas que levam os constituintes a assumirem a posição que ocupam na estrutura da oração, como postulam os funcionalistas, posição que assumimos neste trabalho. Também devemos considerar o fato de que, nos estudos gerativistas, aspectos semântico-cognitivos e discursivos-pragmáticos não são considerados na análise do fenômeno, como fazemos neste trabalho. Por fim, cabe ressaltar que, apesar dessas diferenças, ambas as correntes empregam o mesmo termo **Alçamento** [*raising*] para a identificação do fenômeno, entretanto não se deve entender, por isso, que a perspectiva funcionalista assume a existência de regras de transformação de uma configuração básica em outra derivada, como mostram os esclarecimentos de funcionalistas, como, por exemplo, Hengeveld e Mackenzie (2008).

Observe que, embora usemos o termo tradicional “raising” [Alçamento] aqui, não queremos sugerir que o fenômeno envolve a transformação de uma configuração básica em outra derivada. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 368)⁶

⁵ No original: “The raising is a method whereby arguments may be removed from their predications resulting in a non-s-like complement type. This method involves the placement of an argument notionally part of the complement proposition (typically the subject) in a slot having a grammatical relation (eg subject or direct object) to the CTP [complement taking predicates]. This movement of an argument from a lower to a higher sentence is called raising.”

⁶ No original: “Note that, though we use the traditional terms ‘raising’ here, we do not want to suggest that the phenomenon involves the transformation of one basic configuration into another derived one.”

Como já mostrou Langacker (1995), em termos funcionais, é a saliência cognitiva de uma cena ou de um de seus participantes que explica construções com e sem Alçamento, e não a simples natureza “gramatical lógica” entre um predicado e seus argumentos, como parece estar pressuposto na definição de Noonan (2007 [1985]) e nas explicações de cunho formalista. Sobre a importância da saliência cognitiva na estruturação de uma oração, transcrevemos, abaixo, palavras do próprio Langacker:

A gramática Cognitiva assume que é errônea a noção de estrutura subjacente no sentido gerativo, e que as relações de sujeito e de objeto são primeiramente uma questão de proeminência, não de qualquer conteúdo conceptual específico (lógico ou não). Um sujeito é caracterizado como um trajector [*trajector*] de nível oracional, i.e., a figura principal na relação emoldurada, e um objeto, como um ponto de referência [*landmark*] de nível oracional (figura secundária). Prototipicamente, o sujeito é um agente e o objeto, um paciente, mas não há nenhum papel semântico específico ou conteúdo conceptual que um sujeito ou um objeto tenha de assumir. O estatuto de trajector e de ponto de referência é mais bem considerado como a proeminência focal que pode ser direcionada para qualquer entidade dentro de uma cena. Certos elementos exercem uma atração natural deste status de destaque; notadamente, um agente – ser animado e fonte inicial de energia – tem saliência cognitiva e tende a atrair mais fortemente para si esse status. Essa tendência, entretanto, pode ser anulada, particularmente por razões discursivas. [No caso alçamento de sujeito a sujeito, como em *Don is likely to leave*] De fato, esse participante se assemelhará a um sujeito prototípico mais do que um processo ou uma proposição. (1995, p. 24)⁷

De acordo com Langacker (1995), a construção de uma sentença com ou sem Alçamento depende do modo específico como o falante escolhe estruturar sua conceptualização de uma cena para fins expressivos. Se nenhum participante é particularmente saliente, a localização abstrata da cena é a escolhida, e essa configuração corresponde à construção sem Alçamento. Se qualquer participante da cena descrita na oração completiva ocorre como sujeito da oração principal é por causa de sua saliência, e a essa escolha corresponde a variante com Alçamento.

Voltando à definição de Noonan (2007 [1985]), supracitada, é possível extrair dela alguns aspectos relevantes para a caracterização do Alçamento. Primeiramente, o constituinte alçado é semanticamente parte de uma oração completiva, i.e., é um constituinte argumental do predicado encaixado, e não do predicado matriz. Segundo, trata-se de fenômeno que afeta, tipicamente (mas, não somente), o sujeito da oração encaixada, que, ao ser alçado, desenvolverá relações gramaticais com o predicado matriz, i.e., será seu

⁷ No original:: “Cognitive grammar claims that the notion of underlying structure in the generative sense is erroneous, and that the subject and object relations are first and foremost matters of prominence, not of any specific conceptual content (logical or otherwise). A subject is characterized as a clause-level trajector, i.e., the primary figure within the profiled relationship, and an object as a clause-level landmark (secondary figure). Prototypically the subject is an agent and the object a patient, but there is no specific semantic role or conceptual content that a subject or object has to instantiate. Trajector and landmark status are better thought of as spotlights of focal prominence that can be directed at various entities within a scene. Certain elements exert a natural attraction for this highlighted status; notably, an agent – being animate and a initial energy source – has intrinsic cognitive salience and tends to attract the stronger spotlight. These tendencies can, however, be overridden, particularly by discourse considerations. [In case of subject to subject raising, such as in *Don is likely to leave*] Indeed, that participant will usually resemble a prototypical subject more closely than does a process or a proposition.”

sujeito ou seu objeto. Em terceiro lugar, em construções de Alçamento a oração encaixada assume a forma de infinitivo, dessentencializando-se.

Observe-se, por último, que, apesar de o trabalho tipológico de Noonan (2007 [1985]) ter um forte apelo funcionalista na descrição geral da subordinação, no tocante ao Alçamento, ele não destaca propriedades de ordem semântica e pragmática intervenientes no fenômeno. Não diferentemente do princípio de saliência cognitiva de Langacker (1995), Givón (2001, p. 13) aponta que a **topicalidade**, um dos subsistemas gramaticais orientados para o discurso, explica a codificação de SN como sujeito (tópico primário) ou como objeto (tópico secundário) e está relacionada com dois aspectos da coerência referencial: **a acessibilidade do referente e sua importância temática**. São esses dois mecanismos que restringem as escolhas gramaticais usadas na codificação da estrutura morfossintática, o que reflete o caráter pragmático e discursivo tanto de simples casos de topicalização como também de Alçamento.

Cabe, por fim, destacar que algumas implicações decorrentes desses aspectos relevantes da definição de Alçamento podem ser identificadas. Segundo García Velasco (2013), o Alçamento seria um fenômeno que marcaria a discrepância entre Sintaxe e Semântica: as relações semânticas mantêm-se, porém suas relações morfossintáticas são alteradas, o que levaria a um desalinhamento entre funções representacionais (i.e., semânticas) e funções morfossintáticas. Uma segunda implicação refere-se aos ajustes morfosintáticos decorrentes do Alçamento, quais sejam: relação de concordância e atribuição de caso morfológico (nas línguas que o requerem), envolvendo o constituinte alçado e o predicado matriz, e a expressão infinitiva da oração encaixada. Por fim, uma terceira implicação envolve o reconhecimento de construções variantes com e sem Alçamento, o que levaria à exclusão de casos em que não haja a contraparte não alçada do par, como ocorre, em PB, em construções com o verbo *acreditar*, *João acredita que Maria está grávida* como contraparte alçada de **João acredita Maria estar grávida* ou **João a acredita estar grávida*, relativo a uma possível interpretação de caso de ASO.

Tipos de Alçamento no PB e o Alçamento a sujeito

Dessas três implicações apontadas por García Velasco (2013), a partir de uma definição mais estrita de Alçamento, por considerar apenas dados do espanhol falado, a redução da oração encaixada a forma infinitiva é de interesse particular para a caracterização do fenômeno no PB. Se, de fato, esse ajuste é postulado como necessário, três situações se configurariam para o PB. Primeiramente, a redução da oração encaixada à forma infinitiva é opcional e, portanto, o fenômeno é compatível também com oração encaixada na forma finita, como mostram as ocorrências em (5).

- (5) a. as crianças parecem [**estar** cansadas] / as crianças parecem cansadas
b. as crianças parecem [**que estão** cansadas]

Se a oração encaixada permanece na forma finita, como em (5b), não estamos diante de um caso propriamente de Alçamento, mas de simples topicalização. Ou ainda: se (5b) é de fato um caso de Alçamento, a dessentencialização da oração encaixada não pode ser uma propriedade definitória do fenômeno. Tornaremos a essa questão mais adiante.

Colocada essa questão à parte, ocorrem no *cópus* investigado apenas dois dos tipos de Alçamento: ASS, mostrado em (6a), e AOS, mostrado em (7a), com a explicitação, em cada caso, do que constitui a contraparte sem Alçamento ((6b) e (7b)) e a possibilidade de expressão finita da oração encaixada ((6c) e (7c)).

(6) ASS

- a. **o cara** num parece [tê(r) setenta anos de idade] (AI-005)
- b. Não parece [que **o cara** tem setenta anos de idade]
- c. **O cara** não parece [que não tem setenta anos de idade]

(7) AOS

- a. **O serviço** é difícil [arrajá(r)] (AC-071)
- b. É difícil [arranjar **o serviço**]
- c. ?? **O serviço** é difícil [que se arranje].

Em (6a), no contraste com (6b), variante sem Alçamento, observamos uma construção prototípica de ASS instanciada por um predicado matriz de modalidade epistêmica, o verbo *parecer*. Trata-se de estrutura prototípica em decorrência da manutenção de todos os critérios de Alçamento oferecidos por Noonan (2007 [1985]), inclusive a redução da oração encaixada à forma infinitiva. A reconstrução em (6c) mostra que a redução da oração encaixada, mesmo em estrutura semelhante à de Alçamento, não é uma propriedade necessária, ao menos para esse tipo semântico de predicado matriz. Em (7a) e no seu correspondente não alçado em (7b), segue um caso de AOS, tipo favorecido por predicados avaliativos do tipo (*é fácil/difícil*). Ocorre, categoricamente, para esse tipo de Alçamento, a redução da oração encaixada, com a diferença de que é raro (se não estranho) que a contraparte sem Alçamento ocorra na forma finita, como mostra (8c).

Até onde pudemos constatar (ANDRADE, 2013), casos de ASO e de AOO, em PB, não são atestados. Pelas análises acima oferecidas, nem todos os critérios oferecidos por Noonan (2007 [1985]) para identificar o fenômeno de Alçamento se aplicam consistentemente ao PB, senão vejamos.

Quadro 3. Critérios de Alçamento (NOONAN (2007 [1985])) e tipos reconhecíveis no PB

Critério	ASS	AOS
(i) relações argumentais (semânticas) entre o SN alçado e o predicado encaixado	+	+
(ii) dessentencialização da oração encaixada	+/-	+
(iii) ajuste morfossintático de concordância entre SN alçado e o predicado matriz	+	+
(iv) ajuste morfossintático de caso do SN alçado no domínio da oração matriz	-	-

Sobre o quadro apresentado acima, cabem os seguintes esclarecimentos. O critério (ii) relaciona-se fortemente com o tipo semântico de predicado matriz: predicados de modalidade epistêmica favorecem o ASS, e a redução da encaixada é facultativa ou se trata de um tipo apenas aproximado de Alçamento (o que nos leva a ficar com a primeira

alternativa); predicados avaliativos são fortemente correlacionados a AOS, e a dessentencialização parece constituir propriedade obrigatória. O critério (iii) deve ser relativizado porque a concordância entre Sujeito e o Verbo constitui regra variável no PB. Além disso, em todas as ocorrências do *cópus*, o argumento alçado é um SN de 3ª pessoa singular, o que restringe a verificação inequívoca da obrigatoriedade de aplicação desse critério. Por fim, o critério (iv) não se aplica a nenhum dos tipos porque o PB não manifesta marcação morfológica de casos; apenas mantém alguns resquícios casuais em formas pronominais, que, por vezes, perdem mesmo essa distinção, em favor de formas de nominativo.

Na sequência, são apresentadas outras ocorrências ilustrativas dos dois tipos de Alçamento atestados no PB. Com predicado de modalidade *parecer*, ASS é o tipo mais produtivo, e com predicado avaliativo do tipo *fácil/difícil*, menos produtivo, porque se distribui entre ASS (8f) e AOS (9a) (ANDRADE, 2013; GONÇALVES; ANDRADE, 2013).

(8) **ASS (mais produtivo no PB)**

- a. *essa* pelo menos parece que **é artista** (AC-147)
- b. ele conta que **a escritu::ra** parece que **tinha ficado** em mãos de terce(i)ros... (AC-146)
- c. a gente que percebe porque **o pai** parece que **num tem noção** de percebê(r) que a criança num tá bem... (AC-086)
- d. os pais:: **eles** parece que **têm**... uma barre(i)ra com a gente que é incrível... sabe?... (AC-086)
- e. a gente percebe que **as histórias dele** realmente aconteceu [Doc.: uhum ((concordando))] mas tem uma.... que/ eu num tava perto não... ele ele que conta ele e minha mãe eles conta... pa/ parecem sê(r) verdade também... (AC-086)
- f. atrapalha muito... **o namoro** é difícil pra **andá(r)** pra frente né? eu a/ eu penso assim (AC-046)

(9) **OS (pouco produtivo)**

- a. e eu dobro toalha tam(b)ém (inint.) toalha é compliCAdo pa caramba pa dobrá(r)... mui/ tem muito detalhe... tem que dobrá(r) ela no me::io depois no meio de no::vo... (AC-016)

Com base na literatura, especulamos ainda outras propriedades possíveis que podem interferir no Alçamento a sujeito em dados do PB, sem, no entanto, proceder, importante que se diga, a um levantamento quantitativo acerca de cada uma delas, a saber: *presença pronomine cópia na oração encaixada*, *tipo semântico de predicado matriz*, *animacidade e topicalidade do SN alçado*; esta última verificada em termos de seu *status informacional*⁸ e de sua referencialidade.

Encontramos no *cópus* pronomine cópia na oração encaixada para casos de ASS, como mostra (10), mas não para casos de AOS, o que não significa impossibilidade de ele também ocorrer nesse último caso, como se pode verificar na paráfrase de (9a) acima, dada em (9a'), abaixo. Ocorrências como essas, tratadas na literatura como *copy-raising*

⁸ *Status informacional* aqui segue a proposta de Prince (1981), de caráter mais textual do que cognitivo, como é a proposta de Chafe (1984). A taxonomia básica de Prince (1981) permite classificar os referentes de discurso como entidades *novas* (totalmente novas, ancoradas ou não textualmente e novas não disponíveis textualmente), *evocadas* (textualmente ou situacionalmente) e *inferíveis* (incluidoras ou não em outras entidades textualmente mencionadas).

(DÉPREZ, 1992), parecem não se tratar de casos prototípicos de Alçamento, podendo ser um subtipo deste, ou ainda interpretadas como de topicalização.

(10) onde é esse condomínio é ...**o morro** que parece que **ele** foi cortado (AC-115)

(9) a'. **toalha** é complicado pa caramba [pa dobrá-la] (AC-106)

No tocante ao tipo semântico do predicado matriz, com predicados de modalidade epistêmica, aqueles que indicam uma opinião do falante ou que demonstram seu grau de certeza e/ou de comprometimento com o conteúdo expresso na *proposição* encaixada, são abundantes ocorrências com o predicado *parecer* (9a-e), restrito a caso de ASS. Com predicados avaliativos, aqueles que expressam uma avaliação subjetiva do falante em relação ao *estado-de-coisas* codificado pela oração encaixada, encontramos ocorrências com predicados avaliativos, do tipo *fácil/difícil*, tanto com construções de ASS (9f), como com construções de AOS (10).⁹

Quanto ao *status* informacional do constituinte alçado, o que temos verificado é que construções de Alçamento parecem mais prováveis de ocorrer, se o referente do SN alçado constitui informação dada/evocada, como é o caso do anafórico *ele* e do SN *o milho* destacados em (11a), ou informação inferível, como no caso do SN *o namoro*, em (11b), associado aos referentes discursivos *namorado namorada*, mencionados anteriormente. No entanto, é possível que, mesmo o SN constituindo informação nova, ocorra a variante sem Alçamento, como mostra (11c). No corpús, não encontramos casos de AOS cujo referente do SN não constituísse informação dada ou inferível.

(11) a. Doc.: tem algum prato assim que você poderia me ensiná(r) como faz:?:

Inf.: é o creme de **milho** tá? só que o éh:: normalmente as pessoas quando a gente fala assim creme de **milho** normalmente a pessoa pensa o seguinte que é o lei::te... **o mi::lho** bati::do aí:: ah va/ num engrossô(u) então vô(u) pô(r) Maise::na va/ o meu não leva nada é **milho PURO**

Doc.: hum:: ⁵[que legal]

Inf.: ⁵[**milho** puro] tá entã/ então vamo(s) lá ... então normalmente num precisa/ até domingo passado... domingo agora... eu:: até::... fiz como normalmente quando eu costume fazê(r) -- eu sô(u) um po(u)co exagerado né? ⁶[eu fiz] ⁶[Doc.: hum] com quarenta espigas [Doc.: nossa] [Doc. e Inf.: ((risos))] quarenta espigas de **milho** -- então num é éh ele nu/ ele:: é trabalhoso num é que é difícil **ele** é **trabalhoso** de fazer porque são várias etapas ⁷[Doc.: uhum ((concordando))] ⁷[então nor]malmente o **milho** é **melhor** assim a gente comprá(r) no dia

(AC-115)

→ Oração destacada: **o milho** é **melhor** assim a gente comprá(r) no dia (informação dada; variante com Alçamento: AOS)

b. tem muito **namorado namorada** que não aceita isso que tem um ciúme doentio que... só aceita que qué(r) sê(r) só ELE... que qué(r) ficá(r) vinte e quatro horas por dia que tudo que faz tem que sê(r) pra ele tem muitos que tem ciúmes da família... muitos dos amigos e num é certo isso não é legal... atrapalha muito ... **o namoro** é **difícil** pra andá(r) pra frente né? eu a/ eu penso assim

(AC-046)

⁹ Sobre a distinção semântica acerca de entidades possíveis de serem codificadas por oração encaixada, no caso em análise uma oração subjetiva, Lyons (1977a; 1977b) diferencia *proposições* de *estado-de-coisas*. Enquanto *proposição* é um construto mental do usuário da língua, e, portanto, só pode ser avaliado em termos de sua verdade, porque não ocupam lugar nem no tempo no espaço, estado-de-coisa é uma entidade que só pode ser avaliada em termos de sua realização e, como tal, toma lugar no tempo e no espaço, porque acerca dela pode-se dizer se ocorrem ou não e, em ocorrendo, se tem certa duração.

→ Oração destacada: **o namoro é difícil** pra andá(r) pra frente (informação inferível; variante com Alçamento: AOS)

- c. Inf.: num sei da onde que foi esse modelo mas muito éh éh um ele né?... a piscina é formato de um “éle”... e ela:... ela tem um azul escuro e o azul claro pa dá um contraste... na na água da piscina assim assim assim interessante... [Doc.: uhum ((concordando))] e:: in/ engraçado que éh onde é esse condomínio é ... **o morro** que parece que ele foi cortado... **esse morro** então... ao lado tem condomínio do::... inclusive até o prefeito:: lá de:: de Campinas... que foi assassinado morava do lado num edifício acho que tem uns quinze andares mais ou menos ⁷[Doc.: hum] ⁷[e o] dele é ao lado então tanto é que... parece que começa **o morro** no fundo da casa

(AC-115)

→ Oração destacada: parece que começa **o morro** no fundo da casa (informação nova; variante sem Alçamento)

As ocorrências em (11) sugerem, em princípio, que o Alçamento é indiferente ao fluxo de informação, como parece também indiferente à referencialidade e à animacidade do SN alçado, propriedades mostradas, respectivamente, em (12) e (13).

(12) **Referencialidade do SN alçado**

a. [+ definido, + genérico]

tem muitos [namorados] que tem ciúmes da família... muitos dos amigos e num é certo isso não é legal... atrapalha muito... **o namoro é difícil** pra andá(r) pra frente né? eu a/ eu penso assim **o namoro** é difícil pra andá(r) pra frente né? eu a/ eu penso assim

(AC-046)

b. [+ definido, - genérico]

o morro que parece que ele foi cortado... **esse morro** então... ao lado tem condomínio

(AC-115)

c. [- definido, + genérico]

toalha é compliCAdo pa caramba pa dobrá(r)

(AC-016)

d. [- definido, - genérico]

eu tenho só vinte e sete anos mas tem hora que:: **eu** pareço que tenho cinquenta

(AC-026)

(13) **Animacidade do SN alçado**

a. [+ humano]

o professor num é fácil (a)güentá(r) os alunos né?

(AC-067)

b. [- humano, + animado]

urutago é difícil do cê vê ele... lá no meio da seringal

(AC-063)

c. [- humano, - animado]

politicagem parece que virô::(u)... sinônimo de corrupção

(AC-093)

A constatação das propriedades acima apresentadas frente aos dados do corpus é resumida no Quadro 4. A definição de padrões de Alçamento correlacionados a essas propriedades, no entanto, ficaria mesmo na dependência da apuração da frequência de uso de variantes com e sem Alçamento.

Quadro 4. Outros critérios de Alçamento e o ASS e AOS no PB

Propriedades	ASS	AOS
(i) Pronome cópia na oração encaixada	+	-
(ii) Tipo semântico de predicado matriz		
Predicado de modalidade epistêmica	+	-
Predicado avaliativo	+	+
(iii) Topicalidade		
Status informacional: informação dada ou inferível	-	-
Referencialidade definida e específica	-	-
(v) Animacidade do constituinte alçado	-	-

À guisa de conclusão

A descrição dos expedientes morfossintáticos, semânticos e pragmáticos das construções com Alçamento de constituintes argumentais contribui para um entendimento mais completo da relação de subordinação no PB. Com base em pesquisa de corpus, ocorrem na variedade do PB investigada dois tipos de Alçamento a sujeito: ASS e AOS. Para esses casos reconhecíveis nas línguas em geral, os seguintes parâmetros parecem suficientes para a identificação do fenômeno, mas não necessários na mesma medida: (i) presença de duas orações; (ii) ajuste morfossintático no novo domínio do constituinte alçado; (iii) perda de propriedades oracionais da oração encaixada (explicitude de sujeito, força ilocucionária, finitude, concordância etc.).

No PB, o Alçamento a sujeito é favorecido por predicados matrizes epistêmicos e avaliativos, tipos semânticos que permitem atestar os seguintes critérios: (i) redução da encaixada, exclusiva com predicados matrizes avaliativos, mas não com predicados epistêmicos; (ii) concordância do constituinte alçado com o predicado matriz (igualmente com os dois tipos). Quanto às propriedades semântico-discursivas, o Alçamento a sujeito está mais correlacionado a SN com *status* informacional dado e inferível, o que revela que a topicalidade dos constituintes é fator relevante para o Alçamento, uma vez que constituintes tópicos tendem a ocorrer à esquerda. Ainda relacionado ao *status* informacional, o Alçamento incide mais frequentemente sobre SN definidos de referência genérica ou específica, mas rejeita SN de referência indefinida. Animacidade não parece ser fator decisivo para o Alçamento, possibilitando a ocorrência do fenômeno com SN de referentes tanto inanimados quanto humanos.

Diante desses resultados preliminares, atestamos, então, que, para o PB, dos tipos de Alçamento verificados nas línguas naturais, o ASS é o mais produtivo, embora com poucas ocorrências na modalidade falada (apenas 30), razão que nos leva a ter de expandir o corpus da investigação, incluindo a modalidade escrita e outras sincronias. Atestamos, também, a suficiência dos parâmetros morfossintáticos e semântico-pragmáticos para a identificação do fenômeno, mas não para a definição corrente, tal como a apresentada na literatura sobre o assunto, a qual, na grande maioria, privilegia mais critérios morfossin-

táticos (e.g., redução da oração encaixada como critério necessário para a identificação do fenômeno) do que os de natureza semântico-pragmática (e.g., topicalidade, *status* informacional e relevância para a construção do tópico), fato que nos instiga a prosseguir com a investigação em busca de uma definição mais precisa.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, G. S. *Orações completivas em posição argumental de sujeito: Alçamento de constituintes*. Relatório Final de Projeto de pesquisa do Pibic/Unesp. 2013.
- CHAFE, W. How people use adverbial clauses. *Berkeley Linguistics Society*, n. 10, p. 437-449, 1984.
- DÉPREZ, V. Raising constructions in Haitian Creole. *Natural Language and Linguistic Theory*, n. 10, p. 191-231, 1992.
- DIK, S. C. Raising in functional grammar. *Lingua*, n. 47, p.119-140, 1979.
- _____. The interaction of subject and topic in Portuguese. In: BOLKSTEIN, A. M. et al. *Predication and expression in functional grammar*. London: Academic Press, 1981.
- FORTILLI, S.; GONÇALVES, S. C. L. Gramaticalização da construção ‘é claro que’: padrões na fala e na escrita. *Revista do GEL*, v. 10, p. 80-106, 2013.
- GARCÍA VELASCO, D. Raising in functional discourse grammar. In: MACKENZIE, J. L.; OLBERTZ, H. G. (Ed.) *Casebook in Functional Discourse Grammar*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2013. p. 249–276.
- GIVÓN, T. *Syntax: an introduction*. Philadelphia: John Benjamins, 2001. V. 1.
- GONÇALVES, S. C. L. *Banco de dados Iboruna: amostras de fala do interior paulista*. 2007. Disponível em: <<http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>>. Acesso em: 30 out. 2014.
- _____. Orações subjetivas e mudança de padrões na história do português. In: SOUZA, E. R. (Org.). *Funcionalismo linguístico: análise e descrição*. São Paulo: Contexto, 2012. V. 2, p. 93-118.
- _____. Orações subjetivas: variância e invariância de padrões na fala e na escrita. *Revista da ABRALIN*, v. 10, p. 87-111, 2011.
- GONÇALVES, S. C. L.; ANDRADE, G. S. Alçamento de SN argumental no PB sob perspectiva funcional. In: LEITE, C. T.; SILVA, J. B. (Org.). *Línguas no Brasil: coleta, análise e descrições de dados*. Maceió: Edufal, 2013. p. 196-221.
- GONÇALVES, S. C. L.; SOUSA, G. C. Orações substantivas em função de sujeito e de objeto nas fases arcaica e moderna do português. *Linguística*, v. 9, p. 46-61, 2013.
- GÖRSKI, E. Reflexos da topicalização sobre o estatuto gramatical da oração. In: VOTRE, S., RONCARATI, C. (Org.) *Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. p. 169-184.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional discourse grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- HENRIQUES, F. P. *Construções com verbos de Alçamento: um estudo diacrônico*. 112f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- KATO, M. A.; MIOTO, C. A inexistência de sujeitos oracionais. *Laços*, Rio de Janeiro, p. 61-90, 2000.

- LANGACKER, R. Raising and transparency. *Language*, v. 71, n. 1, p. 1-62, 1995.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977a. v. 1.
- _____. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977b. v. 2.
- MARTINS, A. M.; NUNES, J. Raising Issues in Brazilian and European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4.2, p. 53-77, 2005.
- MITTMANN, M. M. *Construções de Alçamento a sujeito: variação e gramaticalização*. 2006. 108f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- NOONAN, M. Complementation. In: SHOOPEN, T. (Ed.) *Language typology and syntactic description: complex constructions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007 [1985]. p. 52-150.
- POSTAL, P. M. *On Raising*. One rule of English grammar and its theoretical implications. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1974.
- PRINCE, E. F. Toward a Taxonomy of Given-New Information. In: COLE, P. (Ed.). *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981. p. 233-255.
- SERDOBOL'SKAYA, N. Towards the typology of raising: a functional approach. In: ARKHIPOV, A.; EPPS, P. (Ed.). *New challenges in typology*. sl: Mouton de Gruyter, 2008. vol. 2.

Do estatuto pronominal de ‘a gente’ e cliticização

(On the pronominal status of ‘a gente’ and cliticization)

Jania M. Ramos¹, Francisca Paula Maia²

¹Faculdade de Letras – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

²Instituto de Letras – Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

janiam@netuno.lcc.ufmg.br, fpaula@gmail.com

Abstract: This paper aims to focus on the controversy about the pronominal status of ‘a gente’ in Brazilian Portuguese, started by Taylor (2009). Assuming the directionality of grammaticalization as directionality of syntactic movements (ROBERTS; ROUSSOU, 2003), the cline “a gente > a’ent > ent” is presented as evidence of movement from N to D. Supposing the directionality is an implicational scale, the cliticization of ‘a gente’ implies pronominalization.

Keywords: *Pronoun; Clitics; Grammaticalization; A Gente; Nominative.*

Resumo: Neste artigo focalizamos a polêmica sobre o estatuto pronominal de *a gente* no português brasileiro, instaurada por Taylor (2009). Assumindo a direcionalidade da gramaticalização como direcionalidade de movimento sintático (ROBERTS; ROUSSOU, 2003), a trajetória “a gente > a’ent > ent” é apresentada como movimento de N para D. Supondo que a direcionalidade é uma escala implicacional, argumentamos que a cliticização de ‘a gente’ implica por si a pronominalização.

Palavras-chave: *Pronome; Clítico; Gramaticalização; A Gente; Nominativo.*

Introdução

Estudos sobre gramaticalização, sob o ponto de vista formal, assumem que o processo de criação de novo material funcional envolve reanálise de material lexical ou de material funcional já existentes. A direcionalidade da gramaticalização tem sido identificada com a direcionalidade do movimento sintático: o movimento é assimétrico, realiza-se para a esquerda e na direção de alcançar posições estruturais cada vez mais altas (ROBERTS; ROUSSOU, 2003). A partir desse ponto de vista, este artigo vai focalizar uma polêmica sobre o estatuto gramatical de *a gente* na língua portuguesa.

Na primeira seção serão expostos os argumentos de Taylor (2009) contra a análise de ‘a gente’ como pronome. Na segunda seção apresentam-se evidências a favor da cliticização de ‘a gente’. Na terceira seção avaliam-se as consequências teóricas da cliticização em relação à análise de Taylor.

A polêmica

Taylor (2009) sustenta que ‘a gente’ não é pronome, contrariamente a Costa e Pereira (2012), Lopes (1999, 2002) e vários outros estudos desenvolvidos sob o enfoque da gramaticalização ou da teoria da variação.

Taylor mostra que ‘a gente’ aceita verbo flexionado na terceira pessoa do singular e na terceira pessoa do plural (1-2), o que vai motivar a proposta de duas estruturas sintáticas distintas. O autor aplica três testes sintáticos para mostrar o quanto ‘a gente’

se distancia de pronomes do PB: modificação por adjetivo (BAKER, 2004; RADFORD, 2004), coocorrência com numerais¹ (BHAT, 2004), e o teste *we men* (POSTAL, 1969).

(01) A gente sorriu

(02) A gente sorrimos²

(03) a. Nós felizes sorrimos (TAYLOR, 2009, p. 4 ex.11)

b. Nós três fomos à igreja (TAYLOR, 2009, p. 6 ex.24b)

c. Nós petistas temos que votar amanhã (TAYLOR, 2009, p. 7 ex. 27b)

(04) a. *A gente feliz sorriu (TAYLOR, 2009 p. 4 ex.12)

b. *A gente três foi à igreja (TAYLOR, 2009 p. 6 ex.25a)

c. *A gente petista precisa votar amanhã (TAYLOR, 2009 p. 7 ex.28a)

(05) a. *A gente feliz sorrimos (TAYLOR, 2009 p. 5 ex. 20)

b. *A gente três fomos à igreja (TAYLOR, 2009 p. 6 ex. 25b)

c. *A gente petistas precisamos votar amanhã (TAYLOR, 2009 p. 7 ex. 28b)

A má formação de (4)-(5) leva Taylor (2009) a afirmar que apenas ‘nós’ é pronome e por isso a estrutura (6a), mas não (6b), é uma descrição adequada.

(06) a. [_{DP} [_D nós] [_N petistas]] (TAYLOR, 2009, ex.35)

b. *_{DP} [_D a gente] [_N petistas]] (TAYLOR, 2009, ex.36)

Os contrastes em relação ao pronome ‘nós’ são apresentados por Taylor como evidências de que ‘a gente’ não é um pronome. Na próxima seção – Cliticização de ‘a gente’ no PB – retomaremos essas estruturas. Por enquanto, é importante ressaltar que Taylor rejeita que ‘a gente’ ocupa o núcleo de D.

Veja-se que Taylor toma o pronome ‘nós’ como núcleo, ignorando que ‘nós’ é um pronome forte e que pronomes fortes se comportam como XPs: podem receber acento contrastivo, podem ocorrer antes ou depois de advérbios sentenciais, podem ocupar a posição de tópico, etc. (CARDINALETTI; STARKE, 1995, 1999; LAENZLINGER; SHLONSKY, 1997; LAENZLINGER, 1998). Quanto à estrutura (6a), é discutível se o nome ali presente é um complemento ou uma aposição. A estrutura apresentada em (7), acompanhando Cardinaletti e Starke (1995) e den Dikken (2001), é mais coerente com a noção de pronome forte.

(07) [[_{DP} nós] [_{DP} petistas]] (CARDINALETTI, 1994; DEN DIKKEN, 2001)

¹ Para uma discussão sobre a adequação desses testes, ver Costa e Pereira (2012).

² Muniz (2008) analisa um *corpus* de entrevistas de 16 informantes da região de Ponta Porã (MS), assentados da Fazenda Nova Itamarati. Foram encontradas 335 ocorrências de ‘a gente’, sendo 3,28 % do tipo “a gente vamos” (11 ocorrências). Costa e Pereira (2012, p. 109) afirmam que o uso de *flexão* verbal na terceira pessoa do plural ocorre apenas no dialeto insular de São Miguel, nos Açores, mas não se circunscreve a essas regiões, ocorrendo eventualmente nos diferentes locais.

Até aqui vimos que as restrições apontadas por Taylor (2009) devem ser avaliadas com cuidado, pois o autor discute o estatuto pronominal de ‘a gente’ sem apresentar uma definição de pronome. Tendo isso em conta, vejamos as realizações de *a gente* no Português Brasileiro Falado, em registros informais.

Cliticização de ‘a gente’ no PB

Estudos sobre a cliticização de ‘a gente’ mostram que esse processo é sistemático no PB. Menón (1994, 1996) formula de maneira bastante interessante a questão que diz respeito à cliticização: *o ponto de partida [para o processo] foi o nome ‘gente’ ou foi a expressão nominal ‘a gente’?* Nas palavras de Menón:

Em português temos que estudar o fenômeno [da gramaticalização de *a gente*] no nível [...] da locução. [...] Num dado momento do português [...] dentre as várias construções possíveis, especializou-se o uso da locução formada com o artigo *a* mais o substantivo. Passa, então, a ser uma das formas de expressar “sujeito indeterminado”. Desse uso, possivelmente derivou o emprego de *a gente* por *nós*. (1996, p. 624-625)

Menón (1996, p. 626) apresenta uma sequência de formas foneticamente reduzidas de ‘a gente’, e informa que, nos dados do NURC (1994), encontrou [a.ẽ.ˈtɪ] com acento deslocado para a última sílaba. A última etapa descrita é [ẽ.ˈtɪ], à qual a autora não acrescenta comentários, embora seja essa de grande importância no processo de gramaticalização, conforme veremos mais adiante.

Zilles (2002, 2005), diferentemente de Menón, faz uso do termo cliticização. Documenta a queda do segmento [ʒ] em ‘a gente’, o que leva à realização [aˈent], e enfatiza que esse processo se restringe às ocorrências de ‘a gente’ na posição sujeito (ZILLES, 2005, p. 28; tradução nossa³).

Até onde sei, não há evidência de um processo geral, em andamento na língua, que tenha o efeito de apagar o segmento fricativo inicial. A redução cujo resultado é aˈente parece restrita a esse item lexical específico quando em posição de sujeito.. Zilles (2005) comenta que há relatos de cliticização em textos dos anos 70.

The only place where [h] occurs with any frequency as a sibilant allophone in non-syllable-final position is in the word *gente*, “which varies in pronunciation between [ʒẽjĩ], [hẽjĩ] and [ẽjĩ]. (GUY, 1981, p. 111)

Por não serem quantificados, tais relatos teriam valor histórico, segundo Zilles (2005, p. 28).

Os estudos referidos até aqui documentam a manutenção da última sílaba de ‘a gente’. A pesquisa de Oliveira (2012) vai documentar a queda desse segmento. Investigando o processo fonológico de queda de sílaba final, num *corpus* formado por entrevistas sociolinguísticas com informantes de Itaúna (MG), Oliveira (2012), após rigoroso tratamento quantitativo, enumera os itens que, com maior frequência, sofrem tal processo.

³ No original: “As far I know, there is no evidence of a general phonological process going on in the language that would have the effect of deleting this initial fricative segment. The reduction seems to be restricted to this specific lexical item. The reduction of aˈente is also constrained to the subject position.”

Tabela 1. Frequência de ocorrência de três processos fonológicos nos itens mais frequentes no *corpus* (Reprodução parcial da Tabela 34, apud OLIVEIRA, 2012, p. 208)

Itens	Forma plena		Apagamento de vogal final		Apagamento de sílaba final		Total
	No.	%	No.	%	No.	%	
Ele	14	12,28	33	29,0	67	58,8	111
Gente	2	12,28	19	48,7	18	46,2	039
Outros itens	281	27,2	647	62,7	104	10,1	1032

Nessa tabela o percentual de apagamento de sílaba final do item ‘a gente’ se aproxima dos percentuais do pronome *ele* e se afasta do percentual dos demais itens.

Oliveira (2012) realiza o cálculo de regressão logística multivariável, contrapondo ‘a gente’ aos demais itens, e encontra o peso relativo de, respectivamente, .79 e .21. O apagamento de sílaba átona final foi analisado nos seguintes ambientes: (a) antes de consoante, (b) em fronteira de frase fonológica e (c) em sílaba anterior pesada, excluindo-se as ocorrências simultâneas de modo e ponto de articulação. Oliveira (2012, p. 188) comenta:

[...] o apagamento de sílaba ocorre sem compartilhamento simultâneo de ponto e modo de articulação entre as consoantes e quando a sílaba seguinte é acentuada, fatores [estes] desfavorecedores do processo.

Esse resultado é inesperado, uma vez que a queda de sílaba se efetiva, apesar de o ambiente fonológico ser adverso, como em (8).

- (08) vamos esperar vir o calor [...] **a gen’** pode ir (OLIVEIRA, 2012, p. 188, ex.104)

Na busca de explicação, Oliveira (2012) aventava a hipótese de que a queda de sílábica decorreria da frequência do item. Mas mesmo essa explicação é descartada pelo autor, levando-o a concluir que

O apagamento de sílaba na elisão fonética não está relacionado a aspectos fonético-fonológicos somente, mas sofre também interferência de processos de gramaticalização. (OLIVEIRA, 2012, p. 219)

- (09) vamos esperar vir o calor ... [a’zẽ’po’dzi] (a gente pode ir) (OLIVEIRA, 2012, p. 188, ex.104)

Essa conclusão decorre do fato de que apenas um pequeno conjunto de itens sofreu queda de sílaba final: *ele/ela, mesmo, nossa, olha*, e os gerúndios. Sobre esses itens, há análises independentes que mostram estarem em processo de gramaticalização.⁴

⁴ Ver Correa (1998) sobre cliticização de *ele/ela/eles/elas*; ver também Souza (2012.). Ver Ramos (2010) sobre o processo de gramaticalização *nossa>...> nó*. Sobre ‘*mesmo*’, ver Oliveira e Cacciaguerra (2009). Sobre ‘*olha*’, ver Risso (1999, 2006).

Retomando a análise de ‘a gente’, vejamos uma pesquisa em que se utilizou análise acústica. Maia (2012) realiza análise quantitativa das várias formas que correspondem a etapas do processo de erosão fônica de ‘a gente’. Na Figura 1, aparece o espectrograma de uma ocorrência em que há queda de [a] e queda de sílaba final. Na Figura 2 aparece o espectrograma de uma ocorrência em que não há queda de segmentos. Os enunciados completos em que as ocorrências se realizam aparecem nas legendas das figuras.

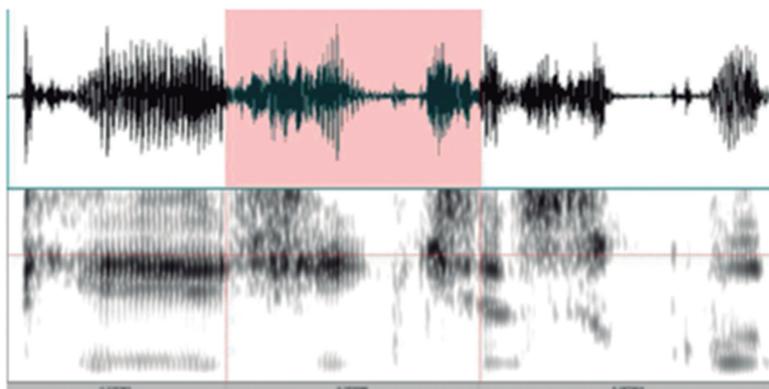


Figura 1. Realização [ˈʒɛ̃j] com que do ‘a’ inicial (apud MAIA, 2012, p. 85, Fig.19, enunciado “porque [ˈʒɛ̃j] (‘a gente’) iscuta isso todos os dias ne e num imagina isso acontecenu na... na nossa familia. (E8-17JF)).

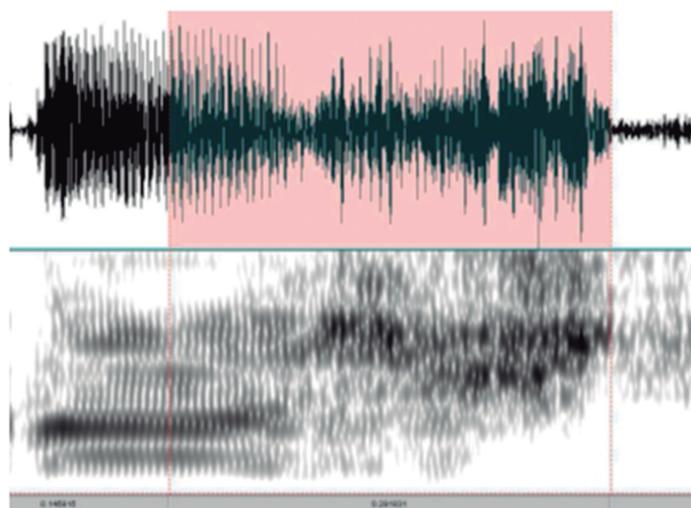


Figura 2. Realização a gente [aˈʒɛ̃j] com alteracao da vogal [ɛ̃] para desvozeada e da realizacao de silaba final sem [t] (apud MAIA, 2012, p. 91, Fig.16, enunciado “(66) ... entao assim... tanto que pra [aˈʒɛ̃j] (‘a gente’) tomá banho... (E1-40JS) (E8-17JF)).

Maia (2012, p. 115) identifica 40 ocorrências em que há queda de [a] e verifica que a queda é favorecida pela queda de segmentos finais (.97). Essa correlação é interpretada como evidência de que houve cliticização de *a gente*.

Os casos de queda da vogal [a] são de especial interesse porque a ausência do artigo não faz com que o item seja interpretado como nome genérico.

- (9) a. [ʒẽ] tinha que buscá água... (MAIA, 2012, p. 132 ex.142)
 b. *Gente tinha que buscar água
- (10) a. mas nem sempre e esse efeito que [ẽt] quer (MAIA, 2012, p. 133, ex.122)
 b. *mas nem sempre e esse efeito que gente quer

A má formação de (9b) e (10b) confirma que o item realizado como [ʒẽ] e [ẽt] não é interpretado como genérico. Em outras palavras, os traços de [DET], núcleo da categoria em que o artigo se realiza, estão presentes em (9a) e (10a).

A correlação entre artigo e cliticização pode ser assim capturada: ambos realizam traços-phi presentes em D. Essa correlação remete-nos à questão formulada por Menón, em que a pesquisadora aponta a locução como uma etapa relevante no processo de gramaticalização de *a gente*.

Todas as ocorrências de [ʒẽ], identificadas por Maia (2012), realizam-se na posição sujeito. Resultado semelhante é encontrado por Zilles (2005). Por se realizarem nessa posição, essas ocorrências têm sido rotuladas de formas fracas. Estamos aqui nos referindo a elas como clíticos porque, na Forma Lógica, estas formas se movem como X^o (GROHMANN, 2000, p. 27).

A cliticização de ‘a gente’ não é um caso isolado. No francês, a cliticização de *home* percorreu uma trajetória semelhante, conforme se vê a partir das etapas (A-D), descritas por Ramat e Sansò (2007).

A) Ocorrer muitas vezes precedido por um artigo definido.

- (11) **I'em** |le quist⁵ (SAINT EUSTACE, 12, 11) [Francês Antigo]
 ‘eles procuraram por ele’

B) Ser retomado algumas vezes por pronome pessoal, em coordenadas.

- (12) **on chant et il danse** (ROLLAND, 311) [Francês Antigo]
 ‘canta e dance’

C) Ser compatível com concordância no plural e no feminino.

- (13) Quando on est belles (EGERLAND, 2003, p. 79)

D) Ter-se tornado [+definido] não antes do século 19, havendo similaridade entre *on* e *nous*. (COVENEY, 2000, p. 450)

Comparem-se os percursos (14a)-(14b) e os enunciados (11)-(15) e (12)-(16):

- (14) a. Home> ..> em.>...> on
 b. A gente>....> zen

⁵ Nyrop (1925, p. 369ff), Jensen (1990, p. 237ff) e Welton-Lair (1999, p. 133ff) *apud* Ramat e Sansò (2007, p. 110, n. 13).

(15) o que [aʒɛtʃ] (a gente) vive no dia a dia mesmo.⁶

(16) E [əʒɛtʃi] (a gente) acaba... eu acabo... o que eu posso ver⁷

A comparação com o francês permite supor que a ocorrência do artigo seja apenas uma etapa transitória, uma vez que, no francês, ocorreu antes de ‘on’ no século 12 e hoje não mais. Essa suposição remete à mudança acentual apontada por Menón (1996, p. 626), em que [a.ˈẽ.ti] passou para [a.ẽ.ˈti]. Parece que, nesse momento, [a] perde o estatuto de artigo, sinalizando o movimento de N para D.

Além das propriedades (A) e (B), outra semelhança entre ‘on’ e ‘a gente’ pode ser apontada: ambos têm sua origem num nome geral.⁸ Lopes (1999, p. 34), embora sem usar o termo ‘nome geral’, afirma que o substantivo *gente* apresentava interpretação semântica similar à de povo, grupo. Veja-se que *pessoa*, *homem*, *povo*, *grupo* são nomes gerais que se referem a seres humanos.⁹ Em seu estudo sobre a gênese dos pronomes, Heine e Song (2010, p. 124) mostram que nomes gerais (‘generic nouns’) para seres humanos podem se desenvolver em pronomes de primeira pessoa do plural e também de terceira pessoa. O autor cita, como exemplos, ‘a gente’ no português e ‘ke’ na língua sudanesa Lendu.

Nesta seção apresentamos evidências de que ‘a gente’ se realiza como clítico [ʒẽ] e vimos também que se origina de um nome geral.

Formação de clíticos

Para que um nome dê origem a um clítico, é necessário que tenha se realizado como (a) DP argumental, (b) núcleo nominal e (c) predicado, quer em miniorações ou vocativos. Essas ocorrências viabilizam a reanálise do nome, conforme argumenta Gelderen (2004, 2006). A reanálise como núcleo seria, de fato, um princípio gramatical que, ao lado de outros, tornariam a gramaticalização uma parte da Gramática Universal. Os três princípios são:

- (17) a. *Head Preference Principle* (HPP): ser um núcleo, e não um sintagma (GELDEREN, 2006, p. 6);
b. *Late Merge Principle* (LMP): compor o mais tarde possível (GELDEREN, 2006, p. 10);
c. *Specifier Incorporation Principle* (SIP): quando

⁶ Dado n.41, pertencente ao Corpus analisado por Maia (2012).

⁷ Dado n.54, pertencente ao Corpus analisado por Maia (2012).

⁸ “Nomes gerais, termo proposto por Halliday e Hasan (1976), são substantivos frequentes, bem genéricos e em geral contáveis, que se afastam da hiperonímia, por se encontrarem em um nível de generalização extremamente alto, ou seja, a relação que estabelecem com outros itens lexicais é muito menos estreita que a de um hiperônimo/hipônimo convencional, como *móvel/cadeira* (MIHATSCH, 2006b). Seus significados, entretanto, não podem ser descritos sem o contexto em que ocorrem (MAHLBERB, 2005, p. 37).

⁹ Os nomes gerais são anafóricos (MAHLBERB, 2005, p. 37):

(i) Eu vi o Pedro. Essa **pessoa** sempre está onde estou.

(ii) Pedro, Marina e eu saímos. Nosso **grupo** sempre sai às sextas.

(iii) Meus vizinhos fazem muito barulho. Será que esse **povo** nunca se cansa?

Uma lista dos nomes gerais no português brasileiro é apresentada em Amaral e Ramos (2014, p. 23).

possível, seja um especificador e não um adjunto (GELDEREN, 2006, p. 15).¹⁰

Assim, um sintagma mais baixo (via LMP) pode ser reanalisado como especificador, e depois o especificador é reanalisado como núcleo (via HPP).

Assumindo a proposta de Gelderen (2006), podemos fazer as seguintes previsões em relação a 'a gente'. Devemos encontrar 'a gente' como DP argumental, como DP predicativo e como Vocativo. Essas previsões se confirmam:

(a) DP argumental:

(18) tanto eu quanto a mãe, **a gente** [αzẽtʃ] ajudava. (MAIA, 2012, p. 12:n.168)

(b) D núcleo como predicativo:

(19) Essas coisas são a gente.

(c) N núcleo, como vocativo:

(20) tem politico na cidade dizendo que esta trazendo a loja para Itauna. **Gente**, presta atenção. Nao tem nada disto¹¹

As ocorrências (18)-(20) mostram que o percurso previsto pela hipótese de Gelderen foi efetivado por 'a gente' no PB.

As evidências reunidas até aqui permitem apresentar a seguinte trajetória de 'a gente':

(21) DP > NP > N° > > Clítico

O espaço pontilhado corresponde ao estatuto pronominal questionado por Taylor (2009).

Conforme referido na introdução e na seção Formação de clíticos, a adoção de uma abordagem formal da gramaticalização assume que a gramaticalização é um processo que envolve a criação de novo material funcional, por meio de reanálise de material funcional ou de material lexical já existentes (ROBERTS; ROUSSOU, 2003, p. 2). No caso em análise, o material lexical existente é o nome 'gente', que sofreu reanálise. Uma etapa importante é o uso desse item precedido de artigo definido, usado então como anafórico (LOPES, 1997). Posteriormente é usado como clítico (ZILLES, 2000; MAIA 2012). Seu percurso recebe, nos estudos de gramaticalização, a seguinte descrição:

(22) Nome > Pronome > Clítico > afixo

¹⁰ Gelderen (2006).

¹¹ Dado pertencente ao *Corpus Itaúna*, organizado por Alan Jardel Oliveira.

Roberts e Roussou (2003) relacionam a direcionalidade representada em (25) com direcionalidade do movimento sintático: o movimento é assimétrico, na medida em que se realiza à esquerda e para na direção de alcançar posições estruturais cada vez mais altas.

A polêmica em torno da pronominalização de ‘a gente’, se situada em (22), conduz à seguinte questão:

(23) Nome > ? > Clítico > afixo

Se a direcionalidade retratada em (21) é a direcionalidade do movimento sintático, então cada etapa obedece ao princípio de localidade. Se é assim, então poderemos ver em (22) e (23) uma escala implicacional, o que nos permitirá afirmar que ‘a gente’ é pronome. Se não tivesse alcançado essa etapa, não teria se tornado um clítico.

Conclusões

A polêmica que diz respeito ao estatuto pronominal de ‘a gente’ coloca em tela discussões sobre temas controversos: a noção de pronome e a noção de clítico. Conforme já ressaltamos, os estudos analisados discutem o estatuto pronominal de ‘a gente’ sem apresentar uma definição de pronome. Neste artigo procuramos reunir argumentos favoráveis à identificação de ‘a gente’ como pronome. Ao discutir as estruturas propostas, pudemos extrair consequências sintáticas do processo de cliticização de ‘a gente’. Foi possível alinhar esse fenômeno no PB a outro no francês (o clítico *on*), apontando as semelhanças.

REFERÊNCIAS

AMARAL, E.; RAMOS, J. *Nomes gerais no Português Brasileiro*. Belo Horizonte: Editora Fale/UFMG, 2014.

BAKER, M. *Lexical categories: nouns, verbs, and adjectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BHAT, D. *Pronouns*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

CARDINALETTI, A.; STARKE, M. The typology of structural deficiency: on the three grammatical classes. In: RIEMSDIJK, H. van (Ed.) *Clitics in the languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999. p. 145-233.

_____. The tripartition of pronouns and its acquisition: principle B puzzles are ambiguity problems. In: BECKMAN, J. (Ed.) *Proceedings of the North East Linguistic Society 25*. Amherst: Mass, 1995. (v. 2: Papers from the workshops on Language Acquisition & Language Change)

COSTA, J.; PEREIRA, S. *A gente: revisitando o estatuto pronominal e a concordância*. In: SEDRINS, A. P. et al. (Org.) *Por amor à linguística: miscelânea de estudos linguísticos dedicados à Maria Denilda Moura*. Alagoas: Editora da UFAL, 2012. p. 101-122.

CORRÊA, L. T. *A forma clítica de pronome pessoal no dialeto mineiro: uma variante sociolinguística*. 89f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

COVENEY, A. Vestiges of *nous* and the 1st person plural verb in informal spoken French. *Language Sciences*, n. 22, p. 447-481, 2000.

- DÉCHAÎNE, R.; WILTSCHKO, M. Decomposing pronouns. *Linguistic Inquiry*, n. 33, p. 409-442, 2002.
- Den DIKKEN, M. “Plurilaterals”, pronouns and quirk agreement. *The Linguistic Review*, n. 18, p. 19-41, 2001.
- EGERLAND, V. Impersonal Pronouns in Scandinavian and Romance. *Working Papers in Scandinavian Syntax*, n. 71, p. 75-102, 2003.
- GELDEREN, E. *Economy of merge and grammaticalization: two steps in the evolution of language*. 2006. Disponível em: <www.public.asu.edu/~gelder/elly.htm>. Acesso em: 29 set. 2011.
- _____. *Grammaticalization as Economy*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company. 2004.
- GROHMANN, K. Towards a syntactic understanding of prosodically reduced pronouns. *Theoretical Linguistics*, v. 26, p. 175-210, 2000.
- GUY, G. *Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax, and language history*. 1981. PhD Dissertation. University of Pennsylvania. Disponível em <http://repository.upenn.edu/dissertations>. Acesso em: jun. 2014.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. 14. ed. London / New York: Longman, 1995 [1976].
- HEINE, B.; SONG, K.-N. On the genesis of personal pronouns: some conceptual sources. *Language and cognition*, v. 2, n. 1, p. 117-147, 2010.
- _____. On the grammaticalization of personal pronouns. *Journal of Linguistics*, v. 47, p. 587-630, 2011.
- Humanitas. 25-46.
- JENSEN, F. 1990. *Old French and comparative Gallo-Romance syntax*. Tu bingen: Niemeyer, 1990.
- LAENZLINGER, C. *Comparative studies in word order variation: adverbs, pronouns and clause structure in Romance and Germanic*. Amsterdam: John Benjamins, 1998.
- LAENZLINGER, C.; SHLONSKY, U. Weak Pronouns as LF Clitics: Clustering and adjacency effects in the pronominal systems of German and Hebrew. *Studia Linguistica*, n. 51, v. 2, p. 154-185, 1997.
- LOPES, C. R. dos S. De *gente* para *a gente*: o século XIX como fase de transição. In: ALKMIM, T. (ed.). *Para a História do Português Brasileiro – Novos Estudos*. São Paulo: Humanitas, 2002.
- _____. *A inserção de “a gente” no quadro pronominal do português: percurso histórico*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- MAHLBERG, M. *English general nouns: a corpus theoretical approach*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003.
- MAIA, F. P. Investigando as formas reduzidas de *a gente* no dialeto mineiro. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. 203p.
- MENON, O. da S. 1996. *A gente: um processo de gramaticalização*. *Estudos Linguísticos*, n. 25, v. 1, p. 622-628, 1996.
- MENON, O. P. S. *Analyse sociolinguistique de l’indétermination du sujet dans le portugais parlé au Brésil, à partir des données Du NURC-SP*. Thèse (Doctorat) – Université de Paris 7, Paris, 1994.

- MIHATSCH, W. *Kognitive Grundlagen lexikalischer Hierarchien: untersucht am Beispiel des Französischen und Spanischen*. Tübingen: Max Niemeyer, 2006b.
- MUNIZ, C. A. G. Nós e a gente: traços sociolingüísticos no assentamento. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2008. 126 p.
- NYROP, K. *Grammaire historique de la langue française*. Copenhagen: Gyldendalske, 1925. Tome V.
- OLIVEIRA, A. J. “Comendo o final das palavras”: análise variacionista da haplologia, elisão e apócope em Itaúna/MG. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. 297p.
- OLIVEIRA, A. K. M.; CACCIAGUERRA, V. A Gramaticalização do Item “mesmo”: a mudança nas línguas românicas. *Revista Anagrama*, n. 3, p. 1-13, 2009.
- POSTAL, P. On So-called “Pronouns” in English. In: REIBEL, D.A.; SCHANE, S.A. (Ed.). *Modern Studies in English: Readings in Transformational Grammar*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1969.
- RADFORD, A. 2004. *Minimalist Syntax: Exploring the Structure of English*. Cambridge:
- RAMAT, A.; SANSÒ, A. The spread and decline of indefinite man-constructions in European languages. In: RAMAT, P.; ROMA, E. – (Ed.) *Europe and the Mediterranean as Linguistic Area*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007.
- RAMOS, J. M. Interjeições e Gramaticalização: Nô! E Nossa Senhora. In: VITRAL, S.; COELHO, S. (Org.). *Estudos de Processos de Gramaticalização em Português: metodologias e aplicações*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 315-332.
- RISSO, M. S. Marcadores discursivos basicamente sequenciadores. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. v. 1. p. 427-496.
- _____. Aspectos textuais-interativos dos marcadores discursivos de abertura Bom, Bem, Olha, Ah, no português culto falado. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. v.7.
- ROBERTS, I.; ROUSSOU, A. *Syntactic Change. A Minimalist Approach to Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- SOUZA, E.M. Pronomes indefinidos: uma classe homogênea? Tese (Doutorado Estudos Linguísticos). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.
- TAYLOR, M. On the pronominal status of Brazilian Portuguese *a gente*. *NYU Working Papers in Linguistics*, Volume 2: Papers in Syntax, Spring 2009.
- WELTON-LAIR, L. K. The evolution of the French indefinite pronoun *on*: a corpus-based study in grammaticalization. PhD dissertation, Cornell University, 1999.
- ZILLES, A. The development of a new pronoun: The linguistic and social embedding of a *gente* in Brazilian Portuguese. *Language Variation and Change*, v. 17, p. 19-53, 2005.

Sujeitos deslocados à esquerda em gêneros textuais orais e escritos no Português Brasileiro

(Left dislocated subjects in oral and written textual genres in Brazilian Portuguese)

Mônica Tavares Orsini¹, Isabela de Campos Mourão²

^{1,2}Faculdade de Letras – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

monica.orsini@globo.com, isabela.cmourao@globomail.com

Abstract: This paper, based on theoretical-methodological assumptions of Variationist Sociolinguistics (LABOV, 1972, 1994) and its association with Principles and Parameters Theory (CHOMSKY, 1981), investigates the left dislocated subjects structures, one of the strategies of marked topic constructions, contrasting its frequency and structural features in different *corpora*, taking in consideration the oral-written *continuum* (MARCUSCHI, 2007). The results reveal that left dislocated subjects are more frequent in the oral interview genre, with a decrease or absence in written genres, reflection of the interference of the literacy process.

Keywords: left dislocated subjects; Brazilian Portuguese; oral – written *continuum*.

Resumo: O presente trabalho, fundamentado nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972, 1994) e sua associação à Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY 1981), investiga as construções de deslocamento à esquerda de sujeito, uma das estratégias de construção de tópico marcado, confrontando sua frequência e suas características estruturais em *corpora* distintos do Português Brasileiro, à luz do *continuum* fala – escrita (MARCUSCHI, 2007). Os resultados revelam que as construções de deslocamento à esquerda de sujeito são mais frequentes no gênero *entrevista*, havendo diminuição ou ausência da estrutura em gêneros textuais escritos, reflexo da interferência do processo de letramento.

Palavras-chave: deslocamento à esquerda de sujeito; Português Brasileiro; *continuum* fala-escrita.

Introdução

O presente trabalho objetiva descrever a frequência, bem como o comportamento morfossintático e semântico-discursivo, das construções de deslocamento à esquerda de sujeito (doravante DESuj) em textos orais e escritos do Português Brasileiro (doravante PB). Segundo Marcuschi (2007), a relação entre fala e escrita deve ser entendida como um *continuum* em que o gênero discursivo define as características que aproximam ou distanciam essas modalidades expressivas. Nessa perspectiva, há gêneros prototípicos da fala, gêneros prototípicos da escrita e gêneros textuais híbridos, que mesclam características tanto da fala quanto da escrita. A fim de delinear o perfil das construções de DESuj, nesse *continuum* de gêneros textuais, confrontamos dados dos gêneros *entrevista*, *peça teatral*, *redação de vestibular*, *editorial* e *dissertação / tese*.

Estudos empíricos sobre o fenômeno em foco (ORSINI; PAULA, 2011; ORSINI, 2012) apontam serem as construções de DESuj próprias da gramática da fala. Verificam, porém, que tais construções começam a se inserir na gramática da escrita, que reúne traços conservadores da gramática lusitana do final do século XIX e inovadores decorrentes das mudanças morfossintáticas em curso no PB (FARACO, 2008). Esse processo de inserção na escrita, contudo, não ocorre de forma homogênea. Assim, acreditamos haver uma íntima relação entre a frequência das construções de DESuj e o grau de formalidade

dos textos: se, por um lado, gêneros textuais que exigem menor grau de monitoramento apresentarão maior frequência de DESuj; por outro, textos escritos formais revelarão pouca ou nenhuma ocorrência do fenômeno em estudo.

Sobre as construções de deslocamento à esquerda de sujeito

A tradição gramatical, ao tratar da constituição da sentença, aponta como seus termos essenciais o sujeito e o predicado (CUNHA; CINTRA, 1985), descrição respaldada na interpretação de ser o português uma língua de proeminência de sujeito.

Análises com *corpora* de fala e de escrita evidenciam, contudo, a presença no PB de sentenças que se estruturam em torno da relação gramatical tópico-comentário, denominadas por Brito, Duarte e Matos (2003) e Raposo *et al.* (2013) construções de tópico marcado. Nesse tipo de estrutura, o tópico configura-se no constituinte à esquerda da sentença, normalmente já ativado no contexto discursivo, sobre o qual se faz uma declaração por meio de um comentário. Este, por sua vez, se organiza por meio de uma sentença SVO.

Construções que se articulam em torno das categorias tópico e comentário, no entanto, reúnem diferentes estratégias conforme a conectividade que se estabelece entre o tópico e o comentário. Berlinck, Duarte e Oliveira (2009) assinalam a existência de quatro tipos distintos: anacoluto, deslocamento à esquerda, topicalização e tópico-sujeito.

As construções de deslocamento à esquerda, objeto de estudo deste trabalho, se caracterizam por apresentar correferencialidade entre o tópico e um elemento expresso no interior do comentário. No caso específico de DESuj, este correferente ocupa a posição sintática de sujeito, como se verifica em (1) e (2).

(01) [O Brasil]_i, para exportar, *ele*_i tem que comprar. (fala culta)

(02) [Essas descobertas]_i, *elas*_i nascem dentro do botequim. (fala popular)

Pressupostos teóricos

Para o desenvolvimento deste estudo, fundamentamo-nos nos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972, 1994) associada ao modelo explicativo da Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981), segundo o qual a linguagem, uma propriedade genética humana, apresenta princípios gramaticais invariantes, válidos para todas as línguas, e parâmetros que podem ser positiva ou negativamente marcados, diferenciando as línguas entre si em certas propriedades.

O casamento da Teoria Gerativa com os pressupostos da Sociolinguística tem possibilitado uma análise muito produtiva das mudanças sintáticas em processo no PB. Se as propriedades dos parâmetros descritas pelo quadro teórico de Princípios e Parâmetros auxiliam no levantamento das hipóteses que sustentam as investigações e na seleção dos grupos de fatores, a análise variacionista contribui para uma descrição atualizada das propriedades desses parâmetros no PB.

No que tange à marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo, Kato e Duarte (2014) atestam ser o PB uma língua de sujeito nulo parcial: prefere preencher os sujeitos referenciais e deixar vazio os não referenciais. Ao observar, numa perspectiva diacrônica, o percurso da mudança em relação à marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo, Cyrino, Duarte e Kato (2000) constatam que os itens [+ referenciais] e [+ humanos] são os primeiros a se tornarem plenos, sendo os contextos [- referenciais] resistentes à mudança. A hierarquia de referencialidade proposta pelas autoras evidencia o caminho percorrido pelo sujeito lexicalmente expreso.

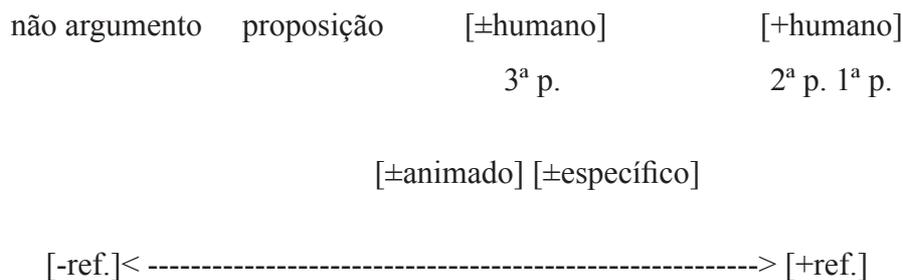


Figura 1. Hierarquia de referencialidade proposta por Cyrino, Duarte e Kato (2000)

Nesta perspectiva, as construções de DESuj se caracterizam por ser uma evidência do encaixamento da mudança linguística (cf. WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]), pois são recorrentes em línguas que preenchem sujeitos referenciais, sofrendo pouca ou nenhuma restrição quanto à natureza do elemento que ocupa a posição de tópico. Assim, nossa hipótese é a de que a preferência por sujeitos referenciais plenos de caráter definido ou arbitrário favorece a ocorrência das construções de DESuj, já que, nesses casos, a posição em questão fica sempre preenchida por um pronome lembrete ou outro elemento de mesmo valor.

Tal comportamento, em conjunto com outras mudanças em curso na língua, reforça a tese de que o PB caminha em direção às línguas de tópico (línguas orientadas para o discurso), não sendo um sistema que se organiza somente em torno da estrutura sintática sujeito – predicado (padrão SVO), como descrevem as gramáticas tradicionais.

A tipologia das línguas aqui considerada foi proposta por Li e Thompson (1976). Segundo estes autores, as línguas podem ser classificadas de quatro maneiras distintas:

(a) *línguas com proeminência de sujeito* – neste tipo, a estrutura das sentenças favorece uma descrição com base na relação gramatical sujeito-predicado;

(b) *línguas com proeminência de tópico* – ao contrário do modelo anterior, a relação tópico-comentário determina a estrutura das sentenças;

(c) *línguas com proeminência de tópico e de sujeito* – nessas línguas, há duas construções sentenciais distintas e igualmente importantes: sujeito-predicado e tópico-comentário;

(d) *línguas sem proeminência de tópico e de sujeito* – neste tipo, sujeito e tópico se fundem, deixando de serem categorias distintas.

Procedimentos metodológicos

O trabalho submete os dados ao tratamento sociolinguístico, a fim de (a) identificar possíveis contextos que favoreçam a ocorrência das construções de DESuj e (b) evidenciar a ausência de restrições para essas construções no PB.

No que diz respeito aos fatores estruturais, investigamos (a) a natureza gramatical do tópico, (b) a natureza gramatical do correferente, (c) a referencialidade do SN tópico e (d) a configuração sintática da estrutura em que ocorre o tópico e o seu correferente na posição de sujeito.

Os fatores sociais considerados foram grau de formalidade do gênero textual e *grau de escolaridade*. Em relação ao grau de escolaridade, na modalidade oral, o gênero *entrevista* reúne dois *corpora*: um de fala culta, outro de fala popular. Na modalidade escrita, o gênero *redação de vestibular* é produzido por falantes que concluíram o Ensino Médio; as *peças teatrais*, os *editoriais* e as *dissertações / teses* foram escritos por falantes cultos, ou seja, indivíduos que possuem terceiro grau completo.

Quanto ao grau de monitoramento do texto, acreditamos que as entrevistas constituam uma amostra representativa da fala espontânea; sendo, portanto, um gênero [- formal]. Na modalidade escrita, as peças teatrais configuram-se num gênero híbrido, já que se trata de um texto que procura reproduzir as características da fala dos personagens. Os demais gêneros escritos, embora sugiram alto grau de formalidade, não se comportam de forma homogênea. A redação, embora exija monitoramento, é produzida por um falante que não domina integralmente as normas da língua escrita; o editorial e a dissertação/tese são representativos da norma do letrado, que não necessariamente coincide com a norma padrão.

As amostras

Para a realização desse estudo, foram utilizadas amostras de gêneros orais e escritos. Os dados de fala culta foram coletados do acervo sonoro do *Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta do Rio de Janeiro* (NURC-RJ). Essa amostra reúne informantes com nível superior completo, distribuídos por gênero e faixa etária (25-35 anos, 36-55 anos e mais de 55 anos). Foram ouvidas 11 entrevistas, gravadas na década de 1990.

Os dados de fala popular foram retirados do acervo do *Programa de Estudos sobre o Uso da Língua* (PEUL-UFRJ). Os informantes, nesse caso, possuem nível fundamental ou médio de escolaridade e encontram-se agrupados por quatro faixas de idade (7-14 anos, 15-25 anos, 26-49 anos e mais de 50 anos). Do acervo, foram ouvidas 19 entrevistas feitas na década de 2000.

Para o estudo das construções de DESuj na modalidade escrita, foram constituídas quatro amostras, cada uma referente a um gênero textual diferente. A primeira reúne 10 peças teatrais escritas por autores brasileiros no decorrer do século XX.¹ A segunda reúne

¹ As peças lidas foram “O simpático Jeremias” (Gastão Tojeiro); “A inquilina de Botafogo” (Gastão Tojeiro), “Onde canta o sabiá” (Gastão Tojeiro), “O hóspede do quarto nº 2” (Armando Gonzaga), “A *garçonnière* do meu marido” (Silveira Sampaio), “Flagrantes do Rio” (Silveira Sampaio), “Um elefante no caos” (Millôr Fernandes), “A mulher integral” (Carlos Eduardo Novaes), “Os órfãos de Jânio” (Millôr Fernandes) e “No coração do Brasil” (Miguel Falabella).

400 redações do concurso de acesso aos cursos de graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro do ano de 2009. Estas se distribuem segundo a nota obtida no critério “adequação à norma culta”. Assim, foram lidas 100 redações de quatro níveis distintos – da menor nota a maior. As redações com nota de adequação à norma culta entre 0 e 2,5 correspondem ao nível 1; as com nota entre 2,6 e 5 fazem parte do nível 2; redações avaliadas entre 5,1 e 7,5 estão no nível 3 e, por fim, redações que receberam entre 7,6 e 10,0 referem-se ao nível 4. A terceira amostra reúne 25 editoriais do jornal *Folha de São Paulo*, publicados entre 25 de outubro e 18 de novembro de 2013. A quarta amostra reúne 50 resumos de dissertações / teses de pós-graduação defendidas por alunos da UFRJ em programas das unidades Educação, Engenharia Elétrica, Comunicação, Artes Visuais e Medicina, defendidas na década de 2000.

A escolha dos quatro gêneros escritos justifica-se pelo fato de o *editorial* e a *dissertação/tese* refletirem a gramática do letrado, por serem gêneros formais que exigem alto grau de monitoramento, a *peça teatral* configura-se num gênero misto que, por objetivar reproduzir a fala dos personagens, apresenta marcas da oralidade, o gênero *redação*, por seu turno, caracteriza a escrita culta de indivíduos ainda em formação, ou seja, que concluíram o Ensino Médio.

As construções de deslocamento à esquerda de sujeito no *continuum* dos gêneros textuais orais e escritos

A ausência de dados de deslocamento à esquerda de sujeito nos gêneros *editorial* e *dissertação / tese* confirma nossa hipótese de que as referidas construções são próprias da gramática da fala, sendo evitadas pelo falante culto em situações monitoradas de escrita².

No gênero *redação de vestibular*, foram encontrados apenas três dados, transcritos em (03), (04) e (05) –, número inferior ao esperado. Tal comportamento decorre certamente da ação coercitiva da escola, que avalia negativamente este tipo de construção. Apesar da baixa frequência de ocorrências, sua presença reflete a alta produtividade dessas construções na gramática da fala e a tendência a transpor para a escrita marcas da oralidade, já que esse gênero é produzido por falantes ainda em processo de aprendizagem da norma culta.³

O critério *adequação à norma culta* não se mostrou relevante já que os dados apareceram em redações pontuadas entre os níveis 1 e 3.

(03) [A loucura]_i pode-se dizer que *ela*_i é diferente sobre a opinião de cada um.

(04) [Já a lucidez]_i, *essa*_i merece ter tratamento, porque nesse caso específico o paciente perde a consciência.

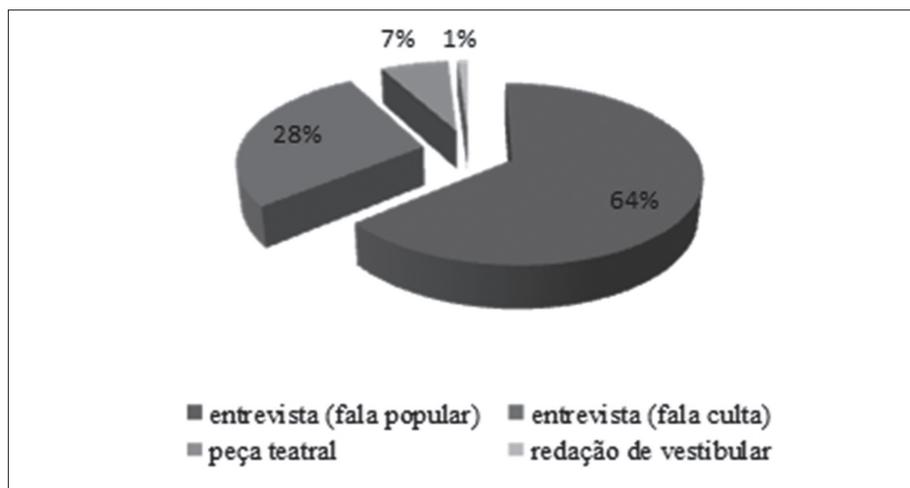
² É interessante registrar que no gênero *editorial* não ocorreu nenhuma construção de tópico marcado; no gênero *dissertação / tese*, houve uma ocorrência de topicalização, estrutura não estigmatizada pelo ambiente escolar, já que pode ser interpretada como uma inversão de constituintes. Portanto, na sentença “[*papel igualmente importante*]_i tem ____i a metodologia da história oral.”, pode-se interpretar que o falante antepôs o objeto direto por questões estilísticas.

³ É necessário esclarecer que diferenciamos os conceitos de norma padrão e norma culta. Enquanto aquela remete a um conjunto de regras pautadas na escrita lusitana do século XIX, esta corresponde às regras efetivamente empregadas pelos falantes cultos em situações monitoradas de fala e de escrita (FARACO, 2008).

(05) [Mesmo aqueles que julgam ser perfeitos ou inteligentes], *esses*, também mostram alguma loucura

Considerando o *continuum* tipológico dos gêneros textuais investigados, foram encontradas 247 ocorrências de DEsuj, distribuídas conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1. Distribuição percentual das construções de DEsuj no *continuum* dos gêneros textuais



A distribuição percentual dos dados revela que a frequência das construções em foco diminui significativamente da modalidade oral para a escrita. O gênero *entrevista*, um gênero oral informal, reúne 92% do total das ocorrências. O *grau de escolaridade* interferiu na frequência das estruturas de DEsuj, já que há uma diferença de trinta e seis pontos percentuais da fala de indivíduos com ensino fundamental e médio (64%) para a fala de indivíduos com terceiro grau completo (28%). Este maior monitoramento por parte dos falantes cultos caracteriza-se por ser uma consequência da estigmatização que tais estruturais recebem no ambiente escolar.

No que concerne aos gêneros escritos, encontramos apenas 7% do total de dados em *peças de teatro*, gênero escrito cujo objetivo é reproduzir a fala, e 1% nas *redações*, gênero que, embora deva refletir o domínio da norma escrita culta, permite a inserção de construções próprias da gramática da fala.

Assim, fica evidenciado que o gênero textual aliado ao grau de escolaridade do falante atuam diretamente na frequência das construções de DEsuj no PB. A figura 2 revela que, no *continuum* fala – escrita, o grau de formalidade do texto interfere na frequência do fenômeno em estudo, diminuindo progressivamente sua incidência do texto oral informal / espontâneo (*entrevista*) para o texto escrito formal (*editorial*), estando nos dois últimos ausentes.

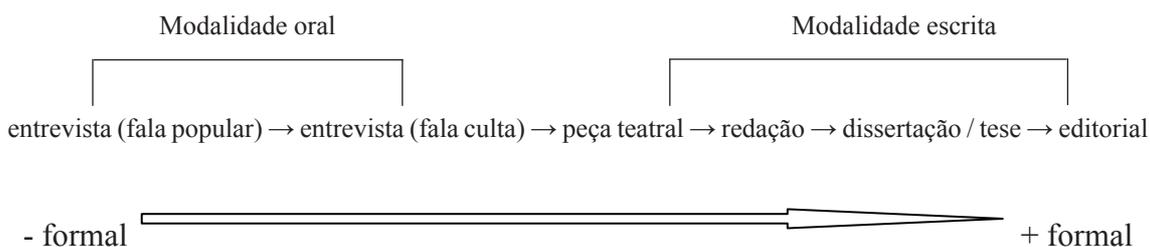


Figura 2. Distribuição das ocorrências de DESuj no *continuum* tipológico dos gêneros textuais

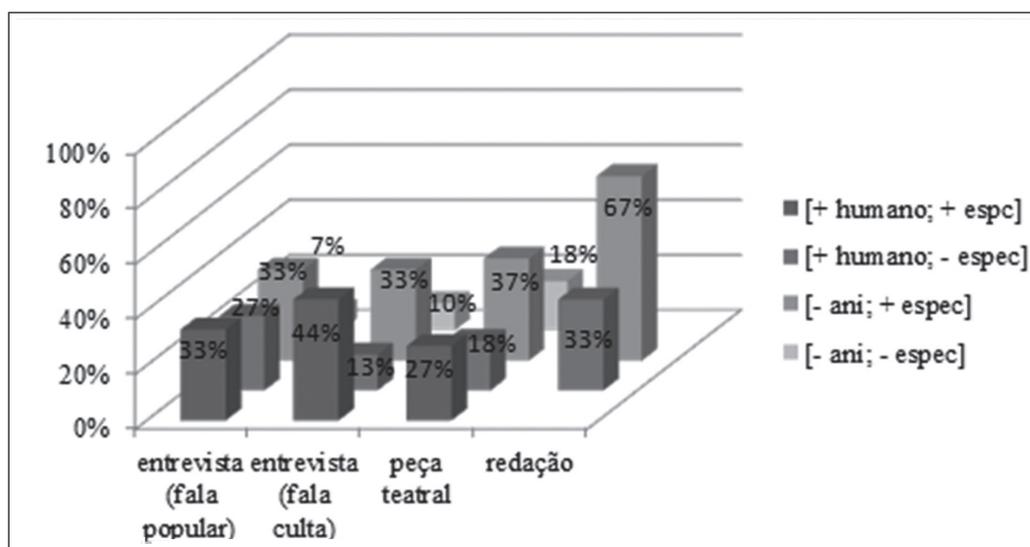
Condicionamentos estruturais

Nesta seção, descrevemos o comportamento das construções de DESuj no *continuum* dos gêneros textuais com base nos grupos de fatores linguísticos investigados.

Quanto ao fator *referencialidade do SN tópico*, objetivamos refinar a análise do SN que ocupa a posição de tópico no que diz respeito aos traços semântico-discursivos. Para tal, cruzamos os traços *animacidade* e *especificidade* do SN tópico. O primeiro é um traço semântico que define o caráter animado (ou não) do referente; o segundo reflete seu comportamento discursivo, tendo em vista o referente remeter a um ser específico ou a um grupo, de caráter genérico. Nosso interesse é observar se há restrições desta natureza impostas pelo sistema, impedindo o licenciamento de alguma das combinações possíveis.

Após totalizarmos as ocorrências de DESuj em que o tópico é um SN, obtivemos um conjunto de 108 dados. O Gráfico 2 apresenta a distribuição percentual deste fator por gênero textual.

Gráfico 2. Referencialidade do SN tópico no *continuum* dos gêneros textuais



Segundo o Gráfico 2, somente no gênero *redação* não houve a ocorrência de todas as combinações possíveis, resultado decorrente do baixo número de dados neste gênero. A seguir, exemplificamos todas as combinações presentes nos *corpora*.

- (06) [O avô do meu marido]_i, *ele*_i é italiano. (fala culta / [+ humano, + específico])
- (07) [Noventa por cento dos carioca]_i; eu acredito, *elas*_i gosta de cinema. (fala popular / [+ humano, - específico])
- (08) [seus cabelos]_i, *os cabelos*_i podem levar um champouzinho de vez em quando. (peça teatral / [- animado, + específico])
- (09) [comida na minha mesa]_i, *isso*_i nunca faltou! (peça teatral / [- animado, - específico])

No gênero *redação*, não há ocorrências de SN [- específico]; somente SNs [+ específicos] foram retomados por um pronome lembrete na posição de sujeito. Dessa forma, este traço parece favorecer a estrutura em pauta já que constatamos a sua alta produtividade tanto no gênero oral *entrevista*, quanto nos gêneros textuais escritos, seja combinado com o traço [+ humano] (cf. exemplo 06), seja com o traço [- animado] (cf. exemplo 08).

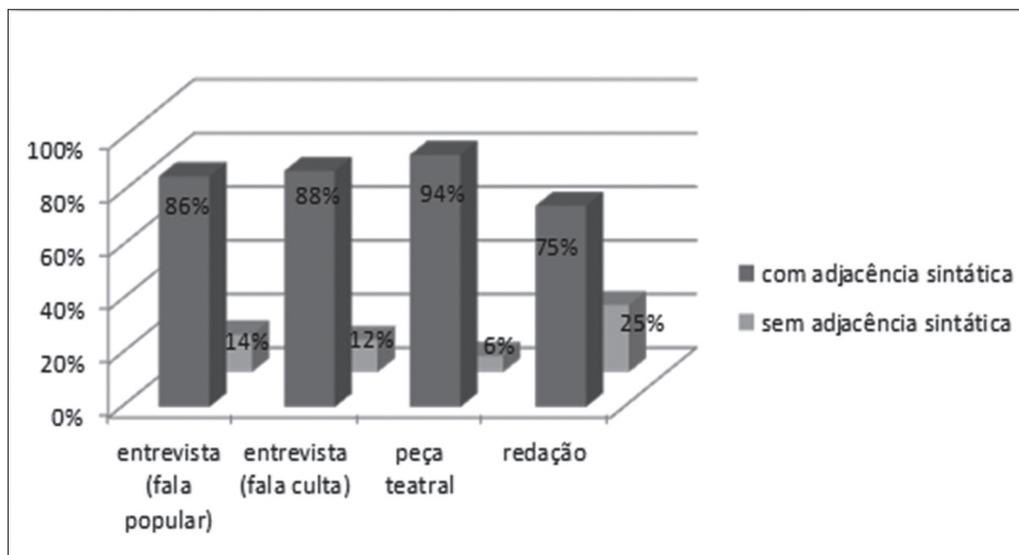
No que tange ao traço *animacidade*, o gênero oral prefere construções de Desuj com o referente [+ humano], conforme se observa no exemplo (06), já os gêneros escritos privilegiam o traço [- animado], chegando a 55% na *peça teatral*⁴ e a 67% no gênero *redação* (cf. exemplo 03)

O grupo de fator *configuração sintática da estrutura em que ocorrem tópico e correferente* pretende investigar se há, nos gêneros investigados, dados em que tópico e correferente encontram-se adjacentes (seja em contexto de frase raiz ou de oração encaixada) e dados em que tais elementos não estão adjacentes, estando o tópico na oração matriz e o correferente na oração subordinada.

Trabalhos sobre as construções de tópico nas falas culta e popular do PB (PONTES, 1987; ORSINI; PAULA, 2011) revelam que este sistema não apresenta restrições, podendo o tópico e o correferente estarem ou não adjacentes. Contudo, o fato de a escrita ser mais conservadora leva-nos a indagar se em gêneros escritos haveria restrições que bloqueassem estruturas de deslocamento à esquerda, ou seja, investigamos a possibilidade ou não de ocorrer nos gêneros *peça teatral* e *redação de vestibular*, únicos a apresentar dados de DEsubj, construções sem adjacência sintática. Os resultados estão no Gráfico 3.

⁴ O percentual obtido resulta da soma dos percentuais de SN [- animado, + específico] e [- animado, + específico].

Gráfico 3. Configuração sintática no *continuum* dos gêneros textuais



Em todos os gêneros textuais do *continuum* fala – escrita, o contexto de adjacência sintática é o mais recorrente, como ilustra o exemplo (10), em que o tópico [**já a lucidez**] encontra-se adjacente ao seu correferente, o pronome demonstrativo *essa*.

- (10) [**Já a lucidez**]_i, *essa*_i merece ter tratamento, porque nesse caso específico o paciente perde a consciência. (redação de vestibular)

Embora os gêneros textuais orais e escritos não bloqueiem estruturas de DEsuj sem adjacência sintática, estas são bem pouco frequentes, havendo apenas um dado em cada um dos gêneros escritos (cf. exemplos 11 e 12), evidência de que este contexto sintático não favorece deslocamentos à esquerda de sujeito.

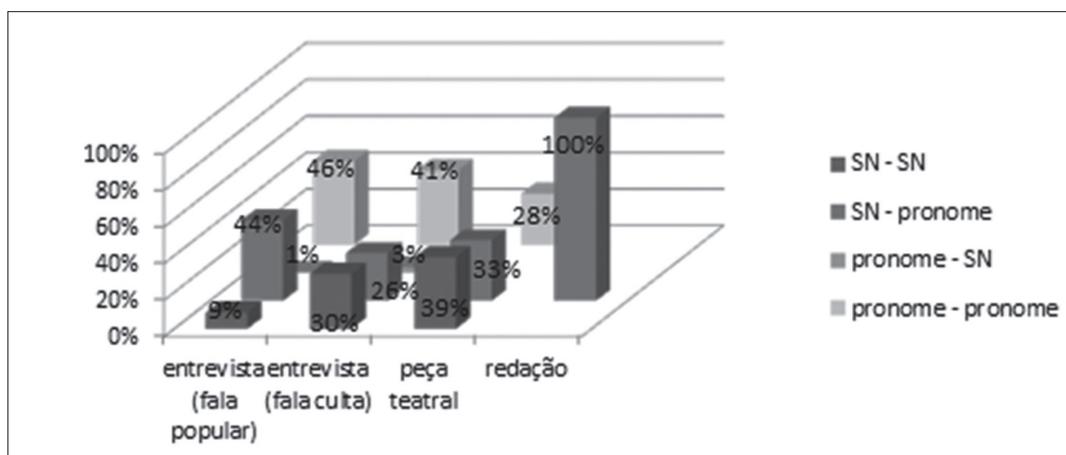
- (11) [**A mim**]_i, o senhor não permite que *eu*_i use roupas assim. (peça teatral)
- (12) [**A loucura**]_i, pode-se dizer que *ela*_i é diferente sobre a opinião de cada um. (redação de vestibular)

O exemplo (11) merece comentário especial, já que o tópico é um SP retomado pelo pronome nominativo de primeira pessoa, construção pouco frequente no PB e descrita pela tradição gramatical como um caso de anacoluto⁵.

O cruzamento dos grupos *natureza gramatical do tópico* e *natureza gramatical do correferente* é de extrema relevância neste estudo, já que investigamos as combinações que são licenciadas no PB, bem como a ausência de alguma delas nos gêneros escritos. Os resultados estão reunidos no Gráfico 4.

⁵ Segundo Cunha e Cintra (1985, p. 613), o anacoluto define-se como uma figura de sintaxe em que há “mudança de construção sintática no meio do enunciado”.

Gráfico 4. Cruzamento dos grupos natureza gramatical do tópico e natureza gramatical correferente



A combinação *tópico pronome – correferente pronome* (cf. exemplo 13) é a mais frequente no gênero *entrevista*, totalizando 46% das ocorrências na fala popular e 41% na fala culta. Portanto, é possível afirmar que esse tipo de construção é característica da fala, independentemente do grau de escolaridade do falante. Este resultado reitera a existência de um sistema de pronomes fortes e fracos no PB (cf. KATO, 1999).

(13) mas [eu]_i, isso eu_i não faço não.

A combinação *tópico SN – correferente pronome* (cf. exemplo 14) ocorre na fala popular de forma relativamente frequente (44%), diminuindo sua incidência na fala culta (26%). A diferença de dezoito pontos percentuais é um reflexo do monitoramento do falante culto para evitar estas construções em situações de fala, já que a escola e a mídia impressa condenam este tipo de construção.

(14) [Esse grupo]_i, ele_i faz três viagens por ano. (fala popular)

No gênero *peça teatral*, a combinação mais recorrente é a de *tópico SN – correferente SN*, correspondendo a 39% dos dados. O exemplo (15) evidencia esta combinação morfológica. A segunda combinação mais frequente é *tópico SN – correferente pronome*: 33% do total dos dados, sendo relevante registrar que o pronome lembrete pode ser retomado tanto por um pronome nominativo de terceira pessoa (cf. exemplo 16), quanto por um pronome demonstrativo (cf. exemplo 17) ou indefinido (cf. exemplo 18).

(15) [Paulo]_i ... Paulo_i não tem dinheiro.⁶

(16) [a Laiz Strongossi, uma das grã-finas que trabalhavam na repartição]_i, ela_i sai muito nas colunas.

(17) [comida na minha mesa]_i, isso_i nunca faltou!

(18) [os pascácios da classe média]_i, todos_i botando dinheiro na minha bilheteria e eu protestando.

⁶ Construções como essa não foram interpretadas como hesitações ou reformulações, mas sim como estruturas de tópico – comentário em que o falante intenciona produzir o seguinte enunciado: “Quanto a Paulo, eu quero declarar que ele não tem dinheiro”.

Construções como (16), em que o tópico é retomado por um pronome nominativo de terceira pessoa, não são observadas nas línguas de proeminência de sujeito, como o PE. Nesse sistema, as ocorrências de DESuj manifestam apenas retomada pronominal por meio de um pronome demonstrativo, como se exemplifica em (19).

(19) Mas [os pianos Sakamura]_i, *esses*_i já são amestrados. (peça teatral – PE)

No gênero *redação de vestibular*, a única combinação encontrada foi a de SN tópico retomado por um correferente pronominal, seja um demonstrativo (cf. exemplos (04) e (05)), seja um pronome nominativo. É interessante notar que o único dado de retomada por pronome nominativo (cf. exemplo 12, reproduzido em 20) ocorre numa construção sem adjacência sintática, o que nos permite afirmar que essa distância entre tópico e correferente não bloqueia a presença de um nominativo, possivelmente por não ser uma estrutura estigmatizada pela escola.

(20) [A loucura]_i pode-se dizer que *ela*_i é diferente sobre a opinião de cada um. (redação de vestibular)

Considerações finais

Os resultados apresentados revelam que a presença das construções de DESuj se dá, nitidamente, com mais frequência no gênero *entrevista*, havendo diminuição ou ausência de ocorrências em gêneros escritos devido, provavelmente, à influência do processo de letramento e a construção da gramática do letrado. Nesse contexto, o falante culto, mesmo em situação de fala espontânea, produz menos DESuj como um reflexo da estigmatização que a escola e a mídia impõem a este tipo de construção. Exemplo deste comportamento linguístico preconceituoso frente a estruturas inovadoras por parte de indivíduos letrados pode ser encontrado em fragmentos como a citação transcrita abaixo, publicada no Jornal *O Globo*, em 18/07/2010.

E devo confessar que fico com medo de que certas práticas deixem de ser modismo e virem novas regras, bem ao gosto dos decorebas. [...] “A democracia, ela é a nossa opção.” Para que é esse ela aí? [...] De alguns anos para cá, só se fala assim. [...] Só se diz “o policiamento, ele tem como objetivo”, “a prevenção da dengue, ela deve começar”, “a criança, ela não pode” e assim por diante. O escritor, ele teme seriamente que daqui a pouco isso vire regra. (RIBEIRO J. U., 2010)

Este trabalho confirma a tese de que, num processo de mudança linguística, as construções inovadoras, efeito colateral de outras mudanças em curso, se instalam primeiro na fala para, em seguida, penetrarem nos gêneros escritos, instaurando-se, conseqüentemente, uma competição entre a gramática da fala e a gramática do letrado. Como as construções de deslocamento à esquerda de sujeito são estigmatizadas durante o processo de letramento, a sua inserção na modalidade escrita começa por gêneros textuais que assimilam características da oralidade, normalmente produzidos por indivíduos ainda em processo de letramento, como ocorre no gênero *redação de vestibular*; já os gêneros escritos formais, como a *dissertação/tese* e o *editorial*, produzidos por indivíduos letrados, não licenciam estas construções.

A significativa frequência das construções de deslocamento à esquerda de sujeito na fala espontânea e a inserção destas em gêneros textuais escritos híbridos, apesar do preconceito linguístico, incrementam a discussão acerca do *status* do PB no que tange à tipologia das línguas proposta por Li e Thompson (1976). A frequência e a ausência de restrições morfossintáticas e semântico-discursivas para as estruturas de tópico marcado, entre elas as de D_Esu_j, em conjunto com outras características do sistema, como a preferência por preencher os sujeitos referenciais definidos e arbitrários, marginalizar as construções passivas, codificar o tópico por meio de uma posição definida na sentença, entre outras, refletem a interpretação de que o PB caminha em direção às línguas de tópico, afastando-se progressivamente de outras línguas românicas, dentre as quais o PE.

REFERÊNCIAS

- BERLINCK, R., DUARTE, M. E. L.; OLIVEIRA, M. de. Predicação. In: KATO, M.; NASCIMENTO, M. do (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção da sentença*. Vol. III. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. p. 101-188.
- BRITO, A. M.; DUARTE, I.; MATOS, G. Estrutura da frase simples e tipos de frases. In: MATEUS, M. H. M. et al. (Org.). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho Editorial, 2003. p. 433-506.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CYRINO, S.; DUARTE, M. E. L.; KATO, M. Visible subjects and invisible clitics in brazilian portuguese. In: KATO, M.; NEGRÃO, E. V. (Org.). *Brazilian portuguese and the null subject*. Frankfurt am Main: Vervuert Verlag, 2000. p. 55-73.
- FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- KATO, M. Strong pronouns, weak pronominals and the null subject parameter. *Probus*, v. 11, n. 1, 1999.
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- _____. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.
- LI, C. N.; THOMPSON, S. A. Subject and topic: a new typology of language. In: LI, C.; THOMPSON, S. (Ed.). *Subject and topic*. New York: Academic Press Inc., 1976.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- ORSINI, M. T. As construções de tópico marcado em peças teatrais brasileiras dos séculos XIX e XX. In: DUARTE, M. E. L. (Org.). *O sujeito em peças de teatro (1833 – 1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola, 2012. p. 181-203.
- ORSINI, Mônica T.; PAULA, Mayara N. de. Sujeitos deslocados à esquerda e mudança paramétrica no Português Brasileiro. *Revista do GELNE* (Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste), Natal, v. 3, n. 1/2, p. 107-127, 2011.
- PONTES, E. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

RAPOSO, E. B. P. et al. Construções de topicalização. In: RAPOSO, E. B. P. et al. (Org.). *Gramática do Português*. v. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos Empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

A unidade lexical “*bolita*” no Mato Grosso do Sul: perspectiva geolinguística

(La unidad léxica “*bolita*” en Mato Grosso do Sul: perspectiva geolinguística)

Beatriz Aparecida Alencar¹

¹Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

bia83_12@hotmail.com

Resumen: Los atlas lingüísticos son los productos originados de los trabajos de la Dialectología aliada a la Geolingüística. Su objetivo es describir el lenguaje hablado en una determinada región. En este trabajo, discutiremos sobre una peculiaridad dialectal que se repite en diferentes atlas en Mato Grosso do Sul; en tal caso, son destacadas las cartas a respecto de la unidad lexical “*bolita*” que además de ser la respuesta más productiva dentro de los designativos ocurren de modo representativo en las diferentes regiones del estado. Así, este trabajo propone un análisis léxico-semántico de los datos cartografiados para “as coisinhas redondas, de vidro, com que os meninos gostam de brincar” considerando los principios de la Dialectología y de la Geolingüística además de investigar las motivaciones histórica-sociales que determinan su uso. Como resultado son apuntadas las relaciones entre léxico y sociedad.

Palabras clave: léxico; atlas lingüístico, Mato Grosso do Sul.

Resumo: Os atlas linguísticos são os produtos originados de trabalhos da Dialectologia aliado à metodologia da Geolinguística. Seu objetivo é descrever a linguagem falada em uma determinada região. Neste trabalho, nos debruçaremos sobre as peculiaridades dialetais que se repetem em diferentes atlas; no caso, destacam-se as cartas lexicais sobre “*bolita*” que, além de mais produtiva dentre os designativos, ocorrem de modo representativo nas diferentes regiões do estado. Sendo assim, este trabalho propõe-se a analisar um recorte léxico-semântico dos dados cartografados para “as coisinhas redondas, de vidro, com que os meninos gostam de brincar”, além de cotejar os dados sob o viés da Dialectologia e Geolinguística, com vistas a investigar as motivações histórico-sociais que determinam seu uso. Verificou-se, como resultado, as relações existentes entre o léxico e a sociedade na interação homem e ambiente.

Palavras-chave: léxico; atlas linguístico, Mato Grosso do Sul.

Considerações iniciais

A Dialectologia é uma área da Linguística que estuda os diferentes falares de uma língua. Ou seja, “tem por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica” (CARDOSO, 2010, p.15). Com esse propósito, a Dialectologia se une à Geolinguística, método que se tornou primordial para a realização dos mapeamentos linguísticos.

No Brasil, temos uma grande parte do território mapeado dialetalmente pelos atlas linguísticos, tendo como um dos mais recentes trabalhos publicados o Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) (volumes 1 e 2),¹ que apresenta os dados obtidos nas capitais brasileiras, excetuando-se Palmas (TO) e Brasília (DF), em relação à descrição da Língua Portuguesa falada no país. Além de projetos de grande extensão, como é o caso do atlas nacional, há

¹ O ALiB foi publicado em outubro de 2014, durante a realização do III Congresso Internacional de Dialectologia e Geolinguística. O evento foi sediado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

também os atlas de domínios menores ao ALiB, dentre os quais elencamos os atlas estaduais, municipais e/ou de uma região específica.

Indiferentemente da dimensão do atlas, para a realização desses é essencial a presença de três elementos básicos: a) pontos de inquéritos; b) perfil do informante; e c) questionário linguístico. No presente estudo, verificaremos os detalhes considerados sobre os dados cartografados para “as coisinhas redondas, de vidro, com que os meninos gostam de brincar”, nos atlas linguísticos produzidos no estado de Mato Grosso do Sul, a partir de um recorte léxico-semântico. Além disso, analisaremos a variante mais produtiva para a questão, a unidade lexical *bolita*, sob o viés da Dialetoleologia e da Geolinguística, com vistas a investigar as motivações histórico-sociais que determinam seu uso.

Primeiramente passaremos à apresentação dos atlas analisados e da pergunta selecionada para este texto. A seguir, será exposta a variante mais produtiva, bem como algumas unidades léxicas obtidas como respostas. Na sequência, analisaremos os dados utilizando critérios léxico-semânticos e prosseguiremos com as considerações finais. Iniciamos pela trajetória da Geolinguística em Mato Grosso do Sul.

Panorama geolinguístico em Mato Grosso do Sul

Os primeiros estudos dialetais sobre o falar sul-mato-grossense surgem, inicialmente, a partir de estudos pontuais em cidades do interior do estado, como é o caso do Atlas Linguístico de Ponta Porã (REIS, 2006), até a realização de um projeto estadual, o Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul (OLIVEIRA, 2007). Atualmente, o estado está contemplado com três dissertações/teses que descrevem a linguagem de alguns municípios/ regiões do estado além do atlas estadual. Trabalhos esses que podem ser visualizados por meio dos dados apresentados no Quadro 1 e nas informações que seguem.

Quadro 1. Atlas Linguísticos em Mato Grosso do Sul

Atlas	Autor/instituição
2006: Atlas Linguístico do Município de Ponta Porã -MS: um registro das línguas em contato na fronteira do Brasil com o Paraguai –ALiPP	Regiane Coelho Pereira Reis –Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Dissertação)
2007: Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul –ALMS	Dercir Pedro de Oliveira – UFMS
2013: Atlas Linguístico Contatual da Fronteira entre Brasil/Paraguay – ALF BR PY	Regiane Coelho Pereira Reis –Universidade Estadual de Londrina (Tese)
2013: Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário– Ali-CoLa	Beatriz Aparecida Alencar –UFMS (Dissertação)

Em relação aos trabalhos dialetológicos citados, destacaremos algumas informações básicas:

O Atlas Linguístico de Ponta Porã – MS: um registro das línguas em contato na fronteira do Brasil com o Paraguai (ALiPP) (REIS, 2006) foi produto de dissertação de mestrado (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), sob orientação da Profa. Dra.

Aparecida Negri Isquerdo. A pesquisa foi realizada em oito localidades, totalizando 16 informantes, sendo 2 por ponto linguístico.

Já o ALMS (OLIVEIRA, 2007) foi publicado pela Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e organizado pelo prof. Dr. Dercir Pedro de Oliveira. A pesquisa foi realizada em 32 localidades, totalizando 128 informantes, sendo 4 por localidade.

OALF BR PY (REIS, 2013), por seu turno, foi produto de tese de doutorado (Universidade Estadual de Londrina), sob orientação da Profa. Dra. Vanderci de Andrade Aguilera. A pesquisa foi realizada em 10 localidades, divididas entre cidades brasileiras e paraguaias, totalizando 80 informantes, sendo 8 por ponto linguístico.

Por fim, o AliCoLa (ALENCAR, 2013) foi produto de dissertação de mestrado (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), também sob orientação da professora Dra. Aparecida Negri Isquerdo. A pesquisa foi realizada em 5 localidades, totalizando 20 informantes, sendo 4 por localidade.

Cabe aqui o registro de que, além dos trabalhos acima descritos, já realizados, há projetos em andamento para a produção de atlas linguísticos no estado.

De modo geral, os atlas linguísticos têm como objetivo descrever a língua falada em um determinado espaço e as particularidades na linguagem das localidades investigadas. Em Mato Grosso do Sul, de acordo com os estudos dialetais, algumas unidades lexicais se destacam no território. Este estudo tratará, particularmente, das designações obtidas para “as coisinhas redondas, de vidro, com que os meninos gostam de brincar”, dando especial tratamento à designação predominante em relação às demais variantes obtidas nos diferentes trabalhos dialetais, a unidade lexical *bolita*.

Apresentação e discussão dos dados

A pergunta² analisada tem suas respostas cartografadas nos quatro atlas linguísticos apresentados e também pertence ao Questionário do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001), na área semântica *Homem* e subárea *Jogos e diversões infantis* ou *Brinquedos e Diversões*. De acordo com cada um dos trabalhos analisados, as “coisinhas redondas, de vidro, com que os meninos gostam de brincar” deram origem a oito cartas linguísticas nos atlas do Mato Grosso do Sul, como pode ser observado no Quadro 2, com suas respectivas numerações.

² Nos atlas utilizados para a análise, observamos pouca ou nenhuma diferença na construção da pergunta que discutimos aqui. Porém, como base, utilizamos a formulação apresentada no Questionário do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB): Como se chamam as coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de brincar? (QSL/156).

Quadro 2. Cartas com as designações para as coisinhas redondas, de vidro, com que os meninos gostam de brincar

Atlas	Cartas analisadas
Atlas Linguístico do Município de Ponta Porã – MS: um registro das línguas em contato na fronteira do Brasil com o Paraguai (REIS, 2006).	Carta nº 218
Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul (OLIVEIRA, 2007)	Carta nº 461.a
Atlas Linguístico Contatual da Fronteira entre Brasil/Paraguay – ALF BR PY (REIS, 2013)	Cartas nº 39 a, 39 b, 39 c, 39 d
Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário (ALENCAR, 2013)	Cartas nº 177, 178

Em razão da quantidade de cartas produzidas sobre a questão analisada, ressalta-se a diversidade de informações lexicais sobre o referente/designação no Mato Grosso do Sul. Além disso, as análises das cartas linguísticas nos permitem fazer mais duas afirmações: i) a predominância da unidade lexical *bolita* entre as demais designações cartografadas; ii) a diversidade nas designações obtidas para nomear “as coisinhas redondas, de vidro, com que os meninos gostam de brincar” nos diferentes atlas. Tendo em vista as constatações apresentadas, iniciaremos as análises elencando os dados obtidos pelos atlas linguísticos, respeitando a cronologia da conclusão dos trabalhos.

No *Atlas Linguístico de Ponta Porã* (ALiPP) (REIS, 2006), ao visualizar a carta 218, apresentada na Figura 1, a seguir, destaca-se a designação *bolita* como a mais produtiva e nota-se que a designação está presente em todas as localidades inquiridas, sendo resposta única nos pontos 1 (Fazenda Paquetá-Cedro) e 8 (Distrito de Sanga Puitã).

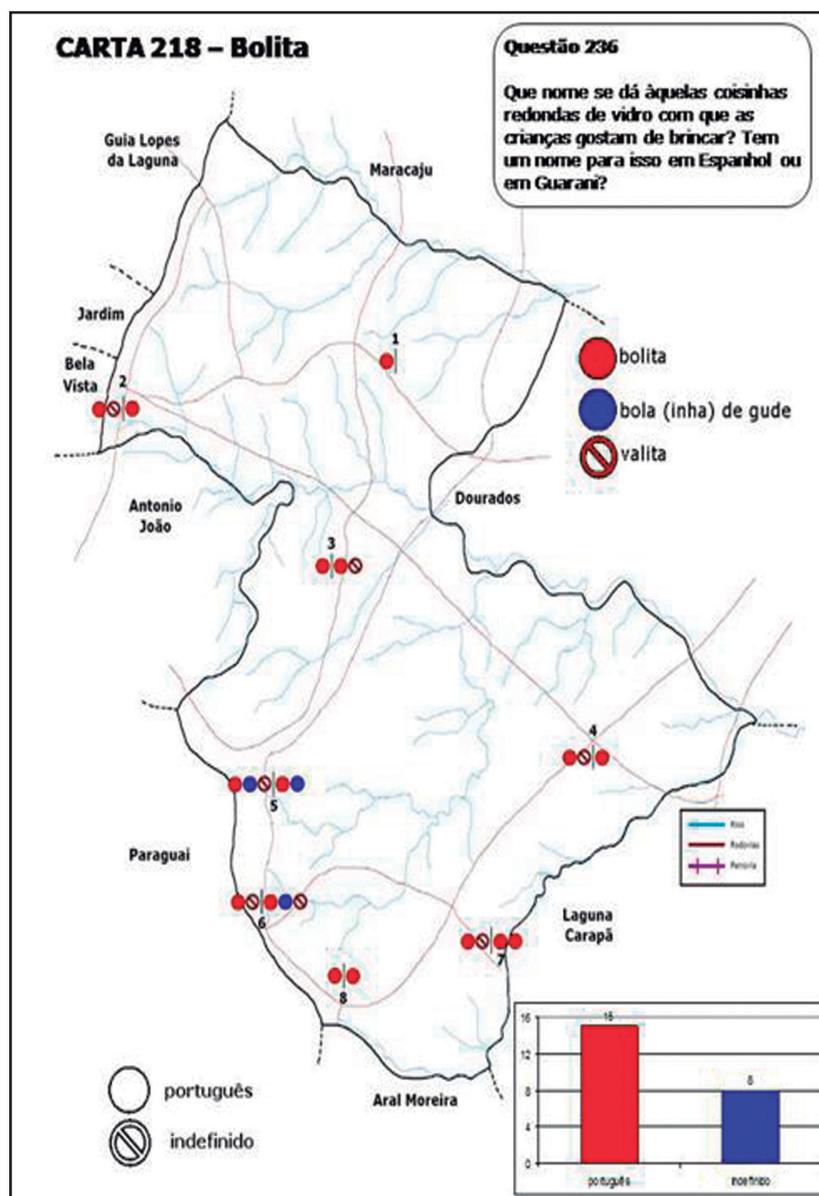


Figura 1. Carta Linguística do ALiPP
Fonte: Reis (2006).

Em relação ao ALiPP, ocorrem também as respostas *bola* ou *bolinha de gude* e *valita*, com menor produtividade. Entre as designações obtidas na carta analisada, destaca-se a presença de respostas em Língua Portuguesa (*bolita*, *bola/bolinha de gude*) e de origem caracterizada como indefinida, como é o caso de *valita*.

No ALMS (OLIVEIRA, 2007), a variante *bolita* é apresentada como a mais produtiva diante de outras designações obtidas. Entre elas, destacam-se: *birola*, *burca*, *bulica*, *buli*, *bolinha de vidro*, *bola de gude/bolinha de gude/gude*, sendo que *bola de gude/bolinha de gude/gude* foram agrupadas, nesse estudo, como uma única unidade léxica, bem como *biroca/biloca*.³ Observe, na Figura 2, que segue, as respostas obtidas nas localidades sul-mato-grossenses.

³ *Biroca/biloca* foram agrupadas porque possuem diferenças apenas no nível fonético.

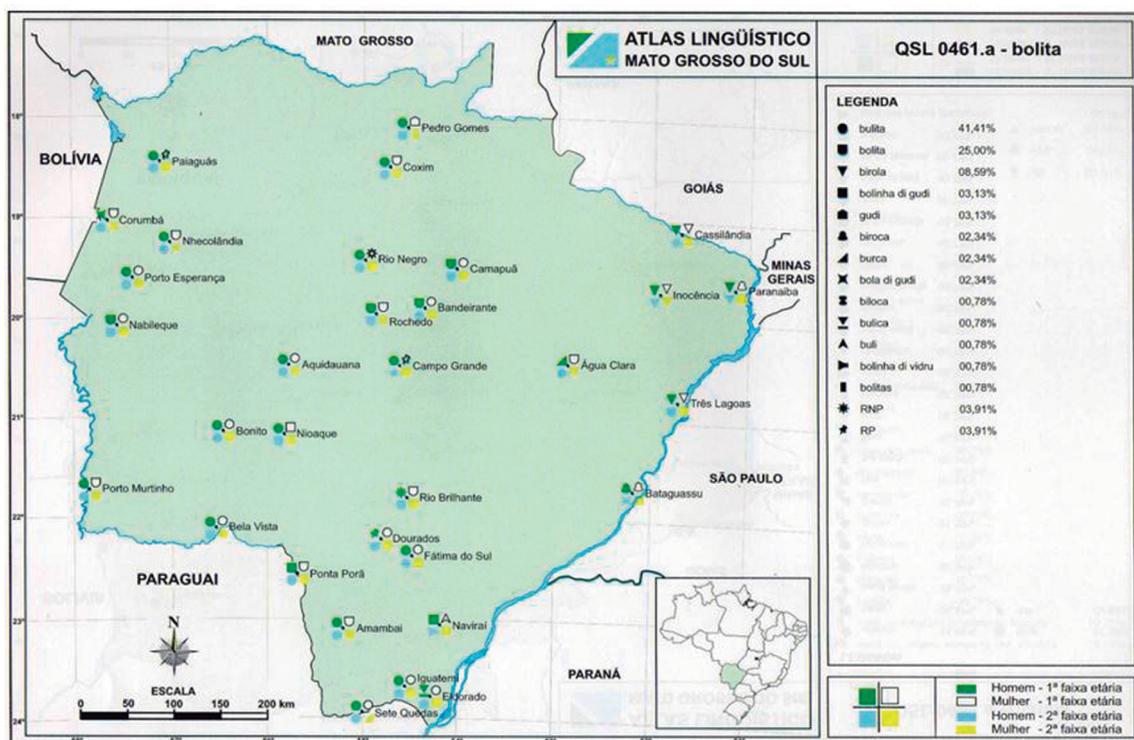


Figura 2. Carta do ALMS.
Fonte: Oliveira (2007)

Acredita-se que o número de respostas obtidas na carta 0461.a do ALMS (Figura 2) seja decorrente da maior faixa territorial analisada bem como dos diferentes processos de povoamento do estado.

No ALF BR PY (REIS, 2013) há a apresentação de quatro cartas lexicais para “as coisinhas redondas, de vidro, com que os meninos gostam de brincar”. As cartas são classificadas conforme suas características: a) produtividade; b) contatos linguísticos; c) diasssexual e diageracional; e d) distribuição diatópica. Em relação à carta de produtividade (039.a/QSL), que podemos observar na Figura 3,⁴ além de *bolita* ser a variante mais produtiva, esse item lexical *bolita* (bolica, boleta, valita) ganha evidência por ter sido obtida em todos os pontos linguísticos e ser a única variante cartografada no ponto 04 (Bela Vista).

⁴ A carta de produtividade (039.a – Figura 3) e a diatópica (039.d – Figura 4) foram escolhidas por serem as que melhor descrevem os dados discutidos nesta investigação.

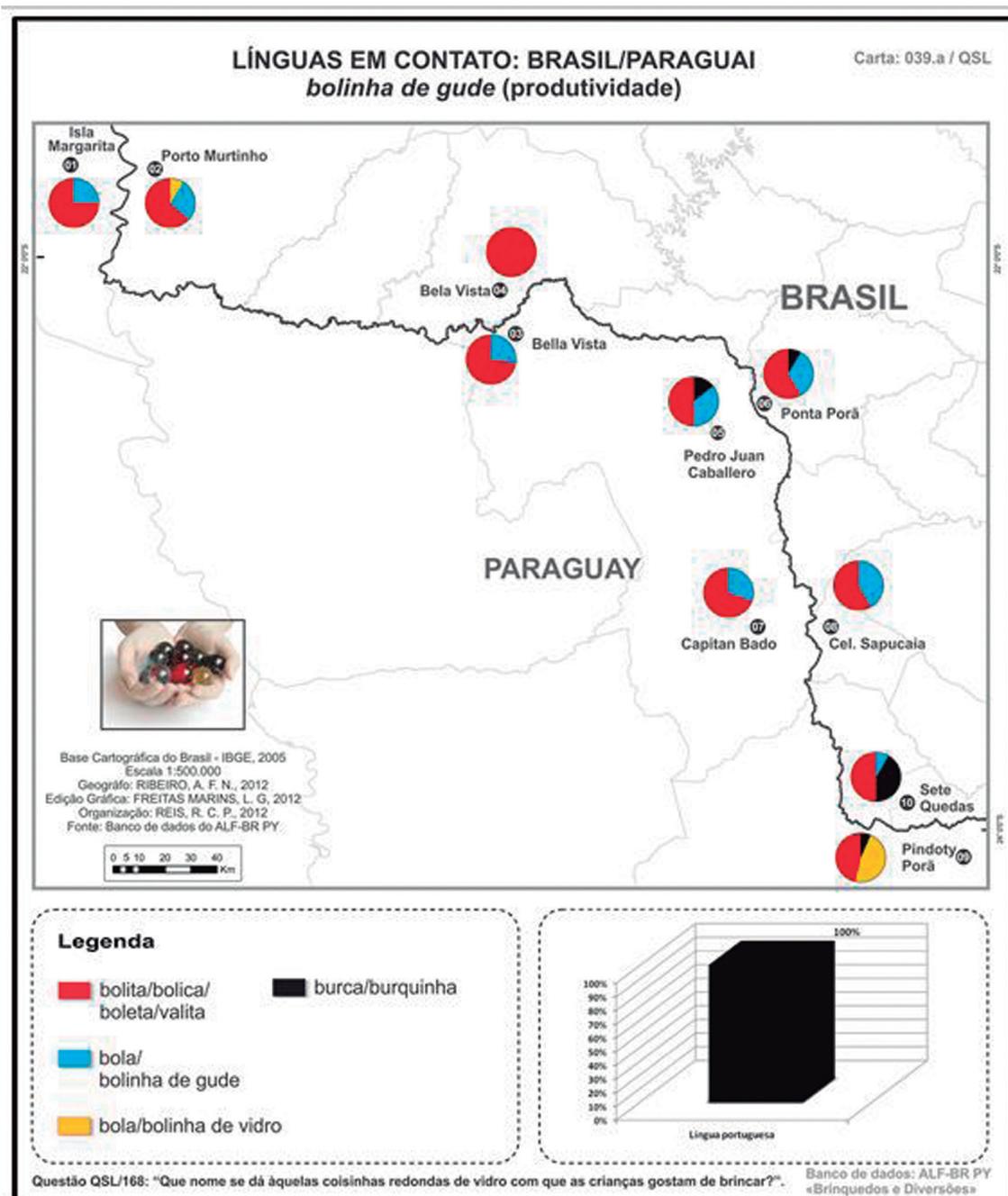


Figura 3. Carta do ALF BR PY
Fonte: Reis (2013)

Em caráter informativo, acrescem-se as demais designações obtidas para a pergunta do inquérito. Além de *bolita* (bolica, boleta, valita), que foram agrupadas como uma única resposta, as unidades lexicais “bola/bolinha de gude”, “bola/bolinha de vidro” e “burca/burquinha” também figuram como respostas.

Ao considerarmos apenas a unidade lexical *bolita*, detalhando sobre as variantes que foram agrupadas (bolica, valita, boleta) obtém-se a carta seguinte, apresentada na Figura 4.

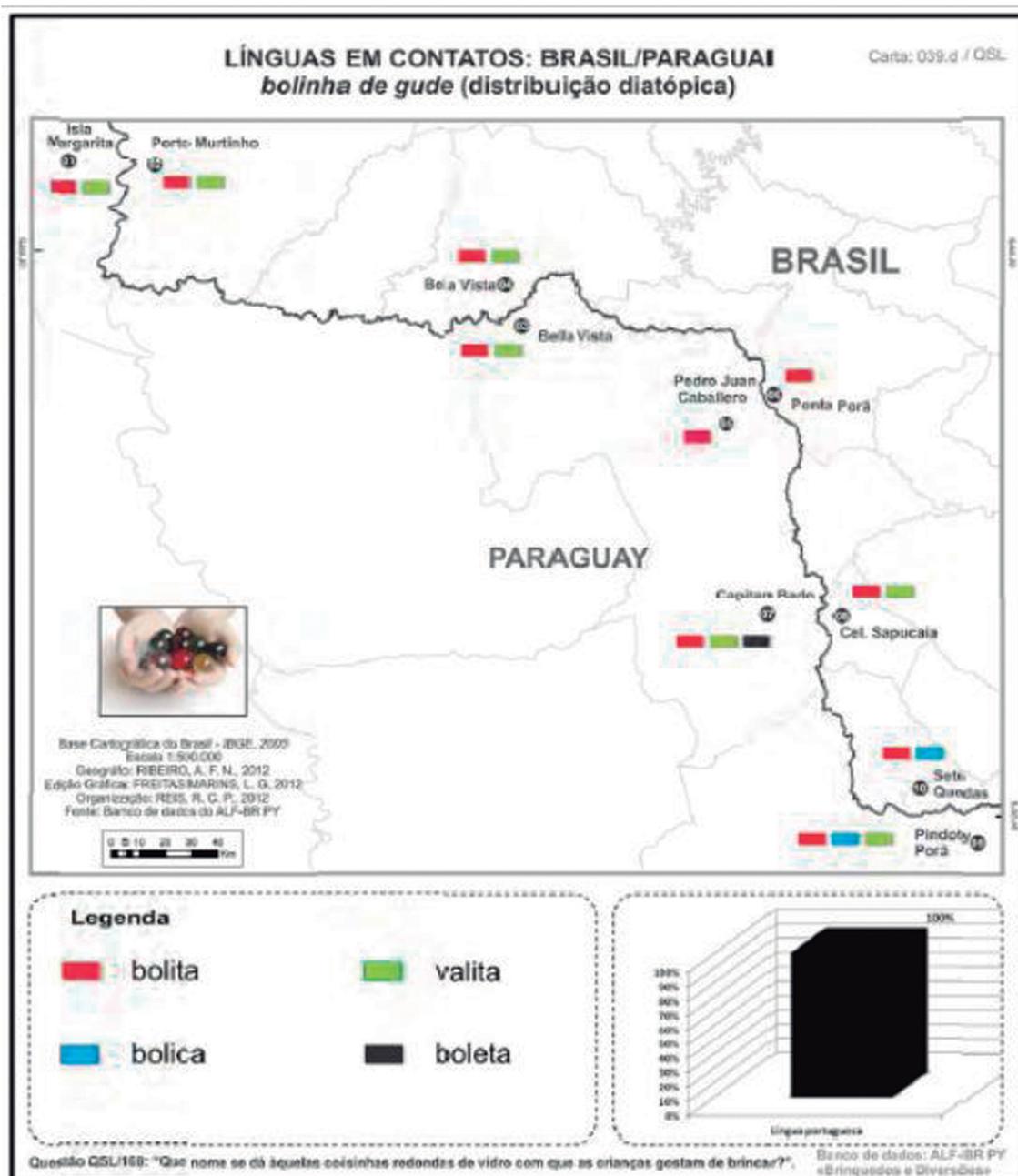


Figura 4. Carta do ALF BR PY
Fonte: Reis (2013)

No ALiCoLa (ALENCAR, 2013) são produzidas duas cartas linguísticas para a questão analisada, sendo predominante a unidade lexical *bolita* seguida de *bola de gude/gude*. Em relação à produtividade, pontua-se que *bolita* está presente em todas as localidades, sendo resposta única no ponto 03 (Porto Esperança).

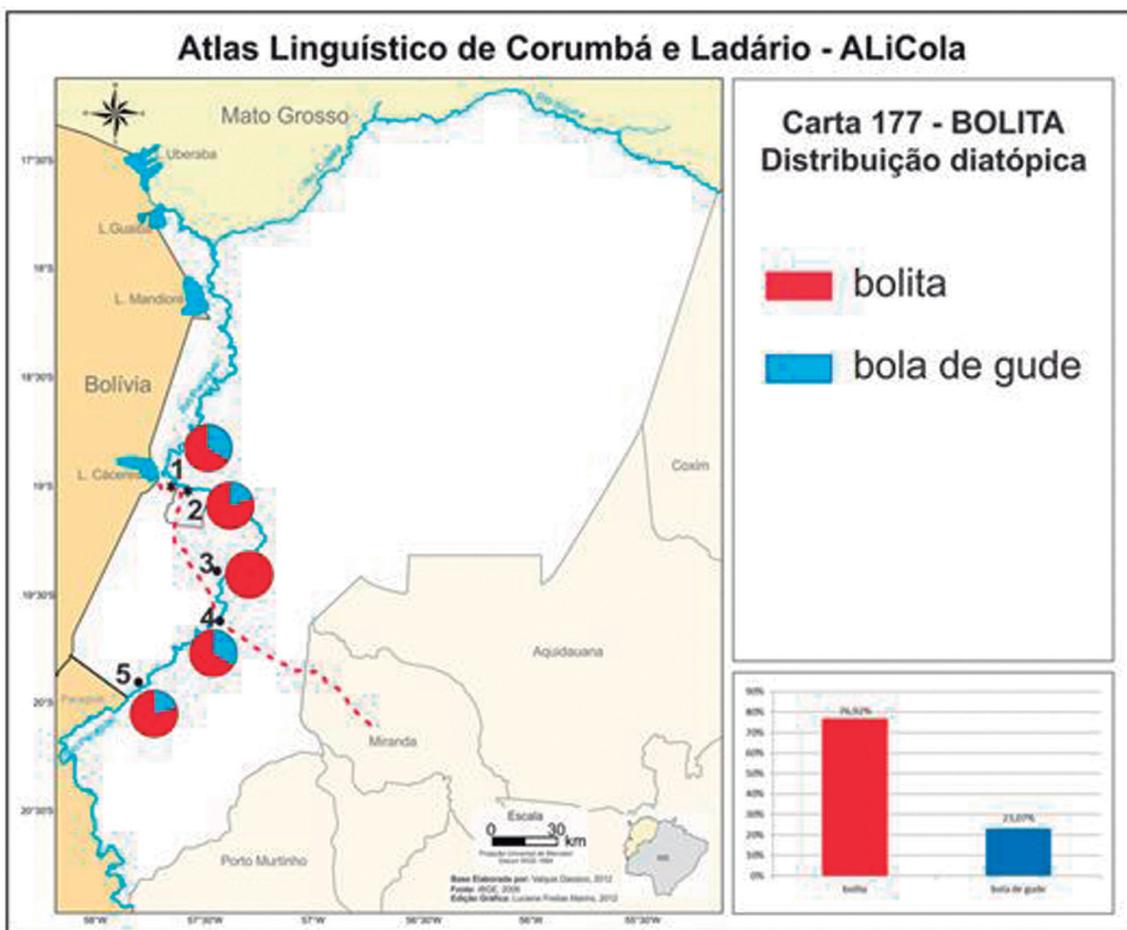


Figura 5. Carta do ALiCoLa
Fonte: Alencar (2013)

Como já exposto neste estudo, considerando as cartas analisadas, comprova-se que a unidade lexical *bolita* é a resposta de maior ocorrência no estado em virtude da predominância desse item lexical ter sido revelado em todos os atlas do Mato Grosso do Sul.

Assim, tendo em vista a considerável presença da designação citada no cenário estadual, adicionamos algumas informações relevantes sobre a unidade lexical *bolita*, sendo que, ao considerarmos os percentuais obtidos, destacamos os seguintes dados:⁵ i) no ALMS, *bolita* figura com um percentual de 67,19% das respostas cartografadas; ii) no ALiCoLa, a mesma unidade lexical atinge 76,93% das respostas.

Em relação à distribuição da *bolita* no estado, de acordo com a carta nº 0461.a, do ALMS, é possível concluir que a variante está presente em 87,5% de todos os pontos linguísticos, excetuando-se os municípios de Cassilândia, Paranaíba, Inocência e Bataguassu, o que nos permite esboçar o mapa seguinte, Figura 6, assinalando a ausência de *bolita* em apenas quatro pontos linguísticos do Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul.

⁵ Apresentam-se os dados do ALMS e do ALiCoLa pelo fato de ambos apresentarem o percentual obtido na própria carta analisada, característica que não está explicitada nas demais cartas/atlas.

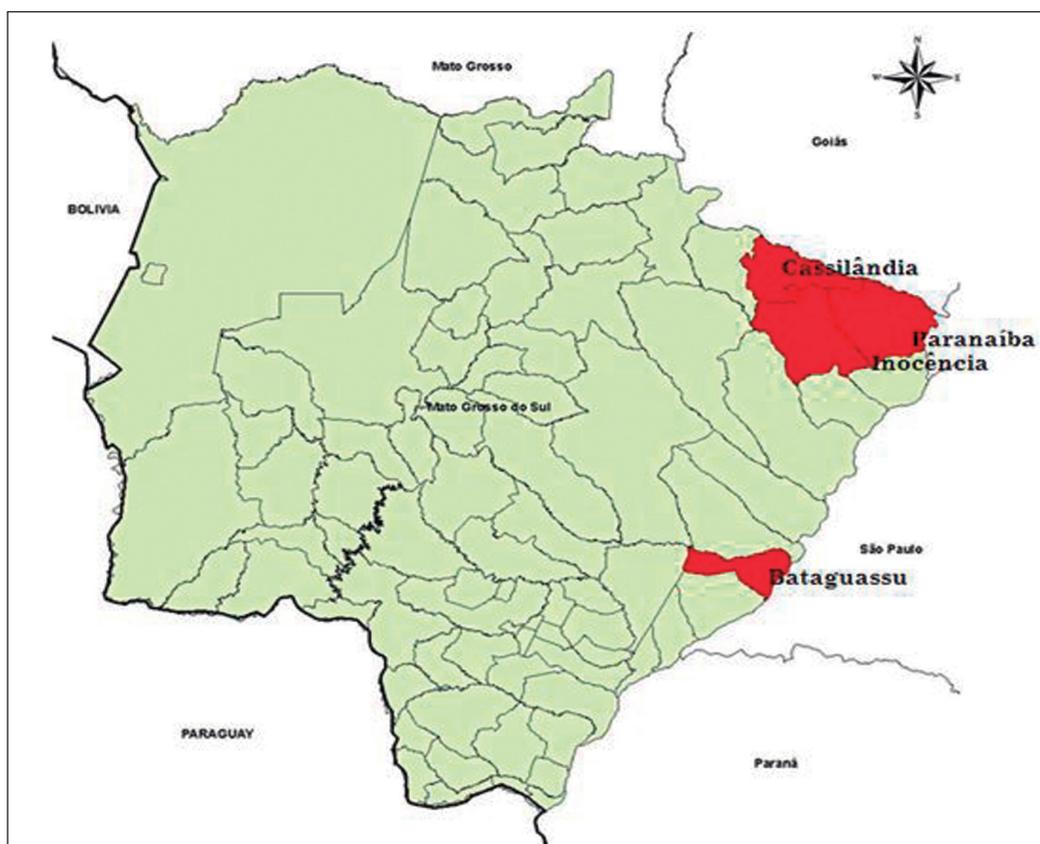


Figura 6. Ausência das designações de *bolita* no Mato Grosso do Sul

Cabe acrescentar que, de acordo com o mapa do estado, observamos que as cidades em que ocorre a ausência de *bolita* são municípios localizados próximos aos limites estaduais de Mato Grosso do Sul, destacando-se as divisas com os estados de São Paulo, Goiás e Minas Gerais. Possivelmente essas cidades devem sofrer influência dos estados vizinhos por contatos migratórios, vias de passagem, ou mesmo quanto à população miscigenada, entre outros motivos.

Ainda tratando sobre a unidade lexical *bolita*, consultamos alguns dicionários e constatamos que ela pode ser encontrada tanto nas obras em Língua Portuguesa quanto em Língua Espanhola.

Em Língua Portuguesa, *bolita* recebe as seguintes acepções:

- (01) AULETE (2006): “bolita: s. f. || (Bras., Rio Grande do Sul) V. gude. F. Bola. Cp. cast. Bolita”.
- (02) FERREIRA (2010): “bolita: [do esp. Plat. Bolita] S.f RS V. gude”.
- (03) HOUISS (2001): “S.f. LUD RS m.q. GUDE. ETIM. Bola+ita, por inf. do plat. Bolita id. SIN/VAR ver sinonímia de GUDE”.

Observamos que as acepções apresentadas fazem referência ao Gude, unidade lexical definida como:

- (04) S.m. (a 1958) LUD B 1 Jogo infantil com bolinhas de vidro que, num percurso de ida e volta, devem entrar em três buracos dispostos em linha reta, saindo vencedora a criança que chegar primeiro ao buraco inicial. 2.P. met bolinha us. nesse jogo. (AULETE, 2006)

Também buscamos a unidade lexical referida no dicionário de Língua Espanhola da Real Academia Espanhola (*online*) pelo fato de o Mato Grosso do Sul se localizar próximo à região fronteira de fala espanhola e, ao buscarmos a entrada *bolita*, o dicionário nos remete à aceção de *canica*, com significação coincidente nos dois idiomas:

- (05) “Juego de niños que se hace con bolas pequeñas de barro, vidrio u otra materia dura. 2. f. Cada una de estas bolas” (<www.rae.es>).⁶

Em relação ao referente designado de *bolita*, cabe acrescentar a informação de que as bolinhas de vidro são objetos/brincadeiras bastante antigas. Segundo Câmara Cascudo (2012) são objetos que já existiam durante o Império Romano. Além disso, sua existência foi perpetuada em um quadro nomeado de “Jogos Infantis” do pintor belga Pieter Bruegel (XVI) em que retratava, ao fundo, crianças brincando com o objeto em questão.

Quanto às demais designações, pontua-se que as variantes *bola de gude*, *bolinha de gude* ou *gude* estão presentes em todas as cartas linguísticas que representam o estado, figurando, na maioria dos trabalhos, como a 2ª variante mais produtiva. Destacamos os percentuais para essa variante no Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário, trabalho em que *bola de gude* apresenta um percentual expressivo, com 23,07% das respostas obtidas. A unidade lexical *gude* também tem representatividade expressiva em outras regiões do país. De acordo com Ribeiro (2009) em *Jogos e diversões infantis: preferências linguísticas e variáveis sociais*, *gude* é a variante mais produtiva nas capitais do Nordeste brasileiro, com 50% das ocorrências nessa região.

Apesar da presença de *gude* e da alta produtividade de *bolita* para designar o referente analisado, outras variantes são obtidas para a questão investigada no estado. Observe, no Quadro 3, a seguir, a síntese das unidades lexicais coletadas em Mato Grosso do Sul.

Quadro 3. Designações para “as coisinhas redondas, de vidro, com que os meninos gostam de brincar” obtidas nos atlas do MS

Atlas linguísticos	Respostas
Atlas Linguístico do Município de Ponta Porã – MS: um registro das línguas em contato na fronteira do Brasil com o Paraguai (REIS, 2006).	Bolita, bola (bolinha de gude), valita.
Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul (OLIVEIRA, 2007).	Bolita (bulita), birola, bolinha (bola de gude, gude), biroca (biloca), bulica, buli, bolinha de vidro, burca.
Atlas Linguístico contatual da Fronteira entre Brasil/Paraguay (REIS, 2013).	Bolita (bolica, boleta), valita, bola de gude (bolinha de gude), bola (bolinha de vidro), burca (burquina).
Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário (ALENCAR, 2013).	Bolita, bolinha de gude/gude.

⁶ 1. f. Jogo de crianças que se faz com bolas pequenas de barro, vidro ou outra matéria dura. 2. f. Cada uma destas bolas (<www.rae.es>) (tradução nossa).

Em relação às demais designações obtidas, observamos que boa parte delas está dicionarizada em Língua Portuguesa, como é o caso de:

- (06) Biroca: Bras “SP. 1. Cada um dos buracos, na terra, onde se têm de acertar as bolinhas de gude. [Var.: birosca (2).] 2. P.ext. O jogo assim praticado” (AULETE, 2006).
- (07) Birosca: “1. RJ Pop. Mercearia modesta instalada em favelas ou áreas pobres, onde também se vendem bebidas alcoólicas. 2. MG Lud. O mesmo que *gude*. F.: De or. obsc.]” (AULETE, 2006).
- (08) Búlica: “s. f. || (Bras., Rio de Janeiro) V. *gude*.” (AULETE, 2006).

Tendo em vista as respostas obtidas em Mato Grosso do Sul, expressa na cartografia dos dados geolinguísticos e confirmada a partir da presença das unidades léxicas no dicionário, torna-se evidente os vestígios dos deslocamentos realizados pela população, bem como da miscigenação que sofreu o estado, influenciando no processo de nomeação do referente.

Considerações finais

Ao analisarmos os atlas linguísticos produzidos no estado de Mato Grosso do Sul, no que se refere às respostas obtidas para “as coisinhas redondas, de vidro, com que os meninos gostam de brincar”, destacamos a alta frequência de *bolita* para nomear o referente em questão. A unidade lexical está dicionarizada em Língua Portuguesa, fazendo referência a *gude*, e também está presente em dicionário de Língua Espanhola.

Quanto à presença de *bolita* nos atlas linguísticos, observa-se que a designação está disseminada em todo o estado, provavelmente devido à grande extensão da fronteira com os países falantes do espanhol (Bolívia e Paraguai) ou pelo intenso contato, em diferentes épocas, com os países sul-americanos.

Também cabe citar as diferentes culturas recebidas por Mato Grosso do Sul em seu processo de formação e povoamento, influenciando no grande número de designações para o referente.

Além disso, destaca-se o grande isolamento de algumas regiões do estado influenciando na manutenção de algumas variantes. Corumbá, por exemplo, durante muitos anos esteve ligada às regiões do Brasil de modo precário, sendo efetivamente conectada a outras regiões brasileiras apenas a partir da década de 1950, por via ferroviária, e a partir da década de 1980, por via rodoviária. Ainda, devemos considerar que o bioma Pantanal dificulta alguns acessos ao território nacional e, por outro lado, facilita acesso aos países sul-americanos, via rio Paraguai.

Já em relação à não ocorrência de *bolita*, podemos delimitar a região de fronteira estadual com Minas Gerais, São Paulo e Goiás, a partir das cidades de Bataguassu, Cassilândia, Inocência e Paranaíba, assinalando que, nessas cidades, destacam-se as unidades lexicais *biroca*, *birola*, *biloca* que surgem, provavelmente, pela influência da fala dos estados vizinhos.

Logo, observamos, no decorrer dos processos de nomeação do referente analisado, uma indissociável relação entre o léxico e a sociedade e, conseqüentemente, a influência que o homem segue levando, ao introduzir suas palavras aos locais em que fixa moradia. Por isso, o léxico é o mais emblemático nível da percepção da relação entre o homem e o ambiente: “É por meio dele que o homem nomeia o espaço que o circunda e

consubstancia a sua visão de mundo acerca da sociedade. Nessa perspectiva, as migrações do homem se traduzem também em migrações de palavras” (ISQUERDO, 2009, p. 43). E no caso das “coisinhas redondas, de vidro, com que os meninos gostam de brincar” não poderia ser diferente.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, B. A. *Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário: uma descrição da língua portuguesa falada no extremo oeste de Mato Grosso do Sul*. 2013. 620 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

AULETE, C. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Versão eletrônica. Rio de Janeiro: Editora Lexikon, 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 12. ed. São Paulo: Global, 2012.

CARDOSO, S. A. M. da S. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. *Atlas Linguístico do Brasil: Questionários 2001*. 2. ed. Londrina: Eduel, 2001. 47 p.

FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2010.

HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva; Instituto Antonio Houaiss, 2001.

ISQUERDO, A. N. O caminho do rio, o caminho do homem, o caminho das palavras. In: RIBEIRO, S. S. C.; COSTA, S. B. B.; CARDOSO, S. A. M. (Org.). *Dos sons às palavras nas trilhas da língua portuguesa*. Homenagem à Jacyra Andrade Mota pela contribuição aos estudos dialetais brasileiros. Salvador: Edufba, 2009. p. 41-59.

OLIVEIRA, D. P. (Org.). *Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul (ALMS)*. Campo Grande: Editora UFMS, 2007.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Dicionário de la Lengua Española*. Disponível em: <www.rae.es>.

REIS, R. C. P. *Atlas lingüístico do Município de Ponta Porã, MS: um registro das línguas em contato na fronteira do Brasil com o Paraguai*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2006. v.1-2.

_____. *Variação linguística do português em contato com o espanhol e o guarani na perspectiva do Atlas Linguístico Contatual da Fronteira entre Brasil/ Paraguai (ALF-BR PY)*. 2013. 479 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RIBEIRO, S. S. C. Jogos e diversões infantis: preferências linguísticas e variáveis sociais. In: RIBEIRO, S. S. C.; COSTA, S. B. B.; CARDOSO, S. A. M. (Org.). *Dos sons às palavras nas trilhas da língua portuguesa*. Homenagem à Jacyra Andrade Mota pela contribuição aos estudos dialetais brasileiros. Salvador: Edufba, 2009. p. 239-261.

Interpretando perfis resultantes de estudos quantitativos: polêmicas e respostas

(Interpreting profiles resulting from quantitative studies: controversies and answers)

Elaine Chaves¹

¹ Bolsista do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) – Brasil/ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

elainechav@hotmail.com

Abstract: Studies developed in the 1980s and 1990s have been criticized for making predictions about the speech based on the writing (OLIVEIRA, 2005), for drawing conclusions about change from the comparison between writing and speech (CASTRO, 1996), and also for not giving equal treatment to Brazilian Portuguese (BP) and European Portuguese (EP) (CASTRO, 1996). Considering these criticisms, we established a set of criteria that guided the data selection and contributed to the interpretation of a phenomenon that has been identified as typical of BP: the use of prepositions [a] and [para] in cliticizing verb complements. The results show, pertinent criticism notwithstanding, that the studies from the 1980s and 1990s are an important basis for the interpretation of linguistic phenomena characteristic of the Brazilian Portuguese.

Keywords: linguistic change; preposition; sociolinguistics.

Resumo: Os estudos desenvolvidos na década de 1980 e 1990 foram alvo de críticas por fazerem predições sobre a fala a partir da escrita (OLIVEIRA, 2005); por extraírem conclusões sobre mudança a partir da comparação entre escrita e fala (CASTRO, 1996); e por não darem tratamento equânime ao Português Brasileiro e ao Português Europeu (CASTRO, 1996). Levando em conta essas críticas, constituiu-se um conjunto de critérios que nortearam a seleção de dados e contribuíram para a interpretação de um fenômeno que vem sendo identificado como típico do PB: o uso das preposições [a] e [para] em complementos verbais cliticizáveis. Os resultados obtidos mostram que, embora as críticas sejam pertinentes, os trabalhos da década de 1980 e 1990 constituem base importante para a interpretação de fenômenos linguísticos característicos do Português Brasileiro.

Palavras-chave: mudança linguística; preposições; sociolinguística.

Introdução

Muitos dos estudos desenvolvidos na década de 1980 e 1990 identificaram o final do século XIX como o momento em que a gramática do Português Brasileiro (PB) se manifesta.¹ No entanto, a observação de um vasto número de fenômenos implementados em um mesmo momento, apresentando encaixamento linguístico, como mostrou Tarallo (1989, 1993), não eximiu muitos desses trabalhos de receberem críticas quanto à metodologia utilizada para se chegar a essa datação. Tratou-se mais especificamente de três delas:

- (1) Fazer predições sobre a fala a partir da escrita (OLIVEIRA, 2005);
- (2) Extrair conclusões sobre mudança a partir da comparação entre escrita e fala (CASTRO, 1996; OLIVEIRA, 2005);
- (3) Não dar tratamento equânime ao PB e Português Europeu (PE) (CASTRO, 1996).

¹ Dentre outros, Berlinck (1988, 1989), Duarte (1992), Ramos (1889, 1992), Tarallo (1983, 1985, 1993).

Tarallo (1993) está sendo utilizado aqui não só pelo fato de os fenômenos retomados pelo autor estarem relacionados ao uso das preposições [a] e [para] em complementos verbais cliticizáveis, mas também por ser um exemplar desses trabalhos criticados. No seu artigo intitulado “Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d’aquém e d’além mar ao final do século XIX” o autor utiliza-se de cinco estudos – Tarallo (1983, 1985), Berlinck (1989), Ramos (1989) e Duarte (1992) – para mostrar a existência de duas gramáticas distintas: a do PB e a do PE. Embora seja fato que o autor não apresente gráficos para os dados do PE para que se possam comparar as diferenças entre as duas variedades da língua portuguesa,² os estudos sobre o PB retomados por ele representam a produção do período.

Será descrito um fenômeno identificado como típico do PB e que se encontra em encaixamento linguístico com os estudos retomados por Tarallo (1993): a diminuição do uso da preposição [a] em complementos verbais cliticizáveis em detrimento de um aumento no uso das preposições [para] e [em].

A este trabalho caberá o confronto dessas polêmicas por meio da adoção de novas diretrizes e da ampliação dos critérios utilizados para a composição de *corpora* simétricos. A amostra foi composta por cartas pessoais manuscritas, da segunda metade do século XVIII até a segunda metade do século XIX. Está dividida em dois grupos: cartas escritas por brasileiros e cartas escritas por portugueses.

Polêmicas

A seguir, discorre-se sobre as três polêmicas citadas na introdução com o objetivo de justificar as escolhas metodológicas adotadas, no que tange à composição dos *corpora*.

Fazer predições sobre a fala a partir da escrita

Marco Antonio Oliveira (2005), em seu artigo “Nem tudo que reluz é ouro: língua escrita e mudança linguística”, chama atenção para o problema de se fazerem predições sobre a fala a partir da escrita.

Observa que, nos diferentes níveis descritivos, “nem tudo que se escreve se fala” (OLIVEIRA, 2005, p. 4) e que a esse fato está atrelada a questão de a escrita possuir normas próprias que não são as mesmas que regem a fala. Isso garante, por exemplo, que determinados usos típicos da fala não possam ser encontrados em documentos cartoriais por serem amplamente *formulaicos*. Na mesma medida, não se encontram na fala usos típicos desses tipos de textos. Porém, existem muitos usos linguísticos que são encontrados nas duas modalidades.

Para defender seu posicionamento, Oliveira (2005) observa a ordem dos constituintes da oração em textos escritos do Português Arcaico, considerando: (i) a frequência de uso das ordens VOS, OSV, SVO, VSO, OVS e SOV; (ii) o estilo de escrita do autor; e (iii) a não manutenção ou a manutenção em contextos específicos das ordens VOS e OVS.

² Tarallo apresenta apenas resultados dos estudos de Galves (1990, 1992) e Ambar (1987) como ponto de comparação entre o PB e o PE.

Em (i), mostra que, embora tenham sido encontradas seis diferentes ordens, apenas quatro delas ocorrem na fala. Foram encontradas 4.2% de ocorrências de VOS, 3.1% de OSV, 59.1% de SVO, 11.7% de VSO, 10.8% de OVS e 10.8% de SOV. Essas frequências indicam que as ordens VOS e OSV destoam das outras. Atribui esse perfil ao fato de a maioria dos casos de OSV ser com presença de clítico e ser impossível, na língua falada, o uso de clítico na primeira posição.

Em (ii), observando as ocorrências de VOS e OSV em cada um dos textos, considerou que ambas as ordens parecem realmente estar associadas ao estilo do autor, já que todas as outras quatro ocorrem em todos os textos e apenas as duas não. Esse fato pode caracterizá-las como um recurso da língua escrita.

Em (iii), deixa evidente que a forma VOS não foi mantida em nenhuma variedade da língua portuguesa e a forma OVS ocorre apenas em contextos de topicalização do tipo: “Pizza, eu como”.³

Assim, foi possível ao autor concluir que:

[...] não podemos afirmar, sem maiores cuidados, que o português arcaico tinha seis ordens envolvendo os constituintes S, V e O. O que tinha seis ordens possíveis eram os textos escritos produzidos no período do português arcaico, mas não o português falado neste período. (OLIVEIRA, 2005, p. 12)

Extrair conclusões sobre mudança a partir da comparação entre escrita e fala

Nos trabalhos em diacronia desenvolvidos aos moldes da Sociolinguística, é comum identificar-se um fenômeno em mudança na fala contemporânea e observá-lo no tempo. No entanto, ao usar essa estratégia, não se devem estabelecer comparações entre os usos do passado e o do presente, por se tratarem de amostras de modalidades distintas, fala/escrita. Isso quer dizer que, no momento da análise quantitativa, a quantificação dos dados de fala não pode ser considerada como equivalente à quantificação dos dados de escrita.

Em Tarallo (1991, 1993), os dados representativos dos séculos XVIII e XIX são extraídos de textos escritos e os dados representativos do século XX são extraídos de textos falados. Ao adotar essa perspectiva de análise, podem ter sido ignoradas as idiosincrasias da escrita e a relação estabelecida entre fenômenos que migraram da fala para a escrita e fenômenos que são típicos da escrita propriamente dita, como colocaram Castro (1996) e Oliveira (2005). Para os autores, essa opção metodológica é capaz de permitir interpretações equívocas.

Ausência de tratamento equânime ao PB e PE

A principal crítica de Ivo Castro (1996) aos estudos linguísticos que se dedicam a períodos passados da língua pesa sobre o maior desenvolvimento dos estudos medievalistas em relação aos estudos classicistas. Tal fato propicia um descompasso entre usos linguísticos e normas de uso nas sincronias observadas.

³ Exemplo retirado do autor, p. 10.

Castro (1996, p. 5-6) aponta para a necessidade de se comporem amostras niveladas quanto ao modo de seleção, ao registro e à natureza das fontes antes de serem comparadas, uma vez que, em trabalhos como Tarallo (1990), quando as comparações entre PB e PE são estabelecidas, são feitas “de modo um tanto aleatório, com gramáticas estranhas ou genealogicamente remotas”. É o que o autor chamou de “o nosso extenso desconhecimento relativamente à língua que se falava, que se pensava e se escrevia em Portugal e no Brasil nos séculos mais próximos de nós” (CASTRO, 1996, p. 6). A língua do século XVIII e XIX vem sendo tratada como contemporânea ou com o distanciamento característico de períodos mais antigos. Ainda ressalta a existência de “um certo *deficit* filológico no que toca às técnicas de transcrição de texto” (CASTRO, 1996, p. 13).⁴ Subentende-se dessa crítica a necessidade do estabelecimento de um método para se tratar esse período.

Metodologia

As três polêmicas relacionadas acima surgem em decorrência de alguns pressupostos assumidos pelos autores criticados: (i) os dados do século XVIII, descritos nas análises quantitativas, retratavam o PE. Portanto, as diferenças entre XVIII e XIX retratam diferenças entre PE e PB, e, por isso, podem ser interpretadas como surgimento do PB; (ii) uma vez que os dados do século XVIII retratam a gramática do PE, então os textos escritos que alimentaram as análises quantitativas seriam ambos amostras legítimas do PE; e (iii) a gramática do PE, durante todo o século XIX, se manteve sem alterações em relação às construções sintáticas investigadas. Por isso, as diferenças apresentadas nos gráficos são diferenças que se operaram na gramática do PB.

Os pressupostos (i), (ii) e (iii) foram, nos últimos anos, objeto de intensa discussão no âmbito do *Projeto Para a História do Português Brasileiro* (PHPB), projeto coordenado por Ataliba Castilho (Universidade de São Paulo – USP/Universidade Estadual de Campinas – Unicamp). Alguns resultados desses questionamentos podem ser enumerados: (a) reconheceu-se a necessidade de distinguir textos escritos por brasileiros e textos escritos por portugueses, de modo a formar *corpora* distintos; (b) reconheceu-se a necessidade de se trabalhar com manuscritos, editados semidiplomaticamente, de modo a se obter *corpora* mais confiáveis; e (c) reconheceu-se, também, a legitimidade de se analisar textos publicados em jornais do século XIX, atentando-se para diferenças geográficas e também para diferenças de gênero, de modo a compor amostras mais simétricas.

Essas três constatações foram transformadas em reorientações metodológicas e assumidas, neste trabalho, de forma mais detalhada. Utilizaram-se amostras compostas por cartas pessoais por ser um tipo textual mais próximo do vernáculo manifestado.⁵

⁴ Neste caso, refere-se ao trabalho de Roger Bismut (2001).

⁵ Inúmeros trabalhos publicados pelo projeto Para a História do Português Brasileiro trazem argumentos irrefutáveis sobre o quanto as cartas pessoais podem se aproximar do vernáculo. Além disso, estamos entendendo cartas pessoais conforme a definição de Silva (1988, p. 24) “correspondências entre pessoas que mantêm entre si um relacionamento estreito – parentes próximos, amigos íntimos. Trata-se de uma forma de comunicação eminentemente pessoal, distinguindo-se das cartas comerciais, das cartas de propaganda, de correspondência dirigida a seções de jornais ou revistas, etc.”. Por se aproximar da oralidade, as cartas pessoais fazem parte do gênero discursivo mais utilizado em estudos diacrônicos (PESSOA, 2002, p. 197). Embora seja o mais utilizado, não é o único. Os textos teatrais também vêm

Um trabalho que busca desenvolver estudo comparativo de duas variedades da língua portuguesa com o intuito de testar recursos metodológicos capazes de auxiliar na identificação de gramáticas distintas prescinde de amostras capazes de oferecer subsídios /para atender a cada uma dessas expectativas. Porém, todo linguista sabe o quanto o trabalho de constituição de amostra pode enveredar por caminhos sinuosos.

Nessa medida, compor amostras representativas de uma língua significa aplicar critérios visando a preencher lacunas deixadas pelas idiossincrasias das fontes. Esses cuidados também fazem parte daquilo que Labov (1994, p. 11) chamou de fazer “bom uso de maus dados”.

Para essa investigação, será necessário analisar dados linguísticos recolhidos de acordo com quatro critérios: (i) os escreventes têm que ser identificados como brasileiros e portugueses; (ii) os dados devem ser provenientes de amostras capazes de retratar o vernáculo das duas variedades da língua portuguesa aqui estudadas, o PB e o PE; (iii) as amostras têm que ser composta por documentos dos séculos XVIII e XIX; (iv) essas amostras devem ser simétricas.

No critério (i) considera-se que, de acordo com a metodologia sociolinguística, saber o perfil do informante é uma condição para a utilização de uma amostra formada por dados de língua falada e também de língua escrita. Devido ao caráter do estudo, são necessários dois *corpora*, um com cartas escritas só por brasileiros e outro com cartas escritas só por portugueses. Utilizaram-se quatro estratégias: (a) coletaram-se informações encontradas nas próprias correspondências utilizadas; (b) consultaram-se livros de genealogia do Cônego Trindade (1951, 1955); (c) buscaram-se informações em arquivos notariais; e (d) foram confrontadas informações com o contexto social e econômico apresentado por Almeida (2010). Para confirmar essas informações também se observou a cidade de Ouro Preto em seu contexto social, político e econômico, nos séculos XVIII e XIX.

O critério (ii) se justifica por serem necessários gráficos representativos de ambas as variedades, possibilitando-se um estudo comparativo real. O não cumprimento desse critério permitiria o apontamento de lacunas por estar-se assumindo que o PE, nesse período, apresentaria constância e a variação se manifestaria no PB, como ocorreu em Tarallo (1993).

O critério (iii) se justifica por meio da afirmativa feita por Tarallo, de que a pena brasileira só pode escorrer a própria tinta na virada do século XIX, mas que possivelmente as diferenças entre as duas variedades já ocorriam em períodos anteriores. E por Galves (2010), Ribeiro (1998), Coelho e Paula (2011), entre outros autores, afirmarem que a gramática do PB se manifesta no final do século XVIII.

sendo utilizado para a obtenção do vernáculo. No entanto, apesar de concordarmos que a imitação da fala seja um recurso presente em peças teatrais, a utilização de peças teatrais dos séculos XVIII e XIX requer uma série de cuidados, pois um grande número de peças desse período não retrata o momento no qual foram escritas. Falamos de períodos anteriores. Para usar dados com essa característica, é necessário separar dados que podem ser interpretados como representativo da fala do período dos dados representativos de períodos anteriores. Além disso, não temos como estabelecer a correlação entre o que foi escrito para ser dito e o que realmente foi dito, como é possível em estudos contemporâneos como o desenvolvido por Duarte (2012).

O critério (iv), simetria das amostras, se justifica pela necessidade de haver amostras comparáveis das duas variedades. Tem-se como propósito verificar se a escrita brasileira se aproxima do PB falado hoje ou da norma escrita no PE.

Foram selecionadas cartas escritas por moradores da região de Mariana e Ouro Preto, no Brasil, e por moradores de Lisboa, em Portugal, que pudessem ter a nacionalidade definida e que fossem socialmente identificados, em três períodos de tempo: 1750-1799, 1800-1849 e 1850-1899.⁶

O tamanho dos *corpora* foi medido por número de palavras e, devido à pouca oferta de cartas pessoais que se enquadre nos critérios aqui utilizados, o número de palavras foi determinado pela amostra que fosse menor. Assim, cada uma das sincronias observadas conta com um montante de 8.000 palavras.

A análise dos dados

Para este trabalho, optou-se por observar o processo de substituição da preposição [a] pela preposição [para] nos complementos verbais cliticizáveis.⁷ Elegeu-se, portanto, os complementos dativos, monoargumentais e diargumentais, como complementos verbais preposicionados cliticizáveis. Os resultados apresentados a seguir correspondem a uma reinterpretação dos dados apresentados em Chaves (2013).

A razão para observarem-se complementos verbais cliticizáveis está no fato de ser esta a característica que permite a relação com os fenômenos estudados por Tarallo (1993) e por ser a mudança ocorrida nos clíticos, no PB, desencadeadora da mudança no uso de preposições, como observa Ramos (1992) ao constatar que não havia alteração no papel temático atribuído ao sintagma nominal (SN), e que, em ambos os casos, os SNs são substituíveis por clítico acusativo.

Ramos (1992) observa diacronicamente o perfil da mudança e encontra como resultado a diminuição do uso da variante [+a] em complementos verbais acusativos no último quartel do século XIX. Esse é mesmo o perfil observado para o enrijecimento da ordem SVO (BERLINCK, 1988, 1989), para a ampliação do uso de objeto nulo (BERLINCK, 1989), para a perda de clítico de 3ª pessoa (DUARTE, 1986), entre outros fenômenos sintáticos. A ampliação do uso do objeto nulo vem sendo interpretada como a mudança paramétrica que desencadeou a mudança em outros fenômenos do sistema linguístico (RAMOS, 1989; TARALLO, 1993). Ainda, Ramos relaciona a queda dos clíticos no PB ao aumento do uso do [para] em dativos e a diminuição do uso do [a].

Labov (1982), ao afirmar que as forças que atuam na língua hoje atuaram no passado, propiciou aos estudos sociolinguísticos a possibilidade de usar o presente para explicar o passado. No entanto, apontamentos como os de Castro (1996) e Ribeiro (1998) nos direcionam para a necessidade de se conhecerem a norma e o uso do fenômeno inves-

⁶ Essas cartas foram recolhidas basicamente em quatro acervos: 1) cartas brasileiras pertencentes ao Fundo Barão de Camargos; 2) cartas brasileiras pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico Monsenhor Horta; 3) cartas portuguesas pertencentes ao acervo do Projeto Fly/Cards; e 4) cartas portuguesas pertencentes ao acervo do projeto Tycho Brahe.

⁷ Todos os dados qualitativos e quantitativos aqui utilizados retratam uma versão atualizada de Chaves (2013).

tigado no recorte estabelecido, a fim de não se fazerem comparações anacrônicas entre presente e passado. Somente será possível observar a variação em períodos sincrônicos se for sabido como os fenômenos sintáticos são usados nas sincronias.

O detalhamento prescritivo do uso das preposições observadas em gramáticas portuguesas dos séculos XVIII e XIX torna-se, nesse sentido, indispensável. No caso do PB, dedicar-se-á às gramáticas do século XIX, uma vez que é apenas a partir desse período que as gramáticas são publicadas aqui no Brasil.

Segundo Lobato (1770), quando os verbos indicam lugar ou apresentam complementos dativos, devem ser regidos pela preposição [a] expressa ou oculta. O dativo ocorre geralmente em verbos como: declarar, entregar, servir, obedecer, antepor, pospor, lisonjear, agradar, aplicar, etc.

Já no século XIX, quando houver complemento terminativo (ou indireto), podem ser usadas as preposições [a] e [para] (OLIVEIRA, 1880). Nas cartas pessoais do século XIX, os casos em que a preposição [para] foi encontrada eram de complemento terminativo (indireto), como prescrito pela norma.

Nos dados encontrados nas cartas pessoais do PE dos séculos XVIII e XIX, encontra-se uma reprodução das normas encontradas nas gramáticas. Nos dados do século XVIII, encontra-se majoritariamente o uso da preposição [a] em complementos de verbos dativos.

- (4) Como minhas proprias dou parte a vm^{Ce}. em Como o seu grendo aquy me esCreveo hesa Carta.
- (5) Com isto não quero ser mais empertuna peCo a vm^{Ce}. q. a Carta do prezo q. veyo pa. mym me a torne a remeter não sou mais estenCa sua filha pede a benCoa.
- (6) [...] verás se vão ao teo gosto, a meia dúzia de botens, as meias irão em outra ocasião, não vão porq. agora porq. mandei ao Morão a carta;

No caso do PB, no século XIX, encontram-se em Albuquerque (1874) as mesmas regras que foram apresentadas para o PE nesse mesmo período, a saber, usa-se a preposição [a] para complemento objetivo e para complemento terminativo.

A diferença que se nota ao comparar-se a prescrição com o uso, no PB, é uma preferência pelo uso de [para] em complementos acusativos e dativos.

- (7) Porisso não lhe tenho mandado mais breve eu mando para vossamerce ou eu mesmo (PB 2^a XIX)
- (8) Remeto essas fruta para Vossa Senhoria não re_pare ser coisa tão insignificante é somentes humsinal de gratidão. eu desejo saber odia da sua partida para a Corte para eu ther o gosto de appertar-lhe a mão. (PB 2^a XIX)
- (9) Remeto asertidão do Vigario para oDoutor Rafael e esperode Vossa Senhoria fazer a[]lla alle desvallido para não hir para o Rio o Doutor Sebastião já foi para a[] emesseverão elle vai para o Rio. (PB 2^a XIX)

Observa-se que, tendo em conta as sincronias que compõem o estudo diacrônico aqui desenvolvido, o uso das preposições [a] e [para] no PE não apresenta variação em relação às normas vigentes no período. Já o PB apresenta variação em relação a essas normas.

Considerando esse fato e os vários estudos acima citados que apontam perfil de mudança para o uso dessas preposições, elaboraram-se duas hipóteses para o PB: (A) o fator tempo deverá mostrar um perfil descendente para o uso da preposição [a] nos contextos cliticizáveis e (B) preposição [a] deve ser encontrada, majoritariamente, em verbos de não movimento que possuem complementos com traço [+ pessoa].

Observaram-se três variáveis, duas internas e uma externa. A variável externa será o tempo que atua tanto na observação dos dados em cada sincronia quanto na observação dos dados diacronicamente. As variáveis tipo de verbo e traço [+pessoa] foram consideradas em conformidade com a observação feita por Marilza Oliveira (2007) de que, no século XIX, há uma frequência maior de uso da preposição [a] em complementos verbais dativos e acusativos quando apresentam o traço [+pessoa].

A variável tempo será responsável pela delimitação de sincronias e pela descrição do perfil da mudança diacrônica. Foram estabelecidos três períodos de tempo: 2ª metade do século XVIII, 1ª metade do século XIX e 2ª metade do século XIX.

A variável tipo de verbo subdivide-se em verbos que expressam movimento e verbos que não expressam movimento. Essa variável tem a função de determinar qual ambiente verbal propicia a entrada da inovação.

Na variável traço [+pessoa], consideraram-se os complementos que apresentam traço [+pessoa] e traço [-pessoa] a fim de confrontar os resultados deste trabalho aos de Oliveira (2007).

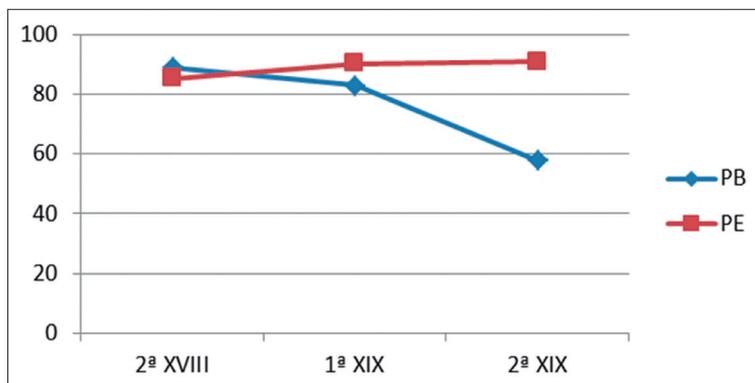
Tabela 1. Distribuição das preposições [a], nos três períodos de tempo, em cartas pessoais, no PB

	Nº	%	PR
2ª XVIII	43/48	89	0.61
1ª XIX	30/36	83	0.63
2ª XIX	20/34	58	0.23
Total	78/118	78	

Os pesos relativos dos três períodos de tempo observados mostram que há uma queda significativa no uso da preposição [a], ao longo do tempo. A probabilidade de ocorrência de tal preposição na segunda metade do século XVIII é de 0.61 e na segunda metade do século XIX é de 0.23. Ao se observar o mesmo recorte temporal na amostra do PE, tem-se o perfil em sentido oposto. Embora não seja possível gerar peso relativo na amostra do PE, pois não se trata de um caso de variação e mudança linguística, ao se observar as porcentagens, nota-se que há um aumento do uso da preposição [a] em complementos verbais cliticizáveis (PE: 2ª met. séc. XVIII, 85%; 1ª met. séc. XIX, 90%; 2ª met. séc. XIX, 91%; PB: 2ª met. séc. XVIII, 89%; 1ª met. séc. XIX, 83%; 2ª met. séc. XIX, 58%).

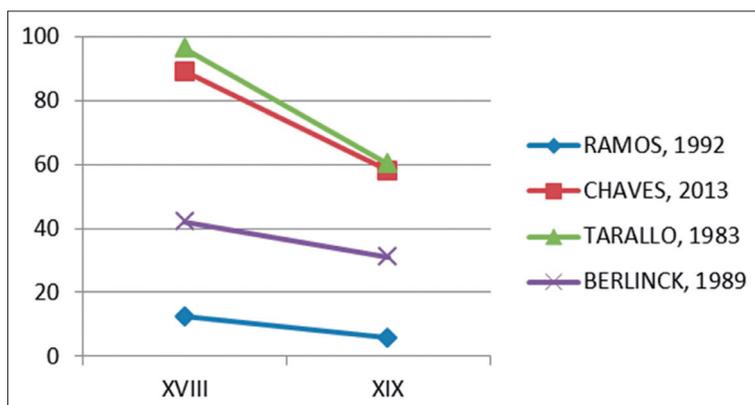
O Gráfico 1, a seguir, mostra a curva da mudança para o PB e para o PE.

Gráfico 1. Uso da preposição [a], no PB e no PE, ao longo do tempo



Esse gráfico mostra claramente o afastamento das duas gramáticas, esboçando um perfil muito próximo ao apresentado pelos trabalhos resenhados por Tarallo (1993). O Gráfico 2 torna mais evidente o encaixamento entre os fenômenos.

Gráfico 2. Comparação entre os estudos de Tarallo (1983), Berlinck (1989), Ramos (1992) e Chaves (2013)



Nesse gráfico é possível perceber que, embora a metodologia utilizada por Tarallo tenha sido criticada, os estudos por ele utilizados para obter resultados apresentam o mesmo perfil descendente que os resultados aqui apresentados como uma releitura de Chaves (2013).

Tabela 2. Distribuição da preposição [a], de acordo com o tipo de verbo, em cartas pessoais, no PB

	Nº	%	PR
Movimento	20/33	60	0.25
Não movimento	73/85	85	0.61
Total	78/118	78	

Ao se considerar o grupo tipo de verbo, verificou-se que a probabilidade de ocorrência da preposição [a] em complementos verbais ligados a verbos de movimento é de 0.25 e verbos de não movimento é de 0.61. Esse resultado aponta para a mesma direção que os resultados apresentados por Marilza Oliveira (2007). Quando se compara a frequência com que a preposição [a] é utilizada em complementos verbais, no PB e no PE, observando o tipo de verbo, tem-se uma diferença significativa. No PB, há preferência pelos verbos de não movimento (85%) sobre os verbos de movimento (60%). No PE, essa preferência se dilui um pouco, uma vez que as percentagens quase se equiparam para os verbos de movimento (86%) e os verbos de não movimento (90%).

Tabela 3. Distribuição da preposição [a], de acordo com o traço [+pessoa], em cartas pessoais, no PB

	Nº	%
[+pessoa]	92/114	80
[-pessoa]	1/4	25
Total	78/118	

Na Tabela 3, o peso relativo não foi apresentado por não ter sido considerado, pelo Goldvarb (2001), um fator relevante para a implementação da variante inovadora e para a diminuição do uso da variante canônica. No entanto, a frequência dos fatores do grupo traço [+pessoa] foi aqui considerada por ser a comparação entre esses resultados e o de Oliveira (2007) um dos objetivos deste trabalho. Pode-se notar que, de fato, a preposição [a] é mais frequente em complementos verbais que possuam o traço [+pessoa]. Esse perfil se mantém quando se observa o PE, a preposição [a] ocorre em 91% dos complementos verbais que possuem o traço [+pessoa] e em 50% nos complementos verbais que possuem o traço [-pessoa].

No entanto, também há que se considerar que se utilizou uma amostra composta por cartas pessoais do século XVIII e do século XIX. O cruzamento entre a variável tempo e a variável traço [+pessoa] torna-se necessário.

Tabela 4. Cruzamento dos fatores tempo e traço [+pessoa], em cartas pessoais, no PB, para preposição [a]

	2ª XVIII		1ª XIX		2ª XIX	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
[+ pessoa]	42/47	89	30/35	86	20/32	62
[- pessoa]	1/1	100	0	0	0	0
Total	43/48	90	30/36	83	20/34	59

Tem-se, nessa Tabela 4, delineado um perfil de declínio do número de complementos verbais dativos introduzidos pela preposição [a] que tenham o traço [-pessoa]. Esse mesmo declínio se verifica nos complementos verbais dativos introduzidos pela preposição [a] que tenham o traço [+pessoa]. Ao se comparar esse resultado aos resultados obtidos para o PE, o perfil se mostra diferenciado. No PE, tem-se o aumento e não o de-

créscimo de complementos verbais dativos introduzidos pela preposição [a] que tenham os traços [-pessoa] (XVIII: 0%; XIX/ 1: 0%; XIX/ 2: 67%) e [+pessoa] (XVIII: 90%; XIX/ 1: 91%; XIX/ 2: 94%), ao longo do tempo. Esse resultado indica o contexto interno específico no qual se dá a mudança.

Considerações finais: respondendo às polêmicas

Castro (1996) e Oliveira (2005) nos fazem pensar se todos os estudos desenvolvidos, principalmente na década de 1980, aqui no Brasil, apresentam resultados inconsistentes para o estudo de mudança linguística. A aposta no rigor metodológico para diminuir o efeito negativo que possa ser gerado devido a uma má constituição de amostra nos parece válida, mas considerar que esses trabalhos não são capazes de esboçar resultados confiáveis nos parece um pouco extremado.

Ao se observar um fenômeno não abordado por Tarallo (1993), considerado aqui como ponto de partida para as discussões sobre metodologia e encontrar o mesmo perfil, reafirma-se a importância dos estudos desenvolvidos no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. O Gráfico 2 mostra claramente que, embora alguns aspectos metodológicos tenham sido acrescentados aos estudos sociolinguísticos para preencher lacunas deixadas por esses trabalhos, os trabalhos do referido autor e da geração que ele representa são confiáveis. E isso não quer dizer que o rigor metodológico adotado seja desnecessário. Ao não se estabelecer comparação entre dados de escrita e dados de fala, não considerá-los como um mesmo tipo de dado, ao considerarem-se as sincronias para a interpretação dos fenômenos e minimizarem-se os efeitos do *déficit filológico*, joga-se luz sobre a importância dos estudos descritivos.

Essa percepção não foi observada apenas neste trabalho. Trabalhos anteriores como Kato, Duarte, Cyrino e Berlinck (2006), Duarte (2007) e vários outros desenvolvidos no âmbito do *Para História do Português Brasileiro* também se dedicaram a contribuir com essas discussões sobre metodologia. O que difere este trabalho do de Kato, Duarte, Cyrino e Berlinck (2006) e Duarte (2007), por exemplo, é o fato de ter-se expandido o uso de novos recursos metodológicos para fenômenos distintos, ampliando a percepção de que o uso de dados de fala e de escrita sem distinção de tratamento e o *déficit filológico* considerados por Castro (1996) não propiciaram leitura equivocada sobre uso da língua portuguesa no Brasil nos séculos XVIII e XIX.

Também trabalhos como os de Pagotto (1992,1993), Ribeiro (1998), Carneiro (2005) contribuem para tratar da observação feita por Castro (1996) de que as evidências internas mostram que não se pode tomar o PE contemporâneo como parâmetro para o estudo da mudança gramatical do PB. É nesse sentido que Castro também questiona o tratamento dedicado aos dados do Português Clássico em relação aos do Português Contemporâneo. Fica evidente que o PE contemporâneo pode ser utilizado como ponto de partida para a distinção de gramáticas se considerado em sincronias equiparadas. Tendo em vista a máxima laboviana que preconiza que as mesmas forças que motivam a mudança do presente motivaram mudanças no passado, é possível investigar sincronias em estudos diacrônicos. No estudo comparativo de duas variedades de uma língua tem-se, contudo, que considerar sincronias equiparadas. Dessa forma, a comparação deve ser da gramática do PB com a gramática do PE no mesmo período de tempo.

Tendo isso em vista, gramáticas do PB e do PE começam a se diferenciar na 2ª metade do século XVIII, tornando-se distintas no século XIX, na escrita. Esse é o perfil delineado por Tarallo (1993, p. 99) que direciona para a sua afirmação de que apenas nesse período as condições sociais foram suficientes para que “a pena brasileira pudesse escorrer a própria tinta”.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Salvador Henrique de. *Compendio de Grammatica Portuguesa*. 12. ed. Rio de Janeiro: A. A. Lopes do Couto, 1874. 156 p.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais*. Produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte: Argumentum, 2010. 263p.
- AMBAR, Manuela. Gouvernement et inversion dans les interrogatives qu- em Portugais. *Recherches Linguistics*, Paris, n. 16, p. 5-51, 1987.
- BERLINCK, Rosane de Andrade. *A ordem VS N no português do Brasil: sincronia e diacronia*. Campinas: Unicamp, 1988.
- _____. A construção V SN no português do Brasil – um estudo diacrônico sobre o fenômeno da ordem. In: Fernando L. Tarallo (Org.). *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989. p. 95-112.
- BISMUT, Roger. *Arte de Furtar*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novaes. *Cartas Brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico*. Campinas: Unicamp/IEL, 2005.
- CASTRO, Ivo. Para uma história do Português Clássico. *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 1996. p. 135-150. v. II. Disponível em: <http://www.clul.ul.pt/files/ivo_castro/1996_Portugus_Clsico.pdf>. Acesso em: 18 set. 2011.
- CHAVES, Elaine. *O surgimento do Português Brasileiro: mudanças linguísticas e mudanças tecnológicas no Brasil, séculos 18 e 19*. 2013. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- COELHO, Sueli Maria; PAULA, Thaís Franco de. Colocação pronominal nas Minas setecentistas. *Revista Alpha*, n. 12, p. 112-127, nov. 2011.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. São Paulo: PUC, 1986.
- _____. A perda da ordem V(erbo) S(ujeito) em interrogativas qu- no português do Brasil. *DELTA*, v. 8, n. especial, p. 37-52, p. 1992.
- _____. Sujeitos de referência definida e arbitrária: aspectos inovadores e conservadores na escrita padrão. *Linguística*, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 89-115, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica/wp-content/uploads/2012/09/artigo-5-sujeitos-de-referencia-definida-e-arbitraria.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2010.
- _____. *O sujeito em peças de teatro (1833-1992): estudos diacrônicos*. Rio de Janeiro: Parábola/ FAPERG, 2012.
- GALVES, Charlotte Marie Chambelland. V-movement, levels of representation and the structure of “S”. In: CHAO, W.; Horrocks, G. (Org.). *Levels of representation*. Dordrecht: Foris, 1990.

_____. Clitic-placement in European Portuguese: evidence for a non-homogeneous theory of enclisis. In: ANAIS WORKSHOP SOBRE O PORTUGUÊS, 1992, Lisboa: Depto.de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa, 1992. p. 61-80.

_____. Periodização e competição de gramáticas: o caso do português médio. In: LOBO, Tânia; CARNEIRO, Zenaide; RIBEIRO, Silvana; SOLEDADE, Juliana; ALMEIDA, Ariadne (Org.). *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 74-88. v. 1. Disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/pesquisa/artigos/GALVES_C-2010.pdf>. Acesso em: 5 set. 2011.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. GoldVarb X – a multivariate analysis application. 2001. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics. Disponível em: http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref. Acesso em: 20 out. 2011.

KATO, Mary; DUARTE, Maria Eugenia Lamoglia; CYRINO, Sonia; BERLINCK, Rosane. Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTO E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Quinhentos anos de história linguística no Brasil*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/Funcultura/Governo da Bahia, 2006. p. 413-438. ISBN: 85-232-0260-9.

LABOV, William. *Principles of linguistic change*. Volume I: Internal factors (Language in Society 20). Oxford: Blackwell, 1994.

_____. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, Winfred; MALKIEL, Yakov (Ed.). *Perspective an Historical Linguistic*. Amsterdam: John Benjamins, 1982. p. 79-82.

LOBATO, Antonio Jose dos Reis. *Arte da Gramática da Língua Portuguesa composta e offerecida ao Illmo e exmo Senhor Sebastião José de carvalho e Mello Conde de Oeiras*. Lisboa: Na Real Officina Typografica, 1770.

LOBO, Tânia. A História social linguística no Brasil no âmbito do “Projeto Para História do Português Brasileiro”. In: *Para a História do Português Brasileiro*. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2010. p. 329-376. v. VIII.

OLIVEIRA, Bento José de. *Nova Grammatica Portuguesae*. 13. ed. Coimbra: Livraria de J. Augusto Orgel, 1880. 152 p.

OLIVEIRA, Marcos Antônio. Nem tudo que reluz é ouro: língua escrita e mudança linguística. *Revista Scripta*, Belo Horizonte, v. 8., n. 16, p. 165-175, 2005. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagdb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20121017142002.pdf?PHPSESSID=6f68231162773639d99362597576a8e1>. Acesso em: 26 out. 2010.

OLIVEIRA, Marilza de. Complementos verbais introduzidos pela preposição ‘a’. In: RAMOS, Jânia M.; ALKMIM, Mônica G. R. (Org.). *Para História do Português Brasileiro*. v. 5: Estudos sobre mudança linguística e história social. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2007. p. 197-234.

PAGOTTO, Emilio G. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. Campinas: Unicamp, 1992.

PAGOTTO, E. Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 185-206. (Coleção Repertórios).

PESSOA, Marlos de B. Da carta a outros gêneros textuais. In: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; CALLOU, Dinah (Org.). *Para a História do Português Brasileiro*. v. 4. Notícias de corpora e outros estudos. Rio de Janeiro: UFRJ/Faperj, 2002. p. 197-205.

RAMOS, Jânia /Martins. O emprego de preposições no português do Brasil. In: TARALLO, Fernando. *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 1989. p. 83-93.

_____. *Teoria do Caso e mudança linguística: uma abordagem gerativo-variacionista*. Campinas: Unicamp, 1992.

RIBEIRO, Ilza. A mudança sintática do português brasileiro é uma mudança em relação a que gramática? In: CASTILHO, Ataliba (Org.). *Para História do Português Brasileiro*. v. 1: Primeiras Ideias. São Paulo: Humanitas, 1998. p. 101-120.

SILVA, Vera Lúcia P. *Cartas Cariocas: a variação do sujeito na escrita informal*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

TARALLO, Fernando. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Ph. D. dissertation. University of Pennsylvania, 1983.

_____. *The filling of gap: pro-drop rules in Brazilian Portuguese*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamin's Publishing Co., 1985. p. 354-375.

_____. *Tempos Linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990. 208 p.

_____. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 69-102. (Coleção Repertórios).

TARALLO, Fernando (Org.). *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989. 332 p. (Coleção linguagem-crítica).

TRINDADE, Cônego Raimundo. *Velhos Troncos Ouropretanos*. São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1951.

_____. *Velhos Troncos Mineiros*. São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1955.

Um retrato sociolinguístico da realização das preposições de complementos de verbos de movimento no português falado no interior paulista

(A sociolinguistic portrait of the use of prepositions of the complement of verbs of motion in Brazilian Portuguese language spoken in the countryside of São Paulo)

Marcos Luiz Wiedemer¹

¹ Faculdade de Formação de Professores – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

mlwiedemer@gmail.com

Resumo: Este artigo insere-se no programa de estudos do projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista) (GONÇALVES, 2007), em que analisamos um fenômeno de variação/mudança envolvendo as preposições *a/para/em* que introduzem complementos locativos de verbos de movimento (*caminhar, chegar, entrar, ir, levar, mudar, partir, sair, voltar*), e discutimos os resultados de análises de fatores linguísticos e extralinguísticos. Para constatar esta pesquisa, valemo-nos de uma amostra de 1.464 dados, coletados em 152 entrevistas sociolinguísticas pertencentes ao projeto ALIP. Embasam esta investigação postulados da gramaticalização e da sociolinguística. Os resultados evidenciam que o funcionamento das preposições que introduzem complemento locativo dos verbos de movimento apresenta-se num continuum de variação/gramaticalização.

Palavras-chave: Sociolinguística; verbo de movimento; preposição; português brasileiro.

Abstract: This paper is part of ALIP (Linguistic Sample of the Countryside of São Paulo) project studies (GONÇALVES, 2007), and features both the analysis of variation/change phenomenon involving the prepositions *a/para/em* which introduce the locative complement of motion verbs (*caminhar, chegar, entrar, ir, levar, mudar, partir, sair, voltar*), and the discussion about the results from investigation into linguistic and extra-linguistic factors. This survey relied on a sample of 1.464 occurrences, gathered in 152 sociolinguistic interviews made for the ALIP Project. Grammaticalization and Sociolinguistic postulates support this investigation. The results show that the function of prepositions introducing locative complement for dynamic verbs work in a variation/grammaticalization continuum.

Keywords: Sociolinguistics; verbs of motion; preposition; Brazilian Portuguese.

Introdução

O objetivo deste trabalho¹ é investigar, sob uma perspectiva variacionista, apoiada em pressupostos da gramaticalização, a variação/mudança envolvendo as preposições *a/para/em* que introduzem complemento locativo dos verbos de movimento *caminhar, chegar, entrar, ir, levar, mudar, partir, sair, voltar* em dados de amostra do português falado no interior paulista e, assim, contribuir com a descrição linguística da história do português, de modo geral, e com a descrição do português falado no noroeste do estado de São Paulo, de maneira mais específica.

Para dar conta deste objetivo, propomos: (i) investigar os contextos de usos das preposições dos verbos de movimento *caminhar, chegar, entrar, ir, levar, mudar, partir,*

¹ Este texto é parte da minha tese de doutorado (Estudos Linguísticos) desenvolvida na Unesp/São José do Rio Preto (WIEDEMER, 2013).

sair; (ii) identificar os fatores linguísticos ou extralinguísticos condicionantes que podem atuar na variação/gramaticalização dessas preposições.

O quadro teórico que dá sustentação a esta pesquisa está embasado nos postulados da Sociolinguística variacionista, contidos principalmente nos trabalhos de Weireinck, Labov e Herzog (1968) e de Labov (1972, 2001), e no paradigma da Gramaticalização (HOPPER; TRAUGOTT, 2003; LEHMANN, 2002).

Os dados que utilizamos são provenientes do Banco dos Dados *Iboruna* do projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista), que tem documentado a variedade do Português brasileiro (PB) falado na região noroeste do estado de São Paulo (GONÇALVES, 2007). Desse *corpus*, selecionamos, para nossa investigação, apenas as gravações que integram a amostra tecnicamente denominada Amostra Comunidade (AC), que foi coletada sob rigoroso controle das seguintes variáveis sociais: a) *sexo/gênero* (masculino/feminino); b) *faixa etária* (7 a 15 anos, 16 a 25 anos, 26 a 35 anos, 36 a 55 anos, + de 55 anos); c) *escolaridade* (1º ciclo do EF, 2º ciclo do EF, Ensino Médio e Ensino Superior). Do cruzamento das variantes de cada nível, resultou um total de 152 células, que definiram os perfis sociais contatados na comunidade.

Além disso, controlamos as seguintes variáveis linguísticas: (i) configuração do complemento locativo/ponto de referência (lugar, objeto; instituição, instituição personificada, evento, espaço sociogeográfico); (ii) movimento (concreto, não concreto); (iii) definitude (+ definido, - definido).

Panorama do uso das preposições de complementos de verbos de movimento na fala do interior paulista

De início, procuramos determinar a frequência de uso de preposição que complementa os verbos de movimento *caminhar*, *chegar*, *entrar*, *ir*, *levar*, *mudar*, *partir*, *sair*, *voltar*, buscando avaliar, no *corpus Iboruna*, a produtividade das formas de modo a se ter um panorama de ocorrências segundo o verbo de movimento. Assim, delineamos a sistematicidade de uso dessas preposições, bem como demonstramos quais verbos apresentam algum padrão de variação na complementação locativa. Os resultados obtidos com a tabulação dos dados recolhidos são observados na Tabela 1.

Tabela 1. Distribuição do uso das preposições segundo o verbo de movimento na amostra *Iboruna*

Preposições Verbo	A		PARA		EM		POR		ATÉ		DE		TOTAL
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Caminhar	-	-	2	25	3	37,5	1	12,5	2	25	-	-	8
Chegar	7	2,35	2	0,675	276	93,25	-	-	2	0,675	9	3,05	296
Entrar	-	-	13	7,5	154	89,5	5	3	-	-	-	-	172
Ir	19	3,05	299	44,85	270	49,85	1	0,2	13	2,05	-	-	602
Levar	23	12,15	88	46,55	70	37	-	-	8	4,3	-	-	189
Mudar	-	-	24	100	-	-	-	-	-	-	-	-	24
Partir	-	-	8	100	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Sair	-	-	5	6,05	10	12,20	1	1,25	-	-	66	80,50	82
Voltar	5	6,10	57	68,70	13	15,65	-	-	-	-	8	9,55	83
TOTAL	54		498		796		8		25		83		1464

A primeira observação a considerar é a desproporção em relação ao número de ocorrências das preposições de um verbo e de outro. Dos verbos investigados na Tabela 1, encontramos quatro verbos (*chegar, ir, levar e voltar*) em que a preposição *a* ocorre como complemento, com um total de 54 ocorrências da amostra investigada. Vejamos algumas ocorrências em (1a-d) de uso dessa preposição.

(01)

- (a) *a hora que ela **chegô::(u) à:: a:: uma cidade** aqui perto assim ela:: vi...*
[AC-087; NR: L. 161]
- (b) *...eu autorizei ele **foi ao banhe(i)ro...** até ele demorô(u) muito pra **í(r) ao banhe(i)ro...***
[AC-088; NE: L. 69]
- (c) *... então a gente cozinha toda a:: lasanha... e:: depois dela cozida... aí então põe numa:: numa travessa grande de vidro destes éh:: vidro pra::... que possa **levá(r) ao forno...***
[AC-127; RP: L. 121-123]
- (d) *...eu tava com contração pediu pra mim **í(r) pra ca::sa...** tomá::(r) uns remédio e fica(r) marcan(d)o de quanto tempo tinha a contração... e **voltá(r) ao consultório** dele uma hora... aí quando foi...*
[AC-078; NE: L. 30-31]

Esse resultado impede-nos de admitir, na comunidade de fala do interior de São Paulo, a existência de uma regra categórica de não utilização da preposição *a*. Por outro lado, também não podemos afirmar que estamos diante de uma regra variável, já que o percentual de ocorrências de *para* é categórico com os verbos *mudar* e *partir*, conforme os dados da Tabela 1.

Por isso, cabe uma decisão do pesquisador: a) admitir que os dados sejam suficientes para afirmar que se trata de um caso de variação; ou b) acreditar que essa baixa incidência retrata, na verdade, uma regra categórica. Ao analisar os tipos de regras linguísticas, Labov (2003) apresenta uma solução para esse impasse da produtividade das variantes de variável, apresentado três tipos de regras linguísticas: categórica (100% de aplicação); semicategórica (95 a 99% de aplicação), com certas violações passíveis de interpretação; e variável (5 a 95% de aplicação).

Como se observa, os resultados para alguns verbos apresentaram pouca variação, o que, provavelmente, se deve à semântica do próprio verbo ou mesmo ao gênero discursivo que compõe as amostras do banco de dados *Iboruna*. Por exemplo, o verbo *chegar* não é o processo de deslocamento, mas o seu fim, e a preposição que parece marcar esse significado é a preposição *em*.

Conforme evidenciamos na Tabela 1, há apenas duas ocorrências da preposição *para* como complemento do verbo *chegar*, porém associadas ao complemento locativo [*evento*], conforme (2a), ou seja, casos de complementos mais metafóricos, que parecem favorecer o aparecimento dessa preposição. Entretanto, na amostra, notamos que a abstratização de sentido (processo metafórico) se associa mais à preposição *a*, conforme (2b). Acreditamos que o resultado desse uso da preposição *a*, nesse contexto, com o verbo *chegar*, deve-se à confluência de duas motivações: a primeira, a própria semântica desse verbo, conforme já referimos, e a segunda é que o uso dessa preposição mantém no

seu significado básico, que é recuperado diacronicamente, a função de reger o objeto, e conforme Pereira (1916), no latim clássico, podia ser usada com objetos tanto animados quanto inanimados. No caso de (2b), podemos representar o referente “conclusão” como um “estado”, ou seja, ponto de referência “inanimado”.

(02)

(a) ... já tinha uma reunião marcada e que ela::... **tinha chegado pra reunião...**

[AC-088; NR: L.185-186]

(b) e minha mãe... aí ela conversô(u) com meu pa::i... acabaram... **chegan(d)o à conclusão** aí de levá(r) o::... o::... jogo mas...

[AC-053; NR: L. 165-166]

Além disso, alguns usos da preposição *a*, com o verbo *chegar*, *levar* e *ir* ocorrem quando o complemento é um [objeto]. Vejamos os contextos (3a-c). Discutiremos esse grupo de fator, na seção seguinte.

(03)

(a) ... despejo esse creme co/ vai ao/ **vai a gelade(i)ra...** aí eu de(i)xo lá na geladeira...

[AC-038; RP: L. 236-237]

(b) ... despeja a massa... e **vai ao forno** quente que já... o forno já foi ligado...

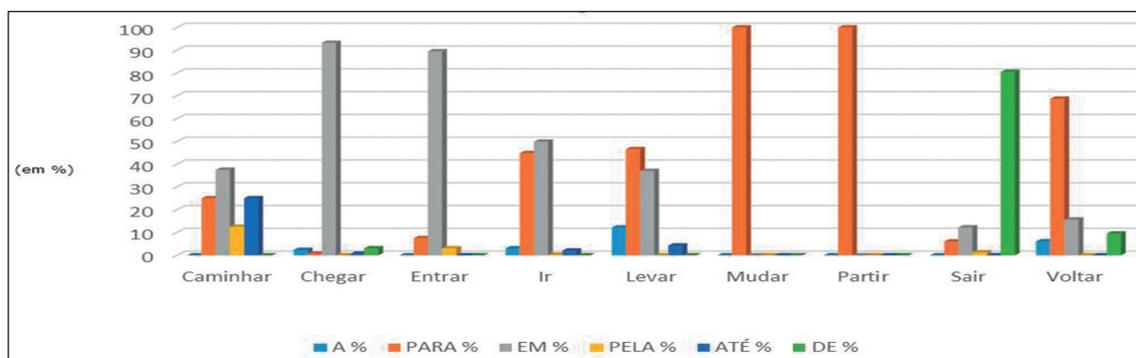
[AC-150; RP: L. 379-380]

(c) depois di::sso passa no granulado **leva à gelade::(i)ra** e espera ele gelá(r)...

[AC-044; RP: L. 192-193]

Consideremos, agora, o Gráfico 1, em que procuramos comparar as frequências de ocorrências das preposições com o objetivo de evidenciarmos um cenário mais objetivo de usos.

Gráfico 1. Comparação entre as frequências de usos das preposições associadas a verbos de movimento na amostra *Iboruna*



A partir desses dados iniciais, sem consideramos, neste momento, nenhuma variável associada ao uso das preposições, evidenciamos uma maior ocorrência das pre-

posições *para* e *em*, em relação à preposição *a*, no que concerne aos verbos *ir*, *levar* e *voltar*. Esse resultado inicial abaliza o processo em curso de recuo de uso da preposição *a* relacionada ao verbo *ir* na comunidade de fala do interior paulista, o que coaduna com os resultados de outras pesquisas. Além disso, o uso da preposição *para* confirma seu estatuto mais genérico, pois pode complementar todos os verbos aqui analisados, e não sofre restrição sintática ou semântica nessa seleção. Já a preposição *em*, apesar de recorrente, com alguns verbos, como *caminhar* e *entrar*, não está associada ao ponto de trajetória final, mas sim ao estatuto sintático de seleção de determinada preposição.

Já para os verbos *entrar* e *sair*, os resultados apontam, em primeiro lugar, para o início da variação/mudança na indicação de complemento, e em segundo, para uma maior generalização de uso da preposição *para*, o que coaduna com o princípio posto por Weinreich, Labov e Herzog (1968), em que algumas mudanças iniciais estão abaixo do nível de representações sociais, e os falantes não as percebem. Logo, é importante frisarmos que uma determinada variante, no caso a preposição *para*, que é usada com outros verbos, pode influenciar a implementação em outros contextos, como no caso dos verbos *entrar* e *sair*, e ser aceita pela comunidade de fala, caso da comunidade do interior paulista. E os demais verbos pesquisados não evidenciaram um padrão de variação ou mudança.

Na sequência, passamos a apresentar os resultados e a análise concernentes aos fatores sociais e linguísticos.

Fatores sociais e linguísticos: correlação de fatores e a mudança implementada

O percurso que queremos traçar para o uso das preposições que complementam os verbos de movimento requereu o controle de grupos de fatores potencialmente condicionadores, cuja análise ofereceu resultados estatísticos que nos permitiram oferecer um quadro da correlação de fatores.

Nas próximas seções, apresentamos e discutimos os resultados para cada variável controlada. Expomos os resultados organizados em tabela a partir das variáveis selecionadas. Primeiramente, apresentamos os resultados referentes aos fatores sociais, e na sequência, aos fatores linguísticos.

Grupo de fatores extralinguísticos

Faixa etária

Para esse grupo de fatores, estamos testando a hipótese de que as preposições *a/para* devem ser mais usadas por informantes mais velhos, e *em* por informantes mais jovens. Na Tabela 2, apresentamos os resultados da influência dessa variável.

Para o verbo *entrar*, os informantes de 26 a 35 anos não utilizam a preposição *para*, diferentemente dos com maior idade que apresentam usos dessa preposição, bem como dos informantes mais novos. Esse resultado assinala uma polaridade de uso da preposição *para* nos extremos das faixas etárias (P.R. 0.68 para as duas faixas). Além disso, os informantes de 16 a 25 anos são os que mais promovem a manutenção de *em* (P.R. 0.77). Como os mais novos apresentam um maior uso da forma inovadora (preposição

para), podemos interpretar esse resultado a partir do quadro de estudos sociolinguísticos, que mostra que os mais jovens tendem a buscar formas mais atuais, inovadoras. Por outro lado, os informantes com mais de 55 anos usam essa variável com a mesma força, o que corrobora seu processo variável.

Tabela 2. Influência da variável *idade* sobre o uso das preposições *a/para/em* na introdução de complementos de verbos de movimento (Amostra *Iboruna*)

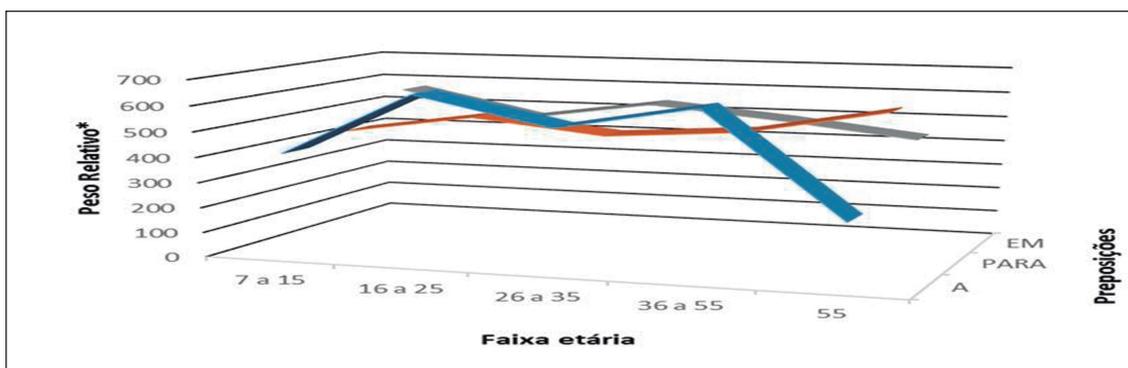
Verbo	Faixa etária	A			PARA			EM		
		Apl./total	%	PR	Apl./total	%	PR	Apl./total	%	PR
ENTRAR	7 a 15	0/0	0	-	5/31	16.1	0.687	26/31	83.9	0.313
	16 a 25	0/0	0	-	1/40	2.5	0.227	39/49	97.5	0.773
	26 a 35	0/0	0	-	0/44	0	-	44/44	100	-
	36 a 55	0/0	0	-	3/32	9.4	0.541	29/32	90.6	0.459
	+55	0/0	0	-	4/25	16	0.685	21/25	84	0.315
TOTAL					159/172	92.4		13/172	7.6	
Significância		Input: 0.919 Sig.: 0.089								
IR	7 a 15	2/104	1.9	0.409	47/104	45.3	0.443	55/147	52.9	0.569
	16 a 25	6/118	5.1	0.654	62/118	52.5	0.517	50/118	42.4	0.465
	26 a 35	5/151	3.3	0.547	71/151	47	0.462	75/151	49.7	0.538
	36 a 55	5/105	4.8	0.638	53/105	50.5	0.496	47/105	44.8	0.489
	+55	1/110	0.9	0.245	66/110	60	0.591	43/110	39.1	0.431
TOTAL		19/588	3.2		299/588	50.9		270/588	45.9	
Significância		Input: 0.028 Sig.: 0.280			Input: 0.509 Sig.: 0.195			Input: 0.459 Sig.: 0.233		
LEVAR	7 a 15	2/23	8.7	0.416	12/23	52.2	0.536	9/23	39.1	0.506
	16 a 25	5/34	14.7	0.564	15/34	44.1	0.456	14/34	41.2	0.527
	26 a 35	2/38	5.3	0.294	22/38	57.9	0.593	14/38	36.8	0.482
	36 a 55	8/50	16	0.588	26/50	52	0.534	16/50	32	0.429
	+55	6/36	16.7	0.600	13/36	36.1	0.375	17/36	47.2	0.588
TOTAL		23/181	12.7		88/181	48.6		70/181	38.7	
Significância		Input: 0.118 Sig.: 0.444			Input: 0.486 Sig.: 0.386			Input: 0.385 Sig.: 0.700		
VOLTAR	7 a 15	1/11	9.1	0.621	9/11	81.8	0.605	1/11	81.8	0.310
	16 a 25	1/24	4.2	0.416	18/24	75	0.506	5/24	20.8	0.541
	26 a 35	1/26	3.8	0.396	20/26	76.9	0.532	5/26	19.2	0.516
	36 a 55	2/8	25	0.845	4/8	50	0.255	2/8	25	0.599
	+55	0/6	0	-	6/6	100	-	0/6	0	-
TOTAL		5/75	6.7		57/75	76		13/75	17.3	
Significância		Input: 0.057 Sig.: 0.338			Input: 0.746 Sig.: 0.439			Input: 0.182 Sig.: 0.762		

Para o verbo *ir*, ocorre uma distribuição mais delineada das três preposições em função de variantes de faixa etária: informantes de 16 a 25 anos são os que mais condicionam o uso da preposição *a* (P.R. 0.65), informantes da menor faixa etária utilizam mais a preposição *em* (P.R. 0.56), e informantes da faixa etária mais elevada são os que mais empregam a preposição *para* (P.R. 0.59). Observemos o Gráfico 2, em que procuramos

verificar se o fenômeno de variação/mudança das preposições que complementam o verbo *ir* se trata de uma variante estável ou de uma mudança.

A divisão em cinco faixas etárias fornecidas pelo *Iboruna* permitiu-nos interpretar que os usos da preposição *a* configuram um fenômeno de mudança implementado, quando se comparam os pesos relativos das diferentes faixas etárias: indivíduos de faixas etárias intermediárias parecem não recorrer às preposições *a/para/em* como indicador de sua classe, ao passo que indivíduos da faixa mais elevada (+ 55 anos) rejeitam a preposição *a*, fenômeno facilmente visualizado no gráfico acima pela queda abrupta de uso da preposição *a*. Essa constatação permite afirmar que, em relação às preposições *a/para/em*, há variação estável entre *para* e *em*, e mudança implementada em relação à preposição *a*. Dessa forma, é importante considerarmos se as preposições *para* e *em* são motivadas por um mesmo contexto ou se há entre elas algum índice de especialização de uso. Para avaliarmos isso, discutiremos a avaliação de outros contextos sociais ou linguísticos.

Gráfico 2. Utilização das preposições *a/para/em* na introdução de complementos do verbo *ir* de movimento: atuação da variável *faixa etária*



*Os índices dos pesos relativos devem ser interpretados numa escala de 0.0 a 1.0.

Já os resultados para o verbo *levar* revelam que apenas os informantes de 26 a 35 anos demonstram leve tendência de uso da preposição *para* (P.R. 0.59), sendo também os que menos influenciaram o uso da preposição *a* (P.R. 0.29). Para a complementação desse verbo, concorrem com praticamente a mesma força as preposições *a* e *em*, nas faixas etárias mais nova e mais velha.

Quanto ao verbo *voltar*, a variável *faixa etária* se mostrou significativa na seleção das preposições. A tendência de uso situa-se entre os informantes de 36 a 55 anos, que demonstram uma inclinação de uso da preposição *a* (P.R. 0.84), e uma perda pouco significativa da preposição *em* (P.R. 0.59); por outro lado, informantes mais novos apresentaram uma tendência de uso da preposição *para* (P.R. 0.60). Já, os informantes mais velhos (+ de 55 anos) fazem uso categórico da preposição *para*, sendo essa a forma mais frequente entre as preposições que se combinam com o verbo *entrar* (76%).

Sexo/gênero

Para esse grupo de fatores, nossa expectativa é de que as ocorrências de determinada preposição sejam condicionadas por algum padrão social/gênero. Os resultados de atuação dessa variável estão dispostos na Tabela 3.

Em relação ao uso das preposições *a/para/em* associadas aos verbos *levar* e *voltar*, informantes do sexo masculino apontam para uma tendência de uso das preposições *a* (P.R. 0.52 *levar* e P.R. 0.58 *voltar*) e *em* (P.R. 0.532 *levar* e P.R. 0.60 *voltar*), enquanto informantes do sexo feminino tendem ao uso da preposição *para* (P.R. 0.56 *levar* e P. R. 0.59 *voltar*). Já para o verbo *ir*, informantes do sexo feminino apontam para um uso muito discreto da preposição *para* (P.R. 0.52), tendência que se repete para os demais verbos.

Avaliando os resultados, percebemos que as mulheres inovam e que é possível desenvolvermos a hipótese de que, a partir dessa inovação, a mudança se espalha pela comunidade de fala. Esse pensamento é assinalado pelos estudos desenvolvidos por Labov (2001), que demonstrou o *paradoxo do gênero*, o qual compreende duas afirmações: (a) quando se trata de mudanças vindas de cima, as mulheres utilizam mais formas de prestígio que os homens; (b) quando se trata de mudanças vindas de baixo, as mulheres são as líderes da mudança linguística. Isso significa que, quando as mudanças iniciam, as mulheres são mais rápidas que os homens ao empregarem um novo símbolo social; com isso, ao iniciarem a mudança linguística, produzem uma diferenciação de sexo/gênero. No primeiro caso, Labov (2001) demonstrou que as mulheres utilizam variáveis menos estigmatizadas que os homens; no segundo caso, apontou as mulheres como líderes da mudança, pois possuem elas uma posição central em suas redes sociais, capaz de influenciar amigos e parentes.

Tabela 3. Influência da variável *sexo/gênero* sobre o uso das preposições *a/para/em* na introdução de complementos de verbos de movimento (Amostra *Iboruna*)

Verbo	Sexo	A			PARA			EM			EM		
		Apl./total	%	PR									
ENTRAR	Masc.	0/0	0	-	6/97	6.2	0.452	91/97	93.8	0.548	91/97	93.8	0.548
	Femin.	0/0	0	-	7/75	9.3	0.562	68/75	90.7	0.438	68/75	90.7	0.438
TOTAL					159/172	92.4		13/172	7.6		13/172	7.6	
Significância		Input: 0.032 Sig.: 0.697			Input: 0.509 Sig.: 0.243			Input: 0.926 Sig.: 0.455			Input: 0.926 Sig.: 0.455		
IR	Masc.	7/242	2.9	0.473	116/242	47.9	0.471	119/242	49.2	0.532	119/242	49.2	0.532
	Femin.	12/346	3.5	0.519	183/346	52.9	0.520	151/346	43.6	0.477	151/346	43.6	0.477
TOTAL		19/588	3.2		299/50.9	45.9		270/588	45.9		270/588	45.9	
Significância		Input: 0.032 Sig.: 0.697			Input: 0.509 Sig.: 0.243			Input: 0.459 Sig.: 0.189			Input: 0.459 Sig.: 0.189		
LEVAR	Masc.	15/108	13.9	0.527	48/108	44.4	0.458	45/108	41.7	0.532	45/108	41.7	0.532
	Femin.	8/73	11	0.460	40/73	54.8	0.561	25/73	34.2	0.453	25/73	34.2	0.453
TOTAL		23/181	12.7		88/181	48.6		70/181	38.7		70/181	38.7	
Significância		Input: 0.126 Sig.: 0.574			Input: 0.486 Sig.: 0.179			Input: 0.386 Sig.: 0.318			Input: 0.386 Sig.: 0.318		
VOLTAR	Masc.	3/34	8.8	0.586	23/34	67.6	0.387	8/34	23.5	0.607	8/34	23.5	0.607
	Femin.	2/41	4.9	0.429	34/41	82.9	0.594	5/41	12.2	0.411	5/41	12.2	0.411
TOTAL		5/75	6.7		57/75	76		13/75	17.3		13/75	17.3	
Significância		Input: 0.064 Sig.: 0.497			Input: 0.768 Sig.: 0.131			Input: 0.166 Sig.: 0.198			Input: 0.166 Sig.: 0.198		

Escolaridade

Dentro do quadro sociolinguístico, determinada variável pode receber avaliações negativas, as quais podem afetar o curso da mudança, bem como pode ser detida como uma consequência do estigma social. Para esse grupo de fatores, nossa expectativa é a de que as ocorrências da variante *a* sejam mais frequentes entre os mais escolarizados. Seguem, na Tabela 4, os resultados de atuação dessa variável.

Os resultados para os verbos *entrar* e *levar* mostram que os informantes menos escolarizados apresentam maior uso da preposição *para*, enquanto a preposição *em* tem seu uso mais condicionado pelos informantes do ensino médio.

Para os usos das preposições em relação ao verbo *voltar*, a influência da variável *escolaridade* aponta para um padrão sistemático de uso das preposições, diverso de nossa hipótese, segundo a qual seria de se esperar maior uso da preposição *a* entre os mais escolarizados; no entanto, os resultados apontam para um processo inverso, com um maior uso da preposição *a* entre os que possuem o menor índice de escolaridade (P.R. 0.76); os mais escolarizados tendem a um maior uso da preposição *para*, e os informantes que possuem de 5 a 8 anos de estudos (2º CEF) empregam categoricamente a preposição *para*. Por outro lado, os resultados para os de menor escolarização devem ser relativizados, pois esses também condicionam o uso da preposição *em*.

Tabela 4. Influência da variável *escolaridade* sobre o uso das preposições *a/para/em* na introdução de complementos de verbos de movimento (Amostra *Iboruna*)

Verbo	Escolaridade	A			PARA			EM		
		Apl./total	%	PR	Apl./total	%	PR	Apl./total	%	PR
ENTRAR	1ºCEF	0/0	0	-	6/29	20.7	0.811	23/29	79.3	0.189
	2ºCEF	0/0	0	-	3/39	7.7	0.578	36/39	92.3	0.422
	EM	0/0	0	-	1/48	2.1	0.259	47/48	97.9	0.741
	SUPERIOR	0/0	0	-	3/56	5.4	0.482	53/56	94.6	0.518
TOTAL					13/172	7.6		159/172	92.4	
Significância		Input: 0.943 Sig.: 0.043								
IR	1ºCEF	2/116	1.7	0.359	53/116	45.7	0.448	61/116	52.6	0.567
	2ºCEF	5/179	2.8	0.478	83/179	46.4	0.455	91/179	50.8	0.550
	EM	5/152	3.3	0.520	78/152	51.3	0.504	69/152	45.4	0.496
	SUPERIOR	7/141	5	0.624	85/141	60.3	0.594	49/141	34.8	0.387
TOTAL		19/588	3.2		299/50.9	45.9		270/588	45.9	
Significância		Input: 0.030 Sig.: 0.515			Input: 0.509 Sig.: 0.052			Input: 0.458 Sig.: 0.012		
LEVAR	1ºCEF	5/50	10	0.462	31/50	62	0.636	14/50	28	0.385
	2ºCEF	9/43	20.9	0.672	16/43	37.2	0.388	18/43	41.9	0.537
	EM	6/36	16.7	0.607	10/36	27.8	0.292	20/36	55.6	0.668
	SUPERIOR	3/52	5.8	0.322	31/52	59.6	0.612	18/52	34.6	0.460
TOTAL		23/181	12.7		88/181	48.6		70/181	38.7	
Significância		Input: 0.115 Sig.: 0.126			Input: 0.483 Sig.: 0.003			Input: 0.383 Sig.: 0.068		
VOLTAR	1ºCEF	2/11	18.2	0.760	511	45.5	0.268	4/11	36.4	0.666
	2ºCEF	0/0	0	-	18/18	100	-	0/18	0	-
	EM	2/14	14.3	0.704	9/14	64.3	0.441	3/14	21.4	0.488
	SUPERIOR	1/32	3.1	0.315	25/31	78.1	0.610	6/32	18.8	0.446
TOTAL		5/75	6.7		57/75	76		13/75	17.3	
Significância		Input: 0.066 Sig.: 0.184			Input: 0.695 Sig.: 0.059			Input: 0.222 Sig.: 0.293		

Significância	Input: 0.115 Sig.: 0.126			Input: 0.483 Sig.: 0.003			Input: 0.383 Sig.: 0.068			
VOLTAR	1ºCEF	2/11	18.2	0.760	511	45.5	0.268	4/11	36.4	0.666
	2ºCEF	0/0	0	-	18/18	100	-	0/18	0	-
	EM	2/14	14.3	0.704	9/14	64.3	0.441	3/14	21.4	0.488
	SUPERIOR	1/32	3.1	0.315	25/31	78.1	0.610	6/32	18.8	0.446
TOTAL	5/75	6.7		57/75	76		13/75	17.3		
Significância	Input: 0.066 Sig.: 0.184			Input: 0.695 Sig.: 0.059			Input: 0.222 Sig.: 0.293			

Quanto ao uso das preposições associadas ao verbo *ir*, as preposições *a* e *para* são mais empregadas por informantes mais escolarizados (ensino superior), num crescente que acompanha o aumento do grau de escolarização (P.R. 0.62 para preposição *a* e P.R. 0.59 para preposição *para*), enquanto a preposição *em*, em caminho inverso, acompanha a diminuição do grau de escolarização, sendo mais empregada por informantes de grau mais baixo de escolarização (P.R. 0.56). De fato, essa é uma forte evidência de que a preposição *a* compete, em mesmos contextos, com a preposição *para*, resistindo mais na fala de indivíduos com maior nível de escolaridade.

Sobre a hipótese subjacente à variável *escolaridade*, é importante frisar que se *a* é a preposição prevista pela tradição gramatical, o uso das demais variantes pode ter avaliações diferentes segundo o verbo. Porém, o uso de *em* parece ser fortemente condenado com o verbo *ir*, mas parece não ter a mesma avaliação em relação ao verbo *levar* ou ao verbo *entrar*. Já para a preposição *para* não parece sofrer avaliações negativas, fato já observado no estudo de Mollica (1996), por exemplo.

Grupo de fatores linguísticos

Configuração do complemento locativo/ponto de referência

A proposição desse grupo de fatores leva em consideração, inicialmente, os resultados apresentados em Wiedemer (2008), que demonstra haver a atuação favorável desse fator no condicionamento da seleção da preposição que complementa o verbo de movimento. Dessa forma, a hipótese que perseguimos é a de que os traços semânticos do complemento locativo/ponto de referência atuam na seleção das preposições. Os resultados para a variável *configuração do ponto de referência/locativo* são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5. Influência da variável *configuração do complemento locativo/ponto de referência* sobre o uso de *a/para/em* na introdução de complementos de verbos de movimento (Amostra *Iboruna*)

Verbo	Configuração Ponto de referência	A			PARA			EM		
		Apl./total	%	PR	Apl./total	%	PR	Apl./total	%	PR
ENTRAR	Lugar	0/0	0	-	7/102	6.9	0.442	95/102	93.1	0.558
	Objeto	0/0	0	-	0/9	0	-	9/9	100	-
	Instituição	0/0	0	-	1/13	7.7	0.473	12/13	92.3	0.527
	Inst. personif.	0/0	0	-	5/14	35.7	0.857	9/14	64.3	0.143
	Evento	0/0	0	-	0/25	0	-	25/25	100	-
	Espaço geog.	0/0	0	-	0/9	0	-	9/9	100	-
TOTAL					13/172	7.6		159/172	92.4	
Significância		Input: 0.915 Sig.: 0.011								
IR	Lugar	4/243	1.6	0.382	111/243	45.7	0.447	128/243	52.7	0.573
	Objeto	4/33	12.1	0.835	11/33	33.3	0.324	18/33	54.5	0.591
	Instituição	1/53	21.9	0.415	28/53	52.8	0.518	24/53	45.3	0.500
	Inst. personif.	1/39	2.6	0.492	17/39	43.6	0.426	21/39	53.8	0.584
	Evento	4/57	7	0.735	15/57	26.3	0.255	38/57	66.7	0.707
	Espaço geog.	5/163	3.1	0.538	117/163	71.8	0.709	41/163	25.2	0.289
TOTAL		19/588	3.2		299/588	50.9		270/588	45.9	
Significância		Input: 0.026 Sig.: 0.086			Input: 0.510 Sig.: 0.000			Input: 0.453 Sig.: 0.000		
LEVAR	Lugar	4/72	5.6	0.340	40/72	55.6	0.570	28/72	38.9	0.514
	Objeto	13/27	48.1	0.890	10/27	37	0.384	4/27	14.8	0.225
	Instituição	1/22	4.5	0.294	7/22	31.8	0.331	14/22	63.6	0.744
	Inst. personif.	4/29	13.8	0.583	13/29	44.8	0.463	12/29	41.41	0.540
	Evento	1/9	11.1	0.522	3/9	33.3	0.347	5/9	55.6	0.675
	Espaço geog.	0/22	0	-	15/22	68.2	0.694	7/22	31.8	0.437
TOTAL		23/181	12.17		88/181	48.6		70/181	38.7	
Significância		Input: 0.103 Sig.: 0.000			Input: 0.485 Sig.: 0.083			Input: 0.375 Sig.: 0.013		
VOLTAR	Lugar	1/42	2.4	0.435	35/42	83.3	0.529	6/42	14.3	0.494
	Objeto	1/3	33.3	-	2/3	66.7	-	0/0	0	-
	Instituição	0/2	0	-	0/2	0	-	2/2	100	-
	Inst. personif.	1/6	16.7	0.863	4/6	66.7	0.310	1/6	16.7	0.539
	Evento	2/5	40	-	3/5	60	-	0/0	0	-
	Espaço geog.	0/17	0	-	13/17	76.5	-	4/17	23.5	-
TOTAL		5/75	6.7		57/75	76		13/75	17.3	
Significância		Input: 0.031 Sig.: 0.136			Input: 0.817 Sig.: 0.206			Input: 0.146 Sig.: 0.609		

Para o verbo *entrar*, evidenciamos alta frequência de uso da preposição *em* na introdução do complemento locativo (92,4%). Apesar disso, a configuração do espaço locativo/ponto de referência revela um resultado interessante, à medida que correlaciona o emprego de *para* a locativos representados por *instituição personificada* (P.R. 0.85) e o emprego de *em* a locativos representados por *lugar*, propriamente ditos. Apesar do que é posto pela gramática tradicional, que o complemento do verbo *entrar* deve ser a preposição *em*, os usos da preposição *para* com o verbo *entrar* evidenciam um início de variação e de generalização de significado dessa preposição na fala do interior paulista.

No que concerne ao verbo *voltar*, os resultados mostram que complementos com a semântica [*objeto*] e [*evento*] não selecionam a preposição *em*; por outro lado, pontos de referência que denominam [*espaço geográfico*] ou [*instituição*] não selecionam a preposição *a*. O fator [*instituição personificada*] condiciona a seleção tanto da preposição *a* (P.R. 0.86) quanto da preposição *em* (P.R. 0.53). Já a preposição *para* é condicionada pelo fator [*lugar*].

Os resultados para a variável *configuração do complemento locativo/ponto de referência* para o verbo *ir* indicam o seguinte padrão de correlação: a preposição *a* está correlacionada com completo [*objeto*], *para* com [*espaço geográfico*], e *em* com [*evento*].

Para o verbo *levar*, o fator [*objeto*] é relevante, também, na seleção da preposição *a* (P.R. 0.89), ao passo que a seleção das preposições *para* e *em* são motivadas, respectivamente, pelos fatores [*espaço geográfico*] e [*evento*]. Os exemplos a seguir, (04), ilustram as tendências de usos das preposições associadas ao fator *configuração do complemento locativo/ponto de referência*, que seria *objeto* (a), no caso da preposição *em*, *espaço geográfico* (b), no caso da preposição *para*, e *evento* (c), no caso da preposição *em*.

(04)

(a) ... *espera esfriá(r) um po(u)quinho cê pode tá levran/ levando à geladei::ra ou ao freezer pra ele esfriá(r) mai...* [objeto]

[AC-040; RP: L-96-97]

(b) ... *porque quan/ quando (a gente foi) pra lá a gente passô(u) por Reci::fe né? depois agente foi pra Natal então..* [espaço geográfico]

[AC-044; DE: L-157-158]

(c) ... *ai num tem que esperá(r)... mas eu... sábado mesmo ele foi num baile né?... [Doc.: aham ((concordando))]* [evento]

[AC-058; RP: L. 287-288]

Sobre os resultados para a variável *configuração do ponto de referência/locativo*, aqui é importante a distinção entre complementação e adjunção, como exposta em Ilari et al. (2008), para o tratamento geral das preposições. Segundo os autores, na estratégia sintática de complementação, há uma forte previsibilidade da escolha da preposição em função do predicado complementado, enquanto na adjunção, a escolha da preposição se faz em função da natureza do adjunto (e não do predicado), permitindo diferenciar, respectivamente, preposições de natureza mais funcional de preposições de natureza mais lexical (ILARI et al., 2008). Relativamente aos nossos resultados, todos casos de complementação de verbos de movimento, não somente o predicado, mas também o tipo de complemento/ponto de referência, exerce influência na seleção de determinada preposição. Assim, podemos considerar que, de um lado, atua a valência semântica e sintática do verbo, e, de outro, os diferentes significados que podem ser gerados pelas preposições, combinadas com determinado tipo de complemento. Isso evidencia um processo regular entre o significado básico de uma preposição e os demais significados genéricos que se atualizam a partir da pragmatização do uso.

Concretude de movimento

Wiedemer (2008) mostra que há uma tendência de a preposição *a* manter seu significado básico de direção, a preposição *para* apresenta uma expansão semântica (abstratização), e a preposição *em* não apresenta nenhum contexto particular de condicionamento de uso. Com isso, a hipótese que testamos com esse grupo de fatores é a de que a preposição *para* deve aparecer associada a um movimento menos concreto.

De acordo com os resultados a seguir, podemos extrair a tendência geral de que a preposição *a* é mais retida em contextos de movimento [*não concreto*] para todos os verbos com os quais ocorre, ao passo que contextos de movimento [*concreto*] se associam ao emprego tanto de *para* quanto de *em*.

Tabela 6. Influência da variável *concretude do movimento* sobre o uso de *a/para/em* na introdução de complementos de verbos de movimento (Amostra *Iboruna*)

Verbo	Movimento	A			PARA			EM		
		Apl./total	%	PR	Apl./total	%	PR	Apl./total	%	PR
ENTRAR	Concreto	0/0	0	-	6/82	7.3	0.492	76/82	92.7	0.508
	Não concreto	0/0	0	-	7/90	7.8	0.508	83/90	92.2	0.492
TOTAL					13/172	7.6		159/72	92.4	
		Input: 0.924 Sig.: 0.912								
IR	Concreto	17/573	3	0.490	293/573	51.1	0.503	263/573	45.9	0.500
	Não concreto	2/15	13.3	0.828	6/15	40	0.392	7/15	46.7	0.507
TOTAL		19/588	3.2		270/588	45.9		299/588	50.9	
		Input: 0.031 Sig.: 0.090			Input: 0.508 Sig.: 0.411			Input: 0.459 Sig.: 0.954		
LEVAR	Concreto	4/133	3	0.308	68/133	51.1	0.525	61/133	45.9	0.585
	Não concreto	19/48	39.6	0.904	20/48	41.7	0.431	9/48	18.8	0.278
TOTAL		23/181	12.7		70/181	38.7		70/181	38.7	
		Input: 0.065 Sig.: 0.000			Input: 0.486 Sig.: 0.266			Input: 0.375 Sig.: 0.001		
VOLTAR	Concreto	2/59	3.4	0.401	45/59	76.3	0.504	12/59	20.3	0.571
	Não concreto	3/16	18.8	0.863	12/16	75	0.487	1/16	6.2	0.258
TOTAL		5/75	6.7		57/75	76		13/75	17.3	
		Input: 0.050 Sig.: 0.051			Input: 0.760 Sig.: 0.920			Input: 0.161 Sig.: 0.158		

Mais especificamente, a preposição *a* aparece associada a movimento [*não concreto*] para os verbos *ir* (P.R. 0.82), *levar* (P.R. 0.9) e *voltar* (P.R. 0.86), sem registro de ocorrências para o verbo *entrar*; as preposições *para* e *em* são indiferentes à concretude do movimento, pois apresentam, para todos os verbos, P.R. muito próximos de 0.5. Vejamos os exemplos (05) e (06).

(05) ... religião.: eu.: eu num faço crítica de nenhuma... eu acho que toda religião que te **leva à Deus...** num faça nada de.: errado e nada de ruim po seu próximo... [não concreto]

[AC-092; RO: L.229-230]

(06) e aí eles **foram pa Tocantins...** eles falaram que lá eles po(u)saram em hote.:l... e lá po(u)saram em hotel todo mundo... [concreto]

[AC-037; NR: L.-141-142]

Definitude

Para esse grupo de fatores, testamos a seguinte hipótese: *para/a* devem ocorrer com nome locativo vago e/ou impreciso, [- definido] para o falante, e *em* com nome locativo de conhecimento do falante, [+ definido], hipótese baseada nos resultados de Mollica (1996), Ribeiro (1996) e Vallo (2004). Os resultados estão na Tabela 7.

Tabela 7. Influência da variável *definitude* sobre o uso de *a/para/em* na introdução de complementos de verbos de movimento (Amostra *Iboruna*)

Verbo	Definitude	A			PARA			EM		
		Apl./total	%	PR	Apl./total	%	PR	Apl./total	%	PR
ENTRAR	[+definido]	0/0	0	-	3/46	6.5	0.462	43/46	93.5	0.538
	[-definido]	0/0	0	-	10/126	7.9	0.514	116/126	92.1	0.486
TOTAL					13/172	7.6		159/172	92.4	
Significância		Input: 0.075 Sig.: 0.758								
IR	[+definido]	5/193	2.6	0.446	136/193	70.5	0.694	52/193	26.9	0.308
	[-definido]	14/395	3.5	0.526	163/395	41.3	0.401	218/395	55.2	0.598
TOTAL		19/588	3.2		270/588	45.9		299/588	50.9	
Significância		Input: 0.032 Sig.: 0.541			Input: 0.512 Sig.: 0.000			Input: 0.453 Sig.: 0.000		
LEVAR	[+definido]	6/51	11.8	0.479	25/51	49	0.504	20/51	39.2	0.505
	[-definido]	17/130	13.1	0.508	63/130	48.5	0.499	50/130	38.5	0.498
TOTAL		23/181	12.7		88/181	48.6		70/181	38.7	
Significância		Input: 0.127 Sig.: 0.814			Input: 0.486 Sig.: 0.948			Input: 0.387 Sig.: 0.930		
VOLTAR	[+definido]	1/47	2.1	0.319	37/47	78.7	0.536	9/47	19.1	0.533
	[-definido]	4/28	14.3	0.782	20/28	71.4	0.439	4/28	14.3	0.446
TOTAL		5/75	6.7		57/75	76		13/75	17.3	
Significância		Input: 0.044 Sig.: 0.045			Input: 0.762 Sig.: 0.484			Input: 0.172 Sig.: 0.604		

O resultado para a variável *grau de definitude do nome locativo* não permite confirmar a hipótese testada, pois a preposição *em* não se correlaciona com locativo [+ definido] para nenhum dos verbos, os quais, com exceção de *ir* (P.R. 0.59), apresentam P.R. muito próximo de 0.5. A preposição *a* do verbo *voltar* é o contexto que favorece fortemente a ocorrência de locativos [- definido], e a preposição *para* do verbo *ir* (P.R. 0.69), a ocorrência de locativos [- definido]. Portanto, nossos resultados não ratificam as tendências encontradas por Mollica (1996), Ribeiro (1996) e Vallo (2004). É exemplo, (07), desse grupo de fator linguístico [definitude]:

(07) *ai o W. ajudô(u) eles a levá(r) até a cama né?... ele acabô(u) dormin(d)o no ...* [-definido]

[AC-011; NR: L-89-90]

Cabe aqui a consideração de que os critérios que utilizamos para a variável *definitude* são ligeiramente distintos daqueles utilizados pelos demais autores. Enquanto eles basearam a análise dessa variável em critérios semânticos e formais, optamos por privilegiar apenas o critério semântico-discursivo. Talvez esse procedimento metodológico diferenciado tenha interferido no resultado; porém, confirmou os resultados de Wiedemer (2008), em que aplicamos os mesmos critérios aqui pesquisados.

Considerações finais

Com base nesse modelo sociofuncionalista de análise, avaliando os resultados até aqui empreendidos, se atentarmos para a frequência de uso das preposições na fala do interior paulista à luz da metodologia laboviana, podemos afirmar que temos evidências atuais de recuo da preposição *a*, especialmente no que concerne ao verbo *ir*, com um percentual de uso de 3,05% de frequência, e por outro lado, identificamos uma variação estável entre as preposições *para* e *em*, porém com tendência de a preposição *para* se generalizar e de seu significado sofrer abstração, permitindo novos complementos, tais como, com função “meta”, mais metafóricos, ou mesmo verbos infinitivos.

Temos, portanto, indícios que sustentam a hipótese de mudança em andamento rumo à diminuição crescente e gradativa de uso de uma das formas, de modo que as outras variantes, possivelmente, continuarão competindo entre si, a fim de representar o domínio funcional em questão. É justamente nessa direção que os demais trabalhos que focalizam esse objeto pesquisado no PB têm apontado. As tendências gerais e os contextos que particularizam o uso de cada preposição podem ser caracterizados por uma confluência de traços que constituem os motivadores da mudança, sociais e linguísticos.

Em relação aos fatores sociais, evidenciamos um padrão de uso relacionado ao grupo de fator *sexo/gênero*, em que informantes do sexo masculino privilegiam o uso das variantes *a* e *em*, enquanto informantes do sexo *feminino*, o uso da preposição *para*.

Se voltarmos a atenção para os resultados dos fatores linguísticos, percebemos certa confluência da atuação dos grupos de fatores linguísticos *concretude do movimento* e *definitude* na combinação com determinada preposição: movimento não concreto e locativo [- definido] são traços inteiramente associados à preposição *a*, e movimento concreto e locativo [+ definido] são traços associado tanto a *para* quanto a *em*. Ao contrário, para a variável *pessoa do discurso*, verifica-se uma associação oscilante na seleção das preposições: *a* aparece mais associada à 1P, *para* flutua entre *a gente*, 1P e 3P e *em*, entre 1P e 2P, não sendo possível, nesse caso, identificar um padrão de uso.

Os resultados apontam algumas tendências gerais como indícios de especialização por especificação, além de uma clara competição entre as preposições que complementam os verbos de movimento, em alguns contextos, especialmente em relação à *definitude* do complemento, à *concretude do movimento* e ao *sexo/gênero*.

Em resumo, os resultados evidenciam que há diferentes fenômenos atuando sobre a variação no uso das preposições que complementam os verbos de movimento *entrar*, *ir*, *levar*, *voltar*: (i) há um processo de mudança em andamento com recuo gradativo da preposição *a* e uma concomitante expansão de uso das preposições *para* e *em*; (ii) há um processo de variação relativamente estável entre as preposições *para* e *em*; (iii) há um processo de generalização por especificação, com indicadores de contextos particularizados para as três preposições. Essas evidências corroboram nossa hipótese inicial de que o funcionamento das preposições no complemento locativo dos verbos de movimento apresenta-se num *continuum* de variação/gramaticalização.

REFERÊNCIAS

- GONÇALVES, S. C. L. *O português falado na região de São José do Rio Preto: constituição de um banco de dados anotado para o seu estudo: relatório científico final à Fapesp*. São José do Rio Preto, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Unesp, 2007.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- ILARI, R. et al. A preposição. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*, v. II: classes de palavras e construções. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2008. p. 623-808.
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972.
- _____. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.
- _____. Some sociolinguistic principles. In.: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 234-250.
- LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization*. 2nd. revised edition. Erfurt: University of Erfurt, 2002. Disponível em: <<http://www.uni-erfurt.de/sprachwissenschaft/ASSidUe/ASSidUe09.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2008.
- MOLLICA, M. C. de M. A regência variável do verbo ir de movimento. In: SILVA, G. M. O.; SCHERRE, M. M. P. (Org.) *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 147-167.
- PEREIRA, E. C. *Grammatica historica*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1916.
- RIBEIRO, A. J. C. R. *Um caso de uso variável de preposições na chamada fala culta carioca: a regência do verbo Ir de predicação incompleta*. 1996. 92f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- VALLO, M. A. G. do. A regência do verbo *ir* de movimento na perspectiva variacionista. In: HORA, D. da (Org.) *Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade*. João Pessoa: Gráfica Editorial Pallotti, 2004. p. 207-217.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. P.; MACKIED, Y. (Ed.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.
- WIEDEMER, M. L. *A regência variável do verbo ir de movimento na fala de Santa Catarina*. 2008. 140f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- _____. *Variação e gramaticalização no uso de preposições em contextos de verbos de movimento no português brasileiro*. 2013. 250f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2013.